UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de São José do Rio Preto

LUA CAMILO NOGUEIRA

A categoria linguística de gênero nas línguas indígenas do brasil:
um estudo tipológico-funcional

São José do Rio Preto
2026

LUA CAMILO NOGUEIRA

A categoria linguística de gênero nas línguas indígenas do brasil:

um estudo tipológico-funcional

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto/SP, para obtenção do título de Doutora em Estudos Linguísticos.

Área de Concentração: Análise Linguística.

Financiadora: CAPES

Orientador: Prof. Dr. Edson Rosa F. de Souza

São José do Rio Preto

2026

N778c

Nogueira, Lua Camilo

A categoria linguística de gênero nas línguas indígenas do brasil: um estudo tipológico-funcional / Lua Camilo Nogueira. -- São José do Rio Preto, 2026

395 p. : il.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto

Orientador: Edson Rosa Francisco de Souza

1. Linguística. 2. Tipologia (Linguística). 3. Gramática discursivo funcional. 4. Indígenas da América do Sul Línguas. 5. Gênero. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos pelo autor(a).

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

O tema central desta tese é a expressão e a codificação do gênero linguístico em línguas indígenas do Brasil. Ao abordar essa questão a partir da perspectiva teórica tipológico-funcional, em especial a Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld; Mackenzie, 2008), o estudo apresenta relevância científica, educacional e sociocultural. No âmbito científico, a pesquisa contribui para o avanço teórico da GDF ao evidenciar a adequação do modelo de descrição especialmente no que diz respeito à formulação de predições tipológicas, ao papel do Componente Contextual na estruturação das línguas naturais e à proposição de critérios tipológicos mais amplos e precisos para a descrição do gênero linguístico e da classificação nominal. Também favorece o desenvolvimento de abordagens críticas quanto às epistemologias adotadas e aprofunda a compreensão da natureza heterogênea da linguagem humana, reforçando perspectivas funcionalistas e culturalmente situadas com potencial de aplicação no ensino. Além disso, fortalece a documentação e a divulgação da diversidade linguístico-cultural brasileira e estimula novas pesquisas em tipologia linguística e em estudos de gênero em línguas ameríndias. Do ponto de vista sociocultural, a pesquisa contribui para a preservação das línguas autóctones ao registrar aspectos essenciais das culturas e cosmopercepções de seus falantes, reconhecendo o papel central da língua como expressão de identidade, de pertença e de percepção de mundo, especialmente em contextos institucionalizados, que valorizam a palavra escrita. Dado que a categoria de gênero envolve a análise de fenômenos linguísticos articulados a dimensões socioculturais e cosmológicas, esta tese também se alinha às diretrizes da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). A pesquisa contribui especialmente para o ODS 4 (Educação de Qualidade), ao ampliar o acesso a conhecimentos linguísticos sensíveis à diversidade; para o ODS 10 (Redução das Desigualdades), ao valorizar e legitimar sistemas linguísticos historicamente marginalizados; para o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), ao reforçar a importância da preservação do patrimônio cultural imaterial; e para o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), ao promover o reconhecimento, a visibilidade e o fortalecimento das identidades indígenas por meio da linguagem. Nesse sentido, reafirma-se a importância da diversidade linguística e cultural como fundamento da justiça social, da cidadania e da construção de sociedades mais inclusivas.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

The central topic of this thesis is the expression and encoding of grammatical gender in idigenous languages of Brazil. By addressing this issue from a typological-functional theoretical perspective, particularly within the framework of Functional Discourse Grammar (Hengeveld; Mackenzie, 2008), the study presents scientific, educational, and sociocultural relevance. Scientifically, the research contributes to the theoretical advancement of FDG by demonstrating the adequacy of its descriptive model, especially in the formulation of typological predictions, in the role of the Contextual Component in the structuring of natural languages, and in the proposal of broader and more precise typological criteria for the description of grammatical gender and nominal classification. It also promotes the development of critical approaches to the epistemologies adopted and deepens the understanding of the heterogeneous nature of human language, reinforcing functionalist and culturally situated perspectives with potential applications in education. Furthermore, it strengthens the documentation and dissemination of Brazilian linguistic and cultural diversity and stimulates new research in linguistic typology and in gender studies in amerindian languages. From a sociocultural standpoint, the research contributes to the preservation of autochthonous languages by recording essential aspects of the cultures and cosmoperceptions of their speakers, recognizing the central role of language as an expression of identity, belonging, and worldview, especially in institutional contexts that value the written word. Given that the category of gender involves the analysis of linguistic phenomena articulated with sociocultural and cosmological dimensions, this thesis also aligns with the guidelines of the United Nations (UN) 2030 Agenda. The research contributes particularly to SDG 4 (Quality Education), by expanding access to linguistic knowledge sensitive to diversity; to SDG 10 (Reduced Inequalities), by valuing and legitimizing linguistic systems that have been historically marginalized; to SDG 11 (Sustainable Cities and Communities), by reinforcing the importance of preserving intangible cultural heritage; and to SDG 16 (Peace, Justice and Strong Institutions), by promoting the recognition, visibility, and strengthening of idigenous identities through language. In this sense, it reaffirms the importance of linguistic and cultural diversity as a foundation for social justice, citizenship, and the construction of more inclusive societies.

IMPACTO POTENCIAL DE ESTA INVESTIGACIÓN

El tema central de esta tesis es la expresión y la codificación del género lingüístico en lenguas indígenas de Brasil. Al abordar esta cuestión desde la perspectiva teórica tipológico-funcional, en particular la Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld; Mackenzie, 2008), el estudio presenta relevancia científica, educativa y sociocultural. En el ámbito científico, la investigación contribuye al avance teórico de la GDF al evidenciar la adecuación del modelo de descripción, especialmente en lo que respecta a la formulación de predicciones tipológicas, al papel del Componente Contextual en la estructuración de las lenguas naturales y a la propuesta de criterios tipológicos más amplios y precisos para la descripción del género lingüístico y de la clasificación nominal. Asimismo, favorece el desarrollo de enfoques críticos en relación con las epistemologías adoptadas y profundiza la comprensión de la naturaleza heterogénea del lenguaje humano, reforzando perspectivas funcionalistas y culturalmente situadas con potencial de aplicación en la enseñanza. Además, fortalece la documentación y la difusión de la diversidad lingüístico-cultural brasileña y estimula nuevas investigaciones en tipología lingüística y en estudios de género en lenguas amerindias. Desde el punto de vista sociocultural, la investigación contribuye a la preservación de las lenguas autóctonas al registrar aspectos esenciales de las culturas y de las cosmopercepciones de sus hablantes, reconociendo el papel central de la lengua como expresión de identidad, de pertenencia y de percepción del mundo, especialmente en contextos institucionalizados que valoran la palabra escrita. Dado que la categoría de género implica el análisis de fenómenos lingüísticos articulados con dimensiones socioculturales y cosmológicas, esta tesis también se alinea con las directrices de la Agenda 2030 de la Organización de las Naciones Unidas (ONU). La investigación contribuye especialmente al ODS 4 (Educación de Calidad), al ampliar el acceso a conocimientos lingüísticos sensibles a la diversidad; al ODS 10 (Reducción de las Desigualdades), al valorar y legitimar sistemas lingüísticos históricamente marginados; al ODS 11 (Ciudades y Comunidades Sostenibles), al reforzar la importancia de la preservación del patrimonio cultural inmaterial; y al ODS 16 (Paz, Justicia e Instituciones Sólidas), al promover el reconocimiento, la visibilidad y el fortalecimiento de las identidades indígenas por medio del lenguaje. En este sentido, se reafirma la importancia de la diversidad lingüística y cultural como fundamento de la justicia social, de la ciudadanía y de la construcción de sociedades más inclusivas.

LUA CAMILO NOGUEIRA

A categoria linguística de gênero nas línguas indígenas do brasil:
um estudo tipológico-funcional

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto, para obtenção do título de Doutora em Estudos Linguísticos.

Área de concentração: Análise Linguística

Financiadora: CAPES

Data da defesa: 19/12/2025

Banca Examinadora:

_____

Prof. Dr. Edson Rosa Francisco de Souza
UNESP – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Câmpus de São José do Rio Preto
Orientador

_____

Profa. Dra. Joceli Catarina Stassi Sé
Universidade Federal de São Carlos

_____

Prof. Dr. Juliano Desiderato Antonio
Universidade Estadual de Maringá

_____

Prof. Dr. Roberto Gomes Camacho
UNESP – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Câmpus de São José do Rio Preto

_____

Profa. Dra. Sandra Denise Gasparini Bastos
UNESP – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Câmpus de São José do Rio Preto

AGRADECIMENTOS

Desenvolver esta pesquisa impactou significativamente a minha vivência em aspectos que vão muito além da minha formação profissional. Numa trajetória de mais de 12 anos sendo parte da comunidade Ibilceana, sinto sincera gratidão por todas as pessoas que trabalham para viabilizar o funcionamento da universidade e que fazem dela um lugar de bem-estar, de gentileza e de boa convivência, como o pessoal da guarita, do saguão, da cozinha, da limpeza, do Restaurante Universitário, da Diretoria Técnica de Informática, da Biblioteca – em especial a Luciane A. Passoni, a Suzana Maria Alves Dias e a Vívian L. Duarte Parisi –, da Seção Técnica de Graduação e da Seção Técnica de Pós-Graduação – em especial a Camila Braga Moraes, a Elisandra R. Murgia de Lima, o Rafael Avelino e a Silvia Emiko Kazama. E, é claro, que as professoras e os professores com quem convivi e aprendi ao longo da Licenciatura em Letras (inglês e espanhol) e da Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) têm excepcional importância na minha formação profissional e humana. Também agradeço à Adunesp e à mestra *yogui* Lívia Grotto pelas aulas de *yoga*, que me proporcionaram carinhosas amizades, aprendizados, alegrias, tranquilidade, saúde física e saúde mental nos últimos anos.

Sinto-me honrada e grata por ter tido a oportunidade, a possibilidade e o apoio de pessoas queridas para trilhar esse caminho e desfrutar a caminhada. Agradeço especialmente a meu querido pai, maior apoiador, grande amigo e exemplo de caráter, Marcos Costa Nogueira. A gatinha Paulinha, minha companheira inseparável desde 2021, tem também incalculável importância na jornada dedicada a esta pesquisa. É difícil nomear todas as pessoas e, eventualmente, não pessoas envolvidas nesse processo, bem como mensurar suas contribuições, pois todas as vivências, experiências, convivências, afetos, conversas e reflexões culminam, de certa forma, na elaboração desta tese. Não posso deixar de mencionar a alegria de ter encontrado bons colegas e estimadas amizades no Ibilce – Unesp. E alegria maior ainda é seguir cultivando essas relações, algumas já há mais de uma década!

Agradeço imensamente ao meu querido orientador, Prof. Dr. Edson Rosa, que me acompanha desde o início da minha jornada universitária (2013) e acadêmica (2014) com generosa dedicação e genuína amizade. Sua orientação e amparo em cada uma das etapas desta pesquisa (e de toda a minha trajetória acadêmica) foram essenciais para minha formação enquanto professora e pesquisadora, para o desenvolvimento livre e autônomo das minhas ideias e para o meu crescimento pessoal. Desde que começamos a trabalhar juntos, vem sendo minha inspiração de profissionalismo, respeito e integridade.

Agradeço à Profa. Dra. Joceli Catarina Stassi Sé, que também já me acompanha há um bom tempo: fez as arguições da minha dissertação de Mestrado, defendida em 2021, e, agora, colabora para o desenvolvimento desta tese de doutoramento desde a fase inicial da pesquisa no Debate do XVI SELin, passando pela Qualificação, até a fase final, compondo a banca de Defesa. Além da leitura cuidadosa e sensível, dos apontamentos detalhados e das contribuições valiosas para a qualidade deste estudo, é uma pessoa maravilhosa de uma delicadeza e carinho incomparáveis.

Agradeço ao Prof. Dr. Roberto Gomes Camacho, que foi meu professor na Graduação, é meu colega de *yoga* e compõe as bancas de Qualificação e de Defesa desta tese. Sua leitura atenciosa e dedicada a cada detalhe do texto contribuiu grandemente para os desdobramentos desta pesquisa. Suas sugestões detalhadas na arguição foram de grande valia para o aprimoramento e refinamento deste estudo. Para além da capacidade intelectual, é de uma simpatia e acolhimento inigualáveis.

Agradeço ao Prof. Dr. Juliano Desiderato Antonio, a quem tive o prazer de conhecer pessoalmente no UNALIN 2025 e a satisfação de tê-lo na banca, por aceitar prontamente o nosso convite para compor a comissão examinadora da Defesa da tese e dedicar seu tempo e atenção para o aperfeiçoamento da versão final desta pesquisa. É muito profícuo poder contar com sua leitura crítica e atenta e ter a oportunidade de receber suas contribuições para o enriquecimento do nosso estudo.

Agradeço à Profa. Dra. Sandra Denise Gasparini Bastos, que, em meio a um turbilhão de compromissos, aceitou, com prazer, nosso convite para compor a banca de Defesa. É muito gratificante ter sua presença e suas valorosas contribuições nesse momento de finalização do Doutorado, pois você me acompanhou de perto em uma etapa essencial do processo de doutoramento: o estágio de docência. Além disso, suas aulas de espanhol na Graduação e seus ensinamentos me acompanham até hoje e foram inestimáveis para resistir aos terríveis tempos da pandemia de covid-19.

Agradeço à Profa. Dra. Gabriela Maria de Oliveira Codinhoto, à Profa. Dra. Erotilde Goreti Pezatti (*in memoriam*) e ao Prof. Dr. Gabriel Antunes de Araujo, membras e membro suplentes da Comissão Examinadora da Defesa desta tese, pela disponibilidade e aceite do nosso convite.

Agradeço, ainda, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, que viabilizou o desenvolvimento desta pesquisa e a elaboração desta tese.

A cultura do terror/7

O colonialismo visível te mutila sem disfarce: te proíbe de dizer, te proíbe de fazer, te proíbe de ser.

O colonialismo invisível, por sua vez, te convence de que a servidão é um destino, e a impotência, a tua natureza: te convence de que *não se pode* dizer, *não se pode* fazer, *não se pode* ser.

(Galeano, 2023 [1991], p. 157)

RESUMO

O objetivo geral desta tese é descrever e analisar os diferentes tipos de gênero (formal, semântico, pragmático e contextual) e os seus diferentes sistemas de codificação (lexical, morfossintática e fonológica) nas línguas indígenas do Brasil, à luz dos pressupostos teóricos da Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld; Mackenzie, 2008), da tipologia linguística (Corbett, 1991, 2013; Rijkhoff; Bakker; Hengeveld; Kahrel, 1993) e dos estudos de transparência e opacidade (Hengeveld, 2011; Leufkens, 2015; Hengeveld; Leufkens, 2018). A pesquisa tem como objetivo compreender como a categoria linguística de gênero é concebida e codificada nas línguas indígenas da amostra, buscando identificar quais critérios orientam sua organização gramatical e funcional nas línguas. Para tanto, parte-se da hipótese de que as línguas indígenas apresentam ampla diversidade tipológica no que se refere à expressão e à codificação de gênero, caracterizando-se, em grande medida, pela predominância de critérios semânticos, pragmáticos e contextuais, em detrimento de sistemas rigidamente morfossintáticos, conforme sugerem os estudos de Aikhenvald (2000, 2016). Para cumprir esse objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos: (i) analisar a presença e a relevância dos traços semânticos de humanidade, animacidade e sexo na configuração e expressão de gênero nas línguas pindorâmicas, identificando sua influência na distinção de gêneros em diferentes tipos de nomes; (ii) investigar a correlação entre as categorias de gênero e número nas línguas indígenas da amostra, enfocando na operação de concordância e de acordo como mecanismo de expressão dessas categorias; (iii) identificar os traços de transparência e opacidade linguística na marcação de gênero, considerando o pareamento entre forma e significado; e (iv) identificar tendências e generalizações tipológicas quanto à codificação de gênero, buscando padrões que possam contribuir para uma melhor compreensão da diversidade e da complexidade dessa categoria nas línguas autóctones do universo de pesquisa. A amostra, composta por 30 línguas, é elaborada com base em Rijkhoff e Bakker (1998), Pereira (2016) e Souza (2024), a fim de contemplar a diversidade linguístico-cultural das línguas. Os resultados mostram que cinco línguas apresentam apenas o gênero semântico (ikpeng, sabanê, shanenawa, maxakalí e ofayé); cinco línguas exibem o gênero semântico e pragmático (parkatejê, dâw, mamaindê, bororo e trumai); oito línguas dispõem de gênero semântico, pragmático e contextual (mehináku, akwẽ-xerente, dzubukuá, kanoê, rikbáktsa, kadiwéu, asurini, tariana); quatro línguas apresentam gênero formal, semântico, pragmático e contextual (wari', desano, kubeo e jarawara); e oito línguas exibem gênero semântico e contextual (avá-canoeiro, kaiowá, timbira, matis, kwaza, sateré-mawé, kamaiurá e aweti). Essa distribuição sugere que as línguas indígenas da amostra apresentam grande diversidade tipológica na expressão da categoria de gênero, corroborando a hipótese de que o gênero não é codificado de forma homogênea nem é predominantemente formal, como frequentemente ocorre em línguas indo-europeias. Observa-se que o gênero semântico está presente em todas as línguas analisadas, o que indica a centralidade de critérios ligados a essa dimensão, tais como sexo biológico, animacidade ou características culturalmente salientes, na categorização de gênero (Aikhenvald, 2016; Hellinger; Bußmann, 2003). Os resultados indicam que, em 11 línguas da amostra, a codificação de gênero ocorre exclusivamente por meio lexical, enquanto 16 línguas empregam meios lexicais e morfossintáticos. Em contraste, apenas três línguas exibem um sistema mais complexo, no qual o gênero é codificado simultaneamente por dispositivos lexicais, morfossintáticos e fonológicos. Esses dados sugerem uma predominância de estratégias lexicais e morfossintáticas na expressão do gênero, em comparação às estratégias fonológicas, que são bem menos recorrentes nas línguas analisadas. Os resultados indicam que, na maioria das línguas analisadas, a expressão do gênero se realiza por meio de estratégias fortemente sensíveis ao contexto sociocultural, refletindo normas culturais locais

e formas específicas de organização social na categorização linguística do gênero (Aikhenvald, 2016; Hellinger; Bußmann, 2003). Em pelo menos 16 línguas da amostra, a atribuição de gênero mantém estreita relação com aspectos cosmológicos, o que evidencia que as categorias linguísticas podem refletir concepções indígenas mais amplas sobre pessoa, natureza e organização do mundo (Viveiros de Castro, 1998; Rubim, 2020; Krenak, 2022; Longhini, 2022; Núñez, 2023). Os dados mostram ainda que as línguas examinadas exibem diferentes padrões em relação à concordância de gênero e número. Em algumas, as operações de acordo e concordância de gênero são produtivas, aparecendo em nomes, pronomes, verbos, numerais, o que mostra que a categoria de gênero constitui um recurso de classificação nominal (Corbett, 1991): 12 línguas apresentam operação de concordância, entre as quais quatro línguas também realizam acordo de gênero. Ademais, ao analisar a interação entre as categorias gênero e número, é comum que gênero (feminino, masculino ou neutro) seja distinguido no singular e neutralizado no plural. Em contrapartida, a concordância de gênero é limitada ou ausente em 18 línguas da amostra, indicando que a expressão de gênero atua mais como uma característica lexical atribuída aos nomes e/ou como uma ferramenta sociopragmática da linguagem do que como um elemento que rege a estrutura sintática. Observou-se ainda que as línguas que exibem acordo de gênero (desano, kubeo, jarawara, wari) são classificadas como mais opacas porque apresentam casos de redundância, fusão e estruturas formalmente motivadas (Leufkens, 2015); já as línguas mamaindê, o mehináku e o dzubukuá também apresentam traços de opacidade, porém, isso se deve à dupla marcação de gênero e não pela operação de concordância sintática. O tratamento dos dados com base na Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld; Mackenzie, 2008), possibilitou organizar as línguas a partir da verificação de possíveis hierarquias implicacionais atinentes aos tipos de gênero e às formas de manifestação, o que permitiu mapear e sistematizar diferentes padrões tipológicos atestados nas línguas ameríndias. Os casos de gênero contextual (atestado em 20 línguas) se relacionam também com o Componente Contextual (Hengeveld; Mackenzie, 2014; Velasco, 2014), que dispõe de informações extralinguísticas que são essenciais para a compreensão desse fenômeno e desempenham um tipo de função simbólica, constitutiva e performativa da linguagem no que diz respeito à identidade de gênero (Foucault, 1977; 1984; Moura; Mäder, 2022). Este estudo, portanto, contribui de forma significativa (i) para o avanço teórico da Gramática Discursivo-Funcional, (ii) para a ampliação do escopo epistemológico nos estudos da categoria gramatical de gênero, especialmente no que tange às línguas originárias, (iii) para a documentação e a divulgação da diversidade linguístico-cultural do Brasil, e (iv) para fomento de novas pesquisas em tipologia linguística e em estudos de gênero em línguas ameríndias.

Palavras-chave: expressão de gênero; codificação de gênero; línguas indígenas do brasil; hierarquias implicacionais; transparência e opacidade.

ABSTRACT

The general objective of this thesis is to describe and analyze the different types of gender (formal, semantic, pragmatic, and contextual) and their different encoding systems (lexical, morphosyntactic, and phonological) in indigenous languages of Brazil, drawing on the theoretical assumptions of Functional Discourse Grammar (Hengeveld; Mackenzie, 2008), linguistic typology (Corbett, 1991, 2013; Rijkhoff; Bakker; Hengeveld; Kahrel, 1993), and studies on transparency and opacity (Hengeveld, 2011; Leufkens, 2015; Hengeveld; Leufkens, 2018). The research aims to understand how the linguistic category of gender is conceptualized and encoded in the indigenous languages included in the sample, seeking to identify the criteria that guide its grammatical and functional organization in these languages. To this end, the study is based on the hypothesis that indigenous languages exhibit broad typological diversity regarding the expression and encoding of gender, being characterized, to a large extent, by the predominance of semantic, pragmatic, and contextual criteria rather than rigid morphosyntactic systems, as suggested by the studies of Aikhenvald (2000, 2016). In order to achieve this objective, the following specific objectives were established: (i) to analyze the presence and relevance of the semantic features of humanness, animacy, and sex in the configuration and expression of gender in pindoramic languages, identifying their influence on gender distinctions across different types of nouns; (ii) to investigate the correlation between the categories of gender and number in the indigenous languages included in the sample, focusing on agreement and concord operations as mechanisms for expressing these categories; (iii) to identify features of linguistic transparency and opacity in gender marking, considering the relationship between form and meaning; and (iv) to identify typological tendencies and generalizations regarding gender encoding, seeking patterns that may contribute to a better understanding of the diversity and complexity of this category in the indigenous languages included in the research universe. The sample, composed of 30 languages, was designed based on Rijkhoff and Bakker (1998), Pereira (2016), and Souza (2024) to encompass the linguistic and cultural diversity of the languages. The results show that five languages present only semantic gender (ikpeng, sabanê, shanenawa, maxakalí, and ofayé); five languages exhibit semantic and pragmatic gender (parkatêjê, dâw, mamaindê, bororo, and trumai); eight languages display semantic, pragmatic, and contextual gender (mehináku, akwẽ-xerente, dzubukuá, kanoê, rikbáktsa, kadiwéu, asurini, and tariana); four languages present formal, semantic, pragmatic, and contextual gender (wari', desano, kubeo, and jarawara); and eight languages exhibit semantic and contextual gender (avá-canoeiro, kaiowá, timbira, matis, kwaza, sateré-mawé, kamaiurá, and aweti). This distribution suggests that the indigenous languages included in the sample display considerable typological diversity in the expression of the gender category, corroborating the hypothesis that gender is neither encoded homogeneously nor predominantly formal, as frequently occurs in indo-european languages. Semantic gender is observed in all analyzed languages, indicating the centrality of criteria related to this dimension, such as biological sex, animacy, or culturally salient characteristics, in gender categorization (Aikhenvald, 2016; Hellinger; Bußmann, 2003). The results indicate that, in 11 languages in the sample, gender encoding occurs exclusively through lexical means, whereas 16 languages employ both lexical and morphosyntactic means. In contrast, only three languages exhibit a more complex system in which gender is encoded simultaneously through lexical, morphosyntactic, and phonological devices. These data suggest a predominance of lexical and morphosyntactic strategies in the expression of gender compared with phonological strategies, which are far less recurrent in the analyzed languages. The results further indicate that, in most of the analyzed languages, the expression of gender is realized through strategies that are highly sensitive to the sociocultural context, reflecting local cultural norms and specific forms of social organization in the linguistic categorization of gender (Aikhenvald, 2016; Hellinger; Bußmann, 2003). In at least 16 languages in the sample, gender

assignment maintains a close relationship with cosmological aspects, demonstrating that linguistic categories may reflect broader indigenous conceptions of personhood, nature, and world organization (Viveiros de Castro, 1998; Rubim, 2020; Krenak, 2022; Longhini, 2022; Núñez, 2023). The data further show that the examined languages exhibit different patterns with respect to gender and number agreement. In some languages, gender agreement and concord operations are productive, appearing in nouns, pronouns, verbs, and numerals, thereby demonstrating that the gender category constitutes a nominal classification resource (Corbett, 1991): 12 languages present concord operations, among which four also realize gender agreement. Furthermore, when analyzing the interaction between the categories of gender and number, it is common for gender distinctions (feminine, masculine, or neuter) to be maintained in the singular and neutralized in the plural. In contrast, gender agreement is limited or absent in 18 languages in the sample, indicating that the expression of gender functions more as a lexical characteristic attributed to nouns and/or as a sociopragmatic linguistic resource than as an element governing syntactic structure. It was also observed that the languages exhibiting gender agreement (desano, kubeo, jarawara, and wari') are classified as more opaque because they present cases of redundancy, fusion, and formally motivated structures (Leufkens, 2015). Meanwhile, mamaindê, mehináku, and dzubukuá also exhibit features of opacity, although in these cases this results from double gender marking rather than syntactic concord operations. The treatment of the data based on Functional Discourse Grammar (Hengeveld; Mackenzie, 2008) made it possible to organize the languages through the identification of possible implicational hierarchies related to gender types and forms of manifestation, allowing the mapping and systematization of different typological patterns attested in amerindian languages. Cases of contextual gender (attested in 20 languages) are also related to the Contextual Component (Hengeveld; Mackenzie, 2014; Velasco, 2014), which provides extralinguistic information essential for understanding this phenomenon and performs a symbolic, constitutive, and performative function with regard to gender identity (Foucault, 1977, 1984; Moura; Mäder, 2022). This study therefore contributes significantly: (i) to the theoretical advancement of Functional Discourse Grammar; (ii) to the expansion of the epistemological scope of studies on the grammatical category of gender, especially regarding indigenous languages; (iii) to the documentation and dissemination of Brazil's linguistic and cultural diversity; and (iv) to the promotion of new research in linguistic typology and gender studies in amerindian languages.

Keywords: gender expression; gender encoding; indigenous languages of Brazil; implicational hierarchies; transparency and opacity.

RESUMEN

El objetivo general de esta tesis es describir y analizar los diferentes tipos de género (formal, semántico, pragmático y contextual) y sus diferentes sistemas de codificación (lexical, morfosintáctica y fonológica) en lenguas indígenas de Brasil, a la luz de los presupuestos teóricos de la Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld; Mackenzie, 2008), de la tipología lingüística (Corbett, 1991, 2013; Rijkhoff; Bakker; Hengeveld; Kahrel, 1993) y de los estudios sobre transparencia y opacidad (Hengeveld, 2011; Leufkens, 2015; Hengeveld; Leufkens, 2018). La investigación tiene como objetivo comprender cómo la categoría lingüística de género es concebida y codificada en las lenguas indígenas de la muestra, buscando identificar cuáles criterios orientan su organización gramatical y funcional en las lenguas. Para ello, se parte de la hipótesis de que las lenguas indígenas presentan una amplia diversidad tipológica en lo que se refiere a la expresión y codificación del género, caracterizándose, en gran medida, por el predominio de criterios semánticos, pragmáticos y contextuales, en detrimento de sistemas rígidamente morfosintácticos, conforme sugieren los estudios de Aikhenvald (2000, 2016). Para cumplir este objetivo general, se definieron los siguientes objetivos específicos: (i) analizar la presencia y la relevancia de los rasgos semánticos de humanidad, animacidad y sexo en la configuración y expresión del género en las lenguas pindorámicas, identificando su influencia en la distinción de géneros en diferentes tipos de nombres; (ii) investigar la correlación entre las categorías de género y número en las lenguas indígenas de la muestra, enfocándose en las operaciones de concordancia y acuerdo como mecanismos de expresión de estas categorías; (iii) identificar los rasgos de transparencia y opacidad lingüística en la marcación de género, considerando la correspondencia entre forma y significado; y (iv) identificar tendencias y generalizaciones tipológicas en cuanto a la codificación del género, buscando patrones que puedan contribuir a una mejor comprensión de la diversidad y complejidad de esta categoría en las lenguas autóctonas del universo de investigación. La muestra, compuesta por 30 lenguas, fue elaborada con base en Rijkhoff y Bakker (1998), Pereira (2016) y Souza (2024), con el fin de contemplar la diversidad lingüístico-cultural de las lenguas. Los resultados muestran que cinco lenguas presentan únicamente género semántico (ikpeng, sabanê, shanenawa, maxakalí y ofayé); cinco lenguas exhiben género semántico y pragmático (parkatejê, dâw, mamaindê, bororo y trumai); ocho lenguas disponen de género semántico, pragmático y contextual (mehináku, akwẽ-xerente, dzubukuá, kanoê, rikbáktsa, kadiwéu, asurini y tariana); cuatro lenguas presentan género formal, semántico, pragmático y contextual (wari', desano, kubeo y jarawara); y ocho lenguas exhiben género semántico y contextual (avá-canoeiro, kaiowá, timbira, matis, kwaza, sateré-mawé, kamaiurá y aweti). Esta distribución sugiere que las lenguas indígenas de la muestra presentan una gran diversidad tipológica en la expresión de la categoría de género, corroborando la hipótesis de que el género no es codificado de manera homogénea ni es predominantemente formal, como ocurre frecuentemente en las lenguas indoeuropeas. Se observa que el género semántico está presente en todas las lenguas analizadas, lo que indica la centralidad de criterios vinculados a esta dimensión, tales como sexo biológico, animacidad o características culturalmente salientes, en la categorización de género (Aikhenvald, 2016; Hellinger; Bußmann, 2003). Los resultados indican que, en 11 lenguas de la muestra, la codificación de género ocurre exclusivamente por medio léxico, mientras que 16 lenguas emplean medios léxicos y morfosintácticos. En contraste, solo tres lenguas exhiben un sistema más complejo, en el cual el género es codificado simultáneamente mediante dispositivos léxicos, morfosintácticos y fonológicos. Estos datos sugieren un predominio de estrategias léxicas y morfosintácticas en la expresión del género, en comparación con las estrategias fonológicas, que son mucho menos recurrentes en las lenguas analizadas. Los resultados indican que, en la mayoría de las lenguas analizadas, la expresión del género se

realiza mediante estrategias fuertemente sensibles al contexto sociocultural, reflejando normas culturales locales y formas específicas de organización social en la categorización lingüística del género (Aikhenvald, 2016; Hellinger; Bußmann, 2003). En al menos 16 lenguas de la muestra, la atribución de género mantiene una estrecha relación con aspectos cosmológicos, lo que evidencia que las categorías lingüísticas pueden reflejar concepciones indígenas más amplias sobre persona, naturaleza y organización del mundo (Viveiros de Castro, 1998; Rubim, 2020; Krenak, 2022; Longhini, 2022; Núñez, 2023). Los datos muestran además que las lenguas examinadas exhiben diferentes patrones en relación con la concordancia de género y número. En algunas de ellas, las operaciones de acuerdo y concordancia de género son productivas, apareciendo en nombres, pronombres, verbos y numerales, lo que señala que la categoría de género constituye un recurso de clasificación nominal (Corbett, 1991): 12 lenguas presentan operaciones de concordancia, entre las cuales cuatro lenguas también realizan acuerdo de género. Además, al analizar la interacción entre las categorías de género y número, es común que el género (femenino, masculino o neutro) sea distinguido en singular y neutralizado en plural. En contrapartida, la concordancia de género es limitada o ausente en 18 lenguas de la muestra, indicando que la expresión del género actúa más como una característica lexical atribuida a los nombres y/o como una herramienta sociopragmática del lenguaje que como un elemento que rige la estructura sintáctica. Se observó además que las lenguas que exhiben acuerdo de género (desano, kubeo, jarawara, wari') son clasificadas como más opacas porque presentan casos de redundancia, fusión y estructuras formalmente motivadas (Leufkens, 2015); por otro lado, las lenguas mamaindê, mehináku y dzubukuá también presentan rasgos de opacidad, aunque ello se debe a la doble marcación de género y no a la operación de concordancia sintáctica. El tratamiento de los datos con base en la Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld y Mackenzie, 2008) permitió organizar las lenguas a partir de la verificación de posibles jerarquías implicacionales relativas a los tipos de género y a las formas de manifestación, lo que permitió mapear y sistematizar diferentes patrones tipológicos atestiguados en las lenguas amerindias. Los casos de género contextual (atestiguado en 20 lenguas) se relacionan también con el Componente Contextual (Hengeveld; Mackenzie, 2014; Velasco, 2014), que dispone de informaciones extralingüísticas esenciales para la comprensión de este fenómeno y desempeña un tipo de función simbólica, constitutiva y performativa del lenguaje en lo que respecta a la identidad de género (Foucault, 1977; 1984; Moura; Mäder, 2022). Este estudio, por lo tanto, contribuye de manera significativa (i) al avance teórico de la Gramática Discursivo-Funcional, (ii) a la ampliación del alcance epistemológico en los estudios de la categoría gramatical de género, especialmente en lo que respecta a las lenguas originarias, (iii) a la documentación y difusión de la diversidad lingüístico-cultural de Brasil, y (iv) al fomento de nuevas investigaciones en tipología lingüística y en estudios de género en lenguas amerindias.

Palabras clave: expresión de género; codificación de género; lenguas indígenas de Brasil; jerarquías implicacionales; transparencia y opacidad.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Arquitetura geral da GDF..... 89
Figura 2 – As camadas de organização do Nível Interpessoal..... 90
Figura 3 – As camadas de organização do Nível Representacional..... 92
Figura 4 – As camadas de organização do Nível Morfossintático..... 93
Figura 5 – As camadas de organização do Nível Fonológico..... 95
Figura 6 – Interações entre Níveis e camadas da GDF..... 116
Figura 7 – Concordância de gênero entre os Níveis Representacional e Morfossintático..... 134
Figura 8 – Concordância de gênero entre os Níveis Representacional e Morfossintático..... 135
Figura 9 – Acordo sintagmático de gênero feminino no Nível Morfossintático..... 136
Figura 10 – Acordo sintagmático de gênero masculino no Nível Morfossintático..... 137
Figura 11 – As regiões com maior diversidade linguística indígena no país..... 169
Figura 12 – Combinação dos traços de gênero em wari'..... 235

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Categorias Semânticas (Classes I a V) em bininj gun-wok..... 141

Quadro 2 – Amostra de línguas indígenas do Brasil, filiação genética e localização regional..... 171

Quadro 3 – Características morfossintáticas das línguas da amostra..... 173

Quadro 4 – Pronomes demonstrativos do trumai..... 197

Quadro 5 – Sufixos de gênero e número nos nomes em rikbáktsa..... 215

Quadro 6 – Pronomes pessoais em rikbáktsa..... 216

Quadro 7 – "Ocultado das mulheres": substantivos tabus na língua tradicional tariana... 232

Quadro 8 – Sufixos e clíticos distintivos para gênero em wari'..... 239

Quadro 9 – Paradigma dos pronomes demonstrativos em wari'..... 240

Quadro 10 – Pronomes enfáticos da língua wari'..... 241

Quadro 11 – Sistema de pronomes pessoais em desano..... 249

Quadro 12 – Pronomes pessoais e afixos distintivos de gênero da língua kubeo..... 255

Quadro 13 – Pronomes demonstrativos e a categoria de gênero em kubeo..... 256

Quadro 14 – Pronomes indefinidos e a categoria de gênero em kubeo..... 257

Quadro 15 – Pronomes pessoais em jarawara..... 262

Quadro 16 – Termos "irmão" e "irmã" em kaiowá..... 267

Quadro 17 – Pronomes pessoais livres em aweti..... 280

Quadro 18 – Demonstrativos em aweti..... 281

Quadro 19 – Prefixos de posse em aweti..... 283

Quadro 20 – Distribuição da categoria de gênero nas línguas indígenas da amostra..... 285

Quadro 21 – Traço semântico do nome ao qual se atribui gênero..... 307

Quadro 22 – Presença de hierarquia implicacional na atribuição de gênero a nomes.... 309

Quadro 23 – Hierarquia implicacional na atribuição de gênero na cosmopercepção indígena..... 309

Quadro 24 – Tipo de classificação de nomes de acordo com a cosmopercepção indígena..... 310

Quadro 25 – Hierarquia implicacional envolvendo animacidade e cosmologia..... 314

Quadro 26 – Hierarquia implicacional envolvendo ser humano e cosmologia..... 317

Quadro 27 – Hierarquia implicacional envolvendo animacidade expandida..... 318

Quadro 28 – Princípios implicacionais de organização da categoria de gênero..... 320

Quadro 29 – Especificidade dos nomes e termos que distinguem gênero..... 321

Quadro 30 – Reordenação das especificidades dos nomes que distinguem gênero..... 322
Quadro 31 – Hierarquia implicacional envolvendo a especificidade do nome que recebe marcação de gênero nas línguas indígenas (sem estratificação).... 323
Quadro 32 – Hierarquia implicacional envolvendo a especificidade do nome que recebe marcação de gênero nas línguas indígenas (com estratificação).... 324
Quadro 33 – Estratégia de codificação de gênero nas línguas indígenas da amostra..... 332
Quadro 34 – Hierarquia implicacional envolvendo as estratégias de codificação de gênero nas línguas indígenas da amostra..... 333
Quadro 35 – Hierarquia implicacional referente ao sistema de codificação de gênero.. 334
Quadro 36 – Tipo de categoria que recebe marcação de gênero..... 342
Quadro 37 – Hierarquia implicacional em relação ao tipo de categoria que recebe marcação de gênero..... 343
Quadro 38 – Hierarquia implicacional referente às categorias linguísticas que recebem marcação de gênero..... 345
Quadro 39 – Traços transparentes e opacos na codificação de gênero nas línguas indígenas do Brasil..... 355

LISTA DE GRÁFICOS E CARTOGRAMAS

Gráfico 1 – Percentual de pessoas indígenas, por grupos de idade e localização e situação do domicílio, segundo declaração de etnia única ou dupla..... 153

Cartograma 1 – Etnias indígenas nas Unidades da Federação..... 154

Cartograma 2 – Etnias mais populosas nas Unidades da Federação..... 155

Cartograma 3 – Línguas indígenas com maiores quantitativos de falantes nas Unidades de Federação..... 157

Gráfico 2 – Percentual de pessoas indígenas de 2 anos ou mais de idade, por situação de falar português no domicílio, segundo a localização e a situação do domicílio..... 160

Gráfico 3 – Taxa de alfabetização e taxa de analfabetismo das pessoas indígenas de 15 anos ou mais de idade, por condição de falar língua indígena e português no domicílio..... 161

LISTA DE ABREVIATURAS

/	ou
1	primeira pessoa
2	segunda pessoa
3	terceira pessoa
ABS3	absolutivo terceira pessoa
ABSTR	abstrato
ADVR	adversativo
AFET	afetado
AFIR	afirmativo
AN	animado
ANPH	anáfora
AP	apelativo
APPV	prefixo pessoal verbal
ART	artigo
ASM	assumido
ASSR	assertivo
ATRIB	atributivo
AUM	aumentador
AUX	verbo auxiliar
CAUS	causativo
CINT	conteúdo interrogativo
CL	consoante de ligação

CLF	classificador
CN.AND	conectivo
CNT	continuativo
COL	coletivo
COMP	complemento oracional
CONJT	conjuntivizador
CONT	continuativo
CONTR	contrário
COP	cópula
CSO	cosubordinação
DAT	dativo
DECL	declarativo
DEF	definido
DEIC	dêitico
DEM	demonstrativo
DIM	diminutivo
DIR	direcional
DIST	distal
DUB	dubitativo
E	não visível
E.FOC	foco enfático
EMPH	enfático
ESP	especificativo
EVID	evidencial

EXCL	exclusivo
EXORT	exortativo
FEM	feminino
FF	fala feminina
FM	fala masculina
FNS	sufixo final nominal
FOC	foco
FOLK	folclore
FUT	futuro
FUT.RE	futuro realis
G	gerúndio
GNT	genitivo
HAB	habitual
HORT	hortativo
I.PST	passado intermediário
IF	interlocutor feminino
II	inflexão verbal
IM	interlocutor masculino
IMM	imediato
IMP	imperativo
IN	inanimado
INCEP	aspecto inceptivo
INDEF	indefinido
INDF	indefinido

INFL	morfema flexional
INSTRMZ	instrumentalizador
INT	interrogativo
INTR	intransitivo
INTS	intensificador
INTSI	intensificador adverbial
IPFV	imperfectivo
IS	sujeito indefinido
LOC	locativo
MASC	masculino
MSS	inanimado massivo
N.3	não terceira pessoa
NEG	negação
NEUT	neutro
NFEM	não feminino
NL	neutral
NMLZ	nominalizador
NON	não
NP	núcleo do predicado
NPR	nome próprio
NPST	não passado
OBJ	objeto
OBL	obliquo
ORGN	origem

PART	partícula
PEJ	pejorativo
PG	prefixo genérico
PL	plural
PO	objeto plural
PONT	pontual
POS	positivo
POSP	posposição
POSS	possessivo
PR	processo
PRAT	prefixo ativo
PREL	prefixo relacional
PRES.N	presente.substantivo
PRF	perfectivo
PROSP	prospectivo
PROX	proximal
PST	pretérito
QUOT	quotativo
REDP	reduplicação
REF	referencial
REFL	reflexivo
REL	elemento relacional
REP	reportativo
RPST	passado recente

S	sujeito
SG	singular
SI	sujeito indefinido
SO	sujeito intransitivo
SS	mesmo sujeito
ST	aspecto estativo
SV	sufixo verbal
TOP.ADV	voz de avanço de tópico
TOP.NON.A/S	tópico nominal
TR	transitivo
VER	verificativo
YI	morfema np-final

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO.....**	29
2	**DEFINIÇÃO DE GÊNERO NA LITERATURA LINGUÍSTICA.....**	44
2.1	INTRODUÇÃO.....	44
2.2	DISCUSSÕES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE GÊNERO LINGUÍSTICO, GÊNERO NATURAL E GÊNERO SOCIAL.....	46
2.3	A MARCAÇÃO DE GÊNERO EM LÍNGUAS INDO-EUROPEIAS: UMA ANÁLISE CRÍTICA.....	54
2.4	DISCUSSÕES SOBRE O GÊNERO LINGUÍSTICO NA LITERATURA TIPOLÓGICA.....	70
2.5	SÍNTESE.....	83
3	**O CONCEITO DE GÊNERO NA GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL.....**	85
3.1	INTRODUÇÃO.....	85
3.2	CONCEITOS TEÓRICOS OPERACIONAIS DA GDF.....	85
3.2.1	Arquitetura geral da GDF.....	87
3.2.2	Os Níveis de organização da Gramática.....	90
3.3	A MARCAÇÃO DE GÊNERO E SUA INTERAÇÃO COM OUTRAS CATEGORIAS NA GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL.....	97
3.3.1	Gênero e concordância em sistemas nominais.....	100
3.3.2	Gênero e concordância em sistemas demonstrativos.....	102
3.3.3	Gênero e relações de nuclearidade e dependência em sintagmas nominais.....	104
3.3.4	Concordância ou acordo de gênero e classe nominal: gênero natural *versus* gênero linguístico.....	107
3.3.5	Gênero e concordância entre nomes e sistemas pronominais.....	109
3.4	SÍNTESE.....	111
4	**TRANSPARÊNCIA E OPACIDADE NA EXPRESSÃO DE GÊNERO NAS LÍNGUAS NATURAIS: ASPECTOS LINGUÍSTICOS E EXTRALINGUÍSTICOS.....**	113
4.1	INTRODUÇÃO.....	113
4.2	TRANSPARÊNCIA E OPACIDADE NA EXPRESSÃO DE GÊNERO NAS LÍNGUAS NATURAIS.....	114
4.2.1	Os conceitos de transparência e opacidade linguística.....	114
4.2.2	Gênero, classe nominal e motivação nas línguas do mundo.....	125
4.3	A CODIFICAÇÃO DE GÊNERO NAS LÍNGUAS NATURAIS: TRANSPARÊNCIA E OPACIDADE.....	130

4.3.1 Relações de transparência e opacidade entre Níveis e camadas da GDF..... 130
4.3.2 Concordância e acordo de gênero e as correspondências entre forma e significado..... 133
4.4 SÍNTESE..... 142
5 POVOS E LÍNGUAS INDÍGENAS NO BRASIL..... 144
5.1 CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DOS POVOS PINDORÂMICOS..... 144
5.1.1 Etnias autóctones e línguas indígenas: distribuição no território brasileiro..... 150
5.1.2 Contato linguístico com o português..... 159
5.1.3 Políticas de (re)vitalização da cultura e da língua originárias..... 163
5.2 TRONCOS E FAMÍLIAS LINGUÍSTICAS..... 166
6 UNIVERSO DE INVESTIGAÇÃO E ASPECTOS METODOLÓGICOS... 170
6.1 SELEÇÃO DA AMOSTRA LINGUÍSTICA..... 170
6.2 ASPECTOS GERAIS DAS LÍNGUAS INDÍGENAS DA AMOSTRA..... 172
6.3 ESCOPO DA PESQUISA E CRITÉRIOS DE ANÁLISE..... 173
7 DESCRIÇÃO E ANÁLISE TIPOLÓGICO-FUNCIONAL DA CATEGORIA DE GÊNERO NAS LÍNGUAS INDÍGENAS DO BRASIL..... 181
7.1 LÍNGUAS COM GÊNERO SEMÂNTICO..... 182
7.1.1 Ikpeng (karib)..... 182
7.1.2 Sabanê (nambikwara)..... 183
7.1.3 Shanenawa (pano)..... 185
7.1.4 Maxakalí (jê)..... 185
7.1.5 Ofayé (ofayé)..... 186
7.2 LÍNGUAS COM GÊNERO SEMÂNTICO E PRAGMÁTICO 188
7.2.1 Parkatejê (jê)..... 188
7.2.2 Dâw (nadahup)..... 190
7.2.3 Mamaindê (nambikwara)..... 192
7.2.4 Bororo (bororo)..... 195
7.2.5 Trumai (isolada)..... 196
7.3 LÍNGUAS COM GÊNERO SEMÂNTICO, PRAGMÁTICO E CONTEXTUAL..... 199
7.3.1 Mehináku (arawak)..... 199
7.3.2 Akwẽ-xerente (jê)..... 202
7.3.3 Dzubukuá (karirí)..... 206
7.3.4 Kanoê (isolada)..... 207

7.3.5 Rikbáktsa (rikbáktsa)..... 212
7.3.6 Kadiwéu (guaikuru)..... 221
7.3.7 Asurini (tupi-guarani)..... 224
7.3.8 Tariana (arawak)..... 228
7.4 LÍNGUAS COM GÊNERO FORMAL, SEMÂNTICO, PRAGMÁTICO E CONTEXTUAL..... 233
7.4.1 Wari' (txapakura)..... 234
7.4.2 Desano (tukano)..... 243
7.4.3 Kubeo (tukano)..... 253
7.4.4 Jarawara (arawá)..... 258
7.5 LÍNGUAS COM GÊNERO SEMÂNTICO E CONTEXTUAL..... 264
7.5.1 Avá-canoeiro (tupi-guarani)..... 264
7.5.2 Kaiowá (tupi-guarani)..... 266
7.5.3 Timbira (jê)..... 268
7.5.4 Matis (pano)..... 270
7.5.5 Kwaza (isolada)..... 272
7.5.6 Sateré-mawé (mawé)..... 277
7.5.7 Kamaiurá (tupi-guarani)..... 278
7.5.8 Aweti (aweti)..... 280
7.6 SÍNTESE..... 283
7.6.1 Considerações sobre o grupo 1: gênero semântico..... 286
7.6.2 Considerações sobre o grupo 2: gênero semântico e pragmático..... 287
7.6.3 Considerações sobre o grupo 3: gênero semântico, pragmático e contextual..... 290
7.6.4 Considerações sobre o grupo 4: gênero formal, semântico, pragmático e contextual..... 296
7.6.5 Considerações sobre o grupo 5: gênero semântico e contextual..... 301
8 SISTEMATIZAÇÕES E GENERALIZAÇÕES SOBRE A EXPRESSÃO E CODIFICAÇÃO DA CATEGORIA DE GÊNERO NAS LÍNGUAS INDÍGENAS DO BRASIL..... 306
8.1 CRITÉRIO SEMÂNTICO PARA ATRIBUIÇÃO DE GÊNERO..... 306
8.1.1 Hierarquia 1 – Animacidade e extensão cosmológica..... 313
8.1.2 Hierarquia 2 – Proximidade ontológica e papel mítico..... 315
8.1.3 Hierarquia 3 – Grau de extensão da animacidade..... 318
8.1.4 Síntese geral das hierarquias possíveis..... 319
8.2 ESPECIFICAÇÃO DOS NOMES QUE DISTINGUEM GÊNERO..... 320

8.2.1 Identificando a existência de hierarquias implicacionais..... 320
8.2.2 Detalhando os sistemas de atribuição..... 325
8.3 ESTRATÉGIAS DE CODIFICAÇÃO DE GÊNERO..... 330
8.3.1 Estratégias de marcação de gênero segundo a hierarquia implicacional..... 330
8.3.2 Exemplificação dos sistemas de codificação de gênero..... 335
8.4 CATEGORIA LINGUÍSTICA ENVOLVIDA COM A MARCAÇÃO DE GÊNERO..... 341
8.5 TRANSPARÊNCIA E OPACIDADE NA CODIFICAÇÃO DE GÊNERO..... 354
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 363
REFERÊNCIAS..... 377

1 INTRODUÇÃO[1]

Em muitas culturas, a noção multifacetada de "gênero" permeia todas as esferas da vida humana, estruturando relações familiares, padrões de socialização, divisão de tarefas, esferas de responsabilidade e até inclinações profissionais. Por isso, sua relevância é transversal em relação a diversas áreas do conhecimento. Para linguistas cujo interesse está na estrutura das línguas, "gênero" é uma maneira gramatical de classificar substantivos, podendo também ser marcado nos adjetivos, verbos, pronomes etc. Da perspectiva da sociolinguística, "o 'gênero' reflete uma elaboração social e cultural das diferenças sexuais, 'um processo que restringe nossos papéis sociais, oportunidades e expectativas', além de determinar certos modos de fala" (Cheshire, 2002 *apud* Aikhenvald, 2016, p. 1) [2]. Já para os sociólogos, psicólogos e antropólogos, "gênero" representa "um conjunto de normas, atitudes, sentimentos e comportamentos que determinada cultura ou sociedade associa ao sexo biológico da pessoa (macho ou fêmea)" (Aikhenvald, 2016, p. 1) [3]. Alguns filósofos, por sua vez, enfatizam a

[1] Trabalhar com a marcação de tempo em línguas indígenas em perspectiva tipológica na Iniciação Científica I e II (2014 e 2015) foi a primeira faísca que me levou a mudar a proposta inicial do projeto de pesquisa de Doutorado, que culminou no delineamento e elaboração da presente pesquisa. Em 2021, a disciplina Teoria da Linguagem II, ministrada pela Profa. Dra. Fabiana Cristina Komesu, pelo Prof. Dr. Lourenço Chacon Jurado Filho e pelo Prof. Dr. Manoel Luiz Gonçalves Corrêa, instigou em mim um olhar crítico acerca da ciência e do fazer científico, que se desdobrou numa necessidade de considerar e articular o contexto sócio-histórico; reconhecer demandas relevantes e atuais; reconhecer relações de poder, bem como o lugar de onde se fala (sujeito sócio-histórico) e questionar minhas "verdades", desveladas por Galeano (2023 [1991]) na epígrafe desta Tese. Em 2022, a publicação do livro "Linguagem 'neutra'" (Filho; Othero, 2022) aumentou meu interesse pelas acaloradas discussões sobre o tema e, consequentemente, sobre a marcação de gênero gramatical. Concomitantemente, acompanhar divulgadores científicos pelo *Youtube*, como o Me. Vinicius Siqueira (do canal Colunas Tortas), a Rita Von Hunt (do canal Tempero Drag), o Prof. Dr. André Machado (do canal Língua e Linguística), o Prof. e Historiador Rodrigo Kenji (do canal Normose), o Srta. Bira (do canal O Algoritmo da Imagem), entrevistas com o Prof. Dr. Miguel Nicolelis, Prof. Dr. Sidarta Ribeiro, Profa. Dra. Valeska Zanello e Profa. Dra. Gení Núñez, inspirou uma necessidade de registrar meu pensamento crítico e reflexivo no raciocínio científico. Paralelamente, nasce uma amizade com o Prof. Dr. Hugo Ramón Barbosa Oddone, um psicólogo paraguaio-argentino-brasileiro, falante de espanhol, guarani e português, que pode ser comparável a um *Yeti* por ter desenvolvido o domínio de um idioma que se legava a uma tradição oral e que passa a ser uma testemunha (rara) viva para comparar aspectos linguísticos entre a língua antiga e a nova ensinada nas escolas. Meu orientador, Prof. Dr. Edson Rosa Francisco de Souza, soma forças a esse movimento por ter genuína curiosidade sobre novas ideias; interesse e respeito genuínos por povos e culturas minorizados e por temas marginalizados; além da fantástica habilidade de entrelaçar áreas diversas das Humanidades. Esta pesquisa, portanto, é a materialização de inquietações, questionamentos e descobertas. E nasce numa necessidade de preencher lacunas pessoais, científicas e socioculturais num momento em que também florescem novas perspectivas de vivenciar a vida: o bem-viver (Werá, 2025 [2024]), a confluência (Santos, 2023) e as não monoculturas (Núñez, 2023). Ela revela questões profundas e essenciais no que diz respeito à percepção de mundo, ontologia, performatividade enquanto sujeito e grupo social no que tange à expressão de gênero gramatical (ou linguístico). Esperamos que a leitura deste estudo provoque o desejo de revisitar, reinterpretar e transformar práticas, não apenas científicas, educacionais ou docentes, mas práticas cotidianas, isto é, que provoque alguma mudança na vivência integral de quem lê, alterando, em maior ou menor medida, seus paradigmas e seus anseios.

[2] No original: *'gender' reflects a social and cultural elaboration of sex differences, 'a process that restricts our social roles, opportunities, and expectations', and also determines some ways in which we speak.*

[3] No original: *a set of norms, attitudes, feelings, and behaviours that a given culture or society associates with the person's biological sex (male or female)*.

distinção entre “sexo” – distinção biológica entre macho e fêmea – e “gênero” – identidade masculina/homem ou feminina/mulher socialmente construídas (Bullock; Stallybrass; Trombley, 1977 *apud* Aikhenvald, 2016, p. 1).

Aikhenvald (2016, p. 2) define as noções de “gênero” em três dimensões:

a) “Gênero linguístico” se refere ao sentido de “gênero” como categoria integrada ao sistema gramatical de uma língua. Trata-se de um mecanismo pelo qual os nomes são categorizados. Os nomes cujos referentes são mulheres costumam ser atribuídos à classe feminina, ao passo que os nomes cujos referentes são homens costumam ser atribuídos à classe masculina. A atribuição de gênero linguístico a nomes referentes a animais, aves, insetos, plantas e fenômenos naturais pode revelar associações simbólicas presentes em mitos, metáforas e tradições culturais.

b) “Gênero natural” é sinônimo de sexo ou, ainda, sexo biológico, ou seja, trata-se da distinção entre “anafêmeas” e “anamachos”[4] convencionalizada com base em diferenças anatômicas e hormonais, ligadas a traços fisiológicos e psicológicos concomitantes.

c) “Gênero social” denota normas sociais e expectativas no que diz respeito à performatividade de gênero. Simone de Beauvoir capta bem esse conceito ao revelar que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher” (Beavouir, 2019 [1949], p. 11). Isto é, a construção social do que é “ser mulher” molda a identidade de gênero e é manifestada no comportamento, nos gestos, na fala. Aikhenvald (2016, p. 2) destaca que, “em muitas sociedades tradicionais da Nova Guiné, a masculinidade social é alcançada e definida por meio de iniciação masculina”[5]. Semelhantemente, há outras sociedades tradicionais, nas quais a criança se torna mulher por meio dos rituais de iniciação feminina. Portanto, o gênero social está

[4] Os termos “anafêmea” ou “fêmea anatômica”, “anamacho” ou “macho anatômico” e “anassexo” ou “sexo anatômico” são cunhados pela socióloga Oyěwùmí (2021 [1997], p. 19) como substitutos de “fêmea”, “macho” e “sexo” na nomeação desses corpos quando inseridos em culturas e sociedades não ocidentais ou não ocidentalizadas. Segundo a autora, nas sociedades ocidentais, os corpos físicos são também corpos sociais. Consequentemente, “não há verdadeiramente uma distinção entre sexo e gênero”. Os novos termos são cunhados para enfatizar a relação “não generificada entre corpo humano e os papéis sociais, posições e hierarquias” concebida nas sociedades que seguem outras lógicas culturais. Os novos termos não carregam conotações hierárquicas, indicando apenas as diferenças fisiológicas entre as duas anatomias, uma vez que elas se relacionam com procriação e relação sexual. Apesar da relevância na diferenciação desses conceitos, adotamos, ao longo desta tese, os termos “fêmea”, “macho” e “sexo biológico”. Esse posicionamento se justifica pelo escopo da pesquisa, cujo foco é descrever e analisar a expressão de gênero linguístico, não havendo, portanto, tempo suficiente para um estudo diacrônico detalhado e interdisciplinar que tal análise e uma possível revisão terminológica exigiriam. Além disso, optamos por reproduzir os termos empregados nos materiais pesquisados em função de utilizarmos dados secundários como fonte de pesquisa, conforme explicamos no capítulo 6. Portanto, ao utilizar os termos “fêmea”, “mulher”, “macho”, “homem”, “sexo” e “sexo biológico” nas traduções das línguas indígenas da amostra, não estamos projetando ou pressupondo a nossa concepção sobre “ser mulher”, “ser fêmea”, “ser feminina”, “ser homem”, “ser macho” ou “ser masculino” tal como percebemos esses corpos na nossa lógica cultural generificada. Isso quer dizer que não há necessariamente uma conexão entre performar feminilidade ou masculinidade tal como concebemos os gêneros ou uma conexão entre a identificação de gênero com base na anatomia sexual da maneira como ditam as convenções da nossa cultura.

[5] No original: *In many traditional societies of New Guinea, social manhood is achieved, and defined, through male initiation.*

> relacionado aos papéis sociais contrastantes baseados nos sexos e como essas convenções são incorporadas nas práticas culturais e no comportamento ritualizado público[6].

Aikhenvald (2016) chama a atenção para a interação entre essas três dimensões: as diferenças biológicas inatas entre os sexos (gênero natural) são refletidas nas distintas práticas comunicativas de homens e mulheres (gênero linguístico), que, por sua vez, também são moldadas pelos respectivos gêneros sociais. Conforme observa Labov (1972, p. 304, *apud* Aikhenvald, 2016, p. 2), a diferenciação sexual entre falantes não se deve exclusivamente a fatores físicos, mas constitui uma postura expressiva considerada socialmente adequada para cada sexo.

O estudo de Hill e Zepeda (1999 *apud* Aikhenvald, 2016, p. 2) sobre a língua tohono o'odham[7] (família uto-asteca, México) evidencia essa interação. Segundo as autoras, as mulheres dessa comunidade utilizam um fluxo de ar ingressivo pulmonar (a inspiração controlada) para produzir determinados efeitos discursivos, sobretudo para criar intimidade na conversação. Essa técnica vocal, embora seja culturalmente modelada, é facilitada por características fisiológicas do trato vocal feminino, como o menor tamanho da laringe e da faringe em comparação às características fisiológicas masculinas. Esse modo de produção vocal, típica do sexo feminino e associada a uma voz aguda, é culturalmente reconhecida como traço da chamada "fala feminina", funcionando, portanto, como um marcador linguístico do gênero social. Assim, a configuração vocal, ainda que seja baseada em diferenças anatômicas, é mobilizada como recurso expressivo que serve para reafirmar normas sociais de identidade de gênero.

A lógica cultural ocidental colonial moderna fundamenta as categorias de gênero social no determinismo biológico: "a concepção de que a biologia fornece a lógica para a organização do mundo social. Desse modo, [...] essa lógica cultural é, na verdade, uma 'bio-lógica'" (Oyěwùmí, 2021 [1997], p.39). Nesse sentido, "as características naturais de gênero e os processos naturais de sexo e reprodução fornecem apenas um pano de fundo sugestivo e ambíguo para a organização cultural de gênero e sexualidade" (Ortner; Whitehead, 1981, p. 1,

---

[6] Entendemos "comportamento ritualizado" como *performance* cultural (ações formais, padronizadas, repetitivas e carregadas de significado simbólico) que constrói, mantém e transforma a realidade social, os valores coletivos e as identidades individuais.

[7] Nesta tese, a fim de manter uma padronização na forma de referenciação, seguimos a proposta de Sanchez-Mendes (2021), que utiliza inicial minúscula nos nomes das línguas indígenas do Brasil. Assim, optamos por tratar os nomes de todas as línguas como fazemos com línguas como francês, alemão ou japonês, a fim de assegurar consistência gráfica e evitar distinções.

apud Aikhenvald, 2016, p. 3)[8], porque os dados biológicos são interpretados à luz da construção cultural das noções de gênero e sexualidade de cada sociedade e em cada momento histórico. Historicamente, muitas culturas reconhecem mais de dois gêneros, por exemplo as *Muxes* no México – trata-se de um terceiro gênero reconhecido entre o povo Zapoteca em Oaxaca, que até hoje mantêm o traje tradicional, a língua zapoteca e outras tradições culturais celebradas desde antes da colonização[9]. Atualmente, aproximadamente 20 países[10] reconhecem legalmente um "terceiro gênero", ou seja, identidades que não se enquadram na concepção binária de gênero.

A reafirmação dessas identidades divergentes se realiza também por meio da linguagem, como bem aponta Aikhenvald (2016, p. 3), manifestando-se, por exemplo, na manipulação estratégica do gênero linguístico. Um exemplo revelador é o título da autobiografia de Brigitte Martel, uma mulher trans[11]: *Né homme, comment je suis devenue femme* ("Nasci [masculino] homem, como me tornei [feminino] mulher"), no qual a autora emprega distintas classes de gênero gramatical (masculino e feminino) para marcar a transição entre a sua identidade de gênero anterior e a atual. Outro caso expressivo é o das *Hijras*, na Índia e no Nepal – na sociedade Hindu, as identidades de gênero não binárias têm uma longa tradição de mais de 2.000 anos atrás e, tradicionalmente, as *Hijras* eram associadas a deidades antes da colonização inglesa[12] – que frequentemente alternam entre o uso de marcadores de gênero gramatical masculino e feminino ao se referirem a si mesmas, conforme o contexto interacional e os efeitos sociais desejados.

Esses casos demonstram que o gênero linguístico é atravessado pelas outras dimensões atreladas ao conceito de "gênero", funcionando como um repositório de crenças socioculturais. Desse modo, o gênero gramatical representa, codifica, comunica e organiza as percepções e classificações do mundo, revelando-se um importante recurso linguístico expressivo e identitário nas interações sociais (Aikhenvald, 2016, p. 4). Por isso, o gênero linguístico tende a refletir estereótipos sociais e culturais enraizados na vivência de um povo.

Sendo assim, além de apresentar aspectos formais, semânticos e pragmáticos específicos a cada língua, o gênero gramatical é influenciado por fatores extralinguísticos, como o planejamento linguístico, a correção política e os processos de mudança social, especialmente

---

[8] No original: *Natural features of gender, and natural processes of sex and reproduction, furnish only a suggestive and ambiguous backdrop to the cultural organization of gender and sexuality*.

[9] Natural History Museum of Los AngelesCcounty (2020).

[10] DW History and Culture (2022).

[11] Pessoas "transgênero" ou "trans" são aquelas cuja identidade de gênero difere da identificação sexual que lhes foi atribuída no nascimento. Uma "mulher trans" significa que a pessoa foi associada ao sexo masculino quando nasceu, mas se identifica como uma mulher. A transgeneridade é uma vivência pessoal autodeterminada, independente de cirurgias ou tratamentos hormonais, e não se relaciona à orientação sexual.

[12] DW History and Culture (2022).

no que diz respeito à maneira como seres humanos são categorizados e nomeados. A codificação de gênero linguístico pode reproduzir hierarquias sociais ligadas ao gênero social, refletindo o *status* relativo de homens e mulheres em diferentes comunidades linguísticas. Na língua jarawara (da família arawá, do sul da Amazônia), por exemplo, uma mulher respeitada pode ser referenciada por meio da marcação do masculino, cuja finalidade é expressar linguisticamente uma espécie de promoção simbólica ao *status* social masculino (Aikhenvald, 2016, p. 4). Esse uso revela a existência de uma associação direta entre o gênero linguístico e os valores culturais de um povo.

Nesse sentido, os sistemas de gênero identificados em variadas línguas do mundo expressam a história, atitudes e hierarquias sociais de diferentes povos. A problematização acerca do uso do pronome masculino genérico no inglês (*he* "ele"), bem como do uso do masculino genérico no português e no espanhol – tradicionalmente empregado para se referir a indivíduos de ambos os sexos – é um exemplo claro de como padrões linguísticos consolidados podem ser gradualmente modificados a fim de contestar hierarquias preestabelecidas à medida em que novas concepções sociais de gênero ganham espaço e legitimidade no discurso público (Aikhenvald, 2016, p. 4).

No sistema gramatical de uma língua, a categoria linguística de gênero não se limita à marcação de seres sexuados. Ela também funciona como um recurso de classificação nominal, aplicado a entidades inanimadas. Como observa Aikhenvald (2016, p. 5), o chamado "gênero neutro" tende a incluir objetos inanimados ou categorias de difícil generalização semântica. Além disso, a atribuição de gênero pode ser arbitrária, ou seja, sem nenhuma relação com o significado do substantivo, sendo, neste caso, influenciada por convenções linguísticas, padrões fonológicos ou até a forma do radical. Logo, substantivos atribuídos ao gênero feminino nem sempre denotam seres do sexo feminino, e o mesmo se aplica ao masculino.

As línguas indo-europeias, como o português, o espanhol, o italiano e o francês (línguas românicas), atribuem gênero masculino ou feminino a todos os substantivos, independentemente dos traços semânticos dos referentes ([+/-animado] [+/-sexuado] [+/-humano]). Em português, por exemplo, substantivos como "bicicleta" e "prato" exibem gênero formal inerente feminino e masculino, respectivamente, sendo que seus referentes são objetos inanimados. Já o alemão (língua germânica) e o russo (eslava) são exemplos de línguas que apresentam três classes de gênero: masculino, feminino e neutro. Em alemão, por exemplo, aos substantivos *Mädchen* ("menina"), *Büchlein* ("livrinho") e *Kätzchen* ("gatinho") é atribuído gênero formal inerente neutro em função do sufixo diminutivo (*-chen* e *-lein*). Ou seja, o gênero

linguístico não é relacionado aos traços semânticos dos referentes, mas sim condicionado à morfossintaxe da língua.

Línguas australianas apresentam sistemas mais singulares. O dyirbal (do norte de Queensland), por exemplo, distingue quatro gêneros, conforme apresentado em (1) abaixo.

(1) a. **Gênero 1** (marcador nominal *bayi*): seres humanos do sexo masculino e animados não humanos;
b. **Gênero 2** (marcador nominal *balan*): seres humanos do sexo feminino; fogo; líquidos potáveis; luta;
c. **Gênero 3** (marcador nominal *balam*): alimentos não cárneos;
d. **Gênero 4** (marcador nominal *bala*): gênero residual que abrange todo o resto, incluindo corpo e outras partes, nomes de lugar e alimentos cárneos (carne e peixe).

(Aikhenvald, 2016, p. 19, tradução nossa)

De acordo com Aikhenvald (2016, p. 19), a transparência semântica do sistema de gênero em dyirbal pode variar consideravelmente. Na língua, embora a atribuição de gênero siga princípios semânticos, essa relação não é direta nem totalmente previsível. A língua distingue quatro classes de gênero, marcadas por partículas nominais que funcionam de maneira semelhante a artigos definidos (ainda que não se realizem nos próprios substantivos), conforme descritos acima. Três dessas classes de gênero estão associados a um ou mais conceitos.

Com o avanço do processo de obsolescência de línguas minoritárias frente à pressão de uma língua dominante, é comum que estruturas gramaticais mais marcadas, como o sistema de gênero, sofram alterações significativas. Esse é o caso do dyirbal, que, embora fosse uma língua plenamente funcional nos anos 1960 (Aikhenvald, 2016, p. 91), hoje está em declínio. Os falantes mais jovens estão gradualmente simplificando o sistema de gênero, marcando gênero semelhantemente ao gênero anafórico do inglês, em que a marca de gênero é codificada por meio dos pronomes (*he*, *she*, *they, it*, respectivamente "masculino", "feminino", "inclusivo" e "neutro")[13] na retomada do referente anteriormente mencionado. Um dos efeitos mais visíveis dessa mudança foi o desaparecimento do gênero tradicionalmente associado a alimentos comestíveis não cárneos (gênero 3) – uma categoria comum nas línguas australianas. Além disso, o gênero feminino (gênero 2), que anteriormente incluía elementos como líquidos potáveis, fogo e instrumentos de combate, passou a restringir-se exclusivamente a seres humanos do sexo feminino (Aikhenvald, 2016, p. 91). Também se observou, segundo a autora,

[13] O uso de *they* em lugar de *he* e *she* tem sido retomado no inglês a fim de uma linguagem mais inclusiva, principalmente para substituir o uso do masculino como genérico ou para designar pessoas de identidade dissidente, conforme abordado no capítulo a seguir. Por esse motivo, ele é mencionado aqui enquanto gênero anafórico não binário (masculino ou feminino).

o desaparecimento da atribuição de gênero com base em associações míticas, bem como a regularização de exceções. Em contrapartida, o uso do gênero residual, equivalente ao neutro, foi ampliado, abarcando praticamente todos os inanimados, num movimento que se aproxima do emprego do pronome *it* no inglês.

Nesse sentido, a opacidade na expressão de gênero não apenas reflete uma característica estrutural das línguas, mas também está ligada a processos dinâmicos de mudança linguística. Segundo Aikhenvald (2016, p. 92), quando os falantes passam a utilizar uma língua que não possui gênero gramatical, é possível que também deixem de empregar em sua primeira língua. Os últimos falantes do baré (língua arawak do norte da Venezuela e de áreas próximas do Brasil) eram fluentes em língua geral, uma língua franca pertencente à família tupi-guarani. A língua geral não apresenta distinções de gênero. Por esse motivo, no baré, a concordância entre masculino e feminino em adjetivos e a concordância anafórica tornaram-se opcionais. Entretanto, a perda do gênero linguístico decorrente do atrito linguístico não é universal. No arvanítico (variedade do albanês em processo de obsolência linguística falada por albaneses que migraram para a Grécia entre os séculos XI e XV), os três gêneros permanecem distintos. Isso pode estar relacionado, conforme Aikhenvald, ao fato de que as distinções tripartidas de gênero no arvanítico e no grego dominante apresentam semelhanças estruturais.

O fenômeno de gramaticalização também desempenha um papel importante no processo de mudança linguística (Souza, 2009; Stassi-Sé; Fontes, 2017). Aikhenvald (2016, p. 77) ilustra o desenvolvimento de gênero linguístico a partir do processo de gramaticalização de nomes referentes a humanos por meio da língua kokota (uma língua oceânica, falada nas ilhas Salomão, na Oceania), na qual o pronome de terceira pessoa de singular masculino (*manei*) vem da palavra “homem” (*mane*). Mudanças no sistema de gênero, portanto, podem ocorrer por meio de gramaticalização ou por contato com outras línguas, sendo particularmente relevante em contextos de bilinguismo ou contato linguístico. Tais mudanças frequentemente resultam em sistemas mais opacos, à medida em que a regularidade das marcações de gênero se perde ou se torna menos transparente. Leufkens (2015) e Hengeveld e Leufkens (2018) observam que, ao longo do tempo, as categorias linguísticas podem passar por um processo de condensação, em que as formas originais de marcação, antes definidas e distintas, fundem-se ou perdem a transparência, criando um sistema mais irregular e menos previsível.

Em um estudo tipológico envolvendo mais de 200 línguas de diferentes troncos e famílias linguísticas, Corbett (1991) mostra que a configuração da categoria de gênero é bastante diversificada, podendo apresentar diferenças significativas. Na Europa e em boa parte da Ásia, as línguas indo-europeias são predominantes. Muitas dessas línguas apresentam três

classes de gênero, enquanto outras apresentam apenas duas em decorrência de processos históricos de mudança linguística que resultaram na simplificação desses sistemas; há ainda línguas que perderam totalmente essa categoria, ao passo que outras, como as do grupo eslavo, estão introduzindo novos subgêneros. Por outro lado, algumas línguas da família urálica, como o húngaro, não apresentam gênero gramatical. Já as línguas caucasianas – aproximadamente 35 línguas faladas entre a Europa e o sul da Ásia – apresentam sistemas de gênero significativamente distintos dos presentes nas línguas indo-europeias. Entre as famílias linguísticas com sistemas de gênero altamente diversificados, destaca-se a nigero-congolesa – a maior família linguística da África, que se estende do rio Níger até as proximidades da África do Sul –, cujas línguas apresentam sistemas notavelmente mais extensos e complexos de marcação de gênero (Corbett, 1991, p. 2-3).

O autor destaca ainda a relação entre as categorias de gênero e de número, uma vez que, em muitas línguas, a concordância ou acordo[14] da marcação de gênero leva também à concordância de número entre o núcleo nominal e os termos satélites. Essa relação entre as categorias é evidente na estrutura de sintagmas nominais do tipo *"***As** menin**as** estudios**as***"*, em que o substantivo "meninas" flexionado no plural concorda com o determinante "as" e o adjetivo "estudiosas" em gênero (feminino) e número (plural). De acordo com Corbett (2013), esse tipo de concordância é uma característica distintiva das línguas românicas.

Nosso interesse em pesquisar a expressão e codificação de gênero nas línguas indígenas brasileiras se justifica pela complexidade, heterogeneidade e variabilidade que caracterizam essa categoria gramatical, características essas que também despertam o interesse de diversas áreas das ciências sociais. Especificamente, o nosso foco recai nos estudos tipológicos dessa categoria, uma vez que a tipologia linguística se mostra particularmente eficaz na identificação e na análise da ampla diversidade estrutural presente nas línguas naturais do mundo. Considerando os desafios e a complexidade do tema, o recorte desta tese se volta sobre as línguas indígenas do Brasil em razão da notável escassez de estudos tipológicos dedicados a essa dimensão em línguas ameríndias. Tais línguas constituem um terreno particularmente fértil para a investigação dessa categoria multifacetada e altamente variável, sobretudo diante da correlação evidenciada por Bossaglia (2019, p. 46) entre biodiversidade e diversidade

[14] Conforme apresentamos detalhadamente no capítulo 4 desta tese, utilizamos "concordância" para os casos em que a forma marcada nos outros constituintes da oração se relaciona com o sexo do referente. Nos termos da Gramática Discursivo-Funcional, há uma relação entre os níveis de significado e os níveis de codificação. E utilizamos "acordo" para definir os casos em que a reduplicação das formas de gênero se relaciona com gênero formal inerente. Ou seja, a operação acontece apenas no Nível Morfossintático, pois não carrega conteúdo de significado. Exemplo de concordância: **A** menin**a** fei**a**. Exemplo de acordo: **A** canec**a** fei**a**.

linguística, segundo a qual "os lugares mais biodiversos do nosso planeta são aqueles onde se encontra o maior número de línguas diferentes".

Nesse contexto, o Brasil representa quase metade do território sul-americano e detém a maior diversidade biológica do planeta, conforme o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima[15]. No país, já foram registradas mais de 124 mil espécies de animais, mais de 44 mil espécies vegetais e mais de 8 mil tipos de fungos, presentes em seis biomas terrestres e três ecossistemas marinhos de grande porte. A variedade de zonas climáticas contribui para a formação desses biomas: a Amazônia, maior floresta tropical úmida do mundo; o Pantanal, a maior planície alagável; o Cerrado, com savanas e matas; a Caatinga, com vegetação de clima semiárido; os campos dos Pampas; e a Mata Atlântica, uma floresta tropical pluvial. Há ainda um sétimo bioma em território brasileiro, que não é oficialmente reconhecido pelo governo do Brasil: o Chaco. O Bioma do Chaco tem uma "vasta diversidade de ecossistemas que vão de savanas secas a áreas alagáveis, o Chaco abriga mais de 3.400 espécies de plantas, além de uma fauna rica, com 500 espécies de aves e 150 mamíferos". Ele se estende por mais de 1 milhão de km² entre a Argentina, Paraguai, Bolívia e o Brasil. No território nacional, "sua presença se restringe ao extremo sudoeste de Mato Grosso do Sul, particularmente no município de Porto Murtinho" (Pereira, 2024).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2025) com base no Censo Demográfico 2022, no Brasil residem 391 etnias, povos ou grupos indígenas e são faladas 295 línguas indígenas, com maior concentração no Amazonas (povo Tikúna) e na Bahia (povo Pataxó). O Brasil está entre os dez países com maior diversidade linguística, conforme O Atlas da Amazônia Brasileira, publicado pela Fundação Heinrich Böll este ano (2025). Muitas dessas línguas, no entanto, encontram-se em risco de adormecimento[16] devido à drástica redução no número de falantes ou a fatores socioculturais diversos. Como apontam Moore, Galucio e Gabas (2008, *apud* Miranda, 2023, p. 36), "uma boa parte das línguas mais

[15] Brasil [202-?].

[16] Seguindo Ailton Krenak, Altaci Rubim Corrêa Kokama, entre outros, consideramos que as línguas podem estar adormecidas, não extintas. Isso porque a cosmopercepção indígena concebe língua como espírito que habita corpo, território, sonho e memória. Conforme João Paulo Tukano, "tudo é vida [...], portanto não separamos nossos corpos com tudo o que está no entorno, porque nós somos extensão [de tudo] e [tudo é] nossa extensão. O corpo, portanto, é microcosmo, é síntese de tudo que existe" (Selvagem ciclo de estudos sobre a vida, 2025). Nesse sentido, Tupinambá retoma um ensinamento ancestral: "todos estão conectados pelo ar [...] e o que é a nossa voz se não esse elemento não humano, o ar, que entra dentro de nós e permite a fala" (Selvagem ciclo de estudos sobre a vida, 2025). Por isso, entendemos que, sob a perspectiva autóctone, uma língua não deixa de existir pelo simples fato de não estar sendo falada em determinado momento, mesmo porque uma língua pode ser revitalizada. Nas palavras de Kokama, "a língua é espírito, e o espírito não morre, não desaparece. As línguas podem estar adormecidas, porque tiveram séculos ou décadas de transmissão interrompida. Mas podem ser acordadas e fortalecidas em rituais, em práticas culturais" (Costa, 2023).

ameaçadas são também as menos estudadas ou documentadas. As línguas Arawak são um exemplo crítico dessa situação, embora não o único".

Tendo em vista a falta de estudos tipológicos específicos das línguas ameríndias, principalmente sobre a categoria de gênero – que parece interagir diretamente com subjetividades humanas no âmbito social e cultural, representadas pelo uso linguístico –, esta tese contribui com os estudos relativos às humanidades, com a preservação de línguas e culturas, buscando também contribuir e lançar luz a perspectivas científicas decoloniais. Com esta pesquisa, buscamos contribuir cientificamente para uma melhor compreensão da expressão e codificação da categoria de gênero nas línguas indígenas do Brasil, a partir de uma perspectiva teórica tipológico-funcional; além de colaborar para divulgação e documentação da diversidade linguístico-cultural do Brasil e para o fomento de outras pesquisas em tipologia linguística e estudos sobre gênero linguístico em línguas ameríndias. Socioculturalmente, nossa contribuição se dá por meio da preservação das línguas autóctones, especialmente no que diz respeito a compreender e documentar culturas e cosmopercepções diversas, dada a relevância que o registro da palavra escrita tem no mundo institucionalizado.

Como o tema da categoria de gênero envolve a análise e a observação de aspectos linguísticos, socioculturais e das cosmogonias, a proposta desta tese também se alinha, portanto, a diretrizes da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente ao ODS 4 (Educação de Qualidade), ao ODS 10 (Redução das Desigualdades), ao ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis, com ênfase na proteção do patrimônio cultural imaterial), e ao ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), ao promover a divulgação, o reconhecimento e o fortalecimento das identidades indígenas por meio da linguagem, bem como o respeito à diversidade linguística e cultural como dimensão fundamental da justiça social e da cidadania.

A proposta desta tese consiste em analisar a expressão e a codificação de gênero linguístico com base em uma amostra composta por 30 línguas originárias, cuidadosamente selecionadas segundo os critérios propostos por Rijkhoff, Bakker, Hengeveld e Kahrel (1993), Rijkhoff e Bakker (1998), Pereira (2016) e Souza (2024). Além do critério de diversidade tipológica, a metodologia de amostragem proposta pelos autores prioriza o critério genético como principal parâmetro para a seleção de línguas. Essa abordagem se baseia na suposição de que uma amostra genealogicamente equilibrada tem maior probabilidade de refletir a diversidade estrutural das línguas do mundo.

Esta pesquisa está ancorada nos pressupostos teóricos da perspectiva tipológico-funcional, em especial na Gramática Discursivo-Funcional (doravante, GDF), conforme desenvolvida por Hengeveld e Mackenzie (2008), com ênfase nas discussões sobre

transparência e opacidade gramatical (Hengeveld, 2011; Leufkens, 2015; Hengeveld; Leufkens, 2018). A escolha desse modelo justifica-se por sua capacidade de integrar aspectos cognitivos, gramaticais, funcionais e tipológicos, possibilitando a realização de uma análise articulada de aspectos fonológicos, morfossintáticos, semânticos, pragmáticos e contextuais mobilizados pelas línguas para atender às necessidades comunicativas de seus usuários.

O objetivo geral desta tese é identificar, descrever e analisar os diferentes tipos de gênero linguístico[17] (contextual, pragmático, semântico e formal) e as estratégias de codificação (lexical, morfossintática, fonológica) dessa categoria nas línguas indígenas em apreciação, sob a perspectiva teórica da GDF (Hengeveld; Mackenzie, 2008) e da tipologia linguística (Corbett, 1991, 2013; Aikhenvald, 2010; 2016; Grinevald, 2000; Rijkhoff; Bakker; Hengeveld; Kahrel, 1993). A pesquisa permite compreender como se dá a expressão de gênero nas línguas originárias, bem como sua associação com traços semânticos (animacidade, humanidade e sexo) e a relação com outras categorias (número), considerando ainda os traços de transparência e opacidade (Hengeveld, 2011; Leufkens, 2015; Hengeveld; Leufkens, 2018).

Para alcançar esse objetivo, definimos os seguintes objetivos específicos:

1) Analisar a presença e a relevância dos traços semânticos de humanidade, animacidade e sexo na configuração e expressão de gênero nas línguas indígenas da amostra, identificando sua influência na distinção de gêneros em diferentes tipos de nomes (humanos, animados, inanimados);
2) Investigar a correlação entre as categorias de gênero e número nas línguas indígenas da amostra, com foco na operação de concordância e acordo como mecanismo de expressão dessas categorias, a fim de determinar em que medida a marcação de gênero depende da marcação de número e em quais contextos sintáticos essa relação se manifesta (como, por exemplo, entre nome, determinante e adjetivo, entre sujeito e verbo, entre pronome e seu antecedente etc.);
3) Avaliar os traços de transparência e opacidade na marcação de gênero, considerando a previsibilidade ou imprevisibilidade das formas linguísticas, com base na proposta de Leufkens (2015) sobre transparência tipológica;

[17] Nesta tese, gênero linguístico é sinônimo de gênero gramatical.

4) Identificar tendências e generalizações tipológicas quanto à codificação da categoria de gênero, buscando padrões que possam contribuir para uma melhor compreensão da diversidade e da complexidade dessa categoria nas línguas autóctones estudadas.

Para cumprir os objetivos propostos, buscamos responder a um conjunto de perguntas de pesquisa que orientam a investigação dos sistemas de gênero presentes nas línguas indígenas da amostra. Tais perguntas visam não apenas a descrever os mecanismos lexicais e morfossintáticos envolvidos na codificação dessa categoria, mas também a compreender os fatores semânticos, pragmáticos, culturais e sócio-históricos que influenciam sua presença, ausência ou reconfiguração nos sistemas gramaticais dessas línguas. A formulação das perguntas, apresentadas a seguir, está fundamentada em contribuições teóricas e tipológicas relevantes, como as de Corbett (1991, 2013), Aikhenvald (2010, 2012, 2016), Hellinger e Bußmann (2002, 2003). Hengeveld e Leufkens (2018), entre outros, e busca integrar perspectivas internas às línguas (morfológicas, sintáticas, semânticas, pragmáticas) e extralinguísticas (contextuais, genealógicas, areais e socioculturais), a fim de oferecer uma visão abrangente e comparativa da categoria de gênero em contextos ameríndios:

1) Quais línguas da amostra apresentam sistemas produtivos de gênero linguístico, e de que modo esses sistemas são concebidos e codificados nas línguas (afixos, clíticos, partículas, alterações fonológicas etc.), conforme os parâmetros propostos por Corbett (1991) e Aikhenvald (2016)?
2) Quais parâmetros semânticos, pragmáticos ou extralinguísticos orientam a atribuição de gênero nas línguas da amostra? Há associação com noções como animacidade, sexo biológico, forma física, função social, ou com classificações cosmológicas e mitológicas locais, conforme sugerido por Aikhenvald (2000, 2016) e Hellinger e Bußmann (2002, 2003)?
3) Como se distribui o gênero linguístico entre as diferentes famílias linguísticas representadas na amostra? Há correlação entre filiação genética e padrões tipológicos de gênero, conforme proposto por Nichols (1992) e Aikhenvald (2016)?
4) Em que medida o contato linguístico com o português brasileiro influencia os sistemas de gênero das línguas indígenas da subamostra? Há indícios de reestruturações como simplificação, reanálise ou desaparecimento da categoria

de gênero, sobretudo entre falantes mais jovens, no que diz respeito aos casos de mudança induzidas por contato, conforme Thomason Thomason e Kaufman (1988), Aikhenvald (2002), Epps (2017) e Miranda (2023)?

5) Como se manifestam os traços de transparência ou opacidade na marcação de gênero nas línguas indígenas da amostra, e quais fatores – semânticos, morfossintáticos, fonológicos ou culturais – influenciam essa manifestação, conforme os critérios de transparência linguística propostos por Hengeveld (2011), Leufkens (2015) e Hengeveld e Leufkens (2018)?
6) Em que medida a disposição dos dados sobre a manifestação da categoria de gênero nas línguas da amostra, em termos de formulação e de codificação morfossintática e fonológica, permite identificar a existência de hierarquias implicacionais relacionadas à expressão de gênero?

A hipótese central desta pesquisa é a de que os sistemas de gênero nas línguas indígenas do Brasil seguem padrões tipológicos diversos, com predominância de critérios semânticos, pragmáticos e contextuais, tal como descrito por Aikhenvald (2000, 2016). Esses critérios incluem humanidade, animacidade, sexo, papéis sociais, forma, função e associações culturais, que orientam a atribuição de gênero de maneira contextualizada e, portanto, motivada. Evidências observadas em algumas línguas da amostra indicam a presença de critérios morfossintáticos, como a concordância e o acordo entre nome e modificadores, o que as aproxima das generalizações propostas por Corbett (1991), segundo as quais sistemas de gênero formal envolvem mecanismos previsíveis e regulares de marcação formal. Além do enfoque tipológico, adotamos também uma perspectiva sociolinguística, com base em Hellinger e Bußmann (2003), para considerar a possibilidade de que os sistemas de gênero nas línguas indígenas reflitam não apenas padrões linguísticos, mas também aspectos culturais, simbólicos e discursivos locais – como mitologias, classificações cosmológicas ou práticas de organização social que influenciam a categorização linguística.

Propomos, ainda, que haja uma correlação entre o tipo morfossintático e a expressão da categoria de gênero nas línguas ameríndias. Especificamente, partimos da suposição de que línguas do tipo fusional e/ou polissintética tendem a exibir sistemas de gênero mais opacos, nos quais as regras de atribuição e de concordância não seguem padrões sistemáticos facilmente detectáveis, exigindo conhecimento gramatical mais específico por parte do falante. Por outro lado, línguas com estruturas morfossintáticas dos tipos isolante e

aglutinante tendem a apresentar sistemas mais transparentes de expressão de gênero, nos quais a relação entre forma e significado é mais direta e previsível.

Essa hipótese se baseia na abordagem de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 301) desenvolvida pela proposta de Leufkens (2015), que define transparência como a presença de uma relação de um-para-um entre forma e significado, operacionalizada como um *continuum* que varia conforme o número e o tipo de características não transparentes (como fusão, redundância, forma baseada em forma). Segundo a autora, há evidências de que línguas com maior complexidade formal, ou seja, aquelas com múltiplas marcas de concordância redundante, processos morfofonológicos irregulares ou classificações não motivadas semanticamente, tendem a ser mais opacas do ponto de vista tipológico. Além do tipo morfológico das línguas, Leufkens (2015) associa o quão fortemente uma língua se encontra estabelecida ao longo do tempo à maior opacidade linguística, enquanto sistemas mais transparentes costumam estar associados a línguas em estágios iniciais.

Leufkens (2015) propõe que a opacidade linguística pode emergir em contextos mais avançados ao longo da história do desenvolvimento de uma língua, enquanto sistemas mais transparentes costumam estar associados a línguas em estágios iniciais ou com menor grau de fusão morfológica. Assim, espera-se que a diversidade linguístico-cultural presente nas línguas indígenas do Brasil possibilite verificar empiricamente se tal padrão tipológico se confirma no conjunto específico de línguas da nossa amostra. Dessa forma, espera-se que a ampla diversidade linguística das línguas ameríndias permita avaliar empiricamente a validade dessa proposta tipológica de análise da categoria de gênero. A análise poderá revelar se línguas classificadas com estruturas majoritariamente isolantes ou aglutinantes, de fato, tendem a codificar a categoria de gênero de maneira mais transparente, enquanto línguas com maior grau de fusão ou irregularidade morfológica apresentam sistemas de gênero mais opacos e menos previsíveis.

A fim de alcançarmos os objetivos propostos, esta tese está organizada em 9 capítulos. O capítulo 1 é dedicado à introdução do tema da pesquisa, dos objetivos, da hipótese e das perguntas de pesquisa. No capítulo 2, propomos uma breve contextualização histórica, linguística e sociocultural que envolvem os debates em torno da noção de "gênero", além de examinarmos o tratamento dispensado a esse tema pela literatura tipológica. No capítulo 3, apresentamos os subsídios teóricos fundamentais da Gramática Discursivo-Funcional (GDF) (Hengeveld; Mackenzie, 2008), assim como as menções que os autores fazem sobre a categoria de gênero no modelo teórico da GDF. No capítulo 4, tratamos da definição dos conceitos de transparência e opacidade no âmbito do modelo da GDF (Hengeveld, 2011; Leufkens, 2015;

Hengeveld; Leufkens, 2018) e de sua relevância para a análise dos tipos de gênero e maneiras de codificação nas línguas naturais. No capítulo 5, discorremos sobre os povos originários e as línguas indígenas faladas no território brasileiro. No capítulo 6, listamos os critérios para a composição da amostra de línguas indígenas brasileiras, os aspectos tipológicos das línguas indígenas da amostra e os procedimentos metodológicos utilizados na análise da categoria de gênero nas línguas em questão. No capítulo 7, apresentamos a descrição e análise tipológico-funcional da categoria de gênero nas línguas indígenas do Brasil, considerando os critérios de análise formulados a partir do referencial teórico. No capítulo 8, sistematizamos os resultados da pesquisa. Por fim, nas considerações finais, em 9, apresentamos as generalizações e as tendências observadas na análise da categoria de gênero nas línguas indígenas da amostra.

2 DEFINIÇÃO DE GÊNERO NA LITERATURA LINGUÍSTICA

2.1 INTRODUÇÃO

Antes de iniciar as discussões centrais deste capítulo, é necessário apresentar alguns pontos relevantes sobre o tema, especialmente com relação aos debates atuais sobre a questão.

Em razão da ampla visibilidade alcançada pelas reivindicações políticas vinculadas à linguagem, ao se pensar em "gênero" nos dias de hoje – ainda que a palavra tenha diversas acepções – é inevitável associá-la às discussões sobre a chamada linguagem "neutra" ou, mais precisamente, linguagem inclusiva, conforme é denominada em outros países. Como diz Freitag (2024, p. 9), "não existe neutralidade nem na língua nem na sociedade. Não existe linguagem neutra, porque as pessoas não são neutras, isto é, pessoas expressam quem são e a que grupo pertencem".

Seguindo esse pensamento no que diz respeito às línguas indo-europeias, Moura e Mäder (2022, p. 39) afirmam ser impossível conceber "uma linguagem neutra do ponto de vista do gênero gramatical, pois ele define, necessariamente, um recorte das categorias biológicas percebidas no mundo". Quer dizer, "[gêneros linguísticos] refletem masculinidade e feminilidade biológicas. Eles também espelham o *status* social de homens e mulheres. Por meio dos gêneros linguísticos, objetos podem ser dotados de características dos gêneros natural e social" (Aikhenvald, 2016, p. 213) [18].

Para seguir nessa discussão, é preciso primeiro delinear o que se entende pelo termo, "pois uma mesma palavra pode ter sentidos diferentes em uma mesma época dependendo do uso, ou em diferentes momentos" (Wittgenstein, 1991 *apud* Zanello, 2022, p. 20). Pelo menos dois temas são suscitados atualmente pela palavra "gênero", conforme Possenti:

> [...] **uma questão gramatical** (palavras masculinas, femininas e neutras, em nossa tradição cultural, com ou sem alusão a questões antropológicas); [...] ou, a maior novidade e a mais recente, **uma questão social**, caso em que "gênero" substitui, não com sentido equivalente (isso nunca ocorre), a palavra "sexo". Melhor: mais disputa espaço do que substitui (Possenti, 2022, p. 19, grifos nossos).

Nesta tese, focamos nossa análise na questão gramatical, entretanto, é relevante mencionar que o entendimento de "gênero" enquanto uma questão social se desdobra em mais três sentidos conforme aponta a psicóloga e pesquisadora Valeska Zanello (2024). A primeira

[18] No original: *mirror the social status of men and of women. Through Linguistic Genders, objects can be endowed with features of natural and of social genders*.

delas é a ideia binária do masculino e do feminino, referente a determinadas características físicas, emocionais e de habilidades atribuídas ao sexo masculino ou ao sexo feminino; a segunda se relaciona à orientação sexual, isto é, para qual pessoa se direciona o interesse sexual; e a terceira diz respeito à identidade de gênero social, sobretudo aos estudos transgêneros, isto é, termo atribuído a pessoas que têm o reconhecimento sexual diferente daquilo que se percebem culturalmente em termos de gênero, em outras palavras, são pessoas que não se identificam com o gênero social ao qual foram vinculadas e educadas (ou melhor dizendo, treinadas e ensinadas para ser) com base em seu órgão sexual, ou seja, sexo biológico.

É importante pontuar, do mesmo modo que o faz Zanello, uma questão primeira: a noção de "pessoa" não é meramente biológica e anatômica, mas sociológica e antropológica, portanto, cada cultura define o que é uma pessoa e o que é esperado de uma pessoa em termos de parentesco, etiquetas sociais, modos de se comportar, modos de sentir. E é comum que em culturas sexistas, como as culturas ocidentais ou ocidentalizadas no âmbito do colonialismo europeu, o conceito de "pessoa" seja marcado por um forte binarismo que interpela homens e mulheres de maneiras bastante diferentes em termos de identidade, de comportamentos e de emoções, entendendo-se "tornar-se pessoa" como tornar-se homem ou tornar-se mulher.

É desse âmbito que emergem as questões relativas à linguagem inclusiva. Trata-se da reivindicação por visibilidade e igualdade de grupos não adequadamente refletidos na representação linguística da realidade, como pessoas cuir[19] e intersexo[20]. Essas questões extrapolam o campo linguístico e abarcam as discussões políticas, sociais, educacionais, materializando-se, por exemplo, em projetos de lei. A Argentina, conforme aponta Glozman, trilha árduo pioneirismo em nível regional e universal nas ações disruptivas em favor do reconhecimento desse direito "à liberdade de expressão na utilização da pluralidade de usos linguísticos que abarca a linguagem inclusiva de gênero, em todos os âmbitos em que as pessoas desenvolvem sua vida social" (Glozman, 2022, p. 163).

Conforme já mencionado, atemo-nos, nesta pesquisa, na compreensão de "gênero" como uma questão gramatical, que, em certa medida, reverbera os debates da relação entre gênero social e o emprego do gênero linguístico, ainda que não seja nosso enfoque. Na presente tese, portanto, nosso objeto de análise são os tipos de gênero gramatical: formal, semântico,

[19] "O termo 'cuir' é uma derivação latino-americana do 'queer' [palavra em inglês que significa "esquisito"], que vem sendo utilizado para se referir a experiências de dissidência sexual e de gênero de forma mais direcionada às questões raciais e de classe, em contraste com a perspectiva eurocêntrica". Ou seja, o uso de "cuir" tem a finalidade de especificar as experiências próprias da América Latina (Universidade Federal de Minas Gerais, 2023).

[20] Importante pontuar que, hoje, segundo a Organização Intersexo Australiana, 1 a cada 100 pessoas é intersexo. E existem mais de 41 variações, segundo a Sociedade Norte-Americana de Intersexualidade (Dias, 2023).

pragmático e contextual, mais especificamente, a codificação (lexical, morfossintática e fonológica) de gênero nas línguas indígenas do Brasil.

Apresentamos, neste capítulo, um breve panorama histórico, linguístico e sociocultural das discussões que permeiam o conceito de "gênero". Em 2.1, contextualizamos o que se tem discutido acerca de "gênero", especialmente no que diz respeito à linguagem. Em 2.2, apresentamos as discussões teóricas sobre a categoria linguística de gênero e sua relação com gênero natural e gênero social. Em 2.3, discutimos a marcação de gênero em línguas indo-europeias, com ênfase no português brasileiro sob um olhar crítico dos usos e interpretações. Em 2.4, apresentamos considerações da categoria de gênero sob a perspectiva tipológica. E, por fim, em 2.5, sintetizamos os pontos abordados no presente capítulo.

2.2 DISCUSSÕES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE GÊNERO LINGUÍSTICO, GÊNERO NATURAL E GÊNERO SOCIAL

O gênero linguístico, consoante os apontamentos de Aikhenvald (2016), Moura e Mäder (2022), Freitag (2024), entre outros, é afetado por questões pragmáticas, interpessoais, de processamento e contextuais. Além disso, abarca diversos campos dos estudos sociais, como a antropologia, a sociologia, a história, a literatura, a psicologia. Daí também nosso interesse por tal tema, porque ganha crescente visibilidade nos diversos campos de estudo. Mas, mais especificamente, nosso interesse se pauta nos estudos tipológicos dessa categoria gramatical conforme discorremos no desenvolvimento desta pesquisa.

Carvalho (2021, 2021b, 2021c) problematiza a construção e a imposição do conceito de gênero gramatical formal – entende-se por decisões morfológicas para a distribuição das palavras em classes – como categoria universal nas línguas naturais. Conforme o autor, a estruturação e as categorias da gramática têm raízes filosóficas ocidentais, visto que, ao pensarmos na gramática enquanto elemento constitutivo do "ser", ou no "ser" fundador do que conhecemos como gramática, ou ainda no "ser" estabelecido nas definições clássicas de sujeito e predicado, nosso entendimento de "ser" é baseado no "ser" aristotélico. Carvalho (2021, p. 39) recorre a Nietzsche para ilustrar o caráter arbitrário do que é designado: definir e categorizar ou classificar algo resulta de uma verdade criada, assim como toda verdade é. "Durante séculos, o ocidente difundiu a certeza de que, por exemplo, os povos nativos americanos e africanos não tinham alma, que as mulheres eram seres inferiores aos homens", que a sexualidade dirigida a pessoas do mesmo sexo "era uma patologia e, se posta em prática,

era imoral e prática criminosa. [...] A definição do "ser" era, portanto, uma decisão de alguns e a verdade para todos.

A categoria gramatical de gênero é, portanto, herança de uma construção cultural grega inventada por Aristóteles no século IV, segundo Carvalho (2021, p. 40). O termo "gênero" tem origem grega *gènus*, que significava originalmente "nascimento, descendência, origem; raça, tronco; descendente, rebento, filho", de acordo com o Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. O gênero linguístico está entre as primeiras categorias a ser identificada na história da linguística. Conforme Aikhenvald (2016, p. 13), o pensador grego Protágoras, no século V a. C., utilizou o conceito de "gênero" ao classificar os substantivos de sua língua em três grupos distintos: femininos, masculinos e inanimados (atualmente chamados de neutros). Esse é o padrão de classificação por gênero característico de diversos idiomas da família indo-europeia, como o latim. Os substantivos originalmente neutros do latim foram gradualmente assimilados pelas classes masculina e feminina, originando a estrutura binária de gênero que conhecemos hoje em línguas como o francês, o português, o espanhol e o italiano.

Segundo a psicóloga e pesquisadora Stellmann (2007), embora os termos *gènos* e *geneā* também estivessem associados ao conceito de sexo no grego antigo, foi apenas a partir do século XV que essa relação se tornou mais evidente, passando o termo "gênero" a ser empregado como sinônimo de sexo biológico. Assim, "masculino" e "feminino" passaram a ser especificações de gênero, sendo o primeiro termo utilizado em referência aos machos e o segundo em referência às fêmeas (Merriam-Webster Online Dictionary; Online Etymology Dictionary; The American Heritage Dictionary of the English Language, 2000; The New Oxford Dictionary of English, 1998 *apud* Stellmann, 2007, p. 14).

O modelo unissex predominante até o século XVIII pressupunha que homens e mulheres possuíam órgãos genitais iguais, sendo os das mulheres localizados internamente. Nesse contexto, o gênero era entendido como uma construção cultural: ser homem ou mulher era determinado pela posição social; enquanto o corpo, como aspecto biológico, não desempenhava um papel central, sendo considerado um epifenômeno. Nesse modelo de unicidade sexual, a diferença entre os sexos era vista como uma questão de grau e não de essência. A hierarquia entre os gêneros se baseava em um dualismo quantitativo, ou seja, uma variação, contínua, em uma mesma escala, no qual o homem era considerado o padrão de perfeição (Laqueur, 1990 *apud* Stellman, 2007, p. 14).

Ainda conforme os apontamentos de Stellman (2007, p. 14), o modelo de dois sexos opostos predominante até hoje começou a se consolidar no final do século XVIII. Essa ideia foi influenciada pelas descobertas da anatomia, que, no século anterior, permitiram a exploração

detalhada dos corpos e a identificação de diferenças biológicas. Alguns pensadores passaram a enfatizar uma separação marcante entre os sexos, defendendo que homens e mulheres não eram apenas distintos fisicamente, mas também moralmente. Segundo a historiadora Schiebinger (1987 *apud* Stellman, 2007, p. 14), estudos sobre a estrutura esquelética reforçavam essas diferenças. Argumentava-se, por exemplo, que, devido ao menor tamanho craniano, as mulheres teriam uma capacidade intelectual inferior em comparação aos homens, o que justificaria excluí-las de esferas como o governo, o comércio, a educação e a ciência.

Autores como Foucault (1977, 1984) e Laqueur (1990), conforme sustenta Stellmann (2007, p. 15), denunciam a concatenação entre as descobertas anatômicas do período e os interesses da burguesia democrática iluminista, que precisava justificar a desigualdade entre homens e mulheres. Como destaca Costa (1995 *apud* Stelmann, 2007, p. 15), embora no final do século XVIII a teoria jusnaturalista[21] exaltasse a ideia de que todos são iguais por natureza e, portanto, deveriam ter os mesmos direitos jurídicos e políticos, os homens brancos e metropolitanos da época, relutantes em conceder direitos iguais às mulheres, aos povos colonizados e aos negros, recorreram à "bio-lógica" (como grafado por Oyěwùmí para definir uma lógica social embasada numa determinada interpretação biológica) para fundamentar racionalmente as desigualdades demandadas pelo contexto político e econômico da ordem burguesa dominante. A partir desse período, o número de estudos nas ciências naturais que reforçavam diferenças entre os sexos aumentou significativamente. Esse processo não apenas consolidou o sistema binário de dois sexos, mas também contribuiu para legitimar as desigualdades morais e políticas entre homens e mulheres (Costa, 1995 *apud* Stelmann, 2007, p. 15). Os estudos da linguagem não fugiram à regra.

A linguística contemporânea define a categoria de gênero "como um tipo de classificação, de taxonomia nominal das línguas [...], que estabelece que gênero como classe deve" ser baseado "em uma dicotomia sexuada, mesmo quando ela não exista, como no caso dos seres inanimados" (Carvalho, 2021, p. 85). A "divisão biológica e arbitrária entre os valores de gênero surge com os escolásticos"[22] e é mantida até fins do século XIX, na descrição e prescrição gramatical. A partir do século XX, a dissociação entre gênero linguístico e a distinção macho e fêmea começa a ser discutida. Conforme Carvalho (2021, p. 90), "a descrição

[21] "O Jusnaturalismo é uma concepção segundo a qual existe e pode ser conhecido um 'direito natural' (*ius naturale*), ou seja, um sistema de normas de conduta intersubjetiva diverso do sistema constituído pelas normas fixadas pelo Estado (direito positivo)" (Bobbio, 1992, p. 655).

[22] Os escolásticos foram pensadores que viveram durante o período da Escolástica. "Ao nos referirmos à escolástica, estamos nos referindo ao método de ensino teológico e filosófico desenvolvido nos primórdios da universidade durante a Idade Média, entre os séculos IX e XVII. [...] Os escolásticos procuravam conciliar os sagrados ensinamentos da doutrina cristã com o platonismo e o aristotelismo" (Culleton, 2010).

das línguas do mundo, mesmo ainda tendo herdado o método estruturalista, aponta haver motivação semântica para gênero (Greenberg, 1963; Aksenov, 1984; Corbett, 1991, 2015; Aikhenvald, 2000, 2016)".

No que diz respeito à base semântica para atribuição de gênero, "as línguas podem variar em quantas bases semânticas existem. Isso geralmente inclui animacidade, humanidade e sexo, e às vezes, também forma, tamanho e extensão" (Aikhenvald, 2016, p. 14). Carvalho (2021, p. 91) pontua que a própria noção de animacidade, por exemplo, tem origem na "ideia ocidental de corpo e alma (*anìma*, do latim). O limite entre um ente, um ser ter ou não vida é uma decisão que depende" do que é entendido por vida e morte por determinado povo, por determinada cultura. Portanto, os conceitos previamente estabelecidos, como animacidade, podem limitar e contaminar a descrição linguística, "pois as representações simbólicas do mundo ocidental do homem branco, do *ego*, não capturam as possibilidades de leitura dos diversos [...] cosmos dos mundos" (Carvalho, 2021, p. 92). O autor segue com seguinte reflexão: seria, então, a classificação de gênero feita nas descrições linguísticas "fruto de um condicionamento cultural expresso através da cultura colonialista que guia o pensamento científico desde o seu surgimento".

A poetisa e crítica literária de ascendência indígena Paula Gunn Allen, a socióloga argentina María Lugones (Dias, 2023), a filósofa estadunidense Judith Butler (2024 [1990]) e a socióloga nigeriana Oyèrónkẹ́ Oyěwùmí (2021 [1997]) também reforçam como esse olhar ocidental dicotômico – segundo o qual macho (sexo masculino) e fêmea (sexo feminino), homem e mulher são associados hierarquicamente em oposições binárias nas quais o macho implica privilégio e a fêmea, subordinação – se apoia no discurso científico do determinismo biológico como base lógica organizadora do mundo social. Oyěwùmí deflagra, em sua tese de doutorado, como o pensamento ocidental, propulsor do fazer científico, enviesou traduções e interpretações da cultura iorubá – culminando na equivocada conclusão de que se trata de uma sociedade machista –, justamente por assumir o gênero como uma categoria atemporal e universal e, portanto, como princípio organizador e hierarquizador na sociedade iorubá. Quando na verdade, as categorias "homem" e "mulher" só passaram a existir nessa cultura após a colonização ocidental. A pesquisadora explica porque o termo iorubá *obìnrin* não é equivalente a "mulher":

> [...] diferentemente de "macho" ou "fêmea" no Ocidente, as categorias de *obìnrin* e *ọkùnrin* são primariamente categorias de anatomia, não sugerindo suposições subjacentes sobre as personalidades ou psicologias que derivem delas. Porque não são elaboradas em uma relação de oposição uma à outra, elas não são sexualmente dimórficas e, portanto, não são generificadas. Na Velha Oyó, elas não indicavam uma

> classificação social; nem expressavam masculinidade ou feminilidade, porque essas categorias não existiam na vida ou no pensamento iorubás (Oyěwùmí, 2021 [1997], p. 73).

Nessa esteira, Carvalho (2020), em seu artigo intitulado "As genitálias da gramática", explora criticamente a categoria gramatical de gênero, destacando seu papel como um construto histórico e cultural que influencia a forma como línguas e identidades são organizadas e representadas. O autor argumenta que a definição tradicional de gênero gramatical, enraizada em conceitos eurocêntricos e antropomorfizados, reflete preconceitos e limitações impostas por convenções históricas e institucionais. O texto apresenta uma revisão histórica sobre a evolução da gramática como disciplina, destacando como a categoria de gênero foi moldada por concepções culturais específicas.

Baseando-se numa perspectiva relativista estruturalista, Sapir (1921 *apud* Carvalho, 2020, p. 3) afirma que "não há uma relação universal entre o modo como os seres humanos experimentam eventos e o modo como os expressam em sua língua". Trata-se de "um processo de gramaticalização que envolveu diversos fatores que não foram idênticos, sequer semelhantes, entre os diferentes povos no surgimento de suas línguas". A cognição humana é, portanto, moldada pelas experiências específicas de cada povo, as quais são profundamente influenciadas pelos contextos locais. Nas palavras de Senft (2000, p. 12 *apud* Miranda, 2023, p. 318): "[n]ós não apenas percebemos o mundo, mas nós também desenvolvemos conceitos sobre o que nós percebemos e criamos expressões linguísticas que se referem e representam esses conceitos".

Em sua análise, Carvalho (2020) considera, por exemplo, a influência de tradições judaico-cristãs e práticas coloniais, ilustradas pelo autor com um exemplo do tupi descrito pelas autoras Barros e Monserrat (2019). O tupi, originalmente uma língua com uma noção mais abrangente e flexível das relações de parentesco, sofreu intervenções durante o processo de catequização indígena conduzido pelos jesuítas, especialmente por figuras como José de Anchieta. Conforme as autoras, "o tupi apresentava dois termos para o referente 'pai': *tuba*, que abarcava o pai biológico, tios paternos e primos do pai; e *tutyra*, usado para tios maternos e primos da mãe". Os missionários introduziram o sufixo *-eté* (significando "verdadeiro") com a intenção de isolar "um pai que gera (*monhang* significa 'fazer'; *xeruba xemonhangára* 'meu pai que me geriu') das demais modalidades de 'pai', das demais relações familiares das figuras masculinas", com o propósito de legitimar o "parentesco paterno, sob a ótica cristã". A inclusão do sufixo se deu por meio dos manuais de catequização (ainda que fosse estranho aos indígenas) como imposição das relações parentais aos moldes do que a igreja considerava correto,

“incluindo a divina: *tubaete* ‘pai celestial’, *tayraete* ‘irmão verdadeiro’, *anama ete* ‘parente de verdade’” (Barros; Monserrat, 2019, p. 68 *apud* Carvalho, 2020, p.7). “No século XVIII, começam a ser encontrados registros dos neologismos *paya* ‘pai’ e *maya* ‘mãe’ em tupi” (Barros; Monserrat, 2019, p. 69 *apud* Carvalho, 2020, p.7).

Nesse contexto, a produtividade do uso de *paya* relacionado semanticamente

> à cultura cristã, como *Adão* e *padrinho*, pode indicar um esforço dos [indígenas] a uma separação entre o que a imposição dogmática determinou como relação parental e o que sua cultura original entendia por esse sistema. Essa relação expressa a difundida anterioridade masculina, paternal da língua portuguesa, hoje cortejada como pura marca de neutralidade formal (Carvalho, 2020, p. 7).

Para explicar as raízes eurocêntricas e antropomórficas da definição tradicional de gênero gramatical, Carvalho (2020, 2021) evoca o filósofo alemão Johann Gottfried Herder, que, em seu ensaio “Sobre a origem da linguagem” (*On the Origin of Language*), publicado em 1772, relaciona o conceito de gênero gramatical a uma perspectiva animista, sugerindo que, nos primórdios da humanidade, as pessoas buscaram associar os elementos que compunham o mundo, como animais, plantas, objetos inanimados, forças naturais e sobrenaturais, a homens (masculino) e mulheres (feminino), estes considerados divindades.

Seguindo a mesma perspectiva, o filósofo britânico Joseph Priestley, em “Um curso de palestras sobre oratória e crítica” (*A course of lectures on oratory and criticism*), de 1777, ratifica essa antropomorfização, acrescentando que o gênero gramatical teria surgido nas regiões mais quentes, logo, consideradas mais sexualmente ativas: os territórios do sul da Europa. Essa perspectiva, que sexualiza o conceito de gênero gramatical, chega ao auge com a ideia de Herder de que “[a] atribuição de sexo através da língua [é] [...] um interesse da humanidade, e as genitálias da fala são, por assim dizer, os meios de sua reprodução” (Herder, 1966 [1772], p. 134 *apud* Carvalho, 2020, p. 5).

A fim de elucidar a estreita relação historicamente estabelecida entre a categoria gramatical de gênero e um dispositivo sexuado, Carvalho (2020, 2021) retoma a passagem de Sapir, que denota o relativismo cultural referente à diversidade de valores atribuídos à pedra sapiriana:

> [e]m alemão e em francês, somos obrigados a atribuir ‘pedra’ a uma categoria de gênero – talvez os freudianos possam nos dizer por que esse objeto é masculino em uma língua e feminino em outra; em chippewa, não podemos nos expressar sem apresentar o fato aparentemente irrelevante de que uma pedra é um objeto inanimado. Se acharmos que o gênero não vem ao caso, os russos podem se perguntar por que consideramos necessário especificar em todos os casos se uma pedra, ou qualquer

> outro objeto, é concebida de maneira definida ou indefinida, por que a diferença entre 'a pedra' e 'uma pedra' é importante (Sapir, 1924, p. 154 *apud* Carvalho, 2020, p. 4).

Vale lembrar que mesmo entre línguas de uma mesma família que considerem o mesmo número de classe de gênero, um mesmo item lexical (cujo referente não é sexuado) pode ser classificado de maneira distinta, como aponta Payne (2003), ao traçar um paralelo entre o italiano e o francês, e Pinto (2017), ao traçar um paralelo entre o português e o francês e entre o português e o espanhol. Os termos heterogenéricos listados pelos autores para ilustrar esse caso são as palavras "leite" e "mar". A primeira é definida como masculina no português ("o leite") e como feminina no espanhol (*la leche*). Já a palavra "mar" é classificada como masculina no italiano (*il mare*), como feminina no francês (*la mer*) e, no espanhol, pode ser tanto masculina quanto feminina, conforme o dicionário *de la lengua española RAE* (2024): *el mar* ou *la mar*.

Nessa esteira, Aikhenvald (2016, p. 8) evidencia que "os gêneros linguísticos refletem mitos, crenças e tradições dos falantes"; também podem espelhar padrões de gênero social; e, além disso, "os gêneros linguísticos e seus significados podem afetar a cognição e o modo como pessoas percebem o mundo a sua volta"[23]. O gênero gramatical é, por isso, um artifício para a criação de metáforas aplicadas à poesia, às crenças e à construção de imagens, visto que, a presença de um sistema produtivo de gênero na língua, obriga o usuário "a escolher uma distinção de gênero. E esta escolha, e os significados do Gênero Linguístico, por sua vez, podem refletir a maneira como homens e mulheres são vistos e como se comportam" em determinada cultura (Aikhenvald, 2016, p. 133) [24].

A "Gramática Especulativa" de Thomas de Erfurt (vigente na história ocidental durante o período de 1310) elucida como a atribuição de gênero linguístico masculino ou feminino é metaforicamente associada às funções masculinas e femininas distinguidas na época:

> [o] gênero masculino é o modo de significar a coisa de acordo com a propriedade do agente, como *vir* ('homen'), *lápis* ('rochedo'). O gênero feminino é o modo de significar a coisa de acordo com a propriedade do paciente, como *petra* ('rocha'), *mulier* ('mulher'). O gênero comum é o modo de significar a coisa de acordo com qualquer uma das (duas) propriedades determinadas, como *homo* ('humano'), *virgo* ('virgem') (Beccari, 2013, p. 270-271 *apud* Carvalho, 2021, p. 88).

---

[23] No original: *They reflect myths, beliefs, and traditions of the speakers. Linguistic Genders may mirror Social Gender patterns [...] In addition, Linguistic Genders and their meanings may affect cognition and the ways in which people perceive the world around them*.

[24] No original: *[Having a Linguistic Gender in your language forces you] to make a choice in gender forms. And this choice, and the meanings of the Linguistic Gender, in turn, may reflect the ways in which men and women are seen and behave*.

Aikhenvald (2016, p. 30) lança mão de diversas línguas da Nova Guiné e da África, entre elas manambu, uma língua ndu, para mostrar que "onde o gênero gramatical é atribuído aos seres humanos com base em seu sexo biológico, as propriedades físicas embasam a escolha do gênero linguístico para seres não humanos"[25]. Segundo a autora, um falante nativo ao ser questionado sobre o que há de especial na língua manambu, responde com orgulho, "na nossa língua, tudo no mundo é como mulher ou como homem" (Aikhenvald, 2016, p. 33) [26]. Ainda conforme a autora, a atribuição do gênero linguístico masculino se baseia nas "propriedades importantes" – nomes de rituais são masculinos, por exemplo –, além de ser relacionado a objetos (ou animais) maiores e formas longas ou estreitas; enquanto o gênero linguístico feminino é relacionado a objetos (ou animais) menores e a formas arredondadas.

Em manambu, a um porco grande, por exemplo, será atribuído o gênero linguístico masculino independentemente se for macho ou fêmea. Caso seja necessário especificar o sexo, adiciona-se o nome "mãe" para fêmea ou "pai" para macho. Uma canoa pertence ao gênero masculino se for grande e, gênero feminino se for pequena. "Aos substantivos *væy* 'lança' e *ap* 'osso' é atribuído o gênero masculino – e isso também pode ser considerado com base em seu tamanho e forma alongados (e não necessariamente associações com 'masculinidade')"[27]. Mitologicamente, "a lua e as estrelas são mulheres [...], mas também têm uma forma arredondada"[28]. Aikhenvald (2016, p. 50) depreende que o formato seja o fator principal na atribuição de gênero e que a associação cultural com masculinidade ou feminilidade é, pelo menos historicamente, uma consequência dessa associação anterior baseada na forma. No entanto, na perspectiva sincrônica, a escolha do gênero linguístico parece revelar uma orientação de valores centrada no masculino.

Conforme demonstrado, a escolha do gênero linguístico reflete valores culturais e estereótipos de gênero social, isto é, o lugar que um referente ocupa no sistema conceitual de crenças e rituais de uma cultura. No entanto, é um equívoco assumir que essas correlações implicam diretamente uma posição de subserviência ou secundária das mulheres numa determinada sociedade, conforme ressalva Aikhenvald (2016, p. 50). Tal compreensão é destacada também por Oyěwùmí (2021 [1997]) ao revelar os problemas de analisar outras culturas sob a

[25] No original: *where gender is assigned to humans based on their sex, physical properties play a role in choosing the Linguistic Gender of non-humans*.
[26] No original: *in our language, everything in the world is either woman-like or man-like*.
[27] No original: *nouns væy 'spear' and ap 'bone' are assigned masculine gender—and this also can be thought of as based on their longish size and shape (and not necessarily associations with 'masculinity')*.
[28] No original: *Moon and stars are mythological women, but they are also roundish in their shape*.

perspectiva da experiência ocidental, o que culminou na interpretação distorcida de dados e na tradução imprecisa de conceitos da cultura iorubá, conforme expusemos há pouco. Isso porque as análises foram pautadas em uma percepção etnocentrada do mundo, apoiada na pressuposição da subordinação das mulheres como uma realidade universal.

As autoras apontam o fato de que os domínios do conhecimento e da experiência masculina e feminina podem ser concebidos como complementares e distintos, ou seja, uma concepção não hierarquizante. Num movimento semelhante, María Lugones e Paula Gunn Allen identificam que o patriarcado não é uma característica intrínseca e estruturante ou universal das sociedades indígenas (Dias, 2015). Em muitas comunidades minoritárias, como percebido por Aikhenvald (2016) durante sua pesquisa, as mulheres são reconhecidas como as guardiãs do vernáculo tradicional. Nas palavras da autora,

> [...] [h]istoricamente, em toda a Papua-Nova Guiné, os homens aprendiam o Tok Pisin (língua franca do país) com fluência durante longos períodos de trabalho contratado fora das aldeias. As mulheres aprendiam a língua franca mais tarde e a falavam com menos proficiência [...].
> Durante todo o meu trabalho de campo com os Manambu, eram as mulheres quem melhor conheciam as lendas tradicionais e usavam muito menos palavras do Tok Pisin do que os homens. Em uma cerimônia tradicional de 'debate de nomes', oradores respeitáveis entremeavam seus discursos com palavras do Tok Pisin e também do inglês (Aikhenvald, 2016, p.177, tradução nossa).

Na seção, a seguir, apresentamos algumas divergências no que diz respeito à marcação da categoria de gênero em línguas naturais amplamente descritas, línguas indo-europeias, especialmente no português brasileiro por ser uma língua com a qual estamos muito mais familiarizados e por constituir uma língua com sistema de gênero expressivo, permitindo, dessa forma, o estabelecimento de uma análise comparativa com as línguas indígenas e a visualização das controvérsias descritivas e de desdobramentos socioculturais a partir das escolhas de uso das marcas de gênero gramatical e de possíveis interpretações desses usos na língua.

2.3 A MARCAÇÃO DE GÊNERO EM LÍNGUAS INDO-EUROPEIAS: UMA ANÁLISE CRÍTICA

A interpretação da categoria de gênero é bastante complexa. Como destaca Pereira (1987, p. 3 *apud* Lucchesi, 2009, p. 296), tal categoria tem relação direta com a distinção sexual dos seres quando aplicada a nomes animados, porém, se aplicada a nomes inanimados, "o

gênero é arbitrário, desvinculado de uma categoria semântica lexical, e apenas classifica vocábulos em classes mórficas distintas".

Entretando, nem sempre há relação direta com a distinção sexual dos seres mesmo quando aplicada a nomes animados. Sobre isso, Lucchesi (2009) chama a atenção para alguns casos especiais dentre os substantivos animados, em que o gênero gramatical é única e exclusivamente um classificador mórfico em português: com traço [+animado] [-humano], existem os chamados **substantivos epicenos**, que possuem um gênero específico, mas se referem a animais de ambos os sexos e a distinção, quando necessária, é realizada acrescentando-se as palavras "fêmea" ou "macho" [29], como ocorre com as palavras "cobra" (feminino) e "jacaré" (masculino), em que a marcação de gênero se dá da seguinte forma "uma cobra macho", "um jacaré fêmea"; com traço [+animado] [+humano], existem os chamados **substantivos sobrecomuns**, que, semelhantemente ao primeiro caso, possuem um gênero linguístico específico, mas fazem referência a indivíduos tanto do sexo feminino quanto do sexo masculino, como "criança" (feminino) e "cônjuge" (masculino).

A dificuldade de uma padronização exaustivamente coerente na indicação formal do gênero não se dá apenas no plano semântico, como vimos, mas também no plano mórfico, porque há nomes masculinos e femininos de todos os índices temáticos, por exemplo, "comet**a**" (masculino), "beleza" (feminino), "alfaiat**e**" (masculino), "lebr**e**" (feminino), "livr**o**" (masculino), "trib**o**" (feminino). Esse fato "faz com que o gênero do nome seja regularmente indicado em português pelos processos sintáticos de concordância e da correlação anafórica", afirma Lucchesi (2009). Para o autor, a categoria gramatical de gênero se manifesta por meio "do mecanismo sintático da concordância dos artigos, [...] dos adjetivos, dos demonstrativos, dos pronomes possessivos e indefinidos, e dos numerais com o nome, núcleo do SN". Porém, há ainda os **substantivos comuns de dois gêneros**, e, nesses casos, "os constituintes e determinantes é que definem o gênero" gramatical e, ao mesmo tempo, se relacionam diretamente ao gênero natural "do indivíduo referido: *o meu colega / a minha colega; o estudante aplicado / a estudante aplicada; todos os dois jovens / todas as duas jovens*" (Lucchesi, 2009, p. 298).

[29] Vale lembrar que outras línguas de famílias diversas também apresentam comportamento semelhante. Como vimos na seção anterior deste capítulo, Aikhenvald (2016) apresenta casos em que a atribuição do gênero linguístico masculino ou feminino é efetuada com base no tamanho do referente de determinado substantivo animado (no caso, feminino = tamanho pequeno e masculino = grande), não havendo correlação com o sexo biológico do animal. Para diferenciar se o animal é fêmea ou macho, os usuários da língua podem acrescentar palavras como "pai/mãe" ou "homem/mulher". No exemplo extraído da língua manambu, de Aikhenvald (2016), um cachorro grande terá gênero linguístico masculino independentemente se for fêmea ou macho.

Pinto (2017) descreve as semelhanças relacionadas à categoria de gênero entre português, francês e espanhol, mas desconsiderando os nomes com radicais diferentes, como "genro" (masculino) e "nora" (feminino). O autor afirma que, geralmente, há um morfema marcador de gênero na estrutura da palavra. Existem também sufixos derivacionais associados a determinado gênero, por exemplo: em português, os nomes derivados de verbos terminados com **-mento** são masculinos ("conhecimento", "pensamento", "estranhamento") e os terminados em **-ção** são femininos ("indicação", "aprovação", "afirmação"); em francês, o sufixo *-age* é indicativo do gênero masculino (*tirage, voyage, message*); em espanhol, o sufixo *-(i)dad* indica o gênero feminino (*felicidad, complicidad, amistad*). Nos casos em que essa marcação não está presente, há três recursos, conferidos nas três línguas em questão, que possibilitam identificar o gênero de determinado sintagma nominal, o artigo que o acompanha: "**um** artista/**uma** artista"; a junção do nome "mulher": um bombeiro **mulher**[30]; ou a composição com "macho" ou "fêmea": "o mosquito **macho**/**fêmea**" (Pinto, 2017, p. 95).

Há algumas generalizações possíveis com relação à classificação de gênero em português[31] conforme Villalva (2003 *apud* Pinto, 2017) e em espanhol conforme Ambadiang (1999 *apud* Pinto, 2017). A saber: marcação morfológica pelo índice temático **-o** ou **-a**, como em "filh**o**/filh**a"** e *hij**o**/hij**a***; oposição de palavras distintas, como "genro/nora" e *yerno/nuera*; marcação derivacional, como "imperador/imperatriz" e *europeo/europea*; e composicional, como "girafa macho/girafa fêmea" e *jirafa macho/jirafa hembra*. Com exceção dos nomes epicenos e sobrecomuns, nos nomes [+animado] o gênero morfológico coincide com o sexo biológico do referente; já a classificação de gênero dos nomes [-animado] é arbitraria ("a pedra" e *la piedra* ou "o prato" e *el plato*), conforme Hualde; Olarrea; Escobar (2002 *apud* Pinto, 2017) e Villalva (2003 *apud* Pinto, 2017).

No caso do francês, Huot (2005 *apud* Pinto, 2017) afirma que todos os nomes são classificados em relação ao gênero masculino ou feminino, porém é uma designação arbitrária, visto que não coincide, necessariamente, com sexo do seu referente. A marcação morfológica considera o masculino com morfema -Ø e feminino com morfema *-e*, como *ami/amie* ("amigo/amiga"), mas existem, ainda, casos em que há uma associação de marcação de gênero realizada fonologicamente, como *chat/chatte* ("gato/gata"), com possível mudança do timbre vocálico, por meio do contraste vogal ou consoante final (*ch[a]*/*cha[t]*). Além disso, os sufixos

[30] Apesar de a forma flexionada "bombeira" aparecer em algumas notícias e ser utilizada em postagens de redes sociais, não é atestada no dicionário Michaelis online ou no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Volp).

[31] Para uma descrição minuciosa do português, ver Said Ali (1923, 1931).

também imprimem um determinado gênero aos nomes, como os terminados em *-age*, *-ail*, *-al*, que são classificados como masculinos e os terminados em *-ade*, *-aille*, *-ence*, que são femininos.

Conforme lembra Possenti (2022, p. 22), a obra *Regras da Língua Portuguesa*, de Jerônio Contador de Argote (1721), propunha a classificação das palavras quanto ao gênero, considerando o artigo definido em vez de características da palavra em si. Lucchesi (2009) usa o sintagma nominal apresentado em (1) para ilustrar essa complexidade da expressão de gênero no português:

> Português (Lucchesi, 2009, p. 299)
> (1) As fotos coloridas

No exemplo (1), representado pelo sintagma "as fotos coloridas*",* a marcação do gênero feminino atribuída ao núcleo "fotos" ocorre exclusivamente por meio de concordância sintática. Isso significa que o gênero não está morfologicamente expresso no próprio substantivo, mas, sim, nos elementos que o acompanham no sintagma nominal: o artigo definido "as", cuja forma feminina plural indica concordância com o gênero e o número do núcleo, e o adjetivo "coloridas", também flexionado em gênero (feminino) e número (plural). Sendo assim, é por meio dessas marcas nos constituintes periféricos que se realiza a identificação do gênero gramatical do substantivo, e não por uma morfologia inerente à própria palavra "fotos".

Ao analisar a evolução da categoria gramatical de gênero no português, Lucchesi (2009, p. 300) observa um acentuado fortalecimento da oposição entre os gêneros masculino e feminino, com destaque para a crescente produtividade funcional do morfema feminino **-**a, cuja presença "vem se intensificando desde a transição do latim para o português e ao longo da própria história dessa língua". Segundo o autor, no português arcaico do século XIII, termos como "senhor", "pecador" e "pastor" eram empregados de forma não flexionada quanto ao gênero, servindo para designar indivíduos de ambos os sexos. Essa característica se mantém no século XIV em palavras como "enganador", "merecedor" e "vencedor".

Conforme o autor, é somente a partir do século XVI que se observa, de forma mais sistemática, a implementação do morfema feminino **-a** como marcador de flexão de gênero, o que marca uma mudança significativa no funcionamento morfossintático do português. Essa generalização, no entanto, não ocorre de modo uniforme: seu uso ainda apresenta variações ao longo dos dois séculos seguintes, permanecendo relativamente instável até o século XVIII. Esse processo evidencia uma tendência de gramaticalização da oposição de gênero e de

especialização morfológica dos sufixos, resultando no sistema binário que se consolida nas formas contemporâneas do português.

Pereira (1957, p. 83-87) defende a análise do sufixo **-o** como marca morfológica de masculino na transição do latim para o português. Para sustentar essa posição, o autor apresenta diversas listas, entre as quais a lista de "substantivos que formam o feminino com a simples mudança da terminação ou flexão masculina", como nos pares "lob**o**/lob**a**". No entanto, essa perspectiva tem sido contestada pelos gramáticos e linguistas atuais e pelos estudiosos da morfologia do português (Possenti, 2022, p. 22).

Camara Jr. (1999 [1970]), por exemplo, rejeita a ideia de que **-o** funcione como uma marca de masculino por si só. Segundo o autor, a desinência **-a**, considerada marcador do feminino, só adquire tal valor por oposição a um masculino de desinência zero no quadro da descrição estrutural da língua. Em outras palavras, **-a** só se configura como marca de feminino em contraste com um radical que não apresenta marcação específica de gênero. A respeito da formação de pares nominais com marcação de gênero, como em "lob**o**/lob**a"**, a interpretação da proposta do autor se dá na seguinte análise:

> a) a vogal final **-o** em *lobo* não deve ser interpretada como marca de gênero, mas sim como tema da palavra, ou seja, um morfema classificatório – assim como ocorre com o morfema **-e** em *presidente*, que também não indica gênero;
> b) o feminino é marcado pelo acréscimo do sufixo **-a**, o que, por sua vez, acarreta a supressão da vogal átona final do radical. Esse fenômeno é recorrente no português, manifestando-se em diversos contextos morfológicos, como na formação de flexões verbais (*devo + es = deves*) ou de palavras derivadas (*livro + eiro = livreiro*; *rápido + a = rápida*) (Possenti, 2022, p. 23).

Essa leitura enfatiza a importância de compreender o funcionamento morfológico da língua não apenas com base na forma superficial das palavras, mas considerando também os mecanismos estruturais que regulam as oposições de gênero formal.

No que se refere à natureza semântica do gênero em relação ao nome, Camara Jr. (1999 [1970]) observa que a desinência de gênero feminino é, em geral, utilizada para especificar animais, pessoas e objetos com base em determinadas características semânticas, partindo do princípio de que o gênero masculino constitui a forma geral, isto é, a forma não marcada. O autor, portanto, entende que o masculino é o gênero não marcado e que as regras de marcação de gênero dizem respeito a uma descrição imanente à estrutura da língua.
Nessa mesma linha, Perini (2016, p. 391) resume a questão da seguinte maneira:

> A nomenclatura dos gêneros pode levar à confusão. Essencialmente, o gênero gramatical não tem nada a ver com o sexo, e é perfeitamente possível fazer referência a um homem usando o feminino (*a vítima, a pessoa, a criança*) ou a uma mulher

> usando o masculino (*o cônjuge, o participante, o personagem*). E, naturalmente, para a maioria dos casos não há sexo envolvido: *xícara, impressora* e *teoria* são femininos, mas só gramaticalmente. Isso dito, é inegável que existe uma tendência a correlacionar o gênero e sexo nos nominais que designam pessoas e certos animais: *o homem/a mulher, o professor/a professora, o gato/a gata* etc. Mas esse fato não tem relevância na gramática, porque um feminino como *professora* (que designa mulher), um como *pessoa* (que pode designar tanto um homem como uma mulher) e um como *xícara* (que não designa nem macho nem fêmea de espécie nenhuma) são gramaticalmente idênticos em seu comportamento. Em particular, funcionam da mesma maneira para efeitos de concordância.

Possenti (2022, p. 25-27) evoca um artigo publicado por John Martin em 1975, no qual o linguista apresenta argumentos sintáticos a fim de corroborar a interpretação de masculino não marcado e feminino marcado. No artigo, o autor defende que só existe gênero em português porque existe o fenômeno sintático da concordância[32] – pertinentemente, Possenti ressalva os dêiticos e anafóricos. Para tanto, Martin (1975) analisa alguns dos exemplos dispostos a seguir:

Português (adaptado de Martin, 1975 *apud* Possenti, 2022, p. 25-26)

(2) (A) Pedro é alto.
(A') *Pedro é alta.
(B) Maria é alta.
(B') *Maria é alto.
(C) Está cheio de meninos na praia.
(C') *Está cheia de meninos na praia.
(D) Está cheio de laranja na geladeira.
(D') *Está cheia de laranja na geladeira.
(E) Hoje choveu feio.
(E') *Hoje choveu feia.
(F) Cerveja é ótimo.
(F') *Cerveja é ótima.

A partir da análise de (A), (A'), (B) e (B'), confirma-se a regra de concordância no português que explica por que (A') e (B') são consideradas agramaticais: "quando o sujeito é masculino, o predicativo vai para o masculino; quando o sujeito é feminino, o predicativo vai para o feminino. É a regra tradicional que conhecemos/aprendemos na escola" (Possenti, 2022, p. 25). Porém, para os autores, os dados apresentados em (C) e (C') não são explicados de maneira clara pela tradição gramatical, visto que, "a sentença (C) pode ser considerada sinônima de 'a praia está cheia de meninos' [...] ou de 'meninos enchem a praia', [...] [o que] não explica a concordância em (C), nem o fato de que (C') é estranho à língua" (Possenti, 2022, p. 25). Eles fortalecem sua argumentação ao considerarem (D) e (D'), "em que as palavras

[32] Em Givón (1976), o autor explica o surgimento de categorias como gênero a partir da concordância. Para um maior aprofundamento do tema sob a perspectiva tipológico-funcional, ver também Givón (1984, 1990).

‘laranja’ e ‘geladeira’ poderiam ser hipotéticas candidatas a receber uma concordância de ‘cheio’ (isto é, cheia)” (Possenti, 2022, p. 26). A partir desses dados, os autores concluem que a oposição relevante no português não é exatamente entre masculino e feminino, mas entre presença de marca de gênero e ausência de marca.

Entendemos, entretanto, que ao reescrever as sentenças por sinônimos no que se refere ao significado, a forma é alterada, portanto, os itens analisados também sofrem alteração. Então, parece-nos pertinente afirmar que a regra de concordância está em acordo com a mencionada regra tradicional aprendida na escola. Em: “A praia está cheia”, “praia” passa a ser o sujeito; semelhantemente ao caso “Meninos enchem a praia”, em que “meninos” é o sujeito sintático da oração. Nos exemplos (C) e (D), observa-se que a forma “cheio” é mantida independentemente do gênero e número do nome subsequente (“meninos” em (C) e “laranja” em (D)). Isso sugere que o predicativo não concorda com os nomes mencionados, mas sim com uma estrutura neutra ou impessoal, o que torna a forma feminina (*“cheia”) agramatical nesses contextos. Mesmo porque, se a concordância de “cheio” fosse acionada pelo nome “meninos”, em (C), a flexão seria também em número, portanto, “cheio**s**”.

Os pares (E)/(E’) e (F)/(F’) reforçam essa hipótese. Em (E), a forma adjetival “feio” funciona como um modificador adverbial de “chover”, e não como um atributo de um sujeito específico, o que torna a forma *“feia”, no feminino, inadequada. Em (F), a sentença “Cerveja é ótimo” deve ser interpretada não como uma avaliação de uma cerveja específica, mas sim como uma avaliação genérica do ato de “tomar cerveja”. Se estivéssemos avaliando uma instância concreta da bebida, seria perfeitamente aceitável dizer “A cerveja é ótima”. Assim como se verifica em “Cerveja é ótimo”, no exemplo “Hoje choveu feio”, o acordo do modificador verbal sem marca feminina resulta do fato de que se está referindo ao “ato de chover”.

Com base nas sentenças supramencionadas, Possenti (2022, p. 27) defende que, no português, “os nomes com marca de gênero [...] coincidem [...] com o que estamos acostumados a considerar femininos. Todos os outros casos seriam considerados sem gênero, inclusive os nomes [...] considerados masculinos”, sendo, por isso, necessário mudar os dicionários. Essa constatação leva o autor a propor uma única regra sintática capaz de explicar todos os casos de flexão de gênero: só há concordância quando o elemento a ser flexionado se relaciona com o feminino, entendido como a forma marcada. Desse modo, Possenti (2022, p. 28) argumenta que a desinência **-o** não funciona como marca de gênero masculino; por outro lado, **-a** atua efetivamente como marca de gênero feminino, mas apenas quando adicionada a uma base não marcada. Como exemplo, ele menciona o caso de “presidenta”, em que o sufixo **-a** substitui a

vogal temática -e da forma base “presidente”, sinalizando uma construção marcada para o feminino.

Essa análise defende que a oposição fundamental não é entre masculino e feminino, mas entre a marcação e a ausência de marca de gênero. Nesse sentido, o foco da oposição binária tradicional é deslocado para uma perspectiva assimétrica e funcional da marcação de gênero, viabilizando uma descrição mais precisa das operações morfossintáticas envolvidas na flexão de gênero no português. Esse mesmo entendimento sobre o funcionamento assimétrico da marcação de gênero já havia sido descrito e defendido por autores como Lévi-Strauss e Dumézil (1984 *apud* Mäder; Moura, 2015, p. 36), no contexto da língua francesa. Nessa tradição, o masculino é compreendido como “não marcado” ou “extensivo”, funcionando como forma padrão ou genérica em contextos de neutralidade referencial.

Essas análises contribuem para o fortalecimento de debates interdisciplinares que articulam estudos linguísticos com questões de gênero, cultura e sociedade. Essa assimetria tem implicações não apenas para a descrição gramatical do português[33], mas também para reflexões mais amplas sobre linguagem e gênero social. As abordagens contemporâneas dos estudos críticos da linguagem vêm questionando a pretensa neutralidade das formas linguísticas e evidenciando como a gramática pode ser também um espaço de disputa simbólica. Ao contestar se o masculino genérico não é uma ausência de marca, mas sim uma forma marcada ideologicamente, abre-se espaço para repensar práticas discursivas, políticas linguísticas e propostas de linguagem inclusiva que busquem maior equidade representacional no uso da língua.

O fato de o masculino ser tratado sistematicamente como forma não marcada ou “neutra”, em línguas como português, francês, inglês e espanhol, parece resultar e, ao mesmo tempo, endossar a naturalização de uma lógica assimétrica, em que o masculino se apresenta como padrão universal e o feminino como uma derivação marcada, restrita ou específica. Essa naturalização oculta o caráter ideológico da escolha pelo masculino genérico, que não é neutro do ponto de vista discursivo, mas sim produto de convenções sociais historicamente construídas (Caldas-Coulthard, 2007; Mäder; Moura, 2015). O uso do masculino genérico em contextos de referência a grupos mistos ou indefinidos – como em expressões do tipo “os alunos da turma”, “os brasileiros”, “todos foram avisados” – contribui para a invisibilização das identidades não masculinas e para a manutenção de estruturas linguísticas que reforçam relações desiguais de poder. Desse modo, o que se apresenta como uma marca de neutralidade gramatical revela, em

[33] Utilizamos a discussão sobre gênero no português apenas como parâmetro do que podemos esperar nas análises das línguas indígenas.

uma análise mais crítica, traços de um sistema simbólico que privilegia determinados referentes em detrimento de outros.

Abordagens problematizadoras com relação às formas masculinas não marcadas ou formas de masculino genérico, como os trabalhos de Caldas-Coulthard (2007), Mäder e Moura (2015), Vergara (2020), Schwindt (2020), Santana (2023), Viscardi (2024) e Freitag (2024), entre outros, questionam o valor semântico do gênero gramatical – supostamente imotivado – e pretendem mostrar que, historicamente, o que se apresenta como "apenas/puramente gramática" está, na verdade, impregnado socio e culturalmente de preconceitos e estereótipos de gênero[34].

Para Moura e Mäder (2022, p. 40), "a oposição entre formas não marcadas e formas marcadas serve também para indicar distinções e oposições relevantes de um ponto de vista semântico e pragmático". Na mesma direção, Aikhenvald (2016, p. 76) identifica:

> [o]s Gêneros Linguísticos têm suas histórias. Podem se desenvolver a partir de itens lexicais ou categorias de substantivos com significados de animacidade ou humanidade. Os significados dos Gêneros Linguísticos podem mudar ao longo do tempo. Gêneros Linguísticos podem ser adquiridos ou perdidos se as línguas estiverem em contato entre si. Mudanças sociais podem afetar o uso de Gêneros Linguísticos aplicados a seres humanos. Porém, perder — ou ganhar — um Gênero Linguístico é independente do aumento ou diminuição da igualdade de Gêneros Sociais (tradução nossa).

Aikhenvald (2016) ainda identifica, em várias línguas, correlações entre a atribuição de gênero linguístico para inanimados, fenômenos naturais e animais e a cultura de cada povo, vinculada a mitos, crenças, tipo de organização social (patrilinear ou matrilinear), tipo de atividades específicas desempenhadas por homens ou mulheres e estereótipos físicos, comportamentais e mentais de cada gênero social dentro de cada grupo específico.

> Em muitas línguas e culturas, características físicas e psicológicas específicas são associadas a machos e fêmeas. [...] [No] Ilocano, uma língua Austronésia Ocidental (Rubino 1997:75-6), [...] [o] Gênero Natural de humanos é distinguido lexicalmente, por meio dos substantivos *lalaki* 'menino' e *babai* 'menina'. Esses lexemas também são usados para distinguir o Gênero Natural de substantivos híbridos, por exemplo: *kabsat a lalaki* 'irmão', *kabsat a babai* 'irmã'. Eles também podem coocorrer com inanimados, destacando as conotações de 'força' e 'suavidade' associadas à 'masculinidade' e 'feminilidade'. Assim, *basi a lalaki* 'vinho de cana-

[34] Entendemos "estereótipo" conforme o psicólogo social e professor Elliot Aronson: Nós, os animais sociais, categorizamos mentalmente o mundo físico, agrupando pessoas segundo características que nos parecem importantes. "Depois que dividimos o mundo em categorias, geralmente aplicamos rótulos a elas que resumem a essência do grupo – um estereótipo. O estereótipo reflete a crença de que determinado atributo é característico de um grupo como um todo, independentemente da variação real entre membros desse grupo. [...] Em uma cultura específica, essas imagens são compartilhadas por interação social e por meio da mídia" (Aronson; Aronson, 2023, p. 280-281).

> de-açúcar forte' é associado à masculinidade; e *basi a babai* 'vinho de cana-de-açúcar doce' à feminilidade. [...] Características típicas do Gênero Social [...] são projetadas em entidades que não possuem Gênero Natural, por meio da atribuição de Gênero Linguístico[35] (Aikhenvald, 2016, p. 127-128, tradução nossa).

A autora também chama a atenção para outro fato que interessa à discussão. Conforme já vimos, quando a língua não tem um sistema produtivo de gênero, os falantes lançam mão de pistas extralinguísticas, com base no uso e na cultura, para fazer a distinção entre homens e mulheres no que se refere ao sexo ou à posição social. "No entanto, as maneiras de referenciação a homens e mulheres permanecem assimétricas, com claro viés masculino". Em muitas línguas, a palavra "homem" é usada como termo genérico, cujo significado é "pessoa, humano". Outro exemplo de assimetria apresentado pela autora se dá no indonésio, em que as palavras *mahasiswa* ("estudante") e *karyawan* ("funcionário") são utilizadas com sentido genérico, enquanto o uso de suas contrapartes femininas derivacionais (*mahasiswi, karyawati*) é raro. "Kuntjara (2001) descreve isso como uma forma de 'exclusão' das mulheres" (Aikhenvald, 2016, p. 73).

Mäder e Moura (2015, p. 34) definem, resumidamente, o uso do masculino genérico como sendo o uso do gênero gramatical "masculino para denotar o gênero humano como um todo (isto é, homens e/ou mulheres)". Para os autores, há três principais problemas na descrição baseada no conceito de "gênero não marcado". Vejamos em (3) algumas manifestações típicas desse uso em português e, na sequência, algumas controvérsias levantadas pelos autores.

Português (adaptado de Mäder; Moura, 2015, p. 34-35)

(3) *Professores evangélicos são entrave a ensino de cultura afro, diz pesquisadora*.
= emprego de nomes masculinos para denotar seres humanos cujo gênero não é conhecido ou não é relevante.

Os brasileiros formam uma nacionalidade ligada de forma indissociável ao Estado brasileiro.
= emprego de nomes masculinos para denotar conjuntos compostos de seres humanos de ambos os gêneros.

[...] o homem e a mulher são formados pela cultura e pela sociedade em que vivem [...]
= na concordância de predicados com sujeitos coordenados compostos por pelo menos um nome masculino junto a nome feminino.

[35] Aikhenvald (2016) define a concordância e o acordo como principais critérios para considerar se uma língua presenta gênero linguístico (mesmo posicionamento assumido por vários outros autores conforme apresentamos na seção subsequente). No caso do ilocano, a autora considera ser uma língua sem gênero linguístico em função da codificação lexical **sem ocorrência de concordância sintática**. Essa tradução adaptada é, portanto, baseada na nossa compreensão. Pois, em função dos nossos resultados, descritos e analisados sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional, consideramos pertinente considerar toda manifestação de gênero codificada na língua como tipos diferentes de gênero linguístico (ou gênero gramatical).

> *Quais são os direitos de quem foi demitido?*
> = na concordância de predicados com pronomes que não distinguem entre os gêneros masculino e feminino, mas entre humano e não humano.

O primeiro problema apontado é que nem sempre o emprego do masculino é genérico, já que, em algumas línguas e em alguns contextos, o feminino é a forma genérica empregada. Corbett (1991) e Mäder e Moura (2015) apontam o uso do gênero gramatical feminino na referência a pessoas cujo sexo é desconhecido na língua maasai (nilótico); em seneca e outras línguas iroquesas, o feminino é empregado na referência de pessoas em geral; em guajiro (arawak), há dois gêneros: um para humanos masculinos, *sol* e *polegar*, e outro gênero para todos os outros nomes; e, em khoekhoegowab (khoe), pronomes femininos são usados em referência a grupos contendo homens e mulheres. Além disso, mesmo nas línguas em que "o masculino genérico é a 'regra'[...] percebe-se também o uso do feminino genérico, mas apenas em alguns casos, notadamente nomes de profissão estereotipicamente femininas, como *enfermeira*, *secretária*, *empregada ([faxineira])*" (Mäder; Moura, 2015, p. 39). Fenômeno este que é constatado em português, inglês, espanhol, entre outras línguas, conforme Hellinger e Buβmann (2003). Esses usos "sugerem que o efeito de gênero 'não marcado' está relacionado a fatores extralinguísticos, como os estereótipos de gênero associados às diferentes categorias profissionais" (Mäder; Moura, 2015, p. 41).

Outro problema abordado pelos autores diz respeito à interpretação genérica, nem sempre viabilizada pelo uso do masculino, que pode variar entre a interpretação genérica ou a específica a depender da intenção de quem produz e/ou de quem interpreta o discurso. Mas que, geralmente, tende para a interpretação do masculino específico, conforme concluem estudos experimentais realizados em línguas, como alemão, holandês, inglês, francês, espanhol (Mäder; Moura, 2015, p. 43).

A fim de ilustrar essa problemática, retoma-se o caso de uma das primeiras mulheres a conseguir votar na Europa, Carolina Beatriz Ângelo (Esteves, 2004 *apud* Mäder; Moura, 2015, p. 42). Ela foi impedida pelo ministro do Interior, António José de Almeida, de participar das eleições com base na lei eleitoral portuguesa de 1911, que assegurava o direito de votar a "cidadãos portugueses com mais de 21 anos que soubessem ler e escrever ou fossem chefes de família". Porém, após Carolina interpor recurso, o juiz João Baptista de Castro deferiu, fundamentado na tese de que "onde a lei não distingue, não pode o julgador distinguir". Esse exemplo ilustra, portanto, as distintas interpretações da leitura da lei sobre o caso: o primeiro pedido, que foi negado, pressupõe uma "interpretação do masculino (*cidadãos portugueses*) como masculino específico. Seguindo o raciocínio, [...] o recurso em relação ao

pedido negado [na primeira vez] foi deferido com base numa interpretação do masculino como masculino genérico" (Mäder; Moura, 2015, p. 42).

Na mesma direção, Viscardi (2024) menciona os estudos de Redl, Frank, Swart e Hoop (2021) e Gygax, Gabriel, Sarrasin, Oakhill e Garnham (2008), a partir dos quais refuta-se a ideia de que ao usar o masculino genérico é indubitavelmente compreensível que se fala de todas as pessoas, pois os experimentos realizados nos dois estudos "têm apontado que o masculino genérico é interpretado apenas como masculino – ou prioritariamente como masculino – em diferentes culturas e línguas" (Viscardi, 2024, p. 94-95). A autora menciona ainda um terceiro estudo, desenvolvido pela linguista Ann Bodine, que se dedica a investigar os usos do masculino genérico na história da gramática da língua inglesa.

Segundo Viscardi (2024), a linguista norte-americana encontra

> inúmeros trechos de autores, ao longo da história, que justificam o uso do masculino genérico não em função de alguma questão intrínseca à língua, mas da observação dos autores de que o homem seria a figura mais importante naquele momento da história. [...] Diferentes gramáticos defendiam, de acordo com a pesquisa de Bodine, que os homens eram mais importantes e, por isso, se deveria usar o masculino na generalização de homens e mulheres (Viscardi 2024, p. 92-93).

De acordo com Caldas-Coulthard (2007, p. 233), as discussões, relacionando linguagem e papéis sexuais, surgem na década de 60. Constatando-se que "a linguagem nas sociedades ocidentais, por ser um sistema simbólico profundamente arraigado em estruturas sociais patriarcais, não só refletia, mas também enfatizava a supremacia masculina". Miller e Swift (1976 *apud* Caldas-Coulthard, 2007, p. 235) apontaram que o uso genérico do "homem" como universal considerava as mulheres como uma subespécie.

> [A]o menos em relação ao inglês, há evidência histórica de que os homens alteraram a linguagem a fim de criar a escolha não marcada. Até o século 17, para o singular não marcado, em exemplos como 'if anyone wants to... will *he*' ('se alguém quiser...*ele*'), falantes ingleses na verdade usavam *they*, até que os gramáticos prescritivos decidiram, no século 18, 'corrigir' o uso, argumentando que o masculino genérico era mais 'natural e 'próprio'. Só a partir da década de 70, como me referi acima, e pelo trabalho das lingüistas feministas, a forma *they* volta a ser utilizada no inglês britânico atual como um singular não-marcado aceitável.
> Em segundo lugar, o uso genérico de *he* é interpretado frequentemente como forma marcada. Pode-se demonstrar que esta forma predispõe falantes e ouvintes a pensar não em ambos os sexos, mas somente no masculino. Pesquisas com falantes ingleses mostram que os homens, mais do que as mulheres, interpretam o genérico *he* como se fosse masculino (Caldas-Coulthard, 2007, p. 238).

Um terceiro problema detectado por Mäder e Moura (2015) se pauta no fato de que "a explicação baseada no conceito de 'marca' é, de fato, uma simples descrição tautológica,

desprovida de poder explicativo" (Mäder; Moura, 2015, p. 38). Isso porque "pressupõe uma separação entre forma e função, restringindo a atenção do observador da língua às suas estruturas linguísticas, como se elas fossem independentes do seu uso" (Mäder; Moura, 2015, p. 43). Retomando Saussure (1997) ao afirmar que "é o ponto de vista que cria o objeto" [36], Mäder e Moura (2015, p. 44-45) resumem

> o problema: a descrição do "masculino genérico" pelo conceito de gênero "não marcado" olha apenas para a forma, para a estrutura. E é por esse motivo que tal descrição é insatisfatória, pois desconsidera o uso e a função das formas linguísticas. O conceito de gênero não marcado seria [...] apenas uma descrição do estado das coisas, uma simples constatação de que se usa o gênero gramatical masculino para denotar não apenas o gênero masculino, mas também o gênero humano, sem indagar o porquê nem apontar os mecanismos por trás desse uso, além de ignorar os casos nos quais ele não funciona. [...] Ademais, além de a defesa do masculino genérico com base no conceito de gênero não marcado não ser mais do que uma simples descrição é uma descrição circular. Defende-se ou justifica-se o uso do masculino genérico com base no argumento de que este, em oposição ao feminino, é o gênero não marcado.

Essas constatações parecem explicar, em certa medida, tamanha resistência à adoção da forma feminina "presidenta" para se referir à ex-presidenta e primeira mulher a assumir a presidência do Brasil entre 2011 e 2016, Dilma Rousseff, por parte dos meios de comunicação, da população em geral, de outros políticos e até mesmo de uma outra presidenta: a primeira mulher a presidir o Supremo Tribunal Federal (STF), Cármem Lúcia Antunes Rocha, que defende a existência única da forma "presidente". A grafia é reconhecida, pois a forma feminina "presidenta", está amparada pela Lei Federal n° 2.749, sancionada por Juscelino Kubitschek em 2 de abril de 1956, e em acordo com o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Volp), "instância que declara realizar 'o registro oficial das palavras da Língua Portuguesa' e que goza de amplo respeito por ser vinculada à Academia Brasileira de Letras" (Freitag, 2024, p. 41). E, além disso, a própria presidenta, Dilma Rousseff, havia explicitado sua preferência ao uso da referida forma quando questionada em entrevista no ano de sua posse: "Presidenta não é nenhuma barbaridade gramatical, e é importante do ponto de vista do significado. Devo isso a todas as mulheres do Brasil: ser presidenta"[37].

Essa mesma resistência foi enfrentada, na Argentina, pela ex-presidenta do país entre 2007 e 2015 e vice-presidenta entre 2019 e 2023, Cristina Fernández de Kirchner, e por Cecilia Moreau, presidenta do Comitê de Legislação Geral da Câmara dos Deputados. Mesmo com o aval da Real Academia Espanhola (RAE), "uma instância muito mais impositiva do que

[36] No original: *C'est le point de vue qui crée l'objet* (Saussure, 1997, p. 23).
[37] Villeneuve (2011).

a Academia Brasileira de Letras brasileira no seu papel de 'guardiã da língua'" (Freitag, 2024, p. 44), o assunto ainda gera muito embate e resistência. A RAE se posicionou sobre a questão no *Twitter* em 2019, afirmando: "[...] 'presidenta' é o feminino recomendado quando nos referimos a uma mulher que desempenha esse cargo. [...] [E]stá documentada em espanhol desde o século XV e registrada no dicionário acadêmico desde 1803"[38].

Mäder e Moura (2015, p. 46) apresentam uma proposta para explicar o uso do masculino genérico com base no conceito de "gênero prototípico" e, descartando, portanto, o conceito de "marca" enquanto fator explicativo. Para tanto, retomam Lakoff (1987 p. 60-61): "*marca* é um termo usado pelos linguistas para descrever um tipo de *efeito prototípico* – uma assimetria dentro de uma categoria, na qual um membro ou subcategoria é considerado mais básico que o outro"[39]. Baseando-se numa abordagem cognitivo-funcionalista, Mäder e Moura (2015) consideram o uso do gênero masculino na denotação do gênero humano uma espécie de efeito prototípico aclarado pelo conceito de "modelos metonímicos". Assim, para os autores, o gênero linguístico masculino teria:

> um *status* cognitivo mais importante do que o gênero [linguístico] feminino, o que se refletiria no efeito prototípico da marcação de gênero. Esse *status* mais básico do masculino seria decorrente do uso desta categoria para denotar, metonimicamente, a categoria *humano*, isto é, o uso de uma categoria (talvez de uma categoria de nível básico – *masculino*) para uma categoria superordenada – *humano* (na qual a distinção masculino/feminino é posta em segundo plano e não é relevante) (Mäder; Moura, 2015, p. 47).

Os autores examinam, sob essa perspectiva de análise, o exemplo dos nomes de profissões no português brasileiro. "[Em] cada categoria (profissão) haveria membros mais centrais, portanto, mais representativos". Logo, em profissões estereotipicamente masculinas, nas quais os homens são os membros mais centrais, como na categoria "médico", "essa subcategoria (homens dentro de uma profissão) seria usada em lugar da categoria (profissão) como um todo", por isso, geralmente enunciado no masculino em contraposição à categoria "enfermeira", geralmente enunciada no feminino pelo mesmo motivo (Mäder; Moura, 2015, p. 48) [40]. Apresentamos, em (4), alguns dados encontrados em notícias para ilustrar a recorrência desses usos. Um fato relacionado à terceira ocorrência, do BBC News Brasil, reforça a proposta

[38] No original: "*No solo está permitido, sino que «presidenta» es el femenino recomendado cuando nos referimos a una mujer que desempeña ese cargo. La forma «presidenta» se documenta en español desde el siglo XV y está registrada en el diccionario académico desde 1803*" (Real Académia Española, 2019).

[39] No original: *In general, markedness is a term used by linguiststo to describe a kind of prototype effect - an asymmetry in a category, where one member or subcategory is taken to be somehow more basic than the other*.

[40] O estereótipo de gênero associado a profissão *médico* traz à tona a informação de que "médicos geralmente são homens" como parte do modelo cognitivo (Mäder; Moura, 2015, p. 49).

dos autores: apesar da manchete usar “médicos” (masculino) e “enfermeiras” (feminino), os entrevistados na notícia são médicas (mulheres) e enfermeiros (homens). Ao nosso ver, a forte resistência ao uso da forma feminina “presidenta” parece ilustrar igualmente essa prototipificação.

(4) Manchetes de notícias encontradas na internet, ilustrando a escolha do uso da marca morofossintática de gênero linguístico masculino quando referenciando a categoria (profissão) “médico” e, em oposição, a escolha do uso do feminino quando referenciando a categoria “enfermeiro”. (Acesso em 23 jan. 2025)

Mais de 2 mil médicos e enfermeiras pegaram vírus na Itália (Portal UOL)
(https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/ansa/2020/03/16/mais-de-2-mil-medicos-e-enfermeiras-pegaram-virus-na-italia.htm?cmpid=copiaecola)

Médicos e enfermeiras protestam por vacinas contra covid-19 na Venezuela (Jornal Est. Minas)
(https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/04/17/interna_internacional,1258068/medicos-e-enfermeiras-protestam-por-vacinas-contra-covid-19-na-venezuela.shtml)

Os médicos e enfermeiras que passaram o Natal lutando contra epidemia de sarampo (BBC News)
(https://www.bbc.com/portuguese/geral-50913988)

Polícia impede marcha de médicos e enfermeiras até presidência da Venezuela (Correio Braziliense)
(https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2018/08/16/interna_mundo,700612/policia-impede-marcha-de-medicos-na-venezuela.shtml)

Capacitação para médicos e enfermeiras do Hospital Unimed (Notícias Unimed)
(https://www.unimed.coop.br/site/web/valedocai/-/capacita%C3%A7%C3%A3o-para-m%C3%A9dicos-e-enfermeiras-do-hospital-unimed)

Médicos e enfermeiras do Tribunal realizaram mais de 3,2 mil atendimentos em 2016 (TRT Notícias)
(https://portal.trt23.jus.br/trtnoticias/?q=noticias/da-casa-noticias/12345)

Pretendemos, por meio desses apontamentos, fomentar um olhar crítico e reflexivo sobre as discussões e interpretações que permeiam a língua(gem) e as descrições linguísticas, sobretudo, a categoria gramatical de gênero e seu uso, que, obviamente, não acontece no vácuo, descolado da sociedade, da cultura e de um momento histórico. A língua é um produto historicamente situado e é moldada, transformada, instrumentalizada pelos vieses socioculturais dos contextos nos quais está inserida. Seguindo a proposta pedagógica dos afetos por uma “educação como prática da liberdade” orientada por bell hooks, professora e uma das mais importantes teóricas feministas do nosso tempo, “[a] mudança no modo de pensar sobre a língua e sobre como a usamos necessariamente altera o modo como sabemos o que sabemos”. Faz-se necessário “[r]econhecer que através da língua nós tocamos uns aos outros” (hooks, 2017, p. 231-233).

Diante do exposto até agora, podemos depreender que "a língua não é sexista" (Charaudeau, 2021). Conforme o entendimento de bell hooks (2017, p. 224), não é a língua que machuca, "mas o que os opressores fazem com ela, como eles a moldam para transformá-la num território que limita e define, como a tornaram uma arma capaz de envergonhar, humilhar e colonizar". Nesse viés, a linguagem e suas implicações políticas têm exercido influência significativa sobre escritoras, filósofas e teóricas sociais. Para algumas analistas de discurso, a linguagem funciona como um instrumento de poder, utilizado pelos grupos dominantes como instrumento de opressão. "É no discurso que as ideologias se materializam, como diria Voloshinov (1973)" (Caldas-Coulthard, 2007, p. 232).

Especificamente sobre o gênero linguístico, Aikhenvald (2016, p. 93-202) afirma:

> O Gênero Linguístico pode ser alvo de reformas linguísticas, especialmente na medida em que diz respeito às assimetrias percebidas entre Gêneros Sociais, refletidas na expressão linguística dos gêneros. [...] A maior igualdade feminina nas sociedades ocidentais levou ao surgimento de mais formas linguísticas de referência feminina. As reformas para combater linguagem "sexista" buscam tanto garantir visibilidade feminina quanto eliminar o uso genérico do masculino. [...] Os resultados de Bengoechea (2011: 48) mostram que essas formas mistas [feminização de palavras que se referem explicitamente a mulheres e substituição da forma masculina para referência genérica por palavras epicenas ou por construções divididas][41] e as flexões femininas de profissões estão sendo cada vez mais aceitas. Isso ecoa as conclusões de Nissen (2013) - que os falantes de Espanhol em 2005 demonstraram muito menos viés sexista na interpretação de formas masculinas genéricas do que em 1995. As mulheres tornaram-se mais visíveis na vida pública - e a língua parece ter se tornado mais inclusiva e, talvez, mais receptiva às formas femininas. [...] As motivações sociais para mudanças nos Gêneros Linguísticos apontam para a consciência que os falantes têm deles, e para sua funcionalidade e importância na vida social de muitos povos. [...] O domínio dos gêneros oferece aos falantes um conjunto de recursos expressivos, tornando a língua mais rica e versátil. [...] Essas mudanças mostram a funcionalidade e relevância central dos gêneros linguísticos (Aikhenvald, 2016, p. 93-202, tradução nossa).

O ponto de vista adotado pelo analista, bem como as epistemologias, exerce influência direta na constituição do objeto de análise. Nesse sentido, abordagens que

[41] "As primeiras diretrizes oficiais para o uso de linguagem não sexista em Espanhol (1988) e as subsequentes diretrizes da UNESCO afirmavam explicitamente a 'propagação da feminização de palavras que se referem explicitamente a mulheres' e a 'substituição da forma masculina para referência genérica por palavras epicenas ou por construções divididas'. O símbolo @ tem sido sugerido como uma forma de combinar graficamente as terminações masculinas e femininas - assim, *l@s alumn@s* seria uma mistura de *los alumnos* (MASC.PL alunos.MASC.PL) e *las alumnas* (FEM.PL alunas.FEM.PL)" (Aikhenvald, 2016, 202).

incorporam um olhar crítico, político e decolonial e abordagens contracoloniais[42] sobre as relações entre língua e cultura tornam-se fundamentais. Trabalhos como os de Kopenawa e Albert (2015), Santos (2015), Silva e Souza (2018), Rubim (2020) Filho e Othero (2022), Carvalho e Lima (2022), Longhini (2022), Matos e Sousa (2022), além de outros mencionados ao longo desta tese, oferecem contribuições fundamentais para o reconhecimento da língua(gem) como um mecanismo de poder e um elemento constitutivo da subjetividade e da vida social de um povo. Como observa Santana (2023, p. 284), no que diz respeito especificamente ao nosso objeto de estudo nesta pesquisa, trata-se de ir além de modelos que ignoram a complexidade das noções de gênero, rompendo e/ou combatendo os estudos hegemônicos que desconsideram a diversidade e a fluidez dessa categoria.

Sob essa perspectiva, os vieses feministas decoloniais[43] não apenas iluminam questões fundamentais da estrutura e do uso da linguagem, como também propõem transformações nas relações entre mulheres, homens, pessoas intersexo, linguagem e sociedade. Como afirma Caldas-Coulthard (2007, p. 242), essa abordagem "não só nos esclarece sobre assuntos fundamentais em língua, como também pretende mudar os relacionamentos entre mulheres, homens, linguagem e contexto social". Assim, a articulação entre linguagem e gênero ultrapassa a dimensão formal e descritiva da gramática, inscrevendo-se em disputas simbólicas e políticas que mobilizam identidades, práticas sociais e modos de existência.

Na próxima seção, discorremos sobre o que se tem discutido no campo da tipologia linguística no que diz respeito à categoria de gênero com relação à sua definição, identificação e tratamento.

2.4 DISCUSSÕES SOBRE O GÊNERO LINGUÍSTICO NA LITERATURA TIPOLÓGICA

Os parâmetros tipológicos para classificar sistemas de categorização nominal são estabelecidos no final do século XX e organizam-se em dois eixos principais: os "sistemas lexicais" (baseados em itens lexicais isolados) e os "sistemas morfossintáticos" (baseados em concordância e acordo). Como sintetizado por Chacon e Satteles (2019, p.5), seguindo Allan

[42] Adotamos a terminologia cunhada por Antonio Bispo dos Santos (1959-2023), conhecido como Nêgo Bispo, importante pensador, poeta e escritor quilombola brasileiro que combate o colonialismo em todas as suas instâncias. Entendemos a decolonialidade como uma abordagem questionadora da hegemonia eurocêntrica, cabendo aos que foram colonizados e que buscam reverter a colonialidade. Enquanto o contracolonialismo é, segundo Nêgo Bispo, o antídoto para o colonialismo no sentido de combater o colonialismo, abarcando as vivências quilombolas e indígenas. Trata-se, portanto, de uma trajetória, uma prática, uma experiência de vida dos que não foram colonizados (Bispo dos Santos, 2023).

[43] Conceito baseado na filósofa brasileira Maria Clara Marques Dias, desenvolvido pela filósofa argentina María Lugones a partir da teoria do sociólogo peruano Aníbal Quijano (Dias, 2023).

(1977), Aikhenvald (2000) e Grinevald (2000), os sistemas morfossintáticos subdividem-se em: (i) classificadores (ex.: línguas isolantes como o chinês), (ii) classes nominais (ex.: línguas bantu) e (iii) gênero (ex.: línguas indo-europeias). Essa tipologia reflete um *continuum* e não categorias estanques (Corbett, 2013).

A noção de gênero, segundo Corbett (1991), é definida por dois elementos essenciais: a realização de concordância e acordo e os traços semânticos que compõem esses sistemas. No que diz respeito à concordância e acordo, a análise de Corbett (2006) propõe a existência de três componentes principais: elemento controlador, elemento alvo (ou *target*, no qual a concordância e o acordo se manifestam formalmente) e domínio, que é a relação morfossintática entre controlador e alvo. Por exemplo, no sintagma "As menina animada" (comum em diversas variedades do português do Brasil), o controlador seria "menina" e os alvos seriam o artigo "as" e o adjetivo "animada". Nesse caso, as marcas de gênero e número têm como domínio a relação entre o núcleo nominal e seus modificadores dentro do sintagma nominal. Enquanto o gênero possui múltiplos alvos, isto é, é replicado em todos os elementos do sintagma nominal, o número pode se restringir a um único alvo como se verifica no exemplo acima, em que o plural é marcado apenas no determinante "as". A marcação de plural no artigo também revela uma particularidade da concordância: em certas situações, uma marca flexional pode estar formalmente presente no alvo, mas ausente no controlador (Chacon; Sateles, 2019, p. 4).

Com relação à motivação semântica, Corbett (1991) sustenta que a classificação dos gêneros nas línguas naturais varia ao longo de um *continuum* entre sistemas predominantemente semânticos e predominantemente formais, mas não existe, conforme o autor, nenhum sistema de gênero exclusivamente formal. Mesmo nos casos mais arbitrários (estabelecidos convencionalmente), há algum grau de motivação semântica, por exemplo: no russo, apesar de a maioria dos substantivos terminados em *-a* serem femininos, há exceções semânticas como *dedushk**a*** ("avô"), que é masculino. Em sua análise, Corbett (2015) explora a interação entre gênero e outras categorias, como número (no árabe), caso (no russo) e pessoa (no inglês – na 3ª pessoa do singular), propondo que essa interação é fundamental para compreender a realização morfossintática do gênero nas línguas do mundo.

Baseando-se na operação de concordância, Corbett (1991) considera sistemas de classes nominais e de gênero tipologicamente equivalentes, porque define ambos os sistemas por essa mesma propriedade. Conforme o autor, "[o] uso dos termos 'gênero' ou 'classe nominal' é mais uma questão de tradição do que de substância [...] A escolha não é significativa; por consistência, normalmente utilizaremos o termo 'gênero'" (Corbett, 1991, p. 10). Nessa

esteira, Zallizniak (1997, p. 66-70 *apud* Aikhenvald, 1994, p. 138) define "classe de concordância" como "um conjunto de substantivos tal, que cada dois de seus membros, em qualquer forma gramatical igual para ambos, exigem o mesmo conjunto de segmentos no determinante, dentro de um grupo nominal" – conceito retomado por Corbett (1991), entendendo que "classe nominal" ou "classe de concordância" inclui o conceito de gênero.

Conforme Aikhenvald (2016), o conceito de gênero costuma ser aplicado principalmente às línguas indo-europeias e semíticas, que geralmente organizam seus substantivos em categorias binárias (masculino e feminino) ou ternárias (acrescentando o neutro). No entanto, quando os pesquisadores europeus estudaram as línguas africanas, descobriram estruturas classificatórias muito mais elaboradas, algumas contendo oito ou mais divisões, como observado no suaíli, uma língua bantu também conhecida como kiswahili. Tais sistemas ultrapassavam em muito a oposição entre masculino e feminino. Com base nessa complexidade, criou-se a terminologia "classes nominais" com o propósito de descrever esses esquemas de categorização mais abrangentes.

Corbett (2013, 2015), ao analisar tipologicamente várias línguas ao redor do mundo em relação à codificação de gênero gramatical[44], descreve diferentes tipos de sistemas de marcação. Há línguas com: (i) sistema binário - os substantivos são classificados como femininos ou masculinos, como no francês, italiano, espanhol e hebreu; (ii) sistema ternário - que incluem o gênero neutro, além do masculino e feminino, como o alemão, grego moderno, russo e latim; (iii) sistema com múltiplos gêneros - como o suaíli – cujas classes de gênero distinguem entre humanos, plantas, frutos, inanimados, animais, objetos longos, objetos pequenos etc. – ou línguas indígenas da América do Norte – cujas classes de gênero distinguem entre objetos longos e finos, objetos redondos, entre outros, referindo-se a tamanho ou forma; e (iv) sistemas que combinam critérios semânticos (lexicais) e formais (morfofonológicos) – em russo, o gênero é majoritariamente previsível pela morfologia flexional, mas há exceções. Por exemplo, "a diferenciação por sexo ocorre onde é relevante (como com humanos, animais domésticos e aqueles em que há uma diferença marcante), mas 'tubarão' é feminino e 'golfinho' é masculino" (Corbett, 2015, p. 111, tradução nossa).

[44] Definimos, nesta tese, outra nomenclatura para especificar os tipos de gênero gramatical e os tipos de codificação de gênero gramatical. Isso porque o conceito de "gramática" é mais amplo no modelo teórico da Gramática Discursivo-Funcional. Conforme apresentamos em detalhes no capítulo 6, consideramos quatro tipos de gênero linguístico: formal, semântico, pragmático e contextual, que podem ser codificados lexicalmente, morfossintaticamente ou fonologicamente; e que, por sua vez, podem ou não realizar operação de concordância ou acordo sintático. O que Corbett define como gênero gramatical é o gênero (motivado ou arbitrário), codificado morfossintaticamente e que, obrigatoriamente, aciona concordância ou acordo sintático.

Conforme o extenso estudo descritivo tipológico das línguas naturais do mundo, *World Atlas of Language Structures* (WALS - *Feature 30A: "Number of Genders"*), Corbett (2013) afirma que 43,75% (112 línguas) das 256 línguas investigadas têm sistema de gênero, [45] das quais 50 possuem um sistema binário (ex.: apurinã); 26 possuem três classes de gênero (ex.: alemão); 12 possuem quatro classes de gênero (ex.: pirahã); e 24 possuem cinco ou mais classes de gênero (ex.: suaíli). Aikhenvald (2000, 2016), ao mapear a categoria de gênero em línguas pouco estudadas, assegura que mais de 50% das línguas do mundo têm gênero linguístico em sua gramática. Aikhenvald (2000) refuta a ideia de "raridade" da categoria gramatical de gênero,[46] pelo fato de que muitas descrições linguísticas ignoram casos como o inglês, por exemplo, em que a marcação de gênero se dá anaforicamente por meio de pronomes.

Conforme a autora,

> O gênero linguístico tem sido alvo de muitos equívocos e 'mitos linguísticos'. Um deles, nas palavras de Philips (1980: 530), é que 'o gênero gramatical é relativamente raro', em contraste com o gênero natural, que seria 'um universal cultural e linguístico'. A afirmação sobre a 'raridade' do gênero gramatical é completamente equivocada - o gênero gramatical é uma das categorias mais difundidas no mundo, abrangendo grande parte da África, Europa, Américas do Norte e do Sul, e Nova Guiné; ver Corbett (1991) e o mapa 1 em Aikhenvald (2000: 78). O termo 'gênero linguístico' tem sido usado de maneiras contraditórias. O inglês não possui concordância de gênero dentro do sintagma nominal. Isso levou alguns estudiosos alemães a afirmarem que o inglês 'não tem gênero', esquecendo-se dos pronomes marcados por gênero 'she' (ela), 'he' (ele) e 'it' (neutro). As armadilhas do termo 'gênero natural' e seu uso atual foram discutidas por McConnell-Ginet (2014) (Aikhenvald, 2016, p. 11, tradução nossa).

Chacon e Sateles (2019, p. 5) chamam a atenção para algumas controvérsias teóricas em relação a essas definições, visto que algumas abordagens destacam diferenças específicas entre gênero e classes nominais. Dixon (1968, p. 105 *apud* Chacon; Sateles, 2019) propõe que o gênero pode ser entendido como um tipo específico de "classe nominal",

---

[45] Para Corbett (2013), "a característica definidora do gênero é **a concordância:** uma língua só possui um sistema de gênero se encontrarmos diferentes concordâncias que, em última análise, dependem de substantivos de diferentes tipos. Em outras palavras, deve haver evidências de gênero fora dos próprios substantivos. [...] Para evitar confusão, note que a mera existência de substantivos como *djadja* 'tio' e *sestra* 'irmã', denotando homens e mulheres, não é suficiente para constituir um sistema de gênero. Deve haver evidências sintáticas, em concordância. Kanuri (Nilo-Saariano; Nigéria) não tem um sistema de gênero, mas tem contrastes lexicais como *tádà* 'menino, filho' *versus férò* 'menina, filha' (Hutchison 1981: 11, 38, 45). Esta é uma questão de semântica lexical, e não um sistema de gênero" (grifos nossos). Nosso posicionamento diverge da proposta de Corbett em função dos nossos resultados dos nossos dados, que são apresentados nos capítulos 7 e 8.

[46] A autora também segue Corbett (1991), entre outros autores, considerando a concordância e o acordo como critérios para ratificar a categoria gramatical de gênero. Conforme Aikhenvald (2016, p. 7), "[o]s significados associados aos Gêneros Linguísticos — animacidade, humanidade e sexo — podem ser expressos por meio de uma variedade de outros recursos. Estes incluem dispositivos de categorização de substantivos, ou classificadores, e muitas categorias nominais, incluindo caso e número. As chamadas línguas 'sem gênero' possuem maneiras de expressar significados de gênero, usando palavras diferentes para homens e mulheres ou afixos distintos para distinguir os sexos. Atitudes em relação aos Gêneros Sociais — frequentemente minimizando o *status* das mulheres — revelam-se pelo uso de termos e formas nessas línguas 'sem gênero'".

característico de línguas que possuem apenas duas ou três classes geralmente correlacionadas semanticamente ao sexo. Serzisko (1982 *apud* Chacon; Sateles, 2019), por sua vez, aborda gênero e classes nominais como parte de um *continuum* de métodos de classificação nominal, diferenciando-os por critérios, como: (i) o número de classes semânticas presentes em cada sistema, em que gênero abarca até três classes - sexo, animacidade, humanidade - e classes nominais abarcam cinco ou mais classes, podendo compreender as classes de gênero, mas, sobretudo, indo além dessas, com parâmetros semânticos como propriedades físicas e/ou utilidade; (ii) a integração obrigatória entre marcação de número (singular ou plural) e classe nominal; (iii) a presença de marcas de classes nominais tanto em alvos de concordância sintática quanto na morfologia flexional e derivacional dos substantivos; e (iv) tendência à maior transparência semântica das classes nominais em relação às características dos referentes, se comparadas às marcas de gênero das línguas europeias. A pesquisa de Allan (1977, p. 290-291 *apud* Chacon; Sateles, 2019, p. 5) também contribui para essa discussão, na medida em que o autor analisa o gênero e os chamados "classificadores de concordância", que, segundo a interpretação de Chacon e Sateles (2019), embasada nos exemplos apresentados (de línguas bantu e australianas), correspondem ao conceito de classes nominais.

Consoante os apontamentos de Miranda (2020, p. 1534), gênero e classe nominal são indicados nos constituintes dentro e/ou fora do sintagma nominal, podendo também ser marcados diretamente no substantivo. Em relação aos critérios de atribuição, Miranda (2020) com base em Kilarski (2013) destaca que os substantivos são classificados com base em características semânticas, como sexo ou animacidade, ou por uma combinação de propriedades semânticas e formais (aspectos morfológicos ou fonológicos). Por outro lado, a seleção de um classificador não se baseia em propriedades morfológicas ou fonológicas dos substantivos, mas é determinada por cada propriedade do referente, como "animacidade, propriedades físicas, materiais, funcionais, *status* sociais e culturais, em alguns casos, o classificador pode ser lexicalizado em determinadas línguas" (Miranda, 2023, p. 326). Há ainda diferença com relação ao inventário e variabilidade, sendo o sistema de gênero e classe de nomes pequenos e fechados, enquanto os classificadores são um grupo amplo e aberto (Kilarsk, 2013; Miranda, 2023).

Assim como se verifica na distinção entre gênero e classes nominais, Chacon e Sateles (2019, p. 6) concluem que a diferenciação entre esses e os classificadores "também combina elementos categóricos com elementos mais gradativos", reforçando a ideia de que se trata de um único fenômeno, a classificação nominal, "porém com manifestações variáveis e distinções gradativas. Essa noção de gradação dentro de um *continuum* de múltiplas variáveis está na base da tipologia de Serzisko (1982), Dixon (1968) e Grinevald (2000)".

Nessa esteira, Grinevald (2000) esclarece que o gênero é um tipo de classificação nominal. Eberhard (2009, p. 340) corrobora essa interpretação ao descrever o mamaindê, língua amazônica da família nambikwara. Segundo o autor, o gênero feminino é marcado nos nomes [+humano] por meio do classificador "animado humano" seguido pelo sufixo feminino. Por esse motivo, compreende que "[e]mbora o gênero seja um tipo de classificação nominal, o fato de este marcador de gênero poder seguir o classificador nominal é uma pista de que, em Mamaindê, estas são duas categorias morfológicas separadas". Aikhenvald (1994, p. 138) também constata que algumas línguas amazônicas apresentam mais de um conjunto de classes de concordância simultaneamente, "sendo um baseado na oposição feminino/masculino e outro envolvendo outras oposições semânticas (tais como estrutura, tamanho e outras características físicas do objeto)", o que significa, segundo a autora, que gênero e classe nominal coexistem como duas categorias gramaticais independentes nestas línguas. Chacon (2012, p. 325), ao descrever a hierarquia de classificação nominal do kubeo, língua amazônica da família tukano, considera a classificação nominal animado *versus* inanimado a base para outras subdivisões, visto que apenas os nomes [+animado] são classificados em gênero (masculino ou feminino).

Hellinger e Bußmann (2001, 2002, 2003) e Hellinger e Motschenbacher (2015) organizam o vasto estudo intitulado *Gender across languages*, que inclui contribuições de muitos linguistas sobre línguas do mundo inteiro, constituindo um importante estado da arte sobre a categoria de gênero em línguas como francês, italiano, espanhol, alemão, grego, sérvio, polonês, árabe, suaíli, inglês, hebreu, húngaro, tailandês, estônio, russo, chinês, finlandês, português. Publicado em quatro volumes, o objetivo da pesquisa é investigar sistematicamente como se dá a representação de mulheres e homens em 42 línguas, que variam amplamente em termos de estrutura linguística e contextos socioculturais. De acordo com as organizadoras da pesquisa, "fundamental para o projeto é a hipótese de que as manifestações formais e funcionais de gênero na área de referência humana seguem princípios gerais, e talvez universais, nas línguas do mundo" (Hellinger; Bußmann, 2003, p. 2)[47]. Dadas as confusões e sobreposições de definições sobre gênero, as autoras dizem que é necessário compor uma definição terminológica operacional que seja usual e funcional para poder avançar de forma eficaz (e tipologicamente válida) no debate sobre a relação entre língua e gênero.

Para as autoras, as línguas podem ser agrupadas da seguinte forma:

[47] No original: *Fundamental to the project is the hypothesis that the formal and functional manifestations of gender in the area of human reference follow general, and perhaps universal principles in the world's languages*.

a) “línguas com classificadores” usam palavras separadas para indicar a classe dos substantivos, diferentemente das línguas com gênero, nas quais a classe é indicada por concordância sintática. Um exemplo clássico são os classificadores numerais, que, nesses casos, acompanham o objeto quantificado, indicando geralmente sua forma, resultando em frases como: *três objeto-plano livro* (numeral, classificador e substantivo) [48]. Nessas línguas, não há concordância entre o substantivo e outras classes de palavras, e, em média, essas línguas possuem de 50 a 100 classificadores para essas circunstâncias[49]. Exemplos de línguas que possuem classificadores são: chinês, indonésio, japonês, oriá e vietnamita (Hellinger; Bußmann, 2003, p. 4-5);
b) “línguas de/com gênero gramatical” costumam apresentar um número reduzido de classes de gênero, geralmente duas ou três. Nessas línguas, não há necessariamente marcas que indiquem a qual classe os substantivos pertencem, mas obrigatoriamente há concordância com outras categorias de palavras dentro ou fora do sintagma nominal. O elemento satélite que interage com o substantivo é responsável por expressar a qual classe este pertence. As autoras destacam a “correspondência entre o pertencimento a uma classe e o gênero semântico no campo dos substantivos animados/humanos”[50]. Exemplos dessas línguas incluem árabe, tcheco, dinamarquês, holandês, francês, alemão, grego, hebraico, hindi, islandês, italiano, norueguês, polonês, português, romeno, russo, sérvio, espanhol, sueco e galês (Hellinger; Bußmann, 2003, p. 6);
c) “línguas com classes de substantivos” não apresentam uma correspondência óbvia entre o pertencimento a uma classe e a especificação do substantivo como feminino-específico ou masculino-específico no caso de substantivos pessoais. Essas línguas tendem a ter um número maior de classes em comparação com as línguas de gênero e, geralmente, possuem marcas (como os prefixos de classe nas línguas bantu) que permitem identificar a qual classe os substantivos pertencem, além da concordância com outras categorias de palavras. Um exemplo é o suaíli (Hellinger; Bußmann, 2003, p. 6).

[48] Greenberg (1972, p. 5)
[49] Dixon (1982, p. 215)
[50] No original: […] *considerable correspondence between the class membership and lexical/referential gender in the field of animate/personal nouns*.

Conforme as autoras, o "gênero gramatical"[51], diferentemente de categorias como caso ou número, é uma propriedade intrínseca ao substantivo (núcleo controlador), que controla a concordância entre ele e o elemento satélite (o alvo), que pode ser um artigo, adjetivo, pronome, verbo ou numeral. É comum que línguas com gênero possuam duas ou três classes de gênero (geralmente feminino e masculino), embora novas subclasses possam surgir, como ocorre no russo e no sérvio (Corbett 1991, p. 161-168; Hellinger; Bußmann 2003, p. 7); ou classes possam ser extintas, como aconteceu em algumas línguas germânicas, românicas e iranianas, ou até mesmo extinguir completamente o sistema de gênero original, como ocorreu no inglês e no persa (Hellinger; Bußmann, 2003, p. 6).

Nesta tese, adotamos o modelo tipológico funcional da Gramática Discursivo-Funcional de Hengeveld e Mackenzie (2008), que trataremos nos próximos capítulos. Nesse arcabouço teórico, o termo "gramatical" exprime um conceito muito mais amplo do que está contemplado nos aspectos morfossintáticos, como os relacionados ao acordo, de modo tal que a tradução mais viável para "gramatical" é formal. Portanto, denominamos gênero formal com operação de acordo sintático casos como os dos substantivos "casa" (feminino) e "livro" (masculino) no português, em que os índices temáticos **-a** e **-o** não são variáveis, pois o gênero formal é inerente aos nomes, sendo atribuídos arbitrariamente[52]. E chamamos de gênero semântico, codificado morfossintaticamente, com operação de concordância sintática casos como "menin-a" e "menin-o", cuja alternância sufixal é utilizada para marcar o gênero com base no sexo feminino ou masculino do referente.

O "gênero lexical", conforme Hellinger e Bußmann (2003), é representado por substantivos com o traço semântico [+humano], tais como *mother* ("mãe") e *father* ("pai") (tanto no inglês, quanto no português), que são especificados lexicalmente quanto à propriedade semântica [feminino] e [masculino], respectivamente, podendo se relacionar com a categoria extralinguística de gênero natural (ou "sexo do referente"). É também comumente tratado na

[51] Conforme já mencionamos em nota, o termo "gramatical" é utilizado pela GDF para se referir ao Componente Gramatical do modelo teório, que inclui os Níveis de organização da Gramática. Assim, nesta pesquisa, para evitar conflitos terminológicos utilizaremos os seguintes tipos de gênero: formal, semântico, pragmático e contextual, que podem ou não realizar concordância ou acordo de gênero. Além disso, especificamos diferentes estratégias de codificação: lexical, morfossintática e fonológica.

[52] Conforme explicamos no capítulo 4, as relações de acordo se dão apenas no Nível Morfossintático da Gramática Discursivo-Funcional, enquanto a concordância envolve o Nível Representacional e o Nível Morfossintático. Consideramos que os substantivos com gênero formal ("casa" e "livro") são bem definidos sob o rótulo "gênero gramatical (ou linguístico) formal com acordo sintático", porque não há uma contraparte semântica correspondente à forma, trata-se, portanto, de um acordo exclusivamente formal exigido pela gramática da língua. Enquanto a codificação do gênero dos substantivos "menino" e "menina", é baseada em traços semânticos das entidades referidas.

literatura como “gênero semântico”, cuja distinção de gênero é decorrente da semântica lexical da palavra e não de uma marcação morfológica[53].

No inglês, além dos exemplos mencionados, que são considerados de “gênero específico” (feminino específico ou masculino específico), existem nomes como *patience* “paciência” e *individual* “indivíduo”, que são considerados de “gênero indefinido” ou “gênero neutro” nos termos das autoras. Nesses casos, os termos vizinhos (satélites) são selecionados com base: nos traços semânticos da entidade referida – que as autoras chamam de referência extralinguística – (quando o referente é conhecido); ou na tradição (ao adotar, por exemplo, o masculino como termo genérico); ou na atitude do falante (conforme a avaliação do falante em relação a uma linguagem mais inclusiva (*gender-fair*) no que diz respeito ao gênero). (Hellinger; Bußmann, 2003, p. 7-8).

Assumimos o mesmo posicionamento das autoras no que diz respeito à dicotomia feminino e masculino relacionada ao uso dos termos “feminino específico”, “feminino”, “masculino específico” e “masculino”: são utilizados apenas como ferramenta para a descrição. Não é nossa pretensão argumentar em favor de uma imposição binária, pois entendemos que é justa a manifestação de quem se sente excluído do uso da linguagem pelo fato de ela ser pautada em uma classificação dual da noção de gênero. Essa divisão certamente promove uma classificação reducionista, do ponto de vista social, das pessoas que não se encaixam em uma bipartição de gênero: masculino ou feminino[54]. Apesar da contribuição dos estudos linguísticos sobre gênero e de sua relevância na construção da experiência cotidiana das pessoas no mundo, entendemos que as experiências humanas são diferentes e multifacetadas, e talvez por isso mesmo essa discussão deva e possa ser pensada a partir de um *continuum*, que “permite

[53] Conforme apresentamos no capítulo 6 de metodologia, adotamos outras nomenclaturas baseadas nos Níveis da GDF para definir os tipos de expressão e de codificação de gênero linguístico. Para nós, os casos como “mãe” e “pai” representam o gênero semântico, codificado lexicalmente.

[54] Esse assunto levanta algumas dúvidas, por exemplo, como se situaria a despreferência do feminino pelo masculino na questão do gênero inclusivo nas línguas indígenas e daí de um ponto de vista universal? Ou ainda, em línguas matriarcais (quando há correspondência entre a relevância social da mulher e o feminino não marcado na codificação do gênero na língua), como a despreferência pelo masculino em favor do feminino se situa na questão do gênero inclusivo? Entretanto, para responder a essas questões, faz-se necessário uma pesquisa mais ampla e de campo com a aplicação de testes de percepção e de avaliação dos falantes com relação aos usos da língua. Isso porque são poucas as descrições que fazem algum tipo de menção a essas questões. Além disso, essas discussões são bem recentes em muitas culturas. Interessante notar que, conforme descrevemos na subseção 7.4.4, a língua jarawara (arawá) é a única de nossa amostra que apresenta o feminino como gênero não marcado. E, nessa mesma língua, há um caso em que o esposo utiliza o marcador verbal masculino para mencionar a esposa como demonstração de afeto e respeito. Portanto, não há necessariamente uma relação direta de correspondência entre a codificação de gênero na língua e a percepção social com relação a esses usos em termos matriarcais e patriarcais.

variação, limites de categoria imprecisos e efeitos de protótipo" (Lakoff, 1987 *apud* Hellinger; Bußmann, 2003, p. 8) [55].

O "gênero referencial", nos termos das autoras, refere-se à relação das expressões linguísticas com as características do referente no mundo. Conforme pontuam as autoras, "o gênero referencial identifica um referente como feminino, masculino ou indefinido" (Hellinger; Bußmann, 2003, p. 8) [56] como elucidado por meio do substantivo *Mädchen* ("menina") do alemão, que é classificada gramaticalmente como pertencente ao gênero neutro, mas, em termos de concordância anafórica e de correspondência com o mundo, é usada para se referir a um indivíduo do sexo feminino. Nesse caso, não há, segundo as autoras, uma correspondência entre o gênero gramatical da palavra e o gênero natural da entidade referida. Hellinger e Bußmann (2003, p. 9) ressaltam a complexidade da relação entre gênero gramatical e gênero natural para a grande maioria dos substantivos com o traço [+humano] no que se refere à assimetria relacionada ao gênero na pronominalização e na concordância. Isso porque, nos casos em que a referência é feita a um indivíduo específico conhecido, pode ser que a escolha de pronomes anafóricos seja motivada, sobrepondo-se, assim, ao gênero formal do substantivo.

As autoras listam ainda outra distinção importante em relação à categoria de gênero. Para Hellinger e Bußmann (2003), os termos "masculinos genéricos" (*generic masculines*) e "machos genéricos" (*male generics*) são distintos. O primeiro faz referência ao gênero morfossintaticamente codificado nas línguas como espanhol e português, enquanto o segundo denota uma propriedade lexical dos nomes nas línguas como o inglês e o japonês. As autoras caracterizam ambos como falsos genéricos**.** A esse respeito, Aikhenvald (2016, p.74) pontua que "os estereótipos associados ao gênero social e à predominância masculina se manifestarão em qualquer língua - com ou sem gênero linguístico[57] - sempre que forem significativos para a comunidade de fala"[58]. Isso significa que os valores socioculturais de um povo são refletidos na linguagem. E, nesse sentido, a falibilidade do masculino ou macho enquanto genérico se dá porque a escolha e a interpretação das marcas de gênero serão baseadas nos valores da comunidade de fala. Ou seja, seu uso carrega significados vinculados à cultura. Geralmente um deles (masculino, no caso) será ressaltado e vinculado ao que é valorizado em detrimento do outro (o feminino, no caso).

---

[55] No original: *construction of people's everyday experience, they might perhaps be more adequately placed on a continuum, which allows for variation, fuzzy category boundaries, and prototype effects*.

[56] No original: *referential gender identifies a referent as "female", "male" or "gender-indefinite".*

[57] Conforme já pontuamos, Aikhenvald considera a presença de gênero linguístico apenas os casos em que há concordância ou acordo de gênero.

[58] No original: *The stereotypes associated with Social Gender, and the male bias, will be reflected in any language - with or without Linguistic Gender - as long as they are relevant for the community which speaks it.*

Nessa linha de pensamento, Hellinger e Bußmann (2003) dizem que o uso dos chamados masculinos ou machos genéricos é a forma androcêntrica tradicionalmente descrita e prescrita nas gramáticas da maioria das línguas já estudadas do mundo. A justificativa é que, salvo algumas exceções, o feminino é reconhecido como forma marcada apenas quando se exige especificação. No inglês, por exemplo, a escolha prescritiva em casos de referência indefinida como *an american drinks his coffee black* ("um americano bebe seu café preto") é o uso do pronome *he* (his) ("ele (dele)"). O debate em torno dessa generalização do masculino permeia as discussões sobre sexismo linguístico em muitas línguas, incluindo o português, porque reflete um sistema sociocultural de crenças em relação a comportamentos apropriados para mulheres e homens.

Por fim, o "gênero social", descrito por Hellinger e Bußmann (2003, p. 10), faz referência ao que está socialmente imposto em relação a papéis de gênero e traços de caráter dicotomicamente associados a mulheres e homens[59]. As autoras explicam que, em casos de substantivos comuns de dois gêneros referentes a humanos, a marca de gênero linguístico será embasada por gênero social. Conforme exemplificam, os termos ocupacionais de *status* elevado em inglês, como *lawyer* ("advogado") e *scientist* ("cientista"), ainda que não se saiba o gênero natural do referente ou que não haja relevância em discerni-lo, são geralmente pronominalizados pelo pronome específico masculino *he* ("ele"). Ao passo que o contrário acontece em se tratando de termos referentes a profissões consideradas de menor prestígio social, como *secretary* "secretária" e *nurse* "enfermeira", que geralmente são relacionados aos anafóricos femininos *she* ("ela")[60]. No turco, língua na qual nem os pronomes variam em gênero, essa classificação se mostra particularmente saliente por meio de associações relacionadas ao gênero social. O termo *kuyumcu* "ourives" é indefinido quanto ao gênero, porém sempre aparece associado a referentes masculinos, apesar de teoricamente ser possível fazer referência a mulher com o mesmo termo (Hellinger; Bußmann, 2003, p. 10-11).

[59] É preciso ter muito cuidado ao analisar esse aspecto numa língua, pois essa preconcepção de uma sociedade pautada numa categorização hierárquica com base no gênero das pessoas e, portanto, das relações, é pautada na cosmopercepção ocidental, como bem alerta Oyěwùmí (2021 [1997]). Segundo a autora, a organização social iorubá era pautada na idade relativa (quem tem mais idade, tem mais poder) e não no gênero, como foi erroneamente considerado em muitas pesquisas (deidades foram traduzidas como masculino, por exemplo, assim como posições sociais de poder). Durante o desenvolvimento desta pesquisa, esforçamo-nos para não contaminar as análises com nossas próprias percepções culturais. Tendo isso em mente, buscamos informações específicas sobre essas questões nos materiais estudados, mas também consideramos a terminologia apresentada nas descrições. Nesta tese, nomeamos "gênero gramatical pragmático" os casos em que a marca de gênero carrega valores socioculturalmente situados, influenciando a intenção comunicativa em função do sentido atribuído a esses usos. Vale pontuar ainda que essas concepções não pressupõem necessariamente relações hierárquicas entre os gêneros, isto é, não pressupõem que seja uma sociedade machista, por exemplo.

[60] Esses casos são bastantes semelhantes ao que acontece no português brasileiro, como vimos nos apontamentos de Mäder e Moura (2015) na seção 2.3. Os autores consideram "gênero prototípico".

Conjectura-se que a complexidade da categoria de gênero gere controvérsias no que diz respeito ao estabelecimento de diagnósticos capazes de identificar e categorizar a presença ou não dessa categoria na gramática de uma língua. Carvalho (2020b, p. 359-361) menciona o estudo de Gygax, Elmiger, Zufferey, Garnham, Sczesny, Von Stockhausen, Braun e Oakhill (2019, p. 3-4), cujo o intuito é estabelecer uma abordagem tipológica universal dos sistemas de gênero, que se baseia em cinco critérios tipológicos para tal verificação:

a) línguas de gênero gramatical – "línguas cujos nomes humanos, animados e inanimados são classificados quanto à gênero". "Esses nomes controlam a concordância de várias outras categorias lexicais, como determinantes, adjetivos ou pronomes" (Carvalho, 2020b, p. 359-361). O francês, o português e o espanhol exemplificam as línguas desse grupo;
b) línguas com uma combinação de gênero gramatical e gênero natural – "línguas que apresentam distinções gramaticais de gênero para nomes inanimados, bem como para alguns nomes humanos". Línguas desse tipo "não apresentam uma distinção formal (morfológica) entre masculino e feminino dentro da classe dos animados". Um exemplo é o holandês, em que "apenas os pronomes pessoais apresentam marca de gênero natural" e "os nomes fazem distinção apenas entre neutro e não-neutro (masculino, feminino e comum), valores que são marcados apenas no determinante" (Carvalho, 2020b, p. 359-361);
c) línguas de gênero natural – "línguas que não classificam nomes inanimados conforme os diferentes gêneros". O autor exemplifica esse tipo de língua com o inglês, "em que pronomes pessoais apresentam marca de gênero natural, que não classifica seus nomes inanimados de acordo com diferentes gêneros, e em que a maioria dos nomes humanos se comporta de maneira semelhante" (Carvalho, 2020b, p. 359-361);
d) línguas sem gênero com alguns traços de gênero gramatical – "línguas que apresentam formas distintas de gênero apenas para nomes humanos e pronomes pessoais e algumas formas lexicais (de forma afixal)". O basco é um exemplo desse tipo de língua, "cujos nomes humanos e pronomes pessoais são usados para referentes masculinos e femininos sem distinção formal de gênero" (Carvalho, 2020b, p. 359-361);
e) línguas sem gênero – "línguas que não apresentam distinção gramatical de gênero". Nessas línguas, "a maioria dos nomes e pronomes humanos não é

> especificada para gênero. Se há distinções nos pronomes pessoais, essas farão referência a outros valores de classe, como animacidade" (Carvalho, 2020b, p. 359-361), caso ilustrado com o finlandês.

Com o mesmo objetivo, Corbett e Fedden (2016) propõem o Princípio do Gênero Canônico (*Canonical Gender Principle* – CGP) desenvolvido a partir do modelo da Tipologia Canônica proposta em Corbett (2006). A abordagem apresentada no trabalho mais recente é baseada na definição de um sistema ideal (e possivelmente inexistente) de gênero com o qual os sistemas reais são comparados a fim de mensurar os sistemas de gênero reais encontrados nas línguas do mundo. Os autores desenvolvem vários critérios para definir um sistema de gênero canônico, tais como, valor consistente de gênero: cada substantivo é associado a um único valor de gênero que é determinado exclusivamente pela entrada lexical; interação com outros recursos morfossintáticos: o gênero pode se entrecruzar com outras categorias, como número e caso; e concordância: o gênero é marcado por meio de morfologia afixal, e as marcas de concordância são redundantes, não informativas (Corbett; Fedden, 2016, p. 505).

Uma das propostas de tratamento tipológico é a apresentada por Carvalho (2024), ao resenhar os dois volumes de *Grammatical gender and linguistic complexity* (Di Garbo; Wälchli, 2019), cuja inovação está no "tratamento dessa categoria pelo prisma da *complexidade linguística*" (Carvalho, 2024, p. 268) [61], é a de Svärd (2019), que classifica o sistema de gênero em 20 línguas de diferentes famílias da região da Nova Guiné com base na descrição da concordância dessa categoria. Trata-se de uma comparação dos critérios de classificação de gênero apresentadas anteriormente em Di Garbo (2014 *apud* Carvalho, 2024, p. 271). São estes: "(i) sistemas com base no gênero biológico *versus* gênero não biológico, (ii) número de gêneros, (iii) atribuição de gênero, (iv) número de alvos de indexação de gênero e (v) ocorrência de marcas de gênero nos nomes" (Carvalho, 2024, p. 271). Na obra, o estudo da complexidade linguística também se destaca como ponto de partida essencial para a tipologia linguística. Essa área de pesquisa, que abrange diversas dimensões dos sistemas linguísticos, oferece uma perspectiva contrastiva e não preconcebida sobre os fenômenos linguísticos. No entanto, como pontua Carvalho (2024, p. 274), o estudo da complexidade costuma se restringir, na maioria das vezes,

[61] "Complexidade linguística pode ser entendida como um termo genérico para denominar uma abrangente área de pesquisa que se dedica tanto à complexidade estrutural das línguas e suas variedades, como também a seus subsistemas ou níveis (fonologia, morfologia e sintaxe). Dentro dessa perspectiva, gênero gramatical pode ser entendido como um fenômeno linguístico complexo por sua intrínseca relação com outras categorias gramaticais nas línguas, por exemplo, como caso, em alemão, e número, em catalão e demais línguas românicas. Ainda, complexidade pode ser entendida como definido por Dahl (2004): uma medida da quantidade de informações necessárias para descrever um fenômeno ou reconstruí-lo" (Carvalho, 2024, p. 268).

a aspectos de superfície que podem ser diretamente observados. Assim, o modelo se aproxima do estruturalismo, o que é plenamente justificável diante de seus objetivos específicos.

Perante o exposto, entendemos que a GDF constitui um modelo adequado para identificar e sistematizar a expressão e a codificação de gênero nas línguas naturais, pois é sensível às especificidades de cada sistema linguístico. A interação entre seus níveis de organização permite captar nuances da expressão de gênero, incluindo a influência do contexto de uso, sem depender de comparações diretas entre línguas ou de expectativas prévias sobre o comportamento do fenômeno. Além disso, oferece uma visão mais abrangente e menos enviesada da categoria, afastando-se de pressupostos baseados predominantemente em línguas indo-europeias. Na seção seguinte, sintetizamos as discussões deste capítulo e destacamos o tratamento tipológico da categoria gênero desenvolvido para esta tese.

2.5 SÍNTESE

Neste capítulo, apresentamos algumas discussões sobre a relação entre "gênero" e língua(gem) a fim de delinear nosso objeto de estudo e amparar a necessidade de um olhar ampliado ao analisar "gênero" enquanto categoria gramatical, que se mostra relevante na análise dos sistemas de gênero das línguas indígenas da amostra selecionada para este estudo, conforme demonstramos nos capítulos 7 e 8. Essa medida se faz necessária porque o gênero linguístico é perpassado pelas questões culturais, cognitivas, pragmáticas, semânticas e contextuais, abarcando também diversos campos dos estudos sociais, como a antropologia (no que diz respeito às diversas cosmologias, por exemplo), a sociologia (sobre questões socioculturais e políticas), a história (relacionando as transformações sociais, políticas, culturais, econômicas ao longo do tempo), a literatura (sobre usos metafóricos), a psicologia (com relação à identificação e performatividade individual ou de grupo social, por exemplo).

Além disso, discutimos o fato de que a própria terminologia adotada, a definição do conceito e a definição de quais critérios devem ser utilizados para atestar a presença de gênero linguístico e para descrever essa categoria nas línguas naturais se desenvolvem majoritariamente a partir de uma perspectiva eurocêntrica hegemonizante. Na literatura tipológica, apontamos uma série de conflitos no que diz respeito aos parâmetros classificatórios, à nomenclatura, à tipificação da diversidade de expressão e codificação de gênero gramatical, que afloram principalmente nos casos de línguas ameríndias, que são pouco estudadas em comparação às outras línguas naturais no que se refere à categoria de gênero.

Apresentamos ainda relações entre gênero gramatical (linguístico), gênero natural (biológico) e gênero social (identidade), recorrendo a uma breve contextualização histórica das acepções e dos primeiros usos do termo "gênero", especialmente no que tange a sua aplicação na linguística. Também ilustramos, com exemplos de línguas indo-europeias, as controvérsias e inconsistências teóricas quanto à descrição dessa categoria linguística. Ademais, mostramos a instrumentalização do gênero gramatical por meio de escolhas de uso no português brasileiro e outras línguas naturais amplamente estudadas, apontando os desdobramentos socioculturais em função desses usos e das possíveis interpretações dos usos amplamente prescritos. Esses apontamentos serão contrastados com nossos resultados a fim de observar semelhanças e dissemelhanças aos achados nas línguas ameríndias selecionadas nesta pesquisa.

Com relação à abordagem tipológica para identificar e organizar os sistemas de gênero, elaboramos parâmetros com base na organização da Gramática Discursivo-Funcional de Hengevel e Mackenzie (2008), articulando também aspectos das propostas apresentadas na seção anterior (Dixon, 1968; Corbett, 1991; Hellinger; Bußmann, 2003; Gygax; Elmiger; Zufferey; Garnham; Sczesny; Von Stockhausen; Braun; Oakhill, 2019; Corbett; Fedden, 2016; Di Garbo, 2014). Nossa análise é baseada na identificação de quatro tipos de gênero linguístico: gramatical, semântico, pragmático e contextual, que podem ser codificados lexicalmente, morfossintática ou fonologicamente. Identificamos ainda i) o número de classes de gênero; ii) se é realizada operação de concordância/acordo; iii) se há interação da categoria gênero com outras categorias; iv) traço semântico da entidade à qual se atribui gênero; v) tipo de entidade classificada em gênero; vi) especificidade do codificador de gênero; vii) categoria que recebe marca de gênero; viii) traços de transparência e opacidade na codificação de gênero. Esses parâmetros são distintivos e funcionalmente relevantes, permitindo que a diversidade linguística em torno da expressão de gênero seja abordada de forma sistemática e consistente. No capítulo 6, apresentamos detalhadamente o que define cada um deles.

Diante disso, faz-se necessário apresentar, no capítulo subsequente, os conceitos e as aplicações do modelo teórico da Gramática Discursivo-Funcional de Hengeveld e Mackenzie (2008), em especial no que diz respeito ao nosso objeto de estudo.

3 O CONCEITO DE GÊNERO NA GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL

3.1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tipológica sobre a expressão de gênero nas línguas indígenas brasileiras é fundamentada nos pressupostos teóricos da Gramática Discursivo-Funcional (GDF, a partir daqui), proposta por Hengeveld e Mackenzie (2008) e difundida por outros estudiosos (Keizer, 2015; Mackenzie, 2014), com ênfase nas discussões sobre transparência e opacidade nas línguas. Tais conceitos, aprofundados por Hengeveld (2011) e ampliados em estudos posteriores, como o de Leufkens (2015), serão aplicados para analisar como a categoria de gênero é formulada e codificada em diferentes sistemas linguísticos. Conforme já mencionado, a escolha por esse modelo se justifica por sua capacidade de integrar aspectos funcionais, contextuais e tipológicos, permitindo examinar não apenas os aspectos morfossintáticos e fonológicos de uma língua, mas também os aspectos pragmáticos e semânticos mobilizados pelas línguas para atender às necessidades comunicativas dos falantes. Assim, nosso objetivo central neste capítulo é mostrar como a linguagem pode ser analisada a partir de uma perspectiva funcionalista e como a categoria de gênero e as operações de concordância ou acordo são sistematizadas no interior do modelo teórico da GDF.

Para tanto, este capítulo está organizado da seguinte forma: na seção 3.2, tratamos dos pilares do modelo teórico da GDF, com foco em sua arquitetura teórica geral (3.2.1) e nos níveis de organização da linguagem do modelo da GDF (3.2.2); na seção 3.3, mostramos como a categoria de gênero é abordada no modelo teórico da GDF e como essa categoria interage com outras categorias linguísticas. Por fim, em 3.4, fazemos uma síntese do capítulo.

3.2 CONCEITOS TEÓRICOS OPERACIONAIS DA GDF

A GDF de Hengeveld e Mackenzie (2008) é um modelo teórico amplamente utilizado em análises tipológicas, pois oferece ferramentas para a descrição e comparação de diferentes línguas. Uma das principais contribuições da GDF para a tipologia linguística está na organização hierárquica do modelo teórico, que considera diferentes Níveis de análise interconectados: o Interpessoal, o Representacional, o Morfossintático e o Fonológico. Esse modelo permite capturar variações tipológicas ao mostrar como as línguas formulam e estruturam a informação em cada um desses Níveis e como esses componentes interagem na construção do significado e na organização do discurso.

Além disso, a GDF possibilita uma comparação mais refinada entre línguas de diferentes famílias, pois considera as estratégias de formulação e codificação de enunciados dentro de um quadro funcionalista, priorizando o uso real da linguagem em diferentes contextos. Isso se alinha à perspectiva tipológica, que busca identificar padrões recorrentes e sistematicamente comparar as propriedades estruturais e pragmáticas das línguas. A operação de formulação trata como as informações pré-linguísticas, em termos de intenção comunicativa dos falantes, são concebidas. Nessa etapa, a mensagem previamente estruturada em nível pré-linguístico é convertida nos primitivos do Nível Interpessoal (NI) e do Nível Representacional (NR) (os dois Níveis mais altos). Enquanto a operação de codificação trata como as informações pragmáticas e semânticas decorrentes das intenções comunicativas dos usuários da língua são codificadas morfossintática e fonologicamente. Nessa etapa, os primitivos do NI e NR (os dois Níveis envolvidos na formulação) são convertidos em primitivos do Nível Morfossintático (NM) e do Nível Fonológico (NF) (os dois Níveis mais baixos). Nesse processo, a codificação morfossintática converte unidades de significado em unidades morfossintáticas, enquanto a codificação fonológica converte unidades morfossintáticas em unidades fonológicas. Assim, as configurações dos Níveis de formulação (NI e NR) são traduzidas em estruturas morfossintáticas no NM (Hengeveld; Mackenzie, 2008; Camacho; Pezatti; Paula; Abreu, 2017).

Importante destacar que a GDF é uma teoria funcional, porque assume uma abordagem da função para a forma e, ao mesmo tempo, formalmente orientada, pois só interessam os fenômenos pragmáticos e semânticos, bem como os fenômenos contextuais que recebem uma codificação formal específica na língua. Tal critério se baseia no Princípio de Codificação Formal, proposto por Keizer (2015) com base em Hengeveld e Mackenzie (2008).

Outro ponto essencial é que o modelo da GDF permite captar as particularidades das línguas menos estudadas (Hengeveld; Mackenzie, 2008; Hengeveld, 2023; Souza, 2024), como as ameríndias, ao oferecer categorias analíticas que não impõem uma estrutura sintática fixa, mas que respeitam as especificidades de cada sistema linguístico. Essa flexibilidade é crucial para descrever e classificar fenômenos que não se encaixam facilmente em modelos gramaticais tradicionais baseados nas línguas indo-europeias.

Portanto, o modelo teórico da GDF contribui significativamente para a análise tipológica ao fornecer um arcabouço teórico capaz de acomodar a diversidade linguística de maneira abrangente, permitindo não apenas a descrição detalhada das línguas individuais, mas também a identificação de padrões e tendências tipológicas em escala global

As próximas subseções apresentam, de forma sucinta, os aspectos fundamentais da arquitetura da GDF que são relevantes para esta pesquisa, além de discutir como a categoria de gênero é analisada no modelo teórico da GDF.

3.2.1 Arquitetura geral da GDF

Entre os principais aspectos da GDF, conforme proposta por Hengeveld e Mackenzie (2008), destacam-se: (i) seu objetivo central é modelar a competência gramatical dos usuários das línguas, levando em consideração tanto a estrutura quanto o uso da linguagem; (ii) o modelo teórico adota o ato discursivo como seu ponto de partida; (iii) a teoria interage de forma sistemática com os componentes conceitual, contextual e de expressão; (iv) sua organização hierárquica segue uma orientação descendente, partindo das intenções comunicativas do falante e progredindo até a realização da expressão linguística; e (v) incorpora explicitamente as representações morfossintáticas e fonológicas como parte do componente gramatical, reconhecendo sua importância na formulação da gramática de uma língua.

Para Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 2), a GDF é um modelo teórico que permite compreender como as unidades linguísticas se organizam em relação ao mundo que descrevem e às funções comunicativas que expressam nas diferentes instancias de comunicação. Assim, a GDF considera que o discurso, enquanto dimensão modelada pelo contexto, constitui a base para a configuração dos demais níveis linguísticos. Nesse sentido, a GDF estrutura-se de maneira descendente, iniciando-se com a formulação da intenção comunicativa do falante e concluindo a realização da expressão linguística. Em contraste, a GF tradicional parte da seleção de elementos lexicais e os organiza progressivamente até atingir a formulação da oração, expandindo-se para camadas superiores da estrutura linguística.

A arquitetura geral da GDF, conforme ilustrada na Figura 1 a seguir, evidencia sua organização em diferentes componentes interdependentes. O Componente Conceptual[62], situado no topo do modelo teórico, funciona como o motor propulsor da gramática, sendo responsável pela formulação da intenção comunicativa do falante e pelas representações mentais associadas a essa intenção. O Componente Gramatical, localizado no centro do modelo,

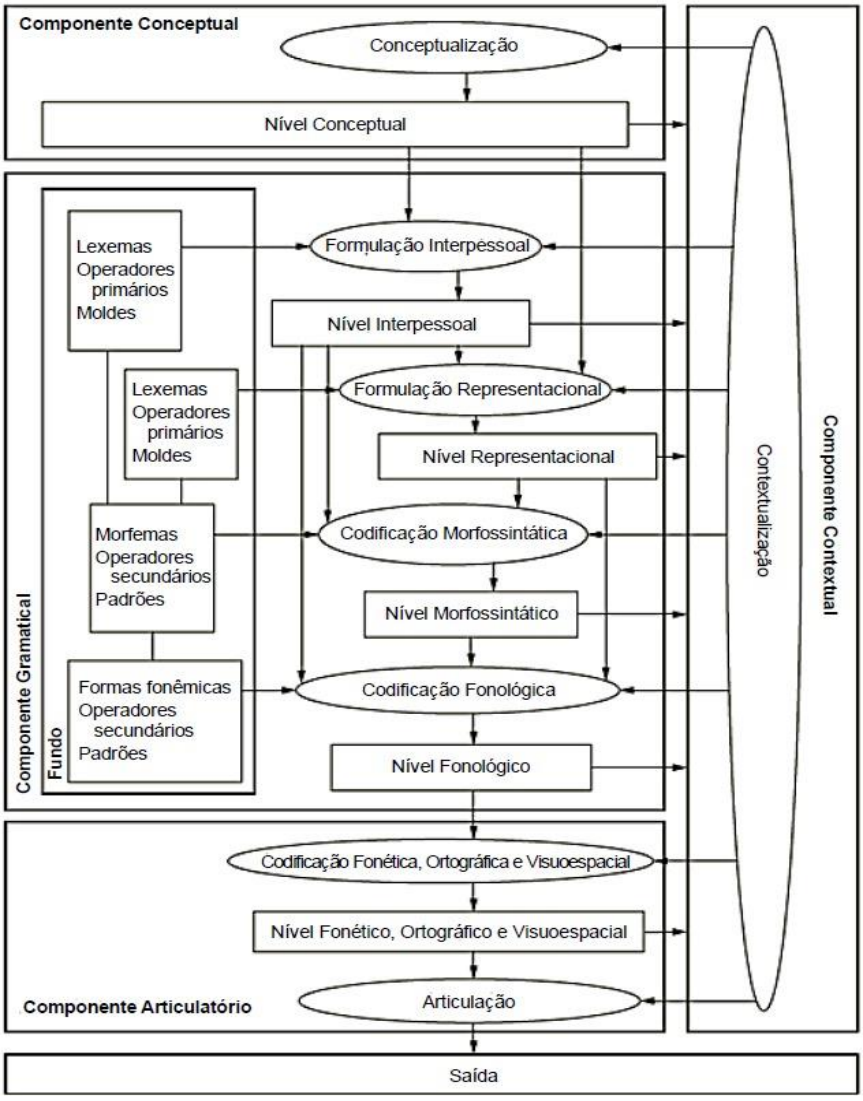
[62] Seguindo os apontamentos de Oliveira (2023, p. 16), "na literatura sobre a GDF no Brasil, a tradução utilizada é a de Componente Conceitual. Entretanto, em discussão junto ao Grupo de Pesquisa de Gramática Funcional (GPGF) sediado na UNESP de São José do Rio Preto, decidimos que uma melhor tradução seria Componente Conceptual, (ou Nível Conceptual, já na terminologia de Connolly, 2017). Levantamos duas razões: (i) a primeira é o nome que damos ao processo que ocorre nesse nível que é o de conceptualização, e não conceitualização; (ii) a segunda é a concordância com a terminologia consensualmente usada na literatura linguística cognitivista, que trata da existência de fenômenos conceptuais".

estrutura-se em quatro níveis: o Interpessoal, que lida com as relações pragmáticas e discursivas; o Representacional, que trata do conteúdo semântico das expressões; o Morfossintático, responsável pela organização estrutural das unidades linguísticas; e o Fonológico, que cuida da codificação sonora, escrita e de sinais. Na base do modelo encontra-se o Componente de Saída, encarregado da materialização da expressão linguística, que pode ocorrer na forma de texto escrito, discurso oral ou sinalização, no caso das línguas de sinais. Por fim, o Componente Contextual tem a função de especificar as condições em que a gramática é influenciada por fatores extralinguísticos, como a dêixis, os pronomes demonstrativos e outros elementos contextuais que afetam a formulação das expressões e o entendimento da interação.

Segundo Pezatti (2016), é no Componente Contextual que se encontram as informações discursivas essenciais para a descrição da estrutura e do conteúdo do enunciado. Esse componente armazena dados sobre o discurso anterior, sobre o contexto situacional em que ocorre o evento comunicativo e sobre as informações extralinguísticas relacionadas aos interlocutores, desde que formalmente codificadas, contribuindo para uma análise mais precisa da dinâmica interacional que molda a organização gramatical da língua. Ao incorporar esses elementos, a GDF amplia sua aplicabilidade descritiva e explicativa, permitindo compreender com maior precisão as especificidades estruturais e funcionais das línguas naturais, incluindo as línguas de sinais.

A figura 1 a seguir ilustra o esquema geral de organização da GDF, conforme já mencionado. Trata-se de um modelo hierárquico, em que as camadas de cada nível são organizadas com base no fato de que se ativa a ordem livre de palavras mediante um processamento cognitivo que determina a tendência de otimizar as estruturas da língua, ou seja, a estrutura menos complexa fica disponível em primeiro lugar, seguida das mais complexas (Hawkins, 1983). Essa restrição, Princípio de Complexidade Crescente (*Principle of Increasing Complexity*) nos termos de Dik (1989), é entendida como uma preferência para ordenar os constituintes de uma expressão linguística em termos da progressiva complexidade formal de seus constituintes, refletindo as relações de escopo entre as camadas de cada nível da GDF. Conforme Leufkens (2015), a GDF dispõe de um conjunto de primitivos pragmáticos, semânticos, morfossintáticos e fonológicos, além de uma arquitetura que permite relacionar esses primitivos, contemplando o princípio de adequação tipológica.

Figura 1 – Arquitetura geral da GDF



Fonte: adaptado de Hengeveld, Keizer e Giomi (2025 *apud* Passetti, 2025, p. 43).

Embora cada Nível de organização disponha de uma forma específica de estruturação, todos os Níveis podem se relacionar (manter relações de interdependência), de modo que certas relações gramaticais podem envolver todos os Níveis simultaneamente. Em outros casos, essas relações podem ser restritas a Níveis específicos, como ocorre com muitas interjeições, que não apresentam conteúdo semântico ou morfossintático e são processadas diretamente no Nível Fonológico, sem passar pelos Níveis intermediários. Cada camada dentro de um Nível de organização inclui um núcleo, que pode ser acompanhado ou não por um modificador, e pode ser especificado por um operador, além de ter uma função associada. Os núcleos (Σ) e modificadores (σ) correspondem a estratégias lexicais, enquanto os operadores (π) e as funções (Φ) são estratégias gramaticais (Hengeveld; Mackenzie, 2008). Os operadores se aplicam exclusivamente à unidade em questão, enquanto as funções são relacionais, estabelecendo conexões entre uma unidade e outras dentro da mesma camada (Pezatti, 2016).

3.2.2 Os Níveis de organização da Gramática

O Nível Interpessoal (NI) diz respeito aos aspectos formais de uma unidade linguística que expressa sua função na interação entre o Falante e o Ouvinte. De acordo com a GDF, as unidades discursivas nesse Nível são organizadas de maneira hierárquica em diferentes camadas:

Figura 2 – As camadas de organização do Nível Interpessoal

$(\pi M_1$: [	Movimento
$(\pi A_1$: [	Ato discursivo
$(\pi F_1$: ILL (F_1): $\Sigma (F_1))$	Ilocução
$(\pi P_1$: ... (P_1): $\Sigma (P_1))_S$	Falante
$(\pi P_2$: ... (P_2): $\Sigma (P_2))_A$	Ouvinte
$(\pi C_1$: [	Conteúdo Comunicado
$(\pi T_1$ [...] (T_1): $\Sigma (T_1))_\Phi$	Subato atributivo
$(\pi R_1$ [...] (R_1): $\Sigma (R_1))_\Phi$	Subato referencial
] (C_1): $\Sigma (C_1))_\Phi$	Conteúdo Comunicado
] (A_1): $\Sigma (A_1))_\Phi$	Ato discursivo
] (M_1): $\Sigma (M_1))$	Movimento

Fonte: Hengeveld e Mackenzie (2012, p. 51).

A camada mais elevada do Nível Interpessoal é a do Movimento, que corresponde ao "segmento inteiro de discurso considerado relevante para o processo de interação" (Souza, 2009, p. 42-43). Um Movimento pode ser formado por um ou mais atos discursivos organizados de forma sequencial, o que significa que um movimento pode ser simples ou complexo. O Ato Discursivo (A) consiste em um esquema Ilocucionário (ILL), o qual envolve dois participantes (P): o Falante e o Ouvinte (S, A), além do Conteúdo Comunicado, que, por sua vez, é constituído por Subatos, que podem ser do tipo Atributivo (T) ou Referencial (R). A esses Subatos podem ser atribuídas funções pragmáticas. Na frase "O professor está gritando", por exemplo, o Conteúdo Comunicado é composto por dois Subatos: o Subato Referencial [o professor] e o Subato Atributivo [está gritando].

Para Hengeveld e Mackenzie (2008), o Movimento é a unidade linguística utilizada pelo falante para manifestar suas intenções comunicativas. O Movimento pode ser classificado em três tipos principais: Iniciação (como uma pergunta), Reação (como uma resposta) e Avaliação. Além desses casos, que podem incluir os atos de fala indiretos, as intenções comunicativas podem ser, segundo os autores, dos seguintes tipos: convite, informação, questionamento, ameaça, advertência, recomendação etc[63].

[63] Os exemplos (i) e (ii) representam alguns tipos de movimento no português brasileiro:

(i) A: *De onde você é?* $(M1)_{Iniciação}$
B: *Eu sou de São Paulo.* $(M2)_{Reação}$

No âmbito da GDF, o Nível Interpessoal está relacionado aos aspectos formais da linguagem que refletem seu papel na interação entre o Falante e o Ouvinte (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 46). A intenção comunicativa faz com que o Falante empregue determinada estratégia para alcançar seus objetivos comunicativos. A codificação de diferentes classes de gênero, por exemplo, pode ser motivada pelas relações interpessoais e contextuais, especialmente quando é influenciada pela maneira como os falantes se referem uns aos outros no estabelecimento de identidades de gênero no discurso.

As pesquisas de Aikhenvald (2003, 2016) e Dixon (2004) mostram que algumas mulheres podem ser referidas, no discurso, por meio da codificação de afixos ou pronomes masculinos com o objetivo de expressar respeito. Sufixos de gênero codificados especificamente em pronomes demonstrativos, nomes próprios ou nomes indefinidos, como "fulan**o**/fulan**a**", também são exemplos da codificação de gênero motivada pela identificação dos participantes. Nestes casos, a codificação de gênero é situada nos Operadores dos participantes do Ato Discursivo ou no Subato Referencial do Conteúdo Comunicado. Conotações apreciativas ou depreciativas envolvendo formas masculinas e ou femininas também são relacionadas ao Nível Interpessoal, situadas no Conteúdo Comunicado (no Subato Atributivo), por exemplo: "Ele é macho", cujo objetivo do falante é dizer que ele é "corajoso".

Em outro estudo importante, intitulado *Language and Gender: Making the Difference* "Linguagem e gênero: fazendo a diferenciação"*,* publicado em 1989, Cate Poynton contribui para a compreensão de como a linguagem e o gênero interagem com o que Hengeveld e Mackenzie (2008) chamam de Nível interpessoal. Poynton (1989) mostra como as escolhas linguísticas, no que tange ao uso de determinadas formas de tratamento e vocativos, são motivadas pela intenção comunicativa relacionada à Ilocução e sobre quem faz parte do contexto interativo, o que se dá no Componente Contextual.

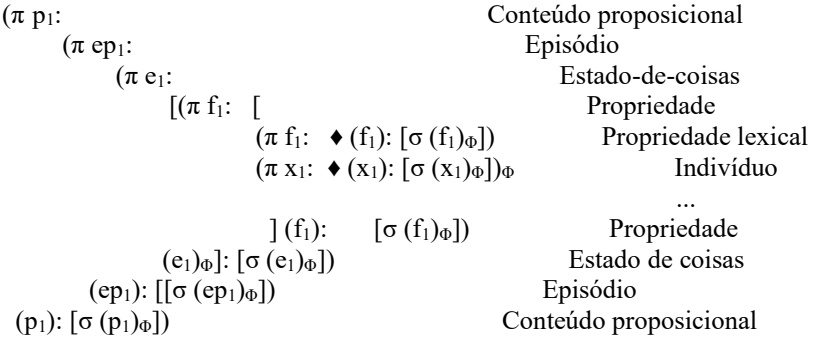
Assim, no âmbito da GDF, o Nível Interpessoal se relaciona com a categoria de gênero somente quando consideramos como as escolhas linguísticas dos falantes refletem e atuam na identificação e, em certa medida, na construção da identidade de gênero dos Participantes ou dos referentes, constituindo também as intenções comunicativas nessas interações. Tomamos como exemplo para ilustrar a abordagem de gênero sob esse aspecto os apontamentos de Freitag (2024) sobre o português brasileiro, que está passando por um momento de menor estabilidade, no que diz respeito aos questionamentos da regra do masculino

(ii) A: *Você trabalha no shopping?* (M A1)$_{\text{Iniciação}}$
B: *Não.* (M B1$_{\text{Reação}}$) *Por quê?* (M B2$_{\text{iniciação}}$) (M B2)$_{\text{Reação/Iniciação}}$
A: *É porque eu estou procurando emprego.* (M A2)$_{\text{Reação}}$

genérico e no que diz respeito a novas formas de expressão de gênero emergindo na língua, rumando uma linguagem inclusiva e representativa de identidades de gênero social marginalizadas ou invisibilizadas.

Conforme descrito por Hengeveld e Mackenzie (2008), o Nível Representacional (NR) na GDF é responsável pelos aspectos formais das unidades linguísticas que estabelecem uma conexão com o mundo, seja ele real ou imaginário. Diferentemente do Nível Interpessoal, que se relaciona com a evocação no discurso, o Nível Representacional está centrado na designação dos referentes. Esse Nível tem como foco exclusivo a semântica das expressões linguísticas, organizando suas unidades de maneira hierárquica da seguinte forma:

Figura 3 – As camadas de organização do Nível Representacional



Fonte: Hengeveld e Mackenzie (2012, p.55)

No Nível Representacional, as unidades linguísticas são analisadas com base no tipo de entidade que designam (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 15). Dentro da GDF, a camada superior desse Nível é o Conteúdo Proposicional, que corresponde a um constructo mental, como uma crença ou um desejo. Logo abaixo, encontra-se a camada do Episódio, seguida por outras camadas hierárquicas. Os Conteúdos Proposicionais englobam Episódios (ep), que, por sua vez, são conjuntos de Estado de Coisas (e), expressos semanticamente por Propriedades Configuracionais e organizados de maneira não hierárquica e coerente do ponto de vista temático, ou seja, apresentam continuidade de tempo, espaço e indivíduo. Cada Episódio mantém uma referência a uma unidade Temporal (t) e Locativa (l), além de preservar os Indivíduos (x) envolvidos. Os Estados de Coisas, por sua vez, são descritos como entidades que podem ser localizadas no tempo e no espaço e são avaliadas em termos de sua existência.

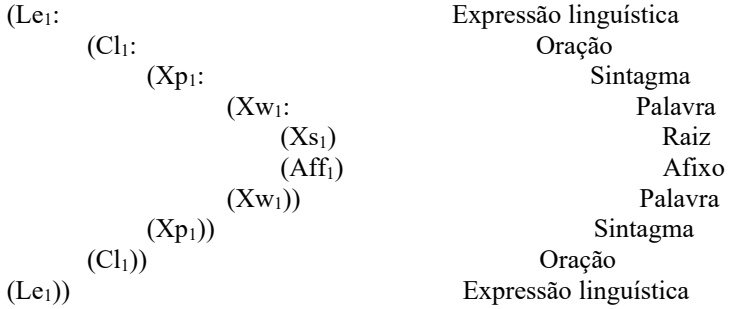
Como dito anteriormente, na GDF, o Nível Representacional é responsável por lidar com os aspectos semânticos das unidades linguísticas, especialmente no que diz respeito à designação de entidades e eventos no mundo real ou imaginário. A categoria linguística de gênero, que em muitas línguas classifica substantivos e pronomes em classes como masculino

e feminino, pode ser entendida no Nível Representacional como uma distinção semântica que influencia a designação de entidades. Por exemplo, em línguas em que a codificação de gênero está associada a características semânticas, como animacidade ou sexo biológico, essa categoria reflete uma relação direta com o significado das palavras e com a maneira como os falantes percebem e categorizam o mundo ao seu redor.

No entanto, conforme pontuam Corbett (1991) e Aikhenvald (2000), é importante notar que a manifestação do gênero linguístico varia significativamente entre as línguas. Em algumas, o gênero pode estar mais relacionado a convenções formais do que a distinções semânticas claras. Nesses casos, embora o Nível Representacional considere o gênero como uma categoria que potencialmente carrega significado, a sua análise deve levar em conta como essa categoria é utilizada e percebida pelos falantes em contextos específicos. No modelo da GDF, o Nível Representacional aborda a categoria de gênero ao examinar como ela contribui para a designação e a estruturação semântica das expressões linguísticas, considerando tanto as distinções de significado semanticamente motivado quanto a aspectos morfossintáticos de cada língua.

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 16-17), o Nível Morfossintático (NM) é responsável pela codificação morfossintática das representações interpessoais e representacionais. Nesse Nível, determina-se o que é relevante para a língua no que diz respeito às estratégias de codificação. A análise morfossintática da unidade linguística se dá em uma estrutura hierárquica, começando pelas camadas superiores e indo até as camadas mais baixas, organizadas da seguinte forma: Expressões Linguísticas (Le), Orações (Cl), Sintagmas de diferentes tipos (Xp) e Palavras de diversas categorias (Xw). Além disso, dentro de cada palavra, é possível distinguir Morfemas de várias categorias (Xs) e Afixos (Aff).

Figura 4 – As camadas de organização do Nível Morfossintático



Fonte: Hengeveld e Mackenzie (2012, p. 59)

As discussões de Corbett (1991) e Aikhenvald (2000, 2016) sobre a expressão de gênero em diferentes línguas podem se relacionar ao Nível Morfossintático da GDF, proposto

por Hengeveld e Mackenzie (2008), de várias maneiras, especialmente no que diz respeito às formas de codificação de gênero e outras categorias gramaticais, que são fundamentais tanto nas análises morfossintáticas quanto nas implicações sociais e culturais atreladas a questões de gênero linguístico.

Corbett (1991) discute o gênero linguístico e sua implementação tipológica, propondo uma classificação das línguas em relação à presença ou ausência de gênero. Em sua obra, ele argumenta que as línguas variam no tratamento dessa categoria, dependendo de como ele é atribuído e codificado linguisticamente. A relação com o Nível Morfossintático da GDF de Hengeveld e Mackenzie (2008) pode ser vista na codificação do gênero não somente em relação à camada em que a categoria opera (expressão linguística, oração, palavra) como também com relação ao tipo de estratégia morfossintática empregada pela língua para veicular a noção de gênero.

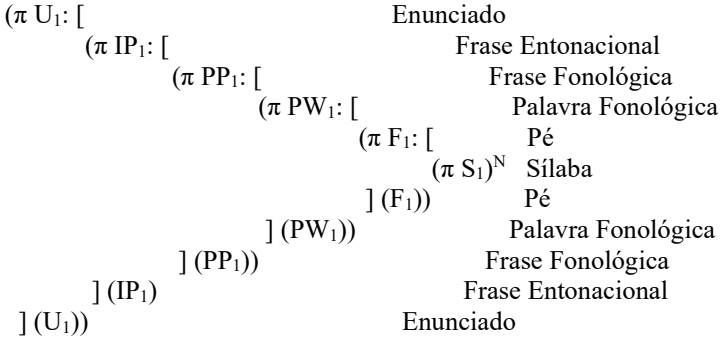
Aikhenvald (2000) também pontua como as línguas codificam diferentes categorias linguísticas de maneira diversificada. A autora diz que as línguas possuem diferentes estratégias para marcar gênero, tanto para seres animados quanto inanimados, e que essas marcas se refletem na estrutura morfossintática da língua. No contexto da GDF, o Nível Morfossintático seria responsável por codificar especialmente as distinções formais de gênero (cujos valores distintivos são atribuídos aos nomes de maneira arbitrária) que resultam numa operação de cópia da informação de gênero (e número) do núcleo para outros elementos do sintagma, conforme discutido por Hengeveld e Leufkens (2018). Entretanto, quando o gênero é de natureza lexical e mantém alguma relação com o sexo do referente, a sua descrição deve considerar a sua relação com o Nível Representacional.

Na perspectiva da GDF, categorias como aspecto, modalidade e número são fundamentalmente semânticas, pois dizem respeito a propriedades concebidas na representação do conteúdo, e não a elementos morfossintáticos em si. Quando são expressas lexicalmente, essas categorias funcionam como modificadores no Nível Representacional; quando são gramaticalizadas, sua codificação envolve a articulação entre o Nível Representacional e o Nível Morfossintático, mas sua natureza permanece vinculada ao domínio do significado. O único caso claramente morfossintático é caso gramatical, cuja função é estrutural e não semântica. O número ilustra bem essa distinção: no Nível Representacional, categorias como singular e plural funcionam como *place holders* sem forma própria, recebendo no Nível Morfossintático a realização morfológica específica, como morfema zero ou -s. Assim, na GDF, a organização das unidades linguísticas em camadas hierárquicas permite distinguir adequadamente categorias semânticas de categorias morfossintáticas.

Em resumo, a relação entre as discussões propostas por esses linguistas e o Nível Morfossintático da GDF pode ser vista no modo como a categoria de gênero é codificada nas diferentes camadas da estrutura linguística. Nesse caso, ao buscar entender como as unidades linguísticas são organizadas de maneira hierárquica e como as categorias gramaticais são expressas por meio da morfologia e da sintaxe, a GDF reflete as preocupações de Corbett (1991), Aikhenvald (2000) sobre a variabilidade e a complexidade da codificação morfossintática do gênero e outras categorias gramaticais nas línguas.

O último Nível de organização da gramática é o Nível Fonológico (NF). No modelo da GDF, ele é responsável pela organização e estruturação dos aspectos fonológicos e prosódicos da linguagem, abrangendo tanto a representação segmental (sons individuais) quanto a representação suprassegmental (prosódia, entonação e ritmo) das línguas. Esse Nível descreve a maneira como os elementos linguísticos são articulados e percebidos na fala, garantindo que a expressão linguística tenha uma estrutura coerente e sistemática.

Figura 5 – As camadas de organização do Nível Fonológico



Fonte: Hengeveld e Mackenzie (2012, p. 63)

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 17), a análise fonológica dentro da GDF se baseia em uma hierarquia de unidades fonológicas, que vão do Nível mais alto ao mais baixo. No topo dessa hierarquia está o Enunciado (U), que representa a unidade fonológica global de um Ato Comunicativo. Abaixo do enunciado, encontram-se as unidades menores, como a Frase Intonacional (IP), que corresponde a segmentos da fala delimitados por padrões específicos de entonação, e a Frase Fonológica (PP), que estrutura agrupamentos de palavras de acordo com propriedades fonológicas, como a acentuação e os processos de sândi.

Além dessas unidades, a organização do Nível Fonológico inclui a Palavra Fonológica (PW), que é responsável pela estrutura prosódica das palavras, influenciando processos como redução vocálica e assimilação. Em camadas mais baixas, encontram-se o Pé

(F), que lida com a alternância de sílabas tônicas e átonas em línguas que apresentam métricas acentuais, e a Sílaba (S), unidade fundamental da organização fonológica, que é essencial para a análise de processos fonológicos como elisão, epêntese e ditongação.

Autores como Corbett (1991), Aikhenvald (2000, 2016), Siewierska (2013), Haspelmath (2001), Gildea (2012) e Dixon (2010) assinalam que a fonologia é importante em várias línguas para a codificação de gênero, pois, segundo os autores, nem todas as distinções de gênero são expressas morfologicamente. A marcação fonológica do gênero linguístico apresenta variações significativas entre as línguas do mundo, podendo ser expressa por meio de processos como reduplicação de vogais e consoantes, alterações na raiz verbal e padrões prosódicos distintos. Esses fenômenos têm sido analisados sob diferentes perspectivas teóricas e por diferentes linguistas, incluindo, além dos estudiosos citados acima, autores como Hellinger e Bußmann (2001, 2002, 2003), Seifart (2010), entre outros. Nesse contexto, ao propor um modelo hierárquico dos Níveis de organização da gramática, o modelo da GDF de Hengeveld e Mackenzie (2008) permite examinar e mapear as relações possíveis entre a morfossintaxe e a fonologia no que tange à marcação de gênero nas línguas indígenas brasileiras.

A reduplicação fonológica, por exemplo, tanto de vogais quanto de consoantes, é um mecanismo encontrado em diversas línguas para codificar gênero. Em algumas línguas da Amazônia e do Pacífico, conforme discutido por Aikhenvald (2000, 2016) e Dixon (2010), a reduplicação vocálica pode indicar a marcação de feminino, enquanto a forma não reduplicada é frequentemente associada ao masculino. Seifart (2010), ao analisar línguas da família bora-muinane, também observa que a repetição de segmentos fonológicos pode desempenhar um papel relevante na morfologia de gênero, embora com variações tipológicas significativas.

Corbett (1991) propõe que, apesar da reduplicação ser um fenômeno produtivo em algumas línguas, sua relação com a marcação de gênero não é universal. Para o autor, a classificação de gênero é primariamente morfossintática, uma vez que as manifestações fonológicas resultam de convenções linguísticas específicas. Aikhenvald (2000), por outro lado, enfatiza que a reduplicação não se restringe apenas ao nível morfológico, já que ela também pode envolver alterações fonológicas, mudanças prosódicas, alterações rítmicas etc.

Outro processo fonológico relevante na marcação de gênero encontrado nas línguas é a alteração da raiz verbal, discutida por Hellinger e Bußmann (2001) e Gildea (2012). Em algumas línguas da família carib, como demonstrado por Gildea (2012), a marcação de gênero ocorre por meio de mudanças nas vogais da raiz verbal, o que pode estar relacionado à harmonia vocálica e à estrutura fonológica da língua. Haspelmath (2001) observa que fenômenos similares estão presentes em línguas da África Ocidental, em que a mudança da qualidade

vocálica sinaliza a concordância com o gênero expresso na oração. Siewierska (2013) diz ainda que as alterações na raiz verbal podem ser interpretadas como estratégias de economia linguística, reduzindo, dessa forma, a necessidade de inserir morfemas adicionais na estrutura linguística para expressar a informação de gênero.

Os estudos de Corbett (1991), Aikhenvald (2000, 2016), Gildea (2012) e de outros autores mostram que a relação entre fonologia e gênero gramatical não é uniforme. Há processos fonológicos que emergem como estratégias sistemáticas para diferenciar algumas categorias – tais como a de gênero – mas, em sua grande maioria, várias dessas categorias são codificadas morfossintaticamente. A abordagem da GDF fornece um arcabouço teórico que possibilita mapear essa complexidade linguística e suas formas de codificar informações semânticas e pragmáticas, destacando a interdependência entre os níveis linguísticos e oferecendo um caminho para a análise da relação entre gênero e fonologia em diversas línguas.

3.3 A MARCAÇÃO DE GÊNERO E SUA INTERAÇÃO COM OUTRAS CATEGORIAS NA GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL

Conforme já demonstramos, a GDF de Hengeveld e Mackenzie (2008) oferece uma abordagem estruturada para entender como informações semântico-pragmáticas, morfossintáticas e fonológicas interagem na construção de sentenças. Nesse contexto, a categoria de gênero desempenha um papel importante na configuração de diferentes tipos de estruturas (sintagmas nominais, orações etc.), sendo analisada em diferentes Níveis de constituição da Gramática, principalmente quando a noção de gênero interage com a categoria de número – em razão da necessidade de estabelecer concordância de gênero e número em muitas línguas – e com a categoria de caso, que está presente em línguas, como o latim, o russo, o alemão, em que o gênero de um substantivo determina a forma do determinante e do adjetivo que o acompanham, e o tipo de caso (tais como nominativo, acusativo, dativo) pode afetar a forma do substantivo e de seus modificadores. Em (1) abaixo, elucidamos com dados do latim.

(1) a. ***Puer*** *puellam videt* (**O menino** vê a menina) = nominativo, masculino
b. ***Puella*** *puerum videt* **(A menina** vê o menino) = nominativo, feminino
c. *Puer* ***puellam*** *vidit* (O menino viu **a menina)** = acusativo, feminino

Nos exemplos acima, as frases (1a), (1b) e (1c) ilustram como as categorias de gênero e caso são codificadas simultaneamente por meio da flexão nominal no latim. Em (1a) *Puer puellam videt* (“O menino viu a menina”), o sujeito masculino *puer* está no nominativo e

o objeto feminino *puellam* está no acusativo, demonstrando a marcação de caso distinta conforme a função sintática. Em (1b) *Puella puerum videt* ("A menina viu o menino"), ocorre a inversão: o sujeito é feminino (*puella*, nominativo) e o objeto é masculino (*puerum*, acusativo). Já em (1c) *Puer puellam vidit*, há apenas uma mudança verbal, com o uso do pretérito (*vidit*), mantendo-se a mesma estrutura de marcação de gênero e caso observada em (1a). Esses enunciados exemplificam o funcionamento morfossintático do latim, em que a flexão dos nomes indica tanto o gênero (masculino ou feminino) quanto a função gramatical (sujeito ou objeto) dos termos.

Como se pode observar, a categoria de gênero é um exemplo claro de como informações morfossintáticas e semânticas estão integradas ao processo de formulação da sentença, alinhando-se à ideia de que a gramática, conforme discutido na GDF, está ligada à construção da forma da expressão linguística em resposta ao contexto e à necessidade de concordância entre diferentes categorias gramaticais. Isso é corroborado pela ênfase dada por Hengeveld e Mackenzie (2008) ao papel das escolhas regulares que a gramática faz em relação ao contexto, como é o caso das escolhas de gênero que, em algumas línguas, dependem das condições contextuais, como o sexo do interlocutor e as relações sociais entre os participantes da fala.

Ao discutir como o contexto afeta a configuração da gramática de uma língua no âmbito da GDF, Velasco (2014) destaca que a relação entre contexto e forma linguística precisa ser sistematizada para que certas condições contextuais sejam consideradas relevantes na análise gramatical. Isso significa, segundo o autor, que o contexto deve impor escolhas regulares dentro do sistema linguístico. No espanhol, por exemplo, os falantes devem optar entre formas masculinas e femininas, bem como entre pronomes de tratamento formais e informais, com base em fatores como o sexo do interlocutor e as relações sociais entre os participantes da interação, aspectos que são fornecidos pelo contexto (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 10). O exemplo, a seguir, ilustra esse caso.

Espanhol (Velasco, 2014, p. 298)
(2) *¡Qué* *pálid-**a*** *est-**ás**!*
Que pálid-**FEM**.SG COP-IND.PRS.2.SG.**FEM**
'Como você está pálida!'

De acordo com Velasco (2014, p. 298-299), os fatores contextuais que afetam inúmeras categorias linguísticas deveriam ser incluídos no sistema de codificação da gramática de maneira sistemática e não serem considerados apenas opcionais, visto que a desconsideração

do contexto, conforme pontua Velasco, poderia deixar de lado vários aspectos que são importantes para a configuração da gramática e também para a explicação da variabilidade linguística. Mesmo contrariando a posição de Hengeveld e Mackenzie (2008), de que o contexto não afetaria as línguas de forma regular – como é o caso da marcação de gênero – Velasco se junta a Butler (2008) por entender, como ele, que a escolha de itens lexicais baseada no estilo ou gênero discursivo deveria ser modelada no Componente Contextual.

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2014), o Componente Contextual abrange dois tipos principais de informação, a saber: discursiva e situacional. A informação situacional se limita a uma seleção específica dos elementos da situação comunicativa que podem influenciar a operação de Formulação (em termos de intenção comunicativa). Já a informação discursiva é armazenada nesse componente para possibilitar referências anafóricas a elementos de enunciados anteriores. O aspecto comum entre essas dimensões é seu caráter dinâmico, pois ambas são constantemente atualizadas conforme a interação verbal se desenrola.

Essa dinamicidade, segundo Velasco (2014), é exemplificada na GDF com relação à disponibilidade de referentes para anáfora e quanto à atribuição de funções pragmáticas. O desenvolvimento do discurso envolve uma reorganização contínua dos papéis dos participantes e a construção de uma atividade comunicativa coesa, na qual entidades e informações são introduzidas, comentadas e eventualmente deixam de estar em foco. Hengeveld e Mackenzie (2014) reconhecem e ressaltam que essa fluidez do contexto precisa, realmente, ser incorporada ao Componente Contextual da GDF, relacionando-a a uma dimensão temporal. Essa dimensão, como destaca Velasco (2014), está vinculada à distinção entre informação nova e dada, uma vez que, conforme o discurso avança, o *status* informativo dos referentes muda. O trabalho recente de Mackenzie, Giomi, Hengeveld e Ten Wolde (2025) apresenta um novo *layout* geral para a GDF (apresentado na figura 1 deste capítulo) com a introdução do processo de Contextualização no interior do Componente Contextual que interage com todos os outros componentes da Gramática e também o processo de Conceptualização no interior do Componente Conceptual.

Além disso, Velasco (2014) destaca que a categoria de gênero interage com outras categorias gramaticais, como número e caso, para formar uma estrutura coesa na sentença, o que se alinha com a visão da GDF de que o Componente Contextual deve abordar essas interações e mudanças de estado de maneira dinâmica. A presença de gênero e número como categorias essenciais para a estruturação da informação reflete como o Componente Contextual, conforme descrito por Hengeveld e Mackenzie, não apenas registra essas interações, mas

também adapta constantemente a gramática às exigências contextuais, garantindo que as escolhas linguísticas dos usuários da língua sejam relevantes no processo comunicativo.

Desse modo, Velasco (2014) reforça a ideia de que a gramática e o contexto estão interligados de maneira dinâmica, como discutido por Hengeveld e Mackenzie (2008), ao tratarem do processo de implementação dinâmica que envolve os níveis de organização da gramática e os demais componentes (incluído o componente contextual) em relação a algumas categorias linguísticas. A interação entre categorias como gênero, número e caso, e sua influência nas escolhas linguísticas dos falantes, mostra como o componente contextual é importante para a descrição dessas categorias, assim como propõe Velasco (2014), e como a GDF, ao reconhecer essas interfaces, concebe as relações entre gramática e contexto, permitindo, assim, uma análise detalhada das construções linguísticas em situação de uso.

3.3.1 Gênero e concordância em sistemas nominais

Hengeveld e Mackenzie (2008) não apresentam uma descrição detalhada da categoria de gênero na proposta da GDF. Há apenas algumas passagens em que os autores falam da relação entre os nomes próprios e o processo de concordância de gênero entre substantivos, adjetivos e determinantes. Para Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 117-118), no uso comum dos nomes próprios em várias situações de comunicação, a posição correspondente a esse tipo de elemento no Nível Representacional permanece lexicalmente vazia, ou seja, a posição não apresenta uma forma lexical fixa nesse nível. No entanto, ela pode conter informações semânticas que são recuperadas a partir do Componente Contextual, como a indicação de gênero (Connolly, 2014; Keizer, 2014). Esse mecanismo permite que outros elementos da sentença, como adjetivos, pronomes e outros determinantes, exibam a concordância morfossintática adequada com o nome próprio, seja ele masculino ou feminino.

Esse fenômeno pode ser ilustrado por línguas que apresentam concordância de gênero entre substantivos e adjetivos, tais como o português, o espanhol e o francês. Quando um nome próprio é inserido em uma construção adjetival, a flexão do adjetivo é determinada pelo gênero atribuído ao nome, mesmo que esse gênero não esteja explicitamente codificado na forma lexical do substantivo. Por exemplo, no francês, a concordância se manifesta na variação morfológica do adjetivo dependendo do gênero do nome próprio associado.

Esse processo demonstra a interação entre diferentes Níveis de organização da GDF, evidenciando como a estrutura da sentença não depende apenas da forma lexical dos constituintes, mas também de informações contextuais que influenciam a codificação

morfossintática. Assim, a flexão de adjetivos com base no gênero de nomes próprios reforça a ideia de que a concordância não se restringe ao Nível Morfossintático, mas está profundamente enraizada na interface entre o Nível Representacional e o Componente Contextual da linguagem. O exemplo abaixo, extraído de Hengeveld e Mackenzie (2008), ilustra esse caso.

Francês (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 118)
(3) *Marie* *est* ***belle***.
Marie COP.PRS.3.SG bonito.**FEM**
'Marie é bonita.'

É importante observar também, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 118), que, em muitas línguas, há formas linguísticas específicas utilizadas quando o falante não conhece ou não se lembra de um determinado nome próprio. No inglês, um exemplo desse tipo de construção é a expressão *whatchacallum*, empregada para se referir a alguém cujo nome não está acessível no momento da fala. Essas formas desempenham uma função referencial equivalente à dos lexemas atributivos genéricos, como *thing* e "coisa", e são muito produtivas nas línguas.

Esses termos servem como marcadores pragmáticos que possibilitam a continuidade do discurso, evitando interrupções quando a identidade exata do referente é desconhecida ou irrelevante. Em diversas línguas, expressões semelhantes podem ser encontradas, variando conforme as convenções sociolinguísticas e as estratégias comunicativas de cada língua. No português, por exemplo, são comuns expressões como "negócio", "coisa", "treco", "trem" (em geral usadas para se referir a objetos ou situações), "fulano", "beltrano" (usadas para se referir a pessoas) ou mesmo "aquele cara/aquela mulher", que cumprem função semelhante à expressão genérica *whatchacallum* do inglês. Mesmo nesses contextos de genericidade, a marcação de gênero está quase sempre presente em algumas línguas, como no caso do português brasileiro conforme os exemplos apresentados em (4), em que a palavra "coisa" é flexionada no masculino para se referir a um objeto (livro), cujo gênero gramatical inerente é masculino em (4a), e pejorativamente a um homem (Donald Trump, o presidente eleito nos Estados Unidos) em (4b).

Português
(4) a. Me dá aquel**e** cois**o** (apontando para um livro)[64]

b. É loucura minha, mas foi só aquel**e** cois**o** vencer as eleições nos *states* que começou a proliferação de postagem do mal aqui?[65]

[64] Dado retirado de um fórum do *WordReference* (Lyruca, 2007).
[65] Dado retirado de uma *Thread* do *Instagram* (Shirleiale, 2025).

Esse fenômeno ilustra como o Nível Interpessoal da GDF (Hengeveld; Mackenzie, 2008) interage com os demais Níveis e Componentes, permitindo que os falantes utilizem recursos morfossintáticos para lidar com lacunas informacionais durante a conversação. Assim, o uso dessas formas genéricas evidencia a importância do contexto na formulação de enunciados, na flexão de gênero e na escolha lexical durante a comunicação.

3.3.2 Gênero e concordância em sistemas demonstrativos

Em muitas línguas, os pronomes demonstrativos são elementos que concordam em gênero e número com os substantivos a que se referem. No francês, por exemplo, a escolha do pronome demonstrativo é condicionada pela informação de gênero conforme ilustrado abaixo.

Francês (elaborado pela própria autora)
(5) *ce garçon* (‘este/aquele menino’ – masculino singular)
cette fille (‘esta/aquela menina’ – feminino singular)
ces garçons (‘estes/aqueles meninos’– masculino plural)
ces filles (‘estas/aquelas meninas’ – feminino plural)

A distinção de gênero existente no francês em sistemas demonstrativos afeta basicamente as formas no singular, já que no plural a mesma forma pronominal é utilizada tanto para nomes no masculino plural quanto para nomes no feminino plural. O fato de o demonstrativo precisar refletir as características morfossintáticas do substantivo mostra como as categorias de gênero e número interagem dentro da estrutura morfossintática da língua. Diferentemente do inglês (língua germânica) – em que *this/these* e *that/those* são invariáveis quanto ao gênero –, em línguas românicas e em muitas outras ao redor do mundo, os demonstrativos codificam essa distinção, reforçando a importância do gênero na organização da sentença.

Enquanto o inglês e o francês possuem sistemas demonstrativos relativamente simples, que codificam apenas as informações de gênero e/ou número e distância (proximidade e distanciamento), outras línguas apresentam sistemas muito mais complexos, codificando morfossintaticamente não apenas graus de distância (como “aqui”, “ali” e “lá longe”), mas também características perceptuais como visibilidade, formato e altura do referente. Em algumas línguas, especialmente as faladas por comunidades menores e mais isoladas, os demonstrativos podem até incorporar informações sobre o ambiente físico do falante. Por

exemplo, em línguas indígenas da Amazônia, como o tikúna, os demonstrativos podem indicar se o objeto referido está acima ou abaixo do falante, ou se está visível ou oculto pela vegetação.

Em algumas línguas com sistemas elaborados de gênero, os demonstrativos não apenas concordam com o substantivo, mas também refletem nuances semânticas associadas ao gênero. Em algumas línguas bantu, por exemplo, os demonstrativos devem concordar com a classe nominal do substantivo, o que pode resultar em múltiplas formas demonstrativas dependendo da categoria gramatical do referente. Em suaíli, como ilustrado abaixo, os demonstrativos concordam com as classes nominais, que vão além do tradicional masculino-feminino e incluem categorias para objetos, animais, substâncias, entre outros. Este tipo de sistema demonstra que a interação entre demonstrativos e gênero nem sempre se restringe a um marcador de masculino e feminino (Katamba, 1993).

Suaíli (adaptado de Katamba, 1993)
(6) *huyu mtu* (‘esta pessoa’ – classe 1, seres humanos)
hiki kitu (‘esta coisa’ – classe 7, objetos inanimados)
hili jicho (‘este olho’ – classe 5, partes do corpo)

Outra maneira pela qual gênero e demonstrativos se relacionam é por meio da marcação contrastiva de referentes. Em algumas línguas, demonstrativos podem ter formas específicas para marcar referentes masculinos e femininos de maneira contrastiva. No latim, por exemplo, os pronomes demonstrativos seguiam padrões de flexão de gênero, como ilustrado a seguir.

Latim (Allen; Greenough, 1903, p. 177)
(7) *hic* (‘este’ – masculino)
haec (‘esta’ – feminino)
hoc (‘isto’ – neutro)

Como se pode observar, no latim clássico, os pronomes demonstrativos codificavam as informações de gênero, número e caso, de modo que o pronome *hic* era usado para indicar “masculino, singular, nominativo”, o pronome *haec* era usado para indicar “feminino, singular, nominativo” e o pronome *hoc* era usado par indicar “neutro, singular, nominativo” (Allen; Greenough, 1903, p. 177). Em outras palavras, o latim distinguia claramente os três gêneros linguísticos (masculino, feminino, neutro) nos demonstrativos.

Com o tempo, nas línguas derivadas do latim (as línguas românicas), o sistema tripartido de gênero (masculino/feminino/neutro) foi se transformando: (i) o neutro desapareceu como gênero produtivo em praticamente todas as línguas românicas; (ii) algumas línguas

preservaram algumas marcas de gênero nos demonstrativos; (iii) outras, como o português e o espanhol, passaram a usar demonstrativos de forma mais regularizada, às vezes sem marcar gênero em todos os contextos. No português e no espanhol, por exemplo, os pronomes demonstrativos ainda têm flexão de gênero e número, como em: "este/esta/estes/estas"; "esse/essa/esses/essas"; "aquele/aquela/aqueles/aquelas", no entanto alguns demonstrativos, como "isso", "isto" e "aquilo" – usados em certos contextos –, não apresentam flexão de gênero masculino ou feminino, o que pode indicar algum resquício do gênero neutro.

3.3.3 Gênero e relações de nuclearidade e dependência em sintagmas nominais

Em algumas línguas, as relações semânticas entre um núcleo verbal e seus argumentos são explicitamente marcadas no próprio verbo por meio de prefixos ou sufixos que indicam papéis sintáticos e funções argumentais. Vale lembrar que esse molde de predicação é formalizado pela GDF como Propriedade Configuracional, cujos elementos constituintes não mantêm relação hierárquica entre si. O abecásio, uma língua do Cáucaso, ilustra esse fenômeno de maneira clara. No exemplo abaixo (Nichols, 1986, p. 61; Hewitt, 1979, p. 36 *apud* Hengeveld; Mackenzie, 2008), o verbo contém três prefixos que codificam a relação entre o núcleo verbal e seus três argumentos, mesmo que nenhum dos argumentos seja morfologicamente marcado no sintagma nominal:

Marcação nuclear no Abecásio (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 306)

(8) *A-xac'a* *a-pħ˚ànəs* *a-šᵒqᵒ'ə* ***Ø-lə-y-te-yt'.***
DEF-homem DEF-mulher DEF-livro 3.NH.ABS-3.**FEM**.DAT-3.**MASC**.ERG-dar-FIN
'O homem deu o livro à mulher.'

Em (8), o verbo *te-yt'* ("dar") recebe marcação tripla: um prefixo indicando o argumento absolutivo ("livro"), um prefixo indicando o argumento dativo ("mulher") e um prefixo ergativo para indicar o agente ("homem"). Esse tipo de estrutura, em que o núcleo verbal é o único portador da informação sintática referente aos argumentos da predicação, está muito presente em línguas que são fortemente marcadas nuclearmente. Nota-se, nesse caso, que o gênero do referente representado pelos argumentos é também marcado na estrutura.

Além dos verbos, a marcação nuclear também ocorre em expressões de posse, especialmente em sistemas nos quais a posse inalienável e a posse alienável são tratadas de maneira distinta. Em línguas como o jarawara (família arawá, falada no Brasil), a posse inalienável (partes do corpo, parentesco etc.) é codificada de forma diferente da posse alienável.

Dixon (2000, p. 489, 2004, p. 314-315 *apud* Hengeveld; Mackenzie, 2008) observa que, em aproximadamente metade dos substantivos inalienavelmente possuídos dessa língua, a marcação de gênero no substantivo possuído não é determinada por suas características inerentes, mas sim pelo gênero do possuidor.

Posse inalienável em jarawara (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 307)
(9) *Manira* *man-**i***
Manira braço-**FEM**
'O braço de Manira'

Em (9), o nome *man-* ("braço") recebe um sufixo de gênero feminino (***-i***) porque pertence a *Manira*, que é um referente feminino. Isso sugere que a marcação de gênero em jarawara pode ser controlada por fatores pragmáticos e referenciais, relacionados ao domínio contextual, e não apenas por regras morfossintáticas rígidas.

Já na posse alienável (quando o possuidor e o possuído não mantêm uma relação de inerência), a marcação de gênero segue um princípio diferente. O gênero do substantivo possuído, e não do possuidor, determina a flexão gramatical. Isso mostra que, enquanto na posse inalienável a marcação de gênero pode ser pragmática (depende do possuidor), na posse alienável ela tende a ser estruturalmente fixa (segue as propriedades lexicais do possuído).

Vale dizer que a marcação nuclear não se restringe a verbos e substantivos, podendo também ser encontrada em expressões adposicionais. No abecásio, por exemplo, as preposições podem receber marcação que indica relações possessivas e espaciais. No exemplo abaixo (Nichols 1986: 60, Hewitt 1979: 103 *apud* Hengeveld; Mackenzie, 2008), a preposição *q'nə̀* ("em") recebe um marcador possessivo, criando um predicado adposicional que expressa a localização do referente, conforme ilustrado abaixo.

Marcação nuclear em adposições (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 307)
(10) *a-jə̀yas* *a-q'nə̀*
DEF-rio 3.NH.POSS-em
'no rio/na posse dele'

Essa estrutura mostra que, em algumas línguas, não apenas verbos e nomes podem ser os elementos nucleares e receber diferentes marcações, mas também preposições/ adposições. O prefixo de posse (*a-*), anexado à preposição *q'nə̀* ("em"), indica que a relação de localização entre o rio e outro referente é diretamente incorporada ao núcleo da construção. Embora não haja referência à distinção biológica de gênero (masculino ou feminino), o prefixo

(*a-*) indica que a relação de posse se constrói a partir de um núcleo de referência não humana *jàyas* (“rio”), cuja característica (não humano) pode ser também considerada um tipo de gênero.

Em diversas línguas do mundo, especialmente entre aquelas com ostensiva marcação morfológica, é comum que possuidores opcionais sejam expressos diretamente no substantivo possuído por meio de afixos possessivos. Essa estratégia morfossintática permite que a relação de posse seja codificada de forma econômica e muitas vezes sem a necessidade de um sintagma nominal explícito que denote o possuidor. O turco oferece um exemplo bastante ilustrativo desse fenômeno. Trata-se de uma língua aglutinante em que a posse é indicada por sufixos que se anexam ao substantivo possuído, variando de acordo com a pessoa e o número do possuidor. Por exemplo, a palavra *ev* (“casa”) pode se transformar em *evim* (“minha casa”), *evin* (“tua casa”) ou *evi* (“sua casa”), entre outras formas, com os sufixos possessivos fornecendo informações específicas sobre o possuidor. Essa codificação morfológica é particularmente relevante para modelos de gramática que consideram a interação entre pragmática e morfossintaxe, como faz a GDF, visto que permite distinguir entre possuidores inferíveis pelo contexto e aqueles que precisam ser expressos de maneira mais explícita na estrutura da sentença. O exemplo abaixo, oriundo do turco, exemplifica outro caso de possuidor opcional.

Posse e referência cruzada no turco (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 394)

(11) *(Hasan-ın)* *kitab-ı*
Hasan-GEN livro-POSS.3.SG
‘O livro de Hasan.’

Nesse exemplo, o possuidor *Hasan* pode ser omitido sem comprometer a interpretação do enunciado, pois o sufixo possessivo *-ı* (“seu”) no substantivo *kitab* (“livro”) já carrega a referência a um possuidor de terceira pessoa do singular. Esse tipo de construção demonstra que os sufixos possessivos no turco têm força referencial própria, o que, na GDF, se reflete na presença de um Subato Referencial no Nível Interpessoal.

No entanto, nem todas as línguas permitem a omissão do possuidor. O maasai, uma língua nilo-saariana, ilustra um caso diferente, em que os possuidores são sempre expressos, conforme apresentamos na sequência.

Concordância em gênero e número em estruturas de posse no maasai (Storto, 2003, p. 5-6 *apud* Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 395)

(12) a. *òl-díà* *lɔ́ɔ́-ìn-kìtúàk*
DET.SG.M-cachorro POSS.PL.M-DET.PL.F-mulher.ACC
‘O cachorro das mulheres.’

b. *òl-díà* *lɔ́ɔ́-íl-léwà*
DET.SG.M-cachorro POSS.PL.M-DET.PL.M-homem.ACC
'O cachorro dos homens.'
c. *ìl-díà-ín* *lɔ́ɔ́-ìn-kìtúàk*
DET.PL.M-cachorro-PL POSS.PL.M-DET.PL.F-mulher.ACC
'Os cachorros das mulheres.'
d. *ìl-díà-ín* *lɔ́ɔ́-ìl-léwà*
DET.PL.M-cachorro-PL POSS.PL.M-DET.PL.M-homem.ACC
'Os cachorros dos homens.'

Em (12), o marcador possessivo *lɔ́ɔ́* concorda em gênero com o possuído (*òl-díà* "cachorro", que é masculino singular) e em número com o possuidor (*ìn-kìtúàk* "mulheres", que é plural). Entretanto, a concordância é indiferente ao número do possuído e ao gênero do possuidor. Diferentemente do turco, o maasai exige que o possuidor seja sempre expresso, a menos que seja substituído por um pronome possessivo, que, por sua vez, apresenta concordância completa com o possuído tanto em gênero quanto em número.

Esse sistema de concordância evidencia, como apontam Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 395), que o maasai dispõe de um sistema de marcação de posse caracterizado por uma concordância bidirecional entre possuidor e possuído, em contraste com o que se observa no turco, que opera por referência cruzada. Tal distinção reforça as estratégias de codificação morfossintática previstas na GDF: enquanto no turco o possuído recebe um operador de posse que pode funcionar independentemente do possuidor explícito, no maasai a concordância entre os elementos é obrigatória e obedece a regras específicas de flexão nominal.

3.3.4 Concordância ou acordo de gênero e classe nominal: gênero natural *versus* gênero linguístico

O que vimos até aqui são apenas algumas menções de Hengeveld e Mackenzie (2008) sobre a categoria de gênero na configuração do modelo da GDF em diferentes tipos de estruturas. Não há propriamente, como já mencionado, um tratado sobre como a categoria de gênero é descrita no modelo e quais as possíveis relações entre essa categoria e os Níveis Interpessoal e Representacional da linguagem. Entretanto, entendemos que a distinção entre gênero natural e gênero linguístico é uma questão importante, pois ela afeta a morfologia e a sintaxe de muitas línguas, ao condicionar, por exemplo, a operação de concordância e de acordo de gênero, número e caso entre o núcleo nominal e seus determinantes e modificadores. Em algumas línguas, os marcadores de gênero refletem diretamente categorias semânticas, como sexo biológico ou animacidade, ao passo que, em outras, a marcação de gênero é puramente

morfossintática e não necessariamente está relacionada às propriedades (biológicas) intrínsecas do referente.

O suaíli fornece um exemplo, apresentado abaixo, de concordância, portanto, baseada no gênero natural, conforme observado por Aikhenvald (2000, p. 38, *apud* Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 395). Nessa língua, o substantivo *ki-faru* ("rinoceronte") pertence à classe nominal 7 (tipicamente associada a inanimados e é representada pelo classificador *ki*. No entanto, ao ser modificado pelo adjetivo *m-kubwa* ("grande"), o marcador de classe *m-* de classe 1 (tipicamente associada a animados) é usado, refletindo o fato de que o referente é um ser vivo. Isso significa que a concordância no suaíli, em certos casos, pode ser baseada na classe semântica do referente (gênero natural) e não na classe gramatical do substantivo.

Concordância com gênero natural no suaíli (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 395)
(13) *ki-faru* *m-kubwa*
CL7-rinoceronte CL1-grande
'Um grande rinoceronte.'

Essa flexibilidade na concordância é um contraste direto com línguas como o francês ou o alemão, em que a atribuição de gênero segue regras morfossintáticas fixas e não pode ser alterada com base no significado do referente. Assim, o suaíli apresenta um sistema mais transparente, no qual a estrutura gramatical reflete diretamente as propriedades semânticas do referente, enquanto línguas como o francês operam de maneira mais opaca, com regras arbitrárias de acordo nominal (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 394-397).

O acordo com a classe gramatical de um substantivo pode ser observado claramente em línguas como o espanhol, em que os adjetivos e determinantes flexionam conforme o gênero do substantivo ao qual estão associados. Apresentamos, na sequência, alguns exemplos.

Acordo feminino no espanhol (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 396)
(14) *un**a*** *persona* *buen**a***
IND-FEM pessoa(FEM) bom-**FEM**
'Uma pessoa boa.'

Acordo masculino no espanhol (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 396)
(15) *un-Ø* *edificio* *alt**o***
IND-MASC edifício(MASC) alto-**MASC**
'Um edifício alto.'

Nesses exemplos, a palavra *persona* ("pessoa"), em (14), pertence ao gênero formal feminino e, consequentemente, tanto o determinante indefinido (*una*) quanto o adjetivo (*buena*) concordam com o gênero inerente desse nome. Esse aspecto arbitrário e convencional do gênero

se revela fortemente num caso como em: *Juan es un**a** person**a** buen**a*** (“Juan é uma boa pessoa”). Nesse caso, ainda que o referente (*Juan*) seja masculino, a codificação morfossintática de gênero segue o gênero formal feminino acionado por *persona*. Da mesma forma, em (15), o substantivo *edificio* (“edifício”) pertence ao gênero formal masculino, fazendo com que o determinante *un* e o adjetivo *alto* concordem com o gênero gramatical masculino do substantivo “edifício”. Nesses casos, a informação de gênero é inerente ao gênero gramatical dos nomes (Hengeveld e Mackenzie, 2008, p. 396; Keizer, 2015, p. 228-229), o que significa que não há, nesses casos, uma correspondência com a distinção natural ou biológica de gênero dos referentes.

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), um aspecto importante a ser destacado na codificação de gênero é que, nos contextos de marcação de gênero formal, a atribuição de gênero a substantivos dessa natureza não é previsível com base em seus significados. O termo *persona*, em (16), apesar de se referir a um ser humano, é codificado como feminino por convenção gramatical e não necessariamente por refletir o gênero biológico do referente, conforme aclaramos por meio do exemplo com *Juan*. O mesmo ocorre com *edificio* em (15), um termo inanimado que, ainda assim, pertence à classe masculina sem que haja qualquer motivação semântica para essa categorização.

Essa característica evidencia o gênero formal (arbitrário), no qual a operação de acordo é determinada por propriedades inerentes ao substantivo e não por sua classe semântica. Esse fenômeno se opõe ao que ocorre em sistemas de gênero semântico, nos quais a marcação morfossintática reflete categorias do mundo real, como sexo biológico (gênero natural) ou animacidade (como visto em línguas bantas incluindo o suaíli, conforme discutido por Aikhenvald (2000)).

3.3.5 Gênero e concordância entre nomes e sistemas pronominais

Embora muitas línguas apresentem sistemas de acordo, ou seja, baseados predominantemente em critérios formais, como a morfologia e gênero formal dos substantivos, diversas línguas também permitem que se realize a concordância com base no significado do referente. Esse fenômeno é conhecido como concordância semântica (ou “concordância lógica” ou, conforme Hellinger e Buβmann (2003), “concordância referencial”), e pode coexistir com o acordo morfossintático, revelando uma flexibilidade no sistema de marcação morfossintática das línguas.

Esse tipo de fenômeno é amplamente observado em línguas germânicas. Um exemplo clássico é o que ocorre no holandês (Corbett, 1991). Nessa língua, o substantivo *meisje* (“menina”) é gramaticalmente neutro, pois pertence à classe dos diminutivos terminados em *-je*. No entanto, nos casos em que envolvem retomada pronominal, como visto em (16) abaixo, é comum que o pronome concorde semântica e não gramaticalmente.

Holandês (elaborado e adaptado a partir de Corbett, 1991)

(16)	*Het*	*meisje,*	***zij***	*is*	*mooi.*
	ART.NEUT	menina.NEUT	**PRON.FEM**	COP	bonito

‘A menina, ela é bonita.’

Apesar de o substantivo *meisje* (“menina”) exigir o artigo neutro *het*, devido à sua formação como diminutivo, a retomada do nome ocorre com o pronome *zij* (“ela”), e não com o pronome neutro *het*. Isso acontece porque o sistema pronominal, nesse caso, não se orienta pela classe gramatical do substantivo, mas pelo gênero natural do referente. Trata-se, portanto, de um exemplo de concordância referencial, em que a escolha do pronome reflete a identidade sexual da entidade referida e não o gênero gramatical codificado pelo nome.

De modo semelhante, o português (Perini, 2010) apresenta casos em que o gênero formal de certos substantivos (como “criança”, que é sempre feminino) pode ser sobreposto pela concordância com o gênero natural do referente, como apresentamos em (17) abaixo.

Português brasileiro (elaborado pela própria autora)

(17) a. **A** criança chegou. **Ele** já tomou banho.
b. **O** bebê está dormindo. **Ela** mamou há pouco.

O substantivo “criança” é atribuído ao gênero gramatical formal feminino, mas, ao ser retomado pelo pronome “ele”, indica que o falante conceptualiza o referente como pertencente ao sexo masculino. Trata-se de um caso claro de concordância semântica de gênero, em que a seleção pronominal é motivada pelo conhecimento extralinguístico do falante sobre a identidade do referente.

Já no russo**,** língua eslava oriental da família indo-europeia, a tensão entre forma e semântica manifesta-se em substantivos como *дядя* (*djádja*, “tio”), que apresentam a terminação *-a*, sufixo morfológico típico de substantivos femininos (Timberlake, 2004). Apesar dessa forma, *djádja* é semanticamente e formalmente classificado como masculino, evidenciando um desalinhamento entre a marcação morfológica e o gênero natural e semântico do referente, conforme elucidado a seguir.

Russo (elaborado e adaptado a partir de Timberlake, 2004)

(18) *Дядя* *пришёл.* *Он* *принёс* *подарок.*
tio.**MASC** chegou.**MASC** 3SG.**MASC** trouxe.**MASC** presente.ACC
'O tio chegou. Ele trouxe um presente.'

Nesses contextos, evidencia-se, segundo Timberlake (2004), uma dissociação clara entre a forma morfológica do substantivo e os traços de gênero que governam a concordância anafórica. O sistema gramatical, assim, revela uma notável flexibilidade, ao permitir que a seleção de traços de gênero seja orientada não apenas pela estrutura formal da língua, mas também pela interpretação referencial do falante. Esse fenômeno destaca o papel ativo da cognição e do contexto de uso na organização dos mecanismos gramaticais da linguagem.

3.4 SÍNTESE

Neste capítulo, reafirmamos que a escolha da GDF, de Hengeveld e Mackenzie (2008), como arcabouço teórico desta pesquisa, justifica-se justamente por seu caráter funcionalista e por sua estrutura hierárquica, que integra os Níveis Interpessoal, Representacional, Morfossintático e Fonológico. Esse modelo teórico permite descrever, de forma articulada e sistemática, a formulação e a codificação de categorias linguísticas, como o gênero, nas línguas naturais, respeitando a complexidade dos sistemas linguísticos e possibilitando análises comparativas refinadas entre línguas tipologicamente diversas.

Além de detalhar a arquitetura da GDF, destacamos o papel importante do Componente Contextual para a descrição de categorias linguísticas que se relacionam com o universo extralinguístico. Essa interação entre contexto, cognição e componente gramatical é relevante para a análise de línguas indígenas sul-americanas, muitas das quais apresentam padrões não canônicos de marcação de gênero, frequentemente sensíveis a fatores pragmáticos, interacionais, socioculturais e situacionais. Nesse contexto, a análise baseada na GDF se mostra capaz de captar a variação gramatical motivada por práticas comunicativas e contextos de uso específicos.

Um aspecto adicional tratado neste capítulo diz respeito à interação entre gênero, número e caso, ressaltando como essas categorias contribuem conjuntamente para a organização morfossintática do enunciado. Observa-se que, em muitas línguas, o gênero linguístico vai além de uma propriedade morfológica estática, revelando-se sensível à interpretação referencial e às relações sociais entre interlocutores, um ponto que será crucial na análise dos sistemas de gênero das línguas indígenas selecionadas para este estudo.

A discussão sobre a marcação de gênero em sistemas demonstrativos, pronominais e possessivos ajuda a evidenciar a diversidade de estratégias linguísticas disponíveis nas línguas do mundo. Tais estratégias variam desde sistemas rigidamente codificados até formas mais flexíveis, que se organizam com base em parâmetros contextuais e pragmáticos. Essa diversidade fornece uma base empírica importante para investigar como diferentes línguas articulam a categoria de gênero em seus diversos níveis estruturais e funcionais.

Nesse sentido, torna-se fundamental, no próximo capítulo, aprofundar os conceitos de transparência e opacidade, conforme discutidos por Hengeveld (2011), Hengeveld e Leufkens (2018) e Leufkens (2015). Tais noções são essenciais para compreender os processos de formulação e codificação do gênero nas línguas analisadas. A transparência refere-se à existência de uma relação direta entre forma e significado, enquanto a opacidade diz respeito a relações indiretas ou imprevisíveis, que exigem inferência por parte dos falantes. Aplicar esses conceitos à marcação de gênero em línguas tipologicamente diversas, com destaque para as línguas indígenas brasileiras, permitirá observar diferentes graus de motivação formal e contribuirá para os debates sobre variação e universalidade na linguagem humana.

Resumindo, a fundamentação teórica apresentada neste capítulo oferece os instrumentos teóricos e metodológicos necessários para descrever, comparar e interpretar, de modo sistemático, os mecanismos de expressão do gênero nas línguas indígenas brasileiras. Considera-se, assim, tanto suas especificidades morfossintáticas quanto os aspectos pragmáticos, interpessoais e contextuais que permeiam as diferentes instancias de uso da linguagem.

4 TRANSPARÊNCIA E OPACIDADE NA EXPRESSÃO DE GÊNERO NAS LÍNGUAS NATURAIS: ASPECTOS LINGUISTICOS E EXTRALÍNGUISTICOS

4.1 INTRODUÇÃO

A relação entre transparência e opacidade linguística tem sido amplamente discutida na tipologia linguística, especialmente no que se refere à previsibilidade e à complexidade estrutural das línguas (Hengeveld; Leufkens, 2018). Transparência é comumente definida como a correspondência direta entre forma e significado, ou seja, uma língua transparente é aquela em que a estrutura morfossintática/fonológica e semântica/pragmática apresenta pouca irregularidade, facilitando a identificação das relações gramaticais. Em contrapartida, línguas opacas são aquelas caracterizadas pela presença de fenômenos como irregularidades morfológicas, fusão de morfemas e dependências sintáticas complexas, tornando a interpretação da morfossintaxe menos intuitiva (Leufkens, 2015). Esses conceitos desempenham um papel crucial na análise de diversas categorias linguísticas, incluindo a expressão de gênero linguístico nas línguas naturais.

Nas línguas do mundo, a categoria de gênero pode ser marcada por diferentes estratégias morfossintáticas, variando de sistemas altamente transparentes, nos quais a distinção de gênero é formalmente marcada de maneira previsível, a sistemas altamente opacos, nos quais essa marcação é irregular ou depende fortemente do contexto (Aikhenvald, 2016). Em estudos das línguas indígenas da América do Sul, observa-se uma ampla variação na maneira como o gênero é expresso: algumas línguas utilizam classificadores ou morfemas dedicados à marcação de gênero (como o arawak e o tupi-guarani), ao passo que outras dependem exclusivamente de estratégias pragmáticas e lexicais, como é o caso de muitas línguas da família pano (Valenzuela, 2002).

A importância de examinar a transparência e a opacidade na expressão de gênero nas línguas indígenas se dá na sua relevância para três áreas principais: tipologia linguística, mudança linguística e sociolinguística. Do ponto de vista tipológico, a análise desses fenômenos contribui para uma melhor compreensão dos padrões estruturais que governam a categorização de gênero nas línguas naturais (Corbett, 1991). No que tange à mudança linguística, investigações sobre a interação entre transparência e opacidade podem esclarecer como sistemas de gênero emergem ou desaparecem ao longo do tempo, especialmente em contextos de contato linguístico (Gildea; Payne, 2007). Já na perspectiva sociolinguística, compreender como diferentes línguas indígenas codificam o gênero pode lançar luz sobre como

as comunidades concebem as identidades de gênero e como essas concepções são refletidas na estrutura linguística (Mithun, 1999).

Diante disso, este capítulo tem como objetivo analisar o papel da transparência e da opacidade na análise da expressão de gênero nas línguas indígenas brasileiras, considerando tanto aspectos formais quanto aspectos funcionais (significado). Para tanto, apresentamos os conceitos teóricos fundamentais de transparência e opacidade na gramática na seção 4.2; em 4.3, seguimos com a observação das relações de transparência e opacidade em relação aos níveis e as camadas de organização da gramática, a partir do modelo teórico da GDF (Hengeveld; Mackenzie, 2008) e de um exercício de análise das relações de correspondência entre forma e significado em relação à categoria de gênero em algumas línguas, tais como o português, o holandês etc. Por fim, em 4.4, sintetizamos as informações dispostas no capítulo.

4.2 TRANSPARÊNCIA E OPACIDADE NA EXPRESSÃO DE GÊNERO NAS LÍNGUAS NATURAIS

4.2.1 Os conceitos de transparência e opacidade linguística

No campo da tipologia linguística, a transparência e a opacidade referem-se ao grau de previsibilidade e regularidade das relações entre forma-significado em uma língua. A transparência pode ser observada nas línguas quando se verifica uma correspondência direta e regular entre a forma linguística (morfossintaxe e fonologia) e seu significado (semântica e pragmática). Em um estudo tipológico com 22 línguas, Leufkens (2015) define transparência linguística como uma "relação um-para-um" entre forma e significado, apoiando-se no conceito de isomorfismo da álgebra para conceber essa definição a partir da relação de biunivocidade entre dois conjuntos[66]. Na linguística,

> ocorre isomorfismo quando as unidades de um nível de organização como, por exemplo, o semântico, sempre correspondem ao mesmo número de unidades de outro nível como, por exemplo, o morfossintático. Dito de outro modo, o isomorfismo é definido como a correspondência de um-para-um entre forma e significado (Camacho; Pezatti; Paula; Abreu, 2017, p. 225).

[66] Uma relação biunívoca é uma correspondência em que cada elemento de um conjunto está associado a exatamente um elemento de outro conjunto, e vice-versa. Em outras palavras, é uma relação de um para um, garantindo que não haja duplicidade ou omissão na correspondência. Exemplo prático: Cada pessoa possui uma única carteira de identidade, e cada carteira de identidade pertence a uma única pessoa.

A transparência, nesse contexto, é compreendida como uma relação biunívoca entre forma e significado, na qual cada forma linguística corresponde a um único significado e vice-versa. Trata-se de uma relação quantitativa que se estabelece entre uma forma e um significado, já que se considera a existência de uma relação previsível de um-para-um entre as unidades dos diferentes níveis de organização da gramática formulados pela GDF (Hengeveld; Mackenzie, 2008). Isso implica, segundo a GDF, que uma unidade de um determinado nível se associa diretamente a uma unidade de outro nível. Quando essa correspondência ideal é violada, a relação passa a ser caracterizada como opaca ou não transparente. Nessas situações, o que se observa é a ocorrência de padrões como um-para-muitos, muitos-para-um, um-para-zero ou zero-para-um. Essas configurações indicam rupturas da relação transparente, comprometendo a previsibilidade entre forma e significado. (Hengeveld, 2011; Leufkens, 2013, 2015; Hengeveld; Leufkens, 2018).

Vale destacar que as relações de transparência e opacidade nas línguas podem ser observadas tanto nas interfaces entre os níveis (Nível Interpessoal/Nível Representacional e Nível Morfossintático/Nível Fonológico), quanto no interior dos próprios níveis de codificação (NM e NF)[67] (Hengeveld, 2011). Em outras palavras, além das relações estabelecidas entre significado e forma, é possível analisar também interfaces entre níveis de significado (NI-NR), entre níveis de forma (NM-NF) e entre os diferentes cruzamentos entre significado e forma (NI-NM, NI-NF, NR-NM, NR-NF), conforme proposto por Hengeveld (2011). Aplicando a proposta, Camacho, Pezatti, Paula e Abreu (2017, p. 231) identificam seis possíveis interfaces entre os quatro níveis da GDF: NI-NR, NI-NM, NI-NF, NR-NM, NR-NF e NM-NF. A transparência está associada à manutenção de uma correspondência de um-para-um entre essas interfaces; quando tal pareamento é violado, observa-se um traço de opacidade.

Leufkens (2015) conclui que a transparência linguística só é observada quando há correspondência biunívoca entre uma unidade de um nível da organização linguística e outra unidade de qualquer outro nível da organização, entendendo-se que "significado" inclui tanto as unidades semânticas quanto as pragmáticas. Isso quer dizer que, por um lado, há níveis de significação, e, por outro, níveis de codificação.

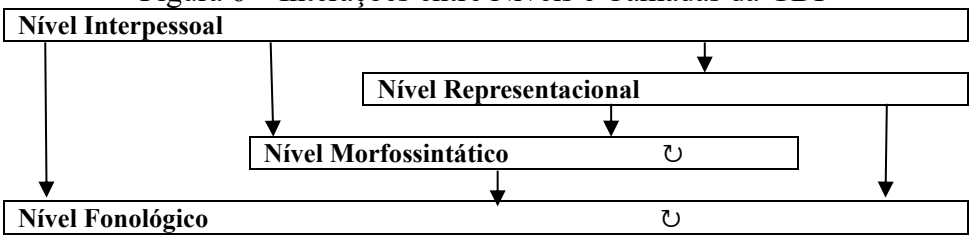
Cabe dizer ainda, como argumentam Leufkens (2015) e Hengeveld e Leufkens (2018), que a transparência não constitui uma propriedade binária, mas sim escalar. Isso significa que as línguas podem ser situadas em uma escala de transparência, visto que todas,

[67] Lembrando que os significados das siglas utilizadas nesta e em outras seções do capítulo seguem conforme apresentadas no capítulo 3: NI (Nível Interpessoal), NR (Nível Representacional), NM (Nível Morfossintático) e NF (Nível Fonológico).

em maior ou menor grau, apresentam algum tipo de violação nas correspondências forma-significado, seja na morfossintaxe, seja no léxico. Portanto, não se trata de línguas absolutamente transparentes ou absolutamente opacas, mas de sistemas linguísticos que se posicionam em diferentes pontos de um contínuo de transparência.

A representação esquemática das possíveis relações de transparência e opacidade entre os níveis da GDF pode ser visualizada na figura 6 a seguir:

Figura 6 – Interações entre Níveis e Camadas da GDF



Fonte: Hengeveld e Leufkens (2018, p. 142, tradução nossa)

Conforme indicado por Hengeveld e Leufkens (2018, p. 142), a figura 6 apresenta, por meio das setas, a direção descendente (*top-down*) de organização entre os níveis e camadas da GDF. Como discutido no capítulo 3 desta tese, os Níveis superiores, o Nível Interpessoal (de natureza pragmática) e o Nível Representacional (de natureza semântica), estão relacionados aos aspectos de significado, enquanto os Níveis inferiores, o Nível Morfossintático e o Nível Fonológico dizem respeito à forma linguística. O símbolo "↻" presente na figura indica a possibilidade de ocorrência de operações internas aos Níveis inferiores, isto é, transformações ou inserções que ocorrem exclusivamente nos domínios morfossintático e fonológico, sem que haja correspondência direta com unidades de significado nos Níveis superiores. Esse tipo de operação, por não refletir nenhuma função semântica ou pragmática, contribui para a opacidade da língua.

Um exemplo típico dessa situação é o uso de expletivos, conforme ilustram Comparini, Guiraldelli e Souza (2017, p. 310). Em inglês, por exemplo, o pronome *it* na construção *It's raining* ("Está chovendo") é obrigatório por razões formais, já que a gramática da língua exige o preenchimento da posição de sujeito. No entanto, esse pronome não possui conteúdo referencial nem significado semântico. Trata-se, portanto, de uma forma sem significado, ou seja, uma violação da transparência (Leufkens, 2013).

Uma outra unidade cuja presença não se justifica por motivos pragmáticos ou semânticos é o chamado expletivo nominal (Leufkens, 2015, p. 76), também conhecido como sujeito vazio, argumento fictício ou pseudo-argumento. Isso pode ser ilustrado pela comparação

entre o exemplo em fongbe (família nigero-congolesa) e sua respectiva tradução para o inglês, apresentado em (1) abaixo.

Fongbe (Lefebvre ; Brousseau, 2002, p. 245 *apud* Leufkens, 2015, p. 76)
(1) *jì* *jà*
rain *fall*
'*It is raining*.' ("Está chovendo")

O argumento do predicado "cair" é expresso de maneira explícita em fongbe: a chuva é apresentada como participante do evento de queda. No inglês, por outro lado, o verbo *to rain* exige a presença do pronome fictício *it*, que não se refere a nenhum elemento específico. Isso significa que *it* não corresponde a nenhuma unidade pragmática (Subato Referencial) nem a uma entidade semântica (Indivíduo), sendo uma forma motivada apenas pela estrutura formal da língua. Embora alguns autores, como Bennis (1986), considerem, segundo Leufkens (2015), que esse pronome aponta para um referente implícito no próprio predicado, essa interpretação não é aceita pela GDF (Hengeveld; Mackenzie, 2008). Além dos pronomes expletivos como *it*, é comum que as línguas empreguem também advérbios de localização como expletivos, a exemplo do *there* em frases como *There is no-one here* ("Não há ninguém aqui") do inglês.

Segundo Leufkens (2015), a transparência linguística pode ser violada de diferentes maneiras. A autora identifica quatro[68] principais modos de violação, cada um afetando de maneira distinta a relação entre forma e significado na estrutura gramatical das línguas. São elas: redundância, fusão, descontinuidade e formas sem sentido, conforme descritas na sequência.

a) **Redundância** ocorre quando uma mesma informação é expressa mais de uma vez na estrutura linguística, sem que isso contribua com novo conteúdo significativo. Trata-se, portanto, de uma multiplicidade formal para um único valor semântico, violando o princípio de correspondência um-para-um.
b) **Fusão** ocorre quando uma mesma forma se relaciona a múltiplos sentidos. Diferentemente da redundância, trata-se de uma multiplicidade de significado para uma única forma, portanto, violando também o princípio de correspondência biunívoca.

[68] Leufkens (2015, p. 17) não considera um quinto tipo de violação de transparência: relações um-para-nulo, porque "é impossível determinar ou quantificar objetivamente sua existência" justamente porque não há nada na codificação que comprove ou marque o sentido em questão. Para teorias funcionalistas, como a GDF, "a existência de elementos invisíveis não pode ser refutada e é, portanto, teoricamente indesejável".

c) **Descontinuidade** refere-se a situações em que unidades de significado que deveriam ser expressas como um conjunto coeso, visto que o que está lado a lado pragmaticamente e semanticamente deve estar justaposto também no nível morfossintático (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 285), são codificadas de maneira fragmentada ou distribuída por diferentes elementos formais. A violação do princípio da integridade de domínio resulta em unidades descontínuas, comprometendo a previsibilidade da relação entre forma e significado.

d) **Formas sem sentido** são elementos morfossintáticos presentes na gramática por exigências estruturais da língua, mas que não têm função semântica ou pragmática clara. Esses elementos, como os pronomes expletivos já mencionados anteriormente, contribuem diretamente para a opacidade da língua por introduzirem formas vazias, sem significado correspondente.

A redundância diz respeito à relação de um-para-muitos na interface entre o NR e o NM, na qual duas ou mais formas distintas expressam um mesmo conteúdo de significado. Um exemplo desse fenômeno é observado na língua kanoê (isolada), em que a negação é expressa simultaneamente por um morfema de negação e por uma partícula negativa. Como afirmam Stassi-Sé e Fontes (2017, p. 294), há "uma relação entre uma unidade de significado (o operador de polaridade negativa) e muitas unidades formais (um afixo e uma palavra gramatical)". Essa duplicação formal de um único valor semântico caracteriza a violação do pareamento um-para-um e, portanto, contribui para a opacidade linguística. Outro exemplo desse caso é a operação de concordância de gênero no português, em que a marcação formal, representando uma unidade de significado, é replicada nos alvos do sintagma nominal ou da oração: "**A** menin**a** arteir**a** está cansad**a**". Esses exemplos demonstram que há uma relação um-para-muitos, em que uma unidade de sentido é expressa por múltiplas formas. Desse modo, uma (ou várias) das formas não é necessária, é redundante, já que não oferece nenhuma informação adicional (Leufkens, 2015, p. 17).

A fusão[69] configura uma relação muitos-para-um entre significado (NR) e forma (NM), ou seja, uma forma linguística expressa múltiplos significados. Conforme Leufkens (2015, p. 19), um exemplo claro "é a morfologia fusional, que envolve a expressão de diferentes

[69] "Observe que o termo 'fusão' é usado de forma intercambiável com "relação muitos-para-um" e não deve ser interpretado historicamente, pois não pretendo de forma alguma afirmar que todos os morfemas fusivos tenham sido morfemas separados no passado recente ou remoto" (Leufkens, 2015, p. 19).

significados por meio de formas únicas, também conhecidas como morfemas *portmanteau*". Há alguns casos observáveis no português na conjugação verbal, como em "amarão", do verbo "amar", em que o morfema -rão acumula informação de modo e tempo (futuro do presente) e também de número e pessoa (terceira pessoa do plural). No húngaro, um único sufixo expressa os significados de imperativo, indefinido, segunda pessoa, singular (Hengeveld; Leufkens, 2018, p. 150).

A descontinuidade, por sua vez, ocorre quando há uma ruptura da unidade formal correspondente a uma unidade de significado, especialmente na interface entre os NI ou NR e o NM. Esse tipo de violação ocorre quando os elementos formais que expressam determinado conteúdo semântico ou pragmático não aparecem de modo contíguo ou coeso na codificação morfossintática. Um exemplo é a negação circunfixal em francês, como na construção *ne ... pas*, em que a negação é expressa por dois elementos descontínuos que envolvem o verbo formal que deveriam ser expressas como um conjunto coeso, mas são codificadas de maneira fragmentada ou distribuída por diferentes elementos formais – um caso de divisão do domínio formal que deveria idealmente estar justaposto (Leufkens, 2015, p. 19). Há ainda os casos de infixação, conforme ilustrado pela marcação de caso na língua kharia (língua do ramo ocidental do filo austro-asiático, que se estende da Índia Central ao Vietnã) (Peterson, 2011, p. 231 *apud* Leufkens, 2015, p. 66): com o afixo causativo *<[(o)ʔ]>* ou *<[(o)^{ʔ}b]>*, a palavra *botoŋ* ("medo") torna-se *boʔtoŋ* ("assustar") ao receber esse marcador. Esse fenômeno se manifesta por meio do traço de descontinuidade, caracterizado por uma quebra na linearidade entre o NR e o NM. Essa marcação não é realizada de maneira contígua ou previsível na superfície morfossintática, o que configura um exemplo claro de opacidade na correspondência entre forma e significado. Para Leufkens (2015, p. 66), infixos são morfemas que são inseridos no interior de palavras morfossintáticas. Segundo a autora, embora não sejam, por si só, morfemas descontínuos, sua inserção provoca descontinuidade na unidade que os abriga. Quando uma língua admite infixação, entende-se que ela apresenta um grau de opacidade quanto a esse aspecto

Já formas sem sentido ou vazias referem-se a formas e operações que não possuem correspondência semântica ou pragmática clara, situando-se no NM ou no NF, resultando numa relação nenhum-para-um ou nenhum-para-muitos, que inclui qualquer forma morfossintática ou fonológica que não é motivada por um sentido (Leufkens, 2015, p. 17). Tais formas são exigidas por regras exclusivamente formais da língua, mas não têm significado. As operações

de acordo[70] de gênero exigidas pela gramática do português exemplificam esse fenômeno. Visto que há cópia das formas de gênero, mas sem conteúdo de significado, como ocorre em "**a** xícar**a** pesad**a**", em que as marcas de gênero (feminino) são replicadas em diversos elementos do sintagma nominal sem correspondência com o NR ou NI.

Segundo Leufkens (2015), a avaliação do grau de transparência de uma língua pode ser feita por meio da identificação e análise de traços de não transparência, ou seja, aplicando as violações, descritas acima, de forma sistemática aos diversos aspectos gramaticais da língua em estudo. Assim, é possível traçar um perfil mais preciso da transparência linguística de cada língua, considerando que a transparência, como já discutido, não é uma propriedade absoluta, mas escalar e relativa.

No que se refere à natureza tipológica das línguas, diversos estudos, como os de Hengeveld e Mackenzie (2008), Comparini, Guiraldelli e Souza (2017), Stassi-Sé e Fontes (2017), Camacho, Pezatti, Paula e Abreu (2017) e Hengeveld e Leufkens (2018), apontam para a existência de uma correlação entre o tipo morfológico de uma língua e seu grau de transparência. Em linhas gerais, línguas com morfologia mais analítica tendem a apresentar maior transparência, ao passo que línguas com morfologia mais fusional ou polissintética tendem a exibir maior grau de opacidade.

É importante salientar, contudo, que a classificação tipológica a partir da morfologia não é absoluta, mas sim baseada em tendências predominantes no sistema linguístico de cada língua analisada. Trata-se, portanto, de uma idealização descritiva, na qual cada língua seria enquadrada em um tipo morfológico específico – analítico, aglutinante, fusional ou polissintético – de acordo com as características mais recorrentes em sua morfologia. Na realidade empírica, no entanto, muitas línguas exibem características mistas ou híbridas, combinando traços de diferentes tipos morfológicos.

Como afirmam Hengeveld e Mackenzie (2008), a relação entre tipo morfológico e transparência linguística pode ser compreendida como parte de uma escala de complexidade estrutural, em que línguas analíticas, por utilizarem formas isoladas e não ambíguas para cada unidade de significado, favorecem relações de pareamento um-para-um entre forma e conteúdo

[70] Seguindo Spósito (2021, p. 97), assim como outros autores estudados nesta tese, "opta-se aqui pelo termo *acordo*, já consagrado em especial na literatura linguística do português, para a definição de *agreement* em oposição a *concord.* Hengeveld e Mackenzie (2008) e Leufkens (2015) empregam o termo *concord* para tratar da concordância que ocorre nos níveis mais altos, especificamente, entre os níveis de formulação, conforme os critérios de *concordância de número* e *concordância de negação*. Por outro lado, o termo *agreement* faz referência a um processo de cópia que ocorre apenas no Nível Morfossintático, conforme tratado nessa seção. Assim, também de modo a diferenciar os dois fenômenos, empregamos *concordância* como sinônimo de *concord* e *acordo* como sinônimo de *agreement*".

– princípio fundamental da transparência. Já línguas com alta densidade morfológica, como as fusionais ou polissintéticas, apresentam formas que exprimem frequentemente múltiplos significados simultaneamente, dificultando a correspondência direta e unívoca entre forma e significado, contribuindo, portanto, para um grau maior de opacidade. Em outras palavras,

> [t]ipos morfológicos podem ser definidos conforme dois parâmetros: de **transparência semântica** e **síntese** (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 301). De acordo com o primeiro parâmetro, as línguas podem ser **isolantes** (apresentam uma relação ideal de um-para-um entre uma palavra e uma unidade de significado, sendo semanticamente transparentes), **aglutinantes** (apresentam uma relação ideal de um-para-um entre um morfema e uma unidade de sentido, sendo semanticamente transparentes) e **fusionais** (não apresentam uma relação de um-para-um entre uma unidade formal e uma unidade de sentido, sendo semanticamente opacas).
> Já de acordo com o **parâmetro de síntese**, distinguem-se línguas **polissintéticas** e **não polissintéticas**: as primeiras permitem a presença de mais de um elemento lexical dentro de uma mesma palavra, as últimas, não (Hengeveld; Mackenzie, 2008).
> Como os dois parâmetros são independentes, as línguas podem apresentar diferentes combinações, sendo que a única restrição é que línguas polissintéticas não podem, simultaneamente, ser isolantes, já que fazem uso de afixos (Stassi-Sé; Fontes, 2017, p. 289 – grifos nossos).

Stassi-Sé e Fontes (2017, p. 303), ao analisarem nove línguas indígenas brasileiras no que se refere à correlação entre traços de transparência e opacidade nos sistemas de negação sentencial e o tipo morfológico de cada língua, concluem que as línguas isolantes ou aglutinantes tendem a ser mais transparentes, enquanto as línguas mistas e fusionais revelam maior grau de opacidade. Essa conclusão, baseada em dados empíricos, corrobora a hipótese proposta por Hengeveld e Leufkens (2018), segundo a qual línguas isolantes (como o mandarim e o vietnamita) e línguas polissintéticas (como o turco) tendem a apresentar níveis mais altos de transparência linguística.

Ainda de acordo com Hengeveld e Leufkens (2018, p. 169–170), as línguas aglutinantes, como o tâmil e o húngaro, ocupam uma posição intermediária nessa escala: podem ser ora mais transparentes, ora mais opacas, dependendo do fenômeno linguístico analisado. Já as línguas fusionais, como o português, o irlandês e o alemão, nas quais uma única forma (um afixo, por exemplo) pode codificar simultaneamente diversos traços gramaticais, apresentam maior grau de opacidade, uma vez que dificultam a identificação do pareamento um-para-um entre forma e significado, tornando-as mais imprevisíveis.

Em resumo, tanto os dados de Stassi-Sé e Fontes (2017) quanto a proposta tipológica de Hengeveld e Leufkens (2018) apontam para uma tendência geral:

(i) Línguas isolantes e polissintéticas → mais transparentes
(ii) Línguas aglutinantes → escala variável de transparência e opacidade
(iii) Línguas fusionais → mais opacas

Essas observações reforçam a ideia de que a transparência linguística é um fenômeno escalar e multifatorial, sensível a traços tipológicos, mas também dependente de aspectos específicos de cada língua.

Hengeveld e Leufkens (2018, p. 141) destacam ainda que transparência não deve ser confundida com simplicidade linguística. Uma língua pode ser altamente complexa do ponto de vista morfológico ou sintático, e ainda assim manter uma relação transparente entre forma e significado. Do mesmo modo, uma língua estruturalmente simples pode apresentar opacidade significativa em sua codificação gramatical. Para ilustrar essa distinção, os autores recorrem ao exemplo do turco, uma língua polissintética com a morfologia verbal extremamente complexa, já que todas as informações gramaticais são expressas por meio de afixos. Isso quer dizer, por exemplo, que uma única forma verbal pode incorporar múltiplos morfemas que expressam categorias como tempo, aspecto, modo, modalidade, pessoa, número e polaridade. Essa complexidade formal, no entanto, não compromete, segundo Hengeveld e Leufkens (2018), a transparência da língua, pois cada morfema veicula apenas um traço de significado, sem sobreposição de funções.

Sendo assim, no turco, o que se observa é a existência de uma relação biunívoca (um-para-um) entre forma e significado, isto é, cada unidade formal corresponde a uma única unidade semântica ou pragmática. Essa característica faz do turco um exemplo paradigmático de sistema linguístico morfossintaticamente complexo, porém transparente. Essa distinção é crucial para os estudos tipológicos, pois mostra que complexidade estrutural e transparência funcional são dimensões independentes na análise das línguas naturais.

Sob a perspectiva cognitiva, Leufkens (2013) defende que a transparência linguística constitui uma vantagem significativa, sobretudo nos processos de aquisição e processamento da linguagem. Essa vantagem decorre do fato de que relações biunívocas entre forma e significado – isto é, correspondências do tipo um-para-um – reduzem o esforço cognitivo do falante e facilitam tanto o processamento quanto a aprendizagem da língua. Em outras palavras, quando cada forma linguística expressa um único significado e cada significado

é codificado por uma única forma na língua, o sistema se torna mais previsível, mais acessível e mais eficiente do ponto de vista cognitivo[71].

Essa hipótese, segundo a autora, é aplicável não apenas à aquisição individual de uma língua, mas também à própria gênese das línguas naturais. Em seu artigo *The Transparency of Creole*, Leufkens (2013) investiga a transparência estrutural de quatro línguas crioulas – diu indo-português, nubi, pichi e sri lanka malay – com base na suposição de que línguas relativamente jovens e formadas em contextos de contato tendem a ser mais transparentes do que línguas não crioulas. A autora argumenta que, no contexto de aquisição da linguagem por falantes nativos e não nativos, a transparência pode desempenhar papel fundamental em contextos de contato linguístico e emergência de novas línguas.

Os resultados da autora confirmam a expectativa aventada inicialmente: as línguas crioulas analisadas revelam maior grau de transparência em comparação com línguas estabelecidas, especialmente no que diz respeito à ausência de categorias opacas como gênero gramatical formal. Isso reforça a tese de que a transparência observada não é resultado da herança de línguas ancestrais, como o português ou o gujarati[72], que apresentam tais categorias, mas sim um reflexo das condições sociolinguísticas específicas em que as línguas crioulas se desenvolveram, caracterizadas por intenso contato linguístico e pela necessidade de comunicação funcional e eficiente.

Além disso, o contato linguístico intenso, mesmo em línguas não crioulas, pode desencadear processos de regularização e simplificação morfológica, especialmente quando falantes de diferentes origens linguísticas passam a compartilhar um código comum. Isso pode levar à reestruturação de sistemas gramaticais anteriormente opacos, promovendo maior transparência estrutural. Um exemplo clássico é o do tok pisin, língua de contato da Papua-Nova Guiné (Mühlhäusler, 1986; Smith, 2002; Siegel, 2008), em que os pronomes pessoais apresentam formas distintas e altamente sistemáticas para categorias como número e inclusão:

---

[71] Nesse quadro teórico, a transparência não é apenas uma característica estrutural das línguas, mas também um princípio funcional relacionado à economia cognitiva e à eficiência comunicativa. Por essa razão, Leufkens (2013, 2015) propõe que a transparência funcione como o estado inicial ou prototípico das línguas naturais, refletindo um estágio anterior de desenvolvimento linguístico. A opacidade, por sua vez, seria um resultado posterior, decorrente da ação cumulativa de processos como gramaticalização, fusão morfológica, reanálise e analogia, os quais tendem a embaralhar as correspondências diretas entre forma e significado. Essa concepção de evolução estrutural é coerente com modelos diacrônicos funcionalistas que postulam que, à medida que as línguas evoluem e são moldadas por forças internas e externas, tais como pressões por economia articulatória, mudanças fonológicas, e processos de convencionalização, elas tendem a perder parte de sua transparência original. Assim, a opacidade não é vista como uma deficiência ou um desvio, mas como resultado do desenvolvimento do sistema linguístico ao longo do tempo.

[72] De acordo com a plataforma *Ethnologue* (2025), gujarati é uma língua pertencente ao grupo indo-ariano, com maior concentração de falantes no estado de Gujarat, na Índia, além de ser utilizada, em menor escala, em algumas regiões do Paquistão.

yumi (“nós” inclusivo) e *mipela* (“nós” exclusivo), com distinções claras que facilitam a decodificação do significado. Essa tendência à transparência está relacionada, portanto, a fatores pragmáticos e sociocognitivos, nos quais o imperativo da eficácia comunicativa favorece a adoção de formas linguisticamente motivadas e cognitivamente acessíveis (Bever, 1980; Haiman, 1983; Givón, 1985, 1991; Hengeveld, 2010). Em contextos de aquisição da linguagem e de uso de um idioma como língua franca, a pressão por inteligibilidade imediata pode resultar em estruturas mais próximas do ideal de isomorfismo entre forma e função, frequentemente associado aos princípios de iconicidade linguística.

A transição de uma morfologia transparente para formas mais opacas pode ser um reflexo de processo de mudança linguística em andamento. O fenômeno de gramaticalização tem papel preponderante nesse processo. A gramaticalização é entendida como um processo gradual e contínuo no qual itens lexicais passam a exercer funções gramaticais em contextos específicos; e, se já são gramaticais, continuam desenvolvendo funções ainda mais gramaticais (Hopper; Traugott, 1993; Heine; Caudi; Hünnemeyer, 1991; Bybee, 2003; Gonçalves; Lima-Hernandes; Casseb-Galvão; Carvalho, 2007). Nessa perspectiva, os elementos lexicais não são dicotomicamente distinguidos dos elementos gramaticais, mas são concebidos “como *continuum* de [gramaticalização], que aponta para existência de categorias não-discretas, que se distribuem entre os dois extremos desse continuum [+ Lex → + Gram]” (SOUZA, 2009, p. 65). No âmbito da GDF, a gramaticalização denota processos de expansão funcional de itens linguísticos estabelecidos entre as Camadas e Níveis hierarquicamente organizados da Gramática, concebidos como a combinação de mudança formal (implicando uma diminuição gradual e sistemática na lexicalidade) e mudança de conteúdo (implicando um aumento gradual e sistemático no escopo), que seguem percursos previsíveis em uma trajetória unidirecional (Hopper; Traugott, 1993; Hengeveld, 2011, 2017; Barreto; Souza, 2016; Nogueira, 2021).

A esse respeito, no que tange à categoria gramatical de gênero, Aikhenvald (2016, p. 76) menciona que, por meio da gramaticalização, palavras que denotam referentes humano, como “homem” e “mulher”, podem “desenvolver um sistema fechado de gênero anafórico. Ou podem dar origem a marcadores de gênero derivacionais. [...] Uma vez que uma língua adquire um marcador de gênero anafórico ou derivacional, este pode ser reinterpretado e reanalisado como gênero de concordância”[73]. Conforme a proposta de Greenberg (1978), “o desenvolvimento dos marcadores de gênero passa pelos seguintes estágios: um demonstrativo

[73] No original: *can develop into a closed system of anaphoric gender. Or they can give rise to derivational gender markers. [...] Once a language has acquired a marker of anaphoric or derivational gender, this can be reinterpreted and reanalysed as agreement gender*.

(ou um pronome de 3ª pessoa) > artigo definido > artigo não genérico > marcador nominal" [74] (Hu, 2023, p. 42). Aikhenvald (2016, p. 78) lança mão do zande (língua ubangiana falada na República Democrática do Congo) para ilustrar casos em que pronomes pessoais gramaticalizados passam a funcionar como marcadores de concordância de gênero. Nessa língua, o pronome pessoal *kɔ́* ("ele") deu origem ao afixo marcador de gênero masculino[75]. No exemplo apresentado em (2) abaixo, *kɔ́* aparece em concordância como um prefixo no verbo *ni* ("ser") e como um sufixo ligado ao adjetivo *bakɛ́rɛ́* ("grande").

Marcador de gênero masculino *kɔ́* em zande (Aikhenvald, 2016, p. 78)
(2) *kɔ́-ni* *bakɛ́rɛ́-kɔ́*
ele-ser grande-ele
'Ele é grande'

Ainda de acordo com Aikhenvald (2016), classificadores nominais são tipicamente originados a partir de substantivos, conforme ilustrado por casos da língua aketak, uma língua maia. Em aketak, o classificador *naj* (CLF:homem) se desenvolveu a partir da gramaticalização do item lexical *winaj* ("homem"), enquanto a palavra *ʔiʂ̃* ("mulher") deu origem ao classificador *ʔiʂ̃* (CLF:mulher). Outro exemplo apresentado pela autora é o sufixo feminino *-(a)nɪm* do turco – que aparece em algumas palavras como *hocanɪm* ("professora") – originado a partir da gramaticalização do lexema *hanɪm* ("mulher, senhora") (Aikhenvald, 2016, p. 78-79).

Embora esta tese não se proponha a investigar diretamente a relação entre opacidade e diacronia nas línguas indígenas analisadas – seja pela falta de dados suficientes sobre a idade e o contexto de emergência de algumas dessas línguas e de suas estruturas, seja pela limitação de tempo e escopo desta pesquisa –, consideramos relevante mencionar essas evidências da literatura linguística, afinal elas dialogam diretamente com os objetivos centrais deste trabalho, ao contribuir para a compreensão da transparência e da opacidade como fenômenos fundamentais na estruturação das línguas.

4.2.2 Gênero, classe nominal e motivação nas línguas do mundo

As classes nominais e os sistemas de gênero, segundo Aikhenvald (2010, p. 19), constituem mecanismos morfossintáticos de concordância e acordo que, em muitas línguas, mantêm uma relação parcial com alguns traços semânticos, especialmente no que diz respeito

[74] No original: *the development of gender markers undergoes the following stages: a demonstrative (or a 3rd person pronoun) > definite article > non-generic article > noun marker*.
[75] Em zande, somente os pronomes de terceira pessoa de singular distinguem feminino e masculino.

a entidades humanas ou animadas (Corbett, 1991; Aikhenvald, 2000, 2010). Esses sistemas, frequentemente designados como “classes de concordância” (Aikhenvald, 2010, p. 19), englobam os modelos, nos quais a operação de concordância e/ou acordo de gênero (e número, muitas vezes) é processada fora dos limites do núcleo nominal, ou seja, nos elementos modificadores, tais como adjetivos, demonstrativos, pronomes interrogativos e possessivos (Dixon, 2010). Em alguns casos, tais formas também aparecem fora dos limites do sintagma nominal, podendo incidir sobre o predicado verbal ou, em certas línguas, até mesmo sobre advérbios (Heine; Nurse, 2000).

Embora haja, conforme Aikhenvald (2010, p. 20), certa correspondência entre sistemas linguísticos de gênero e categorias biológicas de sexo, essa relação não é nem sistemática, nem obrigatória. A tipologia linguística evidencia ampla variação no modo como as línguas organizam seus sistemas de classes nominais, tanto em termos quantitativos quanto funcionais. Essa diversidade manifesta-se no número de classes existentes, na maneira como são expressas morfossintaticamente, na possibilidade (ou não) de alternância flexional de nomes entre diferentes classes e, de maneira especialmente relevante, no grau de transparência semântica que governa a atribuição das classes (Dixon, 1982; Mufwene, 1981; Corbett, 1991; Aikhenvald, 2000, 2010; Seifart, 2005).

Em alguns sistemas, a relação entre as classes nominais e propriedades semânticas dos referentes, como animacidade, sexo biológico, forma, tamanho, função ou utilidade, entre outros, é relativamente previsível e sistemática. Nesses casos, fala-se em sistemas semanticamente transparentes, como observado em muitas línguas bantu, nas quais categorias, como humano, animal, objeto alongado ou líquido encontram correspondência clara com determinadas classes nominais (Katamba, 2003; Aikhenvald, 2010). Tais sistemas de classes nominais, segundo Bickel e Nichols (2005), são geralmente encontrados em línguas com morfologia aglutinante ou fusional, e raramente em línguas de tipologia isolante. A marcação de classe nominal, observável em elementos como adjetivos, pronomes, determinantes ou mesmo no predicado verbal, serve frequentemente como critério para distinguir a categoria de nome de outras classes gramaticais. Em línguas cuja morfologia do nome e do adjetivo é similar, “o adjetivo normalmente pode receber qualquer marcação de classe nominal, enquanto o nome é geralmente restrito a uma única classe” Aikhenvald (2010, p. 20, tradução nossa).

Nesse contexto, Haiman (1983, p. 802, tradução nossa) observa que “quanto mais imprevisível for uma informação, mais codificação ela requer na língua”. Isso implica que informações consideradas altamente previsíveis no uso linguístico tendem a ser expressas de modo mais econômico, com menos uso de material linguístico. A ideia central, inspirada no

princípio da iconicidade, é a de que há uma relação motivada entre a forma linguística e a estrutura cognitiva ou experiencial do falante: quanto maior a previsibilidade de um traço gramatical, menor a necessidade de sua marcação redundante. Essa noção pode ser aplicada à expressão do gênero linguístico em diversas línguas. Por exemplo, em alguns contextos, a informação de gênero é marcada apenas em um único constituinte do sintagma nominal – geralmente o determinante – sendo não codificada nos demais elementos, como adjetivos ou pronomes, sem prejuízo para a interpretação. Tal economia formal se justifica pelo fato de que o traço de gênero, sendo previsível com base na estrutura sintática e semântica do enunciado, não exige múltiplas marcas explícitas para ser processado com eficiência pelo interlocutor.

Essa perspectiva é compatível com o subprincípio da quantidade, descrito por Givón (1991, p. 87, tradução nossa), segundo o qual "informações menos previsíveis tendem a receber mais material de codificação". A codificação linguística, nesse caso, não ocorre de modo aleatório, mas é guiada por princípios funcionais relacionados à eficiência comunicativa e ao processamento cognitivo. Como reforça Cunha (2001), a iconicidade está intrinsecamente ligada à economia de processamento: quanto mais diretamente a forma linguística espelhar a experiência do falante, mais eficiente será o sistema gramatical.

Nesse mesmo sentido, Givón (1985) argumenta que estruturas linguísticas motivadas, ou seja, próximas ao modo como o mundo é experienciado, são mais fáceis de serem armazenadas na memória, retidas e transmitidas. O isomorfismo entre código e experiência fortalece a cognição linguística, conferindo estabilidade e previsibilidade à comunicação (Cunha, 2001, p. 17). A ideia de que o uso recorrente de certas formas impacta a estrutura gramatical é também central na proposta de Du Bois, que afirma que "as gramáticas codificam melhor o que os falantes fazem com mais frequência" (Du Bois, 1985 p. 363, tradução nossa), destacando a relação entre frequência de uso e organização gramatical.

Vale ressaltar, contudo, que os conceitos de iconicidade e transparência devem ser diferenciados. Como destacam Camacho, Pezatti, Paula e Abreu (2017, p. 224), a iconicidade refere-se à possibilidade de prever o significado a partir da forma – ou seja, uma analogia entre a estrutura linguística e a estrutura de experiência –, enquanto a transparência pressupõe uma correspondência biunívoca entre forma e significado, caracterizando-se pela ausência de ambiguidade ou arbitrariedade na codificação linguística.

Por outro lado, os sistemas linguísticos nos quais itens lexicalmente relacionados podem ser distribuídos em diferentes classes sem que haja uma motivação semântica clara para tal distinção, ou seja, mais opacos, a atribuição tende a funcionar como uma propriedade lexical idiossincrática, isto é, associada de forma arbitrária a cada item lexical. O falante, nesse caso,

não pode recorrer a regularidades semânticas ou formais para inferir a classificação nominal de um nome desconhecido, sendo obrigado a memorizar individualmente cada ocorrência. Esse tipo de sistema dificulta a formação de generalizações cognitivas e compromete, em certa medida, a economia de processamento, já que impõe uma oneração cognitiva adicional à memória e à aquisição linguística.

A opacidade semântica na classificação nominal pode ser vista, assim, como um contraponto à transparência: enquanto esta favorece o mapeamento direto entre significado e forma, promovendo, portanto, maior eficiência comunicativa, a opacidade resulta da erosão motivacional ao longo do tempo, levando à fixação de marcas formais cuja função semântica original foi, parcial ou totalmente, perdida. Trata-se, portanto, de uma manifestação avançada da gramaticalização, em que a forma se autonomiza em relação ao conteúdo, convertendo-se em traço morfossintático codificado no léxico.

Além dos aspectos morfossintáticos e semânticos, a categoria de gênero nas línguas naturais também pode ser vista como uma construção sociolinguística que reflete as ideologias e práticas culturais das comunidades locais, conforme pontua Aikhenvald (2016). É o que acontece, por exemplo, quando há algum tipo de motivação externa (que pode ser bem diversificada nas línguas) para organizar a categoria de gênero. A autora argumenta que o gênero social – que se refere às categorias de identidade culturalmente associadas a características como masculinidade, feminilidade – pode interagir de maneiras interessantes com o gênero linguístico. Como menciona Aikhenvald (2016, p. 98), em muitas línguas indígenas, a distinção de gênero envolve a cosmogonia, práticas discursivas e práticas sociais.

Nas línguas ashenica e ashaninka da família arawak do Peru, por exemplo, verifica-se, segundo Aikhenvald (2016, p. 121), uma articulação particularmente rica entre cosmologia e gênero linguístico. Conforme a autora, nessas línguas, todos os referentes inanimados são tratados como femininos, enquanto os animados são marcados como masculinos, entretanto algumas entidades celestes, como a lua e o sol, são consideradas masculinos em função da associação dessas entidades com homens mitológicos, o que evidencia a dimensão cultural do gênero linguístico.

Para as línguas da família guarani e outras do grupo tupi-guarani, Aikhenvald (2016) assinala que o gênero gramatical, por exemplo, não é muito sistematizado para inanimados, como ocorre nas línguas arawak. Há, porém, distinções entre masculino e feminino baseadas no sexo biológico em expressões que se referem a humanos. O gênero, aqui, assume funções mais claramente referenciais do que formais, sendo ativado em contextos sociais e discursivos.

No caso da família karib, Aikhenvald (2016) mostra que muitas línguas apresentam um sistema semântico de gênero, no qual a distinção entre animado e inanimado ou entre masculino e feminino se manifesta na concordância verbal ou pronominal. A autora observa que nas línguas dessa famílis há uma relativa estabilidade e coerência na relação entre o gênero semântico e a morfossintaxe. Aikhenvald (2016) diz ainda que as línguas karib estão alinhadas à ideia de que o sistema de gênero pode ser sensível a escalas cognitivas (proximidade, importância, saliência) e sociais (papéis, hierarquias, relações entre os interlocutores e os referentes).

A autora também aponta a relevância da distinção entre fala feminina e fala masculina na codificação de gênero em línguas indígenas. Conforme Aikhenvald (2016, p. 166), em muitas as línguas e sociedades, o gênero social está relacionado à maneira como homens e mulheres utilizam a linguagem. Algumas línguas possuem, ou já possuíram, dialetos "exclusivos de gênero" – masculinos ou femininos. Esses dialetos masculinos e femininos apresentavam diferenças no uso de pronomes, em diversas partículas e em outras formas gramaticais, como acontece no yanyuwa (da Austrália), no kokama-kokamilla (do Peru), no japonês e no tailandês. No kokama-kokamilla (língua tupi-guarani do norte do Peru), por exemplo, há um sufixo de plural específico para uso feminino e outro específico para uso masculino, além do uso distintivo de pronomes pessoais, demonstrativos e conectivos (Aikhenvald, 2016, p. 139).

Aikhenvald (2016) propõe, portanto, uma avaliação comparativa e uma síntese segundo a qual os sistemas de gênero nessas famílias linguísticas não são apenas formais, mas profundamente enraizados em experiencias cognitivas, socioculturais e papeis sociais. Sendo assim, a transparência e a opacidade na expressão de gênero, podem, então, refletir diferentes noções culturais sobre o gênero natural ou social e como ele é vivido dentro da sociedade[76]. Em algumas culturas indígenas, pode haver uma distinção entre categorias de gênero mais amplas, que incluem não apenas as divisões de feminino e masculino, mas também outros papéis sociais, como o gênero de pessoas idosas, de figuras espirituais ou de entidades celestes, que podem ser expressos por morfologia ou através de expressões lexicais (Mithun, 1999).

[76] Como poderemos notar no capítulo de análise, a transparência e a opacidade semântica não envolvem apenas questões linguísticas, mas estão profundamente enraizadas na percepção cultural e social das comunidades indígenas locais. As línguas indígenas não se limitam a expressar categorias linguísticas de maneira estritamente gramatical, pelo contrário elas frequentemente refletem e reforçam as normas sociais e as relações culturais das comunidades nas quais a categoria de gênero constitui uma propriedade relevante. As culturas indígenas tendem a associar a marcação de gênero à animacidade, humanidade, cosmopercepção e a classificações sociais complexas. Essa pluralidade se reflete diretamente nos sistemas linguísticos de gênero, que podem ser mais transparentes em algumas línguas e mais opacos em outras.

4.3 A CODIFICAÇÃO DE GÊNERO NAS LÍNGUAS NATURAIS: TRANSPARÊNCIA E OPACIDADE

4.3.1 Relações de transparência e opacidade entre Níveis e camadas da GDF

Conforme vimos demonstrando ao longo desta pesquisa, o gênero pode ser codificado de diferentes maneiras nas línguas naturais. Em sistemas de gênero semântico a sua atribuição está diretamente associada ao significado da palavra, especialmente em relação ao sexo biológico do referente. Já em sistemas de gênero formal[77], a atribuição de gênero não se baseia em traços semânticos, sendo determinada de forma arbitrária pelas regras morfossintáticas da língua, o que se observa, por exemplo, em nomes que denotam objetos inanimados. Há, ainda, línguas que, além de marcar o gênero da entidade referida, podem expressar o gênero do próprio falante, evidenciando uma dimensão indexical ou pragmática. A marcação de gênero pode ocorrer por meio do léxico (em nomes específicos como "mulher"), por afixos derivacionais, partículas, clíticos ou morfemas flexionais, dependendo da estrutura morfológica da língua.

No português, o nome "mulher" exemplifica um caso de gênero gramatical semântico codificado lexicalmente, uma vez que o próprio conteúdo lexical veicula a informação de gênero, associada ao sexo feminino. Esse caso ilustra uma relação de transparência linguística, na medida em que há um pareamento do tipo um-para-um entre uma unidade semântica no Nível Representacional – [indivíduo humano, sexo feminino] – e uma unidade formal no Nível Morfossintático, um sintagma nominal feminino. Tal correspondência biunívoca configura uma estrutura formal transparente, nos termos de Hengeveld e Leufkens (2018), e pode ser representada esquematicamente conforme o modelo da GDF da seguinte maneira:

(3) NR: $((x_i: [(f_n: \text{mulher } (f_n)) (x_i)\varphi]))$

NM: $((Nw_i: (^{\mathbf{fem}}Ns_i: \text{mulher } (Ns_i)) (Nw_i))$[78]

[77] Conforme já mencionamos no capítulo 2 (seção 2.4) e apresentamos detalhadamente no capítulo 6, a terminologia adotada, nesta tese, para descrever os tipos de gênero considera: "gênero gramatical formal" os casos de atribuição arbitrária e que acionam operação de acordo sintático, enquanto o "gênero gramatical semântico" é motivado e pode acionar operação de concordância sintática.

[78] NR: Nível Representacional. x_i: Indivíduo. f_n : Núcleo Lexical.
NM: Nível Morfossintático. Nw_i: Palavra Nominal. $^{\mathbf{fem}}Ns_i$: Radical feminino.

Diferentemente do que se observa acima, no exemplo (3) abaixo, observa-se a marcação morfossintática de gênero que também é motivado semanticamente, ou seja, a informação de gênero é marcada por meio de sufixo, mas a atribuição de gênero segue uma motivação semântica, já que faz menção ao sexo biológico da entidade referida ("menino"). Neste caso, no NR, tem-se uma unidade semântica (indivíduo do sexo masculino), o item lexical [menin-] acompanhado por um operador de gênero masculino, um *placeholder*, que fica à espera da marcação de gênero no NM.

Essa informação semântica está presente na qualificação da entidade referida. No NM, essa mesma informação é expressa formalmente por meio do sufixo **-o**, codificado no constituinte como (Aff_i: <masc>), o qual realiza morfossintaticamente o traço de gênero masculino. Assim, há uma correspondência direta entre a unidade significativa do NR (indivíduo do sexo masculino) e a unidade formal do NM (morfema de gênero **-o**), o que caracteriza um caso de transparência linguística, conforme definido por Hengeveld e Leufkens (2018) e Leufkens (2015), pois esse tipo de operação preserva a relação biunívoca (um-para-um) entre forma e significado.

(4) NR: $((x_i: [(f_n: \text{menin (masc)}_\pi - (f_n)) (x_i)_\varphi]))$

NM: $(Np_i: (Nw_i: [(Ns_{ii}: \text{menin-} (Ns_i)) (Aff_i: <\text{-o}>(Aff_i))] (Nw_i)) (Np_i)$[79]

Outra relação transparente atestada no português diz respeito à marcação de gênero de quem fala em enunciados performativos, como no caso do agradecimento representado por "obrigada!", ilustrado no esquema apresentado em (5) a seguir. O ato de agradecer alguém pode ser expresso como "obrigad**o**", "agradecid**o**" ou "grat**o**" quando é proferido por um falante do gênero masculino, e como "obrigad**a**", "agradecid**a**" ou "grat**a**" quando quem fala se identifica com o gênero feminino, independentemente do gênero do interlocutor e independentemente de o agradecimento ser proferido a um ou mais Participantes. Nessas construções, o morfema de gênero não está relacionado à entidade referida, mas sim ao próprio falante. Trata-se, portanto, de um caso em que a informação semântica [sexo biológico feminino] do locutor, formulada no Nível Interpessoal, é refletida formalmente no Nível Morfossintático, por meio do sufixo -a. Essa correspondência direta entre uma unidade significativa e uma unidade formal caracteriza

[79] NR: Nível Representacional. x_i: Indivíduo. f_n : Núcleo Lexical.
NM: Nível Morfossintático. Nw_i: Palavra Nominal. Ns_i: Raíz. Aff_i: Afixo

um caso de transparência linguística, dado que há um pareamento um-para-um entre os níveis de representação, conforme apresentado abaixo.

(5) NI: $(A_I: [(F_I: \text{obrigada } (F_I))\ (P_I)_S\ (P_J)_A)]\ (A_I))$

NM: $(Np_i: (Nw_i: [(Ns_i: \text{obrigad-}\ (Ns_i))\ (Aff_i: \textbf{<fem>}\ (Aff_i))]\ (Nw_i))(Np_i))$[80]

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 77), a realização formal das expressões interativas pode variar em função da identidade do Falante e do Ouvinte. No holandês, por exemplo, a escolha entre formas de agradecimento como *dank je* (mais informal) e *dank u* (mais formal) é guiada pela relação social entre os interlocutores, sendo *bedankt* uma alternativa neutra (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 77). Dados como esses evidenciam a importância de incluir, na estrutura do Ato Discursivo da GDF (Hengeveld e Mackenzie, 2008), posições específicas para os Participantes, uma vez que informações contextuais sobre eles podem influenciar diretamente a forma linguística empregada.

O português também apresenta casos de gênero gramatical formal, isto é, situações em que o gênero é uma propriedade arbitrariamente atribuída ao nome como parte de sua codificação morfossintática, sem que haja qualquer motivação semântica ou referência ao mundo extralinguístico. Um exemplo típico é o substantivo "pente", que, embora designe uma entidade inanimada, é marcado gramaticalmente como masculino. Nesses casos, não é possível deduzir o gênero do nome a partir de seu significado, uma vez que a atribuição de gênero não decorre de traços semânticos como sexo. Trata-se, portanto, de um fenômeno formal, exigido pelas convenções gramaticais da língua, conforme ilustrado esquematicamente em (6) a seguir.

(6) NR: Ø

NM: $((Nw_i: (^{\textbf{masc}}Ns_i: \text{pente } (Ns_i))\ (Nw_i))$

Conforme aponta Leufkens (2013, 2015), esse tipo de marcação configura uma violação do princípio da transparência, uma vez que há um descompasso entre forma e significado, já que a informação de gênero, nesse caso, só é identificada pela informação de gênero marcada nos demais elementos do sintagma nominal (determinantes e modificadores).

[80] NI: Nível Interpessoal. A_I: Ato discursivo. F_I: Ilocução $(P_I)_S$: Falante. $(P_J)_A$: Ouvinte
NM: Nível Morfossintático. Np_i: Sintagma Nw_i: Palavra Nominal Ns_i: Raíz Aff_i: Afixo

Especificamente, trata-se de uma relação nulo-para-um, em que uma marca formal presente no Nível Morfossintático não encontra correspondência nos Níveis Interpessoal ou Representacional.

4.3.2 Concordância e acordo de gênero e as correspondências entre forma e significado

As línguas românicas, tais como o português e o espanhol, apresentam, segundo Vigliocco e Franck (1991), sistema formal de gênero, uma vez que todos os nomes dispõem de marcas de gênero (masculino ou feminino). Isso significa que, independentemente de os referentes evocados pelos substantivos possuírem sexo biológico, os nomes nessas línguas receberão sempre marcação de gênero, como em:

(7) a. **O** menin-**o** bonit-**o**
b. **A** menin-**a** charmos-**a**

(8) a. **A** cadeir**a** bonit-**a**
b. **O** caderno cheiros-**o**

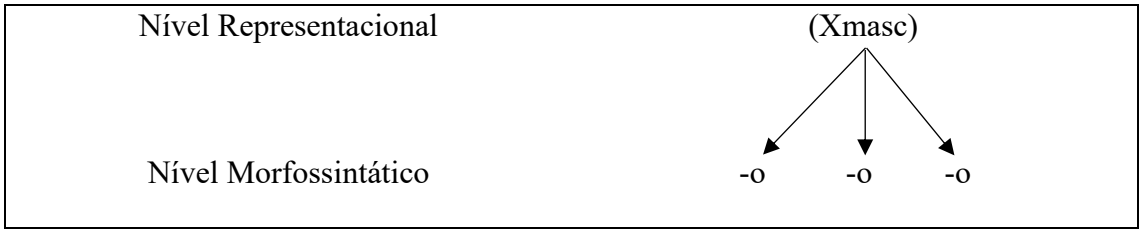
Os nomes que integram os sintagmas nominais em (7a, b) têm marcação morfossintática de gênero semântico, masculino em (7a) e feminino em (7b), porque fazem menção a referentes do sexo masculino e feminino, respectivamente. Já os substantivos que compõem os sintagmas nominais em (8a, b) ilustram marcação de gênero formal, feminino em (8a) e masculino em (8b). Isso porque, diferentemente do que se observa em (7a, b), os substantivos listados em (8) não fazem menção a referentes do sexo masculino ou feminino, pois representam entidades inanimadas. Trata-se, neste caso, do que se costuma chamar de gênero gramatical inerente (próprio da língua), no sentido de que a palavra "cadeira" só é referida na língua no gênero feminino (a cadeira/*o cadeira).

O português é uma das línguas em que a categoria de gênero mantém uma relação de simbiose com a categoria de número. Isso significa que, em (7b), o substantivo feminino singular "menina" deve concordar com o determinante precedente e com adjetivo subsequente também no feminino e no singular, como em "a menina charmosa", ao passo que o substantivo masculino singular "menino", em (7a), deve concordar também com o determinante precedente e com o adjetivo subsequente no masculino e no singular. Este tipo de concordância é uma característica distintiva da morfologia das línguas românicas (Corbett, 2013), evidenciando a estreita ligação entre gênero e número.

Dessa forma, é possível distinguir dois tipos principais de atribuição de gênero. O primeiro, mais transparente, está presente em nomes que se referem a seres animados e cuja marcação de gênero acompanha o sexo biológico do referente, como em “o menino bonito” (masculino) e “a menina charmosa” (feminino). Aqui, o gênero tem motivação semântica, e há um alinhamento entre gênero linguístico e gênero natural. O segundo tipo diz respeito a nomes de entidades inanimadas ou não sexuadas, como “a cadeira” ou “o caderno”, cujas marcas de gênero não têm base semântica. Nesse caso, o gênero é considerado inerente, ou seja, faz parte da informação morfossintática da palavra e não decorre de propriedades do referente. Aikhenvald (2010) classifica esse tipo de atribuição como formal, destacando que, embora certas terminações possam indicar uma tendência (como “-a” para o feminino), a atribuição de gênero não é plenamente previsível (ex.: a estante).

As representações, abaixo, ilustram, com base em Hengeveld e Leufkens (2018) e Leufkens (2015), as diferenças de tratamento dos dois tipos de gênero descritos acima, a partir da observação das relações de transparência e opacidade. A representação, na figura a seguir, diz respeito à atribuição semântica de gênero masculino no português, como explicitado em (7a), que trata do exemplo “o menino bonito”:

Figura 7 – Concordância de gênero entre os Níveis Representacional e Morfossintático[81]



Fonte: elaborado pela própria autora.

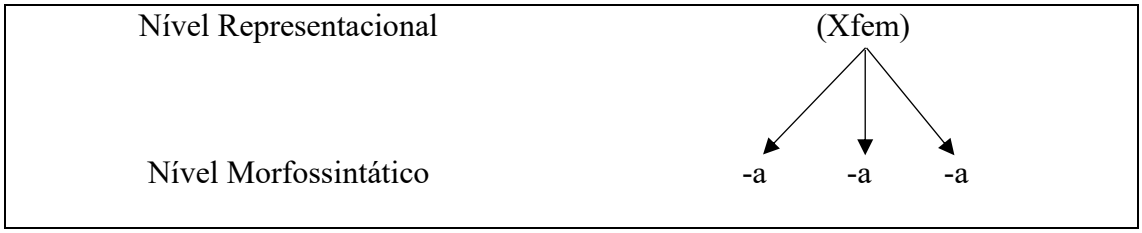
A atribuição de gênero, de natureza motivada, tende a ser classificada como um caso de transparência semântica. No entanto, em línguas como o português, em que o gênero do substantivo aciona operação de concordância, o grau de transparência pode sofrer alteração. No caso de nomes que se referem a seres animados, como “o menino bonito” (masculino) e “a menina charmosa” (feminino), apesar de o gênero acompanhar o sexo do referente, o sistema

[81] Vale lembrar que, nesta tese, adotamos os termos **concordância** (*concord*) e **acordo** (*agreement*). Conforme Hengeveld e Mackenzie (2008) e Leufkens (2015), a concordância envolve os níveis mais altos (NI-NR). Portanto, a codificação do gênero dos substantivos “menino” e “menina”, é baseada em valores semânticos das entidades referidas. Já o termo “acordo” faz referência a um processo de cópia que ocorre apenas no Nível Morfossintático. Portanto, não há uma contraparte semântica correspondente aos morfemas feminino e masculino dos nomes “cadeira” e “caderno”, respectivamente, tratando-se, por isso, de um acordo exclusivamente formal exigido pela gramática da língua.

gramatical da língua impõe regras formais, que exigem reduplicação das marcas morfossintáticas de gênero nos elementos satélites do sintagma nominal. Assim, embora a marcação de gênero exemplificada em (7a) e (7b) seja motivada semanticamente, essa informação é codificada por meio de morfemas gramaticais (sufixos **-o** e **-a**) que são replicados em todos os elementos que compõem o sintagma nominal: determinante, núcleo e modificadores, caracterizando, dessa forma, um caso de opacidade semântica. Isso ocorre porque há uma relação de um-para-vários entre a categoria de gênero semântico (MASC ou FEM) e sua realização morfossintática (vários sufixos de concordância de gênero).

A figura 8, abaixo, mostra a operação de concordância sintagmática de gênero em português, que ocorre entre o Nível Representacional e o Nível Morfossintático em relação à estrutura nominal "a menina charmosa":

Figura 8 – Concordância de gênero entre os Níveis Representacional e Morfossintático



Fonte: elaborado pela própria autora.

A replicação formal da informação de gênero em diferentes elementos do sintagma nominal, como o artigo definido (a), o nome (menina) e o modificador adjetival (charmosa), configura, conforme já dito, uma relação de um-para-muitos entre forma e significado. Esse fenômeno, característico da redundância gramatical, representa uma violação do princípio do pareamento um-para-um entre forma e conteúdo, fundamental para a transparência linguística. Tal relação, amplamente discutida por Leufkens (2013, 2015), Hengeveld e Leufkens (2018), Camacho, Pezatti, Paula e Abreu (2017), Comparini, Guiraldelli e Souza (2017) e Stassi-Sé e Fontes (2017), evidencia como línguas fusionais como o português tendem a replicar um mesmo traço semântico – neste caso, o gênero feminino – por meio de múltiplos marcadores morfossintáticos, comprometendo a transparência da estrutura.

Esse tipo de opacidade corresponde ao que Leufkens (2015) denomina concordância de gênero, uma vez que envolve uma única unidade de significado do Nível Representacional (um operador de gênero, um *placeholder*) e três unidades formais (sufixos indicativos de gênero **-o**/**-a**) do Nível Morfossintático. No exemplo "a menina charmosa", o traço de gênero feminino, semanticamente motivado pelo referente, é codificado em pelo menos

três posições morfossintáticas distintas: no artigo definido (“a”), no nome (“menina”) e no adjetivo (“charmosa”). Isso quer dizer que esse tipo de fenômeno não se reduz a uma mera cópia da informação de gênero a partir do núcleo do sintagma para os demais elementos que o compõem. Trata-se, na verdade, de uma operação morfossintática que envolve motivação semântica, pois a marcação de gênero nos constituintes do sintagma está ancorada em uma propriedade do referente (gênero feminino ou gênero masculino). Assim, a concordância de gênero, nesse caso, não é apenas formal, mas é guiada por uma unidade de significado que se projeta em múltiplos itens linguísticos, contribuindo para a redundância e, consequentemente, para a opacidade semântica do sistema.

Já os exemplos (8a) e (8b) ilustram fenômenos de opacidade semântica que ocorrem no interior do Nível Morfossintático, conforme proposto por Hengeveld e Leufkens (2018), visto que não há interface com o Nível Representacional ou Nível Interpessoal (relação zero-para-muitos). Nesses casos, observa-se uma cópia da informação de gênero em diferentes elementos do sintagma nominal: no artigo definido (“a” e “o”), no nome (“cadeira” e “caderno”) e no adjetivo (“bonita” e “cheiroso”). Essa repetição é exigida pela gramática do português e não acrescenta conteúdo semântico novo a cada ocorrência. Trata-se, portanto, de um caso de acordo sintagmático (ou acordo de gênero), ou seja, de uma cópia de traços morfossintáticos dentro de um mesmo Nível estrutural (o NM), em que o traço de gênero formal do núcleo nominal é copiado para os demais constituintes do sintagma.

A figura 9, a seguir, ilustra a operação de acordo sintagmático de gênero no Nível Morfossintático em relação ao exemplo “a cadeira bonita”:

Figura 9 – Acordo sintagmático de gênero feminino no Nível Morfossintático

Nível Morfossintático:

(Np_i: [(Gw_i: DEF (Gw_i)) (Nw_i: ($^{fem}Ns_i$: cadeira- (Ns_i)) (Nw_i))

(Ap_i: (Aw_i: [(As_i: bonit- (As_i)) (Aff_i)] (Aw_i)) (Ap_i))] (Np_i)) ⟶

(Np_i: [(Gw_i: DEF**<fem>** (Gw_i)) (Nw_i: ($^{fem}Ns_i$: cadeira (Ns_i)) (Nw_i))

(Ap_i: (Aw_i: [(Asi: bonit- (As_i)) (Aff_i: **<fem>** (Aff_i))] (Aw_i)) (Ap_i))] (Np_i))

Fonte: elaborado pela própria autora.

Segundo Hengeveld e Leufkens (2018), o artigo definido é representado nos esquemas listados aqui como uma palavra gramatical na forma do marcador DEF (artigo definido), cuja forma final só pode ser determinada após a realização do procedimento de cópia.

A característica <fem> proveniente do núcleo nominal (Ns_i) é copiada para esse marcador, assim como para a posição de afixo da palavra adjetival (Aw_i).

A figura 10, na sequência, ilustra a operação de acordo sintagmático de gênero no Nível Morfossintático em relação ao exemplo “o caderno cheiroso”:

Figura 10 – Acordo sintagmático de gênero masculino no Nível Morfossintático

Nível Morfossintático:

(Np_i: [(Gw_i: DEF (Gw_i)) (Nw_i: ($^{masc}Ns_i$: caderno- (Ns_i)) (Nw_i))

(Ap_i: (Aw_i: [(As_i: cheiros- (As_i)) (Aff_i)] (Aw_i)) (Ap_i))] (Np_i)) ⟶

(Np_i: [(Gw_i: DEF**<masc>** (Gw_i)) (Nw_i: ($^{masc}Ns_i$: caderno (Ns_i)) (Nw_i))

(Ap_i: (Aw_i: [(As_i: cheiros- (As_i)) (Aff_i: **<masc>** (Aff_i))] (Aw_i)) (Ap_i))] (Np_i))

Fonte: elaborado pela própria autora.

É importante destacar que o acordo se diferencia da concordância de gênero. Segundo Leufkens (2015), a concordância ocorre entre o Nível Representacional e o Nível Morfossintático, quando uma informação semanticamente motivada, baseada no sexo biológico do referente – é mapeada no NM. Nos exemplos em (8), no entanto, o gênero das palavras (“cadeira” e “caderno”) não possui motivação semântica evidente, tratando-se de gênero gramatical inerente. Assim, o acordo observado é formalmente motivado, configurando um caso típico de violação do pareamento um-para-um entre forma e significado, o que resulta em um grau elevado de opacidade linguística.

Na perspectiva tipológica, conforme exposta por Craig (1986) e aprofundada por Aikhenvald (2000, 2010, 2016), sistemas como o do português são considerados altamente gramaticalizados, com classes nominais fixas e regras formais devidamente estabelecidas pela gramática da língua. Isso os diferencia de sistemas mais flexíveis ou classificatórios, como os encontrados em muitas línguas indígenas das Américas, nos quais a marcação de gênero ou de classe pode ser motivada por propriedades contextuais do referente, como forma, tamanho, função ou animacidade. Assim, os dados do português exemplificam a existência de um sistema de gênero gramaticalizado que pode se manifestar tanto com motivação semântica (na maioria dos nomes animados) quanto de maneira puramente formal (em nomes de inanimados).

Além das línguas românicas, como o português[82] e o espanhol, há também línguas, como a kulina, em que o verbo também pode receber marcação de gênero:

Kulina (Monserrat; Silva, 1986, p. 38)

(9)	a.	*otabo**ni***	'flutuo'	(sujeito masculino ou feminino)
	b.	*titabo**ni***	'flutuas'	(sujeito masculino ou feminino)
	c.	*totabo**ni***	'flutua'	(sujeito feminino)
	d.	*totabo**hi***	'flutua'	(sujeito masculino)
	e.	*itabo**ni***	'flutuamos'	(sujeito masculino ou feminino)
	f.	*titabomana**ni***	'flutuas'	(sujeito masculino ou feminino)
	g.	*titabomana**ni***	'flutuam'	(sujeito feminino)
	h.	*totabomana**hi***	'flutuam'	(sujeito masculino)

A língua kulina (Monserrat; Silva, 1986), da família arawá, falada no Brasil e no Peru, apresenta um sistema de concordância verbal que inclui a marcação obrigatória de gênero no verbo, especialmente na terceira pessoa do singular e do plural. Essa marcação é realizada diretamente no verbo por meio de sufixos específicos, o que contrasta fortemente com o sistema do português, no qual a marcação de gênero ocorre principalmente em nomes, determinantes e modificadores, e apenas indiretamente (por meio do particípio) no domínio verbal. Segundo Monserrat e Silva (1986, p. 38), em kulina, os (i) verbos intransitivos e transitivos marcam o gênero do sujeito na terceira pessoa; (ii) a marca de terceira pessoa do singular pode ser *-ni* / *-jaro* para sujeito feminino e *-hi* / *-jari* para sujeito masculino; (iii) quando há marca zero de terceira pessoa (∅), os sufixos mencionados (como *-ni* ou *-hi*) indicam o gênero do sujeito; (iv) para as outras pessoas (primeira e segunda), o gênero não é marcado em relação ao sexo do "sujeito". Nos exemplos (9c) e (9d), observa-se a oposição entre *-ni* (feminino) e *-hi* (masculino) na terceira pessoa do singular, marcada pelo prefixo de terceira pessoa *to-*. Já nos exemplos (9g) e (9h), no plural, a oposição se dá entre -mana(ni) (feminino) e -mana(hi) (masculino), ilustrando o uso sistemático de sufixos diferenciadores de gênero para o sujeito.

Para além das línguas que codificam gênero morfossintaticamente, há, segundo Vigliocco e Franck (1991), línguas que codificam gênero lexicalmente, como o inglês, em que as únicas palavras que apresentam gênero são aquelas cujos referentes possuem sexo biológico (Farias; Alves, 2022, p. 382), conforme ilustramos em (10) na sequência.

[82] No português, em predicados nominais, como nos exemplos abaixo, o predicativo do sujeito recebe marcação de gênero, pois ele concorda com o sujeito da oração, mas é diferente de estruturas que formam compostos verbais, o que significa que no português o verbo não possui flexão de gênero:

(i) a. Ela estava cansad-a / Ele estava cansad-o.
b. A carta foi escrit-a / O bilhete foi escrit-o.
c. Ela foi vist-a / Ele foi vist-o.

Inglês (elaborado pela própria autora)
(10) a. *The* *charming* *aunt*
ART.DEF charmosa tia
'A tia charmosa'

b. *The* *charming* *father*
ART.DEF charmoso pai
'O pai charmoso'

Os exemplos em (10a, b) mostram que o inglês é uma língua de gênero semântico, uma vez que a língua só marca gênero nos casos em que o substantivo faz referência a um ser sexuado, como em (10b), em que o nome *father* marca lexicalmente o gênero masculino e se refere a um indivíduo do sexo masculino. O mesmo processo se verifica em (10a), no qual o gênero da palavra *aunt* e o sexo do referente do mundo apontam para o sexo feminino. Há, portanto, uma distinção entre nomes animados e nomes inanimados, pois no caso de palavras que se referem a coisas, por exemplo, não há no inglês marcação de gênero masculino ou feminino. Nesses casos, o gênero dos nomes [+humano] pode ser retomado anaforicamente por meio do uso dos pronomes (*he*, *she* (respectivamente "ele" e "ela")).

Segundo Hengeveld e Leufkens (2018, p. 154), portanto, as línguas podem distinguir diferentes tipos de gêneros em seu léxico nominal de duas maneiras fundamentalmente diferentes: o significado de um substantivo determina seu gênero – sistema de gênero semântico – ou o gênero de um substantivo é arbitrário – sistema de gênero formal. Os autores ilustram o primeiro tipo com os exemplos de marcação de gênero na língua australiana bininj gun-wok, extraídos de Evans (2003, p. 186, *apud* Hengeveld; Leufkens (2018, p. 154) e apresentados abaixo.

Bininj Gun-Wok (Evans, 2003, p. 185-186)
(11) a. ***na****-gohbanj*
I-old
'homem velho'

b. ***al****-gohbanj*
II-old
'mulher velha'

c. ***an****-gohbanj*
III-old
'árvore velha'

d. ***gun-****ngordo*
IV-lepra
'lepra (doença do corpo)'

e. ***gun-****djak*
V-formiga
'formiga carnívora'

Como ilustradado em (11a, b, c, d, e), a motivação para as distinções de gênero estabelecidas na língua bininj gun-wok é de natureza semântica, o que significa dizer que essa classificação não é definida de forma arbitrária. Por esse motivo, a adição de diferentes marcas de gênero ao lexema "velho", por exemplo, leva a diferentes interpretações segundo Hengeveld e Leufkens (2018, p. 154). O bininj gun-wok[83] possui cinco gêneros semânticos: Em (11a), a forma *na-gohbanj* ("homem velho") traz o prefixo *na-*, que pertence à Categoria I, responsável por marcar seres animados masculinos de *status* superior. Já em (11b), *al-gohbanj* ("mulher velha") apresenta o prefixo *al-*, típico da Categoria II, utilizada para seres animados femininos também de *status* superior. Em ambos os casos, há uma relação direta entre o gênero do referente e a classe gramatical, evidenciando transparência semântica. No exemplo (11c), *an-gohbanj* ("árvore velha"), o prefixo *an-* é característico da Categoria III, que agrupa plantas e seus produtos. A escolha desse prefixo confirma a adequação do sistema classificatório às propriedades semânticas do referente. Enquanto, em (11d), *gun-ngordo* ("lepra"), o prefixo *gun-* indica Categoria IV, que abrange partes do corpo, doenças, fenômenos naturais e conceitos abstratos como tempo e fala. Neste caso, a lepra, como condição corporal, encaixa-se de maneira precisa nesse domínio. Por fim, em (11e), *gun-djak* ("formiga carnívora"), temos novamente o prefixo *gun-*, mas agora aplicado a um animal. Isso indica um uso ampliado do prefixo na Categoria V, que cobre seres animados que não pertencem às categorias superiores.

O quadro 1, na sequência, mostra as designações de cada categoria da língua:

[83] Na língua bininj gun-wok (Evans, 2003, p. 186-188), os marcadores nominais variam conforme as propriedades semânticas, sendo distribuídos entre cinco categorias principais. As categorias I e II são empregadas para referir-se a seres animados humanos de status superior, distinguindo-se pelo gênero: a categoria I, marcada por *na-*, é usada para homens e outros animados masculinos; enquanto a categoria II, marcada por *al-*, aplica-se a mulheres e animados femininos. Já a categoria III, marcada por *an-*, abrange elementos do mundo vegetal, como plantas, seus produtos e entidades associadas a paisagens naturais com vínculos com a água ou vegetação, além de partes do corpo relacionadas a funções sexuais ou excretoras. A categoria IV, marcada por *gun-*, é amplamente utilizada para designar a maioria das partes de animais e plantas, termos de forma de vida vegetal, certos objetos feitos de plantas, bem como elementos do ambiente físico (como o clima, o mar, partes da paisagem e o fogo doméstico). Essa categoria também abrange conceitos abstratos, como medidas de tempo, línguas e fala, e categorias sociais relacionadas a lugares. Assim, a categoria IV contempla um conjunto diverso de referentes inanimados, naturais ou culturalmente significativos, cuja classificação é motivada semanticamente. Já a categoria V, marcada predominantemente pelos prefixos *na-* e *al-* (e também *gun-*), mas em contextos distintos do que se observa em I e II. Essa categoria inclui animados de forma geral (como pequenos animais), instrumentos não feitos de plantas e itens semanticamente neutros — isto é, aqueles que não se encaixam claramente nas demais categorias. Essa classe apresenta grande flexibilidade, acomodando referentes de múltiplas naturezas, inclusive usos metafóricos ou culturalmente convencionados.

Quadro 1 – Categorias Semânticas (Classes I a V) em bininj gun-wok

Classe	Conteúdo semântico
I	- Alguns animados superiores masculinos - Alguns animados inferiores - Alguns tipos de mel
II	- Algumas animadas superiores femininas - Alguns animados inferiores - Sol (algumas variedades), serpente do arco-íris e alguns termos meteorológicos
III	- Plantas e seus produtos - Partes sexuais e excretoras do corpo - Música, cerimônia e costume - Fogo (incêndios florestais) - Alimentos, vegetais e outros - Alguns tipos de mel - Elementos da paisagem com associação à água ou às plantas
IV	- A maioria das partes de animais e plantas - Termos de forma de vida para plantas - Alguns objetos feitos de plantas - Algumas partes da paisagem - Fogo (fogueiras domésticas) - Clima e mar - Medidas de tempo - Línguas e fala - País; categorias sociais baseadas em local
V	- Animados - Instrumentos não feitos de plantas - [Sem conteúdo semântico específico; compatível com qualquer categoria semântica]

Fonte: adaptado de Evans (2003).

O segundo tipo, sistemas de gênero formal, conforme Hengeveld e Leufkens (2018, p. 154), trata-se das línguas em que a distinção de gênero linguístico é estabelecida de forma arbitrária, isto é, não há uma relação de motivação semântica que explique propriamente por que a língua apresenta tal classificação. Em (12) abaixo, os dados do holandês ilustram esse tipo, que se diferencia da sistemática de gênero formal do português brasileiro.

Holandês (Hengeveld; Leufkens, 2018, p. 155)

(12) a. ***de*** *jongen*
DEF.COM garoto
'o garoto'

b. ***het*** *kind*
DEF.NEUT criança
'a criança'

c. ***de*** *boom*
DEF.COM árvore
'a árovre'

d. ***het*** *bos*
DEF.NEUT floresta
'a floresta'

De acordo com Hengeveld e Leufkens (2018), o holandês é uma língua com dois gêneros morfológicos: o gênero comum (COM), representado pelo artigo *de* em (12a, c) que serve tanto para indicar o gênero masculino quanto gênero o feminino (*de man* "o homem", *de vrouw* "a mulher"), e o gênero neutro (NEUT), como em (12b), que é usado para os demais tipos de substantivos. Como se vê, em holandês, o gênero é marcado apenas pela presença do determinante (artigo) que precede o núcleo nominal, que é desprovido de marca de gênero. Segundo os autores, a maioria dos substantivos em holandês que apresentam um referente humano integra a classe do gênero comum (representado pelo artigo masculino e feminino *de*), como visto em (12a, c), ao passo que os substantivos que se referem a coisas, objetos, eventos e lugares recebem o artigo *het* e integram a classe do gênero neutro, como exemplificado em (12b, d), em que o artigo definido *het* neutro precede o nome *kind* (criança) e *bos* (floresta).

Portanto, o gênero formal, seguindo Hengeveld e Leufkens (2018), é definido como não transparente, pois leva a uma subdivisão arbitrária dos substantivos que não decorre de sua semântica. Isso significa que esse tipo de gênero precisa ser aprendido como uma propriedade inerente ao próprio substantivo. Como o gênero formal é uma propriedade morfossintática dos substantivos, ele é atribuído dentro do Nível Morfossintático, como representado em (13), em que os sobrescritos que precedem as variáveis (SN) indicam os gêneros comum (C) e neutro (N) do holandês:

(13) a. NM: $SN_i \rightarrow {}^{C}SN_i$
b. NM: $SN_j \rightarrow {}^{N}SN_j$ (Hengeveld; Leufkens, 2018, p. 155)

A representação expressa em (13a, b) ilustra, respectivamente, o sistema de marcação de gênero formal apresentado nos exemplos (13a, b, c, d). Como a distinção entre gênero comum e gênero neutro não é decorrente da informação semântica do nome, a operação se limita ao NM, uma vez que é exclusivamente morfossintática. Diferentemente do gênero semântico, que é classificado como transparente, pois a escolha do marcador formal de gênero de um substantivo decorre de sua semântica. Neste caso, a atribuição de gênero semanticamente motivada é uma operação transparente que se processa no mapeamento do NR para o NM.

4.4 SÍNTESE

Neste capítulo, apresentamos a discussão teórica sobre os conceitos de transparência e opacidade na gramática das línguas naturais, com ênfase especial na expressão da categoria de gênero, a partir dos pressupostos teóricos do modelo da Gramática Discursivo-

Funcional, de Hengeveld e Mackenzie (2008). Mostramos que a transparência diz respeito à correspondência biunívoca entre Níveis de significado (Interpessoal e Representacional) e Níveis de forma (Morfossintático e Fonológico), ao passo que a opacidade resulta de violações desse pareamento, tais como redundância, fusão, descontinuidade e formas sem sentido não motivadas semanticamente.

Os dados e exemplos analisados ao longo do capítulo demonstram que a expressão da categoria de gênero nas línguas naturais, incluindo o português, o holandês, o inglês, o kulina, e o bininj gun-wok, varia significativamente quanto à motivação semântica e às suas formas de codificação morfossintática e fonológica. Essa variação é devidamente capturada pelo modelo da GDF, que se mostra produtivo para a análise das interfaces entre os Níveis gramaticais e para a representação precisa das operações de codificação de gênero em estruturas nominais e verbais.

Além desses aspectos, mostramos que há fatores extralinguísticos, tais como os contextos sociolinguísticos, cognitivos e socioculturais, que afetam os sistemas de gênero, promovendo mudanças linguísticas e adaptações semânticas e estruturais nas línguas. A literatura revisada, citada ao longo do texto, sugere que línguas jovens ou crioulas tendem a apresentar maior transparência, como reflexo de necessidades comunicativas imediatas e processos de gramaticalização ainda incipientes. Por outro lado, línguas estabelecidas ou de longa data tendem à opacidade, resultante de processos diacrônicos que obscurecem a motivação original de certas formas gramaticais.

Ao aplicar os conceitos de transparência e opacidade ao domínio específico do gênero linguístico, este capítulo oferece uma importante contribuição para a tipologia linguística, evidenciando que a organização dos sistemas de gênero – sejam eles binários, múltiplos ou baseados em classes nominais – não é apenas uma questão formal, mas também é um reflexo da relação entre cognição, função comunicativa, estrutura gramatical e aspectos sociais. O modelo da GDF mostrou-se especialmente eficaz para a descrição das línguas da amostra, pois permite capturar não apenas as formas gramaticais em si, mas também os princípios funcionais e semânticos que regem sua estrutura.

5 POVOS E LÍNGUAS INDÍGENAS NO BRASIL

Neste capítulo, apresentamos uma breve contextualização da situação sócio-histórica dos povos originários no âmbito nacional em 5.1; em 5.1.1, apresentamos as etnias, povos ou grupos indígenas e línguas indígenas e sua distribuição no território brasileiro; em 5.1.2 discutimos o contato linguístico com o português a partir dos dados apresentados pelo Censo Demográfico 2022; e, em 5.1.3, apontamos algumas políticas e ações de (re)vitalização da cultura e da língua indígenas. Por último, em 5.2, abordamos os troncos e famílias linguísticas no que diz respeito às línguas autóctones.

5.1 CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DOS POVOS PINDORÂMICOS

As "nações indígenas" habitam o continente americano há pelo menos 13 mil anos, conforme afirma Luciano[84] (2022), compondo múltiplas sociedades humanas. Os povos ameríndios são os habitantes originários do continente hoje chamado de América, território que muitos deles denominam *Abya Yala*, que antecede a chegada de Cristóvão Colombo e dos demais invasores europeus. Segundo Apurinã[85] e Charrúa[86] (2022, p.182), "Abya Yala significa 'terra em plena madurez' ou 'terra de sangue vital'". Atualmente, o uso da terminologia funciona como um gesto político e identitário, reafirmando perspectivas indígenas e rejeitando denominações coloniais como "América" ou "América Latina". Assim, *Abya Yala* expressa pertencimento, continuidade histórica e valorização das cosmologias dos povos originários.

[84] Gersem Baniwa é professor indígena Baniwa do Alto rio Negro (Amazonas) na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas. Licenciado em filosofia pela mesma universidade e Mestre e Doutor em antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB) (Luciano, 2022).

[85] Kawawa Kapukaja Apurinã (Maria de Fátima Nascimento Urruth) é pesquisadora, ativista dos direitos (humanos ou não), artista, educadora e produtora cultural indígena da etnia apurinã do Médio Purus (Amazonas). Doutoranda em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Bacharela em Direito, Licenciada em Artes Visuais e Mestra em Antropologia, pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel); Mestra em Educação e Tecnologia pelo Instituto Federal Sul-Rio-Grandense; membro-fundadora do instituto Pupykary do Povo Apurinã; e cofundadora da Articulação Brasileira de Indígenas Antropólogues (Abia) e do coletivo Ativismo Indígena (Fonseca, 2022, p. 187).

[86] Kunhã Jeguakai Nhandeva Charrúa (Bruna Lopes Silva) "pertence ao povo guarani, sendo natural do território da bacia hidrográfica Mirim-São Gonçalo. Bacharela em Artes Visuais pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel)"; bolsista de monitoria e depois colaboradora do Ateliê de Gravatura da UFPel; mediadora e debatedora de projetos de ensino, pesquisa e extensão; pesquisadora; artista; produtora cultural; ativista de direitos humanos e direito indígenas; cofundadora dos coletivos de mulheres Artivismo Indígena e Feminismo Essencial; membro do Conselho Yusiti Tekoá Pindó, do Fórum de Ação Permanente pela Cultura de Porto Alegre (Rio Grande do Sul) (Fonseca, 2022, p. 188).

Os povos indígenas formam "sociedades autônomas, autodeterminadas e com culturas dinâmicas, com suas tecnologias, saberes, valores, línguas culturas e tradições". Trata-se de "sociedades atuais, contemporâneas, inseridas em contextos de mudanças históricas, sujeitas às mesmas dinâmicas que permeiam o sistema socioeconômico, político e cultural da civilização humana global contemporânea" (Luciano, 2022, p. 323).

Em 1500, estima-se que havia, ao menos, 5 milhões de habitantes falantes de 1400 línguas originárias na região que conhecemos, hoje, como Brasil, segundo Luciano (2022). No século XVI, havia 1100 povos distintos falantes de 900 línguas, segundo Munduruku (2020, p. 60). Atualmente, há 1.694.836 pessoas indígenas espalhadas em 4.833 municípios brasileiros, que formam um contingente de 335 etnias, povos ou grupos indígenas e falantes de 295 línguas indígenas, conforme o Censo Demográfico 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2025). Diante da dizimação e desumanização dos povos originários, tendo início na colonização e persistindo por meio de tantas outras violências impostas continuamente a esses povos – como trabalho em condições de escravidão, mineração, agronegócio, descaso da FUNAI[87] e da União na demarcação de seus territórios, descaso governamental com a saúde indígena, insegurança alimentar e até mesmo os vieses colonialistas de investigações acadêmicas[88] e o apagamento de suas epistemes –, a continuidade dos saberes indígenas e da resistência linguística entre os povos do Brasil denotam verdadeiros atos de resistência à colonização. A complexidade dos sistemas de conhecimentos, saberes e fazeres dos povos originários culmina no desenvolvimento de civilizações milenares capazes de atravessar os séculos (Munduruku, 2020; Luciano, 2022; Apurinã; Charrúa, 2022; Núñez, 2024).

Importante destacar que a premissa dos colonizadores, conforme aponta Núñez (2023, p. 108), era trazer "a evolução, o progresso e a civilização" para povos originários, aos quais "atribuíam o atraso, a selvageria, o retrocesso". Nesse contexto, os missionários jesuítas buscavam reestruturar a sociedade indígena num projeto civilizatório de imposição monocultural cristã, entendido como "a imposição monolítica de um mundo só" (Krenak; Campos, 2021, p. 69 *apud* Núñez, 2023, p. 107). Colombo, em uma de suas cartas, comenta que os povos indígenas "devem ser bons serviçais e habilidosos", que não têm "nenhuma religião" e que devem "aprender a falar"; e ressalta, ainda, a importância em "engrandecer e

[87] Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) – Órgão indigenista oficial do Estado brasileiro, coordenador e principal executor da proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas no Brasil.

[88] No artigo intitulado "As monoculturas como violação da singularidade", Geni Núñez, indígena guarani, psicóloga e doutora pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com pós-doutorado pela Universidade de São Paulo (USP), analisa criticamente a teoria psicanalítica freudiana no que diz respeito às "ponderações que Freud (1913/1996) construiu sobre povos 'primitivos', especificamente as constantes em 'Totem e tabu'" (Núñez, 2023, p. 109).

glorificar a religião cristã" por meio da salvação "[d]esta gente" (Núñez, 2023, p. 111). Esses comentários mostram que as línguas indígenas e as diversas maneiras de espiritualidade eram desconsideradas pelo olhar europeu, bem como todas as outras subjetivações no modo de existir e se relacionar, especialmente no que tange à hierarquização entre humanos e demais bichos[89]. Para a perspectiva europeia cristã, os povos originários poderiam "evoluir" ao *status* "humano" por meio da assimilação da cultura colonial ou seriam "utilizados" como seres desprovidos de alma.

Até a Constituição de 1988, os povos indígenas eram "considerados uma categoria social transitória, ou seja, esperava-se o momento em que [deixariam] de ser 'selvagens'/animais e [passariam] a ser 'civilizados'/humanos, quando, então, [desapareceriam]" (Núnez, 2023, p. 108) [90]. No dia 21 de abril de 1987, indígenas de várias etnias foram à Assembleia Nacional Constituinte em defesa da Emenda Popular da União das Nações Indígenas para a entrega do documento com suas reivindicações, visando ao reconhecimento dos direitos históricos das populações originárias pela nação brasileira, entre as quais: a demarcação dos territórios indígenas; reconhecer suas organizações sociais, costumes, línguas, tradições e seus direitos originários sobre as terras que ocupam, assim como do usufruto dos recursos naturais desses territórios como condição para a economia interna das comunidades indígenas para projeto de futuro dos povos indígenas.

Essa mobilização contou com a participação ativa de lideranças indígenas como Ailton Krenak, Álvaro Tukano, Davi Kopenawa, Mario Juruna, Moura Tukano, Paulo Paiakan, Pirakumã Yawalapiti e Raoni Metuktire. A manifestação de cultura acompanhada pelo discurso histórico de Ailton Krenak no Plenário – o porta-voz do emergente Movimento Indígena –, no dia 4 de setembro de 1987, foi um momento marcante e decisivo desse árduo e longo processo, que logrou a aprovação dos artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988. Segue um trecho do seu discurso, enquanto pintava o rosto com jenipapo, simbolizando indignação e luto.

> Assegurar para as populações indígenas o reconhecimento aos seus direitos originários às terras que habitam – e atentem bem para o que digo: não estamos reivindicando [...] qualquer parte de nada que não nos cabe legitimamente e de que

[89] A relação indígena com a natureza é bastante diferente da concepção eurocêntrica no sentido de que não há separação ou hierarquização entre a natureza e os humanos. Para os povos indígenas, os demais bichos, os rios, as matas, o vento, a água são pessoas, pois também têm alma. Essa consideração se baseia na compreensão de que a terra e todos os seres que vivem nela também são gente à sua maneira, pois todos somos constituídos pela interdependência (Núñez, 2023). Nas palavras da autora, "[a] interconexão com os demais seres que compõem a chamada 'natureza' é parte central de nossas cosmogonias, que, em vez de afunilar o conceito de pessoa, de gente, expandem-no" (Longhini, 2022, p. 111).

[90] Conforme destaca a autora, "termos como 'selvagens', 'índios' (o termo que sugerimos é indígenas) e 'tribos' são termos racistas" (Núnez, 2023, p. 108).

> não esteja sob os pés do povo indígena, sob o *habitat*, nas áreas de ocupação cultural, histórica e tradicional do povo indígena. **Assegurar isto, reconhecer às populações indígenas as suas formas de manifestar a sua cultura, a sua tradição, se colocam como condições fundamentais para que o povo indígena estabeleça relações harmoniosas com a sociedade nacional, para que haja realmente uma perspectiva de futuro de vida para o povo indígena, e não de uma ameaça permanente e incessante**.
> [...] Eu espero não agredir, com a minha manifestação, o protocolo desta Casa. Mas eu acredito que os senhores não poderão ficar omissos, os senhores não terão como ficar alheios a mais essa agressão movida pelo poder econômico, pela ganância, pela ignorância do que significa ser um povo indígena. **O povo indígena tem um jeito de pensar, tem um jeito de viver [...] que não colocam em risco e nunca colocaram a existência sequer dos animais que vivem ao redor das áreas indígenas, quanto mais de outros seres humanos**. [...] E hoje nós somos alvo de uma agressão que pretende atingir na essência a nossa fé, a nossa confiança de que ainda existe dignidade, de que ainda é possível construir uma sociedade que sabe respeitar os mais fracos, que sabe respeitar aqueles que não têm o dinheiro para manter uma campanha incessante de difamação, que saiba respeitar um povo que sempre viveu à revelia de todas as riquezas. **Um povo que habita casas cobertas de palhas, que dorme em esteiras no chão não deve ser identificado de jeito nenhum como um povo que é inimigo dos interesses do Brasil, inimigo dos interesses da nação, e que coloca em risco qualquer desenvolvimento. O povo indígena tem regado com sangue cada hectare dos 8 milhões de quilômetros quadrados do Brasil**. Vossas Excelências são testemunhas disso (Krenak, 1987, grifos nossos) [91].

Após garantir seus direitos na Constituição, a luta segue na aplicação e manutenção dos direitos conquistados. O documentário "ÍNDIO CIDADÃO?"[92] de Rodriguarani Kaiowá e equipe (2014) mostra a incidência política da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) para manutenção dos direitos constitucionais conquistados diante da investida anti-indígena da Bancada Ruralista, representada pela PEC nº 215/2000[93]. A histórica ocupação do Plenário da Câmara dos Deputados no Abril Indígena de 2013 contou com a participação ativa de lideranças do movimento indígena e representantes da APIB, logrando a criação do GTTERRAS[94]. O documentário reúne falas públicas e entrevistas potentes de lideranças indígenas como Aurivan "Neguinho" Truká, Dinamam Tuxá, Ninawá Huni Kuin, Pirakuman Yawalapiti, Sonia Guajajara, Tuíra Mebengokrê, Rildo Kaingang, Álvaro Tukano, Manoel Moura Tukano, Davi Kopenawa, Raoni Metuktire, Ailton Krenak, Mario Juruna e Valdelice Veron Kaiowa. Em

[91] O discurso completo pode ser lido no trabalho de Mandagará (2021).
[92] Vale a pena assistir ao documentário (Kaiowá, 2014) disponível no *Youtube*, que apresenta o resgate histórico audiovisual da participação do movimento indígena na Assembleia Nacional Constituinte (1987-88) e o recorte contemporâneo da luta articulada no Congresso Nacional em 2013.
[93] Proposta de Emenda à Constituição de autoria de Almir Sá (PPB – atual PP) que pretende, por exemplo, transferir da União para o Congresso a competência de demarcar terras indígenas e tornar direito inalienável a terra somente após a demarcação (Brasil, 2000).
[94] Grupo de Trabalho: Questão das Terras Indígenas.

setembro de 2021, a mobilização em Brasília contra o marco temporal[95] reuniu "cerca de oito mil indígenas vindos de todos os diferentes biomas pindorâmicos[96]" (Apurinã; Charrúa, 2022, p. 172). É só a partir de dezembro de 2024 que os cartórios passam a aceitar a inclusão das etnias como sobrenome no registro de nascimento em razão da Resolução Conjunta nº 12/2024[97]. Essa normativa representa um avanço para assegurar a autonomia e a autodeterminação dos povos indígenas, consolidadas pela Constituição Federal de 1988, garantindo o livre e pleno exercício da cidadania e viabilizando a busca por direitos de maneira independente.

Hoje, a cidade de Belém, no estado do Pará, cedia a COP 30[98] – Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 – a primeira no Brasil e a primeira na Amazônia. O evento tem sido marcado pelas contradições nos projetos e soluções que envolvem financeirização da natureza[99], mas também pela força e luta dos povos indígenas. Nas manifestações, as lideranças indígenas exigem que suas vozes sejam ouvidas nas decisões ambientais, denunciam falsas soluções climáticas e reivindicam, após 37 longos anos da promulgação da Constituição Federal, demarcação de Terras Indígenas. A Barqueata da Cúpula dos Povos, que reuniu mais de 200 embarcações e aproximadamente 5 mil pessoas de 60 países, contou com a presença de movimentos e organizações para denunciar a exploração territorial, reforçada pelas decisões das COPs e pela intensa atuação de grandes empresas nos espaços de deliberação das conferências climáticas. Entre as embarcações, a Caravana da Resposta levou

---

[95] "O chamado marco temporal é uma tese jurídica que defende a alteração da política de demarcação de terras no Brasil. Segundo esse pensamento, só poderiam reivindicar a posse sobre suas terras os povos indígenas que já estivessem ocupando quando da promulgação da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988. O objetivo do marco temporal é claro: barrar o avanço nas demarcações indígenas e fragilizar judicial e politicamente essa população A questão chegou ao Supremo Tribunal federal em 2009, mas se tornou notória em setembro de 2021, quando o julgamento foi suspenso" (Apurinã; Charrúa, 2022, p. 172).

[96] O termo contracolonial e decolonial "pindorâmico", utilizado por indígenas e quilombolas, remete ao nome dado a sua terra (hoje, nomeada Brasil) por povos tupis: Pindorama.

[97] Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) (2025).

[98] Trigésima edição da Conferência das Partes (*30th Conference Of the Parties*), que acontece do dia 10 a 21 de novembro de 2025 em Belém/PA. Trata-se de reuniões anuais de países signatários da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC).
Para conhecer ***A trajetória das conferências do clima até a COP30*** (nov. 2025, 12 min 22 s), assista ao vídeo produzido pelo jornal Nexo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uvMp7wuslF4. Acesso em: 19 nov. 2025.
Para uma análise crítica sobre os efeitos da governança climática global articulada por meio conferências do clima da ONU (as chamadas COPs), assista ao vídeo ***A Verdade por Trás da COP30, da Crise Climática Global e do Reality Show Mais Real do Planeta*** (out. 2025, 22 min 06 s), produzido pela UGREEN – plataforma de educação para a sustentabilidade na construção. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1GWXkHlteSU. Acesso em: 19 nov. 2025.
E, para um olhar crítico sobre as decisões negociadas nesta edição da cúpula, assista ao vídeo ***Como empresas e interesses privados capturam as negociações climáticas na COP30*** (nov. 2025, 24 min), produzido pelo observatório De Olho nos Ruralistas. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Ma7_ebdhXtQ. Acesso em: 19 nov. 2025.

[99] O Atlas da Amazônia Brasileira. Fundação Heinrich Böll (2025).

mais de 300 lideranças indígenas – incluindo o cacique Raoni Metuktire, a liderança Alessandra Korap Munduruku e representantes dos povos Kayapó, Panará, Borari, Tupinambá, Xipaya, Arapiun, Huni Kuin e Kayabi –, além de lideranças ribeirinhas, quilombolas e de comunidades camponesas, num percurso de mais de 3 mil quilômetros entre Sinop (MT) e Belém (PA), no dia 12 de novembro de 2025[100].

Em outro ato, representantes do povo Munduruku bloquearam o acesso principal à Zona Azul (*Blue Zone*)[101] no dia 14 do mesmo mês, objetivando reunir-se com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para solicitar a revogação do Decreto nº 12.600/2025 – que institui o Plano Nacional de Hidrovias e elege os rios Tapajós, Madeira e Tocantins como eixos prioritários para a navegação de cargas – e a proteção contra empreendimentos privados nas terras indígenas. Além disso, o Movimento Munduruku Ipereg Ayu também protesta contra os projetos de crédito de carbono e mecanismos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+)[102] jurisdicional, que estão sendo debatidos na COP 30 e em negociações governamentais. O presidente da conferência, André Corrêa do Lago, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, se reuniram com as lideranças para desmontar o bloqueio[103]. No dia 17 de novembro, a Casa Civil emitiu uma nota sobre o Decreto 12.600/25, segundo a qual "[é] compromisso deste Governo garantir ao longo do processo de estudo e licenciamento uma Consulta Prévia, Livre e Informada às comunidades locais, indígenas, quilombolas e ribeirinhos, seguindo a Convenção 169 da OIT"[104].

No que diz respeito à demarcação de Terras Indígenas, Lula (atual presidente do Brasil) é lembrado pelo cacique Kayapó Raoni da promessa que lhe fez ao subir a rampa do Planalto na Cerimônia de posse do seu terceiro mandato em 2023[105]. Essa é a principal cobrança das lideranças, ativistas e representantes indígenas, como Txai Suruí, Gilson Tupinambá e Txulunh Gakran. No dia 15 de novembro, o movimento indígena se reuniu no centro de Belém, reivindicando as demarcações. A APIB cobra a demarcação de 105 territórios que estão com processos parados. De acordo com o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), 16

---

[100] Thomas (2025).
[101] "Palco onde ocorrem as negociações oficiais, da Cúpula de Líderes e dos pavilhões nacionais" (Brasil, 2025).
[102] REDD+ são conjuntos de mecanismos de incentivo econômico para redução de emissões de Gases de Efeito Estufa desenvolvidos no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) "para recompensar financeiramente (mercado de créditos de carbono) países em desenvolvimento por seus resultados de Redução de Emissões de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento e da degradação florestal, considerando o papel da conservação de estoques de carbono florestal, manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono florestal" (Brasil, 2025).
[103] COP30 (2025).
[104] Casa Civil da Presidência da República do Brasil (2025).
[105] BBC News Brasil (2025).

territórios haviam sido homologados sob a atual presidência[106]. No dia 18 de novembro, a "homologação de 4 Terras Indígenas, a assinatura de 10 portarias declaratórias pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e a aprovação de 6 Relatórios Circunstanciados de Identificação e Delimitação (RCID) da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI)" foram anunciadas pelo Governo Federal durante o evento[107]. Conforme a FUNAI, em 2010, havia 505 Terras Indígenas (regularizadas, ou declaradas, ou homologadas, ou em processo de aquisição com Reserva Indígena) e 182 em estudo ou delimitadas pela FUNAI; em 2022, havia 573 Terras Indígenas, incluindo as terras regularizadas, homologadas, declaradas e em processo de aquisição com Reserva Indígena, e 178 terras em estudo ou delimitadas[108]. A esse respeito, Apurinã e Charrúa (2022, p. 181) denunciam o descaso da FUNAI: "além dos 231 processos demarcatórios de terras indígenas paralisados, nenhum dos 536 pedidos de lideranças indígenas de formação de grupos de trabalho para atuarem na demarcação de nossos territórios tradicionais foram atendidos"[109].

5.1.1 Etnias autóctones e línguas indígenas: distribuição no território brasileiro

O manual das Nações Unidas[110] para censos demográficos define "etnicidade" como um entendimento compartilhado relacionado a origens históricas e territoriais de um grupo, além de características culturais específicas, considerando o caráter multidimensional do pertencimento étnico (United Nations, 2017, p. 220 *apud* IBGE, 2025, p. 26). Uma abordagem construtivista (Pollak, 1989, 1990, 1992; Barth, 2000, 2003; Weber, 2002; Anderson, 2008 *apud* IBGE, 2025, p. 26) ampliada para o contexto dos povos indígenas, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais no Brasil (Oliveira, 1988, 1999, 2002,

---

[106] Prazeres (2025).

[107] Ministério dos Povos Indígenas do Brasil (2025).

[108] Conforme o Censo Demográfico 2022, "as terras de ocupação tradicional dos indígenas são classificadas em 5 categorias sequenciais, conforme o andamento do processo demarcatório: **Em estudo -** etapa de realização dos estudos antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e ambientais, que fundamentam a identificação e a delimitação da terra indígena; **Delimitadas** - terras que tiveram os estudos aprovados pela Presidência da FUNAI, com a sua conclusão publicada no Diário Oficial da União e do Estado, e que se encontram na fase do contraditório administrativo ou em análise pelo Ministério da Justiça, para decisão acerca da expedição de Portaria Declaratória da posse tradicional indígena; **Declaradas -** terras que obtiveram a expedição da Portaria Declaratória pelo Ministro da Justiça e estão autorizadas para serem demarcadas fisicamente, com a materialização dos marcos e georreferenciamento; **Homologadas**: - terras que possuem os seus limites materializados e georreferenciados, cuja demarcação administrativa foi homologada por decreto Presidencial; **Regularizadas -** terras que, após o decreto de homologação, foram registradas em Cartório em nome da União e na Secretaria do Patrimônio da União (IBGE, 2025).

[109] Segundo o Atlas da Amazônia Brasileira. Fundação Heinrich Böll (2025, p. 26), "Dados do Instituto Socioambiental mostram que 32% das terras indígenas do Brasil ainda não foram homologadas. No governo Bolsonaro, nenhuma terra indígena foi homologada".

[110] *Principles and recommendations for population and housing censuses: the 2020 round*.

2004; Almeida, 2002, 2008; Peres, 2003, 2013 *apud* IBGE, 2025, p. 26), destaca que o grupo étnico se estrutura a partir de uma origem e de um destino comuns. A origem comum envolve vínculos de parentesco ou territorial no que diz respeito a uma memória coletiva preservada por descendência ou pela continuidade de práticas culturais, mesmo em contextos de interação com outros grupos. O destino comum diz respeito ao compartilhamento de um projeto coletivo de futuro que orienta a organização sociopolítica e o sentimento de pertencimento à comunidade. Essa perspectiva ressalta o trabalho contínuo de construção e manutenção de fronteiras étnicas, que diferenciam o grupo étnico dos demais, tanto pelos próprios membros quanto pelos "outros" (Barth, 2000, 2003 *apud* IBGE, 2025, p. 26). Sendo assim, o IBGE (2025, p. 115) compreende etnia como "uma comunidade humana definida por afinidades linguísticas, culturais e/ou sociais. Corresponde também ao povo ou grupo indígena no sentido de conjunto de pessoas que se caracterizam por uma cultura e forma de vida social própria".

No contexto brasileiro, a compreensão de grupos étnicos envolve o vínculo de seus membros com o Estado, responsável por reconhecê-los enquanto grupo e por mediar seu acesso a direitos coletivos, como territórios e políticas específicas (Oliveira, 1988, 1999, 2002, 2004; Almeida, 2002, 2008; Peres, 2003, 2013 *apud* IBGE, 2025, p. 26). Portanto, produzir e divulgar informações consistentes sobre populações indígenas é fundamental para orientar políticas públicas adequadas e cumprir compromissos internacionais assumidos pelo país. Além disso, as informações oficiais sobre esses povos seguem recomendações internacionais que buscam padronizar indicadores, desenvolver metodologias de pesquisa e assegurar a participação indígena no processo de elaboração e divulgação dos dados (IBGE, 2025, p. 26).

O IBGE tornou-se o único órgão responsável por produzir estatísticas oficiais sobre os povos indígenas, dado que possui o cadastro mais completo de etnias e línguas[111]. Seus dados servem de referência para órgãos públicos, sociedade civil, pesquisadores e setor privado. Essas

[111] "A partir de 1991, os povos indígenas do País passaram a ser sistematicamente investigados pelo IBGE no Censo Demográfico, com base na identificação dos respondentes que se classificam como indígena no quesito sobre 'cor ou raça', atendendo, ao menos em parte, aos dispositivos legais e acordos internacionais vigentes e inaugurando a experiência institucional com a produção de estatísticas oficiais sistematizadas para grupos populacionais etnicamente diferenciados" (IBGE (2025, p. 6). "A realização do Censo 1991 está vinculada ao contexto político do País, que, três anos antes, tivera uma nova Constituição Federal promulgada. O texto constitucional inaugurava um novo momento das políticas indigenistas no Brasil, no sentido de reconhecer os direitos desses povos em relação a 'sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam', conforme instituído no Art. 231 da Constituição Federal do Brasil de 1988. [...] Apesar dos significativos avanços decorrentes da preocupação institucional com a questão indígena no recenseamento, a indisponibilidade de informações territoriais em escalas de detalhamento suficientes e as dificuldades de acesso a insumos cartográficos de referência [...] de forma sistemática e organizada, serviram como elementos limitadores ao processo de localização e identificação das aldeias indígenas. As áreas mais facilmente delimitadas eram as das Terras Indígenas homologadas e declaradas até então" (IBGE, 2025, p. 20).

estatísticas também funcionam como base para diversos indicadores elaborados por outras instituições e são utilizadas por organismos internacionais, como a CEPAL[112] e a ONU, em comparações entre países. O Censo Demográfico de 2022 incorporou diversas inovações operacionais e metodológicas em diferentes fases. Nesta publicação, o IBGE aprofunda o retrato das pessoas indígenas ao apresentar estatísticas demográficas e sociais detalhadas, diferenciadas pelos contextos urbano e rural, que constituem traços relevantes para o conhecimento da realidade desses povos e, consequentemente, o exercício da sua cidadania. Os dados são disponibilizados para vários recortes territoriais, como "Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Municípios, Amazônia Legal[113], Amazônia Legal por Unidades da Federação, Terras Indígenas[114] e Terras Indígenas por Unidades da Federação" (IBGE, 2025, p. 34).

Segundo os dados do Censo Demográfico 2022, existem, como já mencionamos, 1.694.836 pessoas indígenas espalhadas em 4.833 municípios brasileiros, correspondendo a 0,83% da população total. 622.844 pessoas indígenas estão vivendo em Terras Indígenas, enquanto 844.760 pessoas indígenas encontram-se em situação urbana (fora de Terras Indígenas) e 227.232 vivem em área rural (fora de Terras indígenas). "Um total de 1.262.812 pessoas indígenas declararam sua etnia, povo ou grupo indígena [...], o que corresponde a 74,51% da população indígena, sendo que 1,43% do total de pessoas indígenas declarou pertencer a duas etnias" (IBGE, 2025, p. 140). No âmbito urbano, situa-se "o menor percentual de pessoas com declaração de etnia, povo ou grupo indígena em 2022, que é de 54,29%" (IBGE, 2025, p. 142). O gráfico 1, apresentado abaixo, ilustra esses dados combinados à faixa etária.

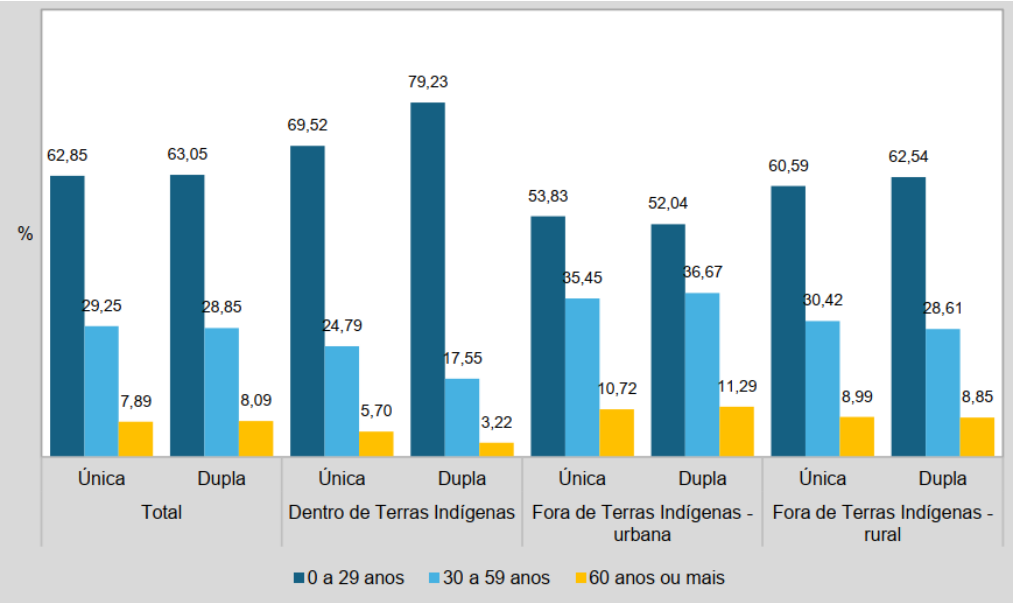
---

[112] Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (*Comisión Económica para América Latina y el Caribe*).

[113] A **Amazônia Legal** foi instituída [pelo governo federal brasileiro em 1953] com o objetivo de definir a delimitação geográfica da região política de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) – em consonância ao Art. 2º da Lei Complementar n. 124, de 03/01/2007 – "com a finalidade de promover o desenvolvimento includente e sustentável de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional. A região **é composta por 772 municípios distribuídos** da seguinte forma: 52 em **Rondônia**, 22 no **Acre**, 62 no **Amazonas**, 144 no **Pará**, 16 no **Amapá**, 139 no **Tocantins**, 141 no **Mato Grosso** e 181 no **Maranhã** [...] A Amazônia Legal apresenta uma área de 5.015.067,86 km^2, **correspondendo a cerca de 58,93% do território brasileiro**" (Atlas da Amazônia Brasileira. Fundação Heinrich Böll, 2025, p. 7; IBGE, 2025, p. 82-83, grifos nossos).

[114] "Para fins de coleta das informações e análises dos resultados do Censo Demográfico 2022, o conjunto das **Terras Indígenas oficialmente delimitadas** foi formado por aquelas que estavam na situação fundiária de **declarada, homologada, regularizada e encaminhada como reserva indígena até a data de 31 de julho de 2022**, data de referência da pesquisa, **compreendendo 573 terras**" (IBGE, 2025, p. 23, grifos nossos).

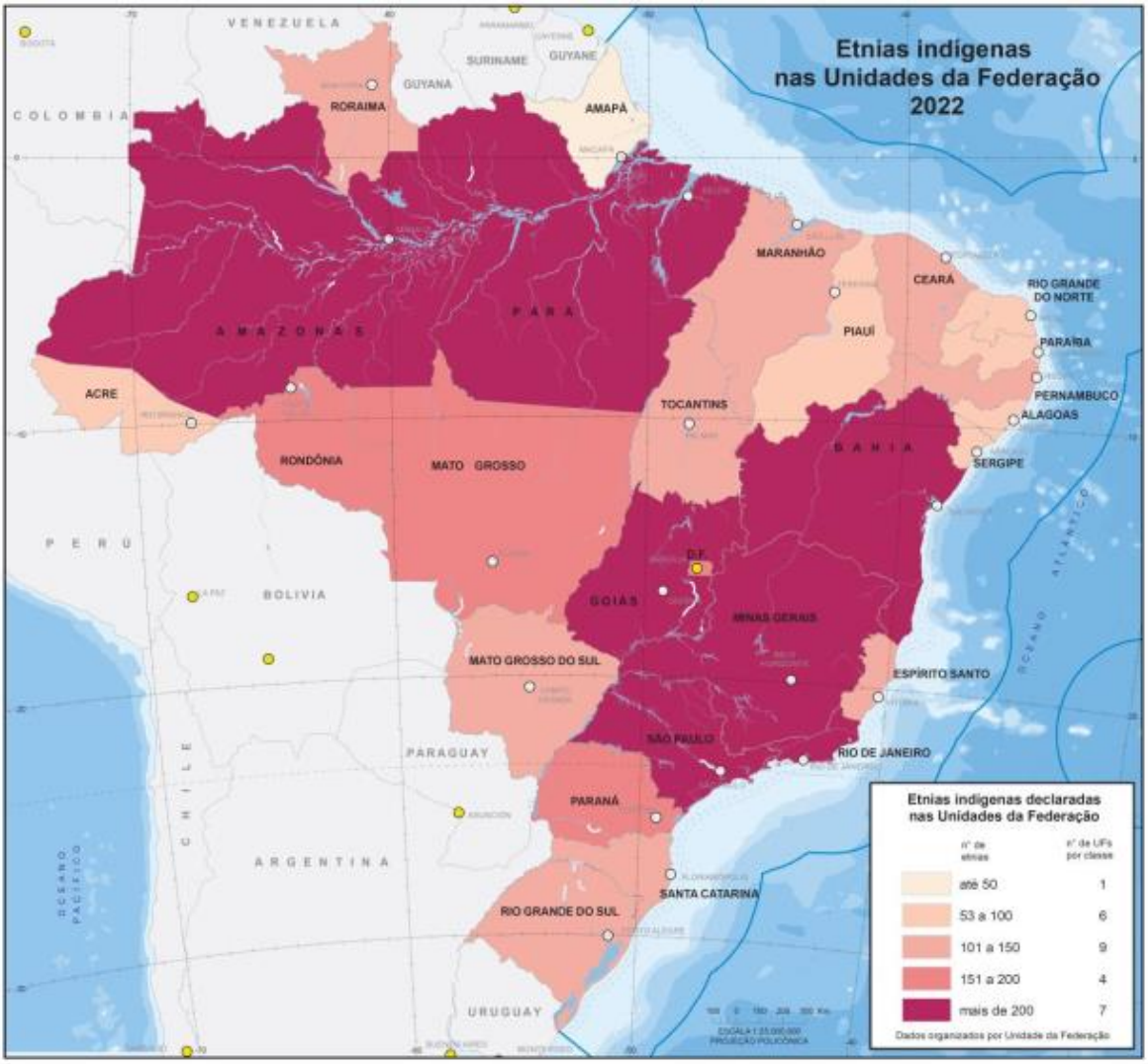
Gráfico 1 – Percentual de pessoas indígenas, por grupos de idade e localização e situação do domicílio, segundo declaração de etnia única ou dupla



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2025, p. 144)

Foram registrados 391 etnias, povos ou grupos indígenas residentes no Brasil, sendo 335 etnias dentro das Terras Indígenas e 373 fora delas. O maior número de etnias, povos ou grupos indígenas se encontra no estado de São Paulo, com 271 etnias declaradas, seguido pelo Amazonas, com 259 etnias, e pela Bahia, com 233 etnias (IBGE, 2025, p. 146). O cartograma, apresentado na sequência, ilustra essa distribuição nas Unidades Federativas do Brasil.

Cartograma 1 – Etnias indígenas nas Unidades da Federação



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2025, p. 147)

Entre as 391 etnias declaradas ao Censo Demográfico 2022, 29 etnias, povos ou grupos indígenas possuem mais de 10 mil pessoas. Entre estas, a etnia Tikúna apresenta a maior quantidade de pessoas indígenas: 74.061, sendo 71,13% residentes dentro de Terras Indígenas (IBGE, 2025, p. 150). Em segundo lugar, está a etnia Kokama, com 64.327 pessoas indígenas, das quais 67,65% vivem em Terras Indígenas. Na terceira posição, encontra-se a etnia Makuxí, somando 53.446 pessoas, com 68,31% vivendo dentro de Terras Indígenas.

No que diz respeito à localização domiciliar, a etnia Yanomami/Yanomán é a que apresenta maior percentual de pessoas vivendo em Terras Indígenas: 94,34%, seguida da Guajajara, com 80,28%, e a Xavante com 79,5%. Por outro lado, as etnias Pankará (99,87%), Tupinambá (98,79%) e Kambéba (95,94%) são as que apresentam maior percentual de pessoas

vivendo fora de Terras Indígenas (IBGE, 2025, p. 152). O cartograma, apresentado a seguir, ilustra a distribuição das etnias mais populosas nas Unidades Federativas.

Cartograma 2 – Etnias mais populosas nas Unidades da Federação

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2025, p. 158)

No que tange às línguas, há controvérsias com relação à quantificação das línguas naturais, em razão da própria logística do trabalho de documentação e dos critérios utilizados para o estabelecimento do que deve (ou não) ser concebido como "língua". A esse respeito, o critério da "inteligibilidade mútua" – puramente linguístico – propõe que se os falantes de uma língua A e de uma língua B se entendem mutuamente sem dificuldades, significa que se trata de uma variedade da mesma língua, conforme Bossaglia (2019, p. 22). A autora exemplifica tal caso com o português brasileiro, o europeu, o angolano e o macaense.

Em contrapartida, a autora aponta alguns casos que denotam a ineficiência ou insuficiência do critério de inteligibilidade mútua, como o que acontece na Itália: no país, por exemplo, existem cerca de 30 línguas, além do italiano e de suas variedades regionais, que foram chamadas de "dialetos"[115] por questões políticas com o intuito de impor uma única língua nacional (Bossaglia, 2019, p. 23). O problema é que se os falantes desses dialetos forem falar entre si dificilmente conseguirão se compreender, o que significa que falam línguas diferentes e não dialetos. Outro caso interessante apontado pela autora para evidenciar a insuficiência do critério linguístico na determinação do que é uma "língua" se dá entre o híndi e o urdu (línguas faladas na Índia e no Paquistão). Apesar do altíssimo grau de inteligibilidade mútua, razões históricas fizeram com que essas "comunidades linguísticas caíssem dentro de esferas culturais diferentes: distinguir o híndi do urdu [...] como línguas diferentes significou afirmar identidades culturais (inclusive, religiosas) independentes" (Bossaglia, 2019, p. 24).

Com relação à quantificação das línguas indígenas faladas em território brasileiro, o *Ethnologue Brazil* (2025) contabiliza 202 línguas indígenas vivas e 22 línguas indígenas extintas[116]; enquanto Rodrigues (2013 *apud* Miranda, 2023, p. 39) contabiliza 199 línguas indígenas; já Moore, Galucio e Gabas (2008 *apud* Miranda, 2023, p. 39) afirmam que são aproximadamente 160 línguas indígenas; D'Angelis (2019 *apud* Miranda, 2023, p. 39), por sua vez, afirma que há aproximadamente 150 línguas indígenas vivas no Brasil hoje; entretanto, de acordo com os últimos dados do Censo 2022 do IBGE, constata-se que são faladas ou utilizadas 295[117] línguas indígenas por 29,19% do total de pessoas indígenas com mais de 2 anos de idade no território brasileiro. Vale pontuar que o percentual de pessoas indígenas vivendo dentro de Terras Indígenas, na mesma faixa etária, que utilizam pelo menos uma língua indígena é bem

[115] Seguindo a tradição anglo-saxônica, o termo "dialeto" é utilizado como sinônimo de variedade diatópica de uma língua. Porém os dialetos italianos não correspondem a variedades da língua padrão, pois seriam consideradas "línguas" na aplicação do critério da inteligibilidade mútua (Bossaglia, 2019, p. 23).

[116] Conforme Bossaglia (2019, p, 21), uma língua pode ser considerada "viva" até o momento em que possui falantes nativos; "ameaçada de extinção" quando há pouquíssimos falantes nativos; e "morta ou extinta" quando já não há falantes nativos vivos. Vale lembrar que muitos povos pindorâmicos não consideram a possibilidade de extinção de uma língua autóctone, pois uma língua originária não deixa de existir pelo simples fato de não estar sendo falada em determinado momento. Para Altaci Kokama, que assume uma perspectiva distinta, a língua é concebida como espírito que habita corpo, território, sonho e memória (Costa, 2023). Nessa perspectiva, o corpo é microcosmo, não havendo, portanto, separação entre corpo e o entorno, pois tudo é vida, tudo é nossa extensão e nós somos extensão de tudo. Além disso, uma língua adormecida, mesmo que por séculos ou décadas de transmissão interrompida, pode ser acordada em rituais, em práticas culturais.

[117] O Censo 2022 do IBGE considera também as línguas de sinais. Parece-nos pertinente considerar que essa discrepância no número de línguas seja explicada pela diferente concepção de "língua" a partir da cosmologia dos povos originários (língua espírito), visto que o Censo considera os dados fornecidos pelos próprios indígenas entrevistados em contraposição aos critérios linguísticos adotados pelos pesquisadores para definir o que deve ser considerado língua ou não. Seria uma situação semelhante ao híndi e o urdu apontado por Bossaglia (2019), em que considerar diferentes línguas tenha respaldo na afirmação de identidades culturais independentes.

maior: corresponde a 63,35%; ou seja, 372.001 pessoas falando 249 línguas (IBGE, 2025, p. 205).

No total, 472.368 pessoas indígenas falam ou utilizam pelo menos uma língua indígena no domicílio. Entre elas, 1,94% (9.198 pessoas) falam duas línguas indígenas e 0,21% falam três línguas indígenas (997 pessoas) (IBGE, 2025, p. 10). As três línguas autóctones com maior número de falantes indígenas são: o tikúna (com 51.978 falantes), o guarani kaiowá (com 38.658 falantes) e o kaingang, com 27.482 falantes (IBGE, 2025, p. 205). A distribuição das línguas contabilizadas pelo Censo 2022 no território brasileiro conforme a quantidade de falantes em cada um dos Estados brasileiros é apresentada no cartograma 3 a seguir.

Cartograma 3 – Línguas indígenas com maiores quantitativos de falantes nas Unidades de Federação

Fonte: Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2025, p. 234)

Outro ponto a ser destacado é que houve um aumento de 21 línguas indígenas faladas no Brasil, em comparação com o Censo Demográfico do IBGE de 2010, que contabilizou 274 línguas. Essa diferença pode resultar de múltiplos fatores, como a reelaboração metodológica e inovações operacionais do Censo 2022, que abarcam desde as fases de cartografia censitária, passando por reelaboração dos questionários, treinamento do recenseador e sensibilização da sociedade, até a consulta às lideranças indígenas e a especialistas em línguas indígenas (IBGE, 2025, p. 7). Nesse período também houve aumento no número de falantes indígenas com pelo menos 5 anos de idade: em 2010, foram contabilizadas 293.853 pessoas; já em 2022, foram declaradas 433.980 pessoas. Similarmente, o contingente de indígenas situados em Terras Indígenas que falam pelo menos uma língua indígena no domicílio, passou de 57,35% (2010) para 63, 22% (2022). Entretanto, considerando o total de pessoas indígenas com 5 nos de idade ou mais e falantes de língua indígena no domicílio ocorreu uma redução passando de 37,35% (2010) para 28,51% (2022) (IBGE, 2025, p. 207).

A esse respeito, Bruna Franchetto, linguista e antropóloga da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), defende que a língua, além de ser uma construção dentro da ciência, também é política. E pontua que há cada vez mais pessoas que se declaram falantes de línguas já consideradas extintas a fim de recuperar suas línguas, seu reconhecimento e sua identidade. "[S]eja junto a vizinhos falantes de uma variedade, fazendo pesquisas documentais ou recriando suas falas com base no que sobrou de conhecimento sobre suas origens"[118]. Nessa esteira, o linguista Hein van der Voort, especialista em línguas indígenas sul-americanas, pondera ser complicado atribuir o *status* de "extinta" a uma língua. Isso porque a língua pode ainda estar viva, ainda que seja na cabeça de um último falante, mesmo que já não tenha mais com quem falar. E ratifica a possibilidade do processo de retomada de uma língua por meio de sua documentação, mesmo que seus últimos falante nativos já tenham falecido. Esses apontamentos corroboram a concepção de língua a partir da cosmologia pindorâmica apontada por Ailton Krenak, Altaci Rubim Kokama, entre outros, segundo a qual as línguas autóctones são concebidas como espírito inseparável do corpo, do território, do sonho e da memória. João Paulo Tukano[119] define o corpo como microcosmo, pois ele não se separa do entorno. Sendo assim, para Tukano, o corpo é síntese de tudo que existe, ou seja, o corpo é extensão de tudo e tudo é extensão do corpo, visto que tudo é vida. Conforme o ensinamento ancestral retomado

[118] Entrevista para reportagem de Costa (2023).
[119] Selvagem ciclo de estudos sobre a vida (2025).

por Tupinambá[120], todos estamos conectados pelo ar e é o ar, esse elemento não humano, que entra dentro de nós e permite a fala.

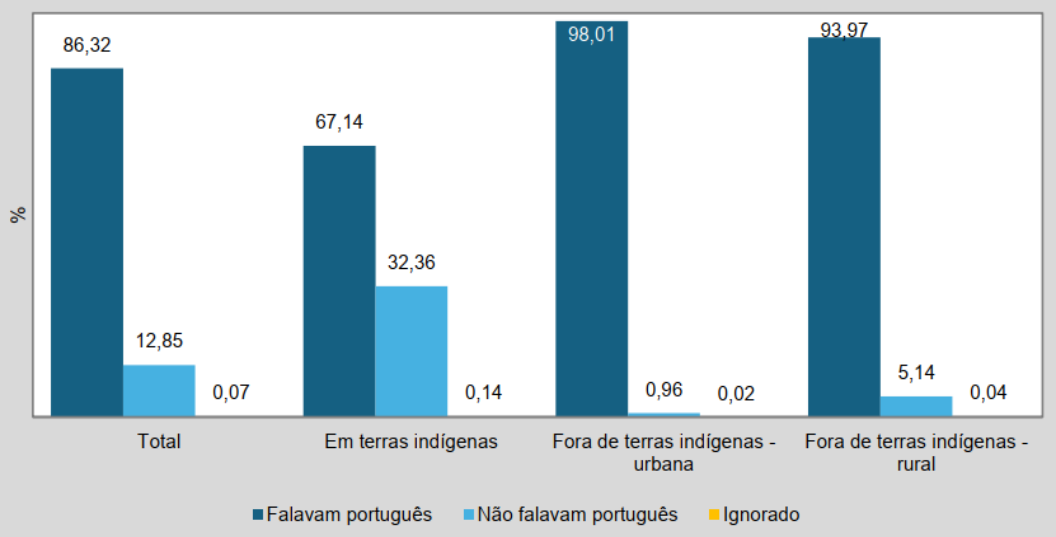
Além disso, Luciano (2022, p. 326) enfatiza que as línguas indígenas não se restringem "às dimensões e capacidades mentais, cognitivas biofísicas naturais" humanas; pelo contrário, elas ultrapassam essas dimensões, uma vez que as línguas estão relacionadas "a todo processo sócio-histórico e sociocósmico". Sendo assim, elas se realizam por meio de uma verdadeira rede de comunicação cósmica, com seus variados modos "de transmissão, comunicação e linguagens, tais como: orais (conceitos, palavras, narrativas); visuais (desenhos, objetos, coisas, lugares, imagens, imaginários); verbais (mitos, benzimentos); sonor[o]s (cantos, flautas) e performances (cerimônias, rituais)". O autor conclui que "os povos indígenas concebem as línguas como parte inerente ao processo de criação. A capacidade de construir uma língua é um dom recebido no processo de criação do mundo". Portanto, "cada povo recebeu, em potência, uma língua de comunicação, assim como outros instrumentos para viver".

5.1.2 Contato linguístico com o português

A partir dos dados do último Censo apresentados na seção anterior, é notável o intenso contato linguístico com outras línguas indígenas e, principalmente, com o português. O Censo Demográfico 2022 contabilizou o total de 1.404.340 pessoas indígenas utilizando o português[121] no domicílio, isto é, 86,32% da população indígena do país. Nas Terras Indígenas, foram contabilizados 394.237 falantes do português, ou seja, 67,14% da população indígena. Fora das Terras Indígenas, 1.010.103 pessoas indígenas falavam o português no domicílio, "sendo 805.130 em situação urbana e 204.973 em situação rural. Em termos percentuais, os falantes de português fora de Terras Indígenas eram de 98,01% em situação urbana e 93,97% em situação rural" (IBGE, 2025, p. 206). O gráfico 2, abaixo, ilustra esses dados.

[120] Ibid.
[121] Incluindo libras.

Gráfico 2 – Percentual de pessoas indígenas de 2 anos ou mais de idade, por situação de falar português no domicílio, segundo a localização e a situação do domicílio



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2025, p. 207)

Em comparação ao Censo Demográfico 2010, houve declínio no percentual de não falantes de português com pelo menos 5 anos de idade, que passou de 17,49% (2010) para 11,93% (2022) [122]. Em contrapartida, a quantidade de não falantes de português vivendo dentro de Terra Indígena foi ampliada, passando de 28,85% (2010) para 30,96% (2022). "Em relação ao uso do português no domicílio entre as pessoas de 5 anos ou mais, esse quantitativo passou de 786.674 em 2010 para 1.327.592 [...]. Do ponto de vista percentual, entretanto," as alterações não são significativas: "passando de 96,52% para 97,32% o percentual daquelas que usam o português no domicílio". Já no âmbito das Terras Indígenas, "houve variação positiva dos falantes de português nos domicílios, que passaram de 265.460 (76,93%) em 2010 para 365.713 (87,23%) em 2022" (IBGE, 2025, p. 210). Outro dado interessante no que diz respeito ao atrito linguístico e o bilinguismo (língua indígena e português), é que "em 2022, do total de pessoas com dois anos ou mais de idade que falam ou utilizam pelo menos uma língua indígena no domicílio, que são 474.856, 210.163 (12,92%), falam somente língua indígena, e 264.693 (16,27%) falam língua indígena e português no domicílio" (IBGE, 2025, p. 213).

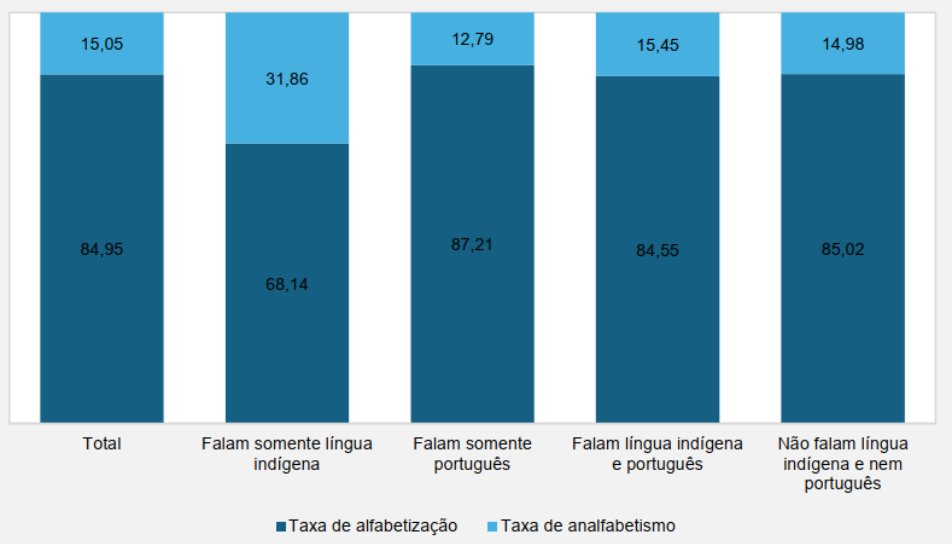
Analisando as faixas etárias das pessoas indígenas com pelo menos 5 anos de idade, verifica-se que aquelas que falam apenas língua indígena no domicílio são as mais jovens, indo até o fim da adolescência (faixa de idade de 15 a 19 anos para os homens e 20 a 24 anos de idade para as mulheres), quando o grupo que utiliza tanto língua indígena quanto o português

[122] O Censo Demográfico 2010 contabilizou respostas de pessoas indígenas com 5 anos de idade ou mais, enquanto o Censo Demográfico 2022 ampliou para 2 anos de idade ou mais. Por isso, a variação das faixas de idade.

passa a ter maior representação. Entre os que falam língua indígena e o português, há maior proporção de homens até a faixa de 65 anos ou mais. Já o grupo que fala somente português apresenta equilíbrio entre homens e mulheres em todas as idades, com leve predominância masculina também em todas as faixas etárias. Tais padrões permitem formular hipóteses que deveriam ser exploradas em estudos complementares, incluindo, por exemplo, a possibilidade de que o ensino de português na educação básica estimule as crianças indígenas a usar o idioma no cotidiano, sem abandonar a língua indígena (IBGE, 2025, p. 215).

Entre as 1.187.246 pessoas indígenas com 15 anos ou mais, 307.854 falam língua indígena, das quais 241.810 são alfabetizadas, contabilizando 78,55% (percentual menor que o da população indígena total, que era de 84,95% em 2022). De 2010 a 2022, a taxa de analfabetismo entre falantes de língua indígena na mesma faixa etária caiu de 32,13% para 21,45%. Comparando as taxas de analfabetismo das pessoas indígenas de pelo menos 15 anos de idade segundo o uso de língua indígena e do português no domicílio, nota-se que o maior índice de analfabetismo é o dos que falam apenas línguas indígenas (31,85%), seguido pelos que falam língua indígena e português (15,45%), e pelos que não falam nenhuma dessas línguas[123] (14,98%). Já os que falam apenas português apresentam a maior taxa de alfabetização, de 87,21%. O gráfico 3, na sequência, ilustra essa comparação.

Gráfico 3 – Taxa de alfabetização e taxa de analfabetismo das pessoas indígenas de 15 anos ou mais de idade, por condição de falar língua indígena e português no domicílio



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2025, p. 247)

[123] Ou seja, falantes de espanhol. Trata-se de casos de indígenas oriundos de outros países latino-americanos, em particular da Venezuela (IBGE, 2025, p. 49-50).

Por fim, merece destaque o fato de que apenas 10 (todas com baixos quantitativos de integrantes: oito delas constituídas por menos de 19 integrantes e duas com menos de 50 integrantes) das 391 etnias apresentam valor absoluto de integrantes que não falam português (falam apenas língua indígena) (IBGE, 2025, p. 244).

O contato linguístico é amplamente descrito como um propulsor de mudanças linguísticas. A língua tariana (arawak), por exemplo, emprega morfemas para indicar caso diferentemente da maioria das outras línguas da mesma família. Esses marcadores foram desenvolvidos a partir do contato com línguas da família tukano (Aikhenvald, 2002; Aikhenvald, 2020 *apud* Miranda, 2023, p. 103). A língua caquinte, pertencente ao subgrupo campa da família arawak, apresenta empréstimos lexicais do contato ancestral com o asheninka (arawak) e matsigenka (arawak). E todos os Caquinte são bilingues, falando também o espanhol (Castilho-Ramirez, 2017 *apud* Miranda, 2023, p. 128-129). Há, ainda, outro exemplo levantado por Miranda (2023, p. 111):

> Conforme as informações de Haurholm-Larsen (2016), a língua Garifuna é falada por um povo de ascendência indígena africana e sul-americana em quatro países da América Central: Belize, Honduras, Guatemala e Nicarágua (embora na Nicarágua esteja perto da extinção). A língua foi moldada de maneiras intrincadas por sua longa história de contato com outras línguas que resultou em grande proporção de itens lexicais emprestados e características morfossintáticas.

O estudo de Epps (2017) também ratifica essa tendência. Conforme a autora, a interação entre falantes de diferentes línguas pode provocar mudanças nas estruturas e categorias gramaticais, assim como no léxico. Em certos contextos sociais, a interação intensa pode estar associada, por um lado, a altos níveis de multilinguismo entre os falantes, mas, por outro lado, a esforços conscientes para preservar distinções entre as línguas (Epps, 2017, p. 39-40). Ao analisar a similaridade gramatical, revela-se que línguas não aparentadas, mas geograficamente próximas, agrupam-se devido à convergência por contato. O exemplo mais forte é a região do Vaupés, onde línguas de famílias distintas (tariana, tukano e hup) compartilham estruturas gramaticais quase isomórficas (ex.: ordem de constituintes verbo-final, morfologia de evidencialidade), enquanto seus parentes fora da área de contato são estruturalmente diferentes (Aikhenvald, 2007; Epps, 2017).

Diante desses apontamentos e dos dados apresentados pelo Censo 2022, revelando alto bilinguismo com o português, é de nosso interesse analisar as possíveis influências do contato com o português observáveis nas línguas pindorâmicas de nossa amostra no que diz respeito à expressão de gênero, conforme arrolado na pergunta de pesquisa 4.

5.1.3 Políticas de (re)vitalização da cultura e da língua originárias

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) declararam, em 2022, a Década Internacional das Línguas Indígenas. Nesse âmbito, existe a intenção de fazer o mapeamento das línguas com linguistas e antropólogos indígenas em parceria com as universidades por parte do Ministério dos Povos Indígenas a fim de realizar ações para "salvar" essas línguas por meio da sua manutenção ou retomada, garantindo que seja passada para as próximas gerações. Nesse contexto, a Profa. Dra. Altaci Corrêa Rubim Kokama, coordenadora-geral de articulação de políticas educacionais indígenas no Departamento de Línguas e Memórias do Ministério dos Povos Indígenas e representante da América Latina e Caribe no Grupo de Trabalho da Década das Línguas Indígenas da Unesco, considera as línguas dos povos nativos como "espírito", entendimento esse que é criticado por especialistas e difere do entendimento ocidentalizado de linguistas não indígenas. Em suas palavras,

> Para nós, a língua é espírito, e o espírito não morre, não desaparece. As línguas podem estar adormecidas, porque tiveram séculos ou décadas de transmissão interrompida. Mas podem ser acordadas e fortalecidas em rituais, em práticas culturais. Acredito que teremos um número maior de línguas aparecendo nos dados do próximo Censo. [...] A existência das línguas indígenas não depende só de os povos falarem. Precisamos criar uma política, que o Brasil nunca teve, para essas línguas. Para a língua existir, o povo precisa de um território. E a língua também precisa de *status*. Nós precisamos vê-la nas mídias sociais, valorizá-la nos ambientes além das aldeias e das escolas. Isso fará com que os jovens também queiram falar suas línguas (Kokama, 2023)[124].

Nosso país é um dos dez países do mundo com maior número de línguas e maior diversidade linguística, conforme assinalam Kokama e Bonfim (2025, p. 32). Entretanto, diferentemente de outros países vizinhos como Peru, Colômbia, Bolívia, Paraguai, Argentina, o Brasil não reconhece nenhuma de suas línguas indígenas como línguas oficiais em âmbito nacional. Algumas cidades e estados brasileiros cooficializaram 37 línguas indígenas por meio de leis e projetos de leis (Rubim, 2024, p. 16), o que representa um pequeno avanço nesse processo. "Esse tipo de reconhecimento é muito importante porque eleva a autoestima dos falantes e cria uma base legal de uso dessas línguas em todas as instâncias, espaços e momentos de uso no âmbito desses entes federados" (Luciano, 2022, p. 329).

Nessa esteira, Joenia Wapichana pontua que "a cooficialização se configura como um dos mecanismos possíveis para alcançar os propósitos tanto da legislação nacional quanto internacional de proteção das línguas originárias dos povos indígenas". Além de contribuir,

[124] Em entrevista para Costa (2023).

como consequência, “para a valorização da pluralidade cultural e linguística do país”. A cooficialização busca promover “a inclusão e o respeito ao plurilinguismo existente no Brasil, atuando como uma ferramenta de promoção da cidadania e da valorização das culturas indígenas”[125]. Entretanto, a implementação efetiva das leis que garantem o *status* de cooficial costuma ser um desafio, por exemplo, no que envolve a formação de professores e servidores públicos bilingues (Rubim, 2024, p. 18-19).

Atualmente está aberta para apoio público a PEC (Projeto de Emenda Constitucional) da cooficialização das línguas indígenas, que, se receber os 20.000 apoios dentro do prazo estipulado, se tornará uma Sugestão Legislativa para ser debatida pelos Senadores. A PEC propõe a oficialização das línguas indígenas a nível nacional ao lado da língua portuguesa. Trata-se de “reconhecer como línguas oficiais as línguas faladas pelos povos indígenas do Brasil a nível constitucional a fim de salvaguardar os direitos dos povos indígenas”. Logrando a “oficialização das línguas indígenas a nível constitucional, os povos indígenas poderão e terão direito a documentos traduzidos para sua língua materna, bem como a tradução das leis e da própria Constituição Federal para suas línguas maternas”, além da prestação de serviços essenciais nas línguas indígenas[126].

Faz-se necessário também a valorização das línguas originárias, faladas e escritas nos ambientes escolares e universitários, assim como em toda a sociedade, de forma permanente, “tornando-as como línguas de instrução, materializadas por meio de aulas orais, cantos, exercícios e tarefas escritas e orais cotidianas, elaboração e uso de livros didáticos, elaboração e defesa de monografias, dissertações e teses em línguas indígenas” (Luciano, 2022, p. 329). Nesse sentido, a pesquisa da psicóloga, indígena e pesquisadora Gení Ñúnez (2022) aponta para a importância de que perspectivas guarani, assim como outras perspectivas indígenas em geral, “sejam cada vez mais escutadas e reconhecidas como epistemologias válidas para se pensar e combater racismo e etnogenocídio, pois, além do diagnóstico das violências coloniais, também apontam” caminhos “para o reflorestamento dessas feridas causadas pelo desmatamento colonial em dimensões psicossociais aos humanos, à terra” (Longhini, 2022, p. 6). Como bem aponta a autora, a tentativa de extinguir a língua de um povo “é parte do extermínio desse mesmo povo, uma vez que arrancar dele sua língua e impor uma outra, estrangeira, como oficial é também tentar retirar dele sua identidade, sua cosmogonia, seu modo particular de ver o mundo. É uma violação civilizatória” (Longhini, 2022 *apud* Núñez, 2023, p. 111).

[125] Epígrafe da Cartilha de cooficialização de línguas indígenas (Rubim, 2024).
[126] Senado Federal do Brasil (2012).

A Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA) fomenta a troca de saberes entre os mestres e mestras das artes e tradições populares e a comunidade acadêmica, com a participação ativa de representantes de diversos grupos étnicos — como indígenas, povos de santo, negros e quilombolas —, por meio de atividades como rodas de conversa, oficinas e cursos. Essa abordagem busca ser transversal, multidisciplinar e descolonizadora, valorizando os saberes tradicionais em continuidade epistemológica com os saberes acadêmicos. Os materiais utilizados são produzidos pelas próprias comunidades, a exemplo de livros bilíngues elaborados pelo povo indígena Maxakali, cujo objetivo é incentivar a interação entre teoria e prática, promovendo a descolonização do saber, uma vez que as culturas e os conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais ainda possuem pouca divulgação nos ambientes universitários e na sociedade em geral, buscando-se, dessa forma, promover a diversidade étnico-cultural existente no Brasil.

Desde 2018, a Selvagem "envolve um ciclo de estudos sobre a vida, o movimento indígena das Escolas Vivas e uma rede colaborativa voltada a aprendizagens e traduções entre mundos"[127]. Trata-se de uma organização não governamental, cofundada por Ailton Krenak, dedicada ao estudo, compartilhamento, registro e apoio de saberes indígenas, visando compor diálogos entre ciências e artes. Toda a criação (cadernos, audiovisuais, oficinas, conversas e exposições) da Organização é disponibilizada gratuitamente. As ações são direcionadas ao apoio das Escolas Vivas – centros indígenas de fortalecimento e transmissão de seus saberes tradicionais, visando a contribuir "para outros caminhos de educação, imaginando posturas regenerativas e não destrutivas de estar no mundo"[128]. Os cinco projetos apoiados mensalmente pela Selvagem são: Guarani, Maxakali, Huni Kuin, Baniwa e Tukano-Dessano-Tuyuka.

Outra iniciativa que se destaca no que se refere à valorização, visibilidade e documentação de línguas autóctones do Brasil é a plataforma digital pública e colaborativa de línguas indígenas "Língua Mãe", idealizada por Ailton Krenak, que vem sendo desenvolvida desde que ele assumiu sua cadeira na Academia Brasileira de Letras (ABL). Por meio dessa plataforma, as pessoas poderão, por exemplo, conhecer a fonologia de línguas indígenas[129]. Nessa direção, Rubim (2020) aponta a "produção de materiais didáticos diagramados com programas que dão maior resolução aos desenhos, aos grafismos, às fotos e a toda identidade Kokama expressa nos livros" (Rubim, 2020, p. 3) resultantes de sua pesquisa de doutorado, além da criação de aplicativos que ocupam os espaços digitais produzidos por jovens, adultos

[127] Conforme apresentado no site oficial da Organização: https://selvagemciclo.org.br/.
[128] Ibid.
[129] Para mais detalhes, ler Bosisio (2024) e assistir ao Krenak (2025).

e anciãos Koakama, ambas as produções são bilingues (kokama/português ou kokama/espanhol).

Nesse estudo, a pesquisadora indígena discute o processo de vitalização – entendido como o ato de dar força ou vigor à dinâmica de existência de uma língua em situação de fragilidade – da língua Kokama entre comunidades situadas no Brasil e no Peru. Tal processo ocorre por meio de iniciativas comunitárias que buscam recuperar e fortalecer o uso da língua em regiões onde ela havia sido reduzida ou interrompida. Rubim (2020) descreve os esforços educacionais voltados para ensino da língua, conduzidos tanto em escolas quanto em atividades culturais independentes. Há também a participação de lideranças locais e iniciativas transfronteiriças que articulam comunidades de diferentes países para compartilhar experiências e fortalecer práticas linguísticas.

O estudo ressalta que as ações de revitalização não se limitam ao domínio linguístico, mas integram elementos socioculturais que contribuem para reconstruir vínculos identitários. Assim, a língua é compreendida como parte essencial da continuidade do grupo e sua vitalização e preservação envolve tanto aspectos educacionais quanto comunitários.

5.2 TRONCOS E FAMÍLIAS LINGUÍSTICAS

A classificação científica em troncos, famílias e subfamílias linguísticas das línguas ameríndias ainda é objeto de discussões e revisões, visto que a falta de documentação para a maioria das línguas autóctones é um dos principais problemas enfrentados pelos linguistas para reconstruir as famílias linguísticas americanas (Bossaglia, 2025, p. 175). Línguas diferentes com a mesma língua-mãe fazem parte de uma família linguística. “Uma família linguística é um grupo de línguas que compartilham uma mesma língua ancestral, normalmente não atestada [...], mas é reconstruída a partir da comparação entre línguas filhas” (Bossaglia, 2019, p. 25). Famílias linguísticas cujo processo de diferenciação das línguas ocorre há mais tempo podem se dividir em subfamílias. No caso da família tupi, por exemplo, surgiram subfamílias como tupi-guarani, tupari e mondé.

Campbell (2012 *apud* Miranda, 2023, p. 42) aponta a necessidade de ampliar e refinar a documentação das línguas indígenas a fim de compreender melhor sua história e classificação. “O número exato de línguas distintas e famílias linguísticas simplesmente não é um consenso, como podemos verificar no caso do Brasil e o mesmo ocorre em outros países como Peru, Bolívia, Colômbia, Equador e Guiana” (Miranda, 2023, p. 42).

Uma das principais classificações genéticas para as línguas indígenas do Brasil identifica dois troncos, o tupi e o macro-jê; as famílias linguísticas englobadas por eles; outras famílias que não pertencem a nenhum dos dois troncos; e línguas isoladas (que formam famílias de uma língua só). Seguindo a classificação genética de Moore (2011 *apud* Bossaglia, 2019, p. 176), o tronco macro-jê abarca dez famílias: bororo, guató, jabuti, jê, carajá, krenak, maxakali, ofayé, rikbaktsá e ia-tê. A família jê é a maior delas, é formada por oito línguas e 21 dialetos. Similarmente, o tronco tupi também é constituído por dez famílias: arikém, aweti, juruna, mawé, mondé, puruborá, munduruku, rama-rama, tupari, tupi-guarani. A maior delas é a tupi-guarani, que contém 22 línguas e 18 dialetos, que abrangem não apenas o território brasileiro, mas também regiões da Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru e Guiana Francesa. As famílias tupi-guarani, aweti e mawé constituem um subtronco devido à proximidade genética, o mesmo acontece com as famílias rama-rama e puruborá.

Entre as famílias que não estão filiadas a nenhum dos dois troncos, algumas apresentam um notável agrupamento de línguas: a família arawak é constituída por aproximadamente 18 línguas dispersas entre o Caribe continental, a Bolívia e o Brasil; a família karib soma cerca de 33 línguas espalhadas no norte da América do Sul; família pano é formada por aproximadamente 14 línguas, várias delas faladas entre o Peru e a Bolívia; a família tukano se divide em três ramos (oeste, leste e central) e compreende cerca de 13 línguas – as línguas brasileiras (também faladas na Colômbia) são filiadas ao ramo leste e uma ao ramo central.

Há ainda famílias de média dimensão: família arawá, com sete línguas; família catuquina, formada por três dialetos da língua canamari; família macu, com quatro línguas; a família nambikwara, com três línguas; família txapakura, com cinco línguas faladas no Brasil e na Bolívia; família yanomami, com quatro línguas faladas no Brasil e na Venezuela. E famílias menores, formadas por uma ou duas línguas: bora, guaikuru, samuko, chiquito, mura. Além de cerca de sete línguas isoladas, como kanoê e tikuna.

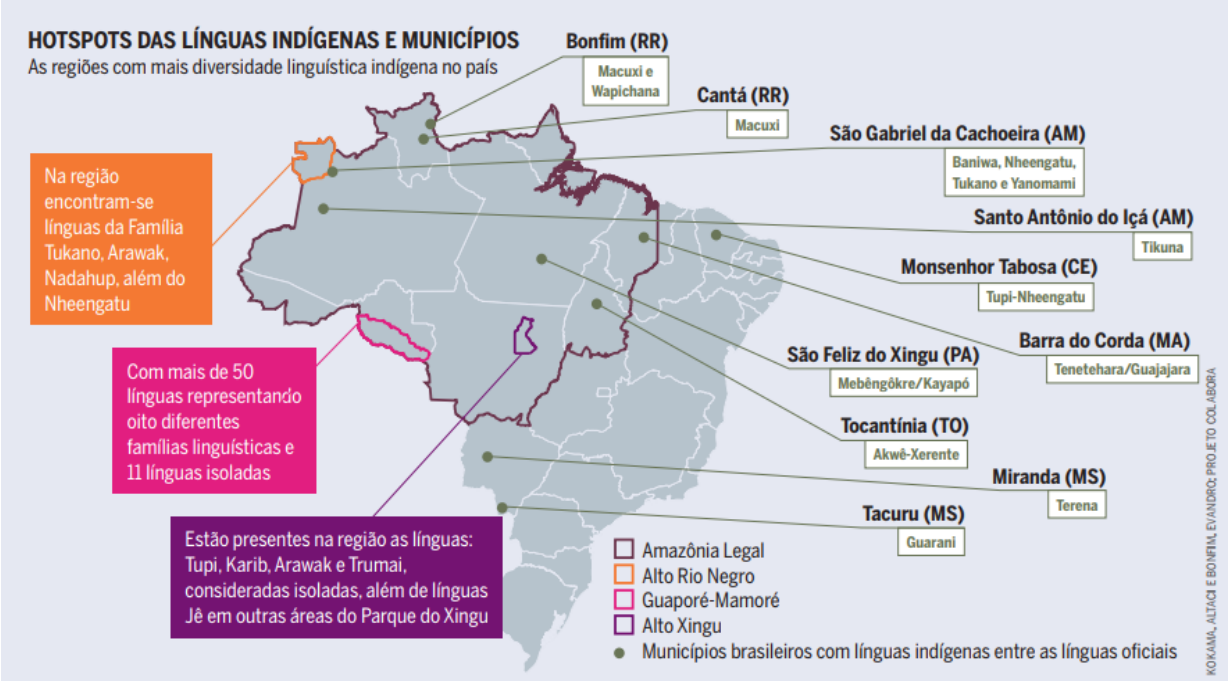
A maioria das línguas indígenas presentes no território brasileiro são faladas na Amazônia, região que abriga aproximadamente dois terços dos idiomas originários. Essa diversidade é ampla tanto em quantidade, quanto em composição genética, já que envolve línguas pertencentes a cerca de 20 famílias linguísticas diferentes, todas presentes na Amazônia. A região reúne os maiores conjuntos genéticos ameríndios existentes no país: "Família Tupi, a Macro-Jê, a Arawak, a Karib e a Pano (ou Kuin), todas abrangendo cerca de 20 línguas ou mais. Existem ainda muitas famílias linguísticas de médio e pequeno porte" exclusivamente faladas na Amazônia, "como a Família Yanomami, Tukano, Arawá, Nadahup, Katukina, Nambikwara, Txapakura, Mura. Há também as chamadas línguas isoladas, que não estão relacionadas a

nenhum outro idioma nativo. É o caso do Tikuna, que é a língua indígena mais falada no Brasil", com aproximadamente 47 mil falantes, "mas que conta com população no Peru e na Colômbia". A variedade linguística amazônica inclui ainda línguas indígenas de sinais e línguas assobiadas, como as usadas pelo povo Ikolen (conhecidos também como Gavião), que vivem em Rondônia, principalmente em deslocamentos na mata e em caçadas, "pois o assobio permite a comunicação a longa distância sem perda acústica e também se confunde com os outros sons da floresta" (Kokama; Bonfim, 2025, p. 32).

A figura 11, na sequência, ilustra a concentração de locais com grande diversidade linguística indígena na região amazônica: a região do Guaporé-Mamoré (no estado de Rondônia) conta com mais de 50 línguas representando oito diferentes famílias linguísticas, além de 11 línguas isoladas; na região do Alto Rio Negro (no Amazonas) encontram-se línguas da família tukano, arawak, nadahup, além do nheengatu[130]; e, na região do Alto Xingu (no Mato Grosso), encontram-se línguas da família tupi, karib, arawak e a língua isolada trumai, além de línguas jê em outras áreas do Parque do Xingu. Ademais, na figura, também são apresentados dez municípios brasileiros, próximos à Amazônia Legal, com línguas indígenas entre as línguas oficiais: Bonfim/RR (línguas macuxi e wapichana), Cantá/RR (língua macuxi), São Gabriel da Cachoeira/AM (línguas baniwa, nheengatu, tukano e yanomami), Santo Antônio do Içá/AM (língua tikuna), Monsenhor Tabosa/CE (língua tupi-nheengatu), Barra do Corda/MA (língua tenetehara/guajajara), São Feliz do Xingu/PA (língua mebêngôkre/kayapó, Tocantínia/TO (língua akwê-xerente), Miranda/MS (língua terena) e Tucuru/MS (língua guarani).

[130] O Nheengatu é "falado por aproximadamente 19 mil pessoas em vários pontos da Amazônia. O Nheengatu ou língua geral amazônica faz parte de um fenômeno linguístico particular originado a partir do contato entre os colonizadores europeus e populações indígenas pertencentes à Família Tupi-Guarani: as línguas-gerais. Elas serviram de língua administrativa utilizada pela Colônia em empreendimentos como missões, expedições exploratórias e negociações com outras populações indígenas não aliadas e não falantes de idiomas Tupi-Guarani, conhecidos genericamente como Tapuia. O Nheengatu se torna a língua das relações sociais na Amazônia, sendo utilizada pelo pequeno contingente de portugueses, a crescente população mestiça e a população indígena. Atualmente, o Nheengatu é a língua materna de povos indígenas do Alto Rio Negro como os Baré, Warekena e parte dos Baniwa e também da região do Tapajós" (Kokama; Bonfim, 2025, p. 33).

Figura 11 – As regiões com maior diversidade linguística indígena no país



Fonte: Kokama e Bonfim no Atlas da Amazônia Brasileira. Fundação Heinrich Böll (2025, p. 33)

No capítulo a seguir, apresentamos os procedimentos teórico-metodológicos, a amostra de línguas indígenas, bem como a abordagem adotada para elaboração da amostra. Apresentamos também características das línguas selecionadas, incluindo sua filiação genética.

6 UNIVERSO DE INVESTIGAÇÃO E ASPECTOS METODOLÓGICOS

O presente capítulo apresenta o conjunto de línguas investigadas nesta pesquisa e os procedimentos metodológicos adotados nesta tese. Em 6.1, apresentamos os critérios para a compor a amostra de línguas indígenas do Brasil; em 6.2, apresentamos os aspectos tipológicos das línguas indígenas da amostra; e, em 6.3, apresentamos os procedimentos metodológicos norteadores da análise da categoria de gênero nas línguas indígenas brasileiras que constituem o universo de pesquisa com a finalidade de alcançar os objetivos propostos neste estudo.

6.1 SELEÇÃO DA AMOSTRA LINGUÍSTICA

A amostra de investigação é elaborada com base nos critérios de Rijkhoff e Bakker (1998), segundo os quais quanto mais complexo é um grupo familiar em termos de ramificações linguísticas, mais línguas dessa família a amostra deve ter. Esse critério busca contemplar a diversidade linguístico-cultural não só das principais famílias linguísticas, mas também das línguas isoladas. Além disso, torna-se imperioso admitir que os critérios tipológicos baseados no grau de complexidade dos membros de uma família nem sempre são aplicáveis livremente em razão da falta de disponibilidade de gramáticas completas e descrições detalhadas de todas as línguas passíveis de ser incluídas na amostra.

Rijkhoff, Bakker, Hengeveld e Kahrel (1993) e Rijkhoff e Bakker (1998) propõem um método de medição do valor de diversidade (doravante, VD), que é aferido em função dos nós intermediários entre o nó superior, que corresponde à família de línguas, e os nós terminais, que representam as línguas individuais. Cada família deve ser representada por pelo menos uma língua e as línguas restantes são distribuídas proporcionalmente, considerando os VDs das famílias. Aplicando esse método, é possível abranger uma cobertura sistemática das principais famílias e subfamílias de línguas indígenas faladas no Brasil, maximizar a distância genética entre as línguas da amostra e garantir que a amostra seja construída de forma consistente, validando, assim, os resultados e possibilitando comparações.

A partir da amostra elaborada inicialmente por Pereira (2016), que conta com 53 línguas indígenas do Brasil, organizamos uma amostra composta por 30 línguas pindorâmicas, seguindo os princípios estabelecidos por Rijkhoff e Bakker (1998). Trata-se de uma pesquisa tipológica de análise de dados secundários, extraídos de gramáticas e outros trabalhos compilados por diferentes pesquisadores. A seleção de línguas indígenas seguiu o critério de suficiência descritiva, ou seja, só mantivemos na amostra as línguas que apresentavam uma

descrição mais ou menos detalhada da categoria de gênero, de modo a ser suficiente para as comparações e a análise dessa categoria nas línguas selecionadas. No quadro, apresentamos a filiação genética das 30 línguas da amostra (troncos e famílias) e a região geográfica onde são faladas.

Quadro 2 – Amostra de línguas indígenas do Brasil, filiação genética e localização regional

LÍNGUA		FAMÍLIA		TRONCO	REGIÃO
bororo	=[131]	bororo	=	macro-jê	Chaco
akwẽ-xerente	xerente	jê	=		Chaco
parkatejê	gavião parkatêjê	jê	=		Sul da Amazônia
timbira	=[132]	jê	=		Chaco
maxakalí	maxakali	maxakalí	maxakali		Chaco
ofayé	=	ofayé	=		Chaco
dzubukuá	dzubokuá	karirí	kariri		Semiárido
rikbáktsa	rikbaktsa	rikbáktsa	rikbaktsa		Sul da Amazônia
kaiowá	guarani kaiowá	tupi-guarani	=	tupi	Chaco
asurini do Xingu	=				Sul da Amazônia
avá-canoeiro	=				Semiárido
kamaiurá	-[133]		-		Sul da Amazônia
aweti	=	aweti	tupi-guarani		Sul da Amazônia
sateré-mawé	=	mawé	=		Oeste da Amazônia
mehinaku	mehináku	arawak	aruák	[134]	Chaco
tariana	=				Norte da Amazônia
mamaindê	=	nambikwara	nambikwára		Sul da Amazônia
sabanê	=				Sul da Amazônia
matis	matís	pano	=		Oeste da Amazônia
shanenawa	shanenáwa				Oeste da Amazônia
kubeo	=	tukano	=		Oeste da Amazônia
desano	desána				Oeste da Amazônia
jarawara	jarawára	arawá	=		Sul da Amazônia
kadiwéu	=	guaikuru	guaikurú		Chaco
ikpeng	=	karib	=		Sul da Amazônia
dâw	=	nadahup	naduhupy		Oeste da Amazônia
wari''	pakaa nova (wari'')	txapakura	=		Sul da Amazônia
kanoê	kanoé	isoladas[135]	=		Sul da Amazônia
trumai	trumái				Chaco
kwaza	kwazá				Sul da Amazônia

Fonte: elaborado pela própria autora.

[131] Nas colunas em azul, apresentamos a grafia conforme os falantes informaram ao Censo 2022 do IBGE (2025). O sinal de igual (=) significa que a grafia é idêntica à atestada nas gramáticas pesquisadas.

[132] No Censo 2022, há a língua timbira e a língua kanela apanyekrá. Alves (2004), no seu estudo sobre a morfossintaxe do timbira, menciona que a língua estudada é a falada pelo povo "Canela Apãniekrá" da Área Indígena Porquinhos, localizada no interior do estado do Maranhão.

[133] Não há informações sobre essa língua no Censo 2022, divulgado em 2025.

[134] Famílias não classificadas em troncos.

[135] Línguas isoladas (não classificadas em troncos e famílias).

Os dados referentes à expressão de gênero linguístico, objeto de análise desta pesquisa, foram coletados a partir de gramáticas descritivas, artigos e trabalhos acadêmicos (tese ou dissertação) dessas línguas indígenas e disponíveis em bibliotecas virtuais. Em razão do trabalho de análise, as glosas dos exemplos são, muitas vezes, reinterpretadas com base na Gramática Discursivo-Funcional e nas convenções de glosamento interlinear morfema-por-morfema de *Leipzig Glossing Rules* (Bickel; Comrie; Haspelmath (2015) ou ainda conforme nossa percepção do que seria viável para facilitar a compreensão, o que significa que as glosas originais nem sempre são mantidas na análise. Além disso, para facilitar o acompanhamento da discussão e a identificação do fenômeno em questão, destacamos, em negrito nos dados, a marcação de gênero em todos os exemplos.

Na seção que segue, apresentamos os aspectos tipológicos das línguas indígenas do universo de pesquisa desta tese.

6.2 ASPECTOS GERAIS DAS LÍNGUAS INDÍGENAS DA AMOSTRA

Conforme acabamos de ver na seção anterior, são 30 línguas indígenas que compõem nossa amostra. Nosso universo de análise abrange as famílias linguísticas **jê** (línguas[136] akwẽ-xerente, parkatejê, timbira), **bororo** (língua bororo), **maxakalí** (língua maxakalí), **ofayé** (língua ofayé), **karirí** (língua duzubukuá) e **rikbáktsa** (língua rikbáktsa), compreendidas no **tronco macro-jê**; as famílias linguísticas **tupi-guarani** (línguas kaiowá, asurini do Xingu, avá-canoeiro, kamaiurá), **aweti** (língua aweti[137]) e **mawé** (língua sateré-mawé), compreendidas no **tronco tupi**; as famílias linguísticas **arawak** (línguas mehináku e tariana), **nambikara** (línguas mamaindê e sabanê), **pano** (línguas matis e shanenawa), **tukano** (línguas kubeo e desano), **arawá** (língua jarawara), **guaicuru** (língua kadiwéu), **karib** (língua ikpeng), **nadahup** (língua dâw) e família **txapakura** (língua wari'); e, por fim, as línguas **isoladas** kanoê, trumai e kwaza.

No quadro 3 a seguir, dispomos as características tipológicas (tipo morfológico e ordem básica dos constituintes) das línguas indígenas brasileiras analisadas nesta pesquisa.

---

[136] É notável, ao longe desta tese, que seguimos a ortografia e os nomes das línguas indígenas conforme apresentados pelos estudado pesquisados para o desenvolvimento da presente pesquisa. Isso se deve ao fato de que foge ao escopo deste estudo, principalmente em razão do tempo limitado, estudar esse aspecto por meio de uma revisão bibliográfica comparativa (inclusive considerando os novos dados recém divulgados do Censo 2022 e áreas correlatas).

[137] Conforme apresentado anteriormente no quadro 2, a organização proposta pelo Censo 2022 considera o aweti pertencente à família tupi-guarani. Entretanto, Borella (2000) se baseia em Rodrigues (1984) ao considerar essa língua distinta das demais e, por isso, filiada à família aweti (formada por uma única língua homônima).

Quadro 3 – Características morfossintáticas das línguas da amostra

LÍNGUA	CARACTERÍSTICA MORFOSSINTÁTICA	PADRÃO DE ORDENAÇÃO	FONTE
bororo	Isolante	SOV, SV	Camargos (2010)
akwẽ-xerente	Aglutinante	SOV	Souza Filho (2007)
parkatejê	Aglutinante	SOV	Ferreira (2003)
timbira	Aglutinante	SOV, OV	Alves (2004)
maxakalí	Aglutinante	SOV, SVO	Campos (2009)
ofayé	Fusional e Isolante	SOV	Oliveira (2006)
dzubukuá	Polissintética	VSO, VSOO, VOS, VOSOO, VS	Queiroz (2012)
rikbáktsa	Aglutinante	SOV	Silva (2005)
kaiowá	Aglutinante e Polissintética	SVO, SOV	Cardoso (2008)
asurini do Xingu	Aglutinante	SOV, SV	Pereira (2009)
avá-canoeiro	Aglutinante	SOV, SV,	Borges (2006)
aweti	Aglutinante	SVO, VS, SV	Borella (2000)
sateré-mawé	Aglutinante	AOV, SV	Silva (2010)
kamaiurá	Aglutinante e Fusional	AOV, SV	Seki (2000b)
mehinaku	Aglutinante e Polissintética	SVO	De Felipe (2020)
tariana	Aglutinante e Fusional	SV, VS, VO, SVO, SOV, OVS, VSO, VOS	Aikhenvald (2003)
mamaindê	Aglutinante e Polissintética	SV, SOV, OV	Eberhard (2009)
sabanê	Aglutinante	SOV, SV	Araujo (2004)
matis	Aglutinante	SOV, SV	Ferreira (2005)
shanenawa	Aglutinante	SOV	Cândido (2004)
kubeo	Aglutinante	SOV	Chacon (2012)
desano	Aglutinante	SV, SOV	Silva (2012)
jarawara	Aglutinante	SVO, SVA	Dixon (2004)
kadiwéu	Polissintética	SVO, SOV, VOS, VSO, OVS, OSV	Sândalo (2002)
ikpeng	Aglutinante e Polissintética	VSO, OVS, SVO	Pacheco (2001)
dâw	Aglutinante e Fusional	SVO, VS(O)	Martins (2004)
wari’	Aglutinante e Fusional	VO, VOS	Everett; Kern (2006)
kanoê	Aglutinante	SOV	Bacelar (2004)
trumai	Isolante	SV, OV	Guirardello (1999)
kwaza	Aglutinante e Polissintética e Isolante	SVO, SOV	Voort (2004)

Fonte: elaborado pela própria autora.

6.3 ESCOPO DA PESQUISA E CRITÉRIOS DE ANÁLISE

A proposta desta tese, como já dissemos, é investigar como a categoria de gênero é expressa e codificada em uma amostra de 30 línguas autóctones do Brasil. Essa seleção seguiu os critérios metodológicos estabelecidos por Rijkhoff, Bakker, Hengeveld e Kahrel (1993) e Rijkhoff e Bakker (1998), priorizando, sobretudo, a diversidade genética e a complexidade linguística.

Apoiamos a fundamentação teórica da pesquisa nos pressupostos da Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld; Mackenzie, 2008), com ênfase especial nas discussões sobre transparência e opacidade semântica (Hengeveld, 2011; Leufkens, 2015; Hengeveld; Leufkens, 2018). A adoção desse modelo teórico se justifica por sua capacidade de articular dimensões cognitivas, gramaticais, funcionais e tipológicas, permitindo uma análise integrada dos níveis pragmático, semântico, morfossintático e fonológico mobilizados pelas línguas para atender às suas funções comunicativas. Complementarmente, recorremos às contribuições de Corbett (1991, 2013), Aikhenvald (2000, 2016), Hellinger e Bußmann (2003), entre outros, para fundamentar a análise da categoria de gênero sob uma perspectiva tipológica ampla, que leve em conta também aspectos culturais, cosmogônicos, simbólicos e discursivos que moldam as classificações linguísticas nas línguas indígenas em estudo.

Com base nas diretrizes teóricas, tipológicas e metodológicas que fundamentam esta tese, o nosso propósito é investigar como diferentes línguas indígenas brasileiras expressam gênero sob a influência tanto de aspectos linguísticos como de aspectos contextuais e socioculturais das comunidades indígenas locais. A análise parte de uma amostra representativa de línguas pertencentes a diferentes troncos e famílias linguísticas (como anteriormente apresentado no quadro 2), com dados extraídos de gramáticas, descrições linguísticas e corpora disponíveis.

A abordagem de natureza qualitativa comparativa permite identificar tanto a presença quanto a ausência de sistemas de gênero nas línguas (conforme a definição de autores como Corbett (1991), Grinevald (2000), Hellinger e Bußmann (2003), Kilarski (2013), Aikhenvald (2016), entre outros), bem como os modos de expressão dessa categoria, buscando compreender de que maneira essa marcação se manifesta em diferentes domínios da estrutura linguística, como nomes, pronomes, verbos, demonstrativos, adjetivos e marcadores de posse. Esse levantamento se articula diretamente aos objetivos da tese, que envolvem, entre outros aspectos, examinar a relação entre gênero, humanidade, animacidade; a correlação entre gênero e número; e os traços de transparência semântica, conforme propostas como as de Leufkens (2015) e Hengeveld e Leufkens (2018).

Estamos considerando, em nossa análise, a categoria de gênero linguístico como uma especificidade das classes nominais que se relaciona, em maior ou menor medida, às distinções anatômicas e sexuais de seres animados. Posicionamente este, que está em consonância com autores como Aikhenvald (1994), Grinevald (2000), Eberhard (2009) e Chacon (2012). As classes de gênero consideradas, portanto, são: feminino (e não feminino), masculino e neutro. Dito isso, a análise das descrições de cada uma das línguas, apresentadas

no capítulo 7 na sequência, é baseada na identificação de quatro tipos de gênero: formal, semântico, pragmático e contextual, levando em conta a natureza da codificação: lexical, morfossintática ou fonológica. Além disso, identificamos as classes de gênero presentes nas línguas indígenas; realização (ou não) das operações de concordância e acordo de gênero; interação (ou não) com outras categorias gramaticais, como número; tipo de entidade à qual se atribui gênero; traço semântico que recebe distinção de gênero; tipo do codificador de gênero; categoria linguística que recebe marca de gênero; traços de transparência e opacidade na marcação de gênero; e as hierarquias implicacionais na expressão de gênero. Os resultados da análise dos dados levantados foram sistematizados e serão devidamente apresentados no capítulo 8.

Para analisar os dados, organizar e sistematizar os resultados, formulamos perguntas de pesquisa orientadas por autores como Corbett (1991, 2013), Aikhenvald (2000, 2016) e Hengeveld (2011), que permitiram levantar hipóteses e observar padrões recorrentes ou contrastivos. Nossa análise não se limita a descrever sistemas de gênero, mas busca também evidenciar os fatores culturais, sociais e tipológicos que afetam a categoria, incluindo possíveis efeitos de contato linguístico com o português. Os capítulos de análise e sistematização, portanto, representam o desdobramento empírico dos procedimentos aqui descritos e concretiza os objetivos delineados na introdução da tese.

Os objetivos específicos da pesquisa são:

a) Analisar a presença e a relevância dos traços semânticos de humanidade, animacidade e sexo na configuração e expressão de gênero nas línguas indígenas da amostra, identificando sua influência na distinção de gêneros em diferentes tipos de nomes (humanos, animados, inanimados);
b) Investigar a correlação entre as categorias de gênero e número nas línguas indígenas da amostra, com foco na operação de concordância como mecanismo de expressão dessas categorias, a fim de determinar em que medida a marcação de gênero depende da marcação de número e em quais contextos sintáticos essa relação se manifesta (como, por exemplo, entre nome, determinante e adjetivo, entre sujeito e verbo, entre pronome e seu antecedente etc.);
c) Avaliar os traços de transparência e opacidade na marcação de gênero, considerando a previsibilidade ou imprevisibilidade das formas linguísticas, com base na proposta de Leufkens (2015) sobre transparência tipológica;

d) Identificar tendências e generalizações tipológicas quanto à codificação da categoria de gênero, buscando padrões que possam contribuir para uma melhor compreensão da diversidade e da complexidade dessa categoria nas línguas indígenas do Brasil da amostra selecionada.

Para alcançar os objetivos propostos nesta tese, consideramos como evidências de **gênero formal** a atribuição arbitrária das classes de gênero aos substantivos de um sistema linguístico e a operação de acordo de gênero, isto é, operação arbitrariamente estabelecida pela gramática da língua que desencadeia a reduplicação de marca de gênero gramatical nos termos satélites do sintagma nominal e/ou no predicado oracional (como numeral, adjetivo, pronome, verbo). Trata-se de uma operação estritamente situada no Nível Morfossintático da gramática, conforme propõem Hengeveld e Leufkens (2018). Isso porque não há relação semântica do traço de gênero do referente no mundo real e a classe de gênero linguístico acionada. O **acordo** morfossintático não é motivado, diferentemente da concordância morfossintática, em que a marca de gênero também é reduplicada, porém estas unidades formais têm uma contraparte de unidade de significado, portanto, há motivação quanto à designação da classe de gênero.

Já o **gênero semântico** é caracterizado pelos casos em que o gênero gramatical se manifesta baseado em parâmetros exclusivamente semânticos de seu referente – sexo, formato, por exemplo: associação de formas alongadas e grandes ao corpo de homens e formas arredondadas e pequenas ao corpo de mulheres –, podendo ser **codificado lexicalmente** (por exemplo, em pares como "homem/mulher" ou "pai/mãe") ou **morfossintáticamente** (afixos, clíticos, partículas). Esse tipo de gênero também pode acionar a **concordância** de gênero, que, conforme já explicamos no capítulo 4, articula uma unidade de significado do Nível Representacional da gramática com uma ou mais unidades formais no Nível Morfossintático da gramática da língua.

O **gênero pragmático** é evidenciado quando a identificabilidade do referente, a cultura, as relações sociais e interpessoais são refletidas na marcação de gênero nas línguas. Um exemplo são os casos em que a atribuição de gênero linguístico masculino para os nomes "lua" e "sol" faz referência ao fato de essas entidades serem homens míticos, ou quando os nomes próprios, como Fernand**o** e Fernand**a**, fazem distinção de gênero, substituindo o sufixo indicativo de gênero a depender do sexo ou gênero social do referente. Outro exemplo, são casos como o descrito na língua tariana, em que é atribuído ao gênero linguístico masculino conotação de coragem e prestígio social. Sendo assim, uma mulher muito respeitada é tratada por "ele". Ou seja, a escolha do gênero linguístico denota uma intenção comunicativa, que é vinculada aos

valores culturalmente concebidos a homens e a mulheres nessa sociedade. Também consideramos gênero pragmático os casos em que há codificação de gênero em nomes genéricos como "fulan**o**/fulan**a**". Esse tipo de gênero também pode ser codificado **lexicalmente** ou **morfossintaticamente**, podendo ainda desencadear **concordância** de gênero ou não.

Por último, consideramos como evidência de **gênero contextual** os casos em que a marca de gênero é atribuída com base no gênero natural ou social do locutor e/ou do interlocutor, independentemente do gênero do substantivo ou do seu referente. Trata-se de casos de indexação da identidade de gênero do falante e/ou do ouvinte e não do referente. Essa prática reforça a natureza simbólica e performativa da linguagem, pois a língua codifica certa diferenciação culturalmente condicionada aos papéis de gênero vinculados a homens e mulheres. O gênero contextual ocorre, por exemplo, em línguas como o espanhol, em que se pode dizer *¡Qué pálida estás!* ao falar com uma mulher, com o adjetivo concordando com o sexo do interlocutor; ou ainda como no português quando se agradece dizendo "Obrigado!" (quando um homem fala) ou "Obrigada!" (quando uma mulher fala), casos em que a flexão de gênero se baseia no gênero do locutor. A marcação pode se dar **lexicalmente**, por exemplo: palavras que só podem ser ditas por mulheres ou por homens, ou **morfossintaticamente**, por exemplo: uso de partículas indicativas de fala feminina ou fala masculina.

Definimos cinco critérios de análise tipológica para analisar os dados referentes à categoria de gênero nas línguas indígenas da amostra. Cada um deles está fundamentado em princípios teóricos amplamente discutidos na literatura tipológica e funcionalista, o que permite, assim, realizar não apenas a descrição sistemática dos dados, mas também uma comparação entre diferentes sistemas linguísticos. Por meio da aplicação destes critérios, conseguiremos constatar as hierarquias implicacionais que evidenciam a ordem de dependência entre as propriedades linguística de cada língua, conforme proposto por Hengeveld (2004). Os critérios são:

a) **critério semântico para atribuição de gênero**

Corbett (1991, 2013) e Aikhenvald (2000, 2016) mostram que os sistemas de gênero variam conforme os critérios semânticos que orientam a classificação dos referentes, tais como sexo biológico, animacidade, humanidade ou função cultural. Corbett (1991), por exemplo, distingue entre sistemas motivados semanticamente e sistemas predominatemente arbitrários. Identificar o traço semântico dos nomes ([+/-animado] [+humano]) aos quais se atribui gênero e o parâmetro (morfossintático, semântico, cosmológico, sociocultural) determinante no que tange à

atribuição de gênero é relevante para compreender quando há motivação semântica nas distinções de gênero marcadas nas línguas indígenas;

b) **especificação das entidades distinguidas em gênero**

A aplicação deste critério nos permitirá identificar o tipo de entidade, em termos de sua especificação e referencialidade, sobre a qual recai distinção de gênero (pessoa, nome de parentesco, animal, locutor, interlocutor, função, parte do corpo, antropônimo, lugar, objeto, vegetal, fenômeno natural, fenômeno sobrenatural, entidade celeste);

c) **estratégias de codificação de gênero**

Hengeveld e Mackenzie (2008) mostram que a forma como o gênero é marcado (por morfemas, léxico ou ambos) está relacionada à organização tipológica da língua e à sua estrutura hierárquica. Portanto, para compreender a organização interna dos sistemas linguísticos das línguas pindorâmicas[138], é fundamental analisar as diferentes estratégias de codificação de gênero (léxico, afixo, partícula, clítico, classificador, reduplicação ou alteração fonológica) e as possíveis hierarquias implicacionais presentes nessas línguas. Por meio dessas hierarquias, é possível identificar tendências tipológicas dos sistemas de marcação de gênero através da constatação de quais são os mecanismos mais básicos ou necessários para a expressão de gênero e como determinados padrões estruturais condicionam outros;

d) **categoria linguística marcada em gênero**

Diferentemente do padrão de marcação de gênero nas línguas indo-europeis – que se concentra em classes nominais – os padrões de marcação de gênero encontrados nas línguas ameríndias podem afetar verbos, pronomes pessoais, demonstrativos e partículas discursivas, conforme os estudos de Queixalós e Renault-Lescure (2000), Aikhenvald (2000) e Dixon (2010). Buscamos, portanto, identificar e analisar quais os tipos de categoria mais afetadas pela marcação de gênero (substantivo, adjetivo, pronome, verbo, numeral, advérbio, preposição) e

[138] Como já mencionamos no capítulo 5, trata-se de um termo decolonialista e anticolonialista para se referir coletivamente às línguas indígenas nativas do Brasil. O termo é sugerido pelo líder quilombola Antônio Bispo dos Santos, que utiliza "pindorâmicas" como um substituto para o termo "brasileiras" ou “do Brasil”, considerado uma exodenominação imposta pelo colonizador português ao território anteriormente denominado Pindorama.

se existem hierarquias implicacionais na determinação desses padrões nos sistemas linguísticos pindorâmicos;

e) **transparência e opacidade na configuração de gênero**

A aplicação desse critério permite avaliar a relação entre forma linguística e significado, contribuindo para uma descrição mais detalhada da tipologia de gênero nas línguas da amostra, além de tornar possível avaliar o posicionamento de cada língua dentro do *continuum* de transparência. De acordo com Leufkens (2015), a transparência linguística é identificada por meio das relações biunívocas entre forma e significado. Isso quer dizer que existe uma correspondência um-para-um entre uma unidade de significado e uma unidade de codificação. A distribuição das marcas de gênero pode apresentar muita variação entre línguas, segundo Corbett (1991) e Aikhenvald (2000). Os autores apontam a existência de padrões previsíveis até sistemas caraterizados pela incidência de múltiplas marcas sobre uma mesma entidade, o que configura violação da transparência, já que culmina numa relação um-para-dois ou um-para-muitos. Por meio desse critério, identificaremos as marcas de gênero (única marcação, duas marcações, mais de duas marcações) acionadas por um mesmo referente, para que, assim, possamos avaliar traços transparentes e opacos na codificação de gênero nas línguas indígenas da nossa amostra.

Esse critério também abarca a identificação da concordância ou acordo de gênero, critério central para detectar a presença de sistema de gênero conforme os parâmetros estabelecidos por Corbett (1991, 2013). Segundo o autor, a existência de um sistema de gênero linguístico é definida a partir da presença sistemática de *agreement targets*[139], ou seja, elementos na frase que concordam (ou acordo) com o gênero do nome (como adjetivos, verbos, pronomes etc.). Para Hengeveld e Mackenzie (2008), a concordância pode ser interpretada como um mecanismo de expressão morfossintática que reforça categorias semânticas ou referenciais em níveis distintos da estrutura da oração, sendo indicativa de uma codificação mais rígida e menos transparente. O acordo denota uma codificação ainda mais rígida e mais opaca, pois se restringe à morfossintaxe da língua. Ou seja, as marcas de gênero são reduplicadas, mas não carregam conteúdo de significado (formas sem sentido).

A presença ou ausência de concordância de número é igualmente relevante para avaliar o grau de interdependência entre as categorias de gênero e número, como discutido por

[139] Alvos de concordância.

Corbett (2001), Aikhenvald (2016) e Hengeveld e Mackenzie (2008). Em algumas línguas, como mostram Corbett (1991) e Nichols (1992), o número funciona como um *conditioner*[140] da marcação de gênero, isto é, a marca de gênero só se realiza (ou se realiza de forma diferente) em certos contextos (por exemplo, no singular, mas não no plural). A análise conjunta dessas categorias permite avaliar o grau de complexidade morfossintática das línguas e sua transparência semântica e formal (Leufkens, 2015; Hengeveld e Leufkens, 2018).

Partimos do pressuposto de que, se as categorias e estratégias de codificação de gênero exibem distribuição sistemática entre as línguas indígenas, identificável por meio de traços binários (+/–), então é possível propor um sistema de hierarquias implicacionais que revele, simultaneamente, tendências universais na expressão e na codificação de gênero e pontos de corte específicos de cada língua ou família linguística. Essa hipótese articula um princípio universalista, segundo o qual certos padrões de marcação de gênero tendem a emergir de forma recorrente e previsível nas línguas do mundo (como sugerem Greenberg 1963; Corbett 1991; Rijkhoff; Bakker; Hengeveld; Kahrel, 1993; Croft 2003; Hengeveld, 2004), e um princípio particularista, que reconhece que cada língua pode mobilizar apenas parte desse *continuum* hierárquico, exibindo diferentes graus de transparência linguística, complexidade e distribuição categorial. Esse procedimento torna possível não apenas mapear as regularidades tipológicas, mas também compreender as especificidades e os limites estruturais de cada sistema linguístico da amostra.

No capítulo a seguir, apresentamos a descrição e a análise dos dados da categoria de gênero, organizados conforme os objetivos e critérios metodológicos delineados nesta tese. A exposição dos dados busca evidenciar os padrões de codificação da categoria de gênero nas línguas autóctones da amostra, com base nas abordagens teóricas adotadas e na sistematização tipológica previamente estabelecida.

[140] Condicionante.

7 DESCRIÇÃO E ANÁLISE TIPOLÓGICO-FUNCIONAL DA CATEGORIA DE GÊNERO NAS LÍNGUAS INDÍGENAS DO BRASIL

Este capítulo trata da descrição e análise dos tipos de gênero linguístico expressos, bem como das estratégias de codificação dessa categoria em 30 línguas pindorâmicas que compõem a amostra linguística desta tese. Partimos dos pressupostos teóricos da abordagem tipológico-funcional (Hengeveld; Mackenzie, 2008) e da literatura sobre categorias nominais, especialmente gênero (Corbett, 1991; Aikhenvald, 2000, 2016; Hengeveld; Mackenzie, 2008; Leufkens, 2015). Nosso foco, portanto, é identificar os tipos de gênero linguístico expressos e sua codificação nos diferentes sistemas linguísticos considerados.

Cabe observar que o grau de detalhamento das descrições varia significativamente entre as gramáticas consultadas e isso afeta substancialmente o trabalho de análise e sistematização dos dados. Em alguns casos, há uma análise detalhada da categoria de gênero, acompanhada de variados exemplos e extensa discussão morfossintática; em outros, a presença de gênero é mencionada de forma resumida, sem exemplificação. Optamos por manter todas as línguas, incluindo aquelas em que a descrição é mais incipiente, com o objetivo de garantir uma representação mais ampla das famílias linguísticas e potencializar a comparação tipológica. Essa escolha está em consonância com os princípios de amostragem tipológica equilibrada sugeridos por Rijkhoff, Bakker, Hengeveld e Kahrel (1993), que priorizam a diversidade genealogicamente controlada mesmo diante de lacunas descritivas.

Para garantir a coesão e a consistência na análise, utilizamos, conforme descrito no capítulo anterior, critérios descritivo-analíticos claros para identificar a presença da categoria de gênero nas línguas da amostra, baseados em Corbett (1991), Grinevald (2000), Hengeveld e Mackenzie (2008), Aikhenvald (1994, 2010, 2016), Kilarski (2007) e Miranda (2023). Na nossa análise, as classes de gênero consideradas são: **feminino** (e não feminino), **masculino** e **neutro**. Além disso, definimos quatro tipos de expressão de gênero – **formal**, **semântico**, **pragmático** e **contextual** – e três maneiras de codificação – **lexical**, **morfossintática** e **fonológica**. Ademais, identificamos a presença (ou não) de **concordância** ou **acordo** de gênero e se há interdependência entre a categoria de gênero e outras categorias, como número e caso.

Nas seções subsequentes, descrevemos e analisamos a expressão de gênero nas línguas, que estão distribuídas e agrupadas em cinco grupos, organizados com base nos padrões de tipos de gênero linguístico presentes em cada uma das línguas indígenas da amostra. Para tanto, a seção 7.1 exibe a descrição sistemática dessa categoria nas línguas indígenas que dispõem apenas um tipo de gênero linguístico: o gênero gramatical semântico. Em 7.2,

apresentamos a descrição das línguas que possuem dois tipos de gênero linguístico: o gênero semântico e o gênero pragmático. Em 7.3, descrevemos as línguas indígenas que apresentam três tipos de gênero gramatical: o gênero semântico, o gênero pragmático e o gênero contextual. Na seção 7.4, descrevemos as línguas que apresentam quatro tipos de gênero linguístico: o gênero formal, o gênero semântico, o gênero pragmático e o gênero contextual. A seção 7.5 é dedicada à descrição das línguas indígenas que apresentam: o gênero semântico e o gênero contextual. Por fim, em 7.6, sintetizamos nossa análise dos principais mecanismos atrelados à marcação de gênero atestados nas línguas em apreciação.

7.1 LÍNGUAS COM GÊNERO SEMÂNTICO

Conforme já mencionado, as línguas discutidas nesta seção apresentam comportamento semelhante na atribuição de gênero. Elas expressam apenas o **gênero semântico**, ou seja, a codificação do gênero masculino ou feminino é baseada nos traços semânticos do referente. Nesse grupo, encontram-se as línguas **ikpeng**, **sabanê**, **shanenawa**, **maxakalí** e **ofayé**, cujas descrições relacionadas à categoria de gênero são apresentadas na sequência. A marcação de gênero é codificada lexicalmente em todas as línguas desse grupo.

7.1.1 Ikpeng (karib)

Na língua ikpeng, o gênero semântico ocorre por meio de pares lexicais como “avô” (*tamru*) e “avó” (*nut*), “homem” (*ugwon*) e “mulher” (*petkon*), “filho” (*mun*) e “filha” (*emtʃin*), que também pode ser marcado por meio da adição de nomes específicos que denotam sexo biológico em nomes [+animado] [-humano]. Segundo Pacheco (2001, p. 104), “a categoria de gênero não aparece marcada por afixo, mas é indicada pelo acréscimo dos nomes *petkom* (‘mulher’) e *ugwon* (‘homem’), no sentido de ‘feminino’ e ‘masculino’, respectivamente”.

A marcação, portanto, não é morfológica, mas lexical, sendo restrita a nomes com o traço semântico [+animado], como nomes de animais e de pessoas. O uso de *petkom* e *ugwon* permite distinguir, por exemplo, o sexo de um referente sem que haja qualquer alteração morfológica no núcleo nominal. O exemplo (1), de Pacheco (2001), ilustra esse fenômeno:

Ikpeng (Pacheco, 2001, p. 104)

(1)	*itereku*	***ugwon***	*itereku*	***petkom***
	galinha	**macho**	galinha	**fêmea**
	‘galo’		‘galinha’	

Esse modo de marcação é comum entre línguas da família karib, à qual o ikpeng pertence, e está em consonância com padrões observados em outras línguas que também não apresentam sistemas de concordância ou acordo de gênero (Pullum; Derbyshire, 1986; Meira, 2002). Assim, em razão do exemplo analisado, o gênero em ikpeng pode ser descrito como uma categoria de natureza estritamente semântica, que se realiza lexicalmente em nomes [+humano] e que pode ainda ser ativada em nomes [-humano], sobretudo quando há necessidade de distinção sexual, como se vê no exemplo (1) acima.

7.1.2 Sabanê (nambikwara)

Em sabanê, tampouco há codificação morfossintática de gênero. De acordo com Araujo (2004, p. 94), "não há oposição morfológica entre feminino e masculino (ou neutro), ou entre animado e inanimado". Ainda segundo o autor, o sexo pode ser, quando possível, inferido a partir de evidências atestadas na situação comunicativa, pois não há marcação morfológica obrigatória para essa categoria. Assim, o enunciado apresentado em (2) pode ser interpretado como fazendo referência a um referente fêmea, macho, ambos ou não especificado, porque o lexema "onça" não é marcado em gênero.

Sabanê (Araujo, 2004, p.94)
(2) *wola* *wayulu* *t-* *ip* *-i* *-ntal* *-i*
muito onça 1OBJ- ver -VS -PRET.N -ASSR
'Eu vi muitas onças fêmeas'/'Eu vi muitas onças machos'/'Eu vi muitas onças'

O gênero semântico é expresso por meio de pares lexicais nos nomes [+humano], como "esposa" (*iata*) e "esposo" (*tauimo*) ou "avó" (*koko*) e "avô" (*letoko*). Quando há necessidade de distinguir entre macho ou fêmea para nomes [+animado] [-humano], os usuários da língua usam as palavras *ati?* ("homem") para macho ou *atitapa?* ("mulher") para fêmea, conforme podemos verificar nos exemplos a seguir:

Sabanê (Araujo, 2004, p.94)
(3) *t-* *ip* *-i-ntal* *-i* *totali* ***ati?*** *-isi* *-n* *-ntal* *-i*
1OBJ-ver -SV-PST.NL -ASSR tatu **homem** CLF:redondo -VS PST.N - ASSR
'Eu vi um tatu macho'
Lit. Eu vi um tatu, era um macho.

Sabanê (Araujo, 2004, p.95)
(4) *t-* *ip* *-i* *-ntal* *-i* *totali* ***atitapa?*** *-isi* *-n* *-ntal* *-i*
1OBJ-ver -SV -PST.N -ASSR tatu **mulher** CLF:redondo -VS PST.N -ASSR
'Eu vi um tatu fêmea'
Lit. Eu vi um tatu, era uma fêmea.

Os exemplos (3) e (4) da língua sabanê ilustram, segundo Araújo (2004), a estratégia lexical empregada para indicar sexo. No lugar de empregar morfemas flexionais nos nomes ou verbos para marcar feminino ou masculino, a distinção de sexo biológico é feita lexicalmente, como *ati?* para indicar macho e *atitapa?* para indicar fêmea. Nos dois exemplos, o traço de sexo (macho/fêmea) é introduzido depois da oração principal "eu vi um tatu", por meio de uma construção que pode ser interpretada como identificacional ou atributiva, ou seja, algo como "ele era macho" ou "ela era fêmea". O classificador (*-isi*) se refere a objetos de forma redonda ou oval, fazendo referência à forma do tatu nesse caso.

Há ainda duas formas lexicais para expressar a oposição masculino (*maysunon*) *versus* feminino (*maytelon*) na língua, especificamente para filhotes. Portanto, essas formas são usadas para seres animados [+/- humano], conforme exemplificado nos exemplos que seguem:

Sabanê (Araujo, 2004, p.95)
(5) a. *wayulu* ***maysunon***
cachorro **filhote masculino**
'filhote de cachorro macho'

b. *mayulu* ***maytelon***
cachorro **filhote feminino**
'filhote de cachorro fêmea'

Sabanê (Araujo, 2004, p. 97)
(6) *da-* ***maytelon*** *amulu* *kata* *-n* *-al* *-i*
1POSS- **filhote feminino** apenas um -SV -PRES.N -ASSR
'Eu tenho apenas uma filha'

Sabanê (Araujo, 2004, p.104)
(7) ***maysunon*** *-mi* *ilaw* *-n* *-al* *-i*
filhote masculino -REF ser grande -SV -PRES.N -ASSR
'O garoto é gordo'

Sabanê (Araujo, 2004, p.104)
(8) ***maytelon*** *-k* *yotop* *-na* *-al* *-i*
filhote feminino -OBJ saber -SV -PRES.N -ASSR
'A garota é inteligente'

Os dados do sabanê reforçam a observação de que a marcação de gênero semântico na língua é codificada lexicalmente. A distinção entre masculino e feminino é feita por meio de formas lexicais específicas, como *maysunon* ("filhote macho") e *maytelon* ("filhote fêmea"), usadas especialmente com referentes animados, como animais e seres humanos. No caso de referentes não humanos, isto é, animais adultos, as distinções são promovidas, segundo Araujo (2004), pelas formas lexicais *ati?* (macho) ou *atitapa?* (fêmea).

7.1.3 Shanenawa (pano)

Em shanenawa, as distinções como humano *versus* não humano podem ser inferidas pelo contexto extralinguístico ou lexicalmente, segundo Cândido (2004, p. 84). Conforme a autora, a distinção de sexo (feminino *versus* masculino) é marcada por meio de diferentes lexemas referentes a seres humanos, "já no caso dos nomes não humanos, ele é diferenciado pela posposição dos nomes *fini* 'macho' ou 'homem' e *awinhu* 'fêmea' ou 'mulher' ao lexema epiceno referente ao ser generalizado em questão, como vemos nos dados" em (9).

Shanenawa (Cândido, 2004, p. 84)

(9)	a.	*fini*	'macho, homem'	*versus*	*awinhu*	'fêmea, mulher'
	b.	*ipa*	'pai'	*versus*	*iwa*	'mãe'
	c.	*takara* ***fini***	'galo'	*versus*	*takara* ***awinhu***	'galinha'
	d.	*anu* ***fini***	'paca macho'	*versus*	*anu* ***awinhu***	'paca fêmea'

Os dados da língua shanenawa, como explicitado por Cândido (2004), apontam para a existência de um sistema de codificação lexical de gênero semântico, que é atribuído apenas a nomes [+animado]. Para nomes de seres humanos, a distinção entre masculino e feminino é realizado, por exemplo, pelas palavras *ipa* ("pai") *versus iwa* ("mãe"). Já no caso dos nomes de animais, a distinção de sexo é realizada por meio da posposição das palavras *fini* ("macho") e *awinhu* ("fêmea") a um nome epiceno, como em *takara fini* ("galo") e *takara awinhu* ("galinha"), o que significa que se trata de uma estratégia composicional para distinção de gênero.

7.1.4 Maxakalí (jê)

Nesta língua, conforme assinala Campos (2009), o gênero semântico é observado em pares lexicais de referentes humanos, tais como "mulher" (*ũn*) e "homem" (*tik*), "esposa" (*xetut*) e "marido" (*yĩmxox*), "avó" (*xukux*) e avô (*yãyã*). Os nomes [+animado] [+/- humano] podem ser especificados para o gênero feminino por meio da posposição dos nomes *tut* ("mãe") e *hex* ("irmã, fêmea"), conforme ilustrados nos exemplos a seguir.

Maxakalí (Campos, 2009, p. 138)

(10)	*Mũnũy*	***-tut***
	veado	**mãe**
	'vaca'	

Maxakalí (Campos, 2009, p. 138)
(11) *Ãyuhuk-* ***hex***
Não indígena[141] **fêmea**
'mulher não indígena'

Maxakalí (Campos, 2009, p. 66)
(12) *Kakxop* ***-hex*** *-te* *gahap* *kõyõy*
menino **fêmea** ERG garrafa quebrar
'A menina quebrou a garrafa'

Maxakalí (Campos, 2009, p. 86)
(13) *Ãyuhuk* ***-hex*** *-te* *ũgmũ-ã* *kayak* *põp-mãhã*
não indígena **fêmea** ERG 1.PL.EXCL.DAT camisa dar-PL
'A mulher não indígena nos deu camisa'

A partir da catalogação e análise dos exemplos, é possível observar que a principal característica das línguas que possuem apenas um tipo de gênero é apresentar uma distinção que se baseia em traços semânticos do referente do nome [+humano]. Em maxakalí, apenas o gênero feminino é marcado em nomes [+animado] genéricos: o nome *tut* ("mãe") é posposto a nomes [-humano], enquanto *hex* ("irmã, fêmea") modifica nomes [+humano].

7.1.5 Ofayé (ofayé)

Em ofayé, o gênero semântico é observável nos nomes [+humanos] "homem" (*əʃow*), "pai" (*əʃow*) e "mulher, mãe" (*əhten*); ou ainda pelo significado do nome resultante do processo de composição por justaposição de dois nomes, como visto em (14a,b). Já a distinção de gênero nos nomes [+animado] [-humanos] ocorre a partir da palavra *fʷajɛk* ou *fajɛk* para designar o sexo feminino de alguns animais, ainda que não ocorra sistematicamente conforme aponta Oliveira (2006, p. 105). Os dados apresentados na sequência ilustram esses casos.

Ofayé (Oliveira, 2006, p. 123)
(14) a. *əʃowfo* b. *əhtenfo*
əʃow+fo *əhten+fo*
homem+criança mulher+criança
'rapaz' 'moça'

Ofayé (Oliveira, 2006, p. 105-106)
(15) *fatʃe* ***fajɛk***
1POSS-cavalo **FEM**
'minha égua'

[141] O conceito de "não indígena" só tem sentido para nós que não somos indígenas. O Prof. Dr. Daniel Munduruku (escritor, militante político e ator), em sua conferência "Vozes em confluências: literatura e resistência ancestral", apresentada na 37ª Semana de Letras do IBILCE/UNESP, provoca a reflexão ao pontuar que, na percepção de muitos povos originários, o antônimo de "indígena" é "alienígena".

Ofayé (Oliveira, 2006, p. 106)
(16) *tikãkrej* ***fajɛk***
gato **FEM**
'gata'

Assim como ocorre em algumas outras línguas indígenas brasileiras pertencentes ao tronco macro-jê, a língua ofayé distingue gênero nos pronomes pessoais livres do singular, com palavras específicas para o masculino e o feminino em todas as pessoas. Já no plural, essa distinção é neutralizada, isto é, não há marcação de gênero nos pronomes de plural (Oliveira, 2006, p. 197). Essa assimetria entre as categorias de número e gênero indica que a marcação pronominal de gênero em ofayé é sistemática no singular, mas não é produtiva no plural, cujo padrão tipológico é também atestado em outras línguas da mesma família (Oliveira, 2006, p.197). A seguir, listamos os pronomes livres de singular em ofayé.

Ofayé (Oliveira, 2006, p. 197)
(17) [*ag* ^{n}] = Pronome livre primeira pessoa do singular feminino.
[*a*] = Pronome livre primeira pessoa do singular masculino.

[*eg* ^{n}] = Pronome livre segunda pessoa do singular feminino.
[*e*] = Pronome livre segunda pessoa do singular masculino.

[*ɛg* ^{n}] = Pronome livre terceira pessoa do singular feminino.
[*ɛ*] = Pronome livre terceira pessoa do singular masculino.

É importante ressaltar que, apesar de os pronomes livres de singular distinguirem masculino e feminino, não consideramos relevante essa marcação de gênero para a tese, pois, segundo Oliveira (2006), as formas de plural (não marcadas para gênero) substituem os usos no singular. Além disso, não há nenhum exemplo discutido pela autora, dada a improdutividade desses usos. Há pronomes específicos (sem marcação de gênero) para as posições de sujeito, objeto etc. Por esse motivo, tampouco consideramos que esta língua possui gênero contextual (marcação do gênero do locutor ou interlocutor). Nosso posicionamento está em consonância com Viola (2015), que não considera a língua ofayé na amostra das línguas do tronco macro-jê em sua dissertação sobre pronomes pessoais e marcadores de pessoas nas línguas ameríndias, tomando como parâmetros utilizados para seleção da amostra marcação de pessoa, número e gênero nos pronomes pessoais. Além disso, é comum, em línguas indígenas, que o uso dos pronomes pessoais livres não seja produtivo. É o caso, por exemplo, das línguas do tronco tupi: apenas a língua aweti (aweti) apresenta usos com os pronomes pessoais em posição de sujeito e objeto, entretanto, são majoritariamente substituídos pelos pronomes demonstrativos.

7.2 LÍNGUAS COM GÊNERO SEMÂNTICO E PRAGMÁTICO

As línguas agrupadas nesta seção distinguem-se das línguas do primeiro grupo (apresentadas na seção 7.1) por apresentarem, além do **gênero semântico**, o **gênero pragmático**. As línguas deste grupo são: **parkatejê**, **dâw**, **mamaindê**, **bororo** e **trumai**. Nelas, além da diferenciação por meio de pares lexicais específicos de referência a humanos e animais (como "pai" *versus* "mãe", "homem" *versus* "mulher", "macho" *versus* "fêmea"), observa-se também a presença de mecanismos pragmáticos e interpessoais na marcação de gênero, que pode ser codificado tanto lexicalmente, quanto morfossintaticamente. Isso significa que a cosmogonia, a cosmopercepção e os valores socioculturais da comunidade de fala são manifestados na língua, especificamente no que diz respeito à codificação da categoria linguística de gênero.

7.2.1 Parkatejê (jê)

Na língua parkatêjê, o gênero semântico é atestado nos lexemas [+humano], como "homem" e "mulher", e nos termos de parentesco, como "pai" (*intʃũm*) e "mãe" (*intʃe*). O gênero pode ainda ser indicado por meio da adição dos termos *mpɨ* "homem" e *ntia* "mulher" a alguns nomes, especialmente àqueles cujo referente é definido com o traço [+animado] [-humano]. Segundo Ferreira (2003, p. 46), "os nomes não são flexionados para gênero. O gênero de alguns nomes, porém, pode ser indicado lexicalmente por termos genéricos para homem/macho ou mulher/fêmea, dependendo das circunstâncias". Essa estratégia é utilizada conforme a necessidade de especificação do sexo do referente, segundo afirma a autora.

No sistema onomástico[142] do parkatêjê, a distinção de gênero nos nomes próprios, algo que também ocorre no português em nomes como Márci**o** x Márci**a**, Fabríci**o** x Fabríci**a,** está profundamente enraizada em fatores socioculturais. Os antropônimos podem ser utilizados exclusivamente por homens, exclusivamente por mulheres ou, ainda, por pessoas de qualquer sexo, dependendo do contexto específico que motiva a criação de determinado antropônimo. Conforme observado por Lopes e Ferreira (2018, p. 1186-1187), a escolha de um nome próprio está frequentemente associada à experiência vivida pelo padrinho ou madrinha responsável por

[142] Não é incomum nas culturas indígenas que a escolha dos nomes próprios seja baseada na atividade ou personalidade do nomeador ou do nomeado, vinculando ainda valores da cosmologia de cada povo no que tange aos papéis de homens, mulheres ou ambos na comunidade local. Como consequência disso, os nomes próprios, nesses casos, têm atribuído o respectivo valor de gênero linguístico.

nomear. Assim, se a motivação estiver relacionada a atividades ou papéis tradicionalmente atribuídos a apenas um dos gêneros, por questões socioculturais ou míticas da cultura parkatejê, o nome é exclusivo daquele gênero e, denota, portanto, o mesmo valor de gênero gramatical. Por outro lado, nomes inspirados em ações ou características compartilhadas por homens e mulheres tendem a ser neutros em termos de uso. Como se vê, trata-se de uma distinção de gênero que é muito pouco abordada nos manuais de morfologia e nos estudos sobre gênero, mas em muitas línguas indígenas esse fenômeno é recorrente. Isso mostra que não podemos analisar isoladamente esse tipo de marcação de gênero, uma vez que ele leva em consideração, como já dissemos, aspectos socioculturais da comunidade linguística e também traços ligados à identificabilidade do referente no contexto sociocomunicativo.

Esse modo de atribuição de gênero aos antropônimos reforça a perspectiva de que, em parkatêjê, a escolha dos nomes conforme as características ou experiências do nomeador, indica que "o meio ambiente, os conhecimentos culturais e as experiências dos falantes favorecem a articulação de construções metafóricas e metonímicas nos antropônimos da língua Parkatêjê", conforme afirmam Lopes e Ferreira (2018, p. 1195). É o que estamos chamando aqui de gênero pragmático, que é diferente do gênero contextual, já que o primeiro promove a marcação de gênero no nome próprio (que designa um referente conhecido), por meio, em geral, de afixos, com base em questões disponíveis no universo pragmático do falante, ao passo que o gênero contextual só é identificado em razão da delimitação do sexo do referente (locutor ou interlocutor). Além disso, alguns nomes (que remetem a excreções fisiológicas, atos sexuais, ou as partes do corpo envolvidas nessas ações, por exemplo "bunda" [143], conforme exemplificado pelos autores) têm sua estrutura modificada – como a duplicação de sílabas – com a finalidade de evitar situações constrangedoras, piadas jocosas para a pessoa que recebeu o nome. Isso demonstra o impacto cultural e a representatividade das relações interpessoais, manifestados na manipulação e codificação da língua(gem), no processo de escolha dos nomes próprios.

Quanto aos pronomes pessoais, Ferreira (2003) descreve duas séries em parkatêjê: pronomes livres e pronomes dependentes, que recebem apenas marcas de caso e número. A distinção de pessoa é formalmente marcada apenas nas primeiras e segundas pessoas, e não há

[143] Lopes e Ferreira (2018, p. 1196), exemplificam o caso mencionado com o nome *tokre* (literalmente: "bunda"), que passou a ser *Totore*. Segundo os autores, "[m]uito embora a relação de um povo indígena com questões fisiológicas e corporais seja bastante distinta das perspectivas e modos de se conceber tais aspectos em outras culturas, é possível que alguém que tenha recebido o nome de uma parte do corpo como 'bunda' se torne alvo de piadas ou brincadeiras jocosas, muito comuns no cotidiano de inúmeras comunidades humanas. Daí o 'tabu'".

marcadores específicos de gênero para a terceira pessoa. Esta costuma ser expressa por meio de nomes próprios, expressões nominais ou elipses, sem distinção de gênero.

7.2.2 Dâw (nadahup)

O gênero semântico se manifesta nesta língua por meio dos lexemas referentes a humanos, especialmente nomes de parentesco, como "filho" (*tɛ*) e "filha" (*tòg*), "marido" (*tug*) e "esposa" (*ʔàm*). Não há codificação morfossintática de gênero em dâw, as noções de gênero, número e caso são empregadas por palavras. E a codificação dessas categorias não é obrigatória. Também não há distinção de gênero nos pronomes (Martins, 2004, p. 109).

Para marcar gênero, são utilizados os nomes *ʔə̀j* "mulher, fêmea" e *xut* "homem, macho"*,* os quais podem ocorrer isoladamente no léxico, conforme visto em (18), ou seguindo o nome que determinam (Martins, 2004, p. 159), conforme ilustram os exemplos subsequentes.

Dâw (Martins, 2004, p. 159)
(18) ***xut*** *ʔãm*
macho 2SG
'Você é macho?'

Dâw (Martins, 2004, p. 160)
(19) *ʔa-bwg nĩ dɤw-**ʔə̀j***[144]
esse-aí haver gente-**fêmea**
'Daí havia uma mulher'

Dâw (Martins, 2004, p. 160)
(20) *mɛ̃h dɤw-**xut** ʃún*
não.haver gente-**macho** COL:AUM
'Não há homem algum mesmo'

Dâw (Martins, 2004, p. 359)
(21) *tih tɛ tùm -ɛ̃d hãm mʔɛ́ʔ*[145] ***ʔə̀j*** *mʔɛ́ʔ* ***xut***
3SG filho dois -ESP ir um:CONJT **fêmea** um:CONJT **macho**
'Os dois filhos dele foram. Um deles era mulher; o outro era homem'

No exemplo (18), em que o lexema "macho" aparece isoladamente, seu significado é culturalmente situado, denotando uma atitude do falante. Não se trata de saber se a pessoa é

[144] O marcador lexical se acopla ao nome como um morfema, o que parece indicar um caso de gramaticalização. Entretanto, consideramos, nesta tese, apenas codificação lexical, seguindo Martins (2004), ao afirmar que os nomes *ʔə̀j* e *xut* podem ocorrer sozinhos ou seguindo outros nomes para determinar o gênero feminino e masculino, respectivamente.

[145] O pronome indefinido *mʔɛ́ʔ* 'um outro' é constituído pela lexicalização do tom ascendente 'conjuntivizador' ao numeral *mʔɛ́ʔ* 'um'.

do sexo masculino, ao contrário dos casos ilustrados em (19), (20) e (21), nos quais há a designação sexual ou anatômica do referente do nome "gente". Trata-se da conotação de corajoso e forte vinculada ao macho/homem. Isso provavelmente se justifica pelo fato de o povo Dâw ser nômade, vivendo, portanto, de caça de animais e coleta de frutos. E a caça é uma atividade relacionada ao papel masculino nessa comunidade. Outros dados, listados abaixo, reforçam essa concepção sobre "ser macho" como sinônimo de "ser forte e corajoso". Em contraposição, "ser mulher" está relacionado a "ser medroso", como se observa nos exemplos a seguir:

Dâw (Martins, 2004, p. 474)
(22) *dɣw-**ʔə̀j*** *tàd* *ʔãm* *nĩ* *mʾãʔ*
gente-**fêmea** ser medroso 2SG ser MOD
'Como pode! Você é medroso como uma mulher!'

Dâw (Martins, 2004, p. 278)
(23) *ʔãh* ***xut*** *ʔãh* *jʾãmxwʔ-hɛ́h*
1SG **macho** 1SG onça-INSTRMZ
'Eu sou macho. Eu sou matador de onça!' (Lit.: Eu sou onçador)

Dâw (Martins, 2004, p. 578)
(24) *ʔãm* ***xut*** *púd* *jed*
2SG **macho** ser.INTSI INTSI
'Você é macho de verdade mesmo!'

Dâw (Martins, 2004, p. 499)
(25) *ʔa-bug* *ʃɛ́wʾ* *na* *mʾān* *-ɯ̃jʾ/*
este-aí pirarucu dizer boto -AFET

ʔãm *ʔa-**xut*** *púd* *jed* *xát-nɨ̀g*
2SG este-**macho** ser. INTSI INTSI nome-pôr em (afamar)
'Daí, o pirarucu disse para o boto: - Você é este que os outros costumam chamar de muito macho?'

Esses exemplos da língua dâw representam casos de gênero pragmático, visto que o marcador lexical de gênero masculino tem também uma conotação vinculada ao modo como a comunidade conceitualiza o que é "ser macho" para o seu povo, por isso, nem sempre seu uso é vinculado ao traço semântico de sexo do referente, como visto nos exemplos (18), (23) e (24). Outro dado interessante a esse respeito é ilustrado em (26), a seguir. Neste caso, a frase é dita em tom de insulto a um homem que sozinho cuidava de seu filho. O que demonstra uma clara divisão de papéis sociais vinculados ao gênero nessa cultura.

Dâw (Martins, 2004, p. 479)
(26) *ʔãm* ***ʔə̀j*** *ʔãm* *tɛ* *nĩ* *kɣ́ʔ*
2SG **fêmea** 2SG filho ter MOD
'Você é mulher, você tem filho!'

Observamos ainda que Martins (2004), em seu estudo sobre a fonologia e gramática do dâw, não apresenta nenhum dado em que haja marcação de gênero semântico em nomes [+animado] [-humano]. Parece-nos pertinente afirmar que isso se dá justamente em razão do modo de vida nômade desse povo, porque a relevância de determinar o sexo de animais estaria vinculada a questões de reprodução e/ou afetivas num contexto de criação de animais. O exemplo (25) demonstra que esses animais mencionados (boto e pirarucu) são retratados de uma maneira personificada, o que indica que fazem parte da cosmologia desse povo, portanto, a marcação do gênero masculino não faz referência ao sexo do animal, mas sim ao conceito culturalmente atribuído à "macho", que atravessa pessoas e animais folclóricos[146].

7.2.3 Mamaindê (nambikwara)

Semelhantemente às outras línguas, o gênero semântico, em mamaindê, pode ser expresso lexicalmente nos nomes [+humano] como *taʔlohna* ("mulher velha") e *jahon* ("homem velho"). Conforme Eberhard (2009, p. 328), nesta língua, a maioria dos nomes têm um valor padrão de masculino (gênero) e de singular (número), ou seja, quando não há marcação para o feminino ou para o plural, presume-se que o substantivo seja masculino e singular, ou que essas informações sejam inferidas, ou ainda que não seja o foco informativo. Para o autor, é mais comum que não haja marcação independentemente do(s) referente(s), isto é, o singular (não marcado) é frequentemente usado para referência a plural.

Nas línguas da família nambikwara, os classificadores nominais são cruciais para a gramática. E a língua mamaindê é a que possui o maior conjunto: 24 classificadores nominais, segundo Eberhard (2009, p. 330). Os substantivos, em mamaindê, costumam ser organizados com base em seus atributos físicos, englobando aspectos como o formato de objetos sólidos (esférico, plano, alongado etc.) e o estado físico de elementos não sólidos (como pó ou líquido). Alguns nomes são agrupados conforme sua função (por exemplo, casa, recipiente), enquanto outros seguem critérios mais abstratos, como tempo, lugar, gênero ou animacidade.

Os classificadores são anexados às raízes dos nomes, funcionando semelhantemente aos adjetivos, cuja função é especificá-los nos casos em que a raiz em si carece de precisão. Embora certos substantivos exijam o uso obrigatório de classificadores (por exemplo: *linʔ-jɑ-tu* "mandioca-CLF:líquido-FNS, "chicha/bebida doce de mandioca"), a maioria deles não apresenta essa necessidade. O classificador só é indispensável quando modifica o

[146] Entendemos folclore como um rico conjunto de manifestação cultural, transmitida de geração em geração, que representa a identidade social de um povo e envolvem costumes, danças, canções, tradições, lendas etc.

significado da base; nos demais contextos, sua presença é redundante e, portanto, opcional. O classificador nominal *-soʔka* ou *-soʔki*, por exemplo, caracteriza qualquer nome ou pronome pelo traço semântico [+animado] [+humano], ou seja, o uso desse classificador confere uma qualidade viva ou humana a qualquer substantivo, conforme Eberhard (2009, p. 332).

Com relação à marcação de gênero, apenas o feminino é marcado por meio do afixo *-ta*, que pode ter usos semânticos ou pragmáticos. Nos casos em que é utilizado para marcar o gênero natural feminino em um nome, cujo o referente é humano, o afixo aparece geralmente posposto ao classificador *-soʔka* "animado/humano", conforme ilustrado nos exemplos (27) a (31) a seguir. Vale ressaltar que o uso do classificador em questão é mais comum com o pronome de terceira pessoa e não é um uso obrigatório, apesar de frequente, visto que há ocorrências em que apenas o afixo de gênero é marcado no pronome.

Os nomes próprios também recebem a marca de gênero, como ilustrado no dado em (29) abaixo. Conforme o autor, os antropônimos são emprestados do português há décadas. Muitos dos mais velhos ainda possuem nomes vernáculos, que eram tradicionalmente utilizados. Atualmente, há um certo segredo "associado a esses nomes vernáculos, sendo muito difícil obtê-los. Os nomes vernáculos não eram dados no nascimento, mas sim nomes descritivos relacionados a eventos marcantes na vida da criança, como 'braço quebrado' e 'canela preta'" (Eberhard, 2009, p. 325).

Mamaindê (Eberhard, 2009, p. 340)
(27) *taʔlohni-soʔka-**ta**-tu*
mulher velha-CLF:humano-**FEM**- FNS
'uma mulher idosa'

Mamaindê (Eberhard, 2009, p. 340)
(28) *hain-soʔka-**ta**-nãʔa*
canto-CLF:humano-**FEM**-PL
'as mulheres cantoras'

Mamaindê (Eberhard, 2009, p. 340)
(29) *<Maria>-soʔka-**ta***
Maria-CLF:humano-**FEM**
'Maria'

Mamaindê (Eberhard, 2009, p. 360)
(30) *nakatosa-nãʔã hąi-soʔka-**ta**-nãʔã kanih-jeʔ-latʰa-Ø-wa.*
Negarotê-PL 3-CLF:humano-**FEM**-PL muito-EMPH-ABS3-PRES-DECL
'As mulheres Negarotê são muitas'

Mamaindê (Eberhard, 2009, p. 359)
(31) *hãi-soʔka-**ta** nitset-tąʔ het-ta-let-Ø-nãn-wa*
3-CLF:humano-**FEM** bravo-CN.AND.SS gritar-OBJ1-I.PST-ABS3-PST-DECL
'Ela ficou brava e gritou comigo'

Quando o marcador de gênero feminino aparece sem ser precedido pelo classificador nominal *-soʔka* “animado/humano”, ele tende a adquirir diversos outros significados, que estão relacionados aos valores culturais atribuídos acerca do que representa ser feminino/fêmea nessa comunidade. Pode ser empregado para indicar que um nome se refere a uma mãe (animal que cria), ou para expressar ideias de grandeza, ou de perigo. O exemplo, a seguir, ilustra a marcação de feminino para indicar animal fêmea que tem criação.

Mamaindê (Eberhard, 2009, p. 304)
(32) *naho-janãn-**ta**-tu*
água-onça-**FEM**-FNS
‘lontra fêmea’

A associação entre o feminino e o tamanho maior está claramente vinculada à noção de maternidade: aquilo que gera ou serve de origem é concebido como maior ou, de certo modo, superior ao que foi gerado. Expressões semelhantes existem em inglês, conforme exemplifica Eberhard (2009, p. 340-34), como *the mother load* (“a carga principal”), *the mother of all inventions* (“a mãe de todas as invenções”) e *the mother ship* (“a nave mãe”). Na língua mamaindê, os nomes de animais de maior porte costumam incorporar o afixo de gênero feminino para indicar grande tamanho, ainda que o animal seja macho, como ilustrado em (33).

Mamaindê (Eberhard, 2009, p. 341)
(33) *teh-ã-**ta**-tu*
cobra-GNT-**FEM**-FNS
‘a anaconda’ (a mãe de todas as cobras, uma cobra grande)

A ideia de perigo se relaciona ao fato de que a fêmea é mais temida em muitas espécies de animais da floresta, sobretudo quando protege seus filhotes. Assim, o afixo de gênero feminino pode também servir para marcar nomes que denotam perigo de forma geral. Ele é frequentemente adicionado a nomes de espíritos malignos ou maliciosos, que não são vistos como femininos ou mulheres, mas que são temerosos. Vejamos alguns casos a seguir.

Mamaindê (Eberhard, 2009, p. 341)
(34) *na-**ta**-tu*
não especificado-**FEM**-FNS
‘algo perigoso não especificado’ (pode ser usado para um animal ou espírito perigoso)

Mamaindê (Eberhard, 2009, p. 341)
(35) *wan-**ta**-tu*
redemoinho-**FEM**-FNS
'espírito redemoinho'

Mamaindê (Eberhard, 2009, p. 341)
(36) *mãnʔ-**ta**-tu*
montanha-**FEM**-FNS
'espírito montanha'

Mamaindê (Eberhard, 2009, p. 341)
(37) *jatan-**ta**-tu*
veado-**FEM**-FNS
'espírito veado' (uma criatura mítica com chifres semelhante a um veado, mas que vive nos rios)

Os casos apresentados ilustram a multifuncionalidade do gênero linguístico, especialmente no que diz respeito aos usos pragmáticos, já que evidenciam claramente a cosmopercepção de um povo em relação à influência das crenças, da vivência sociocultural geograficamente situada e da organização social na codificação dessa categoria linguística.

7.2.4 Bororo (bororo)

Em bororo, o gênero semântico se realiza por meio de pares lexicais distintos para fazer referência ao gênero natural masculino ou feminino de humanos. Conforme descrito por Nonato (2008, p. 54), quando não há formas supletivas distintas para masculino e feminino, como ocorre nos pares *ogwa* ("pai") e *muga* ("mãe"), e desde que não se trate de nomes próprios, recorre-se com frequência a elementos lexicais específicos para indicar o sexo do referente [+animado] [-humano]. Nesses casos, são empregadas as palavras *aredü* ("mulher/fêmea") e *imedü* ("homem/macho"), como ilustrado no exemplo (38), que funcionam como modificadores nominais com valor especificador de gênero.

Além do gênero semântico – lexicalmente codificado –, a língua bororo possui gênero pragmático, que marca exclusivamente o gênero feminino por meio do sufixo *-do*, que ocorre sobretudo com nomes próprios, como exemplificado em (39), e com demonstrativos, como se observa em (40). Trata-se, portanto, de um sistema assimétrico, no qual o gênero pragmático feminino é morfologicamente marcado, ao passo que o masculino tende a assumir o papel de forma não marcada nos referentes [+humano].

Bororo (Nonato, 2008, p. 54)
(38)

tapira	***imedü***	*tapira*	***aredü***
gado	**macho**	gado	**fêmea**
'boi'		'vaca'	

Bororo (Nonato, 2008, p. 54)

(39)	*Enawureu*	*Enawureu**do***
	tipo de enfeite	tipo de enfeite-**FEM**
	‘nome próprio masculino’	‘nome próprio feminino’

Bororo (Nonato, 2008, p. 54)

(40)	*awü*	*awü**do***
	DEM	DEM-**FEM**
	‘este’	‘esta’

A marcação de gênero, nesta língua, além de atuar como um recurso de diferenciação referencial, atua também como índice de organização social e de papéis de gênero culturalmente significativos, tendo o gênero masculino como padrão não marcado. A codificação morfossintática do gênero pragmático feminino por meio do sufixo *-do* em demonstrativos e nomes próprios sugere uma funcionalidade interpessoal dessa marcação, que pode contribuir para a identificação e o acompanhamento de referentes ao longo do enunciado, especialmente em contextos em que a distinção de sexo se torna relevante para a progressão textual. A associação da marcação morfossintática feminina prioritariamente aos nomes próprios, e não à generalidade dos substantivos comuns, pode ser interpretada como reflexo de papéis sociais diferenciados atribuídos às mulheres no contexto cultural bororo. Essa distribuição assimétrica dos recursos morfológicos sugere que a visibilidade linguística do feminino está mais vinculada à identificação individual em contextos específicos ou cerimoniais do que à categorização ampla de referentes.

7.2.5 Trumai (isolada)

Para Guirardello (1999), é evidente, em várias construções, a distinção entre humanos, animados e inanimados, a pluralização, por exemplo, não se aplica a nomes inanimados. Nessa língua, o gênero semântico é expresso por meio de diferentes lexemas referentes a nomes [+humanos], como “mulher” (*di*) e “homem” (*kiki*). Além disso, os pronomes demonstrativos, conforme uma revisão investigativa realizada por Guirardello-Damian (2018), sofrem distinção de gênero no singular para referentes humanos e podem ocupar posição de núcleo do sintagma nominal. Eles distinguem principalmente: proximidade do falante, proximidade do ouvinte ou distante de ambos. O quadro 4 apresenta os pronomes demonstrativos do trumai.

Quadro 4 – Pronomes demonstrativos do trumai

TRAÇO-GÊNERO-NÚMERO		PERTO FALANTE	PERTO OUVINTE	DISTANTE DE AMBOS
[+humano]	MASC SG	*ni'de*	*ine*	*ka'ne*
	FEM SG	*ni'datl*	*inatl*	*ka'natl*
	MASC/FEM DUAL	*ni'dak a* *ni'dak ana (não ABS)*	*inak a* *inak ana (não ABS)*	*ka'nak a* *ka'nak ana (não ABS)*
	MASC/FEM PL	*ni'dak wan*	*inak wan*	*ka'nak wan*
[+animado]		*ni'de*	*ine*	*ka'ne*
[-animado]		*ni* *ni'de*	*in* *inde ~ ine*	*ka'in* *ka'ne*

Fonte: Guirardello-Damian (2018, p. 253)

Segundo a autora, os demonstrativos podem ser usados como modificadores, entretanto há uma preferência, por parte dos falantes, em "usar os demonstrativos como formas pronominais (ou seja, em vez de dizer 'aquele X', alguns falantes preferem dizer apenas 'aquele (um)')" (Guirardello, 1999, p. 29)[147]. Os exemplos (41) e (42a) ilustram casos de demonstrativos sendo usados como elementos pronominais e os exemplos (42b) e (43) apresentam casos em que o demonstrativo é usado como modificador do substantivo nuclear. Vejamos:

Trumai (Guirardello, 1999, p. 29)
(41) ***ka'natl-ek*** *ha* *midoxos*.
DEM.DIST.FEM-ERG 1 chamar
'Aquela uma me chamou'

Trumai (Guirardello, 1999, p. 29)
(42) a. ***ka'natl*** *yi]-ki* *chï(_in)* *ha* *fa*.
DEM.DIST.FEM YI-DAT FOC/TENS 1 bater
'Eu bati naquela uma' (resposta à pergunta: Em quem você bateu?)

b. ***ka'natl*** *dinoxoy* *yi]-ki* *chï(_in)* *ha* *fa*.
DEM.DIST.FEM garota YI-DAT FOC/TENS 1 bater
'Eu bati naquela garota'
(contexto de fala diferente: uma garota está passando e o falante quer indicar ao ouvinte que a garota é aquela de quem estava falando anteriormente)

Trumai (Guirardello-Damian, 2018, p. 247)
(43) *ha* *pudiits'* ***ka'in*** *kuaw* *yi-ki*
1 gostar **DEM.DIST.IN** kombi YI-DAT
'Eu gosto daquela kombi'

[147] No original: *some prefer to use the demonstratives as pronominal forms (i.e. instead of saying "that X", some speakers prefer to say just "that (one)").*

Nos casos em que os demonstrativos são usados como modificadores, os pronomes masculino e feminino podem substituir-se, embora o gênero masculino seja usado com maior frequência. “Em outras palavras, o fato de o substantivo se referir a uma entidade feminina ou masculina parece não ter influência na escolha do demonstrativo quando ele é usado como modificador” (Guirardello, 1999, p. 30) [148], conforme ilustrado nos exemplos que seguem.

Trumai (adaptado de Guirardello, 1999, p. 30, 34)

(44) a.	***[ni'datl***	*dinoxo*	*yi]-ki*	*chï(_in)*	*ha*	*fa*.
	DEM.PROX.FEM	garota	YI-DAT	FOC/TENS	1	bater
	‘Eu bati nesta garota’					

b.	***[ni'de***	*dinoxo*	*yi]-ki*	*chï(_in)*	*ha*	*fa.*
	DEM.PROX	garota	YI-DAT	FOC/TENS	1	bater
	‘Eu bati nesta garota’					

Na nova investigação de Guirardello-Damian (2018), a autora comprova que a distinção entre entidades humanas, não humanas e inanimadas se dá quando os demonstrativos ocorrem pronominalmente. São os falantes mais velhos que seguem mais rigidamente essas distinções, muito embora reconheçam usos intercambiáveis como aceitáveis. O fato de os falantes mais jovens demonstrarem mais flexibilidade a esse respeito pode ser influência do português, segundo a autora, “visto que os indivíduos mais jovens são totalmente bilingues” (Guirardello-Damian, 2018, p. 256). Segundo a autora, pode ser que a distinção entre animado e inanimado desapareça, restando apenas a distinção entre humano e não-humano.

Esses dados apresentados no exemplo (44), que ilustram a intercambialidade entre o masculino e o feminino nos casos em que os demonstrativos funcionam como modificadores, parecem demonstrar alguma motivação sociocultural ou interpessoal na marcação de gênero. Ponderamos que esses usos denotam um possível processo de mudança linguística em curso. Aparentemente, os pronomes masculinos representam o padrão não marcado, enquanto o feminino pode ser empregado na concordância. A intercambialidade de usos, tanto do masculino ou do feminino (para nomes [+humano]), quanto dos demonstrativos [+animado] ou [-animado] parece ser frequente na fala, principalmente dos mais jovens. Além disso, os usos estão estreitamente vinculados à distância espacial entre falante e ouvinte e à retomada anafórica (Guirardello-Damian, 2018).

[148] No original: *In other words, the fact that the noun refers to a female or a male entity seems to have no influence in the choice of the demonstrative when it is used as a modifier.*

Com relação ao gênero pragmático, os dados (45) e (46) mostram que existe uma concepção cultural acerca do comportamento a ser performado por homens e por mulheres. Vejamos:

Trumai (Guirardello, 1999, p. 25)
(45) *kiki* *wanach*
homem IMP
'Seja um homem' (comporte-se como um homem)

Trumai (Guirardello, 1999, p. 25)
(46) *di* *wanach*
mulher IMP
'Seja uma mulher' (comporte-se como uma mulher)

Esses dados demonstram que os valores socialmente associados aos estereótipos feminino e masculino são codificados linguisticamente por meio dos lexemas *kiki* ("homem") e *di* ("mulher") na oração imperativa a fim de compelir a determinadas maneiras de agir no mundo baseada em estereótipos de gênero do que é "ser homem" e "ser mulher".

7.3 LÍNGUAS COM GÊNERO SEMÂNTICO, PRAGMÁTICO E CONTEXTUAL

Além do **gênero semântico** e do **gênero pragmático**, atestados nas línguas descritas na seção anterior, as línguas do grupo 3, descritas nesta seção, apresentam o **gênero contextual**. Portanto, o gênero gramatical é atribuído aos substantivos com base em parâmetros semânticos de seu referente (gênero semântico); com base em parâmetros socioculturais e interpessoais da comunidade de fala (gênero pragmático); e, além disso, com base em fatores contextuais (gênero contextual). No caso do gênero contextual, trata-se da codificação lexical ou morfossintática do sexo do locutor e/ou do interlocutor. As línguas pertencentes a esse terceiro grupo são: **mehináku**, **akwẽ-xerente**, **dzubukuá**, **kanoê**, **rikbáktsa**, **kadiwéu**, **asurini** e **tariana**.

7.3.1 Mehináku (arawak)

Em mehináku, o gênero semântico é codificado tanto lexicalmente quanto morfossintaticamente, já a codificação do gênero pragmático se realiza apenas morfossintaticamente. O primeiro está ancorado no sexo de seus referentes. Há a distinção de gênero semântico por pares lexicais como *tai* ("filho") / *itsu* ("filha") e *heritʂa* ("idoso") / *aripi*

(“idosa”), semelhantemente às outras línguas que possuem esse tipo de gênero. E, além disso, a distinção das classes de gênero masculino ou feminino também é realizada por meio de pares de nomes [+humano] específicos que funcionam como modificadores de nomes [+animado] [-humano], são estes: *enɨ̨sa* (“homem”) e *tineɨ̨su* (“mulher”), a fim de indicar seu sexo biológico (macho ou fêmea) (De Felipe, 2020, p. 271), conforme exemplificado no par apresentado em (47):

Mehináku (De Felipe, 2020, p. 271)

(47)	*araukuma*	***enɨ̨sa***	*araukuma*	***tineɨ̨su***
	galinha	homem	galinha	mulher
	‘galo’		‘galinha’	

A codificação de gênero em mehináku também se dá por meio de sufixos, que são aplicados especificamente a nomes que denotam seres humanos. Para indicar o gênero masculino, utiliza-se o sufixo *-hɨ* e os sufixos *-tu*, *-neɨ̨su*, *-lu* (e seus alomorfes *-lulu* e *-ɨ̨su*) são utilizados para designar indivíduos do sexo feminino. Segundo De Felipe (2020), a marcação de gênero masculino, como visto em (48), se restringe a um grupo limitado de lexemas, denominado “grupo das funções”. Esse grupo compreende termos que nomeiam papéis sociais específicos dentro da aldeia, os quais podem ser correlacionados a funções ou profissões. Fora do grupo das funções, o gênero masculino é geralmente a forma não marcada, ou seja, a ausência de sufixação específica feminina indica o masculino como categoria padrão em mehináku.

Essa assimetria para atribuição de gênero, em que a codificação do gênero masculino é restrita a um agrupamento de palavras indicativas da função social dos referentes, demonstra a presença do gênero pragmático, ainda que a marcação de gênero, nesses casos, faça referência ao traço semântico [+sexo] do referente. Isso porque mais relevante que marcar o sexo do referente, é determinar quais posições sociais são passíveis de serem ocupadas de maneira semelhante tanto por homens, quanto por mulheres, e, portanto, passíveis de receber a marca referente a ambos os sexos. Logo, a limitação de quais nomes recebem quais marcas está atrelada à dinâmica social e funcional das relações interpessoais nesta cultura.

Mehináku (De Felipe, 2020, p. 268)

(48)	*eşeke-ki-jeke-**hi***	*eşeke-ki-jeke-**tu***
	rezar-NMLZ-grande/dono-**MASC**	rezar-NMLZ-dono-**FEM**
	‘rezador’	‘rezadora’
	Lit. ‘dono da reza’	Lit. ‘dona da reza’
	*apai-jeke-**hi***	*apai-jeke-**tu***
	canto-grande/dono-**MASC**	canto-dono-**FEM**
	‘cantor’	‘cantora’
	Lit. ‘dono do canto’	Lit. ‘dona do canto’

No outro grupo de palavras, nomeado “grupo dos atributos”, apenas a marcação morfológica para o feminino é atestada. Este ainda é dividido em dois subgrupos, conforme o autor: o primeiro subgrupo inclui “nomes indicativos de papéis sociais da cultura Mehináku ou de fora dela, como ser Mehináku, ser não-indígena”, conforme se verifica em (49) a seguir. Há também o uso do genérico masculino, pois “alguns nomes não marcados morfologicamente referem-se tanto ao masculino quanto ao genérico, como *kaɻaɨpa* (“não indígena”) e *imiehɨnaku* (“mehináku”), que podem fazer referência tanto a um homem [...], quanto [...] ao povo [...] como um todo”. O segundo subgrupo dos atributos “refere-se aos nomes indicativos de parentesco (primo, prima, sogro, sogra), estágios da vida (como infância, juventude, velhice), estados civis (viúvo, viúva, casado, casada), estados sociais (trabalhador) etc., nomes próprios” (De Felipe, 2020, p. 268-270), como ilustrado nos exemplos (50) e (51) a seguir. Essa organização ratifica que a marcação de gênero em mehináku está profundamente enraizada em funções pragmáticas embasadas em valores culturais específicos da comunidade.

Mehináku (De Felipe, 2020, p. 269-270)

(49)

*kaɻaipa-**neɻu***	*amunau-**neɻu***	*imiehinaku-**neɻu***
não indígena-**FEM**	cacique-**FEM**	Mehináku-**FEM**
‘não indígena (branca)’	‘cacica’	‘mulher Mehináku’

Mehináku (De Felipe, 2020, p. 271)

(50)

*umati-**ɻu***	*u=tuluma-la=ku*	*tsitsatsai*	*u=me-me=ku*,
sogro-**FEM**	3=rede-POSS=DECL	igual	3=marido-REDP=DECL

umatɨ	*kɨɻɨ*	*u=tuluma-la*
sogro	facão	3=REDE-POSS

‘a rede da sogra, a mesma coisa com a rede do marido dela, a rede do sogro (estavam rasgadas)’

Mehináku (De Felipe, 2020, p. 270-271)

(51)

jamuku-tɨpa	*jamuku-tɨpa-**lu***
jovem-CLF.idade	jovem-CLF.idade-**FEM**
‘jovem’	‘jovem’
jawakuma	*jawakuma-**lu***
jawakuma	jawakuma-**FEM**
‘Yawakuma’ (nome próprio)	‘Yawakumalu’ (nome próprio)
kanukija	*kanukija-**lu***
casado	casado-**FEM**
‘casado’	‘casada’
nu=tanule	*nu=tanule-**ɻu***
1SG=primo	1SG=primo-**FEM**
‘meu primo’	‘minha prima’

Além disso, nesta língua, há ainda marcação do gênero contextual, como ilustram os exemplos (52) e (53). Como podemos ver em (52), os lexemas distintivos de gênero, "ser velho" e "ser velha", marcam o sexo do locutor. Em (53), o sexo feminino do interlocutor é duplamente marcado: lexicalmente pela palavra "filha" e pelo sufixo feminino *-lu*.

Mehináku (De Felipe, 2020, p. 210)

(52)	*ni=**heritʃe**-ne*	*n=**aripi**-ne*
	1sg=**ser velho**-PONT	1sg=**ser velha**-PONT
	'Estou ficando velho'	'Estou ficando velha'

Mehináku (adaptado de Felipe, 2020, p. 326)

(53)	*kulata=pai*	*pitsu,*	*n=**itsu**-pa-**lu**!*
	ser quente=IPFV	2SG	1SG=**filha**-EST-**FEM**
	'você está quente, minha filha!'		

Portanto, a distinção de gênero, em mehináku, está fortemente ancorada em papéis sociais, categorias identitárias e marcadores de pertencimento cultural e identidade de gênero tanto dos referentes, quanto dos participantes do ato discursivo.

7.3.2 Akwẽ-xerente (jê)

Nesta língua, o gênero semântico também é expresso por pares lexêmicos, conforme ilustrado no exemplo (54), em que apresentamos os casos de nomes [+humano] distintos para se referir ao gênero natural feminino ou masculino dos referentes, incluindo nomes das relações de parentesco. Em (55), (56), (57), (58), (59) e (60), ilustramos casos em que o sexo biológico de animais é marcado por meio da posposição de palavras equivalentes a "macho" ou "fêmea". Segundo Sousa Filho (2007), "há duas formas usadas para indicar o sexo de animais, normalmente são acrescidos aos nomes os termos *kraprɛ* 'que dá luz, cria, é fêmea' e *krirɛ* 'macho' ou as locuções *sĩpikõ* 'tornar-se mulher/fêmea' e *sĩmambɨ* 'tornar-se homem/macho'" (Sousa Filho, 2007, p. 94). Vejamos:

Akwẽ-xerente (Sousa Filho, 2007, p. 94)

(54)	*-ptɔkwa*	'pai'	*-ɛparkwa*	'mãe'
	ture	'menino'	*tare*	'menina'
	ambɨ	'homem'	*pikõ*	'mulher'

Akwẽ-xerente (Sousa Filho, 2007, p. 94)

(55)	*sika-**kraprɛ***
	ave (galináceo) **acabou de criar**
	'galinha'

Akwẽ-xerente (Sousa Filho, 2007, p. 94)
(56) *sika-**krirɛ***
ave (galináceo) **macho**
'galo'

Akwẽ-xerente (Sousa Filho, 2007, p. 94)
(57) *krɔ-**kraprɛ***
macaco **que cria**
'macaca'

Akwẽ-xerente (Sousa Filho, 2007, p. 94)
(58) *krɔ-**krirɛ***
macaco **macho**
'macaco'

Akwẽ-xerente (Sousa Filho, 2007, p. 95)
(59) *mãku-sĩ-**pikõ***
pato-PR-**mulher/fêmea**
pato transformado em mulher/fêmea
'pata'

Akwẽ-xerente (Sousa Filho, 2007, p. 95)
(60) *mãku-sĩ-m-**ambɨ***
pato-PR-CL-**homem/macho**
pato transformado em homem/macho
'pato'

Em akwẽ-xerente, a atribuição de gênero aos nomes próprios e a certas entidades do mundo natural é muito influenciada por fatores socioculturais e cosmológicos. Segundo Sousa Filho (2007, p. 53 e 97), os nomes próprios de pessoas nessa comunidade guardam uma profunda relação com o sistema de crenças e os mitos fundacionais do povo Akwẽ. O processo de nomeação individual é bastante ritualizado e desempenha um papel central na estruturação identitária dos membros do grupo. Como observa o autor, nomear alguém é uma forma de situá-lo socialmente no interior das atividades atribuídas ao seu clã, contribuindo para a preservação da coesão e da continuidade cultural de seu povo.

Esses nomes são geralmente motivados por referências a animais, objetos, ações humanas ou emoções culturalmente significativas. A marcação de gênero pragmático nos nomes próprios segue padrões morfossintáticos definidos: para mulheres, são empregados os sufixos *-ø* (forma informal), *-di, -ti* ou *-ki*; para homens, os sufixos típicos são *-ø*, *-mẽkwa* e *-kwa* (Sousa Filho, 2007, p. 95). A distribuição desses sufixos está, portanto, ancorada não apenas em traços morfológicos, mas em práticas culturais e rituais que estruturam a sociedade Akwẽ. Tais casos ilustram um modelo de atribuição de gênero no qual critérios semânticos e pragmáticos configuram uma codificação que é, ao mesmo tempo, linguística e cultural. Os dados apresentados de (61) a (68) exemplificam esses casos.

Akwẽ-xerente (Sousa Filho, 2007, p. 95)
(61) *tpe-**di***
peixe-NMLZ.FEM
'nome próprio feminino'

Akwẽ-xerente (Sousa Filho, 2007, p. 95)
(62) *ke-**ti***
mel-NMLZ.FEM
'nome próprio feminino'

Akwẽ-xerente (Sousa Filho, 2007, p. 95)
(63) *sibaka-**di***
garça-NMLZ.FEM
'nome próprio feminino'

Akwẽ-xerente (Sousa Filho, 2007, p. 96)
(64) *sipri-**ki***
abelha-NMLZ.FEM
'nome próprio feminino'

Akwẽ-xerente (Sousa Filho, 2007, p. 96)
(65) *wrɛ-wẽ-**ø***
anu (pássaro) bonito-NMLZ.MASC
'nome próprio masculino'

Akwẽ-xerente (Sousa Filho, 2007, p. 96)
(66) *ti-ĩ-**kwa***
flecha-VL-NMLZ.MASC
'nome próprio masculino'

Akwẽ-xerente (Sousa Filho, 2007, p. 96)
(67) *tpe-**mẽkwa***
peixe-NMLZ.MASC
'nome próprio masculino'

Akwẽ-xerente (Sousa Filho, 2007, p. 96)
(68) *simnə̃-**ø***
desconfiar, enciumar-NMLZ.MASC
'nome próprio masculino'

Trata-se da cosmopercepção desse povo, representada subjetivamente pela existência de um fio condutor que equilibra as relações entre o humano (cultura) e a natureza; "[a]ssim, é possível dizer que os nomes de espécie passam por uma modificação 'adjetiva', isto é, passam a ser nomes com propriedades dos humanos (passam a [+humano])" (Souza Filho, 2007, p. 97). Além disso, como mostra Souza Filho (2007), o gênero de certas entidades naturais ou cosmológicas, tais como como *wa* ("lua") e *sdakrɔ* ("sol"), é inferido a partir das narrativas míticas com base nos papéis sociais que tais entidades desempenham, que são definidos culturalmente como próprio de homens ou próprio de mulheres. Por exemplo, a lua e o sol são

interpretados como masculinos por estarem associados a figuras heroicas ou a atributos tradicionalmente atribuídos a homens, como "ser esposo, guerreiro ou caçador"[149].

Por fim, há expressão de gênero contextual por meio de usos distintos de exortativos e pronomes interrogativos vinculados à diferença entre a fala feminina e a fala masculina, ou seja, especifica-se o sexo do enunciador. Os dados dispostos em (69), (70), (71) e (72) ilustram alguns desses usos designados especificamente para uso dos homens e para uso das mulheres.

Akwẽ-xerente (Sousa Filho, 2007, p. 97-98)
(69) ♀*aze*
EXORT
'Vamos! (fala feminina)'

Akwẽ-xerente (Sousa Filho, 2007, p. 98)
(70) ♂*are*
EXORT
'Vamos! (fala masculina)'

Akwẽ-xerente (Sousa Filho, 2007, p. 98)
(71) ♀*taha*
PRON.INTER
'O que?! (fala feminina)'

Akwẽ-xerente (Sousa Filho, 2007, p. 98)
(72) ♂*mə̃rĩ̃*
PRON.INTER
'O que?! (fala masculina)'

A categoria de gênero linguístico na língua akwẽ-xerente apresenta uma estrutura complexa, que combina recursos semânticos, pragmáticos e contextuais profundamente entrelaçados com as práticas socioculturais, as crenças cosmogônicas e os processos de construção identitária do grupo. Embora a língua não exiba um sistema morfossintático de gênero plenamente regular para todos os nomes, ela dispõe de mecanismos elaborados de expressão de gênero, sobretudo no campo dos nomes próprios e das relações de parentesco.

A codificação de gênero é frequentemente realizada por meio de itens lexicais distintos ou pela posposição de termos equivalentes a "macho" (*krirɛ*) e "fêmea" (*kraprɛ*), bem como por locuções processuais como *sĩpikõ* e *sĩmambɨ*, que codificam o ato de "tornar-se mulher" ou "tornar-se homem". No caso dos nomes próprios, a marcação de gênero é realizada por sufixos específicos atribuídos segundo o sexo do nomeado, em consonância com práticas rituais e com a

[149] Para a GDF, os traços sociais e culturais dos interlocutores têm origem no componente contextual, no entanto, nesta tese, assumiremos que a cosmopercepção do falante é algo que está presente no próprio indivíduo e não depende exclusivamente do componente contextual, isto é, não se resolve unicamente no componente contextual.

cosmopercepção desse povo, como demonstrado por Sousa Filho (2007). Como se pode observar nos dados acima, essa atribuição não é arbitrária: ela se baseia em narrativas míticas, no papel social dos indivíduos e na associação simbólica com elementos da fauna, da flora e de comportamentos culturalmente valorizados, o que reforça a ideia de um gênero construído e indexado culturalmente. Além disso, o gênero contextual também se manifesta na linguagem em uso, no sentido de que há diferenças na fala masculina e feminina, como mostram os pronomes e formas exortativas usados de maneira diferenciada por homens e mulheres.

7.3.3 Dzubukuá (kariri)

Diferentemente da maioria das línguas da amostra, em dzubukuá, há três classes de gênero gramatical a serem atribuídos: masculino, feminino e neutro (Crystal, 2000 *apud* Queiroz, 2012, p. 111). Os dois primeiros "reúnem termos familiares, de parentesco e consanguinidade, genealógicos e demais expressões atribuídas às entidades humanas cujo significado está diretamente associado ao sexo biológico do referente", como exemplificado em (73). Já o gênero neutro é aplicado a nomes que se referem a "entidades humanas indicativas de ambos os sexos ou portadoras de significado coletivo ou geral; a vocábulos de referência não humana; e aos lexemas referentes às partes do corpo e às entidades espirituais", conforme ilustrado em (74) (Queiroz, 2012, p. 112). O autor explica que essa classificação se baseia na existência (ou não) de pares opostos para cada palavra, ou seja, distingue-se entre o grupo de palavras que apresentam valor de gênero masculino em oposição ao feminino e o grupo de palavras que carregam valor de gênero neutro, por não apresentarem um par antônimo.

Dzubukuá (Queiroz, 2012, p. 111)

(73)	*anɾan*	'homem'	/	*tetsi*	'mulher'
	to	'avô'	/	*ɲike*	'avó'
	padzu	'pai'	/	*de*	'mãe'
	ɾande	'amigo'	/	*dzide*	'amiga'
	anɾotse	'homem velho'	/	*ɾute*	'mulher velha'

Dzubukuá (Queiroz, 2012, p. 112)

(74)	*utu*	'fruta, fruto'
	anɾaniede	'antepassado'
	tseho	'gente'
	idi	'coração'
	buiehoho	'corpo'
	aɲi	'alma'

Queiroz (2012, p. 109-110) distribui os substantivos do dzubukuá em cinco categorias semânticas com base em seus significados. Os nomes aos quais é atribuído uma das

três classes de gênero são caracterizados como “entidades animadas não humanas” – palavras referentes a animais – e “entidades humanas” – indicam seres e traços humanos; entidades espirituais, visto que se comportam como seres humanos; partes do corpo; termos de parentesco, consaguinidade e função social; e nomes “relativos a grau de proximidade entre seres humanos (tais como ‘amigo’, ‘marido’, ‘esposa’, ‘inimigo’, ‘madrinha’, ‘padrinho’ etc.)”.

Outra característica do dzubukuá é que, sintaticamente, os substantivos podem desempenhar a função gramatical de vocativo (Queiroz, 2012, p. 124). A marcação do vocativo está vinculada ao gênero da entidade evocada, ou seja, ela varia conforme o sexo – feminino ou masculino – do interlocutor. Trata-se de uma construção morfossintática formada pela cliticização das adposições *bo* e *mo* a um substantivo: VOC = {*bo*=} ou {*ma*=} + SUB. O primeiro é empregado para o gênero masculino e o segundo, para o feminino. O autor conclui que “o vocativo é um sintagma adposicional que, na língua, carrega um tom afetivo e apelativo”. Ainda segundo ele, “no plano formal, sua presença não é obrigatória. Sua relevância está mais na dimensão sociocomunicativa” (Queiroz, 2012, p. 295-296). Vejamos:

Dzubukuá (Queiroz, 2012, p. 295)

(75)	*te-kli*	*itse*	*do*	*a-netso*	*hi-na*	***bo=ɲura***	***ma=nutetsi***
	vir-PST	pessoa	de	2-ver	1-a	**VOC.MASC=filho**	**VOC.FEM=filha**

‘Venha cá, filho e filha, para vos ver’

O uso do vocativo, que marca o sexo do interlocutor, revela a presença do gênero contextual na língua dzubukuá. A associação entre gênero e construções vocativas, com formas específicas cliticizadas, que variam conforme o sexo do interlocutor, constitui práticas culturais locais de diferenciação de gênero, evidenciando a natureza simbólica e performativa da linguagem.

Além disso, diferentemente do que se observa em quase todas as línguas da amostra, dzubukuá apresenta uma terceira classe de gênero: o neutro, com funções específicas, como a referência a entidades humanas de sexo indefinido ou coletivo, a seres não humanos, a partes do corpo e a entidades espirituais, apontando um refinamento classificatório que transcende a simples oposição binária baseada no sexo biológico. Tais traços indicam que o gênero, nesta língua, desempenha funções referenciais e sociocomunicativas e contextuais, o que reforça sua centralidade na organização e na construção das relações interpessoais.

7.3.4 Kanoê (isolada)

Nesta língua, os casos de marcação de gênero semântico são restritos aos nomes de referentes humanos, sobretudo na terminologia das relações de parentesco. Embora a categoria de gênero não seja extensiva a todos os nomes, "existem dois morfemas nominais específicos que não apenas marcam morfologicamente um determinado nome quanto ao gênero, mas também podem estabelecer relações de concordância entre nomes ou pronomes e estruturas verbais", são estes: *-kwæ̃* "masculino" e *-nake* "feminino". "Além desses morfemas, as formas livres *ævo* "homem" e *e* "mulher", em casos específicos, também podem funcionar como marcadores de gênero no domínio de um sintagma nominal". Portanto, a categoria linguística de gênero – quando marcada – pode ser expressa de quatro modos: i) lexicalmente quando o valor de gênero é depreendido semanticamente a partir do léxico; ii) "é marcado na constituição morfológica do vocábulo por *-kwæ̃* para 'masculino' ou por *-nake* para 'feminino'"; iii) "pela *anteposição* das formas livres *ævo* 'homem', para masculino, e *e* 'mulher', para feminino, a um substantivo neutro, no escopo do sintagma nominal"; iv) "pela *posposição* de *ævo-re* 'ser homem' (= 'ser macho') ou de *e-re* 'ser mulher' (= 'ser fêmea') a um nome não marcado ou neutro, no âmbito do sintagma nominal" (Bacelar, 2004, p. 114-115).

Os dados apresentados em (76), abaixo, são relativos aos termos de parentesco e ilustram casos do gênero semântico depreendido do próprio lexema. Na sequência, os dados apresentados em (77) a (80) mostram sua "relação de concordância com um sintagma atributivo ou qualificativo, mais precisamente no interior de estruturas predicativas, a partir dos morfemas *-kỹj* 'MASC' e de *-nake* 'FEM'" (Bacelar, 2004, p. 115) [150].

Kanoê (Bacelar, 2004, p. 115)

(76)	*ævo*	'homem, marido, macho, masculino'
	e	'mulher', 'esposa', 'fêmea', 'feminino'
	tsutsu	'avô'
	keke	'avó'
	mujoiteñaj	'tio'
	ãtã	'tia'
	papa	'pai'
	muj	'mãe'
	nake	'mulher, moça'

[150] "Considerando que a marcação de gênero masculino pode ser dada por {***-kwæ̃***} ou por {***-kỹj***}, a tendência é pressupor que essas duas formas sejam, na verdade, realizações alomórficas de um único morfema. No entanto, nos exemplos supracitados, pode-se verificar que todas as ocorrências de {***-kwæ̃***} são restritas à fronteira final de vocábulo nominal, enquanto as de {***-kỹj***} são verificáveis sobretudo incorporadas no interior de estruturas atributivas e de outras estruturas verbais, depois da raiz e antes do auxiliar {***-re***}. Assim, esses morfemas têm distribuição distinta, ao passo que {***-nake***} 'FEM', com o qual ambos contrastam, tem distribuição mais geral, porque pode ocorrer como forma livre. Logo, {***-kwæ̃***} e {***-kỹj***} são morfemas distintos, pois pertencem a categorias morfossintáticas diferentes: o primeiro é nominal; o segundo, preponderantemente verbal" (Bacelar, 2004, p. 116).

Kanoê (Bacelar, 2004, p. 115)
(77) *jato* ***papa*** *tẽpũ-**kỹj*** *e-re*
POSS.1PL **pai** velho-**MASC** DECL-AUX
'Nosso pai está velho'

Kanoê (Bacelar, 2004, p.115)
(78) *ña* ***muj*** *tẽpũ-**nake*** *e-re*
POSS.1SG **mãe** velho-**FEM** DECL-AUX
'Minha mãe está velha'

Kanoê (Bacelar, 2004, p.115)
(79) *ña* ***ævo*** *æ-**kỹj*** *e-re*
POSS.1SG **homem** gordo-**MASC** DECL-AUX
'Meu esposo está gordo'

Kanoê (Bacelar, 2004, p.115)
(80) *ña* ***e*** *æ-**nake*** *e-re*
POSS.1SG **mulher** gordo **-FEM** DECL-AUX
'Minha esposa está gorda'

Os exemplos listados acima, extraídos de Bacelar (2004), indicam que a língua kanoê emprega um sistema de gênero que combina estratégias de codificação lexical e morfossintática. Em primeiro lugar, observa-se uma distinção lexical de gênero em pares nominais específicos, como *tsutsu* ("avô") *versus keke* ("avó"), *papa* ("pai") *versus muj* ("mãe"), e *mujoiteñaj* ("tio") *versus ãtã* ("tia"), entre outros. Essas distinções estão associadas a um sistema de gênero semântico, no qual o sexo do referente [+humano] é expresso diretamente por meio de formas lexicais distintas.

Além da marcação lexical, os dados apresentados mostram que a codificação morfossintática do gênero semântico também ocorre na língua, especialmente em estruturas atributivas, como as que envolvem adjetivos ou predicativos qualificadores. Nesses casos, o gênero natural do referente nominal é refletido morfologicamente pelo sufixo do predicativo: o sufixo *-kỹj* marca o gênero masculino e o sufixo *-nake* o feminino. Assim, em frases como *papa tẽpũ-kỹj e-re* ("nosso pai está velho") e *muj tẽpũ-nake e-re* ("minha mãe está velha"), há concordância entre o nome do referente e o predicado. O mesmo padrão aparece nas construções *ævo æ-kỹj e-re* ("meu esposo está gordo") e *e æ-nake e-re* ("minha esposa está gorda").

Em (81), (82), (83) e (84), há casos em que o gênero semântico é expresso pelo sufixo *-kwæ̃* para o masculino ou *-nake* para o feminino. No exemplo (84), há um caso curioso de um nome deverbal apontado por Bacelar (2004, p. 116), "esses dados foram elicitados junto aos informantes 'isolados do Omeré', que provavelmente não conheciam o objeto antes do contato com a FUNAI. Trata-se de casos únicos, posto que não há exemplos similares"

Kanoê (Bacelar, 2004, p.115)

(81)	*tu-**kwæ̃***	*tu-**nake***
	irmão-**MASC**	irmão-**FEM**
	‘irmão mais velho’	‘irmã mais velha’

Kanoê (Bacelar, 2004, p.115)

(82)	*uru-tu-**kwæ̃***	*uru-tu-**nake***
	novo-irmão-**MASC**	novo-irmão-**FEM**
	‘irmão mais novo’	‘irmã mais nova’

Kanoê (Bacelar, 2004, p.115)

(83)	*tsu-**kwæ̃***	*tsu-**nake***
	nu-**MASC**	nu-**FEM**
	‘caboclo, homem indígena’	‘cabocla, mulher indígena’

Kanoê (Bacelar, 2004, p.115)

(84)	*taja-**kwæ̃***	*taja-**nake***
	enxugar-**MASC**	enxugar-**FEM**
	‘toalha masculina’	‘toalha feminina’

Nos exemplos acima, em especial no exemplo (84), verifica-se a existência de um sistema de codificação morfossintática de gênero que se apoia em morfemas sufixais *-kwæ̃* (masculino) e *-nake* (feminino), ambos pertencentes à categoria nominal. Nos exemplos de (81) a (83), a aplicação desses morfemas ocorre sobre nomes que designam parentesco ou nomes que apresentam os traços semânticos [+humano]. O exemplo (84), contudo, introduz um caso atípico e relevante na língua kanoê: a aplicação da mesma marcação de gênero semântico sobre um item lexical derivado de verbo – *taja* “enxugar” – gerando os nomes *taja-kwæ̃* (“toalha masculina”) e *taja-nake* (“toalha feminina”). Trata-se, como aponta o autor, de um caso isolado, provavelmente resultante de um contexto de contato recente com objetos culturalmente externos (nesse caso, a toalha), o que indica uma extensão criativa e contextualizada da morfologia de gênero da língua kanoê. Consideramos que, a aplicação da distinção masculino/feminino a casos como esses é motivada pela relação do sexo do referente [+humano] que utiliza o objeto, o que justifica classificar, em uma primeira instância, essa ocorrência como gênero pragmático, porque, metaforicamente, o gênero natural do usuário é relacionado como base identificacional para distinguir a quem o objeto é destinado, já que “toalha” é de natureza inanimada, sem referência à distinção sexual.

Nos dados explicitados em (85), (86), (87) e (88) abaixo, há casos em que a marcação de gênero é facultativa, “pois, no uso efetivo da língua, está ligada ao contexto [...] ou à intencionalidade do falante”. Em (85) e (86), a marcação de gênero se dá pela anteposição dos “nomes *ævo* ‘homem’ ou de *e* ‘mulher’, compondo um sintagma nominal, [no qual] tais elementos funcionam como determinantes”. Em (87) e (88), por outro lado, apresentamos “os

casos em que, para o mesmo item, a determinação de gênero é feita pelos marcadores de gênero {*-kỹj*} e {*-nake*}, incorporados na estrutura verbal" (Bacelar, 2004, p. 117).

Kanoê (Bacelar, 2004, p.117)
(85) ***ævo*** *kani* *tũvo* *n-e-re*
homem criança adoecer 3-DECL-AUX
'O menino está doente'
Lit.: O homem criança está doente.

Kanoê (Bacelar, 2004, p.117)
(86) ***e*** *kani* *tũvo* *n-e-re*
mulher criança adoecer 3-DECL-AUX
'A menina está doente'
Lit.: A mulher criança está doente.

Kanoê (Bacelar, 2004, p.117)
(87) *kani* *pe-ø-já-**kũj*** *e-re*
criança deitar-3-DIR-**MASC** DECL-AUX
'O menino está deitado'

Kanoê (Bacelar, 2004, p.117)
(88) *kani* *pe-ø-já-**nake*** *e-re*
criança deitar-3-DIR-**FEM** DECL-AUX
'A menina está deitada'

Em (89) na sequência, podemos observar casos em que hiperônimos referentes a espécies animais recebem marcação de gênero por meio da posposição de predicativos equativos, tais como: *ævo-re* para o masculino e *e-re* para o feminino. Segundo Bacelar (2004, p. 118), essa estratégia de categorização de gênero combina um item nominal determinante de sexo com o sufixo auxiliar *-re*, que, nesse contexto específico, atua como um marcador copulativo equativo. Ainda conforme o autor, quando o sufixo *-re* aparece sem um marcador declarativo anterior, ele assume a função de marcador de particípio, sendo interpretado, de forma mais literal, como "sendo macho" ou "sendo fêmea".

Kanoê (Bacelar, 2004, p.117)
(89)

opera ***ævo**-re*	*opera* ***e**-re*
onça **homem**-AUX	onça **mulher**-AUX
'onça macho'	'onça fêmea'
kurakura ***ævo**-re*	*kurakura* ***e**-re*
galináceo **homem**-AUX	galináceo **mulher**-AUX
'galo'	'galinha'
iry ***ævo**-re*	*iry* *e-re*
macaco **homem**-AUX	macaco **mulher**-AUX
'macaco macho'	'macaco fêmea'

Por meio da concordância, o gênero contextual também é marcado nesta língua, conforme ilustram os dados abaixo, em que a identidade de gênero do locutor e do interlocutor são codificadas lexicalmente pelos nomes “homem” e “mulher”, além da marcação de gênero no adjetivo “alto”.

Kanoê (Bacelar, 2004, p.142)
(90) *aj* *ævo* *ã-kỹj* *õ-e-re*
1SG homem alt-MASC 1-DECL-AUX
‘Eu sou alto’

Kanoê (Bacelar, 2004, p.142)
(91) *mi* *e* *ã-nake* *mi-k-e-re*
2SG mulher alt-FEM 1-NEG-DECL-AUX
‘Você é baixa’ (Lit.: Você mulher não é alta)

A análise de dados da língua kanoê mostra que a categoria de gênero constitui um sistema gramatical restrito e culturalmente sensível, cuja marcação ocorre principalmente em nomes com traço [+humano] (Bacelar, 2004), especialmente no domínio do parentesco e de referentes sociais. O gênero é expresso por diferentes meios, incluindo os sufixos (*-kwæ̃* para o masculino e *-nake* para o feminino), lexemas (*ævo* “homem” e *e* “mulher”), além de construções predicativas com valor equativo (*ævo-re* / *e-re*) para nomes [+animado] [-humano]. Por fim, a concordância de gênero se manifesta em estruturas nominais e predicativas, podendo funcionar na codificação do sexo do locutor e do interlocutor.

7.3.5 Rikbáktsa (rikbáktsa)

Em rikbáktsa, há expressão de gênero semântico, gênero pragmático e gênero contextual, morfossintaticamente codificados. Os nomes com os traços [+humano] e [+animado] são distinguidos entre os gêneros masculino e feminino, sendo o masculino considerado não marcado. Isso se deve ao fato de que “somente [os femininos] são especificados para gênero tanto no singular quanto no plural, enquanto os masculinos se flexionam para gênero somente no singular” (Silva, 2005, p. 39). Além disso, há concordância entre gênero e número nos termos do sintagma nominal.

Os nomes [+humano], segundo Silva (2005, p. 37), “recebem uma série de sufixos que indicam o gênero e o número do determinante”. Esses nomes podem ser divididos em duas subclasses. Na primeira, os nomes femininos se flexionam para gênero no singular (com o sufixo *-tatʃa*) e no plural (com o sufixo *-ɽa*), enquanto os nomes masculinos se flexionam apenas no singular (com o sufixo *-ta*), “pois no plural recebem o sufixo *-tʃa*, marcador de plural nos

nomes em geral". Conforme a autora, pertencem a essa primeira subclasse "o termo que designa o povo Rikbáktsa 'gente' e nomes que denotam qualidade e têm um referente com o traço semântico [+humano]". Vejamos, a seguir, os exemplos que ilustram esses casos.

Rikbáktsa (Silva, 2005, p.37)

(92)	*rikˈbak-**ta***	*rikˈbak-**tatʃa***
	gente-**MASC.SG**	gente-**FEM.SG**
	'homem rikbaktsa'	'mulher rikbaktsa'

Rikbáktsa (Silva, 2005, p.38)

(93)	*jabaʃi-**ta***	*jabaʃi-**tatʃa***
	novo-**MASC.SG**	novo-**FEM.SG**
	'novo'	'nova'

Rikbáktsa (Silva, 2005, p.38)

(94)	*iʃtʃekˈba-**tʃa***	*iʃtʃekˈba-**ɽa***
	velho-**PL**	velho-**FEM.PL**
	'velhos'	'velhas'

Rikbáktsa (Silva, 2005, p.38)

(95)	*rikˈbak-**tʃa***
	gente-**PL**
	'homens rikbaktsa'

Rikbáktsa (Silva, 2005, p.38)

(96)	*jabui-* ***ɽa***
	criança-**FEM.PL**
	'meninas'

Diferentemente do que se observa no masculino plural, visto em (95), o feminino plural, para este caso, é marcado pelo uso do item lexical *kɨˈkɨrɨ*, conforme visto em (97):

Rikbáktsa (Silva, 2005, p.38)

(97)	*rikˈbak*	***kɨˈkɨrɨ***
	gente	**mulheres**
	'mulheres rikbaktsa'	

A segunda subclasse de nomes que se flexionam para gênero inclui aqueles que, diferentemente dos nomes que integram a primeira subclasse, marcam apenas o feminino plural. Esses nomes recebem os sufixos *-ɽa* e *-ka*, sendo que este último apresenta um uso aparentemente mais restrito, ocorrendo, por exemplo, com os termos que designam "netas" e com o pronome de segunda pessoa do feminino plural. Segundo Silva (2005, p. 38), fazem parte dessa subclasse "alguns nomes relativos a relações de parentesco, a categorias sociais e o pronome de segunda pessoa do feminino plural [o pronome de segunda pessoa masculino recebe *-tʃa* para indicar o plural]". Vejamos, a seguir, os exemplos que ilustram essa classe:

Rikbáktsa (Silva, 2005, p.38)
(98) *ikiaha-ˈ**ka*** *ikiaha-ˈ**ʧa***
você-**FEM.PL** você-**PL**
‘vocês (feminino)’ ‘vocês (masculino)’

Rikbáktsa (Silva, 2005, p.38-39)
(99) *jaˈbui* *jabui-ˈ **ʧa*** *jabui -ˈ**ɽa***
criança criança-**PL** criança-**FEM.PL**
‘criança’ ‘meninos’ ‘meninas’

Rikbáktsa (Silva, 2005, p.39)
(100) *ka-ʃite-oˈka*
1SG-filha--filho
‘meu neto(a) (prole da minha filha)’

Rikbáktsa (Silva, 2005, p.39)
(101) *ka-ˈʧe-kuka*
1SG-filho-filho
‘meu neto(a) (prole do meu filho)’

Rikbáktsa (Silva, 2005, p.39)
(102) *ka-ʧe-kuka-ˈ**ʧa***
1SG-filho--filho-**PL**
‘meus netos (filhos do meu filho)’

Rikbáktsa (Silva, 2005, p.39)
(103) *ka-ʃite-oka-ˈ**ka***
1SG-filha--filho-**FEM.PL**
‘minhas netas (filhas da minha filha)’

Rikbáktsa (Silva, 2005, p.39)
(104) *ka-hi-ˈ**ɽa*** *ka-hi-ˈ**ʧa***
1SG-filho-**FEM.PL** 1SG-filho-**PL**
‘minhas filhas’ ‘meus filhos’

Os exemplos apresentados acima evidenciam, na língua rikbáktsa (Silva, 2005, p.37-39), um sistema de marcação de gênero semântico, cuja codificação é lexical e morfossintática, em associação à categoria de número, fortemente motivado por traços semânticos, especialmente [+humano +sexo], e por traços pragmáticos, evidenciando as relações interpessoais de parentesco de primeiro e segundo graus.

Nos exemplos (98) e (99), verifica-se a marcação de gênero no plural. Em (98), o pronome de segunda pessoa apresenta uma diferenciação entre o feminino plural (*ikiaha-ka*) e uma forma não marcada para gênero, usada tanto para o masculino quanto para o plural genérico (*ikiaha-ʧa*). Fica evidente, por meio dessa distribuição, uma relação assimétrica entre os gêneros no rikbáktsa: o masculino serve como referência padrão e não marcada, ao contrário do feminino, que precisa ser especificamente codificado.

Já os exemplos (100) a (103) revelam a complexidade linguístico-cultural do sistema de parentesco em rikbáktsa, com distinções precisas entre filhos e filhas de filhos e filhas do falante, ou seja, entre netos(as) por linha materna ou paterna. Em (100), *ka-ʃite-oka* (“meu neto/a, prole da minha filha”) mostra o uso de *ʃite* (“minha filha”) como base para compor o termo que indica neto/a por linhagem materna. Em (101), *ka-tʃe-kuka* (“meu neto/a, prole do meu filho”) apresenta a forma correspondente por linhagem paterna, com *tʃe* (“meu filho”) como elemento base. Em (102), a forma plural *ka-tʃe-kuka-tʃa* indica “meus netos”, novamente com o sufixo *-tʃa* funcionando como marcador de plural geral ou masculino não marcado. Por fim, (103) mostra a forma específica para o feminino plural: *ka-ʃite-oka-ka*, “minhas netas (filhas da minha filha)”, utilizando o sufixo *-ka*, que, como já observado, tem distribuição restrita, sendo empregado especialmente para o feminino plural em contextos de parentesco, como o de “netas”.

No exemplo (104), observa-se um caso interessante de variação morfológica na marcação de gênero e número para o termo “filho”. A forma lexical base utilizada é *hɨ*, que difere das raízes *ʃite* e *tʃe* apresentadas em exemplos anteriores para “filha” e “filho”, respectivamente. Essa alternância sugere que *hɨ* funciona como uma forma mais genérica ou neutra lexicalmente, que recebe a flexão por meio de sufixos específicos para indicar gênero e número. A marcação feminina plural é expressa pelo sufixo *-ɽa*, enquanto o sufixo *-tʃa* indica o plural masculino ou uma forma plural não marcada quanto ao gênero. Essa diferenciação reforça o padrão já observado na língua, em que o gênero masculino é a classe não marcada, ao passo que o gênero feminino exige uma marcação específica. A existência de raízes alternativas como *hɨ* demonstra a complexidade do sistema nominal em rikbáktsa e a importância dos sufixos como indicadores centrais de gênero e número, especialmente no âmbito das relações de parentesco. Em outros termos, o exemplo em questão contribui para a compreensão da complexidade e especificidade do sistema de gênero na língua rikbáktsa, especialmente no que tange à expressão das relações de parentesco de primeiro grau.

O quadro abaixo apresenta os sufixos de gênero e número, mencionados anteriormente, que podem ocorrer nos nomes em rikbáktsa:

Quadro 5 – Sufixos de gênero e número nos nomes em rikbáktsa

NÚMERO	GÊNERO	SUFIXO
singular	-feminino	*-ta*
singular	+feminino	*-tatʃa*
plural	-feminino	---
plural	+feminino	*-ɽa / -ka*

Fonte: Adaptado de Silva (2005, p. 39)

Para indicar o sexo de animais, a distinção é feita adicionando os termos *ma ˈku* (“homem” ou “macho”) e *wɨ ˈtɨk* (“mulher” ou “fêmea”) aos nomes, como se observa a seguir:

Rikbáktsa (Silva, 2005, p.40)
(105) a. *u ˈta* *paɽa ˈhei* ***ma ˈku*** *i-Ø-Ø-be ˈɽe*
1SG(MASC) queixada **macho** 1A-PST.TR-3OBJ.SG-matar (um só)
‘Eu matei queixada macho’

b. *u ˈta* *paɽa ˈhei* ***wi ˈtik*** *i-Ø-Ø-be ˈɽe*
1SG(MASC) queixada **fêmea** 1A-PST.TR-3OBJ.SG-matar (um só)
‘Eu matei queixada fêmea’

c. *u ˈta* *pi ˈku* ***wi ˈtik*** *i-Ø-Ø-be ˈɽe* *i-tuta- ˈbui-**tatʃa***
1SG(MASC) anta **fêmea** 1A-PST.TR-3OBJ.SG-matar (um só) 3SG-gordo-NEG-**FEM.SG**
‘Eu matei anta fêmea magra’

De acordo com Silva (2005), os pronomes pessoais em rikbáktsa apresentam formas lexicais distintas para os gêneros masculino e feminino, com exceção da segunda pessoa do singular e da primeira pessoa do plural (Silva, 2005, p. 40), como ilustrado no quadro 19 abaixo. Os exemplos (106) e (107), na sequência, mostram contextos em que o gênero do enunciador é indicado lexicalmente por meio de pronomes distintos de primeira pessoa, refletindo o gênero. Já o exemplo (108) evidencia que a terceira pessoa do singular é pronominalizada pelo demonstrativo, *ta ˈtʃa* (proximal, feminino, singular). Os pronomes demonstrativos do rikbáktsa distinguem a proximidade ou não do falante e gênero no singular: *ˈta* (“este”), t*a ˈtʃa* (“esta”) *ˈtõhi* (“aquele”) e *tõtʃo ˈhi* (“aquela”).

Quadro 6 – Pronomes pessoais em rikbáktsa

PESSOA	MASCULINO	FEMININO	TRADUÇÃO
1SG	*u ˈta*	*iki ˈɾa ~ ki ˈɽa*	‘eu’
1PL	*kaɫʃa*		‘nós’
2SG	*iki ˈa*		‘você’
2PL	*ikiahaɫʃa*	*ikiaha ˈka*	‘vocês’
3PL	*aʃi ˈa*	*aʃi ˈɽa*	‘eles’ / ‘elas’

Fonte: Silva (2005, p. 40)

Os exemplos, a seguir, ilustram a diversidade e a complexidade pronominal da língua rikbáktsa em relação à categoria de gênero e à categoria de número:

Rikbáktsa (Silva, 2005, p.42)
(106) ***iki ˈɽa*** *ɾik ˈbak-**tatʃa***
1SG(FEM) rikbaktsa-**FEM.SG**
‘Eu (feminino) sou rikbaktsa’

Rikbáktsa (Silva, 2005, p.68)
(107) ***u ˈta*** *ø-miˈwak-ø*
1SG(MASC) 1C-NPST.INTR-caçar-PROSP
'Eu (masculino) vou caçar'

Rikbáktsa (Silva, 2005, p. 41)
(108) *taˈpara* ***taˈʧa*** *Beto* ***oˈke***
primeiro/primeira **DEM.FEM** Beto **esposa**
'Ela é a primeira esposa de Beto'

Rikbáktsa (Silva, 2005, p. 41)
(109) *ikiaha-****ˈʧa*** *ˈbo* *ø-mi-kodo-ˈko*
2-**PL** para 1C-NPST.INTR-olhar-CONT
'eu estou olhando para vocês (masculino)'

Rikbáktsa (Silva, 2005, p. 42)
(110) ***kaˈʧa*** *ʧî-ø-ˈkai-ki-naha*
1PL 1B-PST.INTR-dançar-CONT-PL
'nós estávamos dançando'

Nos dados apresentados acima, observa-se que as categorias de gênero e número são relevantes no sistema pronominal do rikbáktsa, sendo, em muitos casos, expressas de forma cumulativa e morfologicamente distinta. No que se refere à categoria de gênero, os exemplos (106) e (107) ilustram formas específicas que indicam o gênero natural do enunciador ou do referente. Em (106) e (107), a distinção entre *ikiˈɣa* ("eu", forma feminina) e *u'ta* ("eu", forma masculina) evidencia que o pronome de primeira pessoa do singular varia de acordo com o gênero do falante. Trata-se, portanto, de um sistema de gênero contextual que realiza a indexação do sexo do enunciador. Além disso, como demonstrado no exemplo (108), a terceira pessoa do singular pode ser pronominalizada por demonstrativos com marcação de gênero, como *taˈʧa* (demonstrativo feminino), utilizado para retomar um referente feminino. Essa estratégia mostra que a distinção de gênero se estende para além dos pronomes pessoais, alcançando também elementos de natureza dêitica (demonstrativos).

No que diz respeito à categoria de número, os dados revelam que o sistema pronominal distingue o singular do plural, de modo morfossintaticamente codificado, e que essa distinção pode ocorrer de forma independente ou cumulativa com a marca de gênero. O exemplo (109) traz o item *ikiahatʃa* ("vocês", masculino não marcado plural), composto pela raiz pronominal e o sufixo plural *-tʃa*, forma essa que é contrastada com *ˈka*, o sufixo de plural específico para feminino. A presença do sufixo *-tʃa* confirma a marcação de número, entretanto essa forma não marcada para gênero tende a ser interpretada como masculino, reforçando a tendência tipológica de o gênero masculino funcionar como valor não marcado atestada em outras línguas da amostra, como maxakalí, mamaindê, mehináku. Já no caso da primeira pessoa

do plural, como em *ka ˈtʃa* (“nós”), como exemplificado em (110), não há distinção morfológica de gênero, o que denota uma assimetria no sistema pronominal e uma neutralização da categoria de gênero no plural de primeira pessoa.

Silva (2005) destaca que os pronomes pessoais em rikbáktsa são classificados como uma subclasse dos nomes, uma vez que compartilham propriedades morfossintáticas com os demais membros dessa classe lexical. Tal classificação decorre do fato de os pronomes poderem ocupar as mesmas posições sintáticas que os nomes comuns, comportando-se de forma semelhante no interior da oração. Os exemplos (111) e (112), a seguir, ilustram alguns contextos sintáticos nos quais os pronomes pessoais ocorrem. Em (111), observa-se um caso em que o pronome pessoal pode coocorrer, de maneira opcional, com prefixos possessivos para expressar a relação de posse. Já em (112), o pronome pessoal desempenha a função de objeto direto de um verbo transitivo, demonstrando sua autonomia como argumento verbal. Vejamos os exemplos:

Rikbáktsa (Silva, 2005, p. 41)
(111) ***u ˈta*** *ka-wa ˈnũ*
1SG(MASC) 1SG-rede
‘minha rede’

Rikbáktsa (Silva, 2005, p. 43)
(112) a. ***iki ˈɽa*** *iki ˈa* *ø-p-a-ki ˈhik-ø*
1SG(FEM) você 1C-NPST.TR-2OBJ-bater-PROSP
‘Eu vou bater em você’

b. *iki ˈa* ***iki ˈɽa*** *tʃ-ø-ik- ˈpeto-hik*
2SG **1SG(FEM)** 2ª-PST.TR-1OBJ.SG-empurrar-PONT
‘Você me empurrou’

Em (111), o pronome pessoal *u ˈta* (“eu”, masculino) aparece na posição de tópico. Trata-se de um uso instigante, pois, nesse caso, o objetivo é especificar que o gênero do possuidor é masculino. Já nos exemplos (112a) e (112b), observa-se um uso pronominal no domínio verbal, com marcações distintas para as funções sintáticas de sujeito e objeto, inclusive com distinção de gênero no pronome independente. Em (112a), o pronome de primeira pessoa feminina *iki ˈɽa* (“eu” feminino) atua como sujeito, enquanto em (112b) o mesmo pronome exerce a função sintática de objeto direto. Basicamente, em termos identificacionais, esse pronome, quando ocorre em posições sintáticas distintas, aponta para o gênero feminino do enunciador (como sujeito), em (112a), e para o gênero feminino do interlocutor (como objeto), em (112b).

Há ainda, em rikbáktsa, uma outra estratégia para se referir à terceira pessoa do plural. A língua dispõe de formas lexicais específicas, tais como *kɨ ˈtʃa* e *kɨ ˈkɨɾɨ*, que expressam

coletivos [+humano] e [+adulto], correspondendo, respectivamente, a formas como “os homens” e “as mulheres” (Silva, 2005, p. 43). A seguir, apresentamos alguns exemplos:

Rikbáktsa (Silva, 2005, p. 43)
(113) ***ki ˈʧa*** *ni-Ø-ˈwak-naha*
homens 3B-PST.INTR-caçar/sair para o mato-PL
‘Os homens foram caçar’ ou ‘Eles foram caçar’

Rikbáktsa (Silva, 2005, p. 43)
(114) ***ki ˈkiɾi*** ɽi-*Ø-Ø-pai-*ˈkik-naha
mulheres 3A-PST.TR-3OBJ.SG-plantar-CONT-PL
‘As mulheres estavam plantando-o’ ou ‘Elas estavam plantando-o’

Em rikbáktsa, os descritivos correspondem a conceitos que, em línguas como o português, são expressos por adjetivos (Silva, 2005, p. 43). A autora os classifica como pertencentes à categoria nominal, em razão da semelhança morfológica que apresentam com os nomes. No entanto, os descritivos também compartilham certas propriedades morfossintáticas com os verbos, o que evidencia seu caráter híbrido. Assim como ocorre com os nomes em geral, a categoria de gênero nos descritivos está relacionada ao traço [+humano], mas também à definitude do determinante. Segundo Silva (2005, p. 44), os termos femininos são marcados pelos sufixos *-tatʃa* (singular) e *-ɽa* (plural), sendo caracterizados pelos traços [+humano] e [+definido]. Já os termos masculinos são marcados apenas com base na oposição entre [+definido] e [-definido]: os termos [+definidos] recebem o sufixo *-ta* (singular), enquanto os termos [-definidos] recebem o sufixo *-na* (singular).

Rikbáktsa (Silva, 2005, p.45)
(115) *iki ˈa* *a-ˈko-ĩ-**ta***
2SG PREF.2SG-alegre-VER-**MASC.SG.DEF**
‘Você (masculino) está alegre’

Rikbáktsa (Silva, 2005, p.46)
(116) *ikiaha-ˈ**ka*** *tʃa-ʃa ˈpa-ĩ-**ɽa***
2-**FEM.PL** PREF.2PL-bom/bonito-VER-**FEM.PL**
‘Vocês são bonitas’

Rikbáktsa (Silva, 2005, p.45)
(117) *tʃi-ˈwaik-ĩ-**na***
PREF.3SG-frio-VER-**MASC.SG.INDEF**
‘Está frio (o tempo)’

Rikbáktsa (Silva, 2005, p.46)
(118) *boɽo* *ˈitʃi-hiri ˈko-ĩ-**ta***
lua PREF.3SG-limpo-VER-**MASC.SG.DEF**
‘A lua está limpa’ (masculino)

Rikbáktsa (Silva, 2005, p.46)
(119) *kaˈtʃa* *mɨ-koˈtʃo-ĩ-ɽa*
nós PREF.1PL-magro-VER-**FEM.PL**
'Nós somos magras'

Os exemplos apresentados em (117) e (118) parecem ilustrar casos de gênero pragmático atribuídos à classe masculina, porque não é incomum, nas línguas indígenas, que corpos celestes, como "lua", e fenômenos da natureza, como "tempo", sejam culturalmente relacionados a homens e mulheres enquanto entidades míticas. Embora Silva (2005) não ofereça uma explicação direta para essa suposta motivação em seu estudo, ela afirma que os descritivos marcados em gênero apresentam o traço [+humano], o que sugere uma possível associação com seres personificados. É relevante considerar que, em diversas outras línguas indígenas sul-americanas, bem como em outras famílias linguísticas, há uma relação recorrente entre animais, entidades celestes ou espirituais e personagens míticos, xamãs ou figuras masculinas e femininas ancestrais. Na língua desano e em outras línguas da família tukano, por exemplo, entidades celestes são comumente associadas a homens míticos (Silva, 2012, entre outros). Aikhenvald (2016) também aponta a presença desse tipo de associação em línguas da Nova Guiné, em túnica (Vale Central e Inferior do Mississippi, nos Estados Unidos), em jarawara (Amazonas, Brasil) e na língua do Estreito de Torres Ocidental (kalaw lagaw ya), entre outras. Esses paralelos reforçam a hipótese de que, em rikbáktsa, o uso de marcas de gênero pode refletir traços culturais e cosmológicos específicos da comunidade do falante.

O rikbáktsa apresenta uma interação importante entre gênero e número, evidenciada, por exemplo, nos sufixos distintos para o plural feminino (*-ɽa*) e para o masculino com diferentes graus de definitude (*-ta* para [+definido] e *-na* para [-definido]). O sistema pronominal da língua revela uma organização morfossintática peculiar, com pronomes que compartilham propriedades com os nomes, o que confirma a observação de Silva (2005) de que eles constituem uma subclasse nominal, perspectiva também sustentada em discussões mais amplas por autores como Heath (1975) e Dixon (2010).

É possível também observar, em rikbáktsa, a expressão de gênero contextual do enunciador por meio do modo hortativo (ordem dada para si e para o outro). Segundo Silva (2005, p. 65), "o modo hortativo é específico da primeira pessoa e forma-se com os sufixos *-kta* (masculino) e *-kɨ* (feminino)". Essa distinção morfológica evidencia mais uma codificação sensível à identidade social do falante relacionada ao gênero natural na estrutura linguística. Os exemplos (120) e (121) ilustram usos desses sufixos conforme o gênero do enunciador:

Rikbáktsa (Silva, 2005, p.65)
(120) *tʃi-p-ikʃi-naha-ˈ**kɨ***
1C-NPST.TR-ir embora-PL-**HORT.FEM**
'Vamos embora!' (fala feminina)

Rikbáktsa (Silva, 2005, p.65)
(121) *tʃi-mi-ˈwak-na-**kta***
1C-NPST.INTR-caçar/sair para o mato-PL-**HORT.MASC**
'Vamos caçar!' (fala masculina)

A análise dos dados de rikbáktsa evidencia a existência de um sistema de gênero gramatical altamente sensível ao traço [+humano] e culturalmente situado, com distinções sistemáticas entre formas masculinas e femininas tanto no domínio dos nomes quanto nos descritivos e pronomes pessoais. Observa-se que a codificação morfossintática de gênero em rikbáktsa é motivada semanticamente, especialmente pela referência a seres humanos adultos e definidos; pragmaticamente, quando associado a entidades naturais ou espirituais com possível base mítica; e contextualmente na indexação do gênero do enunciador e do enunciatário.

7.3.6 Kadiwéu (guaikuru)

Esta é uma língua de alta complexidade estrutural e sociolinguística, conforme atestado por diversos estudos (Griffiths; Griffiths, 1976; Sandalo, 1995, 2002; Souza, 2011, 2012). Nela, a categoria de gênero se manifesta por meio de múltiplas estratégias, semânticas, pragmáticas e contextuais; e é codificada lexical e morfossintaticamente, afetando distintas classes de palavras e exibindo mecanismos de marcação distintos.

Um dos aspectos mais notáveis do sistema de gênero em kadiwéu é o que chamamos de gênero contextual, que não depende do gênero referencial dos nomes, mas sim do gênero natural (sexo biológico) do locutor e do interlocutor. Como explica Souza (2012, p. 17), "homens e mulheres Kadiwéu falam e escrevem palavras que se diferenciam em níveis fonéticos, fonológicos e lexicais que independem de gênero" linguístico. Trata-se, portanto, de um fenômeno que se inscreve no plano contextual, relacionando-se à identidade de gênero dos interlocutores. Essa diferenciação se manifesta, por exemplo, segundo Souza (2012), em variação fonológica ou variação lexical utilizadas por falantes de gêneros diferentes: homens dizem *niale* para "árvore" e as mulheres dizem *niiale*, com alongamento ou duplicação da vogal medial '*i*'; homens dizem *Gocidi* ("tarde"), *-acipe* ("beber") e *ee* ("você"), ao passo que mulheres dizem *awii*, *-aaka* e *eyo* para os mesmos conceitos. Trata-se, portanto, de formas lexicais e fonológicas contrastivas associadas ao gênero do falante, o que confere ao sistema uma dimensão sociolinguística altamente codificada e culturalmente sensível.

Além disso, como aponta Souza (2011, p. 2493), "observou-se também uma ocorrência de variação levando em consideração não apenas o sexo do falante, mas também do ouvinte". Essa observação sugere que a expressão de gênero no kadiwéu pode envolver mecanismos ainda mais sutis e sofisticados, nos quais as escolhas linguísticas são influenciadas por aspectos interacionais e sociais, reforçando a ideia de que o gênero linguístico, nessa língua, é profundamente entrelaçado às dinâmicas de identidade, interlocução e pertencimento comunitário. O exemplo a seguir, extraídos de Souza (2011), ilustra alguns desses casos.

Kadiwéu (Souza, 2011, p. 2494)
(122) homem para homem: *banaGa adiwikodeni niwotagodi*
homem para mulher: *banaGa adiwikodeni niwotagodo*
mulher para homem: *banaGa adiwikodeni niwagodi*
mulher para mulher: *banaGa adiwikodeni niwagodo*
'muito obrigado/a, senhor/a'

Segundo a descrição de Griffiths e Griffiths (1976, p. 82), os substantivos podem ser divididos em duas classes: a masculina e a feminina. Os autores chamam a atenção sobre alguns casos de correlações semânticas e culturais dentro das classes genéricas masculina e feminina nos processos de formação de plurais. Conforme Griffiths e Griffiths (1976, p. 94), plurais masculinos podem representar: i) substantivos humanos; ii) substantivos animados, mas não humanos; iii) substantivos considerados animados por possuírem espíritos maléficos, como "rio", "fogo" e "vento". E os plurais femininos podem representar: i) substantivos humanos; ii) palavras emprestadas do português que significam algum receptáculo, como "copo", "saco"; iii) partes de substantivos animados não humanos, como "asa"; iv) vegetais, como "flor", "raiz" e "semente".

A concordância do gênero é marcada no substantivo apenas na forma diminutiva, como ilustrado em (123). "[O] gênero, não claramente marcado no substantivo, é indicado pelo demonstrativo", como em (124); pelo locativo, como em (125); raramente no adjetivo que lhe acompanha, como em (126), ou pelo numeral "um", como em (127). Isso porque, "há concordância de número e gênero na locução nominal, bem como concordância entre o substantivo como núcleo de locução e um demonstrativo, adjetivo, locativo, pronome pessoal da série animada, e numeral na função de atributivo" (Griffiths; Griffiths, 1976, p. 82).

Kadiwéu (adaptado de Griffiths; Griffiths, 1976, p. 82, 96, 126 e Souza, 2012, p. 78)

(123) a.	-*Cawaa**nigi***	*necenigo*	*necenicawaanigi*
	-diminutivo-**MASC**	'cachorro'	'cachorrinho' (masculino)
	-*Cawaa**na***	*lolagi*	*lolagawaana*
	-diminutivo-**FEM**	'semente'	'semente pequena' (feminino)

b. *nigaanigi* — *nigaanigawaanigi*
‘menino’ (fala feminina) — ‘menininho’ (masculino)

nigaana — *nigaanawaana*
‘menina’ (fala feminina) — ‘menininha’ (feminino)

Kadiwéu (Griffiths; Griffiths, 1976, p. 83)

(124)	***nigi****ni*	*goneleegiwa*	***naga****ni*	*iwalo*
	MASC-DEM	homem (FM)	**FEM**-DEM	mulher (FM/FF)
	‘este homem’		‘esta mulher’	

Kadiwéu (Griffiths; Griffiths, 1976, p. 83)

(125)	***mi****ditaga*	*akiidi*	***ma****nitaga*	*nigotaga*
	MASC-LOC	rio	**FEM**-LOC	cidade
	‘lá no rio’		‘lá na cidade’	

Kadiwéu (Griffiths; Griffiths, 1976, p. 83)

(126)	*nodaajo*	*libinie-**nigi***	*yotedi*	*libinie**na***
	faca	bonit-MASC	estrela	bonit-FEM
	‘faca bonita’ (masculino)		‘estrela bonita’ (feminino)	

Kadiwéu (Griffiths; Griffiths, 1976, p. 83)

(127)	*o**ni****niteci*	*goneleegiwa*	*o**na****niteci*	*iwaalo*
	u-**MASC**-m	homem	u-**FEM**-m	mulher
	‘um homem’		‘uma mulher’	

Os pronomes pessoais, no kadiwéu, aparecem como formas lexicais, podendo exercer facultativamente a função de sujeito, já que a informação sobre o sujeito também é expressa por afixos, geralmente ligados diretamente aos verbos. Griffiths e Griffiths (1976) afirmam que há variação de gênero nos pronomes somente para a 3ª pessoa do singular, entretanto Souza (2012) não comprova tal distinção em sua pesquisa. Conforme Souza (2012, p. 83), existem diferenças para as 1ª e 2ª pessoas do singular, conforme o sexo de quem fala: “para o pronome pessoal ‘eu’, mulheres falam *eyo*, enquanto homens utilizam a forma *ee*. Para ‘você’, mulheres dizem *aami* e homens, *akaami*". Os pronomes possessivos de forma livre em relação ao objeto possuído são aplicados a nomes [+ animados], geralmente animais domésticos possuídos, e variam no singular de acordo com o sexo do animal.

Nesta língua há ainda marcação de gênero nos pronomes interrogativos “o que?” ou “quem?”, sendo *ami-* (masculino) e *ama-* (feminino), acrescidos de afixos de direção e movimento, como *-da* “pessoa em pé”, *-ni* “pessoa sentada, animal em pé”, *-na* “algo que vem vindo”, *-di* “pessoa deitada” (Souza, 2012, p. 82; Griffiths, 2002, p. 26). Não há variação de gênero no plural. Os dados em (128), a seguir, ilustram esses casos.

Kadiwéu (Griffiths, 2002, p. 26)
(128) a. *amiidi aniwoti*
‘Quem(MASC) está deitado?’

b. *amaana iwaalo anenagi*
‘Quem(FEM) é essa mulher que está vindo?’

A descrição do sistema de gênero do kadiwéu demonstra que a atribuição de gênero nesta língua reflete a cosmopercepção de sua comunidade, atribuindo masculinidade ou feminilidade a seres não humanos e a objetos inanimados com base em seus atributos físicos e nos estereótipos culturais associados a cada gênero, além de estabelecer noções de animacidade fundamentadas em seu universo mítico e cultural. Paralelamente, o sistema manifesta dimensões interacionais importantes no contexto sociocomunicativo, manifestando-se tanto na distinção entre fala feminina e fala masculina, quanto na relação entre o sexo do locutor e do interlocutor. Essa dupla dimensão – cosmológica e interacional – expressa-se por meio de múltiplos recursos linguísticos que abrangem desde a morfologia derivacional (com a formação de diminutivos) até a operação de concordância morfossintática, marcada no demonstrativo, locativo, numeral "um" e pronomes (pessoais e possessivos).

7.3.7 Asurini (tupi-guarani)

Em asurini, a marcação lexical de gênero semântico é atestada nos pares lexicais distintos para entidades com traço [+humano], especialmente no domínio de relações de parentesco (Pereira, 2009, p. 113); exemplos típicos incluem os pares *y* (“mãe”) / *up* (“pai”), *emirika* (“esposa”) / *erakwara* (“esposo”) e *ta’yra* (“prole do homem”) / *membyra* (“prole da mulher”). Nos nomes com o traço [+animado], a marcação de gênero é realizada por meio do acréscimo dos termos *kujĩ* (“mulher”), para indicar o sexo feminino, e do termo *kudjema’e* (“homem”) para indicar o sexo masculino, conforme ilustrado nos exemplos (129) e (130).

Asurini (Pereira, 2009, p. 112)
(129) *kunumi maja* ***kujĩ*** *u-djuka*
menino cobra **mulher** 3-matar
‘O menino matou cobra fêmea’

Asurini (Pereira, 2009, p. 112)
(130) kunumi maja **kudjema’e** u-djuka
menino cobra **homem** 3-matar
‘O menino matou cobra macho’.

Segundo Pereira (2009, p. 113), “a marcação de gênero na língua Asurini está baseada na semântica dos nomes”, isso porque nomes definidos pelo traço semântico [-animado] não admitem o acréscimo desses termos indicativos de masculino ou feminino, o que

indica que a marcação de gênero em asurini está restrita a entidades dotadas de animacidade. Ainda segundo Pereira (2009), que estudou a morfossintaxe da língua asurini, embora nomes [+animados] possam, teoricamente, ser interpretados como femininos ou masculinos quando não recebem modificação, a interpretação do lexema não marcado é geralmente masculina.

No que diz respeito ao sistema pronominal, a distinção de gênero se manifesta apenas na terceira pessoa do singular. O pronome pessoal *ẽ* (3SG.FEM) é utilizado para indicar um referente feminino e o pronome *ga* (3SG.MASC) é empregado com referente masculino e pode ser usado sozinho como sujeito, objeto, possuidor. Os "demonstrativos, em Asurini do Xingu, são classificados como uma classe de palavra fechada. São bastante complexos, ao que parece envolvem três aspectos fundamentais para a compreensão do sistema: proximidade, visibilidade e audibilidade" (Pereira, 2009, p. 124), e, por sua vez, também podem ocupar a posição sujeito e de objeto; podem também modificador um nome; e podem, ainda, receber marca de gênero ou de número. Os exemplos a seguir ilustram alguns desses usos distintivos de gênero.

Asurini (Pereira, 2009, p. 121)
(131) ***ga*** *u-dja'a*
3SG.MASC 3-chorar
'Ele chora'

Asurini (Pereira, 2009, p. 122)
(132) ***ga*** *r- upava*
3SG.MASC l-rede
'rede dele'

Asurini (Pereira, 2009, p. 128)
(133) *ka* ***ẽ*** *kujĩ*
DEM 3SG.**FEM** mulher
'esta mulher aqui'[151]

Asurini (Pereira, 2009, p. 128)
(134) *ka* ***ga*** *kyva*
DEM 3SG.**MASC** piolho
'este piolho aqui'

Asurini (Pereira, 2009, p. 126)
(135) *aui* ***ẽ*** *u-karu* *u-ĩn-a*
DEM **3SG.FEM** 3-comer 3-AUX-G
'Esta aqui está comendo'[152]

[151] "***ka*** é usado para um referente que está próximo ao falante e visível" (Pereira, 2009, p. 125).
[152] "***aui*** é usado para fazer referência a algo que está visível, ao alcance de ser palpável e encontra-se numa posição curvada. Seu uso é restrito ao singular, ocorre apenas com os pronomes ***ga*** e ***ẽ***" (Pereira, 2009, p. 125).

Asurini (Pereira, 2009, p. 126)
(136) *aui* ***ga*** *u-karu u-ĩn-a*
DEM **3SG.MASC** 3-comer 3-AUX-G
'Este aqui está comendo'

Asurini (Pereira, 2009, p. 128)
(137) *ke* ***ẽ*** *u-ata-w*
DEM **3SG.FEM** 3REFL-sair-CIRC
'Aquela saiu'[153]

Asurini (Pereira, 2009, p. 125)
(138) *ka ga yvy*
dem **3SG.MASC** terra/chão
'nesta terra'

Asurini (Pereira, 2009, p. 125)
(139) *ka ga ʻy*
dem **3SG.MASC** água, rio
'neste rio'

Conforme se observa nos exemplos (134), (136) e (139), a concordância de gênero masculino é marcada nos demonstrativos. O gênero do pronome de terceira pessoa do singular (*ga*) concorda com o gênero do nome a que se refere, a saber: *kyva* ("piolho"), *yvy* ("terra") e *ʻy* ("rio"). Parece-nos pertinente afirmar que a marca masculina para o referente piolho evidencia a presença do gênero pragmático em asurini, pois parece haver alguma assimilação cultural entre "piolho" e o gênero masculino que não diz respeito ao sexo biológico do piolho. Não nos parece ser o caso da operação de acordo sintático, visto que Pereira (2009, p. 125) não explicita a obrigatoriedade de concordância de gênero com os demonstrativos. Além de que, em todos os outros dados apresentados em seu estudo, não há marcação pronominal de gênero para outros nomes, além dos que replicamos aqui. A grande maioria dos usos de demonstrativos exemplificados pela autora são com referentes humanos.

Os dados ilustrados em (138) e (139) nos levam também a considerar a presença do gênero pragmático nesta língua. Nossa interpretação se baseia na constatação de Pereira (2009) no que diz respeito à marcação de gênero, em asurini, ser restrita a nomes [+animado]. Ademais, não é incomum que a classificação de animacidade seja divergente em função das diferentes cosmopercepções. As línguas da família tukano, como já mencionamos, classificam "lua" como animado masculino, pois faz referência a um homem mítico; algumas línguas da família arawak, outro exemplo, classificam "arco íris" como animado não feminino, pois faz referência a uma cobra d'água.

[153] "***ke*** é utilizado para fazer referência a algo que não é visível e não é palpável. Parece que ocorre apenas no singular" (Pereira, 2009, p. 127).

Além disso, alguns povos originários não percebem a natureza como sendo algo separado do humano da mesma maneira que é percebida pelas culturas ocidentais e ocidentalizadas. A Profa. Dra. Altaci Rubim Corrêa Kokama[154] ressalta que, na cosmopercepção kokama, o corpo não se separa da terra e a língua é espírito, pois ela habita corpo, território, sonho e memória; e é por meio da língua que os pajés falam com plantas e animais. Nessa esteira, Ailton Krenak[155] (2022) descreve a concepção indígena dos rios como seres vivos ancestrais, "rio-avô". Tais vivências experimentam outros modos de existir que fogem à antropomorfização. Portanto, apesar de Pereira (2009) não abordar especificamente essa questão em seu estudo, consideramos que a marcação de gênero masculino nos demonstrativos que modifica o nome "piolho" e apresenta função dêitica com relação aos nomes "terra" e "rio" não é arbitrária, mas sim motivada culturalmente.

Apresentamos, na sequência, mais alguns dados do asurini que corroboram nosso posicionamento. Em (140), o demonstrativo *ka*, utilizado para um referente que está próximo ao falante e visível, aparece sozinho na oração, indicando, portanto, que a marcação de gênero não é uma operação obrigatória exigida pela gramática da língua nos usos do demonstrativo *ka* em função dêitica. Em (141), há a exemplificação de um caso em que "mandioca" é marcado com gênero feminino por meio da posposição do nome "mulher", o que demonstra uma concepção distinta acerca da animacidade culturalmente localizada. E o dado apresentado em (142) ilustra o descritivo em função predicativa por causa da presença do prefixo relacional. Neste caso, "coqueiro" recebe marca de gênero masculino, aparentemente, pragmaticamente motivada, visto que o mesmo conteúdo poderia ser expresso semelhantemente ao dado ilustrado em (143) na sequência, já que o possuidor é expresso na locução. "As orações possessivas estabelecem uma relação de posse entre o sujeito e o predicado da oração. Estruturalmente, elas são idênticas às orações descritivas [...], sendo assim, consideradas um subtipo delas" (Pereira, 2009, p. 263).

Asurini (Pereira, 2009, p. 125)

(140)	***ka***	*rupi*	*aha*	*maniaka*	*rehe*	*panemi*[156]
	DEM	POSP	ir	mandioca	POSP	PART

'Por aqui (apontando), ir por (com a finalidade de) mandioca em vão'

[154] Na conferência "Pensar com outras palavras: as línguas indígenas e os sentidos da brasilidade", que abriu a 37ª Semana de Letras "Brasilidade e Memória: resgastes e reflexos nas língua(gen)s do Brasil. Evento sediado no Ibilce, Campus da UNESP de São José do Rio Preto/SP, ocorrido de 15 a 19 de setembro de 2025.

[155] Ailton Alves Lacerda Krenak é um destacado pensador, ambientalista, filósofo, artista plástico, poeta e escritor brasileiro pertencente à etnia indígena Krenak. Além disso, detém o título de Professor Honoris Causa concedido pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e pela Universidade de Brasília (UnB).

[156] A posposição *rupi* tem função locativa, a posposição *rehe* indica finalidade e a partícula *panemi* significa "em vão", conforme a autora.

Asurini (Pereira, 2009, p. 211)
(141) *mani'aka* ***kujĩ***
mandioca **fêmea**
'mandioca fêmea, macaxeira'

Asurini (Pereira, 2009, p. 209)
(142) *marita'yva* ***ga*** *r-ava* *fuk*
coqueiro **3SG.MASC** REL-folha comprida
'coqueiro da folha comprida' (Lit.: coqueiro ele tem folha comprida)

Asurini (Pereira, 2009, p. 264)
(143) *murumanaka* ***r-uva***
nome próprio **REL**-pai
'pai de Murumanaka' e também 'Murumanaka tem pai'

Por fim, o asurini marca o gênero contextual por meio de partículas, cuja finalidade é marcar o sexo do interlocutor. Como atestado por Pereira (2009, p. 185), ***ẽ*** é uma "partícula de sexo feminino" que indica que o enunciador "está se dirigindo a alguém do sexo feminino", como ilustrado em (144). Quando o enunciador se dirige a alguém do sexo masculino, utiliza-se a partícula ***kwĩ***, que marca o sexo masculino do interlocutor, conforme apresentado em (145).

Asuriní (Pereira, 2009, p. 185)
(144) *lucinejni* *ene* *ø-mẽmyra* *u-dja'a* ***ẽ***
NPR 2SG REL-filho da mulher 3-chorar **PART.IF**
'Lucineide, teu filho está chorando'.

Asuriní (Pereira, 2009, p. 185)
(145) *kwa'ĩ* *ene* *r-ayra* *u-ja'a* ***kwĩ***
NPR 2SG REL-filho do homem 3-chorar **PART.IM**
'Kwa'ĩ, teu filho está chorando'.

A codificação de gênero contextual, em asurini, é realizada por meio de partículas que indicam o sexo do interlocutor (*ẽ* para o ouvinte feminino e *kwĩ* para ouvinte masculino). Trata-se de um exemplo que ilustra de forma concreta como o componente contextual influencia as escolhas linguísticas em línguas indígenas. Esses recursos refletem informações situacionais, como o sexo do interlocutor, que orientam a seleção de partículas específicas na estruturação de enunciados.

7.3.8 Tariana (arawak)

A atribuição de gênero, em tariana, se baseia em traços semânticos do referente e em questões culturais da comunidade. Aikhenvald (1994, p. 149) exemplifica essa relação por

meio da palavra “arco-íris” *itʃìtʃi*, que é classificada como “ser animado não feminino”. Tal classificação não é arbitrária, pois é fundamentada na crença de que o arco-íris seria uma cobra d’água que subiu ao céu. “Animais grandes são masculinos e animais pequenos são do sexo feminino, além disso corpos celestes, tal como lua e sol, são masculinos (um traço bastante comum nas línguas ameríndias)” (Miranda, 2023, p. 421). Conforme Aikhenvald (1994, p. 211), a língua apresenta as seguintes oposições semânticas, que se relacionam a gênero: inanimado *versus* animado, que é subdividido em animado feminino e animado não feminino.

A distinção de gênero se manifesta principalmente por meio da concordância, evidenciando o domínio dessa categoria por aspectos morfossintáticos, segundo Aikhenvald (1994, p. 220). O predicado estabelece concordância com o sujeito em gênero e pessoa por meio da correferência, marcada por prefixos (*di-* para não feminino singular e *du-* para feminino singular), conforme ilustrado em (146) a seguir. Além desses prefixos, a oposição de dois gêneros (feminino/não feminino) se restringe ao pronome de terceira pessoa do singular: *diha, dihya* “ele” e *duha, duhua* “ela”, que também podem ser usados como artigo definido, conforme ilustrado em (147). Não há distinção de gênero no plural (Aikhenvald, 2003, p. 5).

Tariana (Aikhenvald, 1994, p. 218-225 *apud* Miranda, 2023, p. 412)

(146) a. *Ha-phe livru Graciliano **di**-dana-ni-phe-ka*
Este-CL:folha livro Graciliano **3SG.NFEM**-escrever-PST-CL:folha-DECL
‘Este livro foi escrito por Graciliano’

b. *Pa-piu nuha hidu **du**-keta-hni miñe Hinipu pamunya*
Uma-vez eu avó **3SG.FEM**-ver-PERF tatu caminho metade
‘Uma vez a minha avó encontrou um tatu no meio do caminho’

Tariana (Aikhenvald, 1994, p. 219)

(147) ***diha** puwe **di**-emhani-ka heku-da **di**-uma-ka*
ele macaco **3SG.NFEM**-andar-DECL madeira-CL:redondo **3SG.NFEM**-procurar-DECL
‘O macaco andava procurando fruta’

Esta língua possui um sistema bastante diversificado e complexo de classificadores. Ilustramos, nos exemplos abaixo, alguns usos relacionados à marcação de gênero: classificadores numerais, como ilustrado em (148); classificadores verbais, exemplificados em (149); e classificadores nominais, apresentado em (150).

Tariana (Aikhenvald, 1994, p. 212)

(148) *pa-**ma** inaru*
um-**CLF:fem** mulher
‘uma mulher’

Tariana (Aikhenvald, 2000, p. 96 *apud* Miranda, 2023, p. 359)
(149) *I:nari* *di-naku-ni-**ma**-pe-se* *ihya*
Mucura 3SG.NFEM-ter relação-TOP.ADV-**CLF:fem**-PL-RESULT 2PL
'Vocês duas (mulheres) foram recebidas pelo gambá mucura
(disse o pássaro para as mulheres míticas)

Tariana (Aikhenvald, 2003, p. 495)
(150) *matfa-**ma**-pe-pidana* *hiku*
bom-**CLF:fem**-PL-REM.PST.REP parecer
'(A mulher) estava linda'

Os classificadores numerais, são geralmente usados nas expressões relacionadas a quantificação e quantidade, podendo ser usados com quantificadores, como "muito" e "quantos(as)" ou com os numerais "um", "dois", "três" e "quatro". Vale lembrar que a distinção de gênero só é marcada no singular, portanto, em se tratando de numerais, apenas o "um" recebe marca de gênero conforme observável em (148). O classificador verbal ilustrado em (149) funciona como um marcador de voz de avanço de tópico" (Aikhenvald, 2000 *apud* Miranda, 2023, p. 359). O dado em (150) ilustra uso com classificadores feminino com o adjetivo "bom".

"Quando o pronome interrogativo *kani* ("onde", "qual") é usado como um modificador, ele recebe marcadores de classe nominais normais (exatamente como qualquer outro elemento de natureza adjetival)" (Aikhenvald, 2003, p. 111), conforme ilustrado em (151) a seguir. Os classificadores também marcam pronomes demonstrativos, realizando a concordância morfossintática feminina, como apresentado em (151) e (152) na sequência.

Tariana (Aikhenvald, 2003, p. 111)
(151) *kani-**ma**-pu-nha* *ketemi-**ma***
qual-**CLF:fem**-AUG-PRES.VIS.INTER restar-**CLF:fem**
'Qual (a mulher) é a que restou?'

Tariana (Aikhenvald, 1994, p. 213)
(152) *hane-**ma*** *inaru*
DEM-**CLF:fem** mulher
'aquela mulher'

No tariana, há alguns sufixos derivacionais sensíveis a gênero. Os dois mais produtivos são *-peri* ("velho masculino") e *-peru* ("velha feminina"), ambos só ocorrem em nomes [+humano], que geralmente já têm uma marca de gênero, seja por sufixo ou por classificador, desencadeando, portanto, dupla marcação de gênero no núcleo do substantivo. Os exemplos em (153) ilustram esse caso. Diferente de qualquer outro sufixo, esses sufixos podem ocorrer em formas vocativas de substantivos de parentesco, conforme apresentado em (154)

abaixo. Por meio deste dado, concluímos que o tariana também expressa gênero contextual. Pois o vocativo recebe marca de feminino, codificando, portanto, o sexo feminino do interlocutor.

Tariana (adaptado de Aikhenvald, 2003, p. 196)
(153) a. *di-whe-ɾi-**peɾi***
3SG.NFEM-avô-MASC-**velho.MASC**
'seu avô velho'

b. *pedalia-ma-**peɾu***
velha-CLF:fem-**velha.FEM**
'uma mulher adulta velha'

Tariana (adaptado de Aikhenvald, 2003, p. 196)
(154) *nuitõ-**peɾu***
filha.VOC-**velha.FEM**
'minha filha velha!'

Entre os sufixos derivacionais descritos por Aikhenvald (2003, p. 197), destacam-se ainda, pela produtividade, o sufixo feminino *-du* (com uma variante *-do*) e o sufixo masculino *-niɾi*, que podem ser utilizados em apenas alguns nomes de parentesco, como *hadu / haniɾi* ("mãe" / "pai") e *sadu* / *saniɾi* ("esposa" / "esposo"). Já o sufixo feminino *-ɾu* e o sufixo masculino *-ɾi* ocorrem com mais frequência e podem ser usados em nomes [+humano], que não sejam necessariamente termos de parentesco, conforme ilustrado em (155) a seguir.

Tariana (adaptado de Aikhenvald, 2003, p. 106)
(155) a. *hĩ* *waliki-**ɾu**-ma-nuku* *nuhua* *i-na*
DEM.AN jovem-**FEM**-CLF:fem-TOP.NON.A/S 1SG 2PL-OBJ

nu-dieta-de
1SG-voltar+CAUS-FUT.CERT
'Eu lhe devolverei esta jovem mulher'

b. *diha* *nawiki-miki-**ɾi**-pidama* *di-dia* *diha*
ele homem-NOM.PST-**MASC**-REM.PST.REP 3SG.NFEM-voltar ele

hĩ *awakada-se*
DEM.AN floresta-LOC
'O ex-pessoa (espírito maligno *ñamu*) voltou para esta floresta'

Aikhenvald (2003, p. 1) aponta a complexidade dos substantivos nesta língua, que podem ocupar até 15 posições estruturais e podem ser flexionados para caso, gênero, número, classificadores, tempo nominal (futuro e passado), extralocalidade, constratividade e vários outros afixos e clíticos. O exemplo (156) ilustra um substantivo complexo em termos de flexão.

Tariana (Aikhenvald, 2003, p. 2)
(156) *nu-we-du-ma-pe* *=yana-pe=tupe=pena=ne*
1SG-irmão mais jovem-FEM-CL:fem-PL =PEJ-PL=DIM.PL=NOM.FUT=COM

=se=misini=nuku
=CONTR=também.PART.CONTR=TOP.NON.A/S
'com minhas futuras irmãzinhas travessas também'

Aikhenvald (2016) destaca a íntima relação entre a cosmopercepção dos Tariana e a expressão de gênero na língua. Para contextualizar tal relação, faz-se necessário mencionar que, nessa sociedade, há um mito que relata o mau comportamento das mulheres ancestrais libertinas porque tiveram relação sexual com mucura[157] (um marsupial amazônico que exala um odor característico)[158]. Como consequência, elas também passaram a cheirar mal (relação com o período menstrual). As mulheres Tariana também detinham as flautas sagradas Yurupary, que lhes foram tomadas à força e a punição por tentarem reter essas flautas são as dores do parto (Aikhenvald, 2016, 128). Esses instrumentos representam um poderoso espírito Yurupary, por isso, se uma mulher vir a flauta, deve ser punida com a morte. As mulheres não devem nem ouvir ou falar a palavra *piri* ("flauta Yurupary") ou qualquer outra palavra que contenha essa raiz. Logo, essa forma lexical deve ser substituída por outra na presença de mulheres. Alguns exemplos dessas substituições em topônimos são apresentados no quadro 7 abaixo.

Quadro 7 – "Ocultado das mulheres": substantivos tabus na língua tradicional tariana

Nome "certo" que não deve ser ouvido por mulheres	Nome para "enganar" mulheres	Significado
***Piri**-dapana* flauta yurupary-CLF:CASA	***Mapa**-dapana* abelha-CLF:CASA	nome de uma caverna
***Piri**-na* flauta yurupary-CLF:VERTICAL	***Inari**-na* gambá mucura-CLF:VERTICAL	nome de uma montanha
***Piri**-pua* flauta yurupary-CLF:RIO	***Inari** ite* gambá mucura POSS+CLF:AN	nome de um rio

Fonte: adaptado de Aikhenvald (2016, p. 171)

Nessa comunidade, a língua do pai é o bem mais valioso e o maior constituinte da identidade de uma pessoa. Conforme a organização social relacionada ao casamento, as mulheres sempre vêm de um clã diferente, por isso, são consideradas responsáveis pela perda

[157] Também conhecido como gambá-de-orelha-branca, timbú, saruê, sarigué e micurê. "O nome originário vem do Tupi-guarani wa-ambá, que significa 'mama oca' ou 'seio oco'. Isso porque são marsupiais, ou seja, possuem o marsúpio, uma espécie de bolsa onde os filhotes ficam alojados e se alimentam até o final de seu desenvolvimento" (Costa, 2021).
[158] Durante o cio, as fêmeas de gambá exalam seu cheiro com o intuito de atrair os machos (Santos, 2023).

da língua (e outros males). Elas são percebidas como uma força perigosa e indisciplinada, com a qual se deve tomar cuidado. (Aikhenvald, 2016, p. 214)

O substantivo *tsiãri* ("homem") tem conotações positivas de coragem, determinação e razão, enquanto o substantivo *inaru* ("mulher") tem conotações opostas. É comum um homem usar a expressão "eu sou um homem" para encorajar a si mesmo ou reafirmar eu atributo de corajoso. Em (157), abaixo, ilustramos esse uso por meio de uma passagem mítica. Uma tartaruga está prestes a lutar contra uma anta e, como forma de auto encorajamento, diz a si mesma:

Tariana (adaptado de Aikhenvald, 2016, p. 101)

(157)	***tsiãri****-naka*	***inaru****-kade-naka*	*nuha*
	homem-PRES.VISUAL	**mulher**-NEG-PRES.VISUAL	1SG
	'Eu sou um homem, não sou uma mulher'		

Além disso, uma mulher particularmente importante é promovida a uma honorária "masculinidade". Normalmente, uma mulher é referida linguisticamente com o gênero feminino no verbo por meio do prefixo feminino (*du*-), ou por meio do pronome *duha* ("ela"), ou por meio do classificador feminino (*-ma*). A Mulher-Criadora ou uma mulher particularmente poderosa e respeitada é consistentemente referida como *diha* ("ele") acompanhado pelo classificador humano (*-ite*), assim como qualquer homem. "O mesmo acontecia com uma mulher muito sábia (a mãe dos meus principais consultores). [...] 'Homem' no saber tradicional Tariana epitomiza força e proeza, enquanto as mulheres são culpadas por muitos infortúnios, passados e presentes" (Aikhenvald, 2016, p. 105) [159].

7.4 LÍNGUAS COM GÊNERO FORMAL, SEMÂNTICO, PRAGMÁTICO E CONTEXTUAL

Nestas línguas, além dos tipos de gênero já descritos nas seções anteriores, há a presença do **gênero gramatical**, ou seja, a atribuição de gênero é arbitrária, portanto, a operação de acordo de gênero não é vinculada a traços dos referentes. Trata-se de uma operação formal não motivada estritamente vinculada à sintaxe da língua. Pertencem ao grupo 4, as línguas: **wari'**, **desano**, **kubeo** e **jarawara**.

[159] No original: *So was a particularly knowledgeable woman (the mother of my major consultants). [...] 'Man' in the Tariana lore epitomizes strength and prowess, while women are to blame for many mishaps, past and present.*

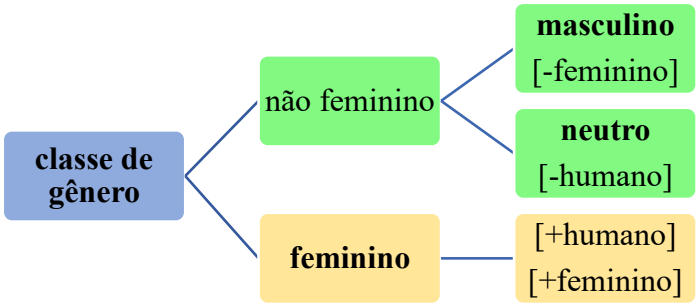
7.4.1 Wari’ (txapakura)

Nesta língua, os substantivos são divididos em três classes de gênero: feminino, masculino e neutro. O gênero feminino é atribuído semanticamente a nomes [+humano] [+feminino], ou seja, aos nomes que fazem referência a mulheres. Enquanto o gênero masculino é atribuído aos homens, a cerca de metade dos animais e objetos “culturalmente significativos”. Everett e Kern (2006 [1997], p. 287) explicam que por “culturalmente significativos” entende-se “animais e objetos que eram familiares aos Wari’ antes de seu contato com a civilização[160], ou que desempenhavam um papel importante em sua visão de mundo pré-contato”. São atribuídos ao gênero masculino aproximadamente metade dos peixes pequenos, pássaros, animais e insetos; alguns peixes grandes; cerca de metade das abelhas; alguns objetos úteis; alguns fenômenos da natureza; e cerca de metade dos animais de caça de grande porte. Por fim, o gênero neutro é atribuído aos substantivos referentes a objetos, plantas e animais que foram introduzidos posteriormente na cultura desse povo em consequência do contato com outras culturas, incluindo os empréstimos lexicais do português. Além desses, o gênero neutro também inclui peixes pequenos, pássaros, animais, insetos e animais de caça nativos, mas que não estão incluídos na classe do gênero masculino.

Diante disso, consideramos que, no wari’, há, em grande medida, motivação semântica e pragmática para atribuição de gênero. Visto que, ou são relacionados aos traços semânticos dos referentes, ou há um embasamento sociocultural determinante dos critérios de atribuição. São separados os nomes cujos referentes são desimportantes ou “estrangeiros” à cosmologia Wari’ dos nomes cujos referentes são humanos ou significativos na vivência desse povo. Os autores agrupam as três classes na seguinte distribuição:

[160] Compreendemos o conceito de “civilização” não numa perspectiva Positivista – escola filosófica que concebe a História como progresso linear, considerando a civilização científica e industrial europeia como o auge desse processo –, mas sim no conceito etimológico, segundo o qual é definido como a organização dos povos em cidades urbanas.

Figura 12 – Combinação dos traços de gênero em wari’



Fonte: adaptado de Everett e Kern (2006 [1997], p. 2)

Conforme Everett e Kern (2006 [1997], p. 2), trata-se de uma distribuição peculiar de gênero, pois não resulta de combinações simples entre os valores das características [humano] e [feminino]. Somente humanas mulheres recebem a marca de feminino, formando a primeira divisão. Na segunda divisão principal (não feminino), as características se contrapõem de modo equivalente e não excludente. No léxico, alguns substantivos são marcados como [+humano, +feminino], outros como [−humano] e outros apenas como [−feminino].

O gênero dos substantivos é distinguido a partir do léxico e/ou morfossintaticamente codificado em outra parte da oração por meio de concordância. O acordo feminino é acionado para grupos mistos que incluem mulheres e homens; enquanto o acordo neutro é acionado para grupos mistos (masculino e neutro) e para as orações subordinadas. Em grupos mistos, portanto, a marca masculina é sempre sobreposta (Everett; Kern, 2006 [1997], p. 288). Esses arranjos denotam a presença do gênero formal no wari’, visto que o acordo sintático é uma operação que ocorre exclusivamente no nível morfossintático da gramática da língua, conforme Hengeveld e Leufkens (2018). O ocordo com as orações subordinadas é um exemplo claro de que se trata de um arranjo estritamente sintático, pois não há mais relação entre o gênero de um nome ou de um referente no mundo.

Everett e Kern pontuam algumas características decorrentes da interação morfossintática entre os nomes e as três classes de gênero linguístico, que estão listadas em (158) a seguir. Os exemplos subsequentes ilustram a atribuição de gênero e as operações de concordância e de acordo na língua wari’.

Wari’ (Everett; Kern, 2006 [1997], p. 2)
(158) a. grupo misto: masculino + feminino = feminino
b. grupo misto: masculino + neutro = neutro
c. neutro e feminino não se misturam
d. os três nunca se unem em um único SN

Wari' (adaptado de Everett; Kern, 2006 [1997], p. 287)
(159) a. *narima'*
‘mulher(FEM)’

b. *Querec 'ina-**vcvm** 'oro wari''.*
ver 1SG.PST.RE/PRES-**3PL.FEM** COL pessoa
‘Eu vi as pessoas (homens e mulheres)’

Os dados apresentados em (159) ilustram casos de: gênero semântico feminino lexicalmente codificado no primeiro exemplo e, no segundo exemplo, há um caso de acordo morfossintático com o gênero formal feminino em função do objeto da oração ter como referente um grupo composto por homens e mulheres.

Os dados apresentados em (160), abaixo, são relacionados à classe de gênero neutro. Os substantivos *wao'*, *tononoin* e *came* têm o gênero pragmático depreendido do próprio lexema. Trata-se de objeto, planta e animal, respectivamente, que são desimportantes no dia a dia desse povo ou foram conhecidos a partir do contato com outras culturas. Em (160d), há um caso semelhante, pois se trata da palavra “mesa”, empréstimo lexical do português e que, por esse motivo, aciona concordância de gênero neutro. Em (160e), apresentamos um exemplo de acordo neutro com as orações subordinadas.

Wari' (Everett; Kern, 2006 [1997], p. 288-292)
(160) a. *wao'*
‘tipo de cesta pequena(NEUT)’

b. *tononoin*
‘grama(NEUT)’

c. *came*
‘capivara(NEUT)’

d. *wijima-**in** mesa*
pequenez-**3NEUT** mesa
‘mesa pequena’ (Lit.: ‘a pequenez da mesa’)

e. *Querec te 'ina-em **pain** **ca**[161] hwet ma-pa' **ca'***
ver pai.1SG 1SG.RP/P-2SG **PREP.3NEUT** INFL**.NEUT.RP/P** aparecer 2SG-1SG **DEM.NEUT**
‘Eu estou feliz que você veio até mim’

Na sequência, em (161), são exemplificados casos de gênero semântico e gênero formal masculino.

[161] “Existem cinco morfemas flexionais. Eles aparecem em INFL seguindo COMP nas sentenças complementizadoras: *ca* ‘neutro realis passado/presente’, *co* ‘masculino/feminino realis passado/presente’, *iri* ‘realis passado/presente’, *ta* ‘realis futuro’ e *xi* ‘irrealis’” (Everett; Kern, 2006 [1997], p. 42).

Wari' (adaptado de Everett; Kern, 2006 [1997], p. 287, 302)
(161) a. *tarama'*
'homem(MASC)'

b. *Noc* *ta'-on* *'ara* *ta* *'ac* ***ca***
desgostar 1SG.FUT.RE-**3SG.MASC** fulano EMPH viajar **3SG.MASC**

xi' *na* *wari''* *ma'.*
DUB 3SG.PST.RE/PRES pessoa DEM.PROX.OUVINTE
'Então, quando uma pessoa (diz): "Eu vou detestar fulano"'

O último dado, em (161b), ilustra um uso raro na língua (termo *'ara*), mas prototípico no que diz respeito à marcação do masculino em orações cujo sujeito ou objeto não são substantivos [+humano] mistos (que designam homens e mulheres) ou feminino. Segundo Everett e Kern (2006 [1997], p. 301), o termo *'ara* é usado semelhantemente a um pronome indefinido que pode ser traduzido como "fulano". Seu uso é restrito a descrições de situações hipotéticas, portanto, raramente usado na língua. O acordo no masculino é ativado quando o referente humano não é coletivo, misturando homens e mulheres, e não é especificamente feminino. Sendo o masculino, portanto, a forma genérica singular dos nomes [+humano].

Nas operações de concordância e acordo, o gênero é marcado nos clíticos flexionais nominais (NICS), conforme ilustrado em (162a-c) abaixo; nos clíticos flexionais verbais (VICS), exemplificado em (163a-c) e (164); no sufixo possessivo, como observável em (165a-b); ou pelo demonstrativo, como ilustrado em (166a-c) na sequência. Os NICS seguem substantivos não *-xi'*[162] possuíveis para indicar pessoa, número e gênero do possuidor (apenas para terceira pessoa) e podem substituir os VICS em alguns tipos de orações nominalizadas. Já os VICS sempre expressam pessoa, número e gênero (também para a terceira pessoa) do sujeito e do objeto "primário", que é definido a partir da seguinte hierarquia de papéis semânticos: META > CIRCUNSTÂNCIA > TEMA > BENEFICIÁRIO > COMITATIVO > LOCALIZAÇÃO > TEMPO.

Wari' (adaptado de Everett; Kern, 2006 [1997], p. 290-291)
(162) a. *banana* ***nein*** *waram*
banana **3SG.NEUT.POSS** espécie de macaco(NEUT)
'a banana do macaco waram'

a. *banana* ***nucun*** *jowin*
banana **3SG.MASC.POSS** espécie de macaco(MASC)
'a banana do macaco jowin'

[162] Esses substantivos são chamados assim porque sua forma lexical termina em *-xi'*, é o sufixo de posse da 1PL.INCL. Os substantivos também são divididos em classes pela característica de possessão. Todas as partes do corpo e termos de parentesco, bem como alguns objetos úteis quando expressos como um substantivo *-xi'*, são possuíveis e inalienáveis.

c. *banana* ***nequem*** *xojam'*
banana **3SG.FEM.POSS** menina jovem(FEM)
'a banana da garota'

Wari' (adaptado de Everett; Kern, 2006 [1997], p. 290, 366)
(163) a. *Querec* *'ina-**in*** *wao'.*
ver 1SG.RP/P-**3NEUT** cesta.pequena(NEUT)
'Eu vejo a cesta pequena'

b. *Querec* *'ina-**on*** *tarama'*
ver 1SG.RP/P-**3SG.MASC** homem(MASC)
'Eu vejo o homem'

c. *Querec* *'ina-**in*** *narima'.*
ver 1SG.RP/P-**3SG.FEM** mulher(FEM)
'Eu vejo a mulher'

Wari' (adaptado de Everett; Kern, 2006 [1997], p. 366)
(164) *co-'aji'* ***cama***
INFL.MASC/FEM.RP/P-irmão mais velho.1SG **3SG.FEM**
'irmão mais velho dela'
(Lit.: '(a pessoa) a quem ela (chama) "meu irmão mais velho"')

Wari' (adaptado de Everett; Kern, 2006 [1997], p. 290, 425)
(165) a. *capija-**in*** *wao'*
boca-**3NEUT** cesta pequena(NEUT)
'borda da cesta'

b. *tamanaxi'-**cam***
mãe do marido-**3SG.FEM**
'sogra dela'

Wari' (Everett; Kern, 2006 [1997], p. 291)
(166) a. *wao'* ***ca'***
cesta.pequena **DEM.NEUT**
'essa cesta pequena'

b. *tarama'* ***cwa'***
homem **DEM.MASC/FEM**
'esse homem'

c. *narima'* ***cwa'***
mulher **DEM.MASC/FEM**
'essa mulher'

Neste último caso, em que o demonstrativo carrega a marca de gênero, apenas se faz a distinção entre "neutro" e "não neutro", ou seja, a distinção entre masculino e feminino é neutralizada (Everett; Kern, 2006 [1997], p. 290).

O possessivo marca número e gênero do possessor somente da terceira pessoa, conforme mencionado, e pode ser expresso de três maneiras, cada uma aplicável a uma classe específica de substantivos. São estas: i) os sufixos possessivos flexionam os substantivos *-xi'* (possuíveis inalienáveis), conforme apresentado em (165b) acima; ii) os NICS marcam posse nos substantivos possuíveis alienáveis, conforme ilustrado em (162a-c) acima; iii) os VICS sem tempo verbal marcam posse nos termos de parentesco *co-* (derivados de orações relativas), conforme ilustrado em (164) acima (Everett; Kern, 2006 [1997], p. 218). Os sufixos de marcação de posse, os NICS e os VICS, estão distribuídos no quadro 8 abaixo.

Quadro 8 – Sufixos e clíticos distintivos para gênero em wari'

Pessoa Número Gênero	Sufixos de posse	Clíticos flexionais nominais (NICS)	Clíticos flexionais verbais (VICS)	
			Ativa	Passiva
3SG.MASC	*-con*	*nucum*	*Ca*	*tocwa*
3SG.FEM	*-cam*	*nequem*	*cama*	*tacama*
3 NEUT	*-in*	*nein*	*ne*	*xine*
3PL.MASC	*-cocon*	*nucucun*	*caca*	*tococwa*
3PL.FEM	*-cacam*	*nequequem*	*cacama*	*tacacama*

Fonte: adaptado de Everett; Kern (2006 [1997], p. 229, 230, 324)

A distinção "humano" *versus* "não humano" é um traço decisivo para a concordância de número em wari', pois apenas os substantivos com traço [+humano] desencadeiam a concordância numérica. Portanto, os sufixos e clíticos flexionais só podem ser usados em referência a seres humanos. "O número do elemento não humano é marcado, quando possível, na forma do verbo menos intenso, ou singular, e mais intenso, ou plural" (Everett; Kern, 2006 [1997], p. 291, tradução nossa). Os exemplos, a seguir, ilustram esses casos.

Wari' (adaptado de Everett; Kern, 2006 [1997], p. 291-292)

(167) a. *Mao na wari''.*
ir.SG 3SG.RP/P pessoa
'A pessoa foi'

b. *Mama' nana 'oro wari''.*
ir.PL 3PL.RP/P COLL pessoa
'As pessoas foram'

c. *Mao na mijac.*
ir.SG 3SG.RP/P porco
'O porco foi'

d. *Mama' na mijac.*
ir.PL 3SG.RP/P porco
'Os porcos foram'

No wari', os pronomes demonstrativos podem ser usados como pronomes pessoais, somente na terceira pessoa e envolvendo parâmetros "espaciais e temporais: proximidade física dos participantes no ato de fala e distância relativa no tempo" (Everett; Kern, 2006 [1997], p. 297), conforme apresentado no quadro 9 abaixo.

Quadro 9 – Paradigma dos pronomes demonstrativos em wari'

3 Pessoa	**Próximo ao falante**	**Próximo ao ouvinte**	**Distante**
SG masculino	*co cwa'*	*co ma'*	*co cwain*
SG feminino	*cam cwa'*	*cam ma'*	*cam cwain*
neutro	*'i ca'*	*'i ma'*	*'i cain*
PL	*caram cwa'*	*caram ma'*	*caram cwain*
	Visto/Não ouvido Acabou de ocorrer	**Recentemente ausente**	**Há muito ausente**
SG masculino	*co paca'*	*co pacara ne*	*co pacara pane*
SG feminino	*cam paca'*	*cam pacara ne*	*cam pacara pane*
neutro	*'i paca'*	*'i cara ne*	*i cara pane*
PL	*caram paca'*	*caram pacara ne*	*caram pacara pane*

Fonte: adaptado de Everett; Kern (2006 [1997], p. 297)

Esses pronomes demonstrativos enquanto substitutos dos pronomes pessoais, podem aparecer (opcionalmente) nas posições de sujeito e objeto da frase, mas nunca na posição de objeto indireto. O exemplo (168), a seguir, ilustra os dois usos possíveis. Em (168a), o pronome demonstrativo *co ma'* é usado como sujeito, substituindo "ele". Já o segundo dado, em (168b), ilustra o pronome demonstrativo *cam ma'*, substituindo "ela" na posição de objeto.

Wari' (adaptado de Everett; Kern, 2006 [1997], p. 298)

(168) a. *Maqui'* *na* ***co*** ***ma'.***
vir 3SG.RP/P **SG.MASC** **DEM.PROX.OUVINTE**
'Ele veio' (Lit.: Esse ser/coisa masculina perto de você chegou)

b. *Querec* *na-m* ***cam*** ***ma'*** *Xijam*
ver 3SG.RP/P-3SFEM **SG.FEM** **DEM.PROX.OUVINTE** nome(MASC)
'Xijam a viu' (Lit.: Essa mulher perto de você)

Como se observa no quadro 9 acima, os demonstrativos neutros não distinguem singular e plural. Já o feminino e o masculino só são distinguidos no singular; enquanto o plural para ambos os gêneros é formado pela reduplicação da forma feminina singular (Everett; Kern, 2006 [1997], p. 299). O exemplo (169) abaixo ilustra esses casos.

Wari' (Everett; Kern, 2006 [1997], p. 300)

(169) a. *Param* *'ina-in* ***'i*** ***ca'.***
desejar 1SG.RP/P-3NEUT **NEUT** **DEM.PROX.FALANTE**
'Eu quero estas coisas'

b. *Pa'* *na* *hwam* ***cam*** ***ma'.***
matar 3SG.RP/P peixe **SG.FEM** **DEM.PROX.OUVINTE**
'Essa mulher perto de você matou um peixe'

c. *Pa'* *nana* *hwam* ***caram*** ***cwain.***
matar 3PL.RP/P peixe **PL.MASC/FEM** **DEM..DISTAL**
'Aqueles/Aquelas distantes de nós mataram um peixe'

Além disso, há pronomes enfáticos flexionados para pessoa, gênero (terceira pessoa) e número. Estes são apresentados no quadro 10 abaixo. Vale destacar que o pronome enfático inclusivo da primeira pessoa do plural, *wari'*, é a autodenominação desse povo (Everett; Kern, 2006 [1997], p. 294-295).

Quadro 10 – Pronomes enfáticos da língua wari'

1SG	*wata'*
2SG	*wum*
3SG masculina	*wirico*
3SG feminina	*wiricam*
3 neutra	*je*
1PL inclusiva	*wari'*
1PL exclusiva	*warut*
2PL	*wahu'*
3PL masculina	*wiricoco*
3PL feminina	*wiricacam*

Fonte: Everett; Kern (2006 [1997], p. 295)

Os pronomes enfáticos não podem aparecer sozinhos como argumentos do verbo. Entretanto, se estiverem deslocados à esquerda, podem aparecer sozinhos ou em aposição a um substantivo, conforme ilustrado, respectivamente, em (170) e (171) abaixo. Eles também são comumente usados para marcar a coordenação "e" entre elementos nominais da oração (Everett; Kern, 2006 [1997], p. 295-296), conforme ilustrado em (172) na sequência.

Wari' (Everett; Kern, 2006 [1997], p. 303)
(170) ***Wirico*** *xi* *tomi'* *ha'* *'iri'* *cwa'*
EMPH.3SG.MASC INFL.IRR falar prestar atenção 1PL.INCL DEM.PROX.FALANTE
'Ele (é) esse a quem devemos obedecer'

Wari' (Everett; Kern, 2006 [1997], p. 295)
(171) ***Wirico*** *Mon'* *co* *pa'* *na* *mijac*
EMPH.3SG.MASC nomes.MASC INFL.MASC/FEM.RP/P matar 3SG.RP/P porco
'Foi Mon' quem matou um porco'

Wari' (Everett; Kern, 2006 [1997], p. 295)
(172) *Pa'* *na* *mijac* ***je*** *waram*
matar 3SG.RP/P porco **EMPH.3NEUT** espécie de macaco

Mon' *ma'*.
nome(MASC) DEM.PROX.OUVINTE
'Mon' matou um porco e um macaco waram'

Em wari', a ênfase frasal comumente se relaciona à indexação do sexo do enunciador e/ou do enunciatário. Na língua, há uma espécie de chamamento direto, em que o ouvinte ou é convidado a comentar sobre a situação que evocou a declaração enfática, ou é reconhecido por ter uma opinião sobre ela (Everett; Kern, 2006 [1997], p. 195). Nesse contexto, há duas partículas enfáticas – faladas de forma isolada – que têm seu uso vinculado ao sexo do locutor e do interlocutor: w*ira* é usada por homens ao se dirigir a outros homens e *cama* é usada por mulheres ao se dirigir a outras mulheres. Conforme os autores, elas podem ser traduzidas aproximadamente como "ei, você". O exemplo (173) ilustra esses usos.

Wari' (Everett; Kern, 2006 [1997], p. 195)
(173) a. ***Wira***. *'Oc* *ra-on* *panxi-ta'* *cwa'!*
EMPH dar ponto 2SG.RF-3MASC filho-1SG DEM.MASC/FEM.PROX.FALANTE
'Ei, você! Aplique uma injeção no meu filho' (homem dirigindo-se a homens)

b. ***Cama***. Maji to' xi'-in 'orojat ta!
EMPH vamos alcançar 1PL.INCL.RF-3NEUT espécie de larva EMPH
'Ei, você! Vamos caçar larvas orojat!' (mulher dirigindo-se a mulheres)

Na posição de morfemas finais de sentença, *wira* é usado exclusivamente por homens. Enquanto, *cama* é usado exclusivamente por mulheres para se dirigir a uma única mulher. Os dados apresentados em (174), abaixo, ilustram esses usos.

Wari' (Everett; Kern, 2006 [1997], p. 197)
(174) a. *Mon* *xuc* *toc* *tarama'* *'ina* *tawi* *pa'ao*
lentamente.SG apertar beber homem 1SG.RP/P mel em seguida

ta ***wira***
EMPH **EMPH**
'Eu teria morrido!' (dito por um homem)

b. *Tomi' mi'* *ne* *cam* *xi-m* *'e'* ***cama***
falar dar 2SG.1SG.RF PREP..3SG.FEM mãe-2SG EMPH **EMPH**
'Fale com sua mãe por mim!' (Lit.: 'Fale e dê-me sua mãe.')
(dito por uma mulher para uma única mulher)

Os morfemas enfáticos finais de sentença *ma* e *e* são usados para indicar fala masculina e fala feminina, respectivamente. Seu uso pode ser combinado com as partículas enfáticas *ron* e *ram* para indicar interlocutor masculino (singular ou plural) e interlocutor feminino (singular ou plural), respectivamente. O exemplo (175) ilustra essa combinação.

Wari' (Everett; Kern, 2006 [1997], p. 196)
(175) a. *Xec querec ra* ***ra-on*** ***ma***
dia ver 2SG.RF 2SG.FUT.RE-3SG.MASC **EMPH**
'Amanhã, vejo você' (dito por um homem direcionado a outro homem)

b. *'Ac 'i ma' je-in pain*
gostar NEUT DEM.PROX.OUVINTE 2PL.RF-3NEUT PREP.3NEUT

ma' ***ra-on*** ***'e'***
DEM.PROX.OUVINTE 2SG.FUT.RE-3SG.MASC **EMPH**
'Faça desse jeito!' (dito por uma mulher direcionado a um homem)

Outra situação em que o gênero natural do falante é codificado linguisticamente se dá numa construção específica para expressar uma especulação ou expectativa equivocada do falante, seguindo a seguinte ordem dos constituintes do predicado derivado das frases de suposição verbalizada: *verbo* + 1SG.RP/P + *xi'* DUB + EMPH. O exemplo (176), a seguir, exemplifica esses usos.

Wari' (Everett; Kern, 2006 [1997], p. 63)
(176) a. *'An 'ina-in xi'* ***ma*** *'ina 'ira.*
interpretar.SG 1SG.RP/P-3N DUB **EMPH** 1SG.RP/P PAST.PROG
'Pensei que eu tivesse trazido' (dito por um homem)

b. *'An 'ina-in xi'* ***e*** *'ina 'ira.*
interpretar.SG 1SG.RP/P-3N DUB **EMPH** 1SG.RP/P PAST.PROG
'Pensei que eu tivesse trazido' (dito por uma mulher)

Nesses casos, a partícula enfática carrega a marca de gênero contextual do locutor feminino (*e*) ou do locutor masculino (*ma*).

7.4.2 Desano (tukano)

Na língua desano, os substantivos são organizados com base na oposição entre entidades animadas e inanimadas. Entre os substantivos animados, há uma subdivisão entre entidades humanas e não humanas, que se distinguem especialmente na maneira como gênero e número são codificados. Os substantivos [+animado] [-humano], por sua vez, se dividem em

dois subgrupos: individuais (que designam uma única entidade, como peixe, macaco, cobra) e coletivos (que denotam um conjunto de entidades da mesma espécie, como estrelas, abelhas, mosquitos). A marcação de gênero (feminino ou masculino) nos substantivos animados ocorre apenas no singular. Já entre os inanimados, distingue-se: substantivos contáveis e não contáveis (ou massivos) (Silva, 2012, p. 105).

Os nomes cujos referentes são humanos devem ser obrigatoriamente marcados quanto ao gênero pelos sufixos *-ʉ/-gʉ*, que indicam a terceira pessoa do singular masculino, e os sufixos *-o/-go*, que indicam a terceira pessoa do singular feminino (Silva, 2012, p. 107). Segundo o autor, os dados exemplificados em (177) e (178), abaixo, podem ser interpretados como lexicalmente femininos (177) ou masculinos (178), em virtude de um processo de gramaticalização que resulta da fusão dos sufixos de marcação de gênero à raiz do substantivo. No entanto, Silva (2012) observa que, apesar desse processo, os substantivos ainda aparentam carregar distintamente os sufixos de gênero masculino ou feminino. Por outro lado, há também alguns substantivos masculinos que terminam em outras vogais, como ilustrado em (179).

Desano (Silva, 2012, p. 107)
(177) a. *yẽhk**õ*** ‘avó’
b. *buɾ**o*** ‘mulher velha’
c. *mẽ**õ*** ‘mamãe’

Desano (Silva, 2012, p. 107)
(178) a. *yẽhk**ʉ̃*** ‘avô’
b. *buɾ**ʉ*** ‘homem velho’
c. *kʉ̃m**ʉ̃*** ‘curandeiro’
d. *ʉ̃m**ʉ̃*** ‘homem’

Desano (Silva, 2012, p. 107)
(179) a. *kãmĩ* ‘irmão mais novo’
b. *wãĩ* ‘tio’
c. *yee* ‘xamã’

Em (180), apresentamos algumas raízes nominais que não ocorrem sem os sufixos de gênero *(-o/-go*, “3ª pessoa do singular feminino”, e *-ʉ/-gʉ*, “3ª pessoa do singular masculino”); em (181), por sua vez, listamos raízes nominais que não ocorrem sem o sufixo de número *-a/-~da/-ɾa*, correspondente ao “plural animado” (Silva, 2012, p. 108). O autor propõe ainda uma análise alternativa, na qual o segmento *-g* poderia ser analisado como marca de singular, enquanto *-o* e *-ʉ* funcionariam como marcas de gênero feminino e masculino, respectivamente.

Desano (Silva, 2012, p. 108)

(180)	RAÍZ		FEMININO		MASCULINO	
a.	*paa-*	‘progenitor’	*pa**go***	‘mãe’	*pa**gʉ***	‘pai’
b.	*mãã-*	‘prole’	*mã**gõ***	‘filha	mã**gʉ̃***	‘filho’
c.	*mãhĩ-*	‘criança’	*mãhĩ**go***	‘menina’	*mahĩ**gʉ***	‘menino’
d.	*buu-*	‘idoso’	*bu**go***	‘mulher idosa’	*bu**gʉ***	‘homem idoso’

Desano (Silva, 2012, p. 108)

(181)	RAÍZ		PLURAL	
a.	*mãhĩ-*	‘criança’	*mãhĩ**ɾã***	‘crianças’
b.	*buu-*	‘idoso’	*mũ**ɾã***	‘homens idosos’

Substantivos animados [+humanos] masculinos são marcados no plural com o sufixo de número “plural animado”, como visto em (182). Já a maioria dos substantivos animados [+humanos] femininos são marcados no plural, adicionando-se a raiz lexical *nõmẽ* “feminino” a essas formas, conforme exemplificado em (183).

Desano (Silva, 2012, p. 108)

(182)				
a. *yee*	‘xamã’	*ye**a***	‘xamãs’
b. *ʉ̃mʉ̃*	‘homem’	*ʉ̃mã*	‘homens’
c. *kãmĩ*	‘irmão mais novo’	*kãmĩ**ã***	‘irmãos mais novos’

Desano (Silva, 2012, p. 109)

(183) *mũrã* ‘homens idosos’ *versus* *mũrã **nõmẽ*** ‘mulheres idosas’

De acordo com o autor, “[s]ubstantivos que se referem a alguns termos de parentesco também são marcados com *sãmã* ‘vagina’ seguido do sufixo plural *-rã* /-~*da*/, como mostrado em (184). Em (184b), a palavra *sãmã* foi reduzida para *sã*.

Desano (Silva, 2012, p. 109)

(184)			
a.	*yẽhkʉ̃*	‘avô’	
	*yẽhk**õ***	‘avó’	
b.	*yẽhkʉ̃sãmãɾã*	‘avós’	(avô + avó)
	*yẽhksã **nõmẽ***	‘avós’	(avó.PL)

Conforme já mencionado, os substantivos [+animado -humano], são agrupados entre: A) individuais e B) coletivos. Os nomes [+animado] individuais com referentes não humanos podem ser divididos entre: A.1) animados de “nível superior” e A.2) animados de “nível inferior”. Os substantivos individuais do “nível superior” recebem marcação morfossintática de gênero, tal como ocorre com os nomes [+humano], como exemplificado em (185) abaixo. Esses substantivos são uma espécie de membros da classe “humana”, uma vez que certas entidades não humanas (como animais e entidades mitificados ou socialmente relevantes) são culturalmente percebidas como portadoras de traços antropomorfizados.

Semelhantemente ao que já descrevemos em outras línguas, como dâw (personificação do boto e do pirarucu), akwẽ-xerente (propriedades humanas atribuídas aos nomes cujos referentes são animais no ritual de nomeação) ou tariana (gambá mucura e pombo personificados).

A esse respeito, Silva (2012, p. 111) salienta que nem todos os nomes referentes a animais são marcados linguisticamente do mesmo modo que os nomes com o traço semântico [+humano]. Gomez-Imbert (1996, p. 456, *apud* Silva, 2012, p. 111) afirma que "alguns animais são mais próximos dos seres humanos do que outros, e isso se reflete no nível linguístico". Silva (2012, p. 111) observa que a onça-pintada é considerada uma divindade criada pelo sol nos mitos Desano e que, por esse motivo, existe uma associação mítica entre a onça-pintada e o xamã para a maioria dos grupos tukano. O autor também ressalta a importância dos cães no convívio com o povo Desano, pois, além de companheiros de caça, são tratados como animais de estimação.

Desano (adaptado de Silva, 2012, p. 110)

(185)			
a.	*ye*	*ye-**go***
	onça	onça-**3SG.FEM**
	'onça(MASC)'	'onça fêmea'
b.	*diaye*	*diaye-**go***
	cachorro	cachorro-**3SG.FEM**
	'cachorro'	'cachorra'
c.	*wãhtĩ*	*wãhtĩ-**gõ***
	espírito.mau	espírito.mau-**3SG.FEM**
	'espírito mau(MASC)'	'espírito mau feminino'

Conforme se observa nos dados acima, a forma singular não marcada é atribuída ao gênero masculino. Assim como ocorre nos substantivos animados com traço semântico [+humano], o sufixo *-a* de plural também carrega o valor de gênero masculino. Portanto, para indicar o feminino plural, a palavra *nõmẽ* "fêmea" segue a forma masculina plural, conforme apresentado na sequência em (186).

Desano (adaptado de Silva, 2012, p. 111)

(186)			
a.	*ye-**a***	*ye-**a***	***nõmẽ***
	onça-**PL.AN**	onça-**PL.AN**	**fêmea**
	'onças(MASC)'	'onças fêmeas'	
b.	*diaye-**a***	*diaye-**a***	***nõmẽ***
	cachorro-**PL.AN**	cachorro-**PL.AN**	**fêmea**
	'cachorros'	'cachorras'	

Os substantivos pertencentes ao "nível inferior" da subcategoria de animados individuais referem-se à maioria dos animais. Esses nomes não recebem marca de gênero e sua forma de pluralização é a mesma utilizada para os nomes com o traço semântico [+humano], isto é, o sufixo *-a*, correspondente ao plural animado. Entretanto, quando tais nomes ocupam função sintática como sujeito da oração, o acordo de gênero se torna obrigatório, sendo o masculino o valor padrão (não marcado). Assim, o acordo verbal deve ocorrer na terceira pessoa do singular masculino. Essa regra de acordo morfossintático de gênero e concordância de número é ilustrada, abaixo, no exemplo (187), com o substantivo *gahki* "macaco". Em (187a), o nome ocorre no singular, exigindo marca verbal de acordo sintático masculino singular; já em (187b), o mesmo nome aparece no plural e, consequentemente, aciona concordância animada plural.

Desano (Silva, 2012, p. 112)

(187) a. *gahki* *mũ̱htãgũ̱gã* *ãɾãmĩ̃*
gaki ~bu̱ta-~**gu̱**-~ga ãdi-a-~**bi**
macaco ser.pequeno-**3SG.MASC**-DIM ser-PERF-**3SG.MASC**.IMPERF
'O macaco era muito pequeno'

b. *gahkia* *mũ̱htãrãgã* *ãɾĩ̃ɾiã*
gaki-**a** ~bu̱ta-~**da**-~ga ãdi-a-~**da**
macaco-**PL.AN** ser.pequeno-**PL.AN**-DIM ser-**PL.AN**.PERF
'Os macacos eram muito pequenos'

Os exemplos (187a) e (187b), extraídos de Silva (2012, p. 112), ilustram de maneira clara o funcionamento do acordo e da concordância de gênero e número nessa língua tukano-oriental. No exemplo (187a), o substantivo *gahki* ("macaco"), [+animado "inferior"], é usado no singular e, por esse motivo, aciona marcação de gênero masculino tanto na forma adjetival (*mũ̱htãgũ̱gã*, "muito pequeno") quanto na forma verbal (*ãɾãmĩ̃*, "era"), por meio dos morfemas *~gu̱* e *~bi*, respectivamente. O substantivo *gahki* faz parte dos nomes que não podem receber marca de gênero porque faz parte do grupo de animais "inferiores". Trata-se, portanto, de um caso em que a marcação do gênero masculino singular é uma operação puramente sintática exigida pela gramática da língua em função da posição de sujeito ocupada pelo substantivo em questão, ativando, portanto, mecanismos de acordo (gênero formal) no predicativo e verbo.

Já em (187b), o mesmo substantivo aparece no plural, com a adição do afixo *–a* (*gahki**a***, "macacos"), o qual indica pluralidade animada. Nesse caso, há uma operação de concordância, já que tem relação semântica com os traços plural e animado do referente. Observa-se, portanto, a realização plena da concordância de número entre os elementos do sintagma. Esses casos exemplificam perfeitamente as definições de acordo e concordância

propostas por Hengeveld e Leufkens (2018): acordo denomina uma operação restrita ao Nível Morfossintático da gramática, enquanto concordância é uma operação que relaciona o Nível Representacional e o Nível Morfossintático. Esses dados mostram que o desano apresenta um sistema de codificação de gênero formal parcialmente produtivo, no qual a marcação é morfologicamente ativa apenas no singular dos nomes que não recebem marca de gênero quando ocupando posição de sujeito na oração.

Substantivos animados podem ser derivados de formas verbais por meio da sufixação das marcas de gênero sem a necessidade de um morfema nominalizador, como demonstram os dados apresentados em (188) abaixo. Já os substantivos inanimados derivados de raízes verbais requerem os sufixos nominalizadores *-di*, para substantivos inanimados concretos, ou *-do*, para substantivos inanimados abstratos, ligados à raiz verbal. Em (189), na sequência, apresentamos um caso em que um substantivo inanimado derivado é especificado por meio de um classificador.

Desano (adaptado de Silva, 2012, p. 133)
(188) a. *bue-**gu***
estudar-**3SG.MASC**
'estudante masculino'

b. *bue-**go***
estudar-**3SG.FEM**
'estudante feminino'

c. *bue-**da***
estudar-**PL.AN**
'estudantes'

d. *guya-**gu***
ser perigoso-**3SG.MASC**
'masculino perigoso'

e. *guya-**go***
ser perigoso-**3SG.FEM**
'feminina perigosa'

f. *guya-**da***
ser perigoso-**PL.AN**
'masculinos perigosos'

Desano (adaptado de Silva, 2012, p. 135)
(189) a. *guya-**di-ya***
ser.perigoso-**NOM.IN-CLF:riacho**
'rio perigoso'

b. *dia guya-**di-ya*** *~adi-a*
rio ser.perigoso-**NOM.IN-CLF:riacho** ser-PERF
'O rio é perigoso'

Em desano, os pronomes pessoais são expressos por morfemas livres, conforme descreve Silva (2012, p. 140). O sistema pronominal distingue as três pessoas do discurso (primeira pessoa, segunda pessoa e terceira pessoa) e apresenta flexão de número (singular e plural). A marcação de gênero, como vimos, ocorre exclusivamente na terceira pessoa do singular, por meio da oposição entre *~igʉ* (“3ª pessoa do singular masculina”) e *igo* (“3ª pessoa do singular feminina”). No quadro 11, a seguir, são apresentados todos os pronomes pessoais da língua, organizados por pessoa, número e, quando aplicável, gênero.

Quadro 11 – Sistema de pronomes pessoais em desano

	Singular Masc.	Singular Fem.	Plural Inclusivo	Plural Exclusivo
1ª pessoa	yʉʉ <yʉ'ʉ>		~badi <mãɾĩ>	gʉa <gʉa>
2ª pessoa	~bʉʉ <mʉ’ʉ>		~bua <mʉ’ã>	
3ª pessoa	~igʉ <igʉ>	igo <igo>	~ida <ĩrã> ou <ẽrã>	

Fonte: Adaptado de Silva (2012, p. 140)

Nos exemplos listados em (190) a seguir, verifica-se a marcação de gênero contextual do locutor por meio da concordância, uma vez que o pronome de primeira pessoa em desano não expressa distinção de gênero de forma autônoma. Em (190a), a sentença é proferida por um falante do sexo masculino, por isso a concordância é marcada com o gênero masculino da terceira pessoa do singular, por meio do sufixo *–gʉ*, é acionada. Já em (190b), a mesma sentença é enunciada por uma mulher, portanto, o verbo exibe o sufixo *–go*, que marca a terceira pessoa do singular feminino. Como explica Silva (2012, p. 141), trata-se de um caso em que a indexação do sexo do falante é inferida a partir da morfologia verbal.

Desano (Silva, 2012, p.141)
(190) a. *yʉʉ* *~wida-**gʉ*** *~adi-a*
1SG desano-**3SG.MASC** ser-PERF
‘Eu sou Desano (masculino)’

b. *yʉʉ* *~wida-**go*** *~adi-a*
1SG desano-**3SG.FEM** ser-PERF
‘Eu sou Desano (feminino)’

Os pronomes de terceira pessoa em desano, *ĩgʉ̃* (“3ª pessoa do singular masculina”), *igo* (“3ª pessoa do singular feminina”) e *ĩrã/ẽrã* (“3ª pessoa do plural animado”), podem desempenhar função anafórica e não se diferenciam dos pronomes demonstrativos proximais. Conforme aponta Silva (2012, p. 142, 146), esses pronomes podem ser analisados como derivados da partícula *i* (demonstrativo proximal) adicionada aos marcadores de classe que fazem referência a um substantivo antecedente ou um elemento recuperável no contexto. Esses

marcadores incluem: *–gʉ̃ / –~gʉ* (para a 3ª pessoa do singular masculina ou animado singular geral), *–go* (para a 3ª pessoa do singular feminina), *–rã / –~da* (para o plural animado) e *–di / –do* (para o inanimado). A sobreposição entre pronomes pessoais e demonstrativos é um fenômeno comum em diversas línguas do mundo, como apontam Schachter e Shopen (2007, p. 27 *apud* Silva, 2012, p. 146).

O exemplo (191) é extraído de uma narrativa em que o falante, após nomear sua filha Ghahó, passa a utilizar o pronome *igo* ("ela") para retomar a referência à filha previamente mencionada, caracterizando um uso anafórico típico:

Desano (Silva, 2012, p.142)
(191) *igomõ'mẽ pihimõ*
*i-**go*** *~bobe-pii-~**bo***
DEM.PROX-**3SG.FEM** trabalhar-liberar-**3SG.FEM**
'Ela saiu do trabalho'

As propriedades semânticas dos nomes "pombo" (singular, animado) e "garotas" (plural, animado) em (192) são codificadas em (193) por meio do demonstrativo "***i*** 'este' com o sufixo ***-gʉ*** 'singular, masculino' na referência ao pombo e pelo demonstrativo ***i*** 'este' com o sufixo ***-ɾa*** 'plural, animado' na referência às garotas" (Silva, 2012, p. 146). Vejamos:

Desano (Silva, 2012, p.147)
(192) *yuu-~dʉ* *bua* *~ya-**pʉ*** ***i-~da*** *~dobe*
um-CLF:dia pombo ver-**3SG.MASC**.PERF **DEM:PROX-PL.AN** fêmea

*~de-**o*** *~basa-~**da*** *kudi-~**da***
ser jovem-**3SG.FEM** pessoas-**PL.AN** andar-**PL.AN**.PERF

*wa-~yu-~**da***
go-EVID.QUOT/FOLK-**PL.AN**.PERF
'Um dia, o Pombo viu garotas jovens passeando'

Desano (Silva, 2012, p. 147)
(193) ***igʉ-**pʉ*** *bua-pʉ* *~ya-peya-p-pʉ*
3SG.MASC-CONTR pombo-CONTR ver-ser no topo-**3SG.MASC**.PERF

***i**-~da-de*
DEM:PROX-PL.AN-REF
'Ele as observou de cima'

Há ainda outro demonstrativo formado pelo lexema *gahii* "outro", que é usado, conforme o autor, para fazer referência a uma nova entidade (ou outro do mesmo tipo). Ele pode ocorrer sozinho, como ilustrado em (194), ou pode coocorrer com o substantivo núcleo, como ilustrado em (195). É importante ressaltar que "quando *gahi* ocorre sozinho no sintagma

nominal, ele é explicitamente marcado com o marcador de classe de seu referente". Em (194), "o substantivo referente é um substantivo animado masculino, anaforicamente marcado pelo marcador de classe de 'terceira pessoa do singular masculino' *-gu̶*". Em (195), *gahi* não possui um marcador explícito (Silva, 2012, p. 179).

Desano (Silva, 2012, p. 148)
(194) gai-**gu̶** adi-ku-~bi daa
outro-**3SG.MASC** vir-ADVERS-3SG.MASC.IMPERF de novo
'Outro virá de novo'

Desano (Silva, 2012, p. 179)
(195) *gai ~baka-ge kudi-~ga-gu̶ i-ku-mĩ*
outro povoado-LOC caminhar-caminho-3SG.MASC fazer-FUT-3SG.MASC
'Ele caminhará para a outra comunidade'

A proforma *yẽ'ẽ* pode originar outras formas pronominais com função demonstrativa, utilizadas para se referir a indivíduos cuja identidade é desconhecida ou não identificável pelo falante. Segundo Silva (2012, p. 151), essas derivações correspondem a construções anafóricas de referência indefinida, típicas em contextos narrativos ou de fala espontânea. As formas lexicais *yẽ'ẽmũ̶* e *yẽ'ẽmãrã*, por exemplo, são empregadas com o sentido de "fulano" (no gênero masculino), funcionando como estratégias linguísticas para marcar uma referência vaga ou genérica. O exemplo (196) ilustra o uso dessas formas no discurso:

Desano (Silva, 2012, p. 151)
(196) ~si **~yeebu̶** oagu̶ i-~gu̶ ~yaa-~bi
DEM.DIST fulano grupo étnico DEIC.PROX-**3SG.MASC** juntar-**3SG.MASC**.IMPERF
'Aquele indígena (fulano) se juntou (à missão)'

Os pronomes possessivos, em desano, têm a mesma forma dos pronomes pessoais, portanto, só há distinção de gênero (masculino/feminino) para a terceira pessoa do singular, conforme ilustrado em (197) a seguir.

Desano (Silva, 2012, p. 197)
(197) igu̶ ~ba-gu̶
3SG.MASC criança-**3SG.MASC**
'filho dele'

Os numerais, em desano, funcionam como quantificadores e, via de regra, precedem os substantivos que modificam. A língua apresenta três raízes nominais numéricas simples: *yuhu* ("um"), *pe* ("dois") e *u̶re* ("três"). Essas raízes recebem marcação morfológica conforme a classe nominal e o gênero do substantivo [+animado] ao qual estão associadas, como

demonstram os exemplos em (198) e (199). Além disso, tais numerais podem ocorrer isoladamente como núcleo do sintagma nominal, especialmente em contextos anafóricos. Nestes casos, são marcados morfossintaticamente em concordância com as propriedades semânticas do referente recuperado no discurso, como ilustrado em (200).

Desano (Silva, 2012, p. 180)
(198) a. *yuhu-**gʉ*** *~basʉ*
um-**3SG.MASC** pessoa
'uma pessoa (masculina)'

b. *yuhu-**go*** *~nõmẽ-o*
um-**3SG.FEM** fêmea-**3SG.FEM**
'uma mulher'

Desano (Silva, 2012, p. 181)
(199) a. *pe-~**da*** *~karaya*
dois-**PL.AN** galinha
'duas galinhas ou dois galos'

b. *pe-~**da*** *nõmẽ-a*
dois-**PL.AN** **fêmea-PL.AN**
'duas mulheres'

c. *pe* *wii-**di***
dois casa-**PL.IN**
'duas casas'

Desano (Silva, 2012, p. 182)
(200) a. *yuhu-**gʉ***
um-**3SG.MASC**
'um homem'

b. *pe-~**da-ʉ***
dois-**PL.AN-MASC**
'dois machos'

c. ʉre-~**da-ʉ**
três-**PL.AN-MASC**
'três machos'

Outra função do numeral um (*yuhu*) atestada por Silva (2012, p. 184), além de indicar quantidade, é indicar referência indefinida. "Nestes casos, o sintagma nominal introduz novos participantes no discurso numa construção do tipo *um X*", como se vê em (201).

Desano (Silva, 2012, p. 184)
(201) *yʉʉ* *yuu-**go**-ta* *~adi-a-bʉ*
1SG um-**3SG.FEM**-EMPH ser-PERF-NON3.PERF
'Eu sou uma feminina (Desano)'

Por fim, vale destacar que, em desano, não há uma classe de adjetivos com características formais distintivas das classes de substantivos e dos verbos. Portanto, expressões adjetivas são derivadas de verbos estativos. Conforme observa Silva (2012, p. 187), "[o]s verbos descritivos usados como adjetivos semânticos são nominalizados para modificar substantivos e concordam com a marcação de classe (gênero/classificador) do substantivo principal"[163].O exemplo (202), a seguir, ilustra esse mecanismo de concordância, evidenciando a harmonia entre o marcador de gênero do substantivo principal e o seu modificador:

Desano (Silva 2012, p. 188)

(202)	*eda*	*deko ~adi-~**bi***	*[[~eda pa-**gu**]$_N$*	*[wɯa-**gu**]$_{MOD}$]$_{NP}$*
	3AN.PL	metade ser-**3SG.MASC**.IMPERF	3PL.AN genitor-**3SG.MASC**	ser.grande-**3SG.MASC**
	'Entre eles, estava seu grande pai'			

O exemplo demonstra que, nesses casos, o modificador derivado verbalmente é integrado ao sintagma nominal como um elemento dependente, mas morfologicamente sensível aos traços do núcleo que acompanha.

7.4.3 Kubeo (tukano)

Conforme Chacon (2012, p. 235), os substantivos da língua kubeo são hierarquicamente organizados e semanticamente motivados, refletindo distinções que envolvem animacidade, gênero e massa. No topo dessa hierarquia, os substantivos dividem-se em duas grandes classes nominais: animados e inanimados. É importante notar que, diferentemente da definição ampla de "gênero" proposta por Corbett (2007), Chacon emprega o termo "gênero" exclusivamente em referência à distinção de sexo biológico (masculino/feminino) no domínio dos nomes animados. Assim, para Chacon, a distinção entre animados e inanimados constitui uma classe nominal mais ampla, que serve de base para outras subdivisões gramaticais.

Os nomes inanimados correspondem a coisas, objetos e conceitos abstratos. No que diz respeito aos nomes animados, incluem-se não apenas seres humanos e animais, mas também entidades com forte valor cultural ou cosmológico, como os espíritos, a lua, o sol, as estrelas e o arco-íris. O que demonstra, portanto, a presença de gênero pragmático nesta língua, visto que a classificação desses nomes como [+animado] se dá com base na relevância cultural que os referentes ocupam nessa comunidade.

[163] Trata-se de um processo que é relativamente comum nas línguas indígenas brasileiras.

Conforme Chacon (2012, p. 236-237), os nomes inanimados subdividem-se entre contáveis e massivos, com posterior detalhamento nos casos de nomes contáveis. E, segundo o autor, todos os nomes [+animado] são, obrigatoriamente, flexionados em número (singular/plural)[164] – com exceção do termo *bõa* "peixe", que foge a essa regra porque é genérico na forma singular (*bõa-kɨ* peixe-MASC) – e em gênero (masculino/feminino), sendo o masculino o valor padrão para o acordo e a anáfora[165]. Para expressar o plural exclusivamente feminino, é necessária uma construção composta, como em *'bã#dõbĩ-wã* ("filho#mulher-AN.PL"), que indica "filhas" especificamente (Chacon, 2012, p. 237).

Em kubeo a concordância (ou acordo) nominal é estabelecida entre o núcleo do sintagma nominal, que pode ser marcado ou não, e qualquer tipo de modificador, como um adjetivo, um verbo nominalizado e a maioria das palavras de classe fechada (Chacon, 2012, p. 238). O acordo ou a concordância de termos animados não marcados, de classificadores e de nomes masculinos se dá com o masculino (que é a categoria padrão); a concordância de termos animados femininos se dá com o feminino; e a concordância de termos animados e inanimados plural se dá com plural animado e inanimado, respectivamente (Chacon, 2012, p. 239).

Nos exemplos apresentados em (203), apresentamos a concordância no masculino (203a) e o acordo masculino em (203b) e (203c). Em (204), ilustramos a concordância no feminino. Nos exemplos dispostos em (205), apresentamos a concordância no animado plural em (205a) e a concordância especial para a categoria feminino plural animado, em (205b).

Kubeo (Chacon 2012, p. 239)

(203) a. *kũidã-**kɨ*** *põe-**kɨ*** *dõ-i* *'dara-bi*
um-**MASC** pessoa-**MASC** ANPH.CNT-LOC vagar-**3MASC**
'Um homem caminhou até lá'

b. *kũidã-**kɨ*** *bã* *'jawa-**bi*** *kaða=hĩ*
um-**MASC** arara falar-**3MASC** perto=DIM
'Uma arara acabou de emitir um som próximo'

[164] "A categoria PLURAL ANIMADO possui dois morfemas diferentes na flexão inerente nominal: *-wa* e *-da*. Há também um classificador *=wɨ* 'coletivo animado' que atua na concordância" (Chacon, 2012, p. 237).

[165] Os animais podem ser flexionados em gênero, então a palavra *jãbã-ko* (veado-FEM) "veado", embora seja a forma de citação para se referir a veados em geral (controla o acordo feminino), pode ser reduzida para *jãbã* ao fazer referência a um "veado macho". O processo oposto é observado em formas NÃO MARCADAS para gênero, em que a forma de citação não marca formalmente o gênero, por exemplo, *wekɨ* 'anta' (o acordo é realizado com o masculino, o traço padrão, como ilustrado em (47b)); no entanto, a forma feminina se torna marcada: *wekɨ-ko* "anta fêmea". Curiosamente, as formas não marcadas, embora não sejam ostensivamente marcadas para gênero, são sempre interpretadas como um animal macho. Animais marcados com um classificador também são, por padrão, masculinos, conforme ilustrado em (47c). Para codificar o feminino, o classificador é substituído pelo sufixo feminino, por exemplo, *hẽbẽ=bo* (paca-CLF:oval) "paca" para '*hẽbẽ-ko* (paca-FEM) "paca fêmea" (Chacon, 2012, p. 237).

c. *kũidã-**ki*** *hẽbẽ=bo-de* *pɨke* *ã-i=dõ-ba-awĩ*
um-**MASC** paca=CLF:oval-OBL duas vezes comer-ST=CNT-PST.1/2/3IN
'Uma paca deve ser comida duas vezes (ou seja, uma pessoa não deve comer a paca inteira de uma vez, mas em momentos diferentes)'

Kubeo (Chacon 2012, p. 240)
(204) *kũidã-**ko*** *põe-**ko**-ba#te-**ako**=ja*
um-**FEM** pessoa-**FEM**-ser#fazer-PST.3**FEM**=REP
'Era uma vez uma mulher'

Kubeo (Chacon 2012, p. 240)
(205) a. *habo-**wa*** *kai=**wɨ*** *hoa-dõ=ka=**wɨ*** *eda-i=**wɨ*** *bĩha*
líder.**AN**.PL todos=CLF:AN.COL distante-NMZ.CNT=ORGN=CL.F:**AN**.COL chegar-ST=CLF:AN.COL vocês.todos
'Vocês, todos os líderes de longe, estão chegando'

b. *dõbĩ-**wa*** *okojɨ-**wa**#**dõbĩ-wa*** *bẽa#**dõbĩ-wa**-bu*
mulher-**AN**.PL wanano-**AN**.PL#**mulher**-**AN**.PL bom#**mulher**-**AN**.PL-COP.N3.**AN**.SG
'As mulheres Wanano são bonitas'

Nos dados apresentados em (203) e (204) acima, é possível observar que o numeral "um" recebe marca de gênero. Conforme Chacon (2012, p. 350), os numerais da língua kubeo funcionam como quantificadores nominais e, além disso, podem se combinar com o quantificador *kai* ("todos, tudo") e ainda ocorrem em expressões de valor adverbial, indicando frequência ou repetição, como em *pɨke* ("duas vezes") e *kuina=da* ("uma vez"). Apenas o numeral "um" é flexionado em gênero masculino ou feminino; os outros recebem marca de plural animado, ou inanimado contável.

Em kubeo, todos os pronomes pessoais fazem referência a nomes com o traço semântico [+animado] e funcionam como núcleo do sintagma nominal. Além disso, esses pronomes podem ocorrer isoladamente como argumento único de verbos intransitivos. Há pronomes pessoais específicos para gênero apenas na terceira pessoa do singular. Além disso, "é diacronicamente relevante que os sufixos de gênero se assemelhem aos pronomes pessoais tanto na forma quanto na função" (Chaco, 2012, p. 311). No quadro 12, a seguir, apresentamos os pronomes pessoais de terceira pessoa e os afixos de gênero.

Quadro 12 – Pronomes pessoais e afixos distintivos de gênero da língua kubeo

Pronomes pessoais	Exemplos de formas afixais similares
ˈɨ "3SG.MASC"	*-jɨ* "NMLZ.MASC" *-kɨ* "MASC"
õ "3SG.FEM"	*-jo* "NMLZ.FEM" *-ko* "FEM"
dã "3PL.AN"	*-dã* "AN.PL"

Fonte: Chacon (2012, p. 311-312)

O exemplo em (206) ilustra um uso do pronome pessoal *õ* (terceira pessoa, singular, feminino). No exemplo (207), observa-se a marcação de gênero contextual: embora o pronome de primeira pessoa não apresente distinção formal de gênero, a informação sobre o sexo do falante é morfossintaticamente codificada no verbo por meio da concordância masculina.

Kubeo (Chacon 2012, p. 312)
(206) ***õ*** *o-i-**biko***
ela chorar-ST-**3.FEM**
'Ela está chorando'

Kubeo (Chacon 2012, p. 312)
(207) ***ji*** *eda-**kaki***
eu chegar-**II.1.MASC**
'Eu cheguei'

Nesta língua, o sistema pronominal inclui demonstrativos que distinguem entre dêixis proximal e distal (e gênero), conforme apresentado no quadro 13 a seguir.

Quadro 13 – Pronomes demonstrativos e a categoria de gênero em kubeo[166]

Categorias Gramaticais	Proximal	Distal
INANIMADO CONTÁVEL	*i* = $SN_{núcleo}$	*ãdĩ*#$SN_{núcleo}$
INANIMADO MASSA	*i = e* (DEM.PROX = MSS)	*ãdĩ = e* (DEM.DIST = MSS)
INANIMADO CONTÁVEL GENÉRICO	*'jo* (DEM.PROX.CNT)	*ãdõ* (DEM.DIST.CNT)
ANIMADO **MASCULINO**	*'jãi* (DEM.PROX.MASC)	*ãjĩ* (DEM.DIST.MASC)
ANIMADO **FEMININO**	*i-ko* (DEM.PROX -FEM)	*ãðõ* (DEM.DIST.FEM)
ANIMADO PLURAL	*i-dã* (DEM.PROX-AN.PL)	*ãdĩ-dã* (DEM.DIST-AN.P) *ãdĩa* (DEM.DIST.AN.P)

Fonte: adaptado de Chacon (2012, p. 324-325)

Os pronomes demonstrativos da língua kubeo, conforme se observa no quadro 13, evidenciam um sistema de gênero linguístico sensível à animacidade e ao sexo biológico. Para os referentes animados, há distinção entre masculino e feminino no singular; e plural animado. Nos nomes inanimados, o sistema não distingue gênero, mas distingue entre contáveis, massivos e contáveis genéricos, o que significa que a língua apresenta um padrão classificatório

[166] As formas não marcadas com um limite de morfema podem funcionar sintaticamente como palavras independentes.

distinto, baseado em quantificabilidade, e não em gênero propriamente dito. Assim, a análise desses pronomes demonstrativos em kubeo mostra que a língua possui um sistema de gênero linguístico bem consolidado para a classe nomes e pronomes animados, especialmente no singular.

O exemplo (208) abaixo ilustra um uso em que o demonstrativo pode formar uma frase sintática com o núcleo nominal quando o demonstrativo é flexionado e concorda com o núcleo nominal. Em (209), apresentamos um uso em que o demonstrativo pode atuar como núcleo de um sintagma nominal, sem um nome explícito.

Kubeo (Chacon 2012, p. 326)
(208) ***aðõ̃*** *biki=hi-**ko*** *'hi#jẽkõ-be*
DEM.DIST.FEM velho=DIM-**FEM** meu#avó-COP.3.AN.SG
'Aquela velha senhora é minha avó'

Kubeo (Chacon, 2012, p. 326)
(209) *je-de* ***ãðõ̃*** *wo-**jo**-ba*
INDF-OBL **DEM.DIST.FEM** procurar-**FEM**-COP.INTR
'O que aquela mulher está procurando?'

Segundo Chacon (2012, p. 339), o pronome indefinido *'je* tem muitas funções nesta língua, por conta da ausência de artigos e de negação de predicados (a negação abrange apenas verbos) e da maioria dos conceitos de raízes nominais serem genéricos. O quadro 14, a seguir, apresenta o sistema de flexão dos pronomes indefinidos na língua:

Quadro 14 – Pronomes indefinidos e a categoria de gênero em kubeo

Categorias Gramaticais	Formas
INANIMADO CONTÁVEL	*je#SN* (nome ou clítico)
ANIMADO **MASCULINO**	*je = kɨ* INDEF = MASC
ANIMADO **FEMININO**	*je = ko* INDEF = FEM
ANIMADO PLURAL	*je-dã* INDEF -AN.PL
GRUPO DISCRETO PLURAL ANIMADO	*je = wɨ* INDEF = CL.AN.COL

Fonte: Chacon (2012, p. 339)

Como se pode verificar no quadro acima, o sistema de pronomes indefinidos da língua kubeo também apresenta uma estrutura bastante sensível às categorias de gênero, número e animacidade. Os pronomes indefinidos são construídos a partir do morfema base *je*, que se combina com sufixos ou clíticos que especificam traços semânticos, como sexo biológico e pluralidade. Para entidades inanimadas contáveis, utiliza-se a forma je#SN, que se associa a um

nome ou clítico. Já no domínio dos animados, há uma distinção nítida entre masculino (*je=kɨ*) e feminino (*je=ko*) no singular. Essa diferenciação de gênero reforça a importância do sexo biológico na codificação pronominal na referência a humanos. Além disso, a língua distingue entre formas plurais genéricas e grupos discretos: o plural animado genérico é marcado por *je=dã*, enquanto *je=wɨ* denota um grupo discreto de animados, possivelmente enfatizando sua individualidade ou identidade coesa.

De acordo com Chacon (2012, p. 340), "a função básica do pronome indefinido em Kubeo é codificar um SN (Sintagma Nominal) indefinido. Dada sua referência indefinida, ele é muito adequado para argumentos de frases interrogativas", como ilustrado em (210), a seguir.

Kubeo (adaptado de Chacon, 2012, p. 340)
(210) a. ***'je=ki**-ba* ***jãi***
INDEF=MASC-INTR **DEM.PROX.MASC**
'Quem é este?'

b. ***je=ki*** *'pa-**ji*** *bõa-**ki**-de* *bĩ* *boa-**ki**=dĩ*
INDEF=MASC tipo-**NMLZ.MASC** peixe-**MASC**-OBL você matar-**MASC**=INTR
'Que tipo de peixe você pegou?'

O pronome interrogativo *'a#* ("qual?") também recebe marcação de gênero em kubeo: *'a-kɨ* (animado masculino) e *'a-ko* (animado feminino). Em (211) a seguir, apresentamos um uso com a concordância feminina.

Kubeo (Chacon, 2012, p. 353)
(211) ***'a-ko*** *bahu-ba* *'bĩ#**joko***
qual-FEM INTENS-COP.INTR seu#**irmã.mais.nova**
'Qual delas é sua irmã mais nova?'

Conforme observamos nesse dado, a marca indicadora de feminino animado é codificada no pronome interrogativo pela operação de concordância acionada pelo nome "irmã mais nova" para indicar o referente feminino [+humano].

7.4.4 Jarawara (arawá)

Nesta língua, quase todos os nomes têm valor de gênero feminino ou masculino. Os nomes [+humano] expressam o gênero semântico conforme o sexo do referente por meio de lexemas distintos, como *fana* (FEM) "mulher", *maki* (MASC) "homem". Porém, conforme Dixon (2004, p. 79), existem também os nomes [+humano] epicenos, ou seja, mesmo lexema pode assumir ambas as classes de gênero semântico em função do sexo do referente, são exemplos:

inamatewe “criança”, *habai* “amigo”, *hiti* “proprietário”, além de alguns termos de parentesco e nomes próprios indígenas, como *Wahati* “Jamamadi”. Os substantivos animados não humanos também possuem gênero fixo (aproximadamente 85% são masculinos), mas, se o sexo de um animal superior é conhecido e relevante, o gênero correspondente pode ser usado conforme ilustrado em (212) a seguir.

Jarawara (Dixon, 2004, p. 79)

(212)				
	kerewe(FEM)	‘preguiça’	*wafa*(MASC)	‘macaco peludo’
	kerewe maki	‘preguiça macho’	*wafa maki*	‘macaco peludo macho’
	kerewe fana	‘preguiça fêmea’	*wafa fana*	‘macaco peludo fêmea’

A cosmopercepção desse povo considera que muitos animais e plantas têm espíritos semelhantemente às pessoas. Corpos celestes, como “sol”, “lua” e “estrelas”, são animados e masculinos, pois representam homens míticos, assim como “trovão”. “Certas doenças [...] são consideradas como sendo causadas por pequenos insetos e, portanto, tratadas como animadas” (Dixon, 2004, p. 289). Cerca de 53% dos nomes de plantas são femininos, sendo a maioria plantas de jardim com sabor doce. Cerca de 80% dos substantivos que se referem a coisas que não sejam fauna e flora são femininos. Embora seja possível indicar uma série de correlações à atribuição de gênero nos nomes que não designam fauna e flora, os princípios de atribuição são complexos e apenas parcialmente previsíveis (Dixon, 2004, p. 284-285), o que demonstra certo nível de arbitrariedade relacionada à atribuição de gênero nesta língua.

Geralmente, não é possível deduzir o gênero a partir da forma lexical de um substantivo, visto que pouco menos da metade dos substantivos possui formas lexicais constrativas. De acordo com Dixon (2004, p. 285), o gênero é inferido a partir dos padrões de concordância, sendo marcado em adjetivos, demonstrativos, verbos e em construções possessivas. A codificação morfossintática do gênero se dá, em grande parte, nos verbos flexionados, verbos auxiliares e sufixos diversos; a maioria dos sufixos de tempo-modal e modo têm formas distintivas para feminino e masculino. Quando a raiz de um verbo flexionável ou de um auxiliar termina em *a*, essa vogal permanece para o feminino e muda para *e* para o masculino. Se a raiz termina em *i*, o feminino recebe *-ha/-iha* e o masculino *-hi/-ihi*. Vogais finais *o*, *e* ou *i* recebem *-ha* (feminino) e *-hi* (masculino).

O feminino é o gênero *default* em jarawara. Algumas das evidências apontadas por Dixon (2004, 286) que sustentam esse posicionamento são: i) a concordância ou acordo pronominal, marcada no verbo, é feminina, independentemente se o referente é feminino ou masculino, conforme ilustrado em (213); ii) o interrogativo “o quê” (*himata*) assume acordo

feminino quando o falante desconhece o gênero do item em questão, como ilustrado em (214); iii) numa declaração genérica (sem um substantivo masculino explícito), o acordo também se dá no feminino, conforme apresentado em (215); iv) quando os sufixos declarativos *-ke* (feminino)e *-ka* (masculino) são seguidos pelo sufixo de negação *-re* ou *-ra* (feminino e masculino, respectivamente), todos os falantes usam *-ka-ra* para a sequência masculina. Entretanto, para a sequência feminina são atestados dois usos: *-ke-re* e *-ka-re*. Os falantes entendem os dois usos como uma questão de preferência pessoal, já que são duas alternativas equivalentes. Dixon considera *-ka-re* para o feminino uma inovação recente, em que a forma masculina *-ka* é usada como neutralização de *-ke/-ka* antes do sufixo negativo, sendo o sufixo final de negação o único responsável por indicar a marcação de gênero. O exemplo (216) ilustra esse caso de neutralização do sufixo declarativo masculino *-ka* nos contextos em que é seguido pelo sufixo de negação.

Jarawara (adaptado de Dixon, 2004, p. 92, 100, 111, 148)

(213) a. *otaa* *amo* ***na***
1EXCL dormir **AUX.FEM**
'Nós estamos dormindo'

b. *tiwa* *haa* *o-na-**bana*** *oo*
2sg chamar 1SG-AUX-**FUT.FEM** 1SG
'Eu ia chamar você' (para se juntar a mim, mas não chamei)

c. *ati* *ti-mita-**hi**!*
línguagem 2SG-escutar-**IMM.POS.IMP.FEM**[167]
'Escute a conversa!'

d. *mee* *tasi* *na-ke-**haro-ke***
3NSG atravessar a porta AUX-vir-**RP.E.FEM-DECL.FEM**
'Eles/elas saíram (da casa)'

Jarawara (Dixon, 2004, p. 286)

(214) *himata* *ama-**ri**?*
o que ser-**CINT.FEM**
'O que é isso?

[167] Em jarawara, há sufixos de modo imperativo distintivos de gênero. Porém, não se trata de um caso de gênero contextual, pois a marcação de gênero masculino (conforme ilustra o exemplo abaixo) se dá em função do referente (objeto). Dixon (2004, p. 400) exemplifica com o trecho de uma narrativa em que "duas mulheres pegaram frutas pertencentes a um homem sem permissão e concordaram com a sugestão dele de que ele deveria copular com elas como recompensa". Uma irmã diz à outra para ir primeiro, usando um imperativo com 2SG na posição de argumento objeto e 3SG.MASC como argumento sujeito:
tiwa *jori* *ni-ba-ho!*
2SG fornicar AUX-fazer primeiro-IMM.POS.IMP.MASC
'Deixe-o fornicar com você primeiro'

Jarawara (Dixon, 2004, p. 150)
(215) *Wahati* ***bite*** *mee jana-make,* *mee* *tama-**ke***
pessoa Jamamadí **pequeno(FEM)** 3NSG crescer-seguindo 3NSG ser muito-**DECL.FEM**
'Muitas crianças Jamamadi estão crescendo, seguindo adiante (como a próxima geração)' (Lit. As crianças Jamamadi estão crescendo, seguindo adiante, são muitas).

Jarawara (Dixon, 2004, p. 73)
(216) *faha* *kowi-ka-**re***
água(FEM) profundo-DECL-**NEG.FEM**
'A água não é funda'

Há, portanto, fortes indícios de que o masculino é o gênero marcado em jarawara, sendo usado apenas para se referir a um homem humano ou a nomes classificados como pertencentes ao gênero gramatical masculino. Entretanto, há um uso deste gênero intimamente relacionado ao valor socioculturalmente atribuído aos homens e às mulheres nesta comunidade. Em situações específicas, mulheres próximas ao falante são referidas com a marcação do gênero masculino. Tais usos funcionam como uma demonstração de respeito e afinidade. Dixon (2004, p. 287) menciona o fato de um narrador se referir à esposa (Kamina) no masculino, conforme apresentado em (217) abaixo.

Jarawara (Dixon, 2004, p. 287)
(217) *Kamina* *Webijo* *haa* *ne-**ri*** *ama-**ka***
nome(FEM) nome(MASC) chamar AUX-**RPST.MASC** ESTENDER[168]-**DECL.MASC**
'Kamina chamou Webijo'

A distinção entre "animado" e "inanimado" é importante na gramática da língua jarawara, pois influencia a marcação de gênero e número, conforme aponta Dixon (2004, p. 75). A distinção entre "singular" e "não singular" nos pronomes de terceira pessoa aplica-se apenas a seres animados. Todos os inanimados têm referência pronominal zero, ou seja, "[q]ualquer quantidade de coisas inanimadas receberá referência cruzada zero no predicado; esta é a forma não marcada da terceira pessoa – utilizada para terceira pessoa do singular para animados e para toda terceira pessoa para inanimados" (Dixon, 2004, p. 78). No quadro 15, são apresentados os pronomes pessoais dessa língua.

[168] O verbo *ama* é usado como sufixo (Dixon, 2004, p. 228).

Quadro 15 – Pronomes pessoais em jarawara

Pessoa	Função Objeto transitivo	Função Sujeito transitivo, intransitivo e cópula	Função núcleo do SN em complemento de cópula	Posse alienável no SN	Posse inalienável no SN
1sg	*owa*	*o-*	*owa*	*oko*	*o-, oko*
2sg	*tiwa*	*ti-*	*tiwa*	*tika*	*ti-, tika*
3sg animado	*ø*	*ø*	*ø*	*hinaka*	*fee ~ hee*
3sg inanimado	*ø*	*ø*	*ø*	—	—
1nsg inclusivo	*era*	*ee*	*ee*	*ee kaa*	*ee*
1nsg exclusivo	*otara*	*otaa*	*otaa*	*otaa kaa*	*otaa*
2nsg	*tera*	*tee*	*tee*	*tee kaa*	*tee*
3nsg animado	*mee, mera*	*mee*	*mee, mati*	*mee kaa*	*mee*

Fonte: Dixon (2004, p. 78)

Com relação à concordância no masculino, é possível apenas com um nome animado masculino singular, como ilustrado em (218), (219) e (220), ou com inanimado masculino, como ilustrado em (221) na sequência. Conforme já mencionamos, em todos os outros casos, é aplicada a concordância ou acordo no feminino: ao referenciar animados não singulares, conforme ilustrado em (222); para todos os femininos (sejam animados ou inanimados, singulares ou não singulares), conforme ilustrado em (223), a seguir, e para todos os pronomes, como já apresentado em (213) (Dixon, 2004, p. 80-81).

Jarawara (Dixon, 2004, p. 362)
(218) ***haahi*** *Jobeto* *ama-ka-**ra***
DEM.MASC nome(MASC) ser-DECL-**NEG.MASC**
'Este (foto de um homem) não é Jobeto'

Jarawara (Dixon, 2004, p. 82)
(219) ***towisawa*** *otara* *haa* *ne-**ri***
chefe(MASC) 1EXCL chamar AUX-**RP.E.MASC**
'O chefe nos chamou'

Jarawara (Dixon, 2004, p. 92)
(220) ***jomee*** *habo* *ni* *owa* *na-tafi-**are-ka***
cachorro(MASC) latir AUX+COMP 1SG CAUS-acordar-**IMM.PST.E.MASC-DECL.MASC**
'O latido do cachorro me acordou'

Jarawara (Dixon, 2004, p. 162)
(221) ***afiaos*** *awi-hina-**ka***
avião(MASC) ver-PODER[169]-**DECL.MASC**
'O avião é visível (pode ser visto)'

[169] O verbo "poder" (*hina*) pode ser sufixado ao verbo "ver" (*awa*) para expressar "(algo) pode ser visto". Nesse caso, o informante descreve como, em um dia claro, era possível observar um avião se aproximando (Dixon, 2004, p. 161-162)

Jarawara (Dixon, 2004, p. 80)
(222) a. ***wafas*** *mee* *tafa-**ke***
macaco peludo(MASC) 3NSG comer-**DECL.FEM**
'Os macacos peludos comem'

b. ***kerewe*** *mee* *tafa-**ke***
bicho preguiça(FEM) 3NSG comer-**DECL.FEM**
'As preguiças comem'

Jarawara (Dixon, 2004, p. 362)
(223) ***haaha*** ***karafato*** *kaa* *ama-**ke***
DEM.FEM **gravador(FEM)** POSS ser-**DECL.FEM**
'Esta é do gravador'

Sobre o dado em (223), Dixon (2004, p. 362) contextualiza, elucidando que, numa ocasião, ele estava explicando que um par de fones de ouvido acompanhava o gravador, então os informantes disseram que podia ser dito dessa maneira. Conforme o autor, "os demonstrativos nominais podem indicar gênero por meio de uma sílaba final, ou podem omitir essa sílaba e usar apenas uma forma neutra *haa* ou *fa*" (Dixon, 2004, 361).

A distinção entre "humano" e "não humano" se manifesta nos interrogativos: *hibaka* (feminino) ou *hibeke/hibake/ike* (masculino) "quem", usados na referência humana, e *himata* (sem distinção de gênero) "o quê", usado na referência não humana. Importante destacar que os usos interrogativos para humanos ("quem") podem marcar o gênero contextual do interlocutor, conforme ilustrado em (224) e (225) abaixo.

Jarawara (Dixon, 2004, p. 406)
(224) ***hibake*** *ama o-ka-re,* *tee* *kaa abise* *ama o-ke*
quem+MASC ser 1SG-DECL-NEG.MASC 2NSG POSS irmão do pai ser 1SG-DECL.FEM
'Não sou apenas uma pessoa qualquer (Lit.: quem eu não sou?), sou o irmão do seu pai' (responde o homem)

Jarawara (Dixon, 2004, p. 406)
(225) ***hike*** *ama* *ti-ri?*
quem+MASC ser 2SG-CINT.FEM
'Quem é você? (alguém pergunta ao homem que havia perdido sua alma)

Além disso, a distinção entre "humano" e "não humano" também pode ser realizada lexicalmente. Um exemplo é o verbo transitivo *haa-na-* ("chamar"), utilizado para humanos, conforme ilustrado nos dados anteriormente apresentados em (213b), (217) e (219); e *ehe-na-* ("chamar"), geralmente utilizado para chamar animais domésticos (ou seja, o argumento objeto é não humano) (Dixon, 2004, p. 75).

7.5 LÍNGUAS COM GÊNERO SEMÂNTICO E CONTEXTUAL

As línguas indígenas apresentadas nesse grupo expressam dois tipos de gênero gramatical: o **gênero semântico** e o **gênero contextual**. Nessas línguas, a distinção entre masculino e feminino é realizada por meio de pares lexicais distintos referentes a humanos, especialmente termos de parentesco; por modificação ou flexão de nomes [+animados]; e observa-se também mecanismos linguísticos condicionados pelo sexo do falante e/ou do ouvinte. Este segundo tipo de codificação, que compõe o gênero contextual, manifesta-se por meio de estratégias como escolhas lexicais, pronominais, uso de partículas ou sufixos, que são específicos em função da identidade de gênero e, ainda, do papel relacional entre os participantes da interação. Assim, estas línguas revelam uma gramática sensível aos contextos socioculturais e interacionais. Fazem parte deste grupo as seguintes línguas: **avá-canoeiro**, **kaiowá**, **timbira**, **matis**, **kwaza**, **sateré-mawé**, **kamaiurá** e **aweti**.

7.5.1 Avá-canoeiro (tupi-guarani)

Borges (2006, p. 116-117) afirma em sua tese não ter encontrado marcas morfológicas que indiquem a presença obrigatória das categorias de gênero ou número nos nomes em avá-canoeiro. Nas palavras da autora, "[a]s noções de gênero para os nomes que designam seres com os traços [+ animado] ou [+ humano] são expressas por palavras distintas [...] ou pelas palavras para 'homem, macho' (*ak^{w}amae*) e 'mulher, fêmea' (*kujã*), seguindo os nomes". Entretanto, a autora ressalta que, no último caso, geralmente os nomes [-humano] ocorrem sem especificação. Ou seja, é especificado se fêmea ou macho apenas quando é necessário precisar o sexo biológico. Esses casos estão ilustrados nos exemplos que seguem.

Avá-canoeiro (Borges, 2006, p. 117)
(226) *ak^{w}amae-ø*
homem-CN
'homem'

Avá-canoeiro (Borges, 2006, p. 117)
(227) *kujã-ø*
mulher-CN
'mulher'

Avá-canoeiro (Borges, 2006, p. 117)
(228) *kurum-ø*
menino-CN
'menino'

Avá-canoeiro (Borges, 2006, p. 117)
(229) *kujãtai-ø*
menina-CN
'menina'

Avá-canoeiro (Borges, 2006, p. 117)
(230) a. *ɨpek-ø*
pato-CN
'pato' (genérico)

b. *ɨpek* ***akʷamae-ø***
pato **homem, macho**-CN
'pato'

c. *ɨpek* ***kujã-ø***
pato **mulher, fêmea**-CN
'pata'

Avá-canoeiro (Borges, 2006, p. 117)
(231) a. *tapiɾa-ø*
anta-CN
'anta' (genérico)

b. *tapiɾa* ***akʷamae-ø***
anta **homem, macho**-CN
'anta macho'

c. *tapiɾa* ***kujã-ø***
anta **mulher, fêmea**-CN
'anta fêmea'

Os dados de avá-canoeiro, conforme descritos por Borges (2006), mostram que a língua apresenta um sistema de codificação lexical de gênero que opera no nível semântico, sem que haja marcação morfológica obrigatória nem concordância morfossintática regular. A distinção de gênero aparece apenas quando é relevante para a interpretação comunicativa, sendo realizada por meio de palavras específicas como, *akʷamae* ("homem, macho") e *kujã* ("mulher, fêmea"), as quais também podem ser acrescentadas ao substantivo base, funcionando como modificadores. Isso ocorre, por exemplo, em expressões como *ɨpek akʷamae* ("pato macho") e *ɨpek kujã* ("pata"), nas quais o nome *ɨpek* ("pato") é, por padrão, genérico e não marcado quanto ao gênero. Esse modo de codificação evidencia que o gênero é uma categoria léxico-semântica.

Além disso, há ainda alguns nomes de parentesco que variam em relação ao sexo do ego, ou seja, o gênero contextual do locutor é marcado lexicalmente pelo uso de palavras distintas para se referir ao mesmo parente. Para designar "filho", existem duas palavras distintas, cujo valor de gênero não se relaciona ao referente (parente), mas sim a quem fala: *-memɨɾ* ("filho de ego feminino") e *-aɨʁ* ("filho de ego masculino"). Entretanto, Borges (2006,

p. 120) afirma que essa distinção parece estar sendo perdida, "podendo as duas palavras ser utilizadas em ambas as situações", assim como a "distinção entre 'irmã mais nova' ou 'irmã mais velha' [...], passando a palavra *pɨkɨr* a ser empregada para qualquer irmã, de qualquer idade". A autora considera que o uso intercambiável dos termos é resultado da situação sociolinguística dos Avá-Canoeiro, cujas relações de parentesco tornaram-se restritas pelos vários processos de dizimação que sofreram. Esse fenômeno "corrobora a posição de Crystal (2000), segundo a qual o campo semântico mais afetado no caso de atrito linguístico é o parentesco" (Borges, 2006, p. 65).

7.5.2 Kaiowá (tupi-guarani)

Em kaiowá, segundo Cardoso (2008, p. 32, 42), não há marcação morfossintática para a categoria de gênero. A distinção de gênero é expressa majoritariamente por meio de itens lexicais diferentes, especialmente no domínio dos nomes de parentesco, ou então inferida a partir do contexto extralinguístico. Em outras palavras, a gramática da língua não exige que os nomes recebam marca morfossintática para indicar sexo biológico; no entanto, quando necessário, a oposição entre masculino e feminino é expressa por vocábulos específicos ou inferida com base no contexto comunicativo. Os exemplos (232) e (233), a seguir, ilustram a estratégia lexical de distinção de gênero, com termos distintos para referentes masculinos e femininos no campo do parentesco:

Kaiowá (Cardoso, 2008, p. 43)

(232)	*-u*	'pai'		*-sɨ*	'mãe'
	-mena	'esposo'		*-embireko*	'esposa'
	-aʔɨ	'filho (dito pelo pai)'		*-adʒɨ*	'filha (dito pelo pai)'

Kaiowá (Cardoso, 2008, p. 43)

(233)	*t-*	***aʔi***	*-ɾa*	*h-*	*eʔi*
	REL-	filho	-POSP	REL-	dizer

'para o filho (dele) disse (referindo-se ao pai)'

Por meio desses exemplos, é possível observar que o gênero contextual em kaiowá manifesta-se de forma significativa na nomeação de relações de parentesco. A depender do sexo biológico do genitor (pai ou mãe), os termos utilizados para designar "filho" e "filha" variam, revelando uma sensível distinção lexical motivada pelo gênero do falante e/ou do referente. Segundo Pereira (1999 *apud* Cardoso, 2008, p. 43), "o kaiowá possui [...] um complexo sistema

de parentesco, que intervém na nomeação de filhos, irmãos e outros elementos deste sistema". Essa complexidade pode ser ilustrada por dados coletados por Cardoso (2008, p. 43-44), que evidenciam a influência do gênero do falante na escolha lexical: o professor indígena Ernesto Fernandes Ortiz refere-se ao filho Douglas com o termo *ʃeraʔɨ* "meu filho"; já Dona Floriza de Souza Filho usa a expressão *ʃemẽmɨ kuɲã* "minha filha" para se referir à filha Luana. Ainda segundo a autora, quando o falante se refere ao filho de outra pessoa (um pai, no caso), utiliza-se o termo *taʔɨ* "filho dele", conforme ilustrado em (233) acima. Esses exemplos demonstram que o gênero contextual é codificado por meio da escolha lexical, compondo um sistema altamente sensível às relações sociais e familiares.

A autora também destaca algumas particularidades relacionadas aos termos utilizados para "irmão" e "irmã", as quais estão sistematizadas no quadro 16 a seguir. Nesses casos, é possível observar que a idade relativa entre os referentes desempenha um papel fundamental na seleção lexical, interferindo diretamente na escolha do termo apropriado. Assim, a nomeação dos irmãos não se baseia apenas no gênero, mas também na posição geracional (mais velho ou mais novo), evidenciando um sistema de parentesco complexo.

Quadro 16 – Termos "irmão" e "irmã" em kaiowá

Possuidor mulher			Possuidor homem		
ʃekɨwɨ	'meu irmão'	+novo ou +velho	*nereɲɨ*	'tua irmã'	+novo ou +velha
neɾike	'tua irmã'	+velha	*ʃeɾiwɨ*	'meu irmão'	+velho
nekipiʔɨ	'tua irmã'	+nova (pequena)	*ʃeɾikeʔɨ*	'meu irmão'	+novo (pequeno)

Fonte: Cardoso (2008, p. 44)

Há também, segundo Cardoso (2008), outros recursos para expressar a categoria de gênero nesta língua: adicionando as palavras *kuɲã* ("mulher ou fêmea") ou *kũɲmaʾʔe* ("homem ou macho") ao nome que deseja especificar tal categoria, ou ainda usando a palavra "macho" (empréstimo do português). Os exemplos (234), (235), (236) e (237) ilustram alguns casos:

Kaiowá (Cardoso, 2008, p. 43)
(234) *-mẽmɨ* ***kũɲmaʾʔe*** 'filho (dito pela mãe)'
-mẽmɨ ***kuɲã*** 'filha (dito pela mãe)'
-ɲaɲwaɾete ***kũɲmaʾʔe*** 'onça macho'
-ɲaɲwaɾete ***kũɲã*** 'onça fêmea'

Kaiowá (Cardoso, 2008, p. 43)
(235) *o-* *ĩ* *paɾakaw* ***kũɲã***
3- COP papagaio **fêmea**
'Tem papagaio fêmea'

Kaiowá (Cardoso, 2008, p. 43)
(236) *haʔe n- o- Ø- ɲuka -i ɲaŋwarete* ***maʃo***
ele/ela NEG- 3- REL-matar -NEG onça **macho**
'Ele/ela não matou a onça macho'

Kaiowá (Cardoso, 2008, p. 82)
(237) *mĩtã* ***kũŋmaʔe*** *o- ø-ɲuka moŋ*
criança **macho** 3- DIR-matar cobra
'O menino matou a cobra'

A partir dos dados analisados, podemos concluir que a língua kaiowá possui uma estrutura sofisticada de gênero semântico e contextual, principalmente no domínio de parentesco. A distinção de gênero é quase sempre realizada por meio de lexemas distintos, como diferentes termos para "pai/mãe", "homem/mulher". Alguns termos de parentesco expressam uma combinação de gênero natural do referente e do enunciador com a posição parental e geracional, por exemplo: *ʃeɾɨkeʔɨ* "meu irmão mais novo", que só é dito por um homem. Outra característica interessante é que a marcação de gênero por meio da posposição dos nomes *kuɲã* "mulher/fêmea" ou *kũɲma'ʔe* "homem/macho" sé atestada para nomes [+animado] [-humano] e para nomes [+ humano] apenas se o referente dor criança, caso este semelhante ao atestado na língua matis (como veremos em 7.5.4). Já usos com o empréstimo do português *maʃo* "macho" são atestados apenas com nomes [+animado] [-humano].

Essa codificação lexical está intimamente ligada aos papéis sociais dos indivíduos e ao complexo sistema de organização familiar kaiowá, como ressaltado por Cardoso (2008). A ausência de marca morfológica obrigatória não implica uma ausência da categoria linguística de gênero, mas codifica lexicalmente as relações geracionais consanguíneas, que dependem do sexo do falante ou do referente.

7.5.3 Timbira (jê)

Em timbira, o gênero semântico é observado nos pares lexicais como "avô" (*këttë / wej*) e "avó" (*tyjtë / tyjre*), "pai" (*ënxũ*) e "mãe" (*intʃe*). Além disso, conforme aponta Amado (2015, p. 109), a marcação de gênero feminino se dá lexicalmente, por meio do nome *kahãj* ("feminino ou mulher"), que aparece posposto ao nome nuclear. Essa estratégia serve para indicar o sexo biológico do referente [+animado], como ilustram os exemplos a seguir. Alves (2004), estudando mais detalhadamente a morfossintaxe dessa língua, especifica o prefixo *h* (prefixo genérico de terceira pessoa) e o sufixo *rɛ* (CLF:humano) que acompanham *ũm* ("macho"), conforme ilustrado em (240) abaixo, entretanto, o autor trata *hũmrɛ* ("homem")

como um lexema, possivelmente por constituírem uma classe de adjetivos, semelhantemente ao nome *kahãj* (“mulher”).

Timbira (adaptado de Amado, 2015, p.109)
(238) *pryteh* *pryteh* ***kahãj***
boi boi **mulher**
‘boi’ ‘vaca’

Timbira (Alves, 2004, p.38)
(239) pɔ tʃ-**ũm**
veado PR-**homem**
‘veado macho’

Timbira (Alves, 2004, p.38)
(240) *h-**ũm**-rɛ*
3PG-**homem**-CLF:humano
‘(qualquer) homem’

Timbira (Alves, 2004, p.111)
(241) *a-kra-tʃ-**ũm**-rɛ* *ŋkrɛr*
2-criança-PREL-**homem**-CLF:humano cantar
‘teu filho cantou’

Timbira (Alves, 2004, p. 50)
(242) *i-kra* ***kahãj*** *poj*
1-criança **mulher** chegar
‘Minha filha chegou’

Timbira (Alves, 2004, p. 138)
(243) *wa ha* *iʔ-kra-**kahãj*** *tɔ=ʈʃa* *ke* *iʔ-kra-tʃ-**ũm**-rɛ*
1 IRR 3-criança-**mulher** CAUS=obrigar 3 3-criança-PR-**homem**-CLF:humano

mã *kwər* *ŋõ]*
DAT mandioca dar
‘Eu vou obrigar a menina a dar mandioca para o menino’

Timbira (Alves, 2004, p. 122)
(244) a. *i-**kahãj***
1-**mulher**
‘eu sou mulher’

b. *a-tʃ-**ũm**-rɛ*
2-PR-**homem**-CLF:humano
‘você é homem’

Os dados do timbira apresentados nos exemplos de (238) a (244) revelam que a expressão de gênero feminino é mais lexicalizada, pois é depreendida do lexema “mulher”. O gênero masculino, por sua vez, requer algum tipo de afixo que o acompanhe: nos casos de referente humano, é precedido pelo prefixo relacional ou genérico e seguido pelo classificador humano; e, nos casos de referente animal, é apenas precedido pelo prefixo relacional, como indicando “do tipo macho/homem”. No entanto, vale destacar que o autor considera fortemente *hũmre* (prefixo relacional + homem + classificador humano) como um lexema, cujo significado é “homem”, que é utilizado de maneira semelhante ao lexema *kahãj* (“mulher”) (Alves, 2004,

p. 122). Além disso, esses exemplos denotam a codificação do gênero contextual nesta língua, marcando, por meio do nome "mulher", feminino para a primeira pessoa (sexo do locutor) e masculino para a segunda pessoa (sexo do interlocutor) por meio do nome "homem".

7.5.4 Matis (pano)

Em matis, assim como nas outras línguas já apresentadas, o valor da distinção de gênero semântico é depreendido a partir dos diferentes lexemas [+humano], por exemplo: "irmã mais velha" (*tʂtʂu*) e "irmão mais velho" (*butʃi*). E, no caso dos nomes [+animado] [-humano], a distinção de gênero é expressa por meio da posposição dos nomes *awin* ("esposa") e *bɨnɨ* ("esposo"), que atuam como modificadores para indicar o sexo do referente. Esse padrão é característico das línguas que não apresentam um sistema produtivo de codificação morfossintática de gênero.

Há uma especificidade no que diz respeito à distinção de gênero para bebês, a marcação é realizada da mesma maneira como é realizada para os nomes [+animado] [-humano], ou seja, os nomes "esposa" e "esposo" funcionando como modificadores. Como apontam Ferreira (2005, p. 78) e Spanguero (2005, p. 94-95), o lexema que designa "bebê" [+humano] é o mesmo que designa "filhote" [-humano], "utiliza-se o item lexical *bakuɨ*, que significa 'pequeno'". Isso porque, com relação aos nomes [+humano], os valores de masculino ou feminino são depreendidos do próprio léxico referente a adultos e jovens, conforme já mencionado. É mais comum, nas línguas indígenas da amostra, que o os lexemas referentes a bebê e/ou à criança não carreguem valor de gênero, sendo possível receber distinção de gênero por meio de modificadores ou marcação morfossintática. O exemplo (245) ilustra alguns desses usos no matis:

Matis (Spanghero, 2005, p. 95)

(245) a. *unkin* ***bɨnɨ*** 'porco macho'
b. *unkin* ***awin*** 'porco fêmea'
c. *unkin bakuɨ* 'porquinho' (filhote)
d. ***tʃanpi*** *bakuɨ* 'bebê menina'
e. ***papi*** *bakuɨ* 'bebê menino'

Em matis, como descreve Spanghero (2005, p. 95), há distinções lexicais na maneira como homens e mulheres se referem a membros do mesmo grupo social. Por exemplo, as mulheres se referem aos homens utilizando o termo *dada*, enquanto os homens se referem uns aos outros como *papi*. A mesma lógica se aplica ao referente "mulher": mulheres usam o termo

tʃanpi para se referir a outras mulheres, ao passo que os homens empregam a forma *tʃidabo* para fazer referência a elas[170]. Esse padrão de expressão revela, conforme Spanghero (2005), um uso de gênero orientado por identidades de gênero dos falantes e dos referentes.

Ainda segundo a autora, essa distinção se estende para alguns nomes de parentesco: o termo para "padrasto" varia conforme o sexo do falante. Homens utilizam *bakuɨ* (fala masculina) e mulheres empregam o termo *bɨntado* (fala feminina). Em alguns outros casos, a escolha terminológica é determinada em função não apenas do sexo do falante e/ou do referente, mas também em função da idade e grau de parentesco. Alguns exemplos apresentados por Spanghero (2005, p. 97) são: *nini* "sobrinha – a esposa chama a filha do(a) cunhado(a)"; *uwɨn bakuɨ* "sobrinho – a esposa chama o filho do(a) cunhado(a); e *tsabɨ* "como a irmã mais velha do esposo chama sua cunhada mais nova". Essas distinções refletem uma variação lexical determinada pelo lugar social do falante, seu gênero, o gênero da pessoa referida e as diferenças de idade entre ambos. Tais exemplos demonstram uma convergência entre aspectos semânticos e contextuais na codificação do gênero linguístico. Isso ocorre porque a seleção de certos termos de parentesco não é definida apenas pelo sexo de quem se fala ou do falante, mas também pelo nível de parentesco, pela natureza do laço familiar (se por sangue ou por afinidade) e pela idade relativa entre o emissor e o referente.

Há ainda uma particularidade interessante nos adjetivos relacionados à idade em matis, que reforçam o entrelaçamento desses critérios na organização linguística desta língua: seu uso é vinculado também aos traços semânticos animacidade e sexo, como em (246).

Matis (Spanghero, 2005, p. 107)

(246)	a.	*ʂɨni*	'vellho(a) [-animado]'
	b.	*paʂa*	'novo(a) [-animado]'
	c.	*dadasibo*	'velho [+animado]'
	d.	*tsutsibo*	'velho [-humano]'
	e.	*matʂo*	'velha [+animado]'
	f.	*buntak*	'jovem masculino'
	g.	*tʃanpi*	'jovem feminino'

A partir dos dados apresentados por Ferreira (2005) e Spanghero (2005), é possível observar, na língua matis, a atuação conjunta de marcadores semânticos e contextuais na

[170] Sobre os termos levantados por Spanghero (2005), Ferreira (2005, p. 56) diz o seguinte:
a) O termo *tʃidabo* 'mulher' resulta da combinação do radical *tʃia-* ("menina pequena") com o sufixo *-da*, formando *tʃida-*, ao qual se adiciona o sufixo *-bo*, que tem função de *coletivizador*. Assim, *tʃidabo* pode significar tanto "mulher" quanto, em certos contextos, "grupo de mulheres" (*tʃidabo-bo*).
b) O termo *tʃanpi* 'menina' deriva da forma *tʃia-* acrescida do sufixo diminutivo *-npi*, atestado em outras línguas da mesma família. A queda da vogal medial *i* resulta na forma fonológica *tʃanpi*. A forma *tʃanpi-bo* refere-se a "um grupo de meninas", sendo *-bo* novamente empregado como marcador de plural coletivo.

codificação lexical do gênero. O gênero é atribuído com base em traços semânticos como sexo biológico, animacidade e idade; em relações de parentesco, ainda toma como critério de escolha lexical o sexo do enunciador, diferenciando, portanto, fala masculina e fala feminina.

7.5.5 Kwaza (isolada)

Conforme descrito por Voort (2004, p. 92), os nomes em kwaza são flexionados apenas para caso, não apresentando marcação morfológica para gênero, número ou definitude. A modificação atributiva de substantivos ocorre, predominantemente, por justaposição, seja com outros substantivos simples, seja com formas verbais nominalizadas (Voort, 2004, p. 105). Um dos elementos morfológicos relevantes nessa estruturação é o sufixo *-wã*, que possui valor cumulativo e é utilizado para indicar objeto animado. No entanto, como salienta o autor, seu uso está condicionado a fatores pragmáticos e semânticos nem sempre transparentes. De modo geral, o marcador de objeto animado é obrigatório na maioria dos verbos quando o objeto direto é um substantivo animado (Voort, 2004, p. 106), como ilustram os exemplos (247) e (248):

Kwaza (Voort, 2004, p. 111)
(247) *eˈtay-nahere ãrũi-ˈwã tswa are-ˈdy-ĩʔĩta-tja*
mulher-COL anta-OBJ.AN homem transformar-CAUS-sempre-CSO
'As mulheres sempre fazem a anta se transformar em homem'

Kwaza (Voort, 2004, p. 110)
(248) *de'da ũceta-'tõi-ki (haku'ri(-wã) kui-da'mỹ-tja)*
anaconda dividir-CLF:olho-DEC lua-OBJ.AN beber-querer-CSO
'halo lunar'
Lit. 'serpente circundando (a lua para engoli-la)' É baseada na mitologia tradicional.

O substantivo "lua", na língua kwaza, pertence à classe dos animados, uma vez que ocorre com o sufixo de objeto animado, conforme ilustrado no exemplo (248) acima. Essa classificação provavelmente está relacionada ao papel que entidades celestes desempenham na cosmogonia desse povo no que diz respeito a mitos fundantes. Esse padrão é observado também em outras línguas indígenas sul-americanas, como o desano, o kubeo e o jarawara, nas quais elementos como a lua, o sol ou as estrelas são tratados como homens míticos em virtude de sua importância simbólica e cultural, refletindo uma interface entre a gramática e o sistema de crenças tradicionais. Outro exemplo interessante apresentado por Voort (2004) a esse respeito, é o fato de "casa", supostamente inanimado, receber o mesmo sufixo marcador de objeto animado. O autor explica que pode se tratar de uma figura de linguagem, já que "casas são frequentemente destruídas por árvores. Observe também que as consequências disso podem ser

graves, visto que frequentemente leva à morte trágica dos moradores" (Voort, 2004, p. 119). O autor ainda aponta o fato de que, em algumas culturas, "objetos inanimados que podem conter pessoas, como navios, casas e aldeias, podem ser tratados como animados", o que pode ser codificado linguisticamente.

Em kwaza, diversos substantivos pertencem a determinadas classes específicas. Essas classes são identificadas por certos morfemas conhecidos como classificadores. O sistema morfológico de classificadores, nesta língua, é bastante complexo e tem duas funções principais: indicar a classe a que pertence um argumento de uma oração no predicado e também indicar a afiliação de um substantivo ou expressão nominal a uma determinada classe. Esses classificadores, segundo Voort (2004, p. 128), são morfemas dependentes, ou seja, não aparecem sozinhos, e apresentam semelhanças com os morfemas de marcação verbal.

Ainda segundo o autor, quando se usa um classificador, o substantivo principal pode ou não ser explícito, já que o classificador pode ter um papel anafórico e fazer referência a algo previamente mencionado. A relação de um substantivo com uma classe é expressa nos verbos basicamente de duas formas: o verbo pode "incorporar" o classificador ou pode ser nominalizado por meio de um classificador. Além disso, é possível adicionar um classificador a um substantivo, formando assim um novo substantivo derivado.

Conforme destaca Voort (2004, p. 128-137), há vários substantivos em kwaza que não pertencem a nenhuma classe nominal ou gênero específicos. Esses substantivos podem ser identificados, segundo o autor, por meio do nominalizador *-hỹ*, que funciona como um classificador semanticamente zero ou "neutro", podendo ser substituído por um classificador específico. Em (249), ilustramos esse caso, a especificação feminina com classificador *-tay* ("mulher") e a especificação masculina por meio da composição com o nome *tswa* ("homem") para especificar o gênero semântico do referente "amigo".

Kwaza (adaptado de Voort, 2004, p. 137, 818)

(249) a.	a*ky* ˈ*nỹ*-*day*-*hỹ*	b. a*ky* ˈ*nỹ*-*xay*-***tay***	c. a*ky* ˈ*nỹ*-*xay*-***tswa***
	amig-1SG-NMLZ	amig-2SG-**CLF:mulher**	amig-2SG-**homem**
	'(meu) amigo(a)'	'sua amiga'	'seu amigo'

Conforme já mencionamos, um classificador, diferentemente de uma palavra independente, nunca ocorre sozinho. "A maneira mais próxima de ocorrer de maneira independente é quando é anexado à raiz formativa vazia *e-*. Nessa posição, os classificadores formam um substantivo geral ou prototípico pertencente à classe correspondente" (Voort, 2004, p.136). Vejamos a ilustração de algumas formas lexicais livres que remetem a esse caso em (250) abaixo. Importante ressaltar que o classificador *-xwa* ("humano") também pode significar

"homem" (masculino). Na sequência, os dados em (251) ilustram usos em que as formas lexicais *eˈtay* e *tswa* são adicionadas ao nome *daˈmũ* ("pato") para determinar o sexo biológico feminino e masculino, respectivamente.

Kwaza (adaptado de Voort, 2004, p. 136)

(250)	*e-**'tay***	*e-**'swa***	*e-ˈsĩ*
	ø-**CLF:mulher**	ø-**CLF:humano**	ø-CLF:semente
	'mulher, esposa'	'homem, esposo'	'semente'

Kwaza (adaptado de Voort, 2004, p. 852)

(251) a.	*daˈmũeˈ**tay***	b.	*daˈmũˈ**tswa***
	pato **mulher**		pato **homem**
	'pato fêmea'		'pato macho'

O termo *rati* ("homem") funciona como um marcador de sexo masculino na língua kwaza. No entanto, conforme aponta Voort (2004, p. 142), não está claro se deve ser considerado um classificador genuíno ou não. O autor observa que *rati* pode ocupar a mesma posição sintática dos classificadores, especialmente quando se refere a seres humanos, funcionando, assim, como uma alternativa ao classificador *-xwa* ("humano" ou "masculino"). Os exemplos a seguir ilustram essa possibilidade de alternância:

Kwaza (Voort, 2004, p. 142)

(252)	*'dota-**rati***	*'dota-**tay***
	selvagem-**CLF:homem**	selvagem-**CLF:mulher**
	'homem selvagem, polícia'	'mulher selvagem'

Kwaza (Voort, 2004, p. 142)

(253) a.	*Toweˈñẽ*	*ta-wa-**raˈti***
	nome próprio	falar-IS-**CLF:homem**
	'Aquele homem chamou Toweñẽ'	

b.	*Toweˈñẽ*	*ta-wa-ˈ**xwa***
	nome próprio	falar-IS-**CLF:homem**
	'Aquele homem chamou Toweñẽ'	

Kwaza (Voort, 2004, p. 143)

(254)	*tãjã*	*aˈrwa-**raˈti***
	chefe	novo-**CLF:homem**
	'vice-chefe' (Lit.: 'jovem homem chefe')	

Como visto acima, *-tay* "mulher" é um marcador de gênero semântico feminino que contrasta com *-xwa* "humano" ou "homem" e *-rati* "homem". Segundo Voort (2004, p. 169), "provavelmente também é usado como um classificador de formato rechonchudo para bananas

e tubérculos de mandioca". A esse respeito, o autor menciona: *jo / apaˈra nỹˈ**tay**ki* "mandioca / banana é grande" (Voort, 2004, p. 926).

O morfema *-xwa* se assemelha ao classificador masculino *-xwa* e pode, se desejado, ser substituído pela sua contraparte feminina *-tay*. Além disso, o sufixo marcador de objeto da segunda pessoa do plural com *-xwa* (*-etelexwa*) também é usado para se referir ao caso de objeto feminino (Voort, 2004, p. 252). Vejamos os exemplos a seguir:

Kwaza (Voort, 2004, p. 252)
(255) *haje-'hỹ-**etele'xwa**-da-ki*
pintar-NMLZ-**2PL.OBJ**-1S-DEC
'Eu pintei todos vocês (feminino/masculino)

Kwaza (Voort, 2004, p. 252)
(256) *haje-'hỹ-**etele'tay**-da-ki*
pintar-NMLZ-**2PL.OBJ.FEM**-1S-DEC
'Eu pintei todas vocês (feminino)'

Existe ainda uma forma sufixal (*-uty*) para indicar a parentalidade feminina em determinados nomes. Seu uso, conforme Voort (2004, p. 203), é muito limitado e restrito à indicação da companheira de parentesco por afinidade (sogra, nora, cunhada etc.). Esse sufixo ocorre tanto lexicalizado (por exemplo, *tsida ʔuty* "esposa da criança", ou seja, "nora"), quanto em contextos morfossintáticos conforme ilustrado no exemplo abaixo, que são mais produtivos segundo o autor.

Kwaza (Voort, 2004, p. 169)

(257)	*tsi'ki*	*tsiki-**u**ˈ**ty***
	irmão/irmã	irmão/irmã-**FEM**
	'irmão/irmã mais novo'	'esposa do irmão/irmã mais novo'

Em kwaza, a categoria de gênero é expressa de modo variado no domínio do parentesco. Alguns termos apresentam distinção lexical clara, como *mã* "mãe" e *a'ha* "pai". Outros, no entanto, recorrem ao uso do classificador feminino *-tay* para indicar o sexo do referente, como ocorre em nomes como "sobrinha", "prima" e "tia verdadeira" (Voort, 2004, p. 721). Há ainda um sufixo feminino *-uty* restrito à alguns parentescos para indicação da esposa desse parente. Além disso, observa-se uma diferenciação no termo para "irmão" e "irmã", que leva em consideração não apenas o sexo do referente e o sexo do ego, mas também a idade relativa entre eles. Esses dados revelam um sistema de marcação de gênero ligada a fatores semânticos e relacionais. Essa distinção terminológica para se referir a irmãos consanguíneos,

denota a presença do gênero contextual também nesta língua, pois configura um caso em que homens e mulheres empregam registros linguísticos distintos para relações fraternais.

A investigação sobre os termos de parentesco enfrenta desafios metodológicos e históricos, segundo Voort (2004, p. 720). Isso porque o contato com não indígenas provocou um grave declínio populacional e, desde a década de 1930, os Kwaza sobreviventes passaram a viver em comunidades pluriétnicas: 25 indivíduos distribuídos em duas famílias principais, em que poucos utilizam o idioma kwaza cotidianamente. Os laços de parentesco entre essas duas famílias são remotos e não há perspectivas de casamentos entre elas. Os cônjuges são majoritariamente do povo Aikanã, o que significa que muitos consultores não possuem tios, primos, sobrinhos ou afins Kwaza.

A partir dos dados, Voort (2004, p. 722) levanta a hipótese de que os Kwaza possuíam um sistema de aliança similar ao de outros povos amazônicos, onde um indivíduo (ego) poderia se casar com sua tia-afim (por afinidade), prima ou sobrinha. A terminologia de parentesco frequentemente reflete esses padrões de casabilidade e os limites culturais do incesto. Contudo, décadas de pressão de missionários e outros ocidentais para suprimir a poligamia e o que consideravam promiscuidade e pecado provavelmente tornaram os sistemas tradicionais de casamento em tabus. Essa interferência, somada ao colapso demográfico, torna extremamente difícil determinar com clareza os padrões matrimoniais originais e, por consequência, o significado completo dos termos de parentesco.

Com relação às concepções culturais acerca dos valores relacionados a homens e a mulheres que, de certa maneira, são refletidos na língua(gem), na cultura Kwaza, pronunciar o nome “onça” é proibido às mulheres em alguns contextos. Voort (2004, p. 782) menciona um conto que trata de uma tradição feminina de palavra tabu. Segundo o qual, os homens podem usar a palavra *jere'xwa* ("onça") livremente, mas as mulheres devem evitar essa palavra quando estão na floresta. Na floresta, uma mulher deve pronunciar *ĩtsɛ̃* (nome alternativo para “onça”), caso contrário será atacada e morta pela onça. “Enquanto um homem, por ser homem, ao dizer *jere'xwa*, a onça ouvirá, mas não o agarrará”. Pois ser homem é ser forte, conforme essa tradição.

Vale destacar ainda que o uso de uma partícula específica por uma mulher pode indicar menor polidez. A partícula interjetiva *tsɛh*, que significa "puxa!" ou “nossa senhora!”, serve para comunicar que algo causou admiração ou espanto. Em uma das famílias consultada, cuja língua foi passada por uma mulher, os integrantes viam essa interjeição como um termo grosseiro e masculino, inadequado, portanto, para o uso feminino. Eles afirmavam que as mulheres deviam usar *nãiko ˈrɛ*. Por outro lado, na outra família, em que o idioma foi herdado

de um homem idoso, o uso da partícula era frequentemente usado por homens e por mulheres. Essas conotações positivas ou negativas relacionadas às maneiras como homens ou mulheres falam, demonstram como a cognição, cultura e organização social são relacionadas a "ser mulher" e "ser homem" e como essas dinâmicas são marcadas na linguagem.

Voort (2004, p. 724) pontua que a sociedade tradicional Kwaza apresentava certa segregação sexual. Para além de ocupações masculinas, como a de caçador, e as femininas, como a de ser responsável pela casa, vigoravam tabus rígidos sobre o contato entre garotos e garotas em fases de iniciação (puberdade) e entre homens e mulheres em determinadas performances musicais ritualísticas. Contudo, a posição de chefe ou xamã podia ser exercida tanto por homens, quanto por mulheres (Voort, 2004, p. 724).

7.5.6 Sateré-mawé (mawé)

Em sateré-mawé, não há marcação morfológica de gênero nos nomes, conforme afirma Silva (2010, p. 154). O gênero semântico é expresso por meio de lexemas distintos nos casos de referentes humanos, especialmente, nos casos de parentesco segundo a autora. Considere o exemplo (258):

Sateré-mawé (Silva, 2010, p.154-155)

(258)	a.	*ihainia*	'homem, menino'	*hariporia*	'mulher, menina'
	b.	*iwot*	'pai'	*iti*	'mãe'
	c.	*he'aito*	'esposo'	*hehari*	'esposa'
	d.	*hase'i*	'avô'	*hari*	'avó'

O intenso contato do povo Sateré-Mawé com o português é refletido no empréstimo de algumas palavras e consequente substituição de alguns termos de parentesco. Silva (2010, p. 155) nota que há alguns termos na língua que podem ser um resultado de empréstimos da morfologia do português, como os termos *hamiariru* "neto" e *hamiarir**a*** "neta". Para a autora, essa forma de distinção morfológica é certamente "empréstimo [d]a marcação *-a* do português para designação do feminino". Segundo Silva, os termos *ku ɲatu* "cunhado" e *ku ɲat**a*** "cunhada" também são claramente empréstimos do português. Outro exemplo que foi verificado pessoalmente pela autora durante sua pesquisa nos cursos de formação de professores é o caso do termo "criado pelos Sateré-Mawé para denominar 'professor', *puruwei*. Em vários momentos, presenciamos o termo '*puruwei**ra**'* relacionado às professoras que se encontravam no curso".

Em casos de referentes não humanos, há outro modo de indicar o gênero nesta língua: por meio do acréscimo dos termos *warɨ'i* "mulher, fêmea" ou *pa'iat* "homem, macho" aos nomes [+animado][-humano] (Silva, 2010, p. 155). Os dados em (259) ilustram esses casos:

Sateré-mawé (Silva, 2010, p.155)

(259) a. *waipaka pa'iat* 'galo' *waipaka* 'galinha'
b. *moi pa'iat* 'cobra macho' *moi warɨ'i* 'cobra fêmea
c. *aware* 'cachorro' *aware warɨ'i* 'cadela'
d. *wewato* 'boi' *wewato warɨ'i* 'vaca'

Nessa língua, gênero contextual do locutor é codificado por meio das partículas afirmativas *ta'i* (fala masculina) e *hē* (fala feminina), conforme ilustrado no exemplo abaixo.

Sateré-mawé (Silva, 2010, p. 206)

(260) a. ***ta'i*** *u-he-siat*
PART.AFIR.FM 1SG.SO-REL-ter fome
'Sim, estou com fome (fala masculina)'

b. ***hē*** *u-he-siat*
PART.AFIR.FF 1SG.SO-REL-ter fome
'Sim, estou com fome (fala feminina)'

Os dados de sateré-mawé, conforme apresentados por Silva (2010), indicam que a língua possui um sistema de codificação de gênero dos referentes majoritariamente lexical. A distinção de gênero natural ocorre por meio de pares lexicais específicos para referentes humanos e termos de parentesco. No caso dos nomes de animais, a distinção é marcada por meio do acréscimo dos nomes "macho" ou "fêmea". A marcação de gênero contextual do enunciador é restrita é codificada por meio do uso de partículas afirmativas diferentes para indicar fala feminina ou fala masculina. Além disso, os dados mostram que o sistema de marcação de gênero é sensível a mudanças sociolinguísticas, como mostra o uso crescente de formas híbridas com sufixos de origem portuguesa para distinção de gênero.

7.5.7 Kamaiurá (tupi-guarani)

Em kamaiurá, a marcação de gênero semântico ocorre principalmente em nomes [+animados], sendo expressa lexicalmente ou, em alguns casos, inferida a partir do contexto. Como aponta Seki (2000b, p. 59), "certas entidades com o traço [+humano] têm as distinções de gênero indicadas pelo uso de termos distintos. Incluem-se entre elas os termos designativos de pessoas e de certas relações de parentesco", conforme ilustrado nos exemplos em (261).

Além disso, consoante a autora, "o gênero de animais e de indivíduos que exercem certas funções é indicado pelo acréscimo, ao nome, dos termos *akwama'e* ('homem, macho') e *kujã* ('mulher, fêmea')" (Seki, 2000b, p. 60), como exemplificado em (262):

Kamaiurá (Seki, 2000b, p. 59)

(261)	*akwama'e*	'homem'	/	*kujã*	'mulher'
	myra	'velho'	/	*matyt*	'velha'
	up	'pai'	/	*y*	'mãe'
	irũ	'marido'	/	*emireko*	'esposa'

Kamaiurá (Seki, 2000b, p. 60)

(262)	*jawara* ***akwama'e***	*jawara* ***kujã***
	onça **macho**	onça **fêmea**
	'onça macho'	'onça fêmea'
	morerekwat	*morerekwara* ***kujã***
	chefe	chefe **feminino**
	'chefe'	'chefe feminino'

Nessa língua, há ainda marcação de gênero contextual, codificado morfossintaticamente por meio de partículas. Nas palavras da autora, "há um conjunto constituído por duas séries de partículas, uma com formas usadas por falantes de sexo masculino, e outra com formas usadas por falantes de sexo feminino". Partículas que indicam enunciador do sexo masculino são: *pa*, *wa*, *py*, *kwãj*, *já*, *ka*. Já as partículas que indicam enunciador do sexo feminino são: *ma'e*, *ø* / *ra'e*, *põj*, *kyn*, *(he)kyn*, *ky*. A autora menciona que essas partículas são muito recorrentes na conversação, porém seus significados não são muito claros. Conforme Seki (2000b, p. 100), "[d]e modo geral, têm natureza exclamativa e expressam atitudes emocionais do falante". Apresentamos, em (263), um dos exemplos citados pela autora com as partículas *pa*/*ma'e*, que "são usadas em construções que exprimem exclamação ou surpresa. Usualmente coocorrem com a partícula *te* 'foco', de segunda posição" (Seki, 2000b, p. 100).

Kamaiurá (Seki, 2000b, p. 100)

(263)	*h-ajme*	*-ma'e*	*te*	*'aŋ*	***pa***
	3-ter corte	-NMLZ	FOC	PRÓX	**PART.FM**
	'Puxa, como [esta faca] é afiada!'				

No kamaiurá, existem "parâmetros envolvidos na distinção terminológica referente ao parentesco", que levam em consideração a consanguinidade; a geração do parente em relação à geração do ego ("ego representa a pessoa em relação à qual se estabelece a relação de parentesco"); a idade relativa do ego em relação à idade relativa do parente; sexo do ego; sexo do parente; sexo dos parentes intermediários; e o "*status* do parente (vivo/morto, adulto/criança

etc.)" (Seki, 2000b, p. 388). A autora também aponta relações de evitação manifestadas no comportamento social e linguístico dos indivíduos, por exemplo, "uma mulher e seu sogro evitam a proximidade em casa ou no trabalho, ou dirigir-se diretamente um ao outro. Já uma mulher e sua sogra [...] podem realizar trabalhos conjuntos e comunicar-se face a face". A autora ainda ressalta que "os indivíduos envolvidos nas relações de evitação não devem pronunciar os nomes uns dos outros, mesmo na ausência da pessoa referida. Além disso, para se dirigir ou se referir um ao outro, devem usar formas pronominais do plural" (Seki, 2000b, p. 395).

Os dados revelam que o sistema de gênero semântico, na língua kamaiurá, é expresso por meios lexicais em substantivos com o traço [+animado], sobretudo em nomes de parentesco, funções sociais e espécies animais. A distinção entre masculino e feminino se dá por pares lexicais distintos referentes a humanos ou ainda pela adição de marcadores nominais específicos (*akwama'e* "homem, macho"; *kujã* "mulher, fêmea"). Enquanto o gênero contextual, indicando o sexo do locutor, pode ser expresso por meio de partículas exclamativas ou ainda é depreendido por meio da escolha lexical referente a alguns nomes de parentesco.

7.5.8 Aweti (aweti)

Nesta língua, o gênero semântico é observável nos pares lexicais, como *up* "pai" e *tɨ* "mãe", *ajte* "homem" e *kujã* "mulher". Com relação ao gênero contextual, conforme afirma Borella (2000, p. 59), a língua aweti "apresenta diferenças entre fala de homem e fala de mulher. Esta diferença se apresenta no nível lexical" e morfossintático (prefixos de posse). "[N]o que diz respeito aos pronomes pessoais livres e demonstrativos, há formas de palavras que só podem ser ditas por homens e outras formas que só podem ser ditas por mulheres", que são apresentados no quadro 17 e no quadro 18. A autora chama a atenção para o fato de que a língua aweti é a única do tronco tupi que apresenta pronomes pessoais de terceira pessoa.

Quadro 17 – Pronomes pessoais livres em aweti

Pessoa / Número	Fala Feminina	Fala Masculina
1ª SG	*ito*	*atit*
2ª SG	*en*	*en*
3ª SG	*i*	*naʔ*
1ª PL INCLUSIVO	*kajā*	*kajā*
1ª PL EXCLUSIVO	*aʐo-ʐa*	*aʐo-ʐa*
2ª PL	*eʔipe*	*eʔipe*
3ª PL	*taʔi*	*tsã*

Fonte: Borella (2000, p. 91)

Os dados em (264) e (265) ilustram os diferentes usos pronominais em função da diferenciação da fala masculina e da fala feminina:

Aweti (adaptado de Borella, 2000, p. 92)
(264) a. ***atit*** *a-tup-ø* ***naʔ***
1SG.FM PREFIXOativo.1SG-ver-PERF **3SG.FM**
'Eu vi ele/ela' (fala masculina)

b. ***ito*** *a-tup-ø* ***i***
1SG.FF PREFIXOativo .1SG-ver-PERF **3SG.FF**
'Eu vi ele/ela' (fala feminina)

Aweti (Borella, 2000, p. 93)
(265) a. ***tsã*** *wej-ko-ø*
3PL.FM PREFIXOativo.3-andar-PERF
'Eles/elas andaram' (fala masculina)

b. ***taʔi*** *wej-ko-ø*
3PL.FF PREFIXOativo.3-andar-PERF
'Eles/elas andaram' (fala feminina)

Conforme Borella (2000, p. 105), o uso dos pronomes pessoais livres não é tão frequente nas funções de sujeito e objeto. A ocorrência de pronomes demonstrativos nessas posições é muito maior, sendo usados como nome e ocupando a função de sujeito e a de objeto de verbos e posposições. O quadro a seguir apresenta os pronomes demonstrativos conforme a distinção de fala feminina e de fala masculina na língua aweti:

Quadro 18 – Demonstrativos em aweti

	Fala de mulher	Fala de homem
próximo	*uja*	*jatã*
distante	*akoj*	*kujtã*

Fonte: Borella (2000, p. 104)

Nos exemplos abaixo, extraídos de Borella (2000), apresentamos os diferentes usos de pronomes demonstrativos, que, conforme já mencionado, são selecionados em função do sexo do locutor. Vale destacar que, nesses usos, as palavras distintivas de sexo são "vinculadas ao sexo do falante e não ao sexo do interlocutor ou da pessoa referida" (Borella, 2000, p. 91).

Aweti (Borella, 2000, p. 105)
(266) ***kujtã*** *o-ʔat-ø*
DEM.FM 3-levantar-PERF
'Aquele/aquela levantou' (fala masculina)

Aweti (Borella, 2000, p. 181)
(267) ***akoj*** *wej-aka-Ø* *tʔa*
DEM.FF 3-quebrar-PERF cabeça
'Aquele/aquela quebrou a cabeça' (fala feminina)

Aweti (Borella, 2000, p. 105)
(268) ***jatã*** *wej-t-apɨt-ø* ***kujtã***
DEM.FM 3-t-queimar-PERF **DEM.FM**
'Este/esta queimou aquele/aquela' (fala masculina)

Aweti (Borella, 2000, p. 106)
(269) ***uja*** *mãjãgu* *mita-tu*
DEM.FF cesta nova-NMLZ.ATRIB
'Este/esta cesta é uma que é nova' (fala feminina)

Aweti (Borella, 2000, p. 94)
(270) ***kujta-za*** *wej-ika-ʒoko* ***naʔ***
DEM.FM-COL 3-procurar-INCEP **3SG.FM**
'Aqueles/aquelas começaram a procurar ele/ela' (fala masculina)

Com relação ao sistema de posse da língua aweti, o gênero contextual é codificado por prefixos, que são condicionados mediante a fonologia do primeiro segmento da raiz da palavra possuída e o tipo semântico da palavra possuída. Segundo Borella (2000, p. 65), os nomes são categorizados entre possuíveis e não possuíveis. O segundo grupo denota fenômenos da natureza, animais (incluindo os de estimação, como cachorros e periquitos), plantas ou pessoas. Apenas os nomes possuíveis recebem marcação morfológica de posse e são subcategorizados entre alienáveis (se referem a objetos do mundo cultural, como arco, casa, rede etc.) e inalienáveis (que se referem a partes de um todo, como partes do corpo humano ou de animais, e a relações de parentesco). Os nomes inalienáveis "ocorrem com possuidor expresso por prefixo pronominal [...]. Já os nomes alienáveis [...] podem ou não ocorrer com possuidor expresso morfologicamente". Quando são marcados, geralmente apresentam prefixo pronominal relacional. (Silva; Bassani, 2019, p. 2-3).

O gênero contextual (nessa língua, o sexo de quem fala) é marcado morfossintaticamente por meio de prefixos possessivos para a terceira pessoa não reflexiva: *nã-* e *n-* para masculino; *i-* e *t-* para feminino. "Esse tipo de alomorfia também está presente nos demonstrativos e em alguns nomes de parentesco na língua" (Silva; Bassani, 2019, p. 4-5). "Temos a ocorrência de *t-* e *n-* (fala feminina e masculina, respectivamente) quando a base do nome é iniciada por vogal, ou se está presente o alomorfe *e-* do prefixo relacional alienável, que será detalhado adiante [prefixo relacional *e-* (diante de consoante) e *Ø* (diante de vogal)]. Quando a base é iniciada por consoante, temos a ocorrência de *i-* e *nã-* (fala masculina e feminina,

respectivamente) (Silva; Bassani, 2019, p. 5). No quadro 19 abaixo, extraído de Borella (2000), exibimos os sufixos de posse com marcação distintiva de fala feminina e fala masculina.

Quadro 19 – Prefixos de posse em aweti

		1SG	2SG	1PI	1PE	2PL	3	3 REFL
Consoante	Fala homem	*i-*	*e-*	*kaj-*	*azo-*	*eʔi-*	*nã-*	*o-*
	Fala mulher	*i-*	*e-*	*kaj-*	*azo-*	*eʔi-*	*i-*	*o-*
Vogal	Fala homem	*it-*	*e-/ej-*	*kaj-*	*azo-*	*eʔi-*	*n-*	*o-*
	Fala mulher	*it-*	*e-/ej-*	*kaj-*	*azo-*	*eʔi-*	*t-*	*o-*

Fonte: Borella (2000, p. 79)

Os exemplos, que apresentamos a seguir, ilustram alguns desses usos de posse distintiva conforme o gênero natural/social do locutor.

Aweti (adaptado de Silva; Bassani, 2019, p. 5 e Borella, 2000, p. 67)

(271) **Fala feminina**

i-pó	***t-eta***	***t-e-kite***	***i-tɨ***
3.POSS.FF-mão	**3.POSS.FF**-olho	**3.POSS.FF**-REL-faca	**3.POSS.FF**-mãe
‘mão dele(a)’	‘olho dele(a)’	‘faca dele(a)’	‘mãe dele(a)’

Fala masculina

nã-pó	***n-eta***	***n-e-kite***	***nã-tɨ***
3.POSS.FM-mão	**3.POSS.FM**-olho	**3.POSS.FM**-REL-faca	**3.FM**.POSS-mãe
‘mão dele(a)’	‘olho dele(a)	‘faca dele(a)	‘mãe dele(a)

Aweti (Borella, 2000, p. 106)

(272) ***i-membɨt*** *o-wpe-ju* ***kujta-za*** *pɨ-wo*
1.POSS.FM-filho 3-estar-CONT **DEM.FM**-COL NOM-LOC
‘Meu filho está entre aqueles (grupo de pessoas)’ (fala masculina)

A distinção de gênero semântico, em aweti, se manifesta de modo referencial, ou seja, a distinção de gênero é marcada com base no sexo da entidade referida; enquanto o gênero contextual é marcado com base no sexo/gênero do falante (e não ao sexo/gênero do interlocutor ou do referente).

Na próxima seção, apresentamos uma síntese das informações acerca da marcação de gênero linguístico nas línguas indígenas do Brasil conforme os cinco agrupamentos a partir dos quais foram organizadas e analisamos os dados descritos.

7.6 SÍNTESE

Em suma, este capítulo apresenta uma descrição detalhada da categoria de gênero gramatical nas línguas pindorâmicas que compõem a amostra tipológica deste estudo. Como já mencionado no capítulo 6, os dados foram extraídos de fontes secundárias, principalmente gramáticas descritivas e artigos científicos previamente publicados. Para cada língua,

descrevemos os mecanismos lexicais, formais e funcionais por meio dos quais a categoria de gênero se manifesta, levando em consideração quatro tipos de gênero: (i) gênero formal, evidenciado por marcas de acordo morfossintático e/ou atribuição arbitrária de gênero; (ii) gênero semântico, constatado pela atribuição baseada nos traços semânticos do referente: animacidade, humanidade, sexo, forma; (iii) gênero pragmático, caracterizado pelos casos em que a atribuição de gênero está intimamente relacionada ao modo como a comunidade conceitualiza as relações interpessoais e às razões culturais e cosmogônicas que influenciam a comunidade na concepção dos valores vinculados ao gênero marcado na língua e (iv) gênero contextual, atribuído com base no conhecimento extralinguístico sobre o locutor e/ou o interlocutor.

A descrição detalhada dos dados permitiu identificar cinco padrões distintos de expressão da categoria de gênero nas línguas indígenas em apreciação. A partir dessa investigação, tornou-se possível organizar as línguas da amostra em cinco grupos distintos, conforme os tipos de gênero atestados: (i) línguas com gênero semântico; (ii) línguas com gênero semântico e gênero pragmático; (iii) línguas com gênero semântico, gênero pragmático e gênero contextual; (iv) línguas que dispõem de gênero formal, gênero semântico, gênero pragmático e gênero contextual; e (v) línguas com gênero semântico e gênero contextual.

No quadro 20, as línguas indígenas da amostra foram agrupadas cromaticamente conforme os cinco grupos mencionados. As línguas destacadas em amarelo (ikpeng, sabanê, shanenawa, maxakalí e ofayé) apresentam gênero semântico. As línguas em rosa (parkatejê, dâw, mamaindê, bororo e trumai) apresentam o gênero semântico e o gênero pragmático. Já as línguas em azul (mehináku, akwẽ-xerente, dzubukuá, kanoê, rikbáktsa, kadiwéu, asurini e tariana) apresentam gênero semântico, gênero pragmático e gênero contextual. As línguas em roxo (wari', desano, kubeo e jarawara) possuem o gênero formal, o gênero semântico, o gênero pragmático e o gênero contextual. O maior diferencial, em comparação aos outros grupos é que estas são as únicas quatro línguas (entre as 30 da amostra) que possuem o gênero formal. Isso significa que há casos nessas línguas em que a atribuição de gênero é arbitrária e a gramática da língua exige acordo morfossintático, não havendo, portanto, relação semântica ou pragmática entre o gênero linguístico codificado e o gênero do referente. Por fim, as línguas marcadas em verde (avá-canoeiro, kaiowá, timbira, matis kwaza, sateré-mawé, kamaiurá e aweti) apresentam sistemas que marcam gênero semântico e gênero contextual.

Esses agrupamentos refletem diferentes níveis de expressão e culturalização da categoria de gênero entre as línguas indígenas brasileiras da amostra linguística. O quadro 20 ilustra a distribuição das línguas da amostra em relação aos cinco padrões relacionados aos tipos de gênero

atestados. Apresentamos também, no quadro, o tipo de distinção de gênero de cada língua conforme as classes de gênero presentes nas línguas (binário: feminino e masculino ou ternário: feminino, masculino e neutro), o tipo de codificação (lexical, morfossintática ou fonológica); se há reduplicação da marca de gênero por conta das operações de concordância ou acordo sintático; e se há interação entre a categoria de gênero e de número.

Quadro 20 – Distribuição da categoria de gênero nas línguas indígenas da amostra

TIPO	LÍNGUA	CLASSE	CODIFICAÇÃO	CONCORDÂNCIA	N°
Semântico	7.1.1 ikpeng (karib)	Binária	L[171]	-	-[172]
	7.1.2 sabanê (nambikwara)	Binária	L	-	-
	7.1.3 shanenawa (pano)	Binária	L	-	-
	7.1.4 maxakalí (jê)	Binária	L	-	-
	7.1.5 ofayé (ofayé)	Binária	L	-	-
Semântico Pragmático	7.2.1 parkatejê (jê)	Binária	L	-	-
	7.2.2 dâw (nadahup)	Binária	L	-	-
	7.2.3 mamaindê (nambikwara)	Binária	L e M	-	-
	7.2.4 bororo (bororo)	Binária	L e M	(+)[173]	-
	7.2.5 trumai (isolada)	Binária	L e M	(+)[174]	+
Semântico Pragmático Contextual	7.3.1 mehináku (arawak)	Binária	L e M	-	-
	7.3.2 akwẽ-xerente (jê)	Binária	L e M	-	-
	7.3.3 dzubukuá (karirí)	Ternária	L e M	-	-
	7.3.4 kanoê (isolada)	Binária	L e M	+	-
	7.3.5 rikbáktsa (rikbáktsa)	Binária	L e M	+	+
	7.3.6 kadiwéu (guaikuru)	Binária	L, M e F	+	-
	7.3.7 asurini (tupi-guarani)	Binária	L e M	+	+
	7.3.8 tariana (arawak)	Binária	L e M	+	+
Formal Semântico Pragmático Contextual	7.4.1 wari' (txapakura)	Ternária	L e M	++[175]	+
	7.4.2 desano (tukano)	Binária	L e M	++	+
	7.4.3 kubeo (tukano)	Binária	L e M	++	+
	7.4.4 jarawara (arawá)	Binária	L, M e F	++	+
Semântico Contextual	7.5.1 avá-canoeiro (tupi-guarani)	Binária	L	-	-
	7.5.2 kaiowá (tupi-guarani)	Binária	L	-	-
	7.5.3 timbira (jê)	Binária	L	-	-
	7.5.4 matis (pano)	Binária	L	-	-
	7.5.5 kwaza (isolada)	Binária	L e M	-	+[176]
	7.5.6 sateré-mawé (mawé)	Binária	L e M	-	-
	7.5.7 kamaiurá (tupi-guarani)	Binária	L e M	-	-
	7.5.8 aweti (aweti)	Binária	L, M e F	+	+

Fonte: elaborado pela própria autora.

[171] As letras "L", "M" e "F" indicam, respectivamente, codifcação **L**exical, **M**orfossintática e **F**onológica.

[172] "**-**" indica que não há **interação** entre a codificação de **gênero** e a categoria **número**. Por outro lado, "+" indica que a marcação de gênero mantém algum tipo de relação com a marcação de número.

[173] Há marcação de gênero no demonstrativo, entretanto Nonato (2008) não apresenta dados ilustrando casos de concordância de gênero.

[174] A concordância de gênero marcada no demonstrativo parece estar se perdendo, especialmente entre os falantes mais jovens (Guirardello, 2018).

[175] "+" indica presença de **concordância** de gênero e "++" indica presença de **concordância** e **acordo** de gênero.

[176] Na língua kwaza, há interação entre número, caso e gênero: o sufixo *-etele'tay* carrega o significado de 2PL.OBJ.FEM.

Nas subseções, que seguem, apresentamos algumas considerações sobre cada um dos cinco grupos organizados com base nos padrões de tipos de gênero expresso em cada uma das 30 línguas pindorâmicas que compõem nossa amostra. Para tanto, apresentamos as principais informações atinentes à expressão de gênero descritas neste capítulo e analisamos à luz dos fundamentos teóricos tipológicos-funcionais e dos objetivos da pesquisa.

7.6.1 Considerações sobre o grupo 1: gênero semântico

Conforme já mencionamos, essas línguas possuem o gênero linguístico semântico, ou seja, o gênero feminino ou masculino é atribuído aos substantivos [+animado] com base no sexo dos referentes. Todas as línguas agrupadas nesse conjunto distinguem gênero lexicalmente para nomes [+humano], especialmente de parentesco, a partir do próprio significado de lexemas como "homem", "mulher", "pai" e "mãe". Esses pares lexicais podem ainda funcionar como modificadores de nomes genéricos [+humano], como "pessoa" e "criança", e como modificadores de nomes [+animado] [-humano] para indicar "macho" ou "fêmea". O **ikpeng** (karib), por exemplo, usa os nomes *petkom* ("mulher") e *ugwon* ("homem") no sentido de "fêmea" e "macho" quando posposicionados a nomes de animais. Tal padrão é amplamente descrito em outras línguas karib e do tronco macro-jê (Ferreira, 2003; Lopes; Ferreira, 2018).

Essa característica está em consonância com o que se observa em muitas línguas indígenas brasileiras que não apresentam oposição morfológica de gênero, mas recorrem a estratégias lexicais para a distinção de gênero. Tais estratégias refletem um padrão relativamente recorrente nas línguas indígenas das Américas, como discutido por Aikhenvald (2016) e Miranda (2023), em que a distinção de gênero é motivada semanticamente e limitada à expressão lexical.

Algumas línguas desse grupo apresentam especificidades dentro desse padrão de codificação de gênero que valem a pena ser destacadas. A esse respeito, a língua **sabanê** (nambikwara), dispõe de duas palavras para designar sexo de filhote: os nomes *maytelon* ("filhote feminino") e *maysunon* ("filhote masculino"), que podem modificar nomes [+animado]. Não é incomum, nas línguas indígenas, que termos tenham seu significado atrelados a gênero e idade, entretanto é mais comum com jovens, adultos ou velhos. Geralmente, não há um termo específico distintivo de gênero para filhote, bebê ou criança. Nesses casos, portanto, a distinção geralmente é realizada por meio da posposição de outros nomes, que são utilizados como modificadores.

Outra especificidade notada nos dados se dá na língua **maxakalí** (jê) ao utilizar *hex* (“irmã, feminino”) para modificar nomes [+humano], como *ãyuhuk* (“não indígena”) ou *kakxop* (“menino”); enquanto *tut* (“mãe”) é empregado para modificar nomes [+animado] [-humano]. No **ofayé** (ofayé), a distinção de gênero nos nomes [+animado] [-humano] também só é marcada no feminino pelos nomes *fʷajɛk* ou *fajɛk*, ambos empregados para indicar animal fêmea. Esses exemplos demonstram que o masculino é o gênero não marcado em **maxakalí** e **ofayé**, indo ao encontro dos levantamentos de Hellinger e Buβmann (2003), Corbett (2013) e Aikhenvald (2016), segundo os quais a maioria das línguas do mundo têm o masculino como gênero não marcado ou genérico.

Com relação às considerações de Leufkens (2015) sobre transparência e opacidade linguística, consideraremos nesta tese: traços opacos os casos de concordância e acordo de gênero, ou seja, quando há reduplicação da marca de gênero em um ou mais elementos do sintagma ou da oração; e traços transparentes quando não há concordância ou acordo na língua, ou seja, o gênero é depreendido do próprio lexema ou é marcado uma única vez no sintagma ou na oração. Portanto, nas línguas desse grupo, não há traços de opacidade quanto às operações morfossintáticas relacionadas à marcação da categoria de gênero. São línguas transparentes no que diz respeito à ausência de concordância de gênero. Além disso, o gênero semântico é motivado, visto que é atribuído em função dos traços semânticos de seu referente (animacidade, humanidade e sexo), portanto, denota mais um traço de transparência.

7.6.2 Considerações sobre o grupo 2: gênero semântico e pragmático

Assim como as línguas do primeiro grupo, todas as línguas agrupadas no gripo 2 também possuem o gênero semântico masculino e feminino (relacionado ao sexo) depreendido a partir do léxico, cujos referentes são humanos, especialmente nomes de parentesco. Ou ainda estratégias lexicais ou morfossintáticas para expressá-lo. A característica que diferencia este grupo do primeiro é que fatores culturais e interpessoais estão intimamente relacionados à marcação de gênero gramatical, denotando o que classificamos como gênero pragmático. Destacamos e analisamos, na sequência, especificidades relacionadas à expressão de gênero linguístico observadas nas línguas do grupo 2.

Em **parkatejê** (jê), os antropônimos são motivados com base nos estereótipos de gênero compartilhados pela comunidade. Nomes que remetem a características, valores, atividades ou papéis sociais atribuídos especificamente a mulheres ou a homens tendem a ser exclusivos a cada um dos respectivos gêneros, denotando, portanto, o mesmo valor de gênero

linguístico. Enquanto nomes inspirados em ações ou características compartilhadas por homens e mulheres tendem a ser neutros em termos de uso. Conforme Lopes e Ferreira (2018, p. 1195), "o meio ambiente, os conhecimentos culturais e as experiências dos falantes favorecem a articulação de construções metafóricas e metonímicas nos antropônimos da língua Parkatêjê". Tal fenômeno contribui para uma compreensão mais ampla do gênero linguístico enquanto categoria funcional e culturalmente situada, conforme discutido por autores como Aikhenvald (2016), visto que a marcação de gênero tende a espelhar os papéis culturalmente atribuídos a homens e mulheres.

Em **bororo** (bororo), a marcação de gênero em nomes [+humano] ocorre apenas por meio do emprego do sufixo feminino *-do* sobretudo com nomes próprios e nos demonstrativos. Trata-se, portanto, de um sistema assimétrico, em que o masculino tende a assumir o papel de forma não marcada. No **mamaindê** (nambikwara), a maioria dos nomes também têm valor padrão de masculino, portanto, presume-se que seja masculino quando não há marcação para o feminino. Tal padrão confirma as observações de Corbett (1991) sobre a distribuição assimétrica da marcação de gênero em diversas línguas, em que o feminino frequentemente é marcado morfossintaticamente, enquanto o masculino funciona como *default*. Além disso, essa assimetria, associada à motivação semântica e pragmática da marcação, corrobora a perspectiva funcional-tipológica segundo a qual as categorias linguísticas são sensíveis a fatores socioculturais (Aikhenvald, 2016; Hellinger; Bußmann, 2003; Mäder; Moura, 2015).

Como argumentam Givón (1984) e Aikhenvald (2016), categorias linguísticas, como o gênero, podem ter papel fundamental na coesão textual e na gestão de referenciação. A codificação morfológica do gênero feminino em demonstrativos e em nomes próprios no **bororo** sugere uma funcionalidade interpessoal dessa marca, que pode contribuir para a identificação e o acompanhamento de referentes ao longo do enunciado, especialmente em contextos em que a distinção de sexo se torna relevante para a progressão textual. A associação da marcação morfossintática feminina prioritariamente aos nomes próprios nessas línguas, e não à generalidade dos substantivos comuns, pode ser interpretada como reflexo de papéis sociais diferenciados atribuídos às mulheres no contexto cultural dessas comunidades. Essa distribuição assimétrica dos recursos morfológicos sugere que a visibilidade linguística do feminino está mais vinculada à identificação individual em contextos específicos ou cerimoniais do que à categorização ampla de referentes. A relação entre estrutura linguística e organização social pode ser observada aqui como uma manifestação linguística de construções sociais de gênero.

Em **dâw** (nadahup), o lexema *xut* (“homem, macho”) não marca apenas o gênero semântico masculino, ou seja, a referência ao sexo biológico. Ele carrega também conotação de corajoso e forte. Já em **mamaindê** (nambikwara), o afixo feminino *-ta* pode ser empregado de duas maneiras: para designar mulher ou fêmea, ou seja, o gênero semântico; ou, quando atribuída a animais ou espíritos, para designar a ideia de grandeza ou perigo. A associação entre o feminino e o tamanho maior está claramente vinculada à noção de maternidade: aquilo que gera ou serve de origem é concebido como maior ou, de certo modo, superior ao que foi gerado; e a ideia de perigo se relaciona ao fato de que a fêmea é mais temida em muitas espécies de animais da floresta, sobretudo quando protege seus filhotes. Esses significados estão relacionados aos valores culturais atribuídos acerca do que representa ser mulher/feminino/fêmea e homem/masculino/macho nessas comunidades. E corrobora as constatações de Aikhenvald (2016) e Carvalho (2021), entre outros autores e autoras, sobre como a manipulação do gênero linguístico espelha os valores socioculturais de um povo associados a homens e a mulheres.

A esse respeito, dados do **trumai** (isolada), como: “Comporte-se como um homem” e “Comporte-se como uma mulher”, também demonstram existir uma concepção sociocultural das características e comportamentos esperados de homens e de mulheres nessa sociedade. Portanto, os lexemas “homem” e “mulher”, nessas construções imperativas, marcam pragmaticamente um estereótipo a ser performado no que diz respeito aos estereótipos de gênero valorizados nessa cultura. Esses usos corroboram os apontamentos de Hellinger e Bußmann (2003) e de Mäder e Moura (2015), segundo os quais o gênero linguístico pode funcionar como um reflexo de estruturas sociais e crenças da comunidade de fala, e, nesse sentido, os dados encontrados nessas línguas oferecem exemplos claros de como a gramática de uma língua é permeada por valores comunitários, relações interpessoais e diferenciações socioculturais. Assim, as análises confirmam que o sistema de gênero nessas línguas indígenas é motivado e funcional, articulando diretamente forma e função no contexto de uma gramática culturalmente situada.

Destacamos também que, no **trumai**, a distinção de gênero nos pronomes demonstrativos (para referentes humanos) só é atestada no singular. Esse tipo de distribuição reforça a ideia, discutida por autores como Corbett (1991, 2013), de que os sistemas de gênero podem apresentar restrições estruturais condicionadas pela categoria de número. A neutralização do traço de gênero no plural pode ser interpretada como uma estratégia de simplificação morfológica, em que o sistema de pronomes prioriza a distinção de pessoa e número, relegando o gênero a contextos mais marcados ou específicos

Em relação aos traços de transparência e de opacidade linguística relacionados à concordância de gênero, conforme Leufkens (2015), as línguas **parkatejê**, **dâw** e **mamaindê**[177] são mais transparentes porque não apresentam concordância de gênero. O **bororo** supostamente apresenta concordância de gênero entre o demonstrativo e o núcleo do sintagma, entretanto Nonato (2008) não apresenta nenhum dado com esse caso em seu estudo. Além disso, o gênero semântico e o gênero pragmático são motivados, visto que são atribuídos em função dos traços semânticos de seu referente (animacidade, humanidade, sexo) e culturalmente embasados, portanto, denotam traço de transparência linguística com relação à atribuição de gênero. Por fim, o **trumai** revela traços opacos com relação à concordância de gênero marcada nos demonstrativos, que ora apresenta concordância de gênero, ora não. Isso porque, aparentemente por uma questão de bilinguismo (com o português), os falantes mais jovens têm empregado a forma masculina mesmo quando o referente é feminino. O que parece manifestar um processo de mudança linguística em curso.

7.6.3 Considerações sobre o grupo 3: gênero semântico, pragmático e contextual

Conforme já mencionado, todas essas línguas também possuem o gênero semântico masculino e feminino (relacionado ao sexo), que pode ser depreendido a partir do léxico, cujos referentes são humanos (especialmente nomes de parentesco) ou ser expresso por meio de estratégias lexicais ou morfossintáticas. Além disso, há também motivação na marcação de gênero baseada em fatores pragmáticos e interpessoais, que influenciam desde a escolha de nomes de parentesco até à concepção culturalmente situada do que é "ser homem" e "ser mulher". O que diferencia esse grupo dos anteriores é a indexação da identidade de gênero do locutor e/ou do interlocutor, que pode ser codificada lexicalmente ou morfossintaticamente.

Esse terceiro tipo sugere que a expressão do gênero linguístico depende do contexto linguístico e extralinguístico (Ochs, 1992; Hellinger; Bußmann, 2001; Aikhenvald, 2016; Velasco, 2014). E demonstra o caráter simbólico, constitutivo e performativo da linguagem (Foucault, 1977; 1984; Bucholtz; Hall, 2004; Moura; Mäder, 2022; Barros; Monserrat, 2019). Apresentamos e analisamos, na sequência, algumas especificidades relacionadas à expressão de gênero observadas nas línguas do grupo 3.

[177] Nessa língua, não há concordância de gênero, entretanto há redundância no que diz respeito à dupla marcação no sintagma nominal, conforme apresentamos no quadro 39 da seção 8.5, exemplificado pelo dado (104) do capítulo 8.

O **dzubukuá** (karirí) se assemelha ao **wari'** (da família txapakura – incluída no grupo 4, subseção 7.4.1) no que tange às classes de gênero. Ambas as línguas apresentam o gênero neutro além do feminino e masculino. O gênero neutro, em **dzubukuá**, é atribuído a nomes [+humano] indicativos de ambos os sexos, de significado coletivo ou geral; nomes [+animado] [-humano]; nomes de partes do corpo; e nomes referentes a entidades espirituais. Essa classificação aponta um refinamento que transcende a simples oposição binária baseada no sexo biológico.

Além disso, no **dzubukuá**, a marcação do gênero contextual é vinculada ao sexo do interlocutor por meio de vocativos. Nessa língua, os substantivos podem desempenhar a função gramatical de vocativo numa construção morfossintática formada pela cliticização das adposições *bo* e *mo* a um substantivo: VOC = {*bo*=} ou {*ma*=} + SUB, sendo o primeiro empregado para o gênero masculino e o segundo, para o feminino. O vocativo carrega um tom afetivo e apelativo, cuja relevância está na dimensão sociocomunicativa, conforme Queiroz (2012, p. 124). Essa associação entre gênero e construções vocativas, com formas específicas cliticizadas, que variam conforme o sexo do interlocutor, evidencia a dimensão contextual, pragmática e interacional da categoria linguística de gênero em dzubukuá.

A esse respeito, no **akwẽ-xerente** (jê), a codificação do gênero natural do locutor é realizada por meio de usos distintos de exortativos e pronomes interrogativos específicos para fala masculina ou para fala feminina. Já, no **kadiwéu** (guaikuru), a marcação do gênero contextual considera o sexo do locutor e o sexo do interlocutor, apresentando diferenças nos níveis fonético, fonológico e lexical. No que diz respeito à identificação do locutor, homens dizem *niale* para "árvore" e as mulheres dizem *niiale*, com alongamento ou duplicação da vogal medial '*i*'; homens dizem *gocidi* ("tarde"), *-acipe* ("beber") e *ee* ("você"), enquanto as mulheres dizem *awii*, *-aaka* e *eyo*, respectivamente. Existem ainda palavras distintas para a primeira e a segunda pessoa do singular conforme o sexo de quem fala.

No **rikbáktsa** (rikbáktsa), a expressão de gênero contextual do locutor é codificada por meio do uso do pronome de primeira pessoa do singular *uˈta* (masculino) ou *ikiˈra ~ kiˈɽa* (feminino) ou ainda por meio do modo hortativo, que, nesta língua, é específico da primeira pessoa e forma-se com os sufixos *-kta* (masculino) e *-kɨ* (feminino). O gênero do interlocutor é marcado por meio do uso do pronome de segunda pessoa de plural, que apresenta uma diferenciação entre o feminino plural (*ikiaha-ka*) e uma forma não marcada para gênero, usada tanto para o masculino quanto para o plural genérico (*ikiaha-tʃa*). Vale destacar que os dados do rikbáktsa estão em sintonia com os achados de Aikhenvald (2016). A autora destaca que, em línguas da Amazônia e de outras regiões com grande diversidade linguística, o gênero expresso

em classes específicas, como nomes de parentesco, tende a refletir filiações patrilineares ou matrilineares, como se observa nesta língua, que diferencia: netos por parte de filha (*ka-ʃite-oka*) e netos por parte de filho (*ka-tʃe-kuka*).

No **mehináku** (arawak), os nomes [+humano] são divididos em grupos. Os nomes incluídos no "grupo das funções", que denotam funções ou profissões dentro da aldeia podem receber tanto o sufixo masculino (*-hɨ*) quanto os sufixos femininos (*-tu*, *-neʂu*, *-lu*). O outro grupo, inclui: nomes indicativos de papéis sociais (ex.: ser Mehináku, ser não indígena); nomes indicativos de parentesco (ex.: primo, prima, sogro, sogra); estágios da vida (ex.: infância, juventude, velhice); estados civis (ex.: viúvo, viúva, casado, casada); estados sociais (ex.: trabalhador); e nomes próprios. Os nomes do segundo grupo têm o masculino como padrão não marcado, portanto, só podem receber marcação morfossintática feminina. Nessa língua, o gênero contextual do locutor ou do interlocutor é inferido a partir da concordância predicativa no uso da primeira e segunda pessoa na posição de sujeito ou ainda a partir do gênero codificado no vocativo de parentesco.

As distribuições observadas no sistema de gênero do **rikbáktsa** e do **mehináku** evidenciam uma assimetria, em que o masculino funciona como não marcado, enquanto o feminino exige marcação específica. Tal padrão é atestado em dez das 30 línguas da nossa amostra e é amplamente descrito por Corbett (1991, 2013), Aikhenvald (2016), Gygax, Gabriel, Sarrasin, Oakhill e Garnham (2008), Hellinger e Bußmann (2003), Caldas-Coulthard (2007), Viscardi (2024), entre outros autores e autoras, apontando a tendência tipológica de o masculino assumir o papel de *default* (padrão) em sistemas de gênero das línguas naturais. Tais organizações ratificam que a marcação de gênero está profundamente enraizada em valores socioculturais específicos da comunidade. A distinção de gênero, nesses casos, está fortemente ancorada em papéis sociais, categorias identitárias e marcadores de pertencimento cultural, o que sustenta nossa hipótese de que a categoria linguística de gênero espelha o papel crucial da distinção de gênero na organização social do povo.

Não é incomum, nas línguas do mundo, que o termo "homem" faça referência tanto à especificação masculina, quanto ao conceito de humanidade, povo, gente. Em **mehináku**, nomes como *imiehɨnaku* ("mehináku") e *kaʂaɨpa* ("não indígena") quando não marcados morfologicamente no feminino, podem fazer referência tanto a um homem quanto ao povo como um todo. Esse exemplo do **mehináku** é semelhante à percepção de "brasileiro" ou "indígena" na nossa cultura. Conforme pontua Aikhenvald (2016, p. 79), nenhuma língua estudada até o momento apresenta o desenvolvimento de um substantivo que significa "mulher" para "pessoa, humano em geral". Antagonicamente, "[o] desenvolvimento histórico de 'homem'

para 'pessoa, humano em geral' pode ser comparado ao uso da forma masculina, ou de um pronome masculino, para se referir a humanos como uma classe"[178], segundo a autora.

Os papéis e valores sociais vinculados ao feminino e ao masculino estão intimamente relacionados ao gênero linguístico. O lexema *tsiãri* ("homem") do **tariana** (arawak), por exemplo, não marca apenas o gênero semântico masculino, ou seja, a referência ao sexo biológico. Ele carrega também conotação de corajoso e forte, enquanto *inaru* ("mulher") tem conotações opostas. Nessa sociedade, ordinariamente, uma mulher é referida linguisticamente com o prefixo feminino *du-* no verbo, ou com o pronome *duha* ("ela"), ou com o classificador feminino *-ma*. Porém, a Mulher-Criadora ou uma mulher particularmente poderosa e respeitada é consistentemente referida como *diha* ("ele") acompanhado pelo classificador humano (*-ite*), assim como qualquer homem é referido linguisticamente.

Relevante lembrar de um caso isolado interessante no **kanoê** (isolada): o verbo "enxugar" recebe a mesma marcação de gênero empregada nos nomes [+animado] por meio dos morfemas *-kwæ̃* "masculino" e *-nake* "feminino" para designar "toalha de banho masculina" e "toalha de banho feminina", respectivamente. Trata-se, como aponta Bacelar (2004, p. 115), de um caso atípico, provavelmente, resultante de um contexto de contato recente com objetos culturalmente externos (nesse caso, a toalha), o que indica uma extensão criativa e contextualizada da morfologia de gênero da língua **kanoê**. Esse caso demonstra, portanto, uma motivação pragmática da aplicação das marcas linguísticas masculino ou feminino, apoiada no sexo do referente [+humano] que utiliza o objeto como base identificacional para distinguir a quem o objeto é destinado.

No **akwẽ-xerente** (jê), a atribuição de gênero a nomes próprios e a elementos da natureza é profundamente moldada por fatores socioculturais e cosmológicos. Conforme Sousa Filho (2007), os antropônimos estão intrinsecamente ligados às crenças e às narrativas míticas deste povo. Essa relação reflete uma percepção de mundo que estabelece uma conexão equilibrada entre ser humano e natureza. Nesse contexto, os nomes de espécies passam a ser nomes com propriedades humanas. Nessa cultura, a atribuição de gênero para nomes, como lua e sol, se dá em função da interpretação dos papéis sociais que tais entidades exercem nas narrativas míticas fundantes do povo Akwẽ-Xerente, sendo vinculados como próprios de homens ou próprios de mulheres em função da concepção cultural acerca dos papéis de gênero.

[178] No original: *Historical development from 'man' to 'person, human in general' can be compared to the use of the masculine form, or a masculine pronoun, to refer to humans as a class. No language so far has a similar development, for a noun meaning 'woman' to 'person, human in general'.*

A lua, por exemplo, é interpretada como animado masculino, porque é associada a características relacionadas a homens, como ser guerreiro ou caçador.

É crucial reconhecer que os parâmetros de animacidade são, geralmente, distintos dos padrões ocidentais, conforme ilustrado por esses casos apresentados por Sousa Filho (2007). Em **kadiwéu**, por exemplo, Griffiths e Griffiths (1976, p. 94) pontuam que substantivos como "rio", "fogo" e "vento" são considerados animados porque possuem espíritos maléficos. Sendo assim, essa atribuição não é arbitrária: ela se baseia em narrativas míticas, conhecimento metafísico, no papel social dos indivíduos e na associação simbólica com elementos da fauna, da flora e de comportamentos culturalmente valorizados.

Essa associação entre gênero, cosmopercepção e papéis sociais reforça o entendimento de que o gênero linguístico é construído de forma referencial e culturalmente indexado, como apontam Aikhenvald (2016) e Hellinger e Bußmann (2001, 2003). E se manifesta como um fator crucial no sistema de gênero dessas línguas, visto que a animacidade é um traço central na organização desse sistema em diversas línguas do mundo conforme discutido por Kilarski (2013), Aikhenvald (2016) e Di Garbo, Olsson e Wälchli (2019). Conforme veremos com mais detalhes no capítulo seguinte, nossos dados consolidam a relevância desse traço como um critério determinante para marcação de gênero na imensa maioria das línguas da nossa amostra. Essas características atestadas nos nossos dados se alinham à hipótese desta tese de que a animacidade e os critérios sociocognitivos locais desempenham papel fundamental na organização dos sistemas de gênero em línguas indígenas brasileiras.

Ainda sobre a marcação de gênero no **kadiwéu**, está relacionada à cosmopercepção desse povo (na atribuição de gênero masculino ou feminino a nomes [-humano] e [-animado] em função das características físicas e dos estereótipos associados a cada um dos gêneros, além de atribuir animacidade com base em seu universo cultural e mítico); e às questões interacionais no contexto sociocomunicativo (no que diz respeito à diferenciação de fala feminina e fala masculina e às interações considerando quem fala com quem). Ela manifesta-se por meio de estratégias que vão desde a morfologia derivacional (no diminutivo) até a concordância morfossintática com demonstrativos, locativos, numerais (o número "um") e pronomes pessoais e possessivos. O sistema de gênero na língua **kadiwéu** revela uma configuração complexa e multifacetada, que fornece subsídios importantes para a reflexão proposta nesta tese. Porque esse padrão fragmentado e distribuído desafia modelos tradicionais que tratam o gênero como uma categoria exclusivamente morfológica e estável no interior do substantivo, contribuindo para uma visão mais dinâmica e funcional da categoria.

A esse respeito, a organização da GDF, de Hengeveld e Mackenzie (2008), permite descrever com precisão a interação entre os Níveis Morfossintático, Representacional, Interpessoal. Além disso, a variação fonológica e lexical determinada pelo sexo do enunciador e/ou do interlocutor amplia ainda mais o escopo da análise, ao evidenciar uma dimensão identitária e social da linguagem, que é coerente com a proposta de Velasco (2014) sobre considerar a influência do Componente Contextual na estruturação linguística e que corrobora os estudos de Aikhenvald (2016) sobre gêneros linguísticos e sua indexicalidade sociocultural.

Nossos dados demonstram que a marcação do gênero contextual depende diretamente do conhecimento compartilhado sobre a identidade e o papel social do referente (para os termos de parentesco) e a identidade do falante e/ou do ouvinte. Essa dimensão sociopragmática do gênero pressupõem que a linguagem reflete e constitui práticas culturais relacionadas à identidade de gênero, reforçando sua natureza simbólica e performativa como discutido por Foucault (1977, 1984), Moura e Mäder (2022) e Aikhenvald (2016). A expressão de gênero linguístico, portanto, é também orientada por uma epistemologia própria, que organiza o mundo por critérios naturais, comuns a várias línguas e também por convenções simbólicas enraizadas em práticas de socialização e diferenciação cultural. No plano funcional-discursivo, aspectos como a marcação de gênero do enunciador no modo hortativo refletem a relevância da subjetividade e da perspectiva enunciativa na estrutura da língua, alinhando-se às discussões de Velasco (2014).

No que tange à transparência linguística relacionada à concordância de gênero, baseada em Leufkens (2015), desse grupo, as línguas **mehináku**, **akwẽ-xerente** e **dzubukuá** são mais transparentes, visto que não apresentam concordância. Entretanto, no **dzubukuá**, a construção morfossintática formada pela cliticização das adposições *bo* e *mo* a um substantivo: VOC = {*bo*=} ou {*ma*=} + SUB apresenta traço de opacidade ao marcar duplamente o gênero do interlocutor na adposição e no substantivo. O termo vocativo de alguns nomes de parentesco no **mehináku** também apresentam dupla marcação no feminino.

O **asurini** apresenta opacidade em função da operação de concordância de gênero marcada nos demonstrativos. O **kanoê** apresenta traço de opacidade por meio da concordância acionada pelo nome núcleo no modificador (adjetivo). Traços opacos também são identificados no **rikbáktsa**, ao acionar concordância de gênero no modificador e no verbo. O **kadiwéu** apresenta traços opacos por meio da operação de concordância de número e gênero na locução nominal, bem como concordância entre o substantivo como núcleo de locução e um demonstrativo, adjetivo, locativo, pronome pessoal da série animada, e numeral na função de atributivo. A opacidade no **tariana** se dá por conta da concordância de gênero acionada pelo

sujeito, sendo marcada no verbo, no sintagma nominal, no numeral “um” e na referência anafórica ou, ainda, por meio do uso dos pronomes pessoais de terceira pessoa do singular como determinantes (não há distinção de gênero no plural). As marcas de gênero são codificadas por prefixos, sufixos, classificadores e pronomes pessoais.

Por fim, a atribuição de gênero em todas essas línguas é motivada, configurando, portanto, transparência semântica.

7.6.4 Considerações sobre o grupo 4: gênero formal, semântico, pragmático e contextual

Conforme já mencionado, o maior diferencial, em comparação aos outros grupos organizados com base nos tipos de gênero linguístico expresso nas línguas indígenas da amostra, é que as línguas reunidas no grupo 4 apresentam o gênero formal. Isso significa que pode haver casos, nessas línguas, em que a atribuição de gênero é arbitrária, ou seja, não há motivação quanto à classificação nominal de substantivos como masculinos, femininos ou neutros. E, além disso, a gramática da língua exige acordo morfossintático, portanto, não há concordância entre o gênero linguístico (semântico ou pragmático) do núcleo nominal e a marca morfossintática de gênero ativada na operação sintática. Isso demonstra que a marcação de gênero nesses sistemas denota uma categoria gramaticalizada, pois perdeu, em certa medida, seu estatuto referencial e identificacional, ou seja, seu conteúdo de significado. Por esse motivo, essas línguas apresentam maior opacidade linguística com relação à atribuição de gênero e à operação sintática dessa categoria (acordo de gênero) (Leufkens, 2015). A seguir, destacamos e analisamos as principais características dessas línguas no que diz respeito à codificação de gênero.

O **wari’** (txapakura), assim como o **dzubukuá** (incluída no grupo 3, subseção 7.3.3), possui um sistema ternário de classes de gênero: feminino, masculino e neutro. É possível dividir esse sistema entre feminino *versus* não feminino, este, por sua vez, entre neutro e masculino. O gênero feminino é atribuído apenas a nomes [+humano] [+feminino], enquanto o gênero masculino é atribuído a nomes [-feminino] e o neutro a nomes [-humano]. Os nomes masculinos têm como referentes: homens, peixes, pássaros, abelhas, animais, objetos úteis e fenômenos da natureza. Os nomes neutros têm como referentes: todos os seres vivos [-humano] não incluídos na classe masculina e qualquer coisa que tenha sido incluída na cultura Wari’ em consequência do contato com outras culturas (empréstimos do português, plantas, objetos, animais).

Consideramos que essa divisão é, em maior ou menor medida, socioculturalmente embasada, visto que, além da distinção semântica com relação ao sexo biológico de humanos,

a marcação de gênero linguístico assinala uma diferenciação entre o que é tradicional na vivência wari' e o que é inserido posteriormente nessa cultura. Parece ainda haver uma diferenciação, marcada pela distinção de gênero, entre objetos, animais mais úteis ou relevantes do que outros, incluindo uma aparente valorização de fenômenos da natureza. Essa organização reafirma o caráter referencial e culturalmente ancorado da categoria de gênero, dialogando com o que discutem autores como Aikhenvald (2000, 2016) e Hellinger e Bußmann (2003) sobre a influência dos fatores semântico-pragmáticos e socioculturais na configuração dos sistemas de gênero nas línguas do mundo.

Nessa língua, o gênero dos substantivos é distinguido a partir do léxico ou morfossintaticamente codificado, por meio de clíticos flexionais nominais, clíticos flexionais verbais, sufixo possessivo e demonstrativo, em um ou mais elementos da oração em função da operação de concordância sintática. O acordo feminino é marcado para nomes que representam grupos mistos, ou seja, que incluem mulheres e homens; enquanto o acordo neutro é acionado para grupos mistos, que incluem masculino e neutro, e também para as orações subordinadas. Já o gênero masculino é acionado quando o referente humano não é feminino ou quando o nome [+/-animado] não é neutro. O **wari'** não dispõe de pronomes pessoais, porém os pronomes demonstrativos de terceira pessoa podem substituí-los, inclusive ocupando posição de sujeito e objeto direto. Há também os pronomes enfáticos, flexionados para gênero também na terceira pessoa.

O gênero contextual é marcado, no **wari'**, com o uso de partículas enfáticas: w*ira* é usada por homens ao se dirigir a outros homens e *cama* é usada por mulheres ao se dirigir a outras mulheres; na posição de morfemas finais de sentença, *wira* é usado exclusivamente por homens. Enquanto, *cama* é usado exclusivamente por mulheres para se dirigir a uma única mulher. Há ainda os morfemas enfáticos finais de sentença *ma* ("fala feminina") e *e* ("fala masculina"). Eles também podem ser combinados com as partículas enfáticas *ron* (para indicar interlocutor masculino) e *ram* (para indicar interlocutor feminino). A indexação do sexo do enunciador também pode ser realizada por meio de uma construção específica, que expressa uma especulação ou expectativa equivocada do falante: *verbo* + 1SG.RP/P + *xi'* DUB + EMPH. Nesses casos, a partícula enfática carrega a marca de gênero contextual do locutor feminino (*e*) ou do locutor masculino (*ma*).

A marcação de gênero contextual nas outras línguas desse grupo não é tão expressiva. Em determinados usos do pronome de primeira pessoa, no **desano** (tukano), o gênero contextual do locutor é inferido por meio da marca de gênero acionada pela concordância sintática exigida pela gramática da língua: *yʉʉ~wida-**gʉ** ~adi-a* "Eu sou desano (masculino)"; em contraste com: *yʉʉ ~wida-**go** ~adi-a* "eu sou desano (feminino)". O mesmo

caso é observado no **kubeo** (tukano): *ji eda-**kaki*** “Eu cheguei (masculino)”. O sexo do locutor é inferido por meio da marca de concordância masculina no verbo. Já no **jarawara** (arawá), os interrogativos: *hibaka* (feminino) e *hibeke/hibake/ike* (maculino) “quem”, fazem distinção de gênero baseado no gênero a quem a pergunta é direcionada. Nesse contexto, Dixon (2004) apresenta dados em que a pergunta é feita para a segunda pessoa: “Quem(MASC) é você?”; e para si mesmo: “Quem(MASC) sou eu?”. Logo, a depender da situação específica de uso, o gênero do interlocutor ou até mesmo do locutor é obrigatoriamente indexado.

Em **desano**, os substantivos animados são divididos entre humanos e não humanos, que se distinguem especialmente na maneira como gênero e número são codificados. Os nomes [+animado] [-humano] são divididos entre individuais (uma única entidade, como peixe, macaco, cobra) e coletivos (um conjunto de entidades da mesma espécie, como estrelas, abelhas). Os individuais, por sua vez, são divididos entre animados de “nível superior” e animados “de nível inferior”. Os substantivos animados individuais do “nível superior” recebem marcação morfossintática de gênero, tal como ocorre com os nomes [+humano]. Isso porque esses animais e certas entidades são considerados membros da classe “humana”. A onça-pintada, por exemplo, é considerada uma divindade criada pelo sol nos mitos Desano e, por esse motivo, existe uma associação mítica entre a onça-pintada e o xamã para a maioria dos grupos tukano (Silva, 2012, p. 111). No **kubeo**, entidades como espíritos, a lua, o sol, as estrelas e o arco-íris são nomes [+animado], justamente pelo forte valor cultural ou cosmológico. Essa atribuição de gênero por extensão metafórica (Lakoff; Johnson, 2002; Aikhenvald, 2000), reforçando a ideia de que são culturalmente assimilados à mesma classe dos nomes [+humano], demonstra com clareza como a categoria de gênero está relacionada à cosmopercepção de um povo, espelhando os valores e crenças socialmente compartilhados na comunidade de fala, tal como sugerido por Grinevald (2000) e Kilarski (2013).

Do mesmo modo, no **jarawara**, considera-se que muitos animais e plantas têm espíritos semelhantemente às pessoas; “sol”, “lua”, “estrelas” e “trovão” são animados masculinos, pois representam homens míticos; e algumas doenças são tratadas como animadas por serem causadas por pequenos insetos. Entretanto, a atribuição de gênero, nesta língua, não é plenamente previsível. Embora seja possível indicar uma série de correlações à atribuição de gênero nos nomes que não designam fauna e flora, os princípios de atribuição são complexos e apenas parcialmente previsíveis conforme Dixon (2004, p. 284-285), demonstrando, portanto, certo nível de arbitrariedade relacionada à atribuição de gênero.

No **desano**, os nomes [+humano] e os nomes [+animado] de “nível superior” são marcados quanto ao gênero pelos sufixos *-ʉ/-gʉ* (terceira pessoa do singular masculino) e os

sufixos *-o/-go* (terceira pessoa do singular feminino) e acionam a concordância sintática. Já os nomes que não recebem marca de gênero (inanimados e animados de "nível inferior"), se estiverem no singular e ocupando a posição de sujeito na oração, o acordo sintático deve ser realizado com a marca de terceira pessoa masculina do singular nos verbos. O mesmo padrão de concordância é atestado no **kubeo**: o acordo sintático de termos animados não marcados se dá com o masculino. Tais comportamentos se justificam porque o masculino é o gênero não marcado nas duas línguas, por isso, é empregado no acordo sintático em contextos ambíguos ou genéricos.

O **desano** não possui distinção de gênero no plural, entretanto o sufixo *-a* de plural animado carrega também valor de gênero masculino. Portanto, para indicar o feminino plural, a palavra *nõmẽ* ("fêmea") é posposta à palavra masculina plural: *ye-**anõmẽ*** "onças fêmeas". Em **kubeo**, acontece algo similar. O masculino também é o valor padrão, portanto, é necessária uma construção composta para expressar o plural exclusivamente feminino, como em *ˈbã#dõbĩ-wã* ("filho#mulher-AN.PL"), que indica "filhas" de forma específica. Esse padrão confirma a tendência tipológica, descrita por Corbett (1991) e Audring (2019), de que o gênero masculino é frequentemente interpretado como o valor não marcado em relação ao gênero feminino.

Contrariando essa tendência, em **jarawara**, o feminino é o gênero *default*. Nesta língua, o gênero também é, geralmente, inferido a partir das operações de concordância, sendo marcado em adjetivos, demonstrativos, verbos e em construções possessivas. O acordo pronominal é sempre no feminino, independentemente se o referente é feminino ou masculino; o interrogativo "o quê?" (*himata*) assume acordo feminino quando o falante desconhece o gênero do item em questão; e acordo também se dá no feminino numa declaração genérica (sem um substantivo masculino explícito). Essas são algumas das evidências apontadas por Dixon (2004, 286) para demonstrar que o masculino é o gênero marcado em **jarawara**, sendo acionado apenas para se referir a um homem humano ou nomes classificados como pertencentes ao gênero linguístico masculino.

Em **jarawara**, há um dado sócio-pragmático muito interessante com a manipulação do gênero masculino, que está intimamente relacionado ao valor culturalmente atribuído aos homens e às mulheres nessa comunidade. Em situações específicas, mulheres próximas ao falante são referidas com a marcação do gênero masculino em lugar da concordância sintática feminina. Tais usos funcionam como uma demonstração de respeito e afinidade. Dixon (2004, p. 287) menciona o fato de um narrador se referir à esposa (Kamina) no masculino. Um uso semelhante é observado por Aikhenvald (2016, p. 104) na língua **tariana** (incluída no grupo 3, subseção 7.3.8). Conforme a autora, reverter o gênero linguístico funciona como uma marca de maior *status* de gênero social em algumas línguas sul-americanas

No **desano** e no **kubeo**, os pronomes pessoais, os pronomes demonstrativos e os pronomes possessivos distinguem gênero apenas na terceira pessoa do singular. O **wari'** dispõe de pronome demonstrativo e pronome enfático, ambos também distinguem gênero apenas na terceira pessoa do singular. Essa distinção de gênero em nomes [+animado] realizada apenas no singular está em consonância com os padrões tipológicos amplamente documentados, como os descritos por Corbett (1991) e Aikhenvald (2016), segundo os quais o plural frequentemente neutraliza oposições de gênero. Nos nomes inanimados, por sua vez, não há marcação de gênero, reforçando o papel central da animacidade na estruturação da categoria.

Tanto no **wari'**, quanto no **desano** há um nome que pode ser traduzido como "fulano" e funciona como um pronome indefinido em contextos específicos de fala em que se descreve uma situação hipotética ou funcionando como estratégia linguística para marcar uma referência vaga ou genérica. Em ambas as línguas o acordo sintático aciona a marcação masculina para esses casos. Já no **kubeo**, há um sistema de pronomes indefinidos com uma estrutura bastante sensível às categorias de gênero, número e animacidade. Eles são construídos a partir do morfema base *je*, que se combina com sufixos ou clíticos que especificam traços semânticos, como sexo biológico e pluralidade.

A multiplicidade de mecanismos de codificação dos quatro tipos de gênero (formal, semântico, pragmático e contextual) expressos nessas línguas revela uma complexa interação entre morfossintaxe, semântica, sócio-pragmática e cultura na constituição da categoria de gênero nas línguas indígenas. Em todas essas línguas, a atribuição de gênero é baseada em escalas de animacidade e humanidade, alinhando-se às observações de Corbett (1991), Aikhenvald (2016) e Kilarski (2013), segundo as quais o traço [±humano] é frequentemente hierarquizado nas línguas do mundo, refletindo uma gradação de propriedades cognitivas, culturais e interpessoais que se traduzem na organização dos sistemas de gênero. A esse respeito, Grinevald (2000) já havia proposto que os sistemas de classificação nominal, especialmente aqueles baseados em gênero, frequentemente interagem com sistemas de conhecimento cultural da comunidade local, em que certos animais ou entidades naturais são assimiladas a categorias humanas por razões cosmológicas, sociais ou simbólicas. Além disso, a indexação do sexo do locutor e/ou interlocutor se relaciona à proposta de Velasco (2014), segundo a qual o contexto não deve ser tratado como mero pano de fundo para a gramática, mas como parte intrínseca e sistemática da própria organização gramatical. Na perspectiva da GDF, o Componente Contextual (Hengeveld; Mackenzie, 2008) abriga informações, que se atualizam dinamicamente e condicionam escolhas estruturais, como concordância de gênero ou partículas enfáticas distintivas de gênero.

Conforme já mencionamos, as línguas pertencentes a esse grupo apresentam traços opacos por conta das operações de acordo sintático exigido pela gramática das línguas, apresentando duas ou mais unidades de codificação morfossintática, como nos casos do **kubeo** e do **jarawara**, que reduplicam mais de duas marcas de gênero nos elementos oracionais. Além disso, a atribuição de gênero em **jarawara** e **wari'** apresentam níveis de arbitrariedade, contribuindo para opacidade semântica.

7.6.5 Considerações sobre o grupo 5: gênero semântico e contextual

As línguas que integram esse grupo caracterizam-se por apresentarem gênero semântico e gênero contextual. Semelhantemente às outras línguas da amostra, a distinção de gênero semântico se manifesta por meio de pares lexicais específicos (como "pai" *versus* "mãe"), especialmente no que tange aos termos de parentesco, e também pela posposição de nomes que funcionam como modificadores do nome [+animado] [-humano] (como "homem" e "mulher"). Enquanto o gênero contextual pode ser codificado morfossintáticamente por meio de partículas ou afixos que sinalizam o sexo do locutor ou do interlocutor – como no **kamaiurá** (tupi-guarani), em que partículas de natureza exclamativa indicam locutor do sexo masculino ou do sexo feminino – ou é codificado lexicalmente por meio de termos distintos ou pronomes específicos para fala feminina ou fala masculina. As línguas **avá-canoeiro**, **kaiowá**, **kamaiurá**, **sateré-mawé** e **aweti** (cinco das oito pertencentes a esse grupo) são incluídas no tronco tupi, o que explica a semelhança tipológica no que diz respeito à expressão linguística de gênero.

Em **avá-canoeiro** (tupi-guarani), as noções de gênero para os nomes [+humano] são expressas por palavras distintas, enquanto que para os nomes [+animado] [-humano] a distinção é codificada pela posposição dos nomes *ak^{w}amae* e *kujã*, respectivamente "homem" e "mulher", que funcionam como modificadores com o sentido de "macho" e "fêmea". Há ainda alguns nomes de parentesco distintos com base no sexo do ego, ou seja, o gênero contextual do locutor é marcado lexicalmente pela escolha de palavras diferentes para se referir ao mesmo parente. Para designar "filho", por exemplo, existem duas palavras distintas, cujo valor de gênero não se relaciona ao referente (parente), mas está relacionado ao gênero da pessoa que fala: *-memiɾ* ("filho de ego feminino") e *-aiʁ* ("filho de ego masculino"). No entanto, Borges (2006, p. 120) afirma que essa distinção parece estar sendo perdida, tornando as duas palavras intercambiáveis. Para a autora, isso se justifica pela situação sociolinguística dos Avá-Canoeiro, cujas relações de parentesco tornaram-se restritas (ou deixaram de existir) pelos vários processos de dizimação sofridos pelo povo. Esse fenômeno "corrobora a posição de Crystal

(2000), segundo a qual o campo semântico mais afetado no caso de atrito linguístico é o parentesco" (Borges, 2006, p. 65).

No **kaiowá** (outra língua da família tupi-guarani), o gênero contextual é marcado por meio de nomes de parentesco específicos para uso masculino ou feminino. A distinção dos termos de parentesco, nesta língua, está vinculada ao sexo do referente e ao sexo do enunciador, no caso de alguns parentes de primeiro grau: *ʃeraʔɨ* "meu filho" (fala masculina); *ʃeradʒɨ* "minha filha" (fala masculina); *mẽmɨ kuɲã* "filha" (dito pela mãe); *mẽmɨ kũɲmaʼʔe* "filho" (dito pela mãe). E pode ainda considerar a idade relativa entre o ego e o parente na distinção terminológica para "irmão" ou "irmã".

O **matis** (pano) apresenta um padrão de marcação de gênero contextual do locutor que revela um uso também orientado por identidades de gênero dos falantes e dos referentes, visto que há distinções lexicais na maneira como homens e mulheres se referem a membros do mesmo grupo social. Nessa língua, as mulheres se referem aos homens utilizando o termo *dada*, enquanto os homens se referem a outros homens como *papi*. No caso do referente "mulher", mulheres usam o termo *tʃanpi* para se referir a outras mulheres, enquanto os homens fazem referência às mulheres usando a lexema *tʃìdabo*. A escolha de alguns nomes de parentesco, nessa língua, vai ainda além da diferenciação relacionada ao sexo do referente e do locutor, ela é determinada também em função da idade e do grau de parentesco: *nini* "sobrinha – a esposa chama a filha do(a) cunhado(a)"; *uwɨn bakuɨ* "sobrinho – a esposa chama o filho do(a) cunhado(a); e *tsabɨ* "como a irmã mais velha do esposo chama sua cunhada mais nova" (Ferreira, 2005).

No **kamauirá**, existem "parâmetros envolvidos na distinção terminológica referente ao parentesco", que levam em consideração a consanguinidade; a geração do parente em relação à geração do ego ("ego representa a pessoa em relação à qual se estabelece a relação de parentesco"); a idade relativa do ego em relação à idade relativa do parente; sexo do ego; sexo do parente; sexo dos parentes intermediários; e o "*status* do parente (vivo/morto, adulto/criança etc.)" (Seki, 2000b, p. 388). A autora também aponta relações de evitação manifestadas no comportamento social e linguístico dos indivíduos, por exemplo, "uma mulher e seu sogro evitam a proximidade em casa ou no trabalho, ou dirigir-se diretamente um ao outro. Já uma mulher e sua sogra [...] podem realizar trabalhos conjuntos e comunicar-se face a face". A autora ainda ressalta que "os indivíduos envolvidos nas relações de evitação não devem pronunciar os nomes uns dos outros, mesmo na ausência da pessoa referida. Além disso, para se dirigir ou se referir um ao outro, devem usar formas pronominais do plural" (Seki, 2000b, p. 395).

A marcação de gênero nos termos de parentesco do **kwaza** (isolada) também revela uma escolha multifatorial. Isso porque esses nomes se diferenciam a nível lexical e morfossintático na medida em que podem receber diferentes marcas de gênero feminino que consideram laço consanguíneo ou por afinidade. Os termos para designar "irmão" e "irmã", por exemplo, denotam o sexo do ego, o sexo do referente e a idade relativa entre o ego e o referente. Além disso, existe um sufixo feminino específico utilizado em alguns graus de parentesco para designar a esposa desse parente, isto é, a marca feminina carrega o valor de parenta por afinidade (e não consanguinidade).

Os critérios envolvidos na escolha de alguns termos de parentesco, em **avá-canoeiro**, **matis**, **kwaza**, **kaiowá** e **kamaiurá** evidenciam uma diferenciação lexical marcada pelo papel que o falante ocupa na comunidade, seu sexo, o sexo do referente e a idade relativa de ambos, entre outros critérios, como o tipo de vínculo (consanguíneo ou afinidade) e até o *status* (vivo ou morto). Ou seja, é uma escolha que depende de toda uma hierarquia de papéis sociais culturalmente organizada, refletindo padrões de indexação sociopragmática (Ochs, 1992). Trata-se, portanto, de uma codificação de gênero ancorada na construção intersubjetiva da referência no discurso.

O **timbira** (jê) se diferencia, em certa medida, das demais línguas desse grupo quanto à marcação do gênero semântico de nomes [+animado] genéricos no masculino: apesar de ser codificado por meio do nome *ũm* "homem", ele é precedido pelo prefixo relacional *tʃ* e seguido pelo classificador humano *rɛ* quando o referente é humano ou é apenas precedido pelo prefixo relacional quando o referente é animal. Já a modificação para o gênero feminino é empregada por meio do nome *kahãj* ("feminino, mulher"), que aparece posposto a nomes genéricos [+animado]. Entretanto, Alves (2004, p. 122) avalia classificar *hũmre* ("homem") como um lexema utilizado de maneira semelhante ao lexema *kahãj* ("mulher"). O gênero contextual pode ser inferido por meio de usos com a primeira e a segunda pessoa em orações como: "Eu sou mulher" e "Você é homem".

Na língua **sateré-mawé** (mawé), a marcação de gênero contextual do enunciador é codificada por meio do uso de partículas afirmativas (*taˈi* ou *hẽ* para fala masculina e feminina, respectivamente). Quanto ao gênero semântico, é expresso por meio de lexemas distintos nos casos de referentes humanos, especialmente, nos casos de parentesco, como "homem" (*ihainia)* e "mulher" (*hariporia*), "pai" (*iwot*) e "mãe" (*itɨ*). Para os referentes não humanos, verifica-se que o gênero é expresso por meio da posposição de termos referenciais genéricos de sexo, como *pa'iat* "macho" e *warɨ'i* "fêmea". Além disso, algumas palavras [+humano] reproduzem a marcação morfológica de gênero do português (sufixo **-a** para feminino): *hamiariru* ("neto") / *hamiarir**a***

(“neta”), *ku ɲatu* (“cunhado”) / *ku ɲata* (“cunhada”) e *puruwei* (“professor”) / *puruwei**ra*** (“professora”). Essa distinção morfológica observada em **sateré-mawé** mostra que o sistema de marcação de gênero é sensível a mudanças sociolinguísticas. Tais casos refletem um interessante processo de influência morfológica externa, no qual a codificação morfossintática do português é parcialmente reinterpretada dentro da estrutura morfossintática do sateré-mawé, o que pode estar relacionado à pressão do bilinguismo e ao atrito linguístico intenso com o português, como discutido por autores como Aikhenvald (2007) e Thomason e Kaufman (1988).

Na língua **aweti** (aweti), o gênero semântico é expresso por pares lexicais, como *up* “pai” e *tɨ* “mãe”, *ajte* “homem” e *kujã* “mulher”. Enquanto o gênero contextual pode ser expresso tanto lexicalmente, quanto morfossintaticamente, diferenciando fala feminina e fala masculina. Há pronomes pessoais livres e demonstrativos que só podem ser ditos por homens ou por mulheres. Além disso, há prefixos de posse distintos para indicar o gênero do locutor: prefixos possessivos para a terceira pessoa não reflexiva: *nã-* ou *n-* (para fala masculina) e *i-* ou *t-* (para fala feminina). A singularidade da marcação do gênero contextual, nesta língua, se dá pela estratégia de codificação: exibe distinções marcadas lexicalmente no sistema pronominal pessoal e demonstrativo; e morfossintaticamente no sistema pronominal de posse, como demonstrado por Borella (2000) e Silva e Bassani (2019), constituindo um mecanismo de indexação da identidade do falante. Além disso, o sistema de posse da língua considera a distinção entre nomes possuíveis e não possuíveis, com diferentes formas prefixais conforme a semântica do possuído e a natureza da fala (masculina ou feminina). Esta é a única língua desse grupo que aciona a concordância de gênero, contribuindo, portanto, para opacidade linguística, ainda que a atribuição de gênero seja motivada.

Esses casos demonstram que a seleção de termos, pronomes ou partículas distintivas de gênero do falante responde diretamente às condições contextuais da interação. A marcação de gênero, nesses casos, não é atribuída de modo estritamente gramatical, mas decorre de uma leitura interacional da situação de fala, o que reforça a tese de Velasco (2014) de que as categorias linguísticas (como gênero) devem ser modeladas com base nas exigências comunicativas do contexto real de uso. Esses sistemas permitem estratégias de indexação referencial baseadas no gênero do falante, indicando uma sensível interação entre gramática e contexto sociopragmático, conforme discutido por Ochs (1992), Aikhenvald (2016) e Velasco (2014).

Em síntese, a presença de marcadores sensíveis ao sexo do interlocutor valida empiricamente a proposição de que os sistemas de gênero, sobretudo em línguas tipologicamente diversas, não são inteiramente estáveis, mas adaptáveis às necessidades contextuais do falante e do ouvinte. Trata-se de mais uma evidência a favor da hipótese de que

traços semânticos de humanidade, animacidade e sexo biológico são muito importantes para a configuração de gênero nas línguas indígenas brasileiras (Corbett, 1991; Aikhenvald, 2016).

No próximo capítulo, apresentamos as sistematizações sobre a categoria de gênero nos dados das línguas indígenas da amostra descritos e analisados aqui.

8 SISTEMATIZAÇÕES E GENERALIZAÇÕES SOBRE A EXPRESSÃO E CODIFICAÇÃO DA CATEGORIA DE GÊNERO NAS LÍNGUAS INDÍGENAS DO BRASIL

Neste capítulo, apresentamos as sistematizações e generalizações relativas à expressão e à codificação da categoria de gênero nas línguas pindorâmicas que compõem a amostra deste estudo. As generalizações foram elaboradas a partir da análise comparativa dos dados extraídos das descrições gramaticais e tipológicas dessas línguas, com o objetivo de evidenciar padrões estruturais e funcionais na manifestação do gênero linguístico.

Com vistas a responder às perguntas de pesquisa propostas nesta tese, mais especificamente no capítulo 1 e no capítulo 6, as informações coletadas foram organizadas de acordo com cinco eixos analíticos principais: (i) o traço semântico dos nomes aos quais se atribui gênero (Quadro 21); (ii) o grau de especificidade da entidade sobre a qual recai a distinção de gênero (Quadro 29); (iii) o modo de codificação da categoria (Quadro 33); (iv) o tipo de categoria gramatical que recebe marcação de gênero (Quadro 36); e (v) os traços de transparência e opacidade observados na codificação de gênero (Quadro 39).

Nas seções subsequentes, apresentamos os quadros correspondentes a cada um desses eixos, acompanhados de análises detalhadas e exemplos ilustrativos que permitem visualizar a distribuição e a variação dos padrões observados nas diferentes línguas da amostra. Essas sistematizações visam não apenas a sintetizar os resultados obtidos, mas também a fornecer uma base sólida para as generalizações tipológicas discutidas ao final do capítulo.

8.1 CRITÉRIO SEMÂNTICO PARA ATRIBUIÇÃO DE GÊNERO

Todas as línguas da amostra atribuem gênero a nomes que apresentam o traço [+animado] e [+/-humano]. Apenas algumas das 30 línguas analisadas, estendem a atribuição de gênero também a nomes com o traço semântico [-animado]: **trumai**, **kanoê**, **kadiwéu**, **wari'** e **jarawara**. Esse resultado reforça que a animacidade constitui um critério determinante para a marcação de gênero linguístico, corroborando as observações de Corbett (1991), Aikhenvald (2016) e Kilarski (2013). De acordo com esses autores, o traço [±humano] tende a ocupar posição hierarquicamente superior na estrutura dos sistemas de gênero das línguas do mundo, refletindo uma graduação de propriedades cognitivas, culturais e interpessoais que orientam a categorização nominal. Assim, a distribuição observada nas línguas indígenas do Brasil confirma que a animacidade – e, em menor grau, a humanidade – desempenha papel central na definição dos limites e na motivação semântica das distinções de gênero.

Quadro 21 – Traço semântico do nome ao qual se atribui gênero

LÍNGUA	DISTINÇÕES DE LÍNGUAS OCIDENTAIS			COSMOPERCEPÇÃO INDÍGENA	
	+HUMANO	+ANIMADO	-ANIMADO	-Animado, porém codificado como +ANIMADO	-Humano, porém codificado como +HUMANO
ikpeng	+	+	-	(-)[179]	-
sabanê	+	+	-	(-)	-
shanenawa	+	+	-	(-)	-
maxakalí	+	+	-	(-)	-
ofayé	+	+	-	(-)	-
parkatejê	+	+	-	(-)	-
avá-canoeiro	+	+	-	(-)	-
timbira	+	+	-	(-)	-
sateré-mawé	+	+	-	(-)	-
bororo	+	+	-	(-)	-
matis	+	+	-	(-)	-
kaiowá	+	+	-	(-)	-
mamaindê	+	+	-	+	-
kamaiurá	+	+	-	(+)[180]	-
mehináku	+	+	-	(+)	-
rikbáktsa	+	+	-	+	-
assurini	+	+	-	+	-
kwaza	+	+	-	(+)	+
akwẽ-xerente	+	+	-	(+)	+
desano	+	+	-	+	+[181]
kubeo	+	+	-	+	(+)
dzubukuá	+	+	-	+	+
tariana	+	+	-	+	+[182]
kanoê	+	+	+	(-)	-
wari’	+	+	+	(-)	-
kadiwéu	+	+	+	+	-
trumai	+	(+)	(+)[183]	(+)	-
jarawara	+	+	+	+	(+)
aweti	+	(-)[184]	-	(+)	-
dâw	+	(-)	-	(-)	+

Fonte: elaborado pela própria autora.

[179] Os casos marcados entre parênteses (-) indicam a ausência de dados ou de menções explícitas sobre a marcação de gênero nesses tipos de nomes nas gramáticas e artigos consultados. No entanto, não se descarta a possibilidade de que tais nomes apresentem marcação de gênero, uma vez que essa informação pode simplesmente não ter sido registrada nas descrições disponíveis. Essa hipótese é plausível, sobretudo porque, em muitas línguas ameríndias, nomes como **lua** e **sol** podem ser classificados como animados masculinos (Miranda, 2023, p. 421). Portanto, (-) indica que supomos ser possível, porém não há menção ou exemplo.

[180] Aqui, o sinal (+) é usado para indicar situações em que não há exemplos, mas há menções explícitas dos autores sobre o fenômeno nos materiais consultados. Portanto, (+) indica que há menção, porém não há exemplo.

[181] Os substantivos individuais pertencentes ao “nível superior”, isto é, aqueles que designam animais, recebem marcação morfossintática de gênero, de modo análogo ao que ocorre com os nomes [+humano].

[182] **Pombo** e **mucura** são personificados (gênero masculino).

[183] Os casos do trumai (animados e inanimados conforme a concepção ocidental) não são tão evidentes, pois parece ser um processo de mudança em curso. Nos dois casos, Guirardello (1999) considera o uso do masculino como não marcado por ser usado de maneira intercambiável com referente feminino. Entretanto, a escolha de uso não parece estar vinculada ao gênero, mas sim vinculada à distância entre falante e ouvinte ou à retomada anafórica (Guirardello-Damian, 2018). Por isso, desconsideramos esses casos nas seções subsequentes.

[184] Não encontramos dados nem menções sobre gênero nos materiais consultados em nomes de animais nas línguas awetí e dâw. Na língua dâw, o único registro disponível é o exemplo (2) deste capítulo, em que os nomes **boto** e **pirarucu** são personificados e associados ao traço semântico [+humano]. Essa ocorrência sugere que a atribuição de gênero pode emergir em contextos discursivos ou narrativos de personificação, o que indica uma flexibilidade semântica e pragmática na categorização de seres animados nessas línguas.

Com exceção das línguas **wari'** e **jarawara**, nas quais a atribuição de gênero é, em certa medida, arbitrária, a atribuição de gênero nas línguas indígenas do Brasil é motivada, seja pelas características sexuais ou anatômicas dos referentes (feminino/masculino ou fêmea/macho) e, em alguns casos, dos participantes da interação comunicativa; seja pela concepção de quais entidades são concebidas como animadas e humanas. Nossos dados demonstram que, diferentemente das distinções ocidentais, os parâmetros de animacidade e humanidade articulados na classificação dos substantivos nas línguas indígenas estão intimamente relacionados à cosmopercepção dos povos originários e se refletem na marcação de gênero das respectivas línguas. Vejamos essas informações dispostas no quadro a seguir.

Nesse contexto, de acordo com Hengeveld (2004), as hierarquias implicacionais identificadas em um estudo tipológico evidenciam uma ordem de dependência entre propriedades linguísticas: se uma língua apresenta uma determinada propriedade B, então ela também apresentará uma propriedade A, mas o inverso não é necessariamente verdadeiro.

Assim, aplicando esse princípio à categoria de gênero, espera-se que, se uma língua atribui gênero a nomes não animados, ela também faça o mesmo para nomes animados e nomes humanos, seguindo a escala universal: **[+humano] ⊃ [+animado] ⊃ [–animado]**[185]. Isso significa que a marcação de gênero alocada mais à direita na escala (em nomes animados e inanimados) implica a existência de marcação de gênero em nomes com o traço semântico [+humano].

O quadro 22 mostra que as línguas indígenas da amostra tendem a respeitar a hierarquia implicacional universal, que prevê que a atribuição de gênero a substantivos com o traço semântico [-animado] só vai ocorrer se nessa língua também se observar a atribuição de gênero a nomes animados e a nomes humanos, além de algumas línguas que preveem também a ocorrência de gênero com substantivos com o traço semântico [-animado].

Nas quatro línguas que atribuem gênero a substantivos inanimados (**kanoê**, **kadiwéu**, **wari'**, **jarawara**), o gênero também se manifesta nos domínios [+animado] e [+humano], o que confirma a hierarquia implicacional esperada. Já nas demais línguas (25 de 30), a marcação de gênero restringe-se aos domínios [+humano] e [+animado], sem se estender aos inanimados. Trata-se de um comportamento coerente com a hierarquia, porém mais restrito. Os casos intermediários, representados pelas línguas **awetí** e **dâw**, apresentam dados incompletos ou

[185] O símbolo "⊃" é usado nos estudos tipológicos para indicar a relação de implicação entre propriedades. Nesse caso em específico, se houver atribuição de gênero para nomes inanimados, haverá também como consequência atribuição de gênero para nomes animados e nomes com o traço [+humano], mas não o inverso.

marcações contextualmente condicionadas, o que sugere que a cosmopercepção dos povos indígenas pode alterar a relação com coisas inanimadas, personificando-as, por exemplo.

Quadro 22 – Presença de hierarquia implicacional na atribuição de gênero a nomes

Nº de línguas	Línguas	Hierarquia implicacional
23	ikpeng, sabanê, shanenawa, maxakalí, ofayé, parkatejê, avá-canoeiro, timbira, sateré-mawé, bororo, matis, kaiowá, mamaindê, kamaiurá, mehináku, rikbáktsa, asurini, kwaza, akwẽ-xerente, desano, kubeo, dzubukuá, tariana.	[+humano] ⊃ [+animado]
5	trumai, kanoê, kadiwéu, wari', jarawara	[+humano] ⊃ [+animado] ⊃ [–animado]
2	awetí, dâw	[+humano] ⊃ ([+animado])
0	---- ----	*[+animado] ⊃ [+humano]

Fonte: elaborado pela própria autora.

Quando consideramos outros sistemas simbólicos, isto é, os sistemas simbólicos e classificatórios próprios das cosmopercepções indígenas, observa-se frequentemente uma inversão ou expansão simbólica dessa hierarquia implicacional, de modo que entidades não humanas (animais, plantas, corpos celestes, fenômenos naturais, artefatos ritualizados) podem ser reinterpretadas como [+animadas] ou mesmo [+humanas], por refletirem agentividade, divindade, intencionalidade ou força vital dentro das cosmologias locais. Essas reclassificações semânticas revelam que, em muitas línguas indígenas, a animacidade, tal como a conhecemos na nossa sociedade, não é puramente definida em termos biológicos, mas ontologicamente, fundamentada em princípios culturais de personificação e cosmopercepção indígena.

Nos casos em que entidades [–animadas] foram reinterpretadas como [+animadas] pelos povos originários, a hierarquia se inverte, como se observa no quadro abaixo:

Quadro 23 – Hierarquia implicacional na atribuição de gênero na cosmopercepção indígena

[–animado → +animado] ⊃ [–humano → +humano][186]

Fonte: elaborado pela própria autora.

Em outros termos, a presença de substantivos que são normalmente classificados como [-humanos] mas são interpretados pelos indígenas como substantivos [+humanos], como [–humano → +humano], implica sempre a presença de substantivos comumente classificados

[186] O símbolo "→" é usado aqui para indicar o processo de reinterpretação, na cosmopercepção indígena, das categorias semânticas de [-animado] e [-humano] para [+animado] e [+humano], respectivamente.

como [-animados] que são interpretados como [+animados] por alguns povos indígenas, aqui entendido como [–animado → +animado], mas não o inverso. O quadro 24 resume esses dados:

Quadro 24 – Tipo de classificação de nomes de acordo com a cosmopercepção indígena

Tipo de codificação	Nº de línguas	Interpretação tipológica
[–Animado → +Animado]	15 (entre + e (+))	Expansão moderada da animacidade (reinterpretação cultural do "animado")
[–Humano → +Humano]	8 (entre + e (+))	Expansão restrita da humanidade (personificação)
[–animado → +animado] ⊃ [–humano → +humano]	7 casos	Reclassificação dupla (de -animado para +animado, e de -humano para +humano]

Fonte: elaborado pela própria autora.

Os nomes que designam entidades celestes, como lua e sol, são concebidos como animados masculinos nas línguas **akwẽ-xerente**, **trumai**, **rikbáktsa**, **desano**, **kubeo**, **jarawara** e **mehináku**. Essa atribuição de gênero decorre dos papéis sociais e simbólicos que esses seres desempenham nos mitos de origem e nas narrativas cosmológicas desses povos, nos quais o Sol e a Lua são frequentemente associados a características culturalmente atribuídas ao masculino, como o papel de esposo, guerreiro ou caçador. Segundo Iumuin Mehináku, cacique de 68 anos, os Mehináku se originaram das flechas atiradas pelos irmãos gêmeos Kamü ("Lua") e Kexü ("Sol"), que criaram os primeiros seres humanos e estabeleceram a ordem do mundo (Awetí, 2014, p. 47). Nessa narrativa, a masculinidade da Lua e do Sol não se limita ao que conhecemos, mas expressa uma relação ontológica entre gênero, poder criador e dimensão cosmológica.

Nas culturas **Aweti** e **Kamaiurá**, a Lua é uma entidade à qual se dirigem pedidos de sorte, fertilidade e bem-estar coletivo. Ela também orienta o cálculo temporal das atividades agrícolas e de caça, bem como dos festivais, rituais e do ciclo menstrual feminino (Sinha; Sabino; Kaxinawa, 2024, p. 29). Como observa Souza (2004, p. 7), os seres sobrenaturais protagonizam diversos mitos da vida Aweti e "compartilham traços humanos com outros animais, usualmente exagerados, monstruosos e dotados de capacidades demiúrgicas, aparecendo como 'donos' de práticas culturais". Essas concepções evidenciam uma visão de mundo em que as fronteiras entre o humano, o animal e o divino são permeáveis e interdependentes, refletindo-se diretamente nas categorias linguísticas.

Na cultura **Desano**, a relação entre linguagem e cosmologia se manifesta de forma particularmente clara: certos animais são considerados mais próximos dos humanos do que outros, e essa proximidade é refletida linguisticamente por meio da marcação morfossintática

de gênero nos substantivos que os designam, idêntica àquela utilizada para os nomes [+humano], conforme ilustrado no exemplo (1) abaixo. Nos mitos, a onça-pintada é tida como uma divindade criada pelo Sol, e, por essa razão, há uma associação mítica entre a onça e o xamã entre os povos tukano (Silva, 2012, p. 111).

Desano (adaptado de Silva, 2012, p. 110, 141)

(1) a. *ye* — *ye-**go***
onça — onça-**3SG.FEM**
'onça-pintada(MASC)' — 'onça-pintada fêmea'

b. *yɯ̈ɯ̈* *~wida-**go*** *~adi-a*
1SG desano-**3SG.FEM** ser-PERF
'Eu sou Desano (feminino)'

Na cultura **Kwaza**, há nomes próprios para cachorro distintivos de gênero: *aipja*, *akuwa*, *mãtirĩ* (nomes de fêmea) e *mãtxiri*, *kawerɛ* (nomes de macho) (Voort, 2004, p. 881-882). Na cultura **Dâw**, o boto e o pirarucu são personificados, conforme ilustrado em (2), e apresentam características vinculadas ao que é valorizado em termos de comportamento de um homem nessa sociedade: "ser macho", que é compreendido como "ser forte e corajoso".

Dâw (Martins, 2004, p. 499)

(2) *ʔa-bug* *ʃɛ̃wˀ* *na* *mˀān* *-ɯ̃jˀ/*
este-aí pirarucu dizer boto -AFET

ʔãm *ʔa-**xut*** *púd* *jed* *xát-nɨ̀g*
2SG este-**macho** ser.INTSI INTSI nome-pôr em / afamar
'Daí, o pirarucu disse para o boto: – Você é este que os outros costumam chamar de muito macho?'

Na cultura **Mamaindê**, a noção de feminilidade (ser feminino/fêmea) está comumente associada à ideia de perigo. Essa associação decorre da observação, presente nas cosmologias locais, de que as fêmeas de muitas espécies da floresta (especialmente quando estão protegendo seus filhotes) são consideradas mais agressivas e temidas do que os machos. Por essa razão, o afixo de gênero feminino é acrescentado a nomes [+animado] que designam espíritos malignos, entidades temerosas ou animais perigosos, como se vê em (3):

Mamaindê (Eberhard, 2009, p. 341)

(3) a. *na-**ta**-tu*
não especificado-**FEM**-FNS
'algo perigoso não especificado' (pode ser usado para um animal ou espírito perigoso)

b. *wan-**ta**-tu*
redemoinho-**FEM**-FNS
‘espírito redemoinho’

A cultura **Jarawara** considera que muitos animais e plantas possuem espíritos, de modo semelhante às pessoas. Essa concepção estende a noção de animacidade para além dos seres humanos, refletindo uma visão relacional e espiritualizada da natureza. Além disso, certas doenças também são tratadas como entidades animadas, por serem atribuídas à ação de pequenos insetos, e até mesmo fenômenos naturais, como o trovão, são concebidos como homens míticos que interagem com o mundo visível (Dixon, 2004, p. 289).

De modo análogo, na língua **kadiwéu**, os substantivos “rio, fogo e vento” são classificados como animados masculinos, uma vez que possuem espíritos maléficos, destrutivos (Griffiths; Griffiths, 1976, p. 94), conforme se pode verificar no exemplo (4).

Na língua **rikbáktsa**, observa-se padrão semelhante: os nomes “frio” e “lua” são animados masculinos, como exemplificado em (5), já que são investidos de espírito. O mesmo acontece em **asurini**, em que os nomes “rio” e “terra” são classificados como entidades animadas, com gênero masculino, por exercerem papéis ativos na estrutura cosmológica e ritual do grupo. O exemplo em (6), a seguir, ilustra um desses casos de extensão cultural da animacidade.

Kadiwéu (Griffiths; Griffiths, 1976, p. 83)
(4) ***mi**ditaga* *akiidi*
MASC-LOC rio
‘lá no rio’

Rikbáktsa (adaptado de Silva, 2005, p.45-46)
(5) a. *tʃi-ˈwaik-ĩ-**na***
PREF.3SG-frio-VER-**MASC.SG.INDEF**
‘Está frio (o tempo)’

b. *boɽo* *ˈitʃi-hiɾiˈko-ĩ-**ta***
lua PREF.3SG-limpo-VER-**MASC.SG.DEF**
‘A lua está limpa’ (masculino)

Asurini (Pereira, 2009, p. 125)
(6) a. *ka* *ga* *yvy*
dem **3SG.MASC** terra/chão
‘nesta terra’

Por meio dos dados apresentados, fica evidente que a relação que muitos povos indígenas estabelecem com o mundo externo (ou natural) é de integração e extensão do corpo. A natureza, portanto, não é uma entidade separada dos seres humanos, contrariando a percepção

comum nas culturas ocidentais. A Profa. Dra. Altaci Rubim Corrêa Kokama, primeira professora universitária indígena da Universidade de Brasília (UnB), explica que, na cosmopercepção Kokama, existe uma união profunda entre corpo e território: o corpo é parte da terra e a terra (o território) é parte do corpo, e a língua nesse contexto é um espírito que conecta o físico, o território, o sonho e a memória, permitindo que os pajés se comuniquem com plantas e animais. O filósofo, ativista, ambientalista e escritor Ailton Krenak complementa essa ideia, ao dizer, por exemplo, que os rios são ancestrais vivos, "rio-avô". Essas concepções revelam modos de existir no mundo que não se restringem a uma lógica antropocêntrica.

Por fim, é relevante pontuar que a atribuição de gênero neutro nas línguas **dzubukuá** e **wari'** (as únicas da amostra que apresentam classe ternária) não é diretamente baseada no traço [-animado] dos nomes. No **dzubukuá**, o gênero neutro é aplicado a nomes [+animado], cujos referentes são "entidades humanas indicativas de ambos os sexos ou portadoras de significado coletivo ou geral; a vocábulos de referência não humana; e aos lexemas referentes às partes do corpo e às entidades espirituais" (Queiroz, 2012, p. 112). São exemplos: "antepassado", "gente" "animal", "cobra", "coração", "alma". Já no **wari'**, nomes [-humano] [+/-animado] são classificados como neutro. Majoritariamente, esses substantivos fazem referência a animais, plantas e objetos incluídos na cultura Wari' por consequência do contato com outras culturas. São exemplos: "mesa", "motor", "grama" (Everett; Kern, 2006 [1997], p. 287).

8.1.1. Hierarquia 1 – Animacidade e extensão cosmológica

A relevância dessa hierarquia implicacional decorre do fato de que ela sistematiza um padrão recorrente na amostra: quanto mais distante um domínio se encontra da experiência humana imediata, menos provável é que receba marcação de gênero, e, inversamente, a presença de gênero em domínios cosmológicos e naturais pressupõe necessariamente sua presença em domínios mais próximos do domínio sociofísico do ser humano. Os dados mostram que nenhuma língua marca gênero exclusivamente em entidades celestes ou seres sobrenaturais sem, ao mesmo tempo, estender essa distinção a fenômenos naturais, plantas, objetos, animais e, por fim, a humanos, que é o núcleo mais estável da categoria. Assim, a hierarquia revela não apenas uma escala de animacidade culturalmente construída, mas também um gradiente de expansão semântica, no qual a marcação de gênero se difunde a partir dos referentes mais centrais (pessoa e parentesco) para os mais periféricos (cosmologia). Trata-se de uma tendência que também é apontada em outros estudos da área, tais como: Aikhenvald (2000, 2012, 2015),

Corbett (1991, 2006) e Viveiros de Castro (1996, 2002). Esse padrão permite compreender melhor a lógica interna dos sistemas de gênero das línguas indígenas do Brasil e oferece um arcabouço comparativo robusto para análises tipológicas mais amplas.

A partir da distribuição dos dados nas diferentes categorias semânticas, listadas anteriormente, propõe-se uma primeira hierarquia implicacional que organiza a extensão da marcação de gênero desde os domínios mais centrais da experiência humana até aqueles situados na natureza e na cosmologia dos povos indígenas. Essa hierarquia revela um padrão de expansão motivado culturalmente, no qual a animacidade humana funciona como base a partir da qual outros domínios passam a ser gramaticalmente integrados:

HIERARQUIA A: **Humanidade ⊃ Animacidade ⊃ Cosmologia**

As relações de implicação entre as categorias devem ser entendidas de forma hierárquica: a presença de marcação de gênero em um domínio mais alto pressupõe necessariamente sua presença nos domínios que lhe são inferiores. Em outras palavras, cada nível só pode existir se os anteriores já estiverem gramaticalmente estabelecidos.

Como se estabelece a relação de implicação entre as categorias	SE uma língua atribui gênero a entidades celestes, ENTÃO atribui também a seres sobrenaturais; SE atribui a seres sobrenaturais, ENTÃO atribui a fenômenos naturais; SE atribui a fenômenos naturais, ENTÃO atribui a plantas; SE atribui a plantas, ENTÃO atribui a objetos; SE atribui a objetos, ENTÃO atribui a animais; SE atribui a animais, ENTÃO atribui a humanos (pessoa e parentesco)

Em outros termos, as relações de implicação descritas acima podem ser sistematizadas, de maneira mais detalhada, conforme a seguinte hierarquia implicacional:

Quadro 25 – Hierarquia implicacional envolvendo animacidade e cosmologia

Humanos ⊃ Animais ⊃ Objetos ⊃ Vegetais ⊃ Fenômenos naturais ⊃ Fenômenos sobrenaturais ⊃ Entidades celestes

Fonte: elaborado pela própria autora.

Os achados observados nas línguas indígenas da amostra encontram sólido respaldo tanto na tipologia linguística quanto na antropologia. Aikhenvald (2000, 2012) assinala que sistemas de classificação nominal, incluindo gênero, são atravessados por hierarquias de animacidade que refletem diretamente concepções culturais sobre quais entidades são percebidas como dotadas de agentividade. Corbett (1991, 2006), por sua vez, mostra que os sistemas de gênero tendem a obedecer a hierarquias implicacionais, nas quais domínios semanticamente mais centrais, como humanos e animais, constituem o ponto de partida para extensões a categorias menos prototípicas, como em (Humano > Animado > Inanimado). Já em perspectiva antropológica, Viveiros de Castro (1998, 2002) explica que, em diversas cosmologias ameríndias, humanos, animais, espíritos, plantas e fenômenos naturais compartilham uma mesma matriz relacional, o que torna coerente que categorias cosmológicas, entidades celestes ou até objetos ritualizados sejam integrados aos sistemas gramaticais como animados ou sexuados. Assim, a convergência entre esses autores ilumina o padrão culturalmente motivado que estrutura a extensão da marcação de gênero nos povos pindorâmicos.

Essa hierarquia é coerente com os seguintes padrões identificados:

(i) Entidades celestes (sol e lua) só recebem gênero em línguas que também marcam animacidade cosmológica (ex.: akwẽ-xerente, trumai, rikbáktsa, desano, kubeo, jarawara, mehináku, asurini);
(ii) Seres sobrenaturais só recebem marcação de gênero em línguas que já estendem a noção de gênero a animais ou fenômenos naturais (ex.: mamaindê, jarawara);
(iii) Fenômenos naturais só recebem marcação de gênero em línguas que já marcam essa informação em animais (ex.: kadiwéu, rikbáktsa).

8.1.2 Hierarquia 2 – Proximidade ontológica e papel mítico

A relevância dessa segunda hierarquia implicacional resulta do fato de que ela evidencia como a marcação de gênero, em várias línguas indígenas do Brasil, não é apenas um mecanismo gramatical, mas uma expressão direta das ontologias locais e dos vínculos culturais que estruturam a relação entre seres humanos, animais, entidades espirituais e seres míticos. Os dados mostram que quanto maior a proximidade ontológica com o ser humano, seja por meio de papéis míticos fundadores, como Sol e Lua, seja por atributos espirituais ou por relevância ritualística, maior a probabilidade de uma entidade receber marcação de gênero (masculino ou feminino). Assim, a hierarquia proposta revela um padrão sistemático: a atribuição de gênero

começa pelos seres cosmologicamente centrais e se estende, permitindo identificar um princípio organizador que explica as escolhas gramaticais observadas nas línguas analisadas.

Os dados analisados nesta tese, em especial no capítulo 7, mostram que, para vários povos indígenas, a marcação de gênero está associada à proximidade ontológica com o ser humano (ex.: desano), papéis míticos (ex.: mehináku, akwẽ-xerente), ou agência ritual e cosmológica (ex.: kadiwéu, rikbáktsa). Assim, com base nesses dados, a hierarquia que se apresenta é:

HIERARQUIA B: **Proximidade ontológica (concreto) ⊃ proximidade cosmológica (concepção cosmológica)**

As relações de implicação na Hierarquia B devem ser entendidas como encadeamentos semânticos e cosmológicos: a presença de marcação de gênero em um domínio mais elevado, como entidades míticas ou cosmológicas, pressupõe necessariamente sua presença nos domínios ontologicamente mais próximos da experiência humana. Em outras palavras, uma língua só marca gênero em entidades dotadas de papel mítico se já o fizer para seres espirituais; só marca gênero em seres espirituais se já o fizer para animais culturalmente relevantes; e só chega a esses níveis superiores porque os níveis inferiores (animais em geral e humanos) já estão gramaticalmente estabelecidos. Trata-se, portanto, de uma estrutura implicacional em que cada categoria só pode emergir se as anteriores estiverem presentes no sistema. É o que se pode observar no esquema de relações implicacionais abaixo:

Como se estabelece a relação de implicação entre as categorias	SE uma língua marca gênero baseado em papéis míticos ou cosmológicos (Sol, Lua), ENTÃO marca gênero em seres espirituais; SE marca gênero em seres espirituais, ENTÃO marca gênero em animais culturalmente relevantes (onça, boto, pirarucu etc.); SE marca gênero em animais culturalmente relevantes, ENTÃO marca gênero em animais em geral; SE marca gênero em animais em geral, ENTÃO marca gênero em humanos.

As relações de implicação entre categorias listadas acima podem ser sistematizadas, de maneira mais detalhada, de acordo com a hierarquia implicacional:

Quadro 26 – Hierarquia implicacional envolvendo ser humano e cosmologia

Humanos ⊃ Animais ⊃ Animais simbólicos ⊃ Entidades espirituais ⊃ Entidades cosmológicas

Fonte: elaborado pela própria autora.

A Hierarquia B mostra que a marcação de gênero nas línguas indígenas brasileiras não é sempre arbitrária, mas fortemente enraizada em princípios ontológicos, socioculturais e cosmológicos. Nesse sentido, os dados analisados dialogam diretamente com a tipologia de sistemas de classificação descrita por Aikhenvald (2000), para quem animacidade, agência[187] e relevância cultural são motores fundamentais na organização gramatical. Nessa mesma linha, Corbett (1991) reforça essa interpretação ao demonstrar que as hierarquias semânticas orientam a expansão das categorias de gênero, permitindo prever quais domínios são mais suscetíveis a receber distinções gramaticais. Outro estudo importante sobre as ontologias ameríndias é o de Descola (2013). O autor esclarece por que seres míticos, espíritos e animais culturalmente centrais podem ocupar posições superiores na hierarquia: eles participam de uma continuidade existencial entre humano e não humano. Por fim, o perspectivismo de Viveiros de Castro (1998) ilumina o fundamento dessa lógica implicacional, ao mostrar que humanos, animais e entidades cosmogônicas compartilham uma mesma interioridade e podem ocupar papéis sociais análogos, legitimando a extensão da marcação de gênero para além da esfera humana. Dessa convergência teórica, a Hierarquia B emerge como um padrão motivado, coerente com a visão de mundo e com a estrutura linguística desses povos originários.

Em tese, essa hierarquia ajuda a explicar:

(i) Porque Sol/Lua são masculinos em várias línguas: eles são agentes culturais, com papel cosmológico.
(ii) Porque animais míticos (onça nos Desano, boto e pirarucu nos Dâw) recebem o mesmo gênero que humanos.
(iii) Porque, em mamaindê, o feminino se associa a "ser perigoso": trata-se de extensão de propriedades culturais, não biológicas.

[187] No contexto das línguas indígenas e da antropologia linguística, o termo "agência" é usado com o sentido de capacidade atribuída culturalmente a uma entidade de agir no mundo, influenciar eventos, estabelecer relações, produzir efeitos físicos, sociais ou espirituais. O termo não significa "agentivo" no sentido estritamente gramatical (isto é, papel semântico do sujeito que controla uma ação). Aqui, o conceito de "agência" é usado no viés antropológico e ontológico, como empregado por autores como Descola (2013), Viveiros de Castro (1998) e Aikhenvald (2000).

8.1.3 Hierarquia 3 – Grau de extensão da animacidade

Uma terceira hierarquia diz respeito ao quanto uma língua expande a categoria de animado. As línguas da amostra mostram diferentes graus de extensão:

HIERARQUIA C: **Animacidade universal ⊃ Animacidade expandida**

As relações de implicação presentes na Hierarquia C devem ser entendidas como encadeamentos semânticos graduais, no sentido de que a marcação de gênero em domínios mais complexos ou abstratos só ocorre quando os níveis mais básicos ou concretos já estão estabelecidos no sistema linguístico. Assim, a presença de gênero em uma categoria superior pressupõe sua presença nas categorias inferiores que lhe dão sustentação. Cada nível, portanto, só pode emergir se os anteriores estiverem gramaticalmente consolidados, formando uma cadeia implicacional que organiza o sistema de modo previsível e cumulativo.

Como se estabelece a relação de implicação entre as categorias	SE uma língua considera plantas como animadas, ENTÃO considera fenômenos naturais como animados; SE considera fenômenos naturais animados, ENTÃO considera animais como animados; SE considera animais animados, ENTÃO considera humanos animados (e marca gênero neles).

As relações de implicação entre as categorias listadas acima podem ser sistematizadas, de modo mais preciso, à luz da Hierarquia C, que organiza os diferentes tipos de regras de atribuição de gênero (semânticas, formais e *default*) em níveis de dependência. Isso significa que a ativação de uma regra em um nível superior pressupõe necessariamente a disponibilidade e a aplicação das regras situadas nos níveis inferiores da hierarquia:

Quadro 27 – Hierarquia implicacional envolvendo animacidade expandida

Humanos ⊃ Animais ⊃ Fenômenos naturais ⊃ Plantas

Fonte: elaborado pela própria autora.

Vários autores têm investigado como mecanismos de atribuição de gênero, padrões de *default*, e distribuição hierárquica de regras operam nas línguas do mundo, oferecendo base

empírica sólida para a Hierarquia C. Em primeiro lugar, os trabalhos clássicos de Corbett (1991, 2006, 2013) são fundamentais para demonstrar que sistemas de gênero dependem de graus distintos de previsibilidade, nos quais regras semânticas, formais e arbitrárias interagem hierarquicamente. Aikhenvald (2000, 2015) também discute como as línguas amazônicas exibem padrões complexos de atribuição de gênero, muitas vezes envolvendo classificadores e concordância, que se organizam por níveis de dependência funcional. Evans (1997, 2003), analisando línguas australianas, mostra que os mecanismos de atribuição podem coexistir em camadas, reforçando a ideia de que alguns domínios só são especificados se outros estiverem previamente estabelecidos. Seifart (2005) e Pullum e Derbyshire (1986), ao estudarem línguas da América do Sul, revelam que regras semânticas prototípicas frequentemente dão origem a padrões *default* que servem como último recurso quando critérios mais altos da hierarquia não se aplicam. Além disso, autores como Haspelmath (2001) e Leufkens (2015) apontam para a importância tipológica de compreender como complexidade morfossintática se distribui hierarquicamente, inclusive em sistemas de gênero, reforçando a necessidade de modelos que expliquem essa gradação estrutural. Nesse contexto, a proposição da Hierarquia C se insere em um panorama mais amplo de estudos que demonstram a relevância de princípios hierarquizados para o entendimento da gramática das línguas naturais ao redor do mundo.

A proposição dessa hierarquia encontra respaldo nos seguintes dados:

(i) Jarawara: plantas, animais, doenças, trovão = animados.
(ii) Kadiwéu: rio, vento e fogo = animados masculinos.
(iii) Rikbáktsa: frio e lua = animados masculinos.
(iv) Asurini: terra e rio = animados masculinos.

8.1.4 Síntese geral das hierarquias possíveis

De modo geral, as Hierarquias A, B e C evidenciam que os sistemas de gênero nas línguas pindorâmicas se organizam por princípios implicacionais que articulam diferentes dimensões da categorização nominal. A Hierarquia A, ancorada na animacidade, mostra um movimento que parte dos humanos em direção às entidades cosmológicas, revelando um gradiente baseado na proximidade ontológica com a experiência humana. A Hierarquia B, fundada no papel mítico e na agência, inverte essa direção e demonstra que categorias cosmológicas só são gramaticalmente marcadas quando categorias inferiores, como espíritos, animais relevantes e humanos, já estão estabelecidas, produzindo um encadeamento ascendente. Já a Hierarquia C organiza-se em termos da extensão da animacidade, no sentido

de que só haverá atribuição de animacidade a outros domínios se a língua também apresentar animacidade no sentido universal, como é naturalmente esperado. Observadas em conjunto, essas três hierarquias demonstram que a marcação de gênero não é arbitrária, mas resultado de processos estruturados que articulam semântica, cosmologia e funções discursivas em sistemas altamente motivados.

Quadro 28 – Princípios implicacionais de organização da categoria de gênero

Hierarquia	Base	Implicação
A	Animacidade	Do humano ao cosmológico
B	Papel mítico / agência	De humanos a agentes cosmológicos
C	Extensão da animacidade	Do universal ao mais específico

Fonte: elaborado pela própria autora.

8.2 ESPECIFICAÇÃO DOS NOMES QUE DISTINGUEM GÊNERO

8.2.1 Identificando a existência de hierarquias implicacionais

Conforme vimos na seção anterior, animacidade e humanidade são traços decisivos para a marcação de gênero semântico e pragmático nas línguas autóctones do Brasil, visto que todas as línguas atribuem gênero masculino, feminino e neutro (em alguns casos) a nomes [+animados]. No quadro a seguir, apresentamos os substantivos e demais termos, quanto a sua especificação e referencialidade, que costuma receber marcação de gênero. E, em seguida, o quadro com as informações reorganizadas.

Quadro 29 – Especificidade dos nomes e termos que distinguem gênero

LÍNGUA	Pessoa	Parentesco	Animal	Locutor	Interlocutor	Função	Parte do corpo	Antropônimo	Lugar/Geografia	Objeto	Vegetal	Fenômeno natural	Fenômeno sobrenatural	Entidade celeste
ikpeng	+	+	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(-)[188]
sabanê	+	+	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(-)
shanenawa	+	+	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(-)
maxakalí	+	+	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(-)
ofayé	+	+	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(-)
dâw	+	+	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(-)
parkatejê	+	+	+	-	-	-	-	(+)[189]	-	-	-	-	-	(-)
mamaindê	+	+	+	-	-	+	-	+	-	-	-	-	+	(-)
bororo	+	+	+	-	-	-	-	+	-	-	-	-	-	(-)
dzubukuá	+	+	+	-	+	+	+	-	-	-	-	-	+	(-)
asurini	+	+	+	-	+	-	-	-	+	-	+	-	-	(-)
sateré-mawé	+	+	+	+	-	+	-	-	-	-	-	-	-	(-)
matis	+	+	+	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(-)
kaiowá	+	+	+	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(-)
avá-canoeiro	+	+	+	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(-)
akwẽ-xerente	+	+	+	+	-	-	-	+	-	-	-	-	-	+
kamaiurá	+	+	+	+	-	+	-	-	-	-	-	-	-	(+)
timbira	+	+	+	+	+	-	-	-	-	-	-	-	-	(-)
wari’	+	+	+	+	+	-	-	-	-	+	+	+	-	+
kwaza	+	+	+	+	+	+	-	-	-	-	-	-	-	(+)
mehináku	+	+	+	+	+	+	-	+	-	-	-	-	-	(-)
kanoê	+	+	+	+	+	-	-	-	-	+	-	-	-	(-)
rikbáktsa	+	+	+	+	+	-	-	-	-	-	-	+	-	+
kadiwéu	+	+	+	+	+	-	-	-	+	+	+	+	(+)	+
tariana	+	+	+	(+)	+	+	-	-	-	-	-	+	+	+
desano	+	+	+	+	(+)	+	-	-	-	-	-	-	+	+
kubeo	+	+	+	+	(+)	+	-	-	-	-	-	+	+	+
jarawara	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
trumai	+	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(+)
aweti	+	+	-	+	-	-	-	-	-	-	-	-	(+)	(+)

Fonte: elaborado pela própria autora.

[188] Conforme já mencionamos na seção anterior, os casos marcados com “(-)” indicam a ausência de dados ou menções explícitas sobre a marcação de gênero nesses tipos de nomes nas gramáticas e artigos consultados.

[189] Assim como já mencionado no quadro 21 da seção anterior, colocamos “(+)” nos casos em que os autores mencionam as ocorrências, mas não apresentam dados ilustrativos.

Quadro 30 – Reordenação das especificidades dos nomes que distinguem gênero

LÍNGUA	Pessoa	Parentesco	Animal	Locutor	Interlocutor	Função	Parte do corpo	Antropônimo	Lugar/Geografia	Objeto	Vegetal	Fenômeno natural	Fenômeno sobrenatural	Entidade celeste
ikpeng	+	+	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(-)
sabanê	+	+	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(-)
shanenawa	+	+	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(-)
maxakalí	+	+	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(-)
ofayé	+	+	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(-)
dâw	+	+	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(-)
parkatejê	+	+	+	-	-	-	-	(+)	-	-	-	-	-	(-)
mamaindê	+	+	+	-	-	+	-	+	-	-	-	-	+	(-)
bororo	+	+	+	-	-	-	-	+	-	-	-	-	-	(-)
dzubukuá	+	+	+	-	+	+	+	-	-	-	-	+	-	(-)
asurini	+	+	+	-	+	-	-	-	+	-	+	-	-	(-)
sateré-mawé	+	+	+	+	-	+	-	-	-	-	-	-	-	(-)
matis	+	+	+	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(-)
kaiowá	+	+	+	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(-)
avá-canoeiro	+	+	+	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(-)
akwẽ-xerente	+	+	+	+	-	-	-	+	-	-	-	-	+	(-)
kamaiurá	+	+	+	+	-	+	-	-	-	-	-	-	(+)	(-)
timbira	+	+	+	+	+	-	-	-	-	-	-	-	-	(-)
wari’	+	+	+	+	+	-	-	-	-	+	+	+	-	+
kwaza	+	+	+	+	+	+	-	-	-	-	-	-	(+)	(-)
mehináku	+	+	+	+	+	+	-	+	-	-	-	-	-	(-)
kanoê	+	+	+	+	+	-	-	-	-	+	-	-	-	(-)
rikbáktsa	+	+	+	+	+	-	-	-	-	-	-	+	-	+
kadiwéu	+	+	+	+	+	-	-	-	+	+	+	+	(+)	+
tariana	+	+	+	(+)	+	+	-	-	-	-	-	+	+	+
desano	+	+	+	+	(+)	+	-	-	-	-	-	+	-	+
kubeo	+	+	+	+	(+)	+	-	-	-	-	-	+	+	(-)
jarawara	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
trumai	+	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(+)
aweti	+	+	-	+	-	-	-	-	-	-	-	(+)	(+)	(-)

Fonte: elaborado pela própria autora.

De acordo com o quadro reorganizado acima, chegamos às seguintes implicações:

(i) Se uma língua marca gênero em categorias mais gerais ou abstratas, como fenômenos sobrenaturais ou entidades celestes, então necessariamente ela também marcará gênero em categorias mais concretas e específicas, como pessoa, parentesco e animais;

(ii) Se uma língua marca gênero em categorias de nível intermediário, como parte do corpo, antropônimo ou função, então ela também marcará gênero em categorias altamente específicas, como pessoa, parentesco e animais, mas não necessariamente nas categorias mais abstratas;

(iii) Se uma língua marca gênero apenas nas categorias mais específicas, como pessoa, parentesco e animais, isso não implica obrigatoriamente que haverá distinção de gênero nas categorias intermediárias ou nas mais gerais.

Em termos lógicos, podemos sintetizar a hierarquia implicacional do seguinte modo:

Quadro 31 – Hierarquia implicacional envolvendo a especificidade do nome que recebe marcação de gênero nas línguas indígenas (sem estratificação)

Pessoa/Parentesco/Animal ⊃ Locutor/Interlocutor/Função/Parte do corpo/Antropônimo ⊃ Lugar/Objeto/Vegetal/Fenômeno natural ⊃ Fenômeno sobrenatural/Entidade celeste

Fonte: elaborado pela própria autora.

A primeira hierarquia acima não leva em conta relações internas de precedência entre categorias que, teoricamente, poderiam ocupar um mesmo nível; ela se concentra apenas nas implicações empiricamente observadas nos dados — ou seja, nos saltos reais de marcação que distinguem conjuntos de categorias que se comportam de forma sistemática nos sistemas de gênero. Assim, esse modelo opera por blocos amplos, nos quais categorias como **Pessoa/Parentesco/Animal** implicam **Locutor/Interlocutor/Função/Parte do corpo/Antropônimo**, que, por sua vez, implicam **Lugar/Objeto/Vegetal/Fenômeno natural**, culminando em **Fenômeno sobrenatural/Entidade celeste**. Já a segunda hierarquia, representada logo abaixo, é mais fina e estratificada, pois considera explicitamente a precedência interna entre categorias que pertencem ao mesmo domínio conceitual; por isso, ela progride gradualmente – **Pessoa ⊃ Parentesco ⊃ Animais específicos ⊃ Animais em geral ⊃ Partes do corpo ⊃ Plantas ⊃ Objetos ⊃ Fenômenos naturais ⊃ Seres sobrenaturais ⊃ Entidades celestes**. Assim, enquanto a primeira destaca agrupamentos funcionais mais amplos

derivados dos padrões efetivamente atestados, a segunda descreve um *continuum* teórico mais detalhado, no qual cada categoria só pode emergir se as anteriores estiverem estabelecidas na língua, permitindo uma visão mais refinada da estrutura implicacional subjacente.

Quadro 32 – Hierarquia implicacional envolvendo a especificidade do nome que recebe marcação de gênero nas línguas indígenas (com estratificação)

Pessoa ⊃ Parentesco ⊃ Animais específicos ⊃ Animais em geral ⊃ Partes do corpo ⊃ Plantas ⊃ Objetos ⊃ Fenômenos naturais ⊃ Seres sobrenaturais ⊃ Entidades celestes

Fonte: elaborado pela própria autora.

Trata-se de uma hierarquia implicacional, que considera os seguintes princípios:

(i) O gênero começa com pessoa (sexo biológico);
(ii) Avança para relações sociais (parentesco);
(iii) Amplia-se para animais com relevância simbólica;
(iv) Só depois atinge domínios progressivamente mais abstratos.

Em resumo, a marcação de gênero em categorias de nível mais concreto, como humanos, parentesco e animais, constitui um pré-requisito para que o sistema se estenda a domínios mais abstratos, como objetos inanimados, fenômenos naturais ou entidades sobrenaturais. Essa organização implicacional é amplamente coerente com o que Corbett (1991) descreve como *semantic core* dos sistemas de gênero, segundo o qual categorias mais intimamente ligadas à animacidade e à agentividade tendem a ser o ponto de partida para a expansão gramatical. Estudos de Aikhenvald (2000) também mostram que, em línguas amazônicas, distinções morfossintáticas costumam emergir primeiro em referentes mais próximos da experiência humana, refletindo padrões culturais de relevância e agência. Ao mesmo tempo, pesquisas antropológicas como as de Viveiros de Castro (1998) e Descola (2013) demonstram que a extensão da classificação gramatical a domínios não humanos depende de cosmologias locais que atribuem continuidade ontológica entre pessoas, animais, objetos e seres míticos. Assim, a hierarquia evidencia que, embora categorias subsequentes possam ser marcadas sem que todas as precedentes o sejam, a presença de distinções em níveis altamente abstratos é culturalmente marcada e só ocorre quando os níveis mais básicos já estão estabelecidos no sistema linguístico, o que explica por que algumas línguas restringem o gênero a humanos e animais, enquanto outras expandem o domínio para entidades menos concretas.

Essa hierarquia também evidencia que a relação de implicação entre categorias com o seguinte princípio: quanto mais específica a categoria, mais fundamental é a distinção de gênero; quanto mais genérica, mais rara e marcada culturalmente será essa distinção.

8.2.2 Detalhando os sistemas de atribuição

Todas as línguas da amostra codificam a distinção binária de sexo (feminino ou masculino) para nomes com traço [+humano]. Essa distinção de gênero semântico é majoritariamente depreendida do significado do léxico, como "mulher" e "homem".

Os termos de parentesco também são distinguidos em gênero em **todas as línguas**. Os dados, apresentados a seguir, ilustram esses casos no **dzubukuá** e no **sabanê**.

Dzubukuá (adaptado de Queiroz, 2012, p. 111)

(7) a.	***anɾan***	***tetsi(fem)***
	homem(MASC)	**mulher(FEM)**
	'homem'	'mulher'
b.	***padzu***	***de***
	pai(MASC)	**mãe(FEM)**
	'pai'	'mãe'
c.	***anɾotse***	***ɾute***
	homem idoso(MASC)	**mulher idosa(FEM)**
	'idoso'	'idosa'

Sabanê (Araujo, 2004, p.104)

(8)	***maysunon***	*-mi*	*ilaw*	*-n*	*-al*	*-i*
	filhote masculino	-REF	ser grande	-SV	-PRES.N	-ASSR
	'O menino é gordo'					

Os substantivos que designam papéis sociais específicos dentro da aldeia, os quais podem ser correlacionados a funções ou profissões, também podem receber marca distintiva de gênero semântico, conforme ilustram os dados do **mehináku** apresentado em (9) abaixo. Dados exemplificando esse caso foram atestados em dez línguas da amostra: **mamaindê**, **kamaiurá**, **kwaza**, **mehináku**, **dzubukuá**, **tariana**, **desano**, **kubeo**, **jarawara** e **sateré-mawé**.

Mehináku (de Felipe, 2020, p. 268)

(9)	*apai-jeke-**hi***	*apai-jeke-**tu***
	canto-dono-**MASC**	canto-dono-**FEM**
	'cantor'	'cantora'
	Lit. 'dono do canto'	Lit. 'dona do canto'

A maioria das línguas também distingue sexo de nomes com traço [+animado] [-humano] (fêmea ou macho), com apenas duas exceções: **aweti** e **trumai**[190] (no material pesquisado sobre estas línguas, não encontramos dados ou menção específica dos autores sobre isso). O gênero linguístico atribuído aos nomes referentes a animais geralmente é de natureza estritamente semântica, conforme exemplificado nos dados do **bororo** em (10) abaixo. Entretanto, nas línguas em que a atribuição de gênero é culturalmente embasada, como o **desano**, ou nas línguas em que a atribuição é arbitrária, como o **jarawara**, esses nomes podem ser modificados a fim de indicar o gênero semântico do animal. Os dados em (11) e (12), na sequência, exemplificam essas ocorrências no **desano** e no **jarawara**, respectivamente.

Bororo (Nonato, 2008, p. 54)

(10)	*tapira* ***imedü***	*tapira* ***aredü***
	gado **homem**	gado **mulher**
	'boi'	'vaca'

Desano (adaptado de Silva, 2012, p. 110)

(11) a.	*diaye*	*diaye**-go***
	cachorro(MASC)	cachorro-**3SG.FEM**
	'cachorro'	'cachorra'

Jarawara (Dixon, 2004, p. 79)

(12)	*kerewe*(FEM)	'preguiça'	*wafa*(MASC)	'macaco peludo'
	*kerewe **maki***	'preguiça **macho**'	*wafa **maki***	'macaco peludo **macho**'
	*kerewe **fana***	'preguiça **fêmea**'	*wafa **fana***	'macaco peludo **fêmea**'

No que diz respeito à classe de gênero neutro, está presente em duas línguas da amostra: **dzubukuá** e **wari'**, como já vimos no capítulo 7 e na seção 8.1 desta pesquisa. No **dzubukuá**, aos nomes [-animado] não se atribui gênero, portanto, o gênero neutro é aplicado a nomes relativos às entidades humanas indicativas de ambos os sexos, ou portadoras de significado coletivo, ou geral; a animais; às partes do corpo; e às entidades espirituais (Queiroz, 2012, p. 112). Já no **wari'**, o gênero neutro é aplicado a nomes [-humano] relativos a animais, plantas e objetos (Everett; Kern, 2006 [1997], p. 287).

A marcação de gênero nos antropônimos é atestada em cinco línguas da amostra, a saber: **parkatejê**, **mamaindê**, **bororo**, **mehináku** e **akwẽ-xerente**. A codificação de gênero nos nomes próprios nessas culturas denota os valores cosmológicos acerca da estruturação identitária dos membros do grupo e dos papéis sociais atribuídos culturalmente a mulheres e a homens. No **mamaindê**, **bororo** e **mehináku** só o gênero feminino é marcado. No **parkatejê**,

[190] Sobre o trumai, Guirardello-Damian (2018, p. 250) apresenta um uso doo demonstrativo *inde* como modificador de "cachorro", entretanto, o uso está vinculado à proximidade do animal em relação ao interlocutor, portanto, não se trata da codificação de gênero.

não temos exemplos, mas semelhantemente ao **akwẽ-xerente**, a atribuição de gênero masculino ou feminino aos nomes próprios envolve características específicas da pessoa nomeada ou do nomeador; atividades, objetos e emoções culturalmente significativos; e referências a animais e elementos da natureza (Lopes e Ferreira, 2018). Alguns exemplos são apresentados na sequência.

Bororo (Nonato, 2008, p. 54)

(13)	*Enawureu*	*Enawureu**do***
	tipo de enfeite	tipo de enfeite-**FEM**
	'nome próprio masculino'	'nome próprio feminino'

Akwẽ -xerente (Sousa Filho, 2007, p. 96)

(14) a. *sipri-**ki***
abelha-**NMLZ.FEM**
'nome próprio feminino'

b. *wrɛ-wẽ-**ø***
anu (pássaro) bonito-**NMLZ.MASC**
'nome próprio masculino'

Em três línguas da amostra linguística atestamos a marcação de gênero em nomes referentes a lugar (espaço geográfico). São elas: **kadiwéu**, **asurini** e **jarawara**. Abaixo, apresentamos dados dessas línguas, exemplificando esses casos.

Kadiwéu (Griffiths; Griffiths, 1976, p. 83)

(15) ***ma**nitaganigotaga*
FEM-LOC cidade
'lá na cidade'

Asurini (Pereira, 2009, p. 125)

(16) ka ga 'y
dem **3SG.MASC** água, rio
'nesse rio'

Jarawara (adaptado de Dixon, 2004, p. 26, 144, 215)

(17)	*téhafími*(FEM)	'terra firme' (empréstimo do português)
	maa(FEM)	'mar' (empréstimo do português)
	jama.kabani(FEM)	'mata'
	Faha.biri(FEM)	'rio Fahabiri'

Das 30 línguas da amostra, quatro (**wari'**, **jarawara**, **kadiwéu** e **kanoê**) delas marcam gênero em nomes que fazem referência a objetos. No **wari'** e no **jarawara**, a atribuição de gênero em nomes [-animado] é relativamente opaca. Os exemplos (18) e (19), abaixo, ilustram alguns casos dessas línguas. Já no **kadiwéu**, a atribuição de gênero não é arbitrária, segundo Griffiths e Griffiths (1976, p. 94). Alguns exemplos mencionados pelos autores são:

palavras emprestadas do português que significam algum receptáculo, como “copo” e “saco” são femininas; e a atribuição de gênero masculino ao nome “faca”, que, conforme ilustrado no exemplo (20) abaixo, é marcado no adjetivo “bonito” pela operação de concordância sintática.

Wari’ (Everett; Kern, 2006 [1997], p. 288-292)
(18) *wao'*(NEUT) ‘tipo de cesta pequena’
wom(MASC) ‘algodão’ (roupa)

Jarawara (Dixon, 2004, p. 284-285)
(19) *karaboha*(FEM) ‘zarabatana’
wati(MASC) ‘flecha’

Kadiwéu (Griffiths; Griffiths, 1976, p. 83)
(20) *nodaajo libinie-**nigi***
faca bonit-**MASC**
‘faca bonita’ (masculino)

Com relação ao **kanoê**, há um caso único e muito interessante a esse respeito. Isso porque os dados em (21), na sequência, ilustram uma extensão criativa e contextualizada da marca morfossintática de gênero – que é aplicada apenas a nomes [+animado] nesta língua – atribuindo gênero masculino e feminino à “toalha”. conforme Bacelar (2004, p. 116), esse objeto provavelmente foi introduzido na cultura Kanoê como resultado do contato com a FUNAI. E, aparentemente, a codificação de gênero é motivada pelo gênero natural do usuário da toalha, determinando, portanto, se a toalha pertence a uma mulher ou a um homem.

Kanoê (Bacelar, 2004, p.115)
(21) *taja-**kwɛ̃*** *taja-**nake***
enxugar-**MASC** enxugar-**FEM**
‘toalha masculina’ ‘toalha feminina’

A atribuição de gênero a vegetais também é atestada em quatro línguas da amostra. No **wari’**, cuja atribuição é relativamente arbitrária, atribui-se gênero neutro às plantas que não são nativas da vivência tradicional Wari’ (Everett; Kern (2006 [1997]). No **jarawara**, que também demonstra certo nível de arbitrariedade relacionada à atribuição de gênero, pouco mais da metade dos nomes de plantas são femininos, sendo a maioria plantas de jardim com sabor doce (Dixon, 2004). Em (22) na sequência, ilustramos alguns casos. No **kadiwéu**, aos nomes referentes a vegetais, como “flor”, “raiz” e “semente”, é atribuído gênero feminino (Griffiths; Griffiths, 1976). Apresentamos um exemplo no dado em (23). No **asurini**, atestamos dois casos, que são apresentados em (24) e (25) abaixo, nos quais “mandioca” é marcada com o modificador feminino e “coqueiro” recebe marca de gênero masculino (Pereira, 2009).

Jarawara (Dixon, 2004, p. 79)
(22) *sami*(FEM) ‘abacaxi’
kimi(MASC) ‘milho verde, milho’

Kadiwéu (adaptado de Griffiths; Griffiths, 1976, p. 82, 96, 126 e Souza, 2012, p. 78)
(23) *-cawaa**na*** *lolagi*(FEM) *lolagawaana*
-diminutivo-**FEM** ‘semente’ ‘semente pequena’

Asurini (Pereira, 2009, p. 211)
(24) *mani’aka* ***kujĩ***
mandioca **fêmea**
‘mandioca fêmea, macaxeira’

Asurini (Pereira, 2009, p. 209)
(25) *marita’yva* ***ga*** *r-ava* *fuk*
coqueiro **3SG.MASC** REL-folha comprida
‘coqueiro da folha comprida’ (Lit.: coqueiro ele tem folha comprida)

Na seção 8.1, explicamos como a cosmopercepção indígena influencia na marcação de gênero a entidades celestes e a fenômenos naturais e sobrenaturais nessas línguas. Os dados, a seguir, ilustram alguns desses casos atestados nas nossas pesquisas. O dado em (26) é da língua **mamaindê**, em que o afixo feminino é afixado ao nome de um espírito maligno para indicar sua periculosidade. Como vimos anteriormente, o feminino está também vinculado à ideia de perigo nessa cultura, diferentemente do que se observa em outras culturas. Os dados em (27) exemplificam casos do **wari’**. E os dados em (28) ilustram casos do **desano**.

Mamaindê (Eberhard, 2009, p. 341)
(26) *jatan-**ta**-tu*
veado-**FEM**-FNS
‘espírito veado’ (uma criatura mítica com chifres semelhante a um veado, mas que vive nos rios)

Wari’ (adaptado de Everett; Kern, 2006 [1997], p. 288, 450, 447)
(27) *xina*(MASC) ‘sol’
panawo'(MASC) ‘lua’
towapiji(MASC) ‘vento sul frio’

Desano (adaptado de Silva, 2012, p. 110)
(28) *wãhtĩ* *wãhtĩ**-gõ***
espírito.mau espírito.mau-**3SG.FEM**
‘espírito mau’ (masculino) ‘espírito mau feminino’

Por fim, destacamos o fato de que, em várias das línguas da amostra, a identidade de gênero do locutor e ou do interlocutor é indexado linguisticamente. As estratégias de codificação, nesses casos, são bem diversificadas. Apresentamos, na sequência, alguns dados ilustrando essa diversidade. Em (29) exemplificamos com dados do **kamaiurá**, nos quais a

identificação do gênero do falante é marcada por meio de partículas exclamativas distintivas de fala masculina ou fala feminina. Em (30), na sequência, os dados do **kanoê** ilustram a marcação do gênero do locutor e do interlocutor por meio da concordância dos pronomes em posição de sujeito "eu" e "você". Em (31), apresentamos dados do **aweti**, nos quais os pronomes são distintivos de gênero com relação ao sexo do locutor e não do referente (nos casos de terceira pessoa). Em (32), os dados do **matis** ilustram uma situação relativamente comum nas línguas indígenas: há lexemas relativos aos nomes de parentesco que variam conforme o sexo do locutor. No exemplo do matis, há duas palavras diferentes para o mesmo referente "padrasto". A escolha lexical varia conforme fala feminina ou fala masculina.

Kamaiurá (Seki, 2000b, p. 100)
(29) *h-ajme* *-ma'e* *te* *'aŋ* ***pa***
3-ter corte -NMLZ FOC PRÓX **PART.FM**
'Puxa, como [esta faca] é afiada!' (fala masculina)

Kanoê (Bacelar, 2004, p.142)
(30) a. *aj* ***ævo*** *ã-**kỹj*** *õ-e-re*
1SG **homem** alt-**MASC** 1-DECL-AUX
'Eu sou alto'

b. *mi* ***e*** *ã-**nake*** *mi-k-e-re*
2SG **mulher** alt-**FEM** 1-NEG-DECL-AUX
'Você é baixa' (Lit.: Você mulher não é alta)

Aweti (adaptado de Borella, 2000, p. 92)
(31) a. ***atit*** *a-tup-ø* ***naʔ***
1SG.FM PRAT.1SG-ver-PERF **3SG.FM**
'Eu vi ele/ela' (fala masculina)

b. ***ito*** *a-tup-ø* ***i***
1SG.FF PRAT .1SG-ver-PERF **3SG.FF**
'Eu vi ele/ela' (fala feminina)

Matis (Spanghero, 2005, p. 95)
(32) *bakuɨ* *bintado*
'padrasto' (fala masculina) 'padrasto' (fala feminina)

8.3 ESTRATÉGIAS DE CODIFICAÇÃO DE GÊNERO

8.3.1 Estratégias de marcação de gênero segundo a hierarquia implicacional

O gênero linguístico pode ser codificado de diferentes maneiras nas línguas pindorâmicas, conforme atestamos na análise dos dados de nossa amostra. Conforme já mencionamos ao longo dos capítulos 7 e 8 desta tese, **todas as línguas** expressam gênero

semântico lexicalmente. Ou seja, todas as línguas possuem palavras para designar sexo biológico masculino ou feminino. O gênero semântico pode ainda ser expresso por meio de afixos, classificadores e, raramente, por alteração fonológica. O gênero pragmático pode ser expresso lexicalmente ou por meio de afixos. O gênero contextual pode ser codificado pelo léxico, por partículas, por clíticos, por reduplicação fonológica, por afixos. O gênero formal é majoritariamente codificado por meio de afixos, porém também é possível que seja expresso lexicalmente nos casos em que a atribuição de gênero é arbitrária, ou seja, o substantivo carrega valor de gênero inerente.

A análise das diferentes estratégias de codificação de gênero e das possíveis hierarquias implicacionais entre elas é fundamental para compreender a organização interna dos sistemas gramaticais das línguas indígenas. Essas hierarquias revelam não apenas quais mecanismos são mais básicos ou necessários para a expressão de gênero, mas também como determinados padrões estruturais condicionam outros, permitindo identificar tendências tipológicas em relação ao sistema de marcação de gênero. Além disso, observar como cada língua organiza a atribuição de gênero entre léxico, afixos, partículas, clíticos ou processos fonológicos contribui para entender a interação entre fatores semânticos, pragmáticos e morfossintáticos na formação de categorias, oferecendo uma visão mais precisa da diversidade e da complexidade morfológica presente no conjunto das línguas indígenas brasileiras.

No quadro a seguir, apresentamos a distribuição das 30 línguas da amostra conforme o modo de codificação dos quatro tipos de gênero linguístico identificados.

Quadro 33 – Estratégia de codificação de gênero nas línguas indígenas da amostra

LÍNGUA	Léxico	Afixo	Partícula	Clítico	Classificador	Reduplicação / Alteração fonológica
ikpeng	+	-	-	-	-	-
sabanê	+	-	-	-	-	-
shanenawa	+	-	-	-	-	-
maxakalí	+	-	-	-	-	-
ofayé	+	-	-	-	-	-
parkatejê	+	-	-	-	-	-
dâw	+	-	-	-	-	-
matis	+	-	-	-	-	-
kaiowá	+	-	-	-	-	-
trumai	+	-	-	-	-	-
avá-canoeiro	+	-	-	-	-	-
timbira	+	-	-	-	-	-
mamaindê	+	+	-	-	-	-
bororo	+	+	-	-	-	-
mehináku	+	+	-	-	-	-
akwẽ-xerente	+	+	-	-	-	-
kanoê	+	+	-	-	-	-
rikbáktsa	+	+	-	-	-	-
desano	+	+	-	-	-	-
kubeo	+	+	-	-	-	-
sateré-mawé	+	+	+	-	-	-
wari’	+	+	+	-	-	-
kwaza	+	+	-	-	+	-
tariana	+	+	-	-	+	-
kamaiurá	+	-	+	-	-	-
asurini	+	-	+	-	-	-
dzubukuá	+	-	-	+	-	-
kadiwéu	+	+	-	-	-	+
jarawara	+	+	-	-	-	+
aweti	+	+	-	-	-	+

Fonte: elaborado pela própria autora.

Reorganizar a tabela de manifestação das estratégias de codificação de gênero é essencial para tornar visíveis as relações de implicação entre os diferentes mecanismos presentes nas línguas da amostra. Ao reordenar os dados de modo a refletir uma hierarquia implicacional – do léxico às estratégias morfológicas e fonológicas mais complexas – torna-se possível identificar padrões estruturais recorrentes, como quais estratégias dependem logicamente de outras e quais ocorrem apenas em sistemas mais especificados. Essa reorganização não apenas facilita a comparação entre línguas, mas também revela tendências tipológicas e caminhos possíveis de gramaticalização, permitindo, desse modo, uma interpretação mais precisa da dinâmica interna dos sistemas de gênero nas línguas indígenas brasileiras.

Quadro 34 – Hierarquia implicacional envolvendo as estratégias de codificação de gênero nas línguas indígenas da amostra

LÍNGUA	Léxico	Afixo	Partícula	Reduplicação / Alteração fonológica	Classificador	Clítico
ikpeng	+	-	-	-	-	-
sabanê	+	-	-	-	-	-
shanenawa	+	-	-	-	-	-
maxakalí	+	-	-	-	-	-
ofayé	+	-	-	-	-	-
parkatejê	+	-	-	-	-	-
dâw	+	-	-	-	-	-
matis	+	-	-	-	-	-
kaiowá	+	-	-	-	-	-
trumai	+	-	-	-	-	-
avá-canoeiro	+	-	-	-	-	-
timbira	+	-	-	-	-	-
mamaindê	+	+	-	-	-	-
bororo	+	+	-	-	-	-
mehináku	+	+	-	-	-	-
akwẽ-xerente	+	+	-	-	-	-
kanoê	+	+	-	-	-	-
rikbáktsa	+	+	-	-	-	-
desano	+	+	-	-	-	-
kubeo	+	+	-	-	-	-
sateré-mawé	+	+	+	-	-	-
wari’	+	+	+	-	-	-
kwaza	+	+	-	-	+	-
tariana	+	+	-	-	+	-
dzubukuá	+	-	-	-	-	+
kadiwéu	+	+	-	+	-	-
jarawara	+	+	-	+	-	-
aweti	+	+	-	+	-	-
kamaiurá	+	-	+	-	-	-
asurini	+	-	+	-	-	-
Não atestado	-	+	+	+	+	+
Não atestado	-	-	-	-	-	-

Fonte: elaborado pela própria autora.

A hierarquia é construída a partir do pressuposto tipológico de que estratégias menos morfologicamente complexas, como marcação exclusivamente lexical, constituem o nível básico, ao passo que estratégias que envolvem morfologia derivacional, flexional ou processos fonológicos representam sistemas mais complexos, pois são morfossintaticamente mais restritivas e menos frequentes nas línguas do mundo (Corbett 1991; Aikhenvald 2000).

Quadro 35 – Hierarquia implicacional referente ao sistema de codificação de gênero

Lexical ⊃ Afixo ⊃ Partícula ⊃ Clítico ⊃ Classificador ⊃ Reduplicação / Alteração fonológica

Fonte: elaborado pela própria autora.

A hierarquia implicacional proposta acima nos permite identificar o seguinte:

(i) Todas as línguas marcam gênero no léxico, o que constitui o nível mais básico;
(ii) Algumas expandem a marcação de gênero para afixos, que é considerado um dispositivo formal típico em sistemas mais estruturados;
(iii) Um número menor de línguas indígenas utiliza partículas e clíticos para marcar gênero (sendo os clíticos usados por número ainda menor de línguas);
(iv) Muito poucas línguas indígenas apresentam classificadores ou reduplicação/alteração fonológica, que são estratégias altamente marcadas e tipologicamente raras;
(v) As relações de precedência mostram claramente a cadeia implicacional:

- embora a hierarquia implicacional não esteja devidamente constituída, nota-se que se uma língua tem classificadores, então ela também tem afixos e marcação lexical;

- se uma língua tem partículas, ela pode ter também afixos e marcação lexical;

- a reduplicação fonológica só ocorre em línguas que já têm afixos e marcação lexical;

- se uma língua não tem marcação lexical, ela certamente não terá outros meios de expressão para codificar a categoria de gênero (as línguas da amostra atestam isso);

- não identificamos nenhuma língua que não faça uso de nenhum dos dispositivos lexical ou gramatical para marcar gênero (as línguas da amostra atestam isso).

Em resumo, a classificação das línguas indígenas segundo níveis implicacionais de codificação de gênero permite visualizar com clareza a complexidade crescente das estratégias empregadas por cada sistema linguístico. Ao organizar as línguas desde aquelas que recorrem apenas ao léxico até aquelas que combinam léxico, afixos, partículas, classificadores e processos fonológicos, torna-se possível identificar quais mecanismos surgem primeiro e quais só aparecem em sistemas gramaticais mais especificados. Essa ordenação revela caminhos de desenvolvimento gramatical e possibilita observar tendências tipológicas (Dixon, 2010; Payne, 1999), oferecendo um quadro comparativo que evidencia tanto a diversidade quanto a coerência interna dos sistemas de gênero presentes nas línguas indígenas brasileiras.

A seguir, apresentamos o agrupamento das línguas em conformidade com os níveis:

(i) Nível 1: Apenas léxico

Línguas que marcam gênero apenas por distinções lexicais, sem morfologia	ikpeng, sabanê, shanenawa, maxakalí, ofayé, parkatejê, dâw, matis, kaiowá, trumai, avá-canoeiro, timbira.

(ii) Nível 2: Léxico + Afixo

Línguas com marcação lexical e uso de afixos; já superam o nível 1	mamaindê, bororo, mehináku, akwẽ-xerente, kanoê, rikbáktsa, desano, kubeo.

(iii) Nível 3: Léxico + Afixo + Partícula

Línguas que apresentam três sistemas distintos de marcação de gênero	sateré-mawé, wari'.

(iv) Nível 4: Léxico + Partícula

Línguas que não usam afixos, mas têm partículas como estratégia adicional	kamaiurá, asurini.

(v) Nível 5: Léxico + Clítico

Línguas que utilizam marcação lexical e clíticos (com dependência fonológica)	dzubukuá.

(vi) Nível 6: Léxico + Afixo + Classificador

Línguas que utilizam mais de uma estratégia de expressão de gênro	kwaza, tariana.

(vii) Nível 7: Léxico + Afixo + Reduplicação/alteração fonológica

Línguas que apresentam um sistema fonológico/morfológico altamente marcado	kadiwéu, jarawara, aweti.

8.3.2 Exemplificação dos sistemas de codificação de gênero

Como visto no quadro 33, as línguas **ikpeng**, **sabanê**, **shanenawa**, **maxakalí**, **ofayé**, **parkatejê**, **dâw**, **matis**, **kaiowá**, **trumai**, **avá-canoeiro** e **timbira** só codificam gênero lexicalmente. Apresentamos, a seguir, exemplos para ilustram a marcação de gênero nesses casos. Em (33), os dados do **ikpeng** exemplificam a expressão lexical de gênero semântico por meio de pares lexicais. Na sequência, em (34), apresentamos dados, também do **ikpeng**, que apresentam outra estratégia comum de marcação de gênero nessas línguas: os nomes [+animado] podem ser modificados por meio da posposição de nomes como "mulher/homem" ou "mãe/pai" para atribuir gênero masculino/macho ou feminino/fêmea.

Ikpeng (adaptado de Pacheco, 2001, p. 104)

(33)	**tamru**	‘avô’	***nut***	‘avó’
	mun	‘filho’	***emtʃin***	‘filha’
	ugwon	‘homem’	***petkon***	‘mulher’

Ikpeng (Pacheco, 2001, p. 104)

(34)	*itereku*	***ugwon***	*itereku*	***petkom***
	galinha	**homem**	galinha	**mulher**
	‘galo’		‘galinha’	

Essa estratégia também pode ser aplicada a nomes [+humano], conforme exemplificamos em (35) e (36) abaixo. Estes dados do **maxakalí** ilustram um sistema de gênero em que o gênero masculino é o padrão não marcado. Sendo assim, os substantivos que não têm pares opostos com relação a gênero, como “homem” e “mulher”, podem ser especificados para o gênero feminino por meio da posposição do nome *hex* (“irmã, fêmea”).

Maxakalí (Campos, 2009, p. 66)

(35)	*Kakxop*	***-hex***	*-te*	*gahap*	*kõyõy*
	menino	**fêmea**	ERG	garrafa	quebrar
	‘A menina quebrou a garrafa’				

Maxakalí (Campos, 2009, p. 86)

(36)	*Ãyuhuk*	***-hex***	*-te*	*ũgmũ-ã*	*kayak*	*põp-mãhã*
	não indígena	**fêmea**	ERG	1.PL.EXCL.DAT	camisa	dar-PL
	‘A mulher não indígena nos deu camisa’					

Vale destacar uma especificidade da marcação de gênero masculino no **timbira**. Similarmente aos dados recém-apresentados em (33), (34), (35) e (36), o gênero semântico, nesta língua, é expresso por pares lexicais, por exemplo *ũm* (“homem, macho”) e *kahãj* (“mulher”), estes podendo ainda funcionar como modificadores de outros nomes para determinar gênero masculino ou feminino, respectivamente. Entretanto, na marcação de masculino em nomes [+humano], o termo *ũm* é precedido pelo prefixo relacional ou genérico e seguido pelo classificador humano; em nomes referentes a animais, o termo *ũm* é apenas precedido pelo prefixo. Os dados em (37), (38) e (39) abaixo, ilustram a codificação de gênero no timbira. Importante mencionar que o autor considera fortemente *hũmre* (prefixo relacional + homem + classificador humano) como um lexema, cujo significado é “homem”, que é utilizado de maneira semelhante ao lexema *kahãj* (“mulher”) (Alves, 2004, p. 122).

Timbira (Alves, 2004, p.111)

(37)	*a-kra-**tʃ-ũm-rɛ***	*ŋkrɛr*
	2-criança-**PREL-macho-CLF:humano**	cantar
	‘teu filho cantou’	

Timbira (Alves, 2004, p.38)
(38) *pɔ* ***ʧ-ũm***
veado **PR-macho**
'veado macho'

Timbira (Alves, 2004, p. 50)
(39) *i-kra* ***kahãj*** *poj*
1-criança **mulher** chegar
'Minha filha chegou'

Os dados do **kanoê** em (40) ilustram a marcação de gênero por meio de afixos. Nesse caso, o gênero é expresso pelo sufixo *-kwɛ̃* para o masculino ou *-nake* para o feminino.

Kanoê (Bacelar, 2004, p.115)

(40)	*tsu-**kwɛ̃***	*tsu-**nake***
	nu-**MASC**	nu-**FEM**
	'caboclo, homem indígena'	'cabocla, mulher indígena'

Entre as **15 línguas** (metade) da amostra que dispõem de afixos para codificar a categoria de gênero, o **sateré-mawé** apresenta um caso especial. Nessa língua, o gênero semântico é majoritariamente codificado lexicalmente de maneira semelhante às apresentadas nos exemplos (33), (34), (35) e (36) acima. Entretanto, algumas palavras codificam gênero por meio de sufixos, conforme ilustrado em (41) abaixo. Esses casos, conforme aponta Silva (2010, p. 155), são resultado do intenso contato linguístico do povo Sateré-Mawé com o português, refletido nos empréstimos de palavras e da morfologia do português.

Sateré-mawé (Silva, 2010, p.155)

(41) a.	*hamiariru*	'neto'	*hamiarir**a***	'neta'
b.	*ku ɲatu*	'cunhado'	*ku ɲat**a***	'cunhada'
c.	*puruwe*i	'professor'	*puruweir**a***	'professora'

Ainda sobre a codificação de gênero por meio de afixos, merecem atenção os dados do **rikbáktsa** apresentados em (42) a seguir. Conforme Silva (2005, p. 39), os nomes [+humano] se flexionam para gênero masculino somente no singular (com o sufixo *-ta*), "pois no plural recebem o sufixo *-ʧa*, marcador de plural nos nomes em geral". Portanto, o masculino é considerado não marcado. Em contrapartida, os nomes são flexionados para gênero feminino tanto no singular (com o sufixo *-tatʃa*), quanto no plural (com o sufixo *-ɽa*). O que observamos nestes exemplos é que os sufixos *-tatʃa* e *-ta* veiculam, ao mesmo tempo, as noções das categorias de gênero (feminino e masculino, respectivamente) e de número (singular). E o sufixo *-ra* também codifica, simultaneamente, as noções de gênero (feminino) e de número (plural).

Rikbáktsa (adaptado de Silva, 2005, p.38)

(42) a. *jabaʃi-**ta*** *jabaʃi-**tatʃa***
novo-**MASC.SG** novo-**FEM.SG**
'novo' 'nova'

b. *iʃtʃekˈba-**tʃa*** *iʃtʃekˈba-**ɽa***
velho-**PL** velho-**FEM.PL**
'velhos' 'velhas'

No que diz respeito ao uso de classificadores na marcação de gênero, as línguas **kwaza** e **tariana** são as únicas da amostra que se utilizam dessa estratégia. Em (43), a seguir, o exemplo do **kwaza** ilustra usos com o classificador *-tay* ("mulher"). Em (44), os dados também do **kwaza**, ilustram usos com o classificador *-xwa* ("humano" ou "homem") e do termo *rati* ("homem"), que, conforme Voort (2004, p. 142), pode ocupar a mesma posição sintática dos classificadores, especialmente quando se refere a seres humanos, culminando em dúvidas quanto a considerá-lo um classificador genuíno ou não. Já em (45), na sequência, apresentamos um dado do **tariana** a fim de ilustrar a operação de concordância de gênero codificada pelo classificador feminino *-ma* no numeral "um".

Kwaza (adaptado de Voort, 2004, p. 137, 818)

(43) a*ky ˈnỹ-xay-**tay***
amig-2SG-**CLF:mulher**
'sua amiga'

Kwaza (Voort, 2004, p. 142)

(44) a. *Toweˈñẽ* *ta-wa-**ra ˈti***
nome próprio falar-IS-**CLF:homem**
'Aquele homem chamou Toweñẽ'

b. *Toweˈñẽ* *ta-wa-ˈ**xwa***
nome próprio falar-IS-**CLF:homem**
'Aquele homem chamou Toweñẽ'

Tariana (Aikhenvald, 1994, p. 212)

(45) *pa-**ma*** *inaru*
um-**CLF:fem** mulher
'uma mulher'

As partículas, clíticos e afixos são empregados na codificação do gênero contextual, marcando a identidade de gênero do locutor e/ou do interlocutor. No **sateré-mawé** e no **kamaiurá**, são usadas, respectivamente, partículas afirmativas e partículas enfáticas indicadores de fala feminina ou fala masculina. Por outro lado, no **asurini**, as partículas são empregadas para marcar o sexo do interlocutor. Os exemplos (46), (47) e (48), a seguir, ilustram esses casos no **sateré-mawé**, no **kamaiurá** e no **asurini**, respectivamente.

Saterê-mawé (Silva, 2010, p. 206)
(46) ***hẽ*** *u-he-siat*
PART.AFIR.FF 1SG.SO-REL-ter fome
'Sim, estou com fome' (fala feminina)

Kamaiurá (Seki, 2000b, p. 100)
(47) *h-ajme* *-ma'e* *te* *'aŋ* ***pa***
3-ter corte -NMLZ FOC PRÓX **PART.FM**
'Puxa, como [esta faca] é afiada!' (fala masculina)

Asuriní (Pereira, 2009, p. 185)
(48) *Lucinejni* *ene* *ø-mẽmyra* *u-dja'a* ***ẽ***
NPR 2SG REL-filho da mulher 3-chorar **PART.IF**
'Lucineide, teu filho está chorando' (interlocutor feminino)

No **wari'**, as partículas enfáticas articulam tanto a marcação do sexo do locutor, quanto do interlocutor, veiculando ainda se a fala é dirigida a uma ou mais pessoas. Quando isoladas, w*ira* é usada por homens ao se dirigir a outros homens e *cama* é usada por mulheres ao se dirigir a outras mulheres, exemplificamos em (49a) abaixo; na posição final da sentença, *cama* é usada exclusivamente por mulheres para se dirigir a uma única mulher, exemplificamos em (49b). Além das partículas enfáticas, há os morfemas enfáticos finais de sentença: *ma* (para indicar fala masculina) e *e* (para indicar fala feminina). Esses morfemas também podem ser combinados com as partículas enfáticas *ron* (para indicar interlocutor masculino – singular ou plural) e *ram* (para indicar e interlocutor feminino – singular ou plural), exemplificamos em (50). Ademais, para expressar uma especulação ou expectativa equivocada do falante, utiliza-se a seguinte construção: *verbo* + 1SG.RP/P + *xi'* DUB + EMPH, exemplificada em (51). Nesse caso, o locutor feminino é indicado pelo uso da partícula *e* e o locutor masculino, pela partícula *ma* (Everett; Kern, 2006 [1997], p. 63-197).

Wari' (Everett; Kern, 2006 [1997], p. 195)
(49) a. ***Cama***. *Maji* *to'* *xi'-in* *'orojat* *ta!*
EMPH vamos alcançar 1PL.INCL.RF-3NEUT espécie de larva EMPH
'Ei, você! Vamos caçar larvas orojat!' (fala feminina direcionada a mulheres)

b. *Tomi' mi'* *ne* *cam* *xi-m* *'e'* ***cama***
falar dar 2SG.1SG.RF PREP..3SG.FEM mãe-2SG EMPH **EMPH**
'Fale com sua mãe por mim!' (Lit.: 'Fale e dê-me sua mãe.')
(fala feminina direcionada a uma única mulher)

Wari' (Everett; Kern, 2006 [1997], p. 196)
(50) *Xec* *querec* *ra* ***ra-on*** ***ma***
dia ver 2SG.RF 2SG.RF-3SG.MASC **EMPH**
'Amanhã, vejo você' (fala masculina direcionada a interlocutor masculino)

Wari' (Everett; Kern, 2006 [1997], p. 63)
(51) *'An* *'ina-in* *xi'* ***ma*** *'ina* *'ira.*
interpretar.SG 1SG.RP/P-3N DUB **EMPH** 1SG.RP/P PAST.PROG
'Pensei que eu tivesse trazido' (fala masculina)

No **dzubukuá**, a marcação de gênero contextual é atestada no uso de uma construção vocativa, que, segundo Queiroz (2012, p. 295-296), é utilizada para indicar apelo e afetividade. Trata-se de uma construção morfossintática formada pela cliticização das adposições *bo* e *mo* a um substantivo: VOC = {*bo*=} ou {*ma*=} + SUB. O primeiro é empregado para interlocutor masculino e o segundo, para interlocutor feminino. O exemplo (52) ilustra esse caso.

Dzubukuá (Queiroz, 2012, p. 295)
(52) *te-kli* *itse* *do* *a-netso* *hi-na* ***bo=ɲura*** ***ma=nutetsi***
vir-PST pessoa de 2-ver 1-a **VOC.MASC=filho** **VOC.FEM=filha**
'Venha cá, filho e filha, para vos ver'

A codificação de gênero por meio de alterações fonológicas se manifesta em três línguas da amostra: **jarawara** (exemplo 53 a seguir), **aweti** (exemplo 54 na sequência) e **kadiwéu** (exemplificado no texto). No **jarawara**, o gênero formal pode ser inferido por meio da correferência marcada nos verbos (flexionáveis ou auxiliares) e dos sufixos de tempo e modo distintivos de gênero. Conforme Dixon (2004, p. 123-124), "quando uma raiz verbal flexionada que termina em *-i*, *-e* ou *-o* está em posição final de predicado, ou é seguida por um pronome não singular, ou por um verbo secundário, ela adiciona um marcador de gênero": *-ha* (feminino) ou *-hi* (masculino); e se termina em *a*: é mantida no feminino ou muda para *e* no masculino.

Jarawara (Dixon, 2004, p. 187)
(53) a. *karafatos* *waka* ***na***
gravador(FEM) estar quebrado AUX+**FEM**
'O gravador quebrou'

b. *moto* *waka* ***ne***
motor(MASC) estar quebrado AUX+**MASC**
'O motor quebrou'

Já no aweti, a forma irreflexiva de terceira pessoa não assinala a concordância entre possuidor e sujeito da sentença. Conforme Borella (2000, p. 87), os prefixos *nã-* ~ *n-* indicam fala masculina e *i-* ~ *t-* indicam fala feminina, ou seja, o gênero contextual. A ocorrência desses alomorfes é fonologicamente condicionada: se "o radical do nome é iniciado por vogal, ou se está presente o alomorfe *e-* do prefixo relacional alienável", emprega-se *n-* (fala masculina) ou *t-* (fala feminina). Enquanto, nos casos em que o radical do nome se inicia por uma consoante,

ou o alomorfe *Ø-* do prefixo relacional alienável está presente, emprega-se *nã-* (fala masculina) ou *i-* (fala feminina).

Aweti (adaptado de Silva; Bassani, 2019, p. 5 e Borella, 2000, p. 67)

(54) **Fala feminina**

i-pó	***t-eta***	***t-e-kite***	***i-tɨ***
3.POSS.FF-mão	**3.POSS.FF**-olho	**3.POSS.FF**-REL-faca	**3.POSS.FF**-mãe
‘mão dele(a)’	‘olho dele(a)’	‘faca dele(a)’	‘mãe dele(a)’

Fala masculina

nã-pó	***n-eta***	***n-e-kite***	***nã-tɨ***
3.POSS.FM-mão	**3.POSS.FM**-olho	**3.POSS.FM**-REL-faca	**3.FM**.POSS-mãe
‘mão dele(a)’	‘olho dele(a)	‘faca dele(a)	‘mãe dele(a)

Por fim, no **kadiwéu**, a diferenciação entre fala masculina e fala feminina (gênero contextual) pode ser expressa também em variação fonológica. Souza (2012, p. 17) exemplifica: “homens dizem *niale* para ‘árvore’ e as mulheres dizem *niiale*, com alongamento ou duplicação da vogal medial ‘*i*’”.

8.4 CATEGORIA LINGUÍSTICA ENVOLVIDA COM A MARCAÇÃO DE GÊNERO

A análise tipológica das categorias linguísticas que recebem marcação de gênero, tais como substantivos, adjetivos, demonstrativos, verbos e pronomes, é fundamental para compreender a organização gramatical e a diversidade estrutural das línguas indígenas do Brasil. Diferentemente das línguas indo-europeias, em que a marcação de gênero tende a se concentrar em classes nominais, muitas línguas autóctones brasileiras apresentam padrões mais dispersos e funcionais, distribuindo marcas de gênero por diversas categorias lexicais e gramaticais, às vezes de modo altamente especializado. Estudos como os de Corbett (1991) e Aikhenvald (2000, 2012) mostram que a identificação das categorias afetadas por gênero é crucial para distinguir sistemas baseados na concordância daqueles fundamentados em classificadores ou distinções semânticas. No contexto sul-americano, autores como Queixalós e Renault-Lescure (2000) e Dixon (2010) destacam que a marcação de gênero pode incidir sobre verbos, pronomes pessoais, demonstrativos e partículas discursivas, refletindo não apenas traços gramaticais, mas também concepções cosmológicas e categorias culturais dos povos indígenas. Assim, mapear tipologicamente quais categorias recebem marcação de gênero, como fazemos no quadro 36, permite identificar as categorias linguísticas que mais se envolvem com a marcação de gênero e revelar a existência de hierarquias implicacionais:

Quadro 36 – Tipo de categoria que recebe marcação de gênero

LÍNGUA	Substantivo	Adjetivo	Pronome	Verbo	Numeral	Advérbio	Preposição
ikpeng	+	-	-	-	-	-	-
sabanê	+	-	-	-	-	-	-
shanenawa	+	-	-	-	-	-	-
maxakalí	+	-	-	-	-	-	-
avá-canoeiro	+	-	-	-	-	-	-
timbira	+	-	-	-	-	-	-
kaiowá	+	-	-	-	-	-	-
parkatejê	+	-	-	-	-	-	-
mamaindê	+	-	+	-	-	-	-
ofayé	+	-	(+)[191]	-	-	-	-
mehináku	+	-	-	+	-	-	-
akwẽ-xerente	+	-	+	+	-	-	-
dzubukuá	+	-	-	+	-	-	-
sateré-mawé	+	-	-	+	-	-	-
wari’	+	+	+	+	-	-	+
bororo	+	-	+	-	-	-	-
dâw	+	-	+	-	-	-	-
desano	+	+	+	+	+	-	-
aweti	+	-	+	-	-	-	-
trumai	+	-	+	-	-	-	-
asurini	+	+	+	-	-	-	-
rikbáktsa	+	+	+	+	-	-	-
kubeo	+	+	+	+	+	-	-
tariana	+	+	+	+	+	-	-
kadiwéu	+	+	+	+	+	+	-
jarawara	+	+	+	+	-	-	-
kamaiurá	+	-	-	+	-	-	-
kwaza	+	+	+	+	-	-	-
kanoê	+	+	+	+	-	-	-
matis	+	-	-	-	-	-	-

Fonte: elaborado pela própria autora.

Para identificar a existência de hierarquias implicacionais, é necessário reorganizar os dados de modo sistemático, de forma que seja possível observar relações de dependência entre os parâmetros analisados. É o que apresentamos no quadro reorganizado na sequência:

[191] Apesar de os pronomes livres de singular distinguirem masculino e feminino, Oliveira (2006) diz que as formas lexicais de plural (não marcadas para gênero) substituem os usos no singular. Além disso, não há nenhum exemplo apresentado pela autora, dada a improdutividade desses usos. Há pronomes específicos (sem marcação de gênero) para as posições de sujeito, objeto etc., por isso, utilizamos o símbolo “(+)” de existência incerta.

Quadro 37 – Hierarquia implicacional em relação ao tipo de categoria que recebe marcação de gênero

Língua	**Substantivo**	**Pronome**	**Adjetivo**	**Verbo**	**Numeral**	**Preposição**	**Advérbio**
ikpeng	+	-	-	-	-	-	-
sabanê	+	-	-	-	-	-	-
shanenawa	+	-	-	-	-	-	-
maxakalí	+	-	-	-	-	-	-
avá-canoeiro	+	-	-	-	-	-	-
timbira	+	-	-	-	-	-	-
kaiowá	+	-	-	-	-	-	-
parkatejê	+	-	-	-	-	-	-
mehináku	+	-	-	+	-	-	-
dzubukuá	+	-	-	+	-	-	-
sateré-mawé	+	-	-	+	-	-	-
kamaiurá	+	-	-	+	-	-	-
matis	+	-	-	-	-	-	-
ofayé	+	(+)	-	-	-	-	-
bororo	+	+	-	-	-	-	-
mamaindê	+	+	-	-	-	-	-
dâw	+	+	-	-	-	-	-
aweti	+	+	-	-	-	-	-
trumai	+	+	-	-	-	-	-
akwẽ-xerente	+	+	-	+	-	-	-
asurini	+	+	+	+	-	-	-
rikbáktsa	+	+	+	+	-	-	-
wari’	+	+	+	+	-	+	-
jarawara	+	+	+	+	-	-	-
kwaza	+	+	+	+	-	-	-
kanoê	+	+	+	+	+	-	-
desano	+	+	+	+	+	-	-
kubeo	+	+	+	+	+	-	-
tariana	+	+	+	+	+	-	-
kadiwéu	+	+	+	+	+	-	+

Fonte: elaborado pela própria autora.

Essa reordenação permite verificar, horizontalmente, se a presença de um parâmetro (categoria linguística) em uma língua implica necessariamente a presença de outro parâmetro na mesma língua, ou, verticalmente, se a presença de um traço para uma determinada categoria implica necessariamente sua presença em outra língua, revelando padrões estruturais que não são imediatamente visíveis em uma disposição não hierarquizada. Com isso, torna-se possível reconhecer princípios de organização tipológica que orientam o comportamento das categorias linguísticas em diferentes línguas, que é justamente o que propomos nesse quadro.

Ao observamos as relações horizontais de implicação, notamos que:

(i) Substantivo
→ é a categoria universalmente marcada em todas as línguas da amostra;

(ii) Pronome
→ se uma língua marca gênero em pronomes, então também marca em substantivos. (ex.: ofayé, mamaindê, akwẽ-xerente, bororo, dâw, aweti, trumai, asurini etc.);

(iii) Adjetivo
→ se uma língua marca gênero em adjetivos, então também marca em substantivos e pronomes. (ex.: asuriní, rikbáktsa, desano, wari', kanoê, kubeo etc.)

(iv) Verbo
→ se uma língua marca gênero em verbos, então também pode marcar em substantivos, pronomes e adjetivos. (ex.: asurini, rikbáktsa, desano, wari' etc.)

(v) Numeral
→ se uma língua marca gênero em numerais, marca também em todas as categorias anteriores.
(ex.: desano, kanoê, kubeo, tariana, kadiwéu)

Em relação às demais categorias (preposição e advérbio), não é possível estabelecer propriamente relações de implicação ou de precedência de uma em relação à outra, dada a existência de lacunas na disposição dos dados e na configuração do quadro.

Em resumo, a hierarquia proposta a partir do quadro anteriormente apresentado baseia-se no pressuposto tipológico de que a codificação de gênero tende a distribuir-se de maneira gradual ao longo das classes gramaticais, refletindo diferentes níveis de complexidade estrutural e funcional. Categorias mais centrais, tais como substantivos e pronomes, situam-se no extremo esquerdo da escala, ao passo que categorias mais gramaticais e abstratas, tais como preposições, situam-se no extremo direito da escala, dado que raramente veiculam distinções de gênero nas línguas do mundo. Essa gradação, portanto, permite identificar relações implicacionais entre os parâmetros: se uma língua marca gênero em uma categoria mais à direita da escala, espera-se que também o faça em todas as categorias situadas à sua esquerda. Assim, com base nesses critérios, obtém-se a seguinte hierarquia implicacional:

Quadro 38 – Hierarquia implicacional referente às categorias linguísticas que recebem marcação de gênero

Substantivo ⊃ Pronome ⊃ Adjetivo ⊃ Verbo ⊃ Numeral ⊃ Preposição ⊃ Advérbio

Fonte: elaborado pela própria autora.

Como podemos observar no quadro 36, **todas as línguas** da amostra podem marcar gênero nos substantivos. Os exemplos apresentados, a seguir, ilustram as possibilidades mais produtivas de codificação, nessa categoria, atestadas na amostra. Em (55), ilustramos a marcação lexical de gênero semântico com dados do **shanenawa**. Em (56), exemplificamos a marcação morfossintática de gênero semântico com dados do **mehináku**.

Shanenawa (Cândido, 2004, p. 84)

(55) a.	***fini***	'macho, homem'	*versus*	***awinhu***	'fêmea, mulher'
b.	***ipa***	'pai'	*versus*	***iwa***	'mãe'
c.	*anu* ***fini***	'paca macho'	*versus*	*anu* ***awinhu***	'paca fêmea'

Mehináku (Felipe, 2020, p. 271)

(56)	*umati-**ʂu***	*u=tuluma-la=ku*	*tsitsatsai*	*u=me-me=ku*,
	sogro-**FEM**	3=rede-POSS=DECL	igual	3=marido-REDP=DECL

umatɨ	*kɨʂɨ*	*u=tuluma-la*
sogro	facão	3=REDE-POSS

'a rede da sogra, a mesma coisa com a rede do marido dela, a rede do sogro (estavam rasgadas)'

Dez línguas da amostra apresentam marcação de gênero nos adjetivos: **asuriní**, **rikbáktsa**, **desano**, **wari'**, **kanoê**, **kubeo**, **tariana**, **kadiwéu**, **jarawara** e **kwaza**. Exemplificamos esses casos em (57), do **kwaza**, em que a marcação de gênero semântico masculino é codificada por um classificador; em (58), do **kadiwéu**, em que a marcação de gênero pragmático feminino é codificada por sufixo; e em (59) com dado do **jarawara**, em que a marcação de gênero gramatical feminino – acionada pela operação de acordo feminino nos casos em que o referente do substantivo é genérico ("criança") – é codificada lexicalmente pelo adjetivo "pequena".

Kwaza (Voort, 2004, p. 143)

(57)	*tãjã*	*aˈrwa-**ra**ˈ**ti***
	chefe	novo-**CLF:homem**

'vice-chefe' (Lit.: 'jovem homem chefe')

Kadiwéu (Griffiths; Griffiths, 1976, p. 83)

(58)	*yotedi*	*libinie**na***
	estrela	bonit-**FEM**

'estrela bonita' (feminino)

Jarawara (Dixon, 2004, p. 150)
(59) *Wahati* ***bite*** *mee jana-make,* *mee* *tama-ke*
pessoa Jamamadí **pequeno(FEM)** 3NSG crescer-seguindo 3NSG ser muito-DECL.FEM
'Muitas crianças Jamamadi estão crescendo, seguindo adiante (como a próxima geração)' (Lit. As crianças Jamamadi estão crescendo, seguindo adiante, são muitas).

No que diz respeito à marcação de gênero nos pronomes, atestada em 17 línguas da amostra (ofayé, bororo, mamaindê, dâw, aweti, trumai, akwẽ-xerente, asurini, rikbáktsa, wari', jarawara, kwaza, kanoê, desano, kubeo, tariana e kadiwéu), o **mamaindê** e o **afayé** marcam apenas no pronome pessoal, entretanto essa marcação só é produtiva no **mamaindê** (na terceira pessoa), conforme ilustrado em (60) abaixo. Conforme já explicamos, os pronomes pessoais distintivos de gênero no **ofayé** são substituídos por outros que não marcam essa distinção.

Mamaindê (Eberhard, 2009, p. 359)
(60) ***hãi-so?ka-ta*** *nitset-tą?* *het-ta-let-Ø-nãn-wa*
3-CLF:humano-FEM bravo-CN.AND.SS gritar-O1-LPST-S3-PST-DECL
'Ela ficou brava e gritou comigo'

Já no **akwẽ-xerente**, a marcação pronominal de gênero é realizada apenas no pronome interrogativo, conforme ilustrado em (61) a seguir. Este caso se trata da marcação de gênero contextual, pois a codificação lexical diz respeito ao sexo do locutor. Similarmente, a marcação pronominal de gênero nos pronomes pessoais e demonstrativos do **aweti** também é indicativa de fala feminina ou fala masculina, conforme ilustramos em (62) e (63) na sequência. No **aweti**, os pronomes distintivos de fala masculina e fala feminina são: 1sg, 3sg e 3pl (pronomes pessoais) e proximal ou distal (pronomes demonstrativos). Os pronomes demonstrativos são muito mais produtivos nesta língua, sendo usados como nome e ocupando a função de sujeito e a de objeto de verbos e posposições (Borella, 2000, p. 105).

Akwẽ-xerente (Sousa Filho, 2007, p. 98)
(61) a. ♀***taha***
PRON.INTER.FF
'O que?! (fala feminina)'

b. ♂***mõrĩ***
PRON.INTER.FM
'O que?!' (fala masculina)'

Aweti (Borella, 2000, p. 181)
(62) ***akoj*** *wej-aka-Ø* *tʔa*
DEM.FF 3-quebrar-PERF cabeça
'Aquele/aquela quebrou a cabeça' (fala feminina)

Aweti (Borella, 2000, p. 93)
(63) ***ta?i*** *wej-ko-ø*
3PL.FF PRAT.3-andar-PERF
'Eles/elas andaram' (fala feminina)

Assim como no **aweti**, a marcação pronominal de gênero no **trumai** (também no pronome possessivo), no **asurini** e no **rikbáktsa** é manifestada nos pronomes pessoais e nos pronomes demonstrativos. No **trumai** a distinção de gênero se dá apenas na terceira pessoa do singular e os demonstrativos distinguem também a distância da entidade referida: distal ou proximal. Nessa língua, os demonstrativos podem ser usados como modificadores, mas preferencialmente são usados como elementos pronominais, como em (64a). Em (64b.), ilustramos o pronome pessoal masculino "ele".

Trumai (adaptado de Guirardello, 1999, p. 29, 195)
(64) a. ***ka'natl-ek*** *ha* *midoxos*.
DEM.DIST.FEM-ERG 1 chamar
'Aquela uma me chamou'

b. ***ine*** *katnon*
3SG.MASC trabalhar
'Ele trabalha'

No **asurini** os pronomes pessoais distinguem gênero apenas na terceira pessoa do singular. Nessa língua, os demonstrativos envolvem parâmetros de proximidade, visibilidade e audibilidade, podendo receber marca de gênero ou de número. Os demonstrativos podem modificar um nome ou ainda ocupar a posição sujeito e objeto (Pereira, 2009, p. 124). Em (65a) exemplificamos o pronome demonstrativo *aui* (usado para fazer referência a algo que está visível, ao alcance de ser palpável e encontra-se numa posição curvada) na posição de sujeito, marcado em gênero (masculino) e número (singular); e o pronome pessoal "ele" em (65b).

Asurini (adaptado de Pereira, 2009, p. 121, 126)
(65) a. ***aui ga*** *u-karu-ø*
DEM 3SG.MASC 3-comer-CIRC
'Este aqui comeu'

b. ***ga*** *u-dja'a*
3SG.MASC 3-chorar
'Ele chora'

Já no **rikbáktsa**, os pronomes pessoais apresentam formas lexicais distintas para os gêneros masculino e feminino, com exceção da segunda pessoa do singular e da primeira pessoa do plural (Silva, 2005, p. 40), conforme exemplificamos em (66a) a seguir. Enquanto os pronomes

demonstrativos parecem distinguir a distância com relação ao falante (proximal ou distal) e gênero no singular. Conforme Silva (2005, p. 52), os demonstrativos proximais podem pronominalizar os argumentos de terceira pessoa do singular, como em (66b).

Rikbáktsa (adaptado de Silva, 2005, p.40, 52)
(66) a. ***u ˈta*** *paɽaˈhei* *wiˈtik* *i-Ø-Ø-beˈɽe*
1SG.MASC queixada fêmea 1A-PST.TR-3OBJ.SG-matar (um só)
'Eu matei queixada fêmea'

b. ***ta ˈtʃa*** *a-oˈke* *Beto*
DEM.PROX.FEM 2SG-esposa nome
'Ela é sua esposa, Beto?'

No **bororo** e no **dâw**, a marcação pronominal de gênero se manifesta apenas nos pronomes demonstrativos. No **bororo**, apenas o feminino é morfossintaticamente marcado no demonstrativo para indicar gênero semântico, como visto em (67) a seguir. Em **dâw**, o pronome demonstrativo pode ser modificado por outro nome, conforme ilustrado em (68) na sequência, em que a posposição do nome "mulher, fêmea" codifica o gênero semântico feminino.

Bororo (Nonato, 2008, p. 54)
(67) *awü* ***awüdo***
DEM **DEM-FEM**
'este' 'esta'

Dâw (Martins, 2004, p. 404)
(68) *tih* *jũt* *hŭ̃ʔ* *jed* ***ʔa-ʔə̃̀j*** *ʃun-ŭ̃́jʔ*
3SG matar PERFCI INTSI **DEM-fêmea** COL -AFET
'Ele matou todas estas mulheres'

No **wari'**, os pronomes demonstrativos podem receber marca distintiva de gênero apenas no singular, conforme exemplificado em (69) e (70). Nessa língua, os pronomes demonstrativos podem substituir s na terceira pessoa, podendo ocupar as posições de sujeito ou de objeto direto, conforme ilustrado em (71). Além disso, o **wari'** é a única língua que apresenta distinção de gênero nos pronomes enfáticos (somente nas terceiras pessoas), conforme ilustrado em (72) na sequência. Ademais, o **wari'** é a única língua da amostra que marca gênero em preposição, conforme ilustramos em (73).

Wari' (adaptado de Everett; Kern, 2006 [1997], p. 298)
(69) *caxi* *na* ***co*** ***cwa'***
doente 3SG.RP/P **SG.MASC** **DEM.PROX.FALANTE**
'Ele (aí perto) está doente' (Lit.: Esse um masculino está doente)

Wari' (Everett; Kern, 2006 [1997], p. 291)
(70) a. *wao'* ***ca'***
cesta.pequena **DEM.NEUT**
'essa cesta pequena'

b. *tarama'* ***cwa'***
homem **DEM.MASC/FEM**
'esse homem'

c. *narima'* ***cwa'***
mulher **DEM.MASC/FEM**
'essa mulher'

Wari' (adaptado de Everett; Kern, 2006 [1997], p. 298)
(71) *Maqui'* *na* ***co*** ***ma'.***
vir 3SG.RP/P **SG.MASC** **DEM.PROX.OUVINTE**
'Ele veio' (Lit.: Esse ser masculino perto de você chegou.)

Wari' (Everett; Kern, 2006 [1997], p. 295)
(72) ***Wirico*** *Mon'* *co* *pa'* *na* *mijac*
EMPH.3SG.MASC nome(MASC) INFL.MASC/FEM.RP/P matar 3SG.RP/P porco
'Foi Mon' quem matou um porco'

Wari' (Everett; Kern, 2006 [1997], p. 32)
(73) *tara* ***cocon***
3SG.RF **PREP.3PL.MASC**
'Quem sabe?' (Lit.: (Isso) provavelmente (depende) deles)

No **jarawara**, a marcação pronominal de gênero afeta demonstrativos, possessivos e os interrogativos. Conforme Dixon (2004, p. 361), os demonstrativos nominais podem indicar gênero por meio de uma sílaba final (*ha* ou *hi* para feminino e masculino, respectivamente), ou podem omitir essa sílaba e usar apenas uma forma neutra *haa* ou *fa*. Em (74), exemplificamos um uso com o demonstrativo marcado no masculino. Com relação aos pronomes interrogativos "quem?", esta língua apresenta: *hibaka* (feminino) e *hibeke* ou *hibake* ou *ike* (masculino).

Jarawara (Dixon, 2004, p. 362)
(74) ***haahi*** *Jobeto* *ama-ka-ra*
DEM.MASC nome(MASC) ser-DECL-NEG.MASC
'Este (foto de um homem) não é Jobeto'

Já na língua **tariana**, a marcação pronominal de gênero se manifesta nos pronomes demonstrativos, interrogativos, pessoais e possessivos. Nessa língua, a distinção de gênero nos pronomes pessoais se restringe à terceira pessoa do singular: *diha* ou *dihya* ("ele") e *duh* ou, *duhua* ("ela"), que também podem ser usados como artigo definido. Nessa língua, os classificadores marcam pronomes demonstrativos e o pronome interrogativo *kani* ("onde?",

"qual?") quando usado como um modificador (Aikhenvald, 2003, p. 111). Os dados do tariana em (75), (76) e (77), a seguir, exemplificam esses usos.

Tariana (adaptado de Aikhenvald, 2003, p. 106)
(75) ***diha*** *nawiki-miki-ri-pidama* *di-dia* ***diha***
ele homem-NOM.PST-**MASC**-REM.P.REP 3SG.NFEM-voltar **ele**

hĩ *awakada-se*
DEM.AN floresta-LOC
'O ex-pessoa (espírito maligno ñamu) voltou para esta floresta'

Tariana (Aikhenvald, 2003, p. 111)
(76) ***kani-ma****-pu-nha* *ketemi-ma*
qual-CLF:fem-AUG-PRES.VIS.INTER restar-CLF:fem
'Qual (a mulher) é a que restou?'

Tariana (Aikhenvald, 1994, p. 213)
(77) ***hane-ma*** *inaru*
DEM-CLF:fem mulher
'aquela mulher'

Em **desano**, a marcação pronominal de gênero é atestada nos demonstrativos, pessoais e possessivos. Apenas os pronomes pessoais e possessivos de terceira pessoa de singular distinguem gênero: *~igʉ* ("ele, dele") e *igo* ("ela, dela"). Eles podem desempenhar função anafórica e são formalmente idênticos aos pronomes demonstrativos proximais. Conforme aponta Silva (2012, p. 142), os pronomes pessoais podem ser analisados como derivados da partícula *i* (demonstrativo proximal) + os marcadores de classe (*–gʉ̃* ou *–~gʉ* "singular masculino" e *–go* "singular feminino") que fazem referência a um substantivo antecedente ou um elemento recuperável no contexto. A sobreposição entre pronomes pessoais e demonstrativos é um fenômeno comum em diversas línguas do mundo, como apontam Schachter e Shopen (2007, p. 27 *apud* Silva, 2012, p. 146). Os dados em (78), a seguir, ilustram esses casos.

Desano (adaptado de Silva, 2012, p. 109, 146, 197)
(78) a. ***si-go***
DEM.DIST-3SG.FEM
'aquela mulher'

b. ***~igʉ*** *~dʉkʉ-ge* *~adi-~bi*
3SG.MASC mata-LOC ser-3SG.MASC.IMPERF
'Ele estava na mata'

c. ***igʉ*** *~ba-gʉ*
3SG.MASC criança-3SG.MASC
'filho dele'

O **kubeo** e o **kanoê** são as únicas línguas da amostra que apresentam marcação de gênero nos pronomes indefinidos. No **kanoê**, o pronome indefinido *tsyke* **(**"outro") é marcado em gênero, por meio do acréscimo dos sufixos *-kỹj* (masculino) ou *-nake* (feminino), apenas "quando aplicável a referentes humanos, resultando respectivamente *tsake-kỹj* 'outro' e *tsake-nake* 'outra'" (Bacelar, 2004, p. 149). No **kubeo**, os pronomes indefinidos são construídos a partir do morfema base *je*, que pode ser combinado com os clíticos *kɨ* (masculino) e *ko* (feminino), conforme exemplificado em (79) abaixo. De acordo com Chacon (2012, p. 340), "a função básica do pronome indefinido em **kubeo** é codificar um sintagma nominal indefinido. Dada sua referência indefinida, ele é muito adequado para argumentos de frases interrogativas". Além disso, os pronomes demonstrativos recebem marca de gênero no singular e distinguem a distância do falante: *'jãi* e *ãjɨ̃* ("este" e "aquele", respectivamente), *i-ko* e *ãðõ* ("esta" e "aquela", respectivamente). Eles também podem ocupar a posição de núcleo nominal, conforme ilustramos em (80) abaixo. Ademais, os pronomes pessoais, no **kubeo**, são distinguidos em gênero apenas na terceira pessoa de singular: *ˈɨ* ("ele") e *õ* ("ela"). O pronome interrogativo *'a#* ("qual?") também recebe marcação de gênero em kubeo: *'a-kɨ* (animado masculino) e *'a-ko* (animado feminino), conforme exemplificado em (81) a seguir. Por fim, os pronomes possessivos podem ser flexionados em gênero no singular *kɨ* (animado masculino) ou *ko* (animado feminino). Eles também podem funcionar como núcleo quando flexionados, conforme ilustrado em (82) na sequência (Chacon, 2012, p. 318).

Kubeo (adaptado de Chacon, 2012, p. 340)
(79) ***'je=kɨ**-ba* *jãi*
INDEF=MASC-INTR DEM.PROX.MASC
'Quem é este?'

Kubeo (Chacon, 2012, p. 326)
(80) *je-de* ***ãðõ*** *wo-jo-ba*
INDF-OBL **DEM.DIST.FEM** procurar-FEM-COP.INTR
'O que aquela mulher está procurando?'

Kubeo (Chacon, 2012, p. 353)
(81) ***'a-ko*** *bahu-ba* *'bĩ#'joko*
qual-FEM INTENS-COP.INTR seu#irmã.mais.nova
'Qual delas é sua irmã mais nova?'

Kubeo (Chacon, 2012, p. 317)
(82) ***bãhẽ=kɨ*** *a-bi*
nosso=MASC dizer-3MASC
'Nosso parente/amigo disse (isso)'

No **kadiwéu**, os pronomes demonstrativos e interrogativos recebem marca de gênero relacionada ao referente, conforme ilustrado, respectivamente, em (83) e (84) abaixo. Os pronomes possessivos são aplicados a nomes [+ animados], geralmente animais domésticos, e variam em gênero no singular de acordo com o sexo do animal, conforme ilustrado em (85). Com relação aos pronomes pessoais, existem diferenças para as 1ª e 2ª pessoas do singular conforme o sexo de quem fala: "para o pronome pessoal 'eu', mulheres falam *eyo*, enquanto homens utilizam a forma *ee*. Para 'você', mulheres dizem *aami* e homens, *akaami*" (Souza, 2012, p. 83).

Kadiwéu (Griffiths; Griffiths, 1976, p. 83)

(83) a.	***nigini***	*goneleegiwa*	b.	***nagani***	*iwalo*
	MASC-DEM	homem(FM)		**FEM-DEM**	mulher(FM/FF)
	'este homem'			'esta mulher'	

Kadiwéu (Griffiths, 2002, p. 26)

(84) a. ***amiidi*** *aniwoti* 'Quem(MASC) está deitado?'

b. ***amaana*** *iwaalo anenagi* 'Quem(FEM) é essa mulher que está vindo?'

Kadiwéu (Griffiths, 2002, p. 26)

(85)	***Go-wikate***	*apolicaGanaGa*	*wacipe*	*ninioGodi*
	1PL-FEM.SG	égua	tomar(FM)	água
	'A nossa égua está tomando água'			

O **kadiwéu** é a única língua da amostra que apresenta marcação de gênero em advérbio, conforme ilustramos em (86) abaixo. Além disso, o **kadiwéu** é uma das **cinco línguas** da amostra que marca gênero em numeral, conforme ilustrado em (87) a seguir. A esse respeito, as outras línguas nas quais a marcação de gênero se manifesta em números são: **kanoê**, **desano**, **kubeo** e **tariana**. Entre essas cinco línguas, o **kanoê** e o **desano** são as únicas nas quais a marcação afeta numerais plurais, conforme ilustramos em (88), oriundo do **desano**, na sequência.

Kadiwéu (Griffiths; Griffiths, 1976, p. 83)

(86) a.	***mi****ditaga*	*akiidi*	b.	***ma****nitaga*	*nigotaga*
	MASC-LOC	rio		**FEM**-LOC	cidade
	'lá no rio'			'lá na cidade'	

Kadiwéu (Griffiths; Griffiths, 1976, p. 83)

(87) a.	***oni****niteci*	*goneleegiwa*	b.	***ona****niteci*	*iwaalo*
	u-**MASC**-m	homem		u-**FEM**-m	mulher
	'um homem'			'uma mulher'	

Desano (Silva, 2012, p. 182)

(88) a. *yuhu-**gu***	b. *pe-~**da-u***	c. ɯre-~**da-u**
um-**3SG.MASC**	dois-**PL.AN-MASC**	três-**PL.AN-MASC**
‘um homem’	‘dois machos’	‘três machos’

14 línguas da amostra marcam gênero em verbos, são estas: **mehináku**, **akwẽ-xerente**, **dzubukuá**, **sateré-mawé**, **asurini**, **rikbáktsa**, **kadiwéu**, **wari’**, **desano**, **kubeo**, **tariana**, **jarawara**, **kwaza** e **kanoê**. Diferentemente das outras dez línguas aqui listadas, o **dzubukuá**, o **sateré-mawé**, **mehináku** e o **akwẽ-xerente** não realizam a operação de concordância de gênero. A marcação de gênero em verbos, no **mehináku** e no **akwẽ-xerente**, se dá em função de casos de nominalização, conforme exemplificado em (89) e (90) a seguir. Em (89), os dados do **mehináku** ilustram a distinção de gênero em substantivos deverbais referentes a funções (ou profissões). Já em (90), o dado do **akwẽ-xerente** exemplifica a criação de um nome próprio masculino a partir do verbo “desconfiar, enciumar”. Nas outras línguas, a marcação de gênero em verbos se dá em função das operações de concordância ou acordo sintático. O dado do **kubeo**, apresentado em (91), ilustra esses casos.

Mehináku (Felipe, 2020, p. 268)

(89) *eşeke-ki-jeke-**hi***	*eşeke-ki-jeke-**tu***
rezar-NMLZ-dono-**MASC**	rezar-NMLZ-dono-**FEM**
‘rezador’	‘rezadora’
Lit. ‘dono da reza’	Lit. ‘dona da reza’

Akwẽ-xerente (Sousa Filho, 2007, p. 96)

(90) *simnə̃-**ø***
desconfiar, enciumar-**NMLZ.MASC**
‘nome próprio masculino’

Kubeo (Chacon 2012, p. 312)

(91) ***õ*** *o-i-**biko***
ela chorar-ST-**3.FEM**
‘Ela está chorando’

Por fim, há casos em que o gênero é marcado no verbo, mas o significado é ilocucionário (incide sobre a oração como um todo). Esse tipo é observado nas línguas **akwẽ-xerente**, **rikbáktsa** e **jarawara dzubukuá** e **sateré-mawé**. Nas línguas **akwẽ-xerente** e no **rikbáktsa**, a marcação de gênero é expressa pelo exortativo e hortativo, respectivamente, ilustrados em (92) e (93), abaixo, que distingue fala masculina e fala feminina. No **dzubukuá**, é referente ao caso da marcação do gênero do locutor na construção vocativa, conforme vimos com detalhes na seção 8.3 (exemplo 52). No **sateré-mawé** e no **kamaiurá**, diz respeito ao uso, respectivamente, de partículas afirmativas e partículas enfáticas para indicar sexo do locutor;

semelhantemente à marcação do sexo do locutor e do interlocutor no **wari'** e à marcação de gênero do interlocutor no **asurini**, conforme também apresentamos detalhadamente na seção anterior (exemplos (46), (47), (49-50) e (48), respectivamente). O único caso do **jarawara** diz respeito à marca de gênero correferencial na negação, exemplificada em (94) na sequência.

Akwẽ-xerente (Sousa Filho, 2007, p. 98)
(92) *♂**are***
EXORT.FM
'Vamos!' (fala masculina)

Rikbáktsa (Silva, 2005, p.65)
(93) *tʃî-mi-ˈwak-na-**kta***
1C-NPST.INTR-caçar/sair para o mato-PL-**HORT.FM**
'Vamos caçar!' (fala masculina)

Jarawara (Dixon, 2004, p. 73)
(94) *faha* *kowi-ka-**re***
água(FEM) profundo-DECL-**NEG.FEM**
'A água não é funda'

8.5 TRANSPARÊNCIA E OPACIDADE NA CODIFICAÇÃO DE GÊNERO

Nesta seção, discutimos como a análise da transparência e da opacidade na expressão de gênero, conceitos abordados no capítulo 4, é fundamental para compreender o grau de complexidade estrutural envolvido na codificação dessa categoria nas línguas pindorâmicas. Como argumenta Leufkens (2015), a transparência linguística diz respeito à correspondência de um-para-um entre forma e significado, de modo que sistemas altamente transparentes apresentam poucas marcas redundantes. No âmbito da tipologia morfossintática, autores como Corbett (1991) e Aikhenvald (2000) destacam que a distribuição e o funcionamento das marcas de gênero podem variar amplamente entre línguas, revelando desde padrões previsíveis até sistemas marcados por múltiplas marcas aplicadas a uma mesma entidade, o que gera opacidade. Assim, ao identificar quantas e quais marcas de gênero incidem sobre um mesmo referente – e como essas marcas se articulam nos diferentes domínios gramaticais – torna-se possível avaliar o posicionamento de cada língua dentro desse *continuum* de transparência, contribuindo para uma compreensão mais ampla dos mecanismos estruturais e cognitivos que moldam a expressão de gênero nas línguas da amostra.

No quadro 39 a seguir, apresentamos quantas marcas de gênero foram atestadas em cada uma das línguas da amostra e, na sequência, exemplificamos as ocorrências.

Quadro 39 – Traços transparentes e opacos na codificação de gênero nas línguas indígenas do Brasil

LÍNGUA	Única marcação	2 marcações	+ de 2 marcações
ikpeng	+	-	-
sabanê	+	-	-
dâw	+	-	-
shanenawa	+	-	-
matis	+	-	-
maxakalí	+	-	-
ofayé	+	-	-
parkatejê	+	-	-
timbira	+	-	-
kaiowá	+	-	-
avá-canoeiro	+	-	-
kamaiurá	+	-	-
sateré-mawé	+	-	-
kwaza	+	-	
akwẽ-xerente	+	-	-
dzubukuá	+	+	-
mamaindê	+	+	-
mehináku	+	+	-
bororo	+	(+)	-
trumai	+	(+)	-
kanoê	+	+	-
rikbáktsa	+	+	-
kadiwéu	+	+	-
assurini	+	+	-
desano	+	+	-
wari’	+	+	+
tariana	+	+	+
kubeo	+	+	+
jarawara	+	+	+
aweti	+	+	+

Fonte: elaborado pela própria autora.

A organização dos dados revela uma hierarquia implicacional clara no que diz respeito ao número de marcas de gênero codificadas pelas línguas da amostra. As 15 línguas que exibem apenas uma marcação de gênero, como **ikpeng**, **sabanê**, **dâw**, **shanenawa**, **matis**, **maxakalí**, **ofayé**, **parkatejê**, **timbira**, **kaiowá**, **avá-canoeiro**, **kamaiurá**, **sateré-mawé**, **kwaza**, **akwẽ-xerente**, apresentam sistemas estruturalmente mais transparentes, pois não desenvolvem operações de concordância sintática. Nesses casos, há uma relação biunívoca entre forma e significado: uma única unidade morfossintática (e fonológica) expressa diretamente a distinção de gênero, correspondendo a uma única unidade de formulação no plano representacional e interpessoal, conforme os princípios de transparência discutidos por Leufkens (2015).

Por outro lado, línguas como **dzubukuá**, **mamaindê**, **mehináku**, **kanoê**, **bororo**, **rikbáktsa**, **trumai**, **kadiwéu**, **assurini** e **desano** exibem duas marcações, indicando maior complexidade estrutural devido à presença de mecanismos adicionais de concordância. No extremo de estrutura mais complexa do *continuum*, encontra-se um pequeno grupo de línguas indígenas, **wari'**, **tariana**, **kubeo**, **jarawara** e **aweti**, que apresenta mais de duas marcações de gênero, o que implica um sistema altamente opaco, no qual múltiplas marcas são mobilizadas em diferentes pontos do sintagma ou da oração para veicular a informação de gênero. Esse tipo de contexto viola a relação transparente de um-para-um entre os níveis de formulação (interpessoal e representacional) e os níveis de codificação (morfossintático e fonológico).

O exame do quadro 39 mostra ainda que, na maior parte das línguas da amostra, há uma tendência clara de equilíbrio na codificação de gênero: as línguas empregam predominantemente uma ou duas marcas para expressar essa informação. Esse padrão indica que sistemas relativamente mais transparentes ou moderadamente opacos são os mais comuns na amostra. Em contraste, os casos mais complexos – isto é, aqueles que apresentam três ou mais marcas de gênero atuando simultaneamente sobre uma mesma entidade – são substancialmente mais restritos. Apenas poucas línguas da amostra exibem esse grau elevado de opacidade, o que reforça a ideia de que estruturas altamente redundantes ou múltiplas de concordância de gênero constituem exceções tipológicas dentro do conjunto analisado.

Entre as 15 línguas mais transparentes, 11 delas codificam a categoria de gênero apenas lexicalmente. São estas: **ikapeng**, **sabanê**, **dâw**, **shanenawa**, **maxakalí**, **ofayé**, **parkatejê**, **timbira**, **matis**, **kaiowá** e **avá-canoeiro**. Os dados apresentados, a seguir, ilustram a generalização do modo como essas línguas codificam gênero por meio de uma única marca. Os exemplos (95), (96) e (97), extraídos do **maxakalí** exemplificam a transparência linguística atestada nessas línguas no que diz respeito à codificação de gênero, uma vez que existe o pareamento um-para-um entre uma unidade semântica no Nível Representacional e uma unidade formal no Nível Morfossintático. Tal correspondência biunívoca configura uma estrutura formal transparente, nos termos de Leufkens (2015) e Hengeveld e Leufkens (2018).

Maxakalí (Campos, 2009, p. 128)

(95)	***Ũhũn***	*õhõm*	*a*	*mai*	*ah*
	mulher	DEM	NEG1	ser bonito	NEG2

'Aquela mulher não é bonita'

Maxakalí (Campos, 2009, p. 147)

(96)	*Ãyuhuk-**hex***	*ũ-*	*mai*	*putup*
	não indígena-**fêmea**	3.INAT	ser bonito	querer

'A não indígena quer ser/ficar bonita'

Maxakalí (Campos, 2009, p. 228)
(97) *Tu* *-te* *mũnũy-**tut*** *papuk* *nãm*
3AG ERG veado-**mãe** tocar todo
'Ele/ela tocou todas as vacas'

O **kamaiurá**, o **sateré-mawé**, o **kwaza** e o **akwẽ-xerente** só se diferenciam das línguas acima mencionadas no que tange à transparência na codificação de gênero, porque, nessas línguas, a marca de gênero é codificada não só lexicalmente, mas também morfologicamente. O pareamento um-para-um entre uma unidade semântica e uma unidade formal é mantido, conforme exemplificam os dados do **kamaiurá** em (98), do **sateré-mawé** em (99), do **kwaza** em (100) e (101) e do **akwẽ-xerente** em (102) em seguida.

Kamaiurá (Seki, 2000b, p. 268)
(98) *a -'u* *te* *ke* ***ky***
1SG-comer FOC VOL **PART.FF**
'Eu gostaria de comer (fala feminina)'

Saterê-mawé (Silva, 2010, p. 240)
(99) ***hẽ*** *ara'akasa* *ran*
PART.AFIR.FF 2SG.SO-REL-ver PART.ATE
'Sim, eu vi (fala feminina)'

Kwaza (Voort, 2004, p. 368)
(100) *mãˈrɛ̃ʔa-**tay*** *waihỹ-ˈdy-xa-re*
espírito-**CLF:mulher** bom-CAUS-2-INT
'Você acha as mulheres ocidentais bonitas?'

Kwaza (Voort, 2004, p. 169)
(101) *tsi'ki* *tsiki-**u** ˈ**ty***
irmão irmão-**FEM**
'irmão mais novo' 'esposa do irmão mais novo'

Akwẽ-xerente (Sousa Filho, 2007, p. 138)
(102) ***taha-p*** *totahɔ̃* *ambɨ* *waikud*
PRON-INTER.(FF) 3sg homem saber
'O que ele sabe? (fala feminina)'

Akwẽ-xerente (Sousa Filho, 2007, p. 96)
(103) *ti-ĩ-**kwa***
flecha-VL-NMLZ.MASC
'nome próprio masculino'

Entre as dez línguas que apresentam duas marcações na codificação de gênero, o **mamaindê**, o **mehináku** e o **dzubukuá** não realizam concordância ou acordo sintático. O traço opaco dessas três línguas se configura na dupla marcação de gênero. O exemplo (104), da língua **mamaindê**, ilustra duas marcas de gênero feminino no mesmo sintagma. Neste caso, uma unidade semântica no nível representacional, [feminino], e duas unidades formais no nível

morfossintático, um sintagma nominal (“mulher velha”) e o sufixo feminino (*-ta*), o que significa que, nessa língua, a categoria de gênero é expressa lexicalmente (*ta?lohni*) e gramaticalmente (sufixo *-ta*). Semelhantemente, o dado do **mehináku**, em (105), ilustra a dupla marcação: lexical (“filha”) e sufixal (sufixo feminino *-lu*). Já no **dzubukuá**, a dupla marcação de gênero se dá nos casos do vocativo apelativo realizado por meio da construção morfossintática formada pela cliticização das adposições *bo* (interlocutor masculino) e *mo* (interlocutor feminino) a um substantivo: VOC = {*bo*=} ou {*ma*=} + SUB.

Mamaindê (Eberhard, 2009, p. 340)
(104) ***ta?lohni****-so?ka-****ta****-tu*
mulher velha-CLF:humano-**FEM**- FNS
‘uma mulher idosa’

Mehináku (adaptado de Felipe, 2020, p. 326)
(105) *kulata=pai pitsu, n=****itsu****-pa-****lu****!*
ser.quente=IPFV 2SG 1SG=**filha**-EST-**FEM**
‘você está quente, minha filha!’

Dzubukuá (Queiroz, 2012, p. 236)
(106) *ku-tuitu-a* ***bo=biran-****te*
1INCL.PL-alegrar-se-PLUR **VOC.MASC=irmão caçula**-PLUR
‘Alegrias haja sempre, irmãos’

O **bororo** e o **trumai** são dois casos duvidosos, porque não conseguimos chegar a uma definição exata quanto à realização ou não de concordância nessas línguas. No caso do **bororo**, Nonato (2008, p. 54) menciona a marcação de feminino no demonstrativo, conforme ilustrado em (107) abaixo, entretanto o autor não apresenta nenhum uso com a flexão feminina. Estamos considerando que, nesta língua, há concordância – marcada no feminino – nos casos em que o demonstrativo é modificador de um nome, visto que o dado apresentado em (108), na sequência, ilustra um uso do demonstrativo como modificador de “homem”. Já no caso do **trumai**, estamos considerando que os demonstrativos, enquanto modificadores, são intercambiáveis quanto à marcação de gênero, bem como quanto às distinções humano, animado e inanimado. Conforme explicamos na subseção 7.2.5, a língua **trumai** parece estar passando por um processo de mudança linguística, não apresentando uma regra rígida com relação à escolha dos pronomes demonstrativos. Na cultura do povo, os falantes mais jovens se mostram ainda mais flexíveis com relação a esses usos, podendo ou não marcar a concordância feminina conforme ilustrado em (109).

Bororo (Nonato, 2008, p. 54)
(107) *awü* *awü**do***
DEM DEM-**FEM**
'este' 'esta'

Bororo (Nonato, 2008, p. 136)
(108) awü imedü u-re-Ø kowuje
dem homem 3sg-assert-3sg comer
'Aquele homem comeu'

Trumai (adaptado de Guirardello, 1999, p. 30)
(109) ***ni'datl*** ***dinoxo*** *yi-ki* *chï(_in)* *ha* *fa*.
DEM.PROX.FEM **garota** YI-DAT FOC/TENS 1 bater
'Eu bati nesta garota'

O **kanoê**, o **rikbáktsa**, o **asurini** e o **kadiwéu** apresentam operação de concordância sintática no sistema de marcação de gênero. Em (110), o dado do **kanoê** ilustra a operação de concordância, em que o nome "pai" aciona concordância de gênero masculino no adjetivo "velho". Portanto, a opacidade se dá em função da mobilização de duas marcações para codificar uma mesma informação: lexical (*papa*) e gramatical (sufixo *-kỹj*); ou seja, a informação de masculino expressa lexicalmente pelo nome "pai" dispara a concordância de masculino também no adjetivo velho (*tẽpũ*), configurando, dessa forma, uma relação um-para-dois entre os níveis representacional e morfossintático. Similarmente, em (111), o dado do **asurini** exemplifica a reduplicação da marca de gênero feminino no demonstrativo em decorrência da concordância acionada pelo nome "mulher"; em (112), o dado do **kadiwéu** ilustra a reduplicação da marca de gênero masculino no adjetivo "bonito", acionada pelo nome masculino "faca"; e em (113), a ocorrência do **rikbáktsa** exemplifica a reduplicação da marca de gênero feminino no adjetivo "gordo" acionada pelo nome "fêmea", que modifica "anta".

Kanoê (Bacelar, 2004, p. 115)
(110) *jato* ***papa*** *tẽpũ-**kỹj*** *e-re*
POSS.1PL **pai** velho-**MASC** DECL-AUX
'Nosso pai está velho'

Asuriní (Pereira, 2009, p. 128)
(111) *ka* ***ẽ*** ***kujĩ***
DEM **3SG.FEM** **mulher**
'esta mulher aqui'

Kadiwéu (adaptado de Griffiths; Griffiths, 1976, p. 83)
(112) ***nodaajo*** *libinie-**nigi***
faca bonit-**MASC**
'faca bonita' (masculino)

Rikbáktsa (adaptado de Silva, 2005, p.40)
(113) *uˈta* *piˈku* ***wiˈtik*** *i-Ø-Ø-beˈɾe* *i-tuta-ˈbui-**tatʃa***
1SG(MASC) anta **fêmea** 1A-PST.TR-3OBJ.SG-matar (um só) 3SG-gordo-NEG-**FEM.SG**
'Eu matei anta fêmea magra'

Importante destacar que o **kadiwéu** apresenta ainda mais uma violação de transparência linguística: a descontinuidade nos termos de Leufkens (2013, 2015) e Hengeveld e Leufkens (2018). A descontinuidade é causada pela infixação da marca de gênero, culminando na quebra na linearidade entre os níveis representacional e morfossintático. Os infixos *ni* (para o gênero masculino) e *na* (para o gênero feminino) são inseridos no interior do lexema "um" (*oniteci*) para marcar a concordância de gênero. Essa marcação não é realizada de forma contígua ou previsível na superfície morfossintática, o que configura um exemplo claro de opacidade na correspondência entre forma e significado. Outro caso semelhante, também atestado nesta língua, se dá na variação fonológica para marcação de fala feminina, em que a duplicação da vogal medial "*i*" marca o gênero feminino do locutor. Os dados (114) e (115) ilustram os dois casos, respectivamente.

Kadiwéu (Griffiths; Griffiths, 1976, p. 96, *apud* Souza, 2012, p. 78)
(114) *o**ni**niteci* *goneleegiwa* *o**na**niteci* *iwaalo*
u-**MASC**-m homem u-**FEM**-m mulher
'um homem' 'uma mulher'

Kadiwéu (adaptado de Souza, 2012, p. 17)
(115) *niale* 'árvore (fala masculina)'
*ni**i**ale* 'árvore (fala feminina')

Já o **desano** apresenta duas marcas de gênero por meio das operações de concordância e acordo. O exemplo (116) é extraído de uma narrativa em que o falante, após nomear sua filha Ghahó, passa a utilizar o pronome *igo* ("ela") para retomar a referência à filha previamente mencionada, caracterizando um uso anafórico típico. Neste caso, a concordância feminina é também codificada no verbo. No exemplo (117), também do **desano**, o nome "macaco" não recebe marca de gênero por ser considerado um animal de "nível inferior", porém, por ocupar a posição de sujeito, exige acordo sintático no masculino. Conforme observamos no exemplo, as duas marcas de gênero masculino são empregadas nos verbos.

Desano (Silva, 2012, p.142)
(116) ***i-go*** *~bobe-pii-~**bo***
DEM.PROX-3SG.FEM trabalhar-liberar-**3SG.FEM**
'Ela saiu do trabalho'

Desano (Silva, 2012, p. 112)
(117) *gaki* *~buta-~**gu**-~ga* *ãdi-a-~**bi***
macaco ser pequeno-**3SG.MASC**-DIM ser-PERF-**3SG.MASC**.IMPERF
'O macaco era muito pequeno'

Assim como já discutimos nos casos de concordância anteriormente mencionados, o traço de opacidade, nesse caso, se dá em função da não correspondência biunívoca entre unidade de significado e unidade de codificação: em (116) acima, duas unidades de codificação (demonstrativo e sufixo verbal) correspondem a uma única unidade de significado (gênero feminino), tem-se uma relação um-para-dois entre os Níveis Representacional e Morfossintático. Já a operação de acordo sintático, ilustrada em (117) acima, denota maior opacidade linguística, visto que, ocorre no interior do Nível Morfossintático, conforme Hengeveld e Leufkens (2018). O que se observa é a repetição da codificação de gênero por uma exigência da morfossintaxe da língua. As marcas de gênero, neste caso, não acrescentam conteúdo semântico (formas sem sentido), configurando uma relação de zero-para-dois na relação com o Nível Representacional.

Por fim, cinco línguas da amostra linguística apresentam mais de duas marcas de gênero. O exemplo do **wari'**, em (118) abaixo, ilustra a concordância masculina marcada pelo pronome enfático, pelo demonstrativo e pelo morfema flexional, configurando, portanto, uma relação um-para-três entre a unidade do nível representacional (masculino) e as três unidades morfossintáticas. Em (119), também do **wari'**, há um exemplo de acordo neutro, exigido pela morfossintaxe da língua em função da oração subordinada. Neste caso, o gênero neutro é marcado pela preposição, pelo morfema flexional e pelo demonstrativo. Conforme já mencionamos, nas operações de acordo não existe conteúdo de significado relacionado ao gênero, trata-se apenas da reduplicação da marca de gênero para outros elementos no interior da estrutura, sem apresentar uma contrapartida semântica, isto é, é um tipo de concordância motivado apenas formalmente, não há uma motivação vinda do Nível Representacional.

Wari' (Everett; Kern, 2006 [1997], p. 299)
(118) ***Wirico*** ***co cwa'*** ***co*** *pa'* *na-in* *mijac* *pane*
EMPH.3SG.MASC **SG.MASC DEM** **INFL.MASC/FEM.RP/P** matar 3SG.RP/P-3NEUT porco REM.PST
'Ele próprio, este um masculino foi quem matou o porco'

Wari' (adaptado de Everett; Kern, 2006 [1997], p. 292)
(119) *Querec* *te* *'ina-em* ***pain*** ***ca*** *hwet* *ma-pa'* ***ca'***
ver pai.1SG 1SG.RP/P-2SG **PREP.3NEUT** INFL**.NEUT.RP/P** aparecer 2SG-1SG **DEM.NEUT**
'Eu estou feliz que você veio até mim'

Em (120), a seguir, ilustramos o fenômeno de concordância sintática masculina na língua **kubeo**, que configura três marcas de gênero: no numeral "um", no nome "pessoa" e no verbo "vagar". Em (121), na sequência, a ocorrência do **tariana** diz respeito à concordância feminina codificada por meio do pronome "ela" (ocupando posição de artigo definido), do sufixo "velha feminina" no nome "grávida" e do prefixo feminino no verbo "ficar preso". O exemplo do **aweti**, em (122), ilustra três marcas de gênero indicativas de fala masculina, que são codificadas por meio do pronome possessivo, do nome "filho" e do pronome demonstrativo, sendo as formas lexicais específicas de fala masculina nos três casos. Nestes três exemplos, a opacidade se manifesta na relação um-para-três entre significado e forma:

Kubeo (Chacon 2012, p. 239)
(120) *kũidã-**ki*** *põe-**ki*** *dõ-i* *'dara-**bi***
um-**MASC** pessoa-**MASC** ANPH.CNT-LOC vagar-**3MASC**
'Um homem caminhou até lá'

Tariana (adaptado de Aikhenvald, 2003, p. 196)
(121) ***duhua*** *kewedonite-**peru*** ***du**-siseta-sidena*
ela grávida+CLF:animado-**velha.FEM** **3SG.FEM**-ficar preso-REM.P.REP
'A idosa grávida ficou presa'

Aweti (Borella, 2000, p. 106)
(122) ***i-membit*** *o-wpe-ju* ***kujta**-za* *pɨ-wo*
1.POSS.FM-filho.FM 3-estar-CONT **DEM.FM**-COL NOM-LOC
'Meu filho está entre aqueles (grupo de pessoas)' (fala masculina)

Na ocorrência do **jarawara**, ilustrada em (123) a seguir, apresentamos o acordo de gênero feminino sendo realizado por meio de quatro marcas: demonstrativo feminino, roupa (gênero inerente feminino), afixo de futuro feminino e sufixo declarativo feminino. Nesse caso, tem-se uma configuração ainda mais opaca, pois não há conteúdo semântico (sexo feminino) sendo veiculado pelas marcas de gênero, portanto há uma relação zero-para-quatro entre unidade de sentido e unidades de codificação. Ou seja, as cópias das informações de gênero gramatical são restritas ao nível morfossintático por uma exigência da morfossintaxe da língua.

Jarawara (Dixon, 2004, p. 363)
(123) ***haaha*** ***makari*** *to-ha* *na-**bana-ke***
DEM.FEM **roupa(FEM)** AWAY[192]-vir a ser listar-**FUT.FEM-DECL.FEM**
'Esta peça de roupa também deve ser incluída'

No capítulo subsequente, tecemos as considerações finais da presente pesquisa.

[192] Os prefixos não pronominais são: *to-* "movimento, direção (*away*)", *ka-* "aplicativo" e *na-* ~ *niha-* "causativo" (Dixon, 2004).

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta tese, investigamos como a categoria de gênero é expressa e codificada nas línguas indígenas do Brasil. O embasamento teórico deste estudo está ancorado no modelo tipológico funcional da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), conforme proposto por Hengeveld e Mackenzie (2008), com enfoque nas questões relativas à transparência e à opacidade semântica discutidas por Hengeveld (2011), Leufkens (2015) e Hengeveld e Leufkens (2018). A análise dessa categoria foi conduzida a partir das contribuições de autoras como Aikhenvald (2016) e Hellinger e Bußmann (2003), cujos trabalhos oferecem uma perspectiva tipológica ampla por considerarem também os elementos culturais, simbólicos e discursivos que influenciam a expressão de gênero nas línguas investigadas. E é justamente pela diversidade tipológica da categoria gênero que a GDF se mostrou um aparato eficaz na sistematização dos padrões de expressão e codificação dessa categoria, porque dá conta de mapear e descrever seu funcionamento, considerando as especificidades de cada sistema linguístico das diversas e diversificadas línguas naturais. Ademais, a GDF possibilitou delinear hierarquias implicacionais das categorias linguísticas determinantes na atribuição de gênero nas línguas autóctones, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada da diversidade e da complexidade dessa categoria nas línguas indígenas do Brasil analisadas. Nossa amostra é composta por 30 línguas pindorâmicas e foi elaborada com base nos critérios metodológicos estabelecidos por Rijkhoff; Bakker; Hengeveld; Kahrel (1993), Rijkhoff e Bakker (1998), Pereira (2016) e Souza (2024), priorizando a representatividade genealógica.

A natureza qualitativa e comparativa desta pesquisa permitiu compreender de maneira mais ampla e detalhada como a categoria de gênero é processada e codificada na gramática das línguas, que pode ser tanto semanticamente, quanto formalmente – diferentemente de Allan (1997), Corbett (1991), Grinevald (2000), Aikhenvald (2016), que consideram a concordância fator determinante na identificação de um sistema de gênero. Para tanto, analisamos as ocorrências de marcação de gênero (feminino, masculino e neutro) a partir da definição de quatro tipos de gênero gramatical (formal, semântico, pragmático e contextual), considerando as estratégias de codificação (lexical, morfossintática e fonológica) em diversos domínios gramaticais, como substantivos, pronomes, verbos, adjetivos, numerais e marcadores de posse, bem como sua relação com traços semânticos, como animacidade, humanidade e sexo. Consideramos também a interface entre as categorias de gênero e número, além da avaliação dos diferentes graus de transparência semântica na codificação de gênero.

Com base nos princípios teóricos amplamente discutidos na literatura tipológica e funcionalista, conforme detalhado na seção 6.3 desta tese, definimos cinco critérios de análise tipológica, objetivando alcançar os propósitos da pesquisa, que permitiram uma descrição sistemática e detalhada dos dados e a comparação entre os diferentes sistemas linguísticos observados. São estes:

(i) critério semântico para atribuição de gênero, que nos permitiu identificar a presença de três hierarquias implicacionais na atribuição de gênero, considerando os traços semânticos de animacidade e humanidade:

hierarquia A **- Humanidade ⊃ Animacidade ⊃ Cosmologia**.

Só existe codificação baseada na cosmopercepção indígena quando existe a codificação da humanidade e animacidade concretas, respeitando a hierarquia: Humanos ⊃ Animais ⊃ Objetos ⊃ Vegetais ⊃ Fenômenos Naturais ⊃ Fenômenos Sobrenaturais ⊃ Entidades Celestes.

Exemplo: **rikbáktsa** (a entidade celeste lua recebe marca de gênero, pois a língua marca animacidade cosmológica).

hierarquia B - **Proximidade ontológica ⊃ Proximidade cosmológica**.

A codificação de gênero em entidades míticas ou cosmogônicas pressupõe sua presença em domínios ontologicamente mais próximos da experiência humana, respeitando a hierarquia: Humanos ⊃ Animais ⊃ Animais simbólicos ⊃ Entidades espirituais ⊃ Entidades cosmológicas.

Exemplo: **desano** (onça recebe a mesma marca de gênero que humano, pois é um animal mítico).

hierarquia C - **Animacidade universal ⊃ Animacidade expandida**.

A animacidade baseada na cosmopercepção indígena só é codificada se há codificação da animacidade universal, respeitando a hierarquia:

Humanos ⊃ Animais ⊃ Fenômenos Naturais ⊃ Plantas.

Exemplo: **jarawara** (plantas, animais, doenças, trovão = animados).

(ii) especificação dos nomes que distinguem gênero, que nos permitiu identificar uma implicatura, que considera que o gênero começa com pessoa (sexo biológico), avança para relações sociais (parentesco), amplia-se para animais com relevância simbólica e, só depois, atinge domínios progressivamente mais abstratos, conforme a seguinte hierarquia implicacional:

Pessoa / Parentesco / Animal ⊃ Locutor / Interlocutor / Função / Parte do Corpo / Antropônimo ⊃ Lugar / Objeto / Vegetal / Fenômeno Natural ⊃ Fenômeno Sobrenatural / Entidade Celeste.

(iii) estratégias de codificação de gênero, que nos permitiu identificar a complexidade crescente nas estratégias aplicadas por cada língua, conforme a hierarquia: **Léxico ⊃ Afixo ⊃ Partícula ⊃ Clítico ⊃ Classificador ⊃ Reduplicação ou Alteração Fonológica**.

(iv) categoria linguística envolvida com a marcação de gênero, que nos permitiu identificar uma implicatura de categorias linguísticas, em que a presença de marcação em determinada categoria em uma língua, implica obrigatoriamente a presença de marcação em outra categoria, seguindo a seguinte hierarquia: **Substantivo ⊃ Pronome ⊃ Adjetivo ⊃ Verbo ⊃ Numeral ⊃ Preposição ⊃ Advérbio**.

(v) **transparência e opacidade conforme a quantidade de marcas de codificação de gênero**, que nos permitiu organizar as línguas em três agrupamentos: 15 línguas apresentam única marcação; dez línguas apresentam duas marcações; e cinco línguas apresentam mais de duas marcações na codificação de gênero, conforme a hierarquia implicacional:
Uma Marca ⊃ Duas Marcas ⊃ Mais de Duas Marcas.

As hierarquias identificadas a partir desses critérios dialogam diretamente com a pergunta 6 desta pesquisa, que busca compreender em que medida a disposição dos dados sobre a manifestação da categoria de gênero nas línguas da amostra, em termos de formulação e de codificação morfossintática e fonológica, viabilizou identificar a existência de hierarquias implicacionais relacionadas à expressão de gênero. Essas hierarquias permitem o mapeamento de relações implicacionais entre domínios de forma mais detalhada, possibilitando, assim, a compreensão dos mecanismos e a motivação (ou arbitrariedade) que embasam a atribuição de gênero nas línguas ameríndias. Por meio das hierarquias, é possível compreender as especificidades de cada sistema e, ao mesmo tempo, identificar as generalizações.

Além disso, os resultados da análise dos dados permitiram agrupar as línguas da amostra em cinco grandes conjuntos, com base na quantidade e nos tipos de gênero que manifestam, a saber: gênero formal, gênero semântico, gênero pragmático e gênero contextual. Apresentamos a configuração da distribuição das línguas a seguir.

a) Grupo 1: cinco línguas apresentam apenas gênero semântico. Esse é o caso de **ikpeng**, **sabanê**, **shanenawa**, **maxakalí** e **ofayé**.
b) Grupo 2: cinco línguas exibem marcação de gênero semântico e pragmático. É o que se observa nas línguas **parkatejê**, **dâw**, **mamaindê**, **bororo** e **trumai**;
c) Grupo 3: oito línguas codificam simultaneamente gênero semântico, pragmático e contextual, sendo este último associado à indexação da identidade de gênero do falante e/ou do ouvinte. Esse grupo compreende as línguas **mehináku**, **akwẽ-xerente**, **dzubukuá**, **kanoê**, **rikbáktsa**, **kadiwéu**, **asurini** e **tariana**;
d) Grupo 4: quatro línguas marcam gênero formal, semântico, pragmático e contextual. Trata-se das línguas **wari'**, **desano**, **kubeo** e **jarawara**.
e) Grupo 5: oito línguas expressam gênero semântico e contextual, caso atestado nas línguas **avá-canoeiro**, **kaiowá**, **timbira**, **matis**, **kwaza**, **sateré-mawé**, **kamaiurá** e **aweti**.

Ademais, foi possível observar que a maioria das línguas da amostra apresenta um sistema binário de gênero (masculino e feminino) – apenas duas línguas apresentam sistema ternário (incluindo o neutro): **dzubukuá** e **wari'**. Em todas as línguas da amostra há um alto grau de motivação semântica para a atribuição de gênero, que pode estar relacionado ao sexo, à cosmologia ou a fatores socioculturais de cada sociedade indígena. Porém, duas línguas do grupo 4 (**wari'** e **jarawara**) apresentam sistemas de atribuição de gênero com certo grau de arbitrariedade. Além disso, observamos que partículas e clíticos são sempre utilizados para marcar o gênero contextual (**sateré-mawé**, **kamaiurá**, **asurini**, **wari'** e **dzubukuá**), assim como a reduplicação fonológica no **kadiwéu**.

Constatamos, ainda, algumas semelhanças com línguas indo-europeias, especialmente o português (Mäder; Moura, 2015; Freitag, 2024) e o inglês (Caldas-Coulthard, 2007; Viscardi, 2024), conforme detalhamos na seção 2.3. Dez línguas da amostra apresentam masculino não marcado, são estas: **maxakalí**, **ofayé**, **mamaindê**, **bororo**, **trumai**, **mehináku**, **rikbáktsa**, **asurini**, **desano** e **kubeo** – contrariamente ao **jarawara**, única língua que tem o feminino como gênero não marcado. Quatro línguas apresentam uso do masculino genérico: **mehináku**, **wari'**, **desano** e **kubeo**. E duas línguas utilizam "homem" como sinônimo de "povo", "gente" ou "humano", a saber: **mehináku** e **kwaza**. No **trumai**, os imperativos "seja um homem" (comporte-se como um homem) e "seja uma mulher" (comporte-se como uma mulher) são semelhantes à dinâmica generificada presente em nossa sociedade ocidentalizada, mencionada por Zanello (2024), conforme apresentamos na seção 2.1.

Com relação à percepção apreciativa ou superior de homens em contraposição à percepção pejorativa ou inferior de mulheres, no **dâw**, no **tariana** e no **kwaza**, atribui-se uma concepção negativa, de covardia e de fraqueza à "mulher", enquanto a "homem" é atribuída uma concepção positiva, de coragem e de força. No **dâw**, um pai solteiro é insultado por cuidar de sua prole, o que seria papel exclusivo da mulher nessa sociedade. No **tariana** e no **kwaza**, existem palavras proibidas de serem pronunciadas e/ou escutadas por mulheres. No **tariana** e no **jarawara**, demonstra-se respeito e afetividade por uma mulher por meio da codificação de marcadores verbais de gênero masculino. Esses casos parecem revelar a manifestação de preconceito como ocorre nas línguas indo-europeias e demonstram haver uma clara divisão de papéis sociais vinculados ao gênero nessas culturas. No **tariana**, o mito que relata o mau comportamento das mulheres ancestrais se assemelha ao preconceito greco-romano e judaico-cristão com as mulheres, cujo mau comportamento por pura curiosidade (vide Pandora e Eva, que desobedeceram a prescrições celestiais) teve como consequência a perda do paraíso, a necessidade de trabalhar, padecer de doenças, ter dor no parto etc.

Esses resultados também nos permitem identificar algumas implicações em relação à concepção da categoria de gênero e como ela é codificada nas línguas indígenas:

1) **diversidade estrutural na codificação do gênero**: a tipologia proposta evidencia que a categoria de gênero nas línguas indígenas do Brasil não é uniforme, mas apresenta uma ampla gama de manifestações, desde codificações lexicais isoladas até sistemas gramaticalizados e pragmaticamente motivados. Isso reforça a necessidade de modelos analíticos que considerem a gradualidade das categorias linguísticas e o estabelecimento de interfaces entre níveis linguísticos;
2) **gramaticalização e categorização**: as línguas do grupo 4, que exibem acordo de gênero, parecem refletir estágios mais avançados de gramaticalização. A presença de gênero contextual em 20 línguas da amostra sugere ainda que a categoria de gênero pode transcender a mera distinção de sexo biológico e a função de classificação nominal, assumindo um papel constitutivo e performativo da linguagem ancorada em fatores extralinguísticos que integrem a perspectiva pragmático-discursiva;
3) **implicações para a tipologia geral do gênero**: os dados sugerem que as línguas indígenas brasileiras oferecem contraexemplos importantes às generalizações mais comuns da tipologia do gênero, baseada sobretudo em línguas euroasiáticas. A identificação de configurações e formas híbridas de codificação de gênero aponta

para a necessidade de revisões classificatórias sobre essa categoria em trabalhos como o de Corbett (1991);

4) **potencial para estudos diacrônicos e de contato**: a diversidade dos sistemas de gênero observada pode ser explorada também a partir de uma perspectiva histórica, especialmente no que diz respeito a processos de mudança linguística motivados por contato linguístico, retração do uso ou (re)vitalização de línguas indígenas, além da influência do português como língua de contato.

Para orientar a análise, foram formuladas seis perguntas de pesquisa fundamentadas nos trabalhos de referência de Corbett (1991, 2013), Aikhenvald (2000, 2016), Hellinger e Bußmann (2003) e Hengeveld e Leufkens (2018), entre outros. As questões são retomadas e respondidas a seguir (exceto a pergunta 6, acima respondida com base nas hierarquias implicacionais identificadas a partir da aplicação dos critérios de análise), considerando a análise dos dados.

1) Quais línguas da amostra apresentam sistemas produtivos de gênero linguístico e de que modo tais sistemas são concebidos e codificados (afixos, clíticos, partículas, alterações fonológicas etc.), conforme os parâmetros propostos por Corbett (1991) e Aikhenvald (2016)?

As línguas do grupo 4 (**wari'**, **jarawara**, **desano** e **kubeo**) são as que apresentam sistemas mais produtivos de gênero dentro do nosso universo de pesquisa, porque realizam acordo de gênero, além da concordância, o que denota um sistema mais gramaticalizado. Além dessas quatro línguas, seis línguas de nossa amostra realizam concordância de gênero (**aweti**, **tariana**, **asurini**, **kadiwéu**, **rikbáktsa**, **kanoê**). Também atestamos uma tendência assimétrica na interação entre gênero e número, visto que a distinção de gênero tende a ser neutralizada no plural, conforme discutido por autores como Corbett (1991, 2013). Essa assimetria é atestada, por exemplo, no **trumai**, em que a distinção de gênero nos demonstrativos só acontece no singular (e para referentes humanos).

A codificação formal da categoria varia consideravelmente entre as línguas: em **mehináku**, observa-se o uso de sufixos; em **asuriní**, a marcação se dá por partículas; já no **kadiwéu**, há mudanças fonológicas (como alternâncias vocálicas ou consonantais) associadas ao traço de gênero. Essa variedade evidencia diferentes estágios de gramaticalização e distintos pontos de inserção do gênero nas estruturas morfossintáticas das línguas.

Importante ressaltar que, assim como Corbett (1991) e Aikhenvald (2016), muitos autores definem a concordância ou o acordo como principal critério para considerar se uma língua dispõe de gênero gramatical, ou seja, só esses casos seriam considerados sistemas de gênero linguístico nessa perspectiva. Entretanto, em função dos nossos resultados, descritos e analisados sob a perspectiva da GDF, consideramos pertinente levar em conta toda manifestação de gênero codificada na linguagem como tipos diferentes de gênero gramatical. A esse respeito, entre as 30 línguas da nossa amostra, 19 codificam gênero morfossintáticamente (como se pôde observar do quadro 20, apresentado na seção 7.6); entre estas, 12 línguas apresentam operação de concordância, sendo que quatro delas também realizam operação de acordo de gênero. Afirmar que as outras sete línguas não possuem sistema de gênero parece-nos reduzir as possibilidades de expressão e codificação de gênero linguístico a um parâmetro de análise único e excludente. Além disso, desconsiderar a questão semântico-lexical, enquanto expressão e codificação de gênero gramatical, também parece reduzir a diversidade linguística no que diz respeito às noções de gênero veiculadas no uso da língua. Nas línguas dos grupos 2 e 5, por exemplo, a atribuição de gênero se dá, em muitos casos, por meio de escolhas lexicais específicas ou da adição de modificadores a outros nomes, no entanto, esse comportamento não exclui seu caráter produtivo.

2) Quais parâmetros semânticos, pragmáticos ou extralinguísticos orientam a atribuição de gênero nas línguas da amostra? Há associação com noções como animacidade, sexo biológico, forma física, função social, ou com classificações cosmológicas e mitológicas locais, conforme sugerido por Aikhenvald (2000, 2016) e Hellinger e Bußmann (2002, 2003)?

Os dados analisados indicam que a atribuição de gênero, em todas as línguas, está diretamente relacionada à humanidade e, em menor grau, à animacidade. As línguas **kanoê**, **kadiwéu**, **wari'** e **jarawara** são as únicas do universo de investigação nas quais é atribuído gênero gramatical a nomes [-animado]. Contudo, em muitos casos, a marcação de gênero também incorpora parâmetros cosmológicos e socioculturais, refletindo sistemas de representação social ancorados nas cosmopercepções locais, mitologias, papéis sociais, idade e relações de parentesco. Esse padrão reforça a observação de que o gênero, em muitas línguas indígenas, não é uma categoria estritamente gramatical, mas sim um fenômeno que articula linguagem, cosmologia, cultura e identidade social, conforme destacam os estudos das autoras mencionadas. São exemplos as línguas **akwẽ-xerente**, **trumai**, **rikbáktsa**, **desano**, **kubeo**,

jarawara e **mehináku**, nas quais nomes que designam entidades celestes, como lua e sol, são considerados animados masculinos. Tal concepção é fundamentada nos papéis socias e simbólicos desempenhados por esses seres nos mitos de origem e nas narrativas cosmológicas desses povos, conforme discorremos na seção 8.1 (do capítulo 8) e no capítulo 7 desta tese.

3) Como se distribui o gênero linguístico entre as diferentes famílias representadas na amostra? Há correlação entre filiação genética e padrões tipológicos de gênero, conforme proposto por Nichols (1992) e Aikhenvald (2016)?

Os dados sugerem alguns padrões que podem ser relacionados à filiação genética. Em algumas famílias, como a pano (ex.: **matis**, **shanenawa**), a jê (ex.: **parkatejê**, **timbira, maxakalí**) e a tupi-guarani (ex.: **avá-canoeiro**, **kaiowá**), predomina a marcação de gênero exclusivamente lexical, com ausência de concordância sintática. Em contrapartida, na família tukano (ex.: **kubeo**, **desano**), há sistemas gramaticalizados de gênero, com presença de concordância e acordo de gênero. Um padrão atestado na nossa amostra no que diz respeito ao tronco tupi está relacionado aos tipos de gênero expressos na língua. Trata-se das línguas **avá-canoeiro**, **kaiowá**, **kamaiurá**, **sateré-mawé** e **aweti**, cinco das oito pertencentes ao grupo 5, que apresentam gênero semântico e gênero contextual. Esses indícios apontam para uma possível correlação entre padrões tipológicos e agrupamentos genealógicos.

Nossos dados corroboram o posicionamento de Aikhenvald (2016), segundo o qual o gênero linguístico assume funções mais referenciais do que formais nas línguas da família tupi-guarani, sendo empregado em contextos sociais e discursivos. A análise dos dados das línguas **kamaiurá**, **avá-canoeiro**, **kaiowá** e **asurini** mostra que há marcação das distinções baseadas no gênero natural e social (gênero gramatical semântico, pragmático e contextual), sem que isso implique, necessariamente, em um sistema gramaticalizado. No caso da família karib, representada pelo **ikpeng** na nossa amostra, atestamos a expressão de gênero semântico, codificado apenas lexicalmente e sem presença de concordância, contrariando, portanto, as constatações de Aikhenvald (2016). Segundo a autora, quanto à família karib, há várias línguas que dispõem de um sistema semântico de gênero, no qual a distinção entre animado e inanimado ou entre masculino e feminino se manifesta na concordância verbal ou pronominal. A autora constata que, nas línguas dessa família, há uma relativa estabilidade e coerência na relação entre o gênero semântico e a morfossintaxe.

4) Em que medida o contato linguístico com o português brasileiro influencia os sistemas de gênero das línguas indígenas da subamostra? Há indícios de reestruturações como simplificação, reanálise ou desaparecimento da categoria de gênero, sobretudo entre falantes mais jovens, no que diz respeito aos casos de mudança induzidas por contato, conforme Thomason e Kaufman (1988), Aikhenvald (2002), Epps (2017) e Miranda (2023)?

Os dados evidenciam que o contato com o português tem, de fato, impactado a estrutura dos sistemas de gênero em diversas línguas indígenas. Em **kaiowá**, por exemplo, observa-se a incorporação da palavra portuguesa "macho" com valor semântico pleno. No caso do **sateré-mawé**, há, tanto empréstimos lexicais (ex.: *ku ɲatu* "cunhado", *ku ɲata* "cunhada") quanto integração morfológica de sufixos do português: o sufixo **-a** foi empregado com frequência para formar pares de gênero (ex.: *hamiariru* / *hamiarir**a*** "neto/neta"; *puruwei* / *puruweir**a*** "professor/professora"). No **wari'**, há empréstimo linguístico do português de nomes de plantas ("grama") e objetos ("motor"). No **mamaindê**, os antropônimos são emprestados do português há décadas, segundo Eberhard (2009). E, no **trumai**, a flexibilidade dos jovens com relação ao uso de demonstrativos se deve, provavelmente, à influência do português, conforme Guirardello-Damian (2018). Tais evidências apontam para processos de reanálise morfossintática e ressignificação categorial, os quais se alinham às descrições de mudança estrutural por contato, conforme discutido nos modelos de mudança induzida.

5) Como se manifestam os traços de transparência ou opacidade na marcação de gênero nas línguas indígenas da amostra, e quais fatores – semânticos, morfossintáticos, fonológicos ou culturais – influenciam essa manifestação, conforme os critérios de transparência linguística propostos por Hengeveld (2011), Leufkens (2015) e Hengeveld e Leufkens (2018)?

Verificamos que 15 línguas da amostra apresentam uma única marcação de gênero, o que contribui para o estabelecimento de um grau maior de transparência semântica, já que mantém a relação biunívoca entre forma e significado: uma única unidade morfossintática (e fonológica) expressa diretamente a distinção de gênero, correspondendo a uma única unidade de formulação no plano representacional e interpessoal, conforme os princípios de transparência discutidos por Leufkens (2015). É o caso, por exemplo, da língua **ikpeng**, que atribui gênero lexicalmente, como em *petkom* "mulher" e *ugwon* "homem" ou da língua **kwaza**,

que apesar de codificar gênero morfossintaticamente (por meio de sufixo), também não realiza concordância e apresenta motivação semântica na atribuição de gênero. Entretanto, vale destacar que o **kwaza** apresenta um dos casos de violação de transparência discutidos pela autora, fusão. Nessa língua, um dos sufixos femininos marca também plural e objeto.

Já em línguas que apresentam duas marcas de gênero (redundância nos termos de Leufkens (2015)), como **dzubukuá**, **mamaindê** e **kanoê**, observa-se maior opacidade, uma vez que uma mesma unidade semântica pode ser replicada em múltiplos constituintes do sintagma, configurando relações um-para-dois. Há ainda línguas mais opacas, como **tariana**, **kubeo** e **aweti**, que apresentam mais de duas marcas de gênero e ainda podem realizar acordo de gênero, como no caso do **kubeo**, denotando outra violação de transparência: formas sem sentido, conforme Leufkens (2015). Nestes casos, há uma relação um-para-muitos entre os Níveis de significado e os de codificação. Além disso, o **tariana** e o **kubeo** também apresentam casos de fusão.

Casos particularmente relevantes de opacidade incluem a língua **kadiwéu**, em que a marcação de gênero no numeral "um" ocorre por meio de infixação, caracterizando um processo de descontinuidade (Leufkens, 2013), já que segmenta a base da palavra em duas partes. Outro exemplo de opacidade linguística é a marcação assimétrica existente em **rikbáktsa**, na qual o gênero feminino exige marcação adicional, enquanto o masculino é morfologicamente não marcado, o que Leufkens (2015) interpreta como fator de opacidade estrutural.

Atestamos ainda traços opacos em virtude do processo de gramaticalização na língua **tariana**, são os casos dos sufixos masculino e feminino, derivados do pronome de terceira pessoa do singular e os sufixos derivacionais *-peri* ("velho masculino") e *-peru* ("velha feminina"). Conforme discutimos no capítulo 4 desta tese, mudanças no sistema de gênero podem ocorrer por meio da gramaticalização ou por atrito linguístico. E essas mudanças comumente resultam em traços de opacidade à medida em que a regularidade das marcações de gênero se perde ou se torna menos transparente, como nos casos do **trumai**, em que os jovens não marcam necessariamente a distinção de gênero nos demonstrativos, e do **avá-canoeiro**, em que, antes, havia duas palavras distintas para irmã + nova / irmã + velha, entretanto uma única palavra vem sendo usada para essas designações. Leufkens (2015) e Hengeveld e Leufkens (2018) observam que, ao longo do tempo, as categorias linguísticas podem passar por um processo de condensação, em que as formas originais de marcação, antes definidas e distintas, fundem-se ou perdem a transparência, criando um sistema mais irregular e menos previsível. No **sateré-mawé**, por exemplo, passou a se utilizar a morfologia de gênero do português para

codificar gênero em nomes [+humano], como “professora” e “cunhada”, resultado do contato linguístico com o português. No **wari’**, palavras emprestadas do português são classificadas como gênero neutro.

A análise desses resultados permite organizar as línguas em quatro gradações de transparência à opacidade na marcação de gênero: 1) transparentes (única marca de gênero, sem violação de transparência) – **akwẽ-xerente**, **parkatejê**, **timbira**, **maxakalí**, **ofayé**, **kaiowá**, **avá-canoeiro**, **sateré-mawé**, **kamaiurá**, **sabanê**, **matis**, **shanenawa**, **ikpeng**, **dâw**; 2) menos transparentes (redundância ou fusão) – **kwaza**, **dzubukuá**, **bororo**, **asurini**, **mehináku**, **mamaindê**, **kanoê**, **aweti**; 3) opacas (redundância + fusão ou descontinuidade) – **trumai**, **rikbáktsa**, **kadiwéu**, **tariana**; e 4) mais opacas (redundância + fusão + formas sem sentido) – **desano**, **kubeo**, **jarawara**, **wari’**. Esses dados não confirmam uma tendência geral clara quanto à hipótese proposta com base em Hengeveld (2008), Leufkens (2015), Stassi-Sé e Fontes (2017) e Hengeveld e Leufkens (2018), que relacionam o tipo morfossintático e a transparência na expressão da categoria de gênero nas línguas ameríndias, visto que se distribuem na seguinte organização:

> (i) Tipos morfossintáticos: aglutinante; aglutinante e polissintética; aglutinante e fusional; fusional e isolante → transparentes
> (ii) Tipos morfossintáticos: aglutinante; aglutinante e polissintética; aglutinante e fusional; aglutinante, polissintética e isolante; polissintética; isolante → escala variável de transparência e opacidade
> (iii) Tipos morfossintáticos: aglutinante; aglutinante e fusional → mais opacas

Em suma, os resultados obtidos no presente estudo corroboram a hipótese central desta tese, ao evidenciar que os sistemas de gênero nas línguas pindorâmicas apresentam ampla diversidade tipológica, sendo majoritariamente orientados por critérios de natureza semântica e pragmática, conforme proposto por Aikhenvald (2000, 2016). Tais critérios incluem traços como humanidade, animacidade, sexo biológico, função social e elementos culturais e cosmológicos, os quais operam de modo contextualizado na atribuição de gênero.

Ainda que uma língua não tenha um sistema de gênero conforme a definição de Grinevald (2000), Corbett (1991), Hellinger e Bubmann (2003), Aikhenvald e Dixon (1986 *apud* Miranda 2023, p. 324) no que diz respeito à codificação morfossintática, concordância e atribuição obrigatória de gênero para todos os nomes, os dados mostram que existem maneiras de expressar linguisticamente as conceitualizações atinentes a gênero – como gênero social ou

sexo do referente; ou gênero social ou sexo do locutor e/ou do interlocutor, seja por meio do uso de clíticos, de palavras ou de expressões enfáticas ou por meio de escolha lexical – que são consideradas relevantes na cosmopercepção de um povo. Há, portanto, uma manipulação da linguagem a fim de expressar e representar a percepção do mundo de um povo e como esse mundo é referido na linguagem ou ainda a fim de constituir e/ou performar concepções identitárias socioculturalmente situadas.

Ampliar o escopo epistemológico para análise dos dados, recorrendo a autores e autoras como Viveiros de Castro (1998), Rubim (2020), Oyěwùmí (2021 [1997]), Krenak (2022), Longhini (2022) e Núñez (2023), foi crucial para uma compreensão mais detalhada dos resultados obtidos. A epígrafe de Eduardo Galeano, jornalista e escritor uruguaio, que inaugura esta tese, foi escolhida pelo fato de evocar as inquietações que nos impulsionaram a ampliar nossas perspectivas de pesquisa numa busca por incorporar aos estudos tipológicos abordagens críticas, políticas e contracoloniais (terminologia cunhada por Nêgo Bispo), conforme apresentamos no capítulo 2. Além disso, almejamos dar forma, neste estudo, para vozes silenciadas, culturas invisibilizadas e assuntos marginalizados, conforme apresentamos no capítulo 5, a fim de marcar um universo de povos originários do Pindorama (nome ancestral do Brasil em tupi) a se respeitar, além de exaltar seu legado e suas formas de resistência.

Dessa maneira, os resultados aqui apresentados não apenas contribuem para uma compreensão mais ampla e sistemática da categoria linguística de gênero nas línguas pindorâmicas, como também se inserem em um debate mais amplo sobre as múltiplas maneiras pelas quais o gênero é representado, negociado e transformado na linguagem. A complexidade e a diversidade observadas reforçam a importância de abordagens tipológicas sensíveis à variação cultural e ao dinamismo das práticas linguísticas, apontando para a necessidade contínua de diálogo entre descrição gramatical, teoria linguística e crítica social.

Este estudo, portanto, não só contribui para as pesquisas sobre gênero em tipologia, (ou com a descrição e a análise de línguas, ou com o modelo teórico que ampara a pesquisa, na medida em que evidencia sua eficácia na descrição, análise, interpretação e discussão do objeto gênero linguístico tipologicamente e em termos de transparência linguística), como também exalta a pesquisa com línguas autóctones do Brasil, fortalecendo a documentação e a divulgação da diversidade linguístico-cultural brasileira e estimulando novas pesquisas em tipologia linguística e em estudos de gênero em línguas ameríndias. Além disso, a pesquisa contribui para a preservação das línguas originárias, uma vez que trata de elementos fundamentais das culturas e das cosmologias de seus falantes, reconhecendo a língua como um meio central de

expressão da identidade, do sentimento de pertencimento e das percepções de mundo, sobretudo em contextos institucionalizados, que privilegiam a escrita.

Por esses e outros aspectos abordados ao longo da pesquisa, entendemos que a tese se alinha às diretrizes da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), contribuindo de forma significativa para o ODS 4 (Educação de Qualidade) ao promover o acesso a conhecimentos linguísticos atentos à diversidade; para o ODS 10 (Redução das Desigualdades), ao reconhecer e valorizar sistemas linguísticos historicamente marginalizados; para o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), ao destacar a relevância da preservação do patrimônio cultural imaterial; e para o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), ao incentivar o reconhecimento, a visibilidade e o fortalecimento das identidades indígenas por meio da linguagem. Nessa lógica, reforça-se a diversidade linguística e cultural como base essencial para a justiça social, para o exercício da cidadania e para a construção de sociedades mais inclusivas.

Em suma, vale lembrar que, apesar dos avanços alcançados nesta pesquisa, diversas questões ainda permanecem em aberto e apontam para desdobramentos promissores em pesquisas futuras. Uma dessas questões diz respeito, conforme já mencionamos, ao desenvolvimento de investigações de natureza diacrônica e de contato. Tal abordagem permitirá examinar, em perspectiva histórica, os processos de mudança linguística associados ao contato entre línguas, à retração de uso e às iniciativas de (re)vitalização de línguas indígenas, bem como avaliar de maneira sistemática o papel do português como língua de contato na reconfiguração desses sistemas.

Outro eixo de investigação que merece atenção em pesquisas futuras diz respeito às relações entre gênero e poder nas línguas indígenas, particularmente nas línguas amazônicas e nas línguas bantu. Ainda que não tenham sido o foco central deste trabalho, essas línguas oferecem perspectivas singulares sobre a representação do gênero, frequentemente apresentando sistemas mais flexíveis, menos binários e fortemente entrelaçados com os sistemas de parentesco, papéis sociais e cosmologias locais (Aikhenvald, 2016). Nesse contexto, torna-se fundamental investigar de que maneira as construções linguísticas relacionadas ao gênero contribuem para a (re)produção das estruturas sociais e como essas representações estão sendo tensionadas por dinâmicas contemporâneas, como a globalização, os processos de (re)vitalização linguística e as mudanças nas normas socioculturais (Eckert; McConnell-Ginet, 2013).

Para além das línguas indígenas, no que tange aos estudos de gênero linguístico, uma outra proposta para pesquisas futuras diz respeito, por exemplo, ao papel do gênero neutro

em línguas nas quais essa categoria ainda não está plenamente gramaticalizada ou consolidada. A adoção crescente de formas neutras, como o pronome *they* no inglês contemporâneo ou *hen* no sueco, tem suscitado debates não apenas linguísticos, mas também socioculturais e políticos, especialmente no que se refere à maneira como tais recursos influenciam a percepção social das identidades de gênero e suas implicações para a educação linguística e para a cultura em geral (Gustafsson-Sendén; Bäck; Lindqvist, 2015). Essas mudanças desafiam modelos tradicionais de categorização gramatical e colocam em evidência a interseção entre linguagem, identidade, filtros socioculturais e o poder do Estado

Por fim, o impacto das tecnologias de comunicação digital sobre as formas linguísticas de gênero representa outro campo emergente de investigação. O crescimento exponencial das interações em ambientes virtuais, como redes sociais, fóruns digitais e plataformas de mensagens, tem impulsionado o surgimento de novas formas de referência a identidades de gênero, muitas vezes por meio de neologismos, abreviações, recursos gráficos ou formas não normativas. Esses fenômenos desafiam as gramáticas convencionais e apresentam implicações significativas para a pragmática linguística contemporânea (Agunbiade; Obiyan; Sogbaike, 2014), especialmente no que tange à construção de sentidos, ao posicionamento enunciativo e à performatividade do gênero na linguagem.

REFERÊNCIAS

AGUNBIADE, Ojo M.; OBIYAN, Mary O.; SOGBAIKE, Gbenga B. Identity construction and gender involvement in online social networks among undergraduates in two universities, Southwest Nigeria. **Inkanyiso: Journal of Humanities and Social Sciences**, v. 5, n. 1, p. 41-52, 2013.

AIKHENVALD, Alexandra Y. Classe nominal e gênero nas línguas Aruák. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v. 10, Belém/PA, 1994, p. 137-258.

AIKHENVALD, Alexandra Y. **Classifiers: A typology of noun categorization devices**. OUP Oxford, 2000.

AIKHENVALD, Alexandra Y. **Language contact in Amazonia**. Oxford University Press, 2002.

AIKHENVALD, Alexandra Y. **A grammar of Tariana, from Northwest Amazonia**. Cambridge University Press, 2003.

AIKHENVALD, Alexandra. Semantics and pragmatics of grammatical relations in the Vaupés linguistic area. *In*: AIKHENVALD, Alexandra; DIXON, Robert M. W. (ed.). **Grammars in Contact: A Cross-linguistic Typology**. Explorations in Lingusitic Typology, 4. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 237-266.

AIKHENVALD, Alexandra Y. Language contact and pragmatic notions: Tariana in its multilingual context. **Information structure in indigenous languages of the Americas: Syntactic approaches**, p. 17-38, 2010.

AIKHENVALD, Alexandra Y. **The languages of the Amazon**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

AIKHENVALD, Alexandra Y. **How gender shapes the world**. 1. ed. New York: Oxford University Press, 2016.

ALBERT, Bruce; KOPENAWA, Davi. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. Tradução Beatriz Perrone-Moisés. Prefácio de Eduardo Viveiro de Castro. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ALLEN, Joseph Henry; GREENOUGH, James Bradstreet. **Allen and Greenough's New Latin Grammar for Schools and Colleges**. Boston: Ginn & Company, 1903.

ALVES, Flávia de C. O timbira faaldo pelos canela apãniekrá: uma contribuição aos estudos da morfossintaxe de uma língua Jê. 2004. 177 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004.

AMADO, Rosane de S. O português étnico dos povos Timbira. **PAPIA-Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico**, v. 25, n. 1, p. 103-119, 2015.

APURINÃ, Kawawá Kapukaja; CHARRÚA, Bruna Jeguakai Nhandeva. Os corpos coletivos contracoloniais e a resistência ancestral. *In:* FONSECA, Dagoberto José. **As mentiras do ocidente**. 1 ed. São Paulo: Selo Negro, 2022.

ARAUJO, Gabriel Antunes de. **A grammar of Sabanê: a Nambikwaran language**. 2004. 255 f. Tese (Doutorado). Vrije Universiteit Amsterdam. Utrecht: LOT. 2004.

ARONSON, Elliot; ARONSON, Joshua. **O animal social**. 13. ed. Porto Alegre: Artmed, 2023.

AUDRING, Jenny. Cannonical, complex, complicated?. *In*: DI GARBO, Francesca; OLSSON, Bruno; WÄLCHLI, Bernhard. **Grammatical gender and linguistic complexity. Volume II: General issues and specific studies.** Berlin: Language Science Press, p. 15-52. 2019.

BACELAR, Laércio N. **Gramática da língua Kanoê**. 2004. PhD Dissertation. Katholieke Universiteit Nijmegen, Nijmegen, 2004.

BARROS, Cândida; MONSERRAT, Ruth. Dilemas da evangelização em tupi na Amazônia na primeira metade do séculoXVIII: vernaculizar ou manter a tradição textual jesuítica? *In*: CERRÓN-PALOMINO, Rodolfo; RIVERO, Álvaro E.; ZWARTJES, Otto. (org.). **Lingüística missioneira**. Aspectos lingüísticos, discursivos, filológicos y pedagógicos. Lima: Fondo Editorial PUCP, p. 66-72. 2019.

BBC NEWS BRASIL. **Lula é cobrado por cacique Raoni: "Eu ainda lembro das suas palavras"**. [S.l.], 13 nov. 2025. Vídeo (1 min 12 s). YouTube Shorts. Disponível em: https://www.youtube.com/shorts/sQpJibHaPtI. Acesso em: 19 nov. 2025.

BEAVOUIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Tradução de Sérgio Milliet. 5 ed. v. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019. ISBN 9788520943885.

BENNIS, Hans. **Gaps and dummies**. Dordrecht: Foris, 1986.

BEVER, Thomas G. The cognitive basis for linguistic structures. *In:* HAYES, J. R. (org.). **Cognition and the development of language**. New York: Wiley, 1980. p. 279–362.

BICKEL, Balthasar; COMRIE, Bernard; HASPELMATH, Martin. **The Leipzig Glossing Rules**: conventions for Interlinear Morpheme by Morpheme Glosses. Leipzig: Max-Planck-Institut für Evolutionäre Anthropologie. 2015. Disponível em: https://www.eva.mpg.de/lingua/pdf/Glossing-Rules.pdf. Acesso em: 9 jul. 2026.

BICKEL, Balthasar; NICHOLS, Johanna. Inclusive/exclusive as person vs. number distinctions. *In:* FRAJZYNGIER, Z.; HODGES, A.; ROOD, D. (org.). **Linguistic diversity and language theories**. Amsterdam: Benjamins, p. 61–76. 2005.

BISPO DOS SANTOS, Antônio (Nêgo Bispo). **#238 O Contracolonialismo de Nêgo Bispo**. Entrevistador: Marcelo Abud. São Paulo: Canal PecasRaras, 23 nov. 2023. Podcast Peças Raras. Vídeo (46 min 54 s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gCTz-kw1390. Acesso em: 23 fev. 2026.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: Editora da UnB, 1992.

BORELLA, Cristina de C. **Aspectos morfossintáticos da língua Aweti (tupi)**. 2000.

BORGES, Mônica V. **Aspectos Fonológicos e Morfossintáticos da Língua Avá-Canoeiro (Tupi-Guarani)**. 2006. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

BOSISIO, Leonardo. **Ailton Krenak e Academia Brasileira de Letras desenvolvem plataforma digital para reunir conteúdos multimídias e produzir acervo literário indígena**. Presidente Prudente: G1, 18 jun. 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2024/06/18/ailton-krenak-e-academia-brasileira-de-letras-desenvolvem-plataforma-digital-para-reunir-conteudos-multimidias-e-produzir-acervo-literario-indigena.ghtml. Acesso em: 28 nov. 2025.

BOSSAGLIA, Giulia. Linguística comparada e tipologia. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

BRASIL. **Blue Zone**. Disponível em: https://cop30.br/pt-br/sobre-a-cop30/blue-zone. Acesso em: 18 nov. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Proposta de Emenda à Constituição n. 215, de 28 de março de 2000**. Acrescenta o inciso XVIII ao art. 49; modifica o § 4º e acrescenta o § 8º ambos no art. 231, da Constituição Federal. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [202-?]. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14562. Acesso em: 19 nov. 2025.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. **Nota sobre o Decreto 12.600/25**. Brasília, DF, 17 nov. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/notas-oficiais/nota-sobre-o-decreto-12-600-25. Acesso em: 19 nov. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Biodiversidade e Biomas**. Brasília, DF, [202-?]. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-biomas. Acesso em: 6 jun. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **REDD+**. Brasília, DF, 17 mar. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/smc/departamento-de-instrumentos-de-mercado-e-redd/redd. Acesso em: 19 nov. 2025.

BRASIL. Ministério dos Povos Indígenas. **Governo do Brasil anuncia homologação de 4 Terras Indígenas e assinatura de 10 portarias declaratórias durante a COP 30**. Brasília, DF, 18 nov. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2025/11/governo-do-brasil-anuncia-homologacao-de-4-terras-indigenas-e-assinatura-de-10-portarias-declaratorias-durante-a-cop-30. Acesso em: 19 nov. 2025.

BRASIL. Senado Federal. **Ideia Legislativa: PEC (Projeto de Emenda Constitucional) da cooficialização das línguas indígenas**. Brasília, DF: Senado Federal, 25 abr. 2012. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=208437. Acesso em: 28 nov. 2025.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. 26 ed. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

BYBEE, Joan. Mechanisms of change in grammaticalization: the role of frequency. *In*: BRIAN, Joseph, D.; JANDA, Richard, D. (eds.). **Handbook of historical linguistics**. Oxford: Blackwell, 2003

CALDAS-COULTHARD, Carmen R. Caro colega: exculsão lingüística e invisibilidade. **Discurso & Sociedad**, v. 1, n. 2, p. 230-246. 2007.

CAMACHO, Roberto G.; PEZZATI, Erotilde G.; PAULA, Danytiele C. F. de; ABREU, Carolina C. S R. de. Transparência linguística. **Liames: Línguas Indígenas Americanas**, v. 17, n. 2, p. 223-239, 2017.

CAMARA JR. Joaquim, M. **Estrutura da língua portuguesa**. 30 ed. Petrópolis: Vozes, 1999 [1970].

CAMARGOS, Lidiane S. **Relações gramaticais, aspecto, modo e modalidade em Boróro**. 2010. 125 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

CAMPOS, Carlos S. de O. **Morfofonêmica e morfossintaxe do maxakalí/tese**. 2009. Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Letras da UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

CÂNDIDO, Gláucia V. **Descrição morfossintática da língua shanenawa (pano)**. 2004. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

CARDOSO, Valéria F. **Aspectos morfossintáticos da língua kaiowá (guarani)**. 2008. Tese (doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.

CARVALHO, Danniel da S. As genitálias da gramática. **Revista da ABRALIN**, v. 19, n. 1, p. 1-21, nov. 2020.

CARVALHO, Danniel da S. Aspectos da morfossintaxe de gênero no português brasileiro. **Cuadernos de la ALFAL**, n. 12, p. 357-384, nov. 2020b.

CARVALHO, Danniel da S. **A domesticação da gramática de gênero**. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2021.

CARVALHO, Danniel da S. Sobre a domesticação do gênero gramatical. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 60, n. 1, p. 248-267, jan./abr. 2021b.

CARVALHO, Danniel da S. Sobre a domesticação do gênero gramatical [para] Seminário Anual da Associação Internacional dos Estudos Integracionistas da Linguagem e da Comunicação. 2021c. Vídeo (1 h 07 min 45 s). Publicado pelo canal Políticas Linguísticas Críticas | Research Group. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1doflxsAeAs&t=3256s. Acesso em: 21 de abril de 2025.

CARVALHO, Danniel da S.; LIMA, Pedro Eduardo de (org.). **Língua(gem) e sexualidade: perspectivas do século XXI**. Salvador: EDUFBA, 2022.

CARVALHO, Danniel da S. Quão complexo é o gênero gramatical?. **Leitura**, n. 80, p. 267-277, abr. 2024.

CHACON, Thiago C. **The phonology and morphology of kubeo: the documentation, theory, and description of an amazonian language**. 2012. PhD Dissertation (Doutorado de Filosofia em Linguística). University of Hawai‘i at Mānoa, 2012.

CHACON, Thiago C.; SATELES, Rodrigo do P. Explorações sobre padrões de indexação e classificação nominal de argumentos em línguas indígenas da América do Sul. **Liames**, v. 19, p. 1-35. 2019.

CHARAUDEAU, Patrick. **La langue n’est pas sexiste**. Paris: Le Bord de L’eau, 2021.

CONNOLLY, John H. The Contextual Component within a dynamic implementation of the FDG model: Structure and interaction. **Pragmatics. Quarterly Publication of the International Pragmatics Association (IPrA)**, v. 24, n. 2, p. 229-248, 2014.

COP30. **Blue Zone**. [Brasil]: Conferência das Partes, 2025. Disponível em: https://cop30.br/pt-br/sobre-a-cop30/blue-zone. Acesso em: 19 nov. 2025.

CORBETT, Greville G. **Gender**. New York: Cambridge University Press, 1991.

CORBETT, Greville G. Agreement: Canonical instances and the extent of the phenomenon. **Topics in Morphology: Selected papers from the Third Mediterranean Morphology Meeting**. Barcelona, set. 2001, p. 109-128.

CORBETT, Greville G. **Agreement**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

CORBETT, Greville G. Number of Genders. *In*: DRYER, Matthew S.; HASPELMATH, Martin (ed.). **The world atlas of language structures online**. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology, 2013.

CORBETT, Greville G. (org.). **The expression of gender**. Berlin: De Gruyter, 2015.

CORBETT, Griville G.; FEDDEN, Sebastian. Canonical gender. **Journal of Linguistics**. v. 52, n. 3, p. 495-531, nov. 2016.

COSTA, Camilla; EQUIPE DE JORNALISMO VISUAL DA BBC. **Quantas são as línguas indígenas do Brasil, onde são faladas e o que as ameaça?** São Paulo: BBC News Brasil, 17 nov. 2023. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/resources/idt-2779c755-7af1-495a-a41c-d02995e459b8. Acesso em: 27 nov. 2025.

COSTA, Willian. **Conheça a ‘Mucura’; animal importante na manutenção da biodiversidade e controle de pragas**. [Manaus]: Portal Amazônia, 26 out. 2021. Disponível em: https://portalamazonia.com/amazonia/conheca-a-mucura-animal-importante-na-manutencao-da-biodiversidade-e-controle-de-pragas. Acesso em: 26 nov. 2025.

CRAIG, Colette. G. (org.). Noun classes and categorization. Amsterdam: John Benjamins, 1986.

CULLETON, Alfredo. O que é a escolástica e a Escola de Salamanca. **IHU On-Line**, São Leopoldo, n. 342, 6 set. 2010. Disponível em: https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3479. Acesso em: 21 jan. 2025.

CUNHA, Maria José. Iconicidade e motivação na gramática. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 9, n. 1, p. 11–30, 2001.

DE FELIPE, Paulo Henrique P. S. de. **Fonologia e Morfossintaxe da língua Mehináku (Arawak).** 2020. 494 f. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2020.

DESCOLA, Philippe. **Beyond Nature and Culture**. Translated by Janet Lloyd. Chicago: University of Chicago Press, 2013.

DI GARBO, Francesca. 2014. **Gender and its interaction with number and evaluative morphology**: An intra- and intergenealogical typological survey of Africa. Tese (Doutorado em Linguística), Stockholm University, Stockholm, 2014

DI GARBO, Francesca; OLSSON, Bruno; WÄLCHLI, Bernhard. **Grammatical gender and linguistic complexity, Volume 2: World-wide comparative studies**. Language Science Press, 2019.

DIAS, Maria Clara. **María Lugones e a crítica ao pensamento colonial**. 21 mai. 2023. Vídeo (50 min 36 s). São Paulo: Instituto CPFL Café Filosófico. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-hjThulgEPI. Acesso em: 21 nov. 2025.

DIAS. Leticia O. **O feminismo decolonial de Maria Lugones**. 8º ENEPED UFGD.5º EPEX –Encontro de Ensino Pesquisa e Extensão. UEMS. 2015.

DIK, Simon. **The theory of functional grammar. Part I: The structure of the clause**. Walter de Gruyter, 1989.

DIXON, Robert M. W. Noun Classes. **Lingua** 21: 104-125, 1968.

DIXON, Robert M. W. **Where have all the adjectives gone?.** Berlin: Mouton de Gruyter, 1982.

DIXON, Robert M. W. **The jarawara language of Southern amazonia**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

DIXON, Robert M. W. **Basic linguistic theory**. Volume 2: Grammatical topics. Oxford: Oxford University Press, 2010.

DU BOIS, John. W. Competing motivations. *In:* HAIMAN, John. (org). **Iconicity in syntax**. Amsterdam: John Benjamins, 1985. p. 343–365.

DW HISTORY AND CULTURE. **Two Genders? What History Tells Us About Gender & Identity**. [S. l.], 23 nov. 2022. Vídeo (11 min 54 s). Publicado pelo canal DW History and Culture. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pqe3U27qhf0. Acesso em: 1 nov. 2025.

EBERHARD, David M. **A Northern Nambikwara language and its cultural context**. 2009. Tese (Doutorado). Faculdade de Letras. Vrije Universiteit Amsterdam, 2009.

ECKERT, Penelope; MCCONNELL-GINET, Sally. *Language and gender*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

EPPS, Patience. Subsistence pattern and contact-driven language change: A view from the Amazon basin. **Language Dynamics and Change**, v. 7, n. 1, p. 47-101, 2017.

ETHNOLOGUE SOUTH AMERICA. Disponível em: https://www.ethnologue.com/world-region/south-america-4. Acesso: 29 mar. 2025.

ETHNOLOGUE. **Brazil**. Dallas, Texas: SIL International, 2025. Disponível em: https://www.ethnologue.com/country/BR/. Acesso em: 27 nov. 2025.

EVANS, Nicholas. **Bininj Gun-Wok: A pan-dialectal grammar of Mayali, Kunwinjku and Kune**. Canberra: Pacific Linguistics, 2003.

EVERETT, Daniel L.; KERN, Barbara. **Wari: The Pacaas Novos Language of Western Brazil**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2006 [1997].

FERREIRA, Marília de Nazaré de Oliveira. **Estudo morfossintático da língua Parkatejê.** 2003. 276 f. Tese (doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.

FERREIRA, Rogério Vicente. **Língua matis (Pano): uma descrição gramatical**. 2005 Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

FILHO, Fábio, R. B.; OTHERO, Gabriel de A. (org.). **Linguagem "neutra": língua e gênero em debate**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2022.

FONSECA, Dagoberto J. (org.). **As mentiras do Ocidente**. 1. ed. São Paulo: Selo Negro, 2022. 192 p. (África, presente! Negritude e luta antirracista, v. 1).

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Tradução de Maria Thereza costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FREITAG, Raquel. **Não existe linguagem neutra!: gênero na sociedade e na gramática do português brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2024.

FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL. **Atlas da Amazônia Brasileira: Fatos, Dados e Saberes da Maior Floresta Tropical do Mundo**. Organização: Julia Dolce, Marcelo Montenegro, Regine Shoenenberg. Rio de Janeiro. 2025. ISBN 978-65-87665-22-1. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/2025-04/atlas-da-amazonia-brasileira.pdf. Acesso em: 29 nov. 2025.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (FUNAI). **Abril Indígena: resolução garante direito ao nome e autonomia dos povos indígenas com o fim da exigência do RANI**. Brasília, DF, 7 abr. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2025/abril-indigena-resolucao-garante-direito-ao-nome-e-autonomia-dos-povos-indigenas-com-o-fim-da-exigencia-do-rani. Acesso em: 20 nov. 2025.

GALEANO, Eduardo. **O Livro dos Abraços**. Tradução de Eric Nepomuceno. 18 ed. Porto Alegre: L&PM, 2023 [1991].

GIVÓN, Talmy. Topic, pronoun and grammatical agreement. *In*: LI, Charles N. (ed.). **Subject and topic**. London: Academic Press, 1976. p. 149-188.

GIVÓN, Talmy. **Syntax: a functional-typological introduction**. Amsterdam: John Benjamins, 1984. v. 1.

GIVÓN, Talmy. **Iconicity, isomorphism and non-arbitrary coding in syntax**. Amsterdam: John Benjamins, 1985.

GIVÓN, Talmy. **Syntax: a functional-typological introduction II**. Amsterdam: John Benjamins, 1990. v. 2.

GIVÓN, Talmy. **Markedness and economy in functional grammar**. Amsterdam: Benjamins, 1991.

GLOZMAN, Mara. Contribuições para intervir na esfera pública. *In*: FILHO, Fábio, R. B.; OTHERO, Gabriel de A. **Linguagem "neutra": língua e gênero em debate**. 1. ed. São Paulo: Parábola, p. 161-176. 2022.

GREENBERG, Joseph H. Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements. *In*: GREENBERG, Joseph H. (org.). **Universals of language**, p. 73-113. Cambridge, MA: MIT Press. 1963.

GREENBERG, Joseph H. Numeral classifiers and substantival number: Problems in the genesis of a linguistic type. ***Working Papers on Language Universals***. No. 9. p. 1–39, 1972.

GREENBERG, Joseph. H. How does a language acquire gender markers? *In:* GREENBERG, J. H.; FERGUSON, C. A.; MORAVCSIK, E. A. (org.). **Universals of human language**, v. 3: Word structure. Stanford: Stanford University Press. p. 47–82, 1978.

GRIFFITHS, Glyn; GRIFFITHS, Cynthia. **Aspectos da língua Kadiwéu**. Série Linguística, Brazil: Summer Institute of Linguistics, Brasília, n.6, 1976.

GRINEVALD, C. A morphosyntactic typology of classifiers. *In:* SENFT, G. **Systems of Nominal Classification**. Cambridge: University Press, 2000, p.50-92.

GUIRARDELLO, Raquel. **A reference gramar of trumai**. 1999. Tese (Doutorado em Filosofia). Rice University, Houston, Texas, 1999.

GUIRARDELLO-DAMIAN, Raquel. Trumai: Noncontrastive exophoric uses of demonstratives, p. 242–256. *In* LEVINSON, Stephen, C; CUTFIELD, Sarah; DUNN, Michale, J; ENFIELD, N. J; MEIRA, Sergio (Orgs). **Demonstratives in cross-linguistic perspective**. Cambridge, Englan: Cambridge University Press. 2018.

GUSTAFSSON-SENDÉN, Marie; BÄCK, Emma A.; LINDQVIST, Anna. Introducing a gender-neutral pronoun in a natural gender language: the influence of time on attitudes and behavior. **Frontiers in psychology**, v. 6, p. 893, 2015.

GYGAX, Pascal; GABRIEL, Ute; SARRASIN, Oriane; OAKHILL, Jane; GARNHAM, Alan. Generically intended, but specifically interpreted: When beauticians, musicians, and mechanics are all men. **Language and Cognitive Processes**, v. 23, n. 3, p. 464-485, 2008. DOI: https://doi.org/10.1080/01690960701702035.

GYGAX, Paskal. M.; ELMIGER, Daniel; ZUFFEREY, Sandrine; GARNHAM, Alan; SCZESNY, Sabine; VON STOCKHAUSEN, Lisa; BRAUN, Friederike; OAKHILL, Jane. A Language Index of Grammatical Gender Dimensions to Study the Impact of Grammatical Gender on the Way We Perceive Women and Men. **Frontiers in Psychology**, v. 10, 1604, p. 1-6. 2019. DOI: https://doi.org/10.3389/fpsyg.2019.01604.

HAIMAN, John. **Iconic and economic motivation. Language**, v. 59, n. 4, p. 781–819, 1983.

HASPELMATH, Martin (org.). **Language typology and language universals: An international handbook**. Walter de Gruyter, 2001.

HAWKINS, John A. **Word order universals**. New York: Academic Press, 1983.

HEINE, Bernd; CAUDI, Ulrike, HÜNNEMEYER, Friederike. **Grammaticalization: a conceptual framework**. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

HEINE, Bernd; NURSE, Derek. (org.). **African languages: an introduction**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

HELLINGER, Marlis; BUßMANN, Hadumod (org.). **Gender Across Languages.** Volume I. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2001.

HELLINGER, Marlis; BUßMANN, Hadumod (org.). **Gender Across Languages.** Volume II. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2002.

HELLINGER, Marlis; BUßMANN, Hadumod (org.). **Gender Across Languages.** Volume III. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2003.

HELLINGER, Marlis; MOTSCHENBACHER, Heiko. **Gender Across Languages.** Volume IV. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2015.

HENGEVELD, Kees. Grammaticalization and functional discourse grammar. Language Sciences, v. 32, n. 6, p. 723–738, 2010.

HENGEVELD, Kees. Introduction: Transparency in Functional Discourse Grammar. **Linguistics in Amsterdam,** v. 4, n. 2, p. 1-21, 2011. Disponível em: https://linguisticsinamsterdam.nl/home?issue=42. Acesso em: 30 abr. 2025.

HENGEVELD, Kees.; MACKENZIE, J. Lachlan. **Functional Discourse Grammar: a typologically-based theory of language structure**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HENGEVELD, Kees.; MACKENZIE, J. Lachlan. Gramática Discursivo-Funcional. *In*: SOUZA, Edson. R. (org.). **Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas**. Tradução de Marize Mattos Dall'Aglio-Hattnher. São Paulo: Contexto, p.43-82, 2012.

HENGEVELD, Kees; MACKENZIE, J. Lachlan. Grammar and context in functional discourse grammar. **Pragmatics. Quarterly Publication of the International Pragmatics Association (IPrA)**, v. 24, n. 2, p. 203-227, 2014.

HENGEVELD, Kees; LEUFKENS, Sterre. Transparent and non-transparent languages. **Folia Linguistica**, v. 52, n. 1, p. 139-175, 2018.

HILL, Jane; ZEPEDA, Ofelia. Language, gender, and biology: pulmonic ingressive airstream in women's speech in Tohono O'odham. **Southwest Journal of Linguistics**, v. **1**8, p. 15-40, 1999.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

HOPPER, Paul, J. TRAUGOTT, Elizabeth, C. **Grammaticalization**. Cambridge: University Press, 1993.

HU, Saizhu. **Lost and added in translation: A corpus-based study on Chinese numeral classifiers in translation between Chinese and English**. 2023. Tese (Doutorado) - Wydziale Anglistyki Uniwersytetu im. Adama Mickiewicza w Poznaniu, Poznań, 2023. Disponível em: https://bip.amu.edu.pl/__data/assets/pdf_file/0038/491879/Hu-Saizhu_rozprawa-doktorska.pdf. Acesso em: 29 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022: Etnias e línguas indígenas: Principais características sociodemográficas: Resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

KATAMBA, Francis. **Morphology**. Modern Linguistics Series. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 1993. ISBN 9780312101015.

KATAMBA, Francis. Bantu nominal morphology. *In*: NURSE, Derek.; PHILIPPSON, Gérard. (org.). **The Bantu languages**. 2 ed. London: Routledge, 2003. p. 103–120.
KEIZER, Evelien. **A Functional Discourse grammar for English**. Oxford: Oxford University Press, 2015.

KEIZER, Evelien. Context and cognition in Functional Discourse Grammar: What, where and why?. **Pragmatics. Quarterly Publication of the International Pragmatics Association (IPrA)**, v. 24, n. 2, p. 399-423, 2014.

KILARSKI, Marcin. Algonquian and Indo-European gender in a historiographic perspective. **Historiographia Linguistica**, v. 34, n. 2-3, p. 333-349, 2007.

KILARSKI, Marcin. Nominal classification: a history of its study from the classical period to the present. Amsterdam: John Benjamins, 2013.

KOKAMA, Altaci; BONFIM, Evandro. Idiomas indígenas. *In*: FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL. **Atlas da Amazônia Brasileira: Fatos, Dados e Saberes da Maior Floresta Tropical do Mundo**. Organização: Julia Dolce, Marcelo Montenegro, Regine Shoenenberg. Rio de Janeiro. 2025. ISBN 978-65-87665-22-1. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/2025-04/atlas-da-amazonia-brasileira.pdf. Acesso em: 29 nov. 2025.

KRENAK, Ailton. Futuro ancestral. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, Ailton. **Ailton Krenak comenta COP30, relação de "morde e assopra" do Estado brasileiro com indígenas e ABL**. 17 abr. 2025. Vídeo (31 min 49 s). Publicado pelo canal Correio Brasiliense. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VM2OdLAybD8. Acesso em 18 de nov. de 2025.

KRENAK, Aílton. **Índio Cidadão? - Grito 3 Ailton Krenak**. [S.l.]: [s.n.], 4 set. 1987. Vídeo (4 min 1 s). Publicado pelo canal Índio Cidadão? – O Filme. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=kWMHiwdbM_Q. Acesso em 18 de nov. de 2025.

LAKOFF, George. **Women, fire, and dangerous things:** what categories reveal about the mind. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, George.; JOHNSON, Mark. **Metáforas da vida cotidiana**. Coord. de tradução de Mara Zanotto. Campinas: Mercadão das Letras, 2002.

LAQUEUR, Thomas. **Making sex: body and gender from greeks to Freud**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

LEUFKENS, Sterre. The transparency of creoles. **Journal of Pidgin and Creole Languages.** v28(2) p. 323-362, 2013.

LEUFKENS, Sterre. **Transparency in language: a typological study**. 2015. 197 f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Instituto Amsterdam Center for Language and Communication (ACLC). Faculty of Humanities (FGw). Amsterdam. 2015. Disponível em: https://dare.uva.nl/search?identifier=924c55a7-c398-4ce5-aa92-1778d53a9ea2. Acesso em: 30 abri. 2025.

LONGHINI, Geni D. N. **Nhande ayvu é da cor da terra: perspectivas indígenas guarani sobre etnogenocídio, raça, etnia e branquitude**. 2022. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2022.

Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/241036. Acesso em: 29 nov. 2025.

LOPES, Tereza T. C.; FERREIRA, Marília de N. de O. Onomástica Parkatêjê: aspectos semânticos dos nomes próprios de pessoas. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 26, n. 3, p. 1177-1200, 2018.

LUCCHESI, Dante. A concordância de gênero. *In*: LUCCHESI, Dante., BAXTER, Alan., RIBEIRO, Ilza. **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 295-318.

LUCIANO, Gersem J. dos S. Saberes indígenas e resistência linguística. In: MATOS, Doris Cristina Vicente da Silva; SOUSA, Cristiane Maria Campelo Lopes Landulfo de (org.). **Suleando conceitos em linguagens: decolonialidades e epistemologias outras**. 1 ed. Campinas: Pontes Editores, 2022.

LYRUCA. **Coisinho ???** WordReference Forums, 13 mai. 2007. Disponível em: https://forum.wordreference.com/threads/coisinho.504502/?hl=pt. Acesso em: 3 mai. 2025.

MACKENZIE, J. Lachlan. The contextual component in a dialogic FDG. **Pragmatics. Quarterly Publication of the International Pragmatics Association (IPrA)**, v. 24, n. 2, p. 249-273, 2014.

MACKENZIE, J. Lachlan; GIOMI, Riccardo; HENGEVELD, Kees; TEN WOLDE, Elnora (2025), Linearization in Functional Discourse Grammar: Introduction. In: TEN WOLDE, Elnora; GIOMI, Riccardo; HENGEVELD, Kees (eds). **Linearization in Functional Discourse Grammar** (Trends in Linguistics – Studies and Monographs 395). Berlin: De Gruyter Mouton, 2025, 1-39.

MÄDER, Guilherme, R. C.; MOURA, Heronides. O masculino genérico sob uma perspectiva cognitivo-funcionalista. **Revista do GELNE (UFC)**. v. 17, p. 33-54, 2015.

MANDAGARÁ, Pedro (org.). **Invocação à Terra: discurso de Ailton Krenak na Constituinte**. [S.l.]: Ciclo Selvagem, 2021. (Cadernos Selvagem, n. 27). Disponível em: https://selvagemciclo.com.br/wpcontent/uploads/2021/07/CADERNO27_CONSTITUINTE.pdf. Acesso em: 18 nov. 2025.

MARTIN, John. Gênero?. **Revista Brasileira de Linguística 2**. p. 3-8, 1975.

MARTINS, Silvana A. **Fonologia e gramática dâw**. 2004. Tese (Doutorado). Faculdade de Letras, Vrije Universiteit, Amsterdam, 2004.

MATOS, Doris Cristina Vicente da Silva; SOUSA, Cristiane Maria Campelo Lopes Landulfo de (org.). **Suleando conceitos em linguagens: decolonialidades e epistemologias outras**. Prefácio de Claudiana Nogueira de Alencar. 1 ed. Campinas: Pontes Editores, 2022.

MIRANDA, Camille C. Categorização nominal em línguas Arawák: revisando a questão de gênero gramatical. **Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978)**, v. 49, n. 3, p. 1529-1550, dez. 2020.

MIRANDA, Camile C. **Estudo morfológico em línguas Arawak: uma abordagem tipológica**. 2023. 677 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2023.

MITHUN, Marianne. **The languages of native North America**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

MONSERRAT, Ruth; SILVA, Abel O. **Gramática da língua Kulina: dialeto do Igarapé do Anjo**. Acre: Conselho Indigenista Missionário, 1986.

MOURA, Heronides; MÄDER, Guilherme, R. C. Reversão de gênero gramatical no português brasileiro. *In*: FILHO, Fábio, R. B.; OTHERO, Gabriel de A. **Linguagem "neutra": língua e gênero em debate**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2022. p. 37-52.

MÜHLHÄUSLER, Peter. **Pidgin and creole linguistics**. Oxford: Blackwell, 1986.

MUNDURUKU, Daniel. **Crônicas indígenas para rir e refletir na escola**. 1 ed. São Paulo: Moderna, 2020.

NATURAL HISTORY MUSEUM OF LOS ANGELES COUNTY. **Beyond Gender: Indigenous Perspectives on Muxe**. Los Angeles, 15 set. 2020. Disponível em: https://nhm.org/stories/beyond-gender-indigenous-perspectives-muxe. Acesso em: 1 nov. 2025.

NICHOLS, Johanna. **Linguistic diversity in space and time**. University of Chicago press, 1992.

NOGUEIRA, Lua C. **A gramaticalização dos verbos "ver" e "olhar" no português falado do interior paulista: uma abordagem discursivo-funcional**. 2021. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista (Unesp), São José do Rio Preto, 2021. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/213456. Acesso em: 29 nov. 2025.

NONATO, Rafael B. **Ainore Boe egore: um estudo descritivo da língua bororo e consequências para a teoria de caso e concordância**. 2008. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas. 2008. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.12733/1606300. Acesso em: 23 abr. 2024.

NÚÑEZ, Geni. As monoculturas como violação da singularidade. **Jornal de Psicanálise**, 56 (105), 107-120. 2023. DOI: 10.5935/0103-5835.v56n105.08.

OLIVEIRA, Maria das D. **Ofayé, a língua do povo do mel: fonologia e gramática**. 2006. 258 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió. 2006.

OLIVEIRA, Pedro Henrique T. de. **A expressão de percurso na gramática do português**. 2023. 122 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", São José do Rio Preto, 2023. Disponível

em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/8f1a8d20-8aa9-417c-ad47-543fd43fdd6f/content. Acesso em: 21 ago. 2025.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ́. **A invenção das mulheres:construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. 1 ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021 [1997].

PACHECO, Frantomé B. **Morfossintaxe do verbo Ikpeng (Karíb)**. 2001. 303 f. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

PASSETI, Gabriel Henrique Galvão. **A negação acional no português brasileiro sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional: assalto ao turno de fala e rejeição de ato de fala**. 2025. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto, 2025. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/entities/publication/9ea8712c-b889-41c3-bacf-7b1064aa6c56. Acesso em: 29 nov. 2025.

PEREIRA, Eduardo, C. **Gramática expositiva; curso superior**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

PEREIRA**,** Antônia A. **Estudo morfossintático do Asuriní do Xingu**. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

PEREIRA, Lidiane Cecilia. **O Bioma do Chaco: um tesouro ambiental ameaçado**. 2024. Disponível em: https://inbio.ufms.br/o-bioma-do-chaco-um-tesouro-ambiental-ameacado/. Acesso em: 15 nov. 2025.

PEREIRA, Paulo Henrique da Silva. **Aspectos morfossintáticos da marcação de posse nominal em línguas ameríndias**. 196 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

PERINI, Mário A. **Gramática do português brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Parábola editorial, 2010.

PERINI, Marcos. **A. Gramática descritiva do português**. Petrópolis: Vozes, 2016.

PEZATTI, Erotilde. G. (org.). Gramática Discursivo-Funcional: uma breve apresentação. *In*: **Construções subordinadas na lusofonia: uma abordagem discursivo-funcional**. São Paulo: Editora UNESP, p. 15-40, 2016.

PINTO, Jorge. (2017). A aquisição do género e da concordância de género em português língua terceira ou língua adicional. *In*: OSÓRIO, Paulo (coordenador). **Teorias e Usos Linguísticos**. Lisboa: Lidel, p. 91-110. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/handle/10451/32883. Acesso em 05/06/2024.

POSSENTI, Sírio. O gênero e o gênero. *In*: FILHO, Fábio, R. B.; OTHERO, Gabriel de A. **Linguagem "neutra": língua e gênero em debate**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2022. p. 17-36.

POYNTON, Cate. **Language and Gender: Making the Difference**. 2. ed. Oxford University Press, 1989.

PRAZERES, Leandro. 'Lula, me ouça com muita atenção': as cobranças feitas pelos indígenas na COP30. **BBC News Brasil**, Belém, 15 nov. 2025. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/cgmxrr1vdmdo. Acesso em: 19 nov. 2025.

PULLUM, Geoffrey K.; DERBYSHIRE, Desmond C. (org.). **Handbook of Amazonian languages**. Mouton de Gruyter, 1986.

QUEIROZ, José M. C. de. **Um estudo gramatical da língua Dzubukuá, família Karirí**. 2012. Tese (Doutorado em Linguística e ensino) - Universidade Federal da Paraí, João Pessoa, 2012.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA [@RAEinforma]. **La forma «voseo» no es propia del español general, pero se documenta en áreas de voseo (especialmente en el Cono Sur e interior de Colombia)**. 27 dez. 2019. Twitter: @RAEinforma. Disponível em: https://x.com/RAEinforma/status/1210491253114261504. Acesso em: 21 jan. 2025.

REDL, Theresa; FRANK, Stefan L.; SWART, Peter de; HOOP, Helen de. The male bias of a generically-intended masculine pronoun: evidence from eye-tracking and sentence evaluation. **PLoS ONE**, v. 16, n.4, p. 1-30, 2021. DOI: https://doi.org/10.1371/journal.pone.0249309.

RIJKHOFF, Jan; BAKKER, Dik. Language sampling. **Linguistic Typology**, v. 2, n. 2, p. 263-314, 1998.

RIJKHOFF, Jan; BAKKER, Dik; HENGEVELD, Kees; KAHREL, Peter. A method of language sampling. **Studies in Language. International Journal sponsored by the Foundation "Foundations of Language"**, v. 17, n. 1, p. 169-203, 1993.

RUBIM, Altaci Corrêa. A vitalização da Língua Kokama além das fronteiras entre o Brasil e o Peru. **Cadernos de Linguística**, v. 1, n. 3. p. 01-18, 2020.

RUBIM, Altaci Corrêa (org.). **Cartilha de cooficialização de línguas indígenas** [livro eletrônico] / Altaci Corrêa Rubim, Edilson Martins Melgueiro, Lou-Ann Kleppa. 1 ed. Brasília, DF: Ed. dos Autores, 2024. ISBN 978-65-01-20042-2. Disponível em: https://www.gov.br/funai/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/Cartilha_de_Co_oficializacao___BRASIL.pdf. Acesso em: 28 nov. 2025.

SAID ALI, Manuel. **Grammatica secundaria da lingua portugueza**. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1923.

SAID ALI, Manuel. **Grammatica historica da lingua portugueza**. 2. ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1931.

SANCHEZ-MENDES, Luciana. Semântica e Línguas Indígenas. **Cadernos de Linguística**, v. 2, n. 1, p. 01- 19. 2021.

SANDALO, Filomena. **A Grammar of Kadiwéu**. 1995. 291 f. PhD Dissertation. Department of Linguistics. University of Pittsburgh. 1995.

SANDALO, Filomena. A violação da condição C em kadiwéu. **Delta**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 25-66, 2002.

SANTANA, Élide Elen da P. **A determinação de gênero feminino no português brasileiro**. 2023. 296 f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras. Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2023.

SANTOS, Alda Ernestina dos. Gambá: um marsupial nem tão mal cheiroso assim. **Revista IFMG Com Ciência**, Bambuí, 8 nov. 2023. ISSN 2965-7520. Disponível em: https://ciencia.bambui.ifmg.edu.br/index.php/revista-off-line/novembro-2023/gamba-um-marsupial-nem-tao-mal-cheiroso-assim. Acesso em: 26 nov. 2025.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos: modos e significações** 2 ed. Brasília: AYÓ, 2023[2015].

SAUSSURE, Ferdinand de. **Cours de Linguistique Générale**. Paris: Éditions Payot & Rivages, 1997.

SCHWINDT, Luiz C. Sobre gênero neutro em português brasileiro e os limites do sistema linguístico. **Revista da ABRALIN**, v. 19, n. 1, p. 1-23, 2020.

SEIFART, Frank. **The structure and use of shape-based noun classes in Miraña (North West Amazon)**. 2005. Tese (Doutorado em Linguística) – Radboud University, Nijmegen, 2005.

SEIFART, Frank. Nominal classification. **Language and Linguistics Compass**, v. 4, n. 8, p. 719-736, 2010.

SEKI, Lucy. **Gramática do Kamaiurá: língua Tupi-Guarani do Alto Xingu**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2000. ISBN 85-268-0498-7.

SELVAGEM CICLO DE ESTUDOS SOBRE A VIDA. **Anotações da viagem – Águamãe** (21 min 46 s). *YouTube*, 2025. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Dt_xnWhEvSE&t=157s. Acesso em: 22 dez. 2025.

SHIRLEIALE. **É loucura minha, mas foi só aquele coiso vencer as eleições nos states que começou a proliferação de postagem do mal aqui?** 9 jan. 2025. Threads. Disponível em: https://www.threads.com/@shirleiale/post/DEnxeOURWvv. Acesso em: 3 mai. 2025.

SIEGEL, Jeff. **The emergence of pidgin and creole languages**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

SIEWIERSKA, Anna. Gender distinctions in independent personal pronouns. **The world atlas of language structures online**, 2013.

SILVA, Gustavo; BASSANI, Indaiá. Estrutura sintática e morfofonológica da posse na língua Aweti. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 61, p. 1-19, 2019.

SILVA, Léia de J. **Aspectos da fonologia e da morfologia da língua rikbáktsa**. 2005. Dissertação (Mestrado em Linguística). Instituto de Letras. Universidade de Brasília. Brasília, 2005.

SILVA, Maria do S. P. da; SOUZA, Lorenna I. P. (org.). **Diálogos interculturais: reflexões docentes**. Goiânia: Imprensa Universitária, 2018.

SILVA, Raynice G. P. da; Estudo morfossintático da língua sateré-mawé. 2010. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

SILVA, Wilson de L. A descriptive gramar of desano. 2012. PhD Dissertation. (Doutorado em Filosofia). Departament of Linguistics. University of Utah, 2012.

SMITH, Norval. Language change and pidgins/creoles. *In:* JOSEPH, B. D.; JANDA, R. D. (org.). **The handbook of historical linguistics**. Oxford: Blackwell, 2002. p. 285–313.

SPANGUERO, Vitória R. **Estudo lexical da língua matis: subsídios para um dicionário bilíngue**. 2005. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

KAIOWÁ, Rodriguarani (dir.). **Índio Cidadão?** (52 min) Brasil: 7g Documenta, 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Ti1q9-eWtc8. Acesso em: 18 nov. 2025.

SOUSA FILHO, Sinval M. de. **Aspectos Morfossintáticos da Língua Akwẽ-Xerente (Jê)**. 2007. 331 f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2007.

SOUZA, Edson. R. F. **Gramaticalização dos itens linguísticos assim, já e aí no português brasileiro: um estudo sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional**. 2009. 260 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade de Campinas. Campinas. 2009.

SOUZA. Edson R. F. **An FDG analysis of adverbs in South American native languages: first results**. Amsterdam: University of Amsterdam, 2024.

SOUZA, Lilian M. A. de. **Descrição da fala masculina e da fala feminina na língua kadiwéu**. 2012. 139 f. Dissertação (Mestrado em Letras) — Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2012.

SOUZA, Lilian M. A. de. **Fala masculina e fala feminina no kadiwéu**. Anais do VII Congresso Internacional da Abralin. Curitiba, 2011. Disponível em: http://www.etnolinguistica.org/artigo:souza-2011. Acesso em: 16 ago. 2024.

SPÓSITO, Carolina C. **A transparência nas línguas da família Tupi-Guarani: guajá, kamaiurá, kokama e kaiowá**. 2021. 201 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. São José do Rio Preto. 2021.

STASSI-SÉ, Joceli C.; FONTES, Michel G. A. Negação sentencial em línguas indígenas brasileiras: opacidade e tipo morfológico. Revista de Estudos da Linguagem, v. 25, n. 2, p. 283–299, 2017.

STELLMANN, Renata. **A masculinidade na clínica**. 2007. 250 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

SVÄRD, Erik. Genger in New Guinea. *In*: DI GARBO, Francesca; OLSSON, Bruno; WÄLCHLI, Bernhard. **Grammatical gender and linguistic complexity**. Vol. I: General issues and specific studies. Berlim: Language Science Press, 2019.

THOMAS, Jennifer Ann. Cacique denuncia ameaças a territórios indígenas na barqueata da COP30. IstoÉ Sustentável, 12 nov. 2025. Disponível em: https://sustentavel.istoe.com.br/cacique-denuncia-ameacas-a-territorios-indigenas-na-barqueata-da-cop30. Acesso em: 19 nov. 2025.

THOMASON, Sarah Grey; KAUFMAN, Terrence. **Language contact, creolization, andgenetic linguistics**. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1988.

TIMBERLAKE, Alan. **A Reference Grammar of Russian**. Nova York: Cambridge University Press, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Mostra Cuir Filme e Experimento exibe filmes de artistas LGBTQIA+ da América Latina**. Belo Horizonte, 17 nov. 2023. Disponível em: https://ufmg.br/comunicacao/noticias/mostra-cuir-filme-e-experimento-exibe-filmes-de-artistas-lgbtqia-da-america-latina. Acesso em: 29 nov. 2025.

VALENZUELA, Pilar. M. **Transitivity in Shipibo-Konibo grammar**. 2002. Tese (Doutorado em Linguística) – University of Oregon, 2002.

VELASCO, Daniel G. Activation and the relation between context and grammar. **Pragmatics. Quarterly Publication of the International Pragmatics Association (IPrA)**, v. 24, n. 2, p. 297-316, 2014.

VERGARA, Guillermo S. Género gramatical, sexo y género social. **Academia Chilena de la Lengua y Catalonia**, 2020.

VILLENEUVE, Luana. **"Ser presidente é como escalar o Everest todos os dias", diz Dilma na TV**. Correio Braziliense, Brasília, DF, 1 mar. 2011. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2011/03/01/interna_politica,240378/ser-presidente-e-como-escalar-o-everest-todos-os-dias-diz-dilma-na-tv.shtml. Acesso em: 21 jan. 2025.

VIOLA, Eduardo V. **Pronomes pessoais e marcadores de pessoas nas línguas ameríndias**. 2015. 136 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2015.

VISCARDI, Jana. **Escrever sem medo**. 1. ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2024.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Cosmological deixis and Amerindian perspectivism. **Journal of the Royal Anthropological Institute**, v. 4, n. 3, p. 469-488, 1998.

VOORT, Hein V. D. **A grammar of Kwaza**. Walter de Gruyter, 2004.

WERÁ, Kaká. **Tekoá: uma arte milenar indígena para o bem-viver**. 2 ed. Rio de Janeiro: BestSeller, 2025 [2024].

ZANELLO, Valeska. **A prateleira do amor: sobre mulheres, homens e relações**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2022.

ZANELLO, Valeska. Café filosófico | A lógica da prateleira do amor: gênero e emoções | 13/10/2024s. Vídeo (51 min 07 s). Publicado pelo canal Café Filosófico CPFL. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qbkbJiZPCgE. Acesso em: 21 jan. 2025.